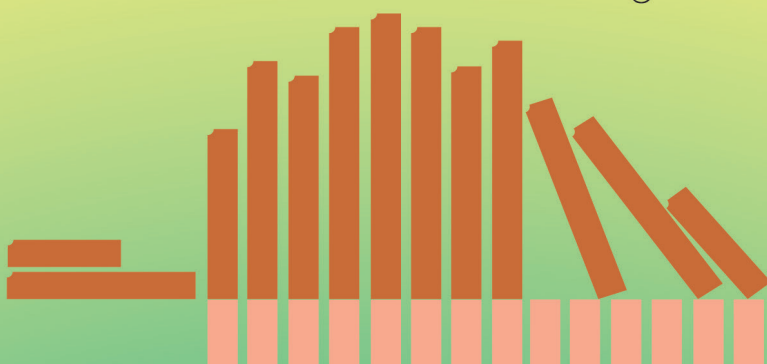


CELSO FURTADO e o Mito do **Desen- volvi- mento** **50 anos depois**

**CIDOVAL MORAIS DE SOUSA
FERNANDO MACEDO
IVO MARCOS THEIS
JOSÉ LUCIANO ALBINO BARBOSA**
(Organizadores)





Universidade Estadual da Paraíba

Prof^a. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Moraes de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Editora filiada a ABEU

EDITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Cidoval Moraes de Sousa
Fernando Macedo
Ivo Marcos Theis
José Luciano Albino Barbosa
(Organizadores)

CELSO FURTADO

e o Mito do

DESENVOLVIMENTO

50 anos depois



Campina Grande-PB | 2025

Expediente EDUEPB***Design Gráfico e Editoração***

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima A. Nunes

Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística e Normalização

Antonio de Brito Freire

Elizete Amaral de Medeiros

Assessoria Técnica

Carlos Alberto de Araujo Nacre

Thaise Cabral Arruda

Walter Vasconcelos

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Comunicação

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

C394 Celso Furtado e o mito do desenvolvimento [recurso eletrônico]
50 anos depois / organização de Cidoval Morais de Sousa ...
[et al.] ; apresentação de Carlos Pinkusfeld Bastos ; prefácio
de Rosa Freire d'Aguilar. – Campina Grande : EDUEPB,
2025.
608 p. : il. color. ; 17 x 24.

ISBN: 978-65-87171-87-6 (Impresso)

ISBN: 978-65-87171-88-3 (4.200 KB - PDF)

ISBN: 978-65-87171-89-0 (Epub)

1. Celso Furtado. 2. Desenvolvimento Econômico. 3.
Economia Brasileira. I. Sousa, Cidoval Morais de. II. Macedo,
Fernando. III. Theis, Ivo Marcos. IV. Barbosa, José Luciano
Albino. V. Título.

21. ed. CDD 338.9

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Mirelle de Almeida Silva - CRB - 15/483

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da
Lei nº 9.610/98.

“... posto que o estilo de vida dos países ricos não é generalizável, desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado na maioria dos países do Terceiro Mundo, isto é, como um esforço para parecer-se aos países que lideraram a revolução industrial, é um simples mito. Mais ainda: se por milagre deixasse de ser um mito, vale dizer, se por um passe de mágica as massas do Terceiro Mundo aparecessem um dia vivendo com o enorme esbanjamento de recursos praticado atualmente nos países ricos, o mundo entraria em colapso. É difícil, portanto, escapar à conclusão: continuemos a falar de desenvolvimento, mas não tenhamos a pretensão de fazer dele algo mais do que um mito”

Celso Furtado.

(Semanário Opinião, dezembro de 1972)



Agradecimentos

Registramos, aqui, nosso profundo agradecimento às instituições a seguir, pelo apoio recebido ao longo da produção e edição desta coletânea: UEPB; PPGDR-UEPB; PPGDR-FURB; IE-UNICAMP; Governo da Paraíba por meio da SECTIES e da FAPESQ; OBSERNE; IDENE; INSA; Centro Internacional Celso Furtado. Agradecemos ainda, de modo particular, à Rosa Freire D´Aguiar, pelo apoio solidário da concepção à versão final desta coletânea.



SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	13

Rosa Freire d'Aguiar

APRESENTAÇÃO.....	17

Carlos Pinkusfeld Bastos

APONTAMENTOS PARA UMA LEITURA CRÍTICA DE <i>O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</i>	21

Cidoval Moraes de Sousa | Ivo Marcos Theis

Luciano Albino | Fernando Macedo

DESVELANDO O MITO

O MITO DESNUDO E A UTOPIA DO DESENVOLVIMENTO	39

Antonio Carlos Filgueira Galvão

A NOVIDADE DE <i>O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</i> MEIO SÉCULO DEPOIS	69

Ivo Marcos Theis

INTERPRETANDO LA FANTASÍA DEL MITO DEL DESARROLLO.....	107

Carlos Mallorquin

OS 50 ANOS DO LIVRO <i>O MITO DO DESENVOLVIMENTO</i> <i>ECONÔMICO</i> DE CELSO FURTADO.....	133

José Eustáquio Diniz Alves

AS NARRATIVAS DE <i>O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</i>	143

**Rômulo Carvalho Cristaldo | Juliana Rodrigues de Senna
Lara Sousa Matos**

DO <i>MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</i> AO <i>MITO DO PROGRESSO</i>	179

Clério Plein | Eduardo Ernesto Filippi

PARA ALÉM DO MITO, EM BUSCA DO VERDADEIRO DESENVOLVIMENTO.....	199

Fernanda Graziella Cardoso

MITOS, PROFECIAS E UTOPIAS DO DESENVOLVIMENTO	219

Markus Erwin Bose

CONEXÕES E NOVAS LEITURAS

MEIO AMBIENTE, CELSO FURTADO E O DESENVOLVIMENTO COMO FALÁCIA.....	245

Clóvis Cavalcanti

A UNIDADE DIALÉTICA SUBDESENVOLVIMENTO-DESENVOLVIMENTO E OS RECURSOS NATURAIS NÃO-RENOVÁVEIS	263

Carlos Brandão

EL MITO DE LOS RECURSOS NATURALES EN EL PENSAMIENTO ECONÓMICO. UNA EVALUACIÓN COMPARADA DE LOS PROGRAMAS CLÁSICO, NEOCLÁSICO Y ESTRUCTURALISTA	287

Ignacio Tomás Trucco | Nadia Estefanía Flores

Yamila Micaela Bevilacqua

DO <i>MITO DO DESENVOLVIMENTO</i> AO <i>MITO DA SECA</i> : BREVES NOTAS SOBRE CELSO FURTADO	311

Paulo Cesar O. Diniz

<i>O MITO DO DESENVOLVIMENTO</i> E UMA ALTERNATIVA FURTADIANO- MARXISTA PARA A REGULAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS	331

César Bolaño

A LUTA DA PERIFERIA PELA REORGANIZAÇÃO DO <i>MITO DO DESENVOLVIMENTO</i>	349

Isaías Albertin de Moraes

DECISÕES DO PASSADO E AÇÕES DO PRESENTE: PENSAMENTO POLÍTICO E PRÁTICA DEMOCRÁTICA NOS ESCRITOS DE CELSO FURTADO	373

Pedro Luís Cavalcante da Cunha

<i>O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</i> E A PERSPECTIVA FURTADIANA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL	399

Natasha Hevelyn Oliveira da Silva | João Morais de Sousa

LIMITES DO DESENVOLVIMENTO

FURTADO E <i>O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</i> : UMA CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO	429

**Ricardo Zimbrão Affonso de Paula | João Carlos Souza Marques
Dionatan Silva Carvalho**

O NORDESTE NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO: ENTRE O DIAGNÓSTICO E O MITO DE FURTADO	451

Hugo Feitosa Gonçalves | Francisco do O' de Lima Júnior

DO <i>MITO DO DESENVOLVIMENTO</i> ÀS TENSÕES NA FRONTEIRA ECOLÓGICA: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE AMBIENTAL E FURTADIANA DO BRASIL RECENTE.....	493

Fernando Ustariz | Marcia Queiroz

O “MITO” DA DIGNIDADE CAMPONESA: AS PERSPECTIVAS DO ARRENDAMENTO RURAL E A GERAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL.....	515

Bárbara Rahíssa Pinheiro de Lima | José Irivaldo Alves O. Silva

UTOPIA DO DESENVOLVIMENTO DO RICO MUNICÍPIO POBRE: UMA REFLEXÃO DO CULTIVO DA SOJA EM CAMPOS LINDOS DO TOCANTINS.....	535

Nilton Marques de Oliveira | Francisco Pereira de Sousa

ECONOMIA BRASILEIRA NOS 50 ANOS DE <i>O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</i>	559

Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior

MEMÓRIA

<i>O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</i>	585

Antonio Barros de Castro

QUEM CRESCE E QUEM PAGA	599

Celso Furtado

PREFÁCIO

A realidade do Mito

Rosa Freire d'Aguiar¹

Foi em Cambridge que Celso Furtado escreveu o ensaio *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, quando ocupava a cátedra Simon Bolívar do Centro de Estudos Latino-americanos. O texto foi apresentado na Faculdade de Economia no dia 8 de março de 1974, e depois reproduzido numa pequena apostila, de capa de cartolina amarela.² Em 1972, uma primeira versão fora publicada, com o título “Quem cresce e quem paga”, no jornal *Opinião*.³

Em meados dos anos 1970, encerravam-se os três decênios de prosperidade — os chamados Trinta Gloriosos — iniciados no final da Segunda Guerra Mundial, e logo eclodiria a primeira crise do petróleo de nefastos efeitos de curto e longo prazo nas economias mundiais. Foi

-
- 1 Jornalista, tradutora e editora. Publicou, entre outros títulos, “Diários Intermitentes de Celso Furtado” (Companhia das Letras, 2019) e “Correspondência Intelectual de Celso Furtado” (Companhia das Letras, 2021). Seu livro “Sempre Paris” (Companhia das Letras, 2023) ganhou em 2024 os prêmios Jabuti de Melhor Crônica e Jabuti Livro do Ano.
 - 2 *The Myth of Economic Development and the Future of the Third World*, Celso Furtado. Working Papers nº 16, Centre of Latin American Studies, University of Cambridge.
 - 3 “Quem cresce e quem paga”, Celso Furtado, *Opinião*, 4-11 dez. 1972, Rio de Janeiro.

nesse momento que o estudo “Limites do crescimento”, encomendado pelo *think tank* Clube de Roma aos cientistas do Massachusetts Institute of Technology (M.I.T.), revelou pela primeira vez as consequências ecológicas do estilo de desenvolvimento vigente nos países que lideraram a Revolução Industrial. O que aconteceria se Europa e Estados Unidos continuassem a expandir seu modelo capitalista e a sociedade de consumo se planetarizasse? A resposta era inapelável: a pressão sobre os recursos não renováveis — aqui embutidas a destruição de solos e florestas e a contaminação das águas — acarretaria uma catástrofe ambiental, precedida de um processo brutal de exclusão social nos países do então chamado Terceiro Mundo. Em outras palavras — e este era o fulcro do apocalipse anunciado —, os padrões de desenvolvimento dos países ricos não poderiam ser adotados universalmente, privando portanto a massa da população de seus benefícios. Visto por outro ângulo, Celso significava, no estilo sóbrio e rigoroso que era o seu, que o mundo permaneceria dividido entre economias desenvolvidas e economias subdesenvolvidas. Donde a conclusão de que o desenvolvimento era um “mito”. Mas em seguida a essa hipótese, ele esboça um caminho possível:

Graças a [essa hipótese] tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento*. A importância principal do modelo de “Os limites do crescimento” é haver contribuído — ainda que não tenha sido o seu propósito — para destruir esse mito, seguramente um dos pilares da doutrina que serve de cobertura à dominação dos povos de países periféricos dentro da nova estrutura do regime capitalista.⁴

No Brasil, *O Mito do Desenvolvimento Econômico* — composto pelo ensaio homônimo e mais três —, foi publicado em julho de 1974, com

4 *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, Celso Furtado, Paz e Terra, SP, 1996.

tiragem de dez mil exemplares.⁵ Ainda no mesmo ano, teve outras três tiragens de dez mil cada uma. Com quarenta mil exemplares em circulação, não espanta que em outubro fosse o quinto título na lista dos mais vendidos, depois dos de Chico Anysio, Lygia Fagundes Telles, Erico Verissimo e José Mauro de Vasconcelos.⁶ Logo viriam as traduções para castelhano, francês, polonês, inglês.

Passou-se meio século desde que Celso escreveu esse pequeno ensaio seminal. A população mundial então beirava os 4 bilhões. Hoje, é mais que o dobro. Se certos aspectos e previsões do relatório do Clube de Roma foram contestados e revistos, o debate do custo ecológico que dali brotou fez-se cada vez mais presente, e premente, face ao modelo predatório do sistema produtivo e ao consumismo desbragado — Celso dizia “conspícuo” — que se globalizou. A possibilidade de um desastre ecológico igualmente antevista por ele está hoje em todas as pautas, é discutida por todos os que não sofrem de miopia. Daí que a leitura desse pequeno grande livro cause uma perturbadora sensação de atualidade. Daí, igualmente, a necessidade de se ler e refletir sobre as análises, sugestões, propostas contidas neste “Celso Furtado e *O Mito do Desenvolvimento Econômico* 50 anos depois”. Os organizadores da obra, professores Cidival Morais de Sousa, Fernando Macedo, Ivo Marcos Theis e José Luciano Albino Barbosa, bem como seus coautores, ouviram os ecos dos alertas lançados há meio século e, mais ainda, souberam trazer para o presente e projetar para o futuro o que se afigurara, nas palavras de Celso, como a profecia de um colapso. A eles dirijo meus agradecimentos.

Permito-me um *post scriptum*. Eu terminava de escrever esta apresentação quando algo me remeteu a uma página dos *Diários intermitentes de Celso Furtado*. Lá confirmei a intuição: semanas depois daquele dia de 1974 em que apresentou para seus alunos em Cambridge as elucubrações do *Mito...*, Celso escreveu em seu diário: “Todos os mitos em que acreditei! Existirá algo fora dos mitos, em que se possa acreditar? E será que são mitos quando neles acreditamos?”.⁷

5 Op. cit., Paz e Terra, SP, 1974, 4. ed.

6 Cf. “Os mais vendidos – nacionais”, *Veja*, 2 de outubro de 1974.

7 *Diários intermitentes de Celso Furtado. 1937-2002*. Org., apresentação e notas de Rosa Freire d’Aguilar. Companhia das Letras, SP, 2019, p. 233.

APRESENTAÇÃO

Carlos Pinkusfeld Bastos¹

Datas comemorativas de obras de grandes autores são marcadas por intervalos de tempo relativamente arbitrários, como décadas, quartos e metade de século. Os 50 anos de *O Mito do Desenvolvimento Econômico* carrega essa força das datas comemorativas, porém com uma particularidade: o livro, escrito a partir da análise da realidade dos anos 1970, é, de certa forma, premonitório em seus temas e abordagens centrais.

O primeiro diz respeito a questão ambiental, reflexão estimulada pelo Relatório do Clube de Roma que no, início dos anos 1970, levantava problemas ambientais relacionados ao padrão de desenvolvimento dos países ocidentais. Obviamente que, decorridas décadas, o diagnóstico aí apresentado, ou melhor, a perspectiva em relação a questões de sustentabilidade, se volta muito mais para os efeitos sobre o meio ambiente das emissões de carbono que para a limitação de recursos naturais. Ainda assim, o desafio de política econômica se renova com dramaticidade muito maior: como encontrar soluções inadiáveis para a crise ambiental que, ao mesmo tempo, sejam inclusivas do ponto de vista

1 Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, PhD em Economia pela New School for Social Research, Nova York, USA. Professor Associado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Diretor Presidente do Centro Internacional Celso Furtado. Concentra suas atividades de ensino e pesquisa/publicações nas áreas de História Econômica, Economia Brasileira, Desenvolvimento Econômico e Finanças Públicas.

social e geoeconômico. Propostas de transição que não incorporem essas dimensões estarão fadadas a uma resistência política tanto de países como da maior parcela das populações tanto de países ricos como de menor renda per capita.

Outra questão importante abordada em *O Mito do Desenvolvimento Econômico* é a forma da organização produtiva em escala global e seus impactos na concentração da propriedade intelectual de tecnologias de ponta e a relação da dinâmica/apropriação das inovações tecnológicas com os padrões de desenvolvimento/consumo.

As tendências observadas por Furtado nos anos 1970 só se aprofundaram com a organização da produção industrial segundo cadeias de valores; uma concentração crescente da propriedade das empresas industriais, o crescimento da importância das tecnologias e serviços digitais que possuem escalas mínimas eficientes, de tecnologias chave, extraordinariamente elevadas.

Para discutir a obra de Furtado e seu legado este livro reúne mais de 20 capítulos, escritos por um universo muito diverso de autores brasileiros e internacionais, abrangendo um leque de temas amplos, mas sempre dialogando de forma profícua com o pensamento de Furtado em geral e de *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, em particular.

Sem querer esmiuçar cada uma das contribuições, estas, certamente, trarão ao leitor uma experiência muito rica e um aprofundamento na leitura e interpretação de *O Mito do Desenvolvimento Econômico* em si bem como na sua inserção e importância dentro da obra de Furtado; na discussão mais ampla dos temas aí tratados, com ênfase nas questões de meio ambiente e limites aos padrões de crescimento que não tomam como crucial a variável ambiental. Alguns ensaios expandem a reflexão contida no livro de Furtado para temas correlatos ou que procuram incorporar elementos socioeconômicos inexistentes na década de 1970 e na reflexão moderna sobre a história econômica do Brasil.

Permito-me, entretanto, abrir uma exceção na promessa feita no parágrafo anterior e mencionar um capítulo em particular deste livro por razões, que julgo, sejam mais que justas. Refiro à contribuição do professor Antônio Barros de Castro, um dos mais importantes herdeiros de Furtado e figura central na consolidação da escola estruturalista brasileira ao lado de Carlos Lessa e da professora Maria da Conceição Tavares. Barros de Castro escreveu a primeira resenha

crítica sobre *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, que foi publicada na Revista Pesquisa e Planejamento Econômico, em dezembro de 1974, poucos meses depois do lançamento deste livro.

Como todo grande autor, Castro a partir do texto original procura dar sua contribuição ao debate levantado por Furtado sobre o papel da grande corporação internacional na dinâmica do capitalismo mundial. Castro problematiza a ideia de que a estrutura oligopólica internacionalizada do pós-guerra tenha sido a responsável pelo dinamismo da chamada “Golden Age”. Para isso, observa que diferentes países do centro, a despeito de possuírem as mesmas estruturas produtivas, apresentaram desempenho macroeconômico muito diverso. Aliás, para Castro esta interpretação também não seria capaz de explicar o que ele chama de “a crise do capitalismo” que estaria ocorrendo na primeira metade dos anos 1970. Castro também debate a própria capacidade das grandes empresas oligopólicas determinarem o crescimento da economia como um todo a partir da dinâmica do setor moderno e minoritário da sociedade brasileira bem como o processo de determinação dos salários reais na periferia.

A inclusão da resenha do professor Barros de Castro é de enorme importância não apenas pelo peso intelectual de seu autor, mas principalmente por mostrar que uma grande obra e um grande autor servem, como no ditado, como ombros de gigantes sobre os quais outros estudiosos possam subir e ver mais longe.

É neste sentido e não apenas como uma publicação comemorativa, que este livro deve ser visto. Seu conjunto de excelentes contribuições devem, e certamente irão, ajudar na reflexão sobre um mundo que apresenta enormes e urgentes desafios. E desafios num cenário que Furtado não teria como prever nos anos 1970.

Apesar de, como notado em vários ensaios do livro, Furtado ter uma postura muito crítica em relação ao capitalismo “consumista” que marcou o século XX sob a hegemonia dos EUA e seu “american way of life”, foi este modelo que, por assim dizer, venceu a guerra fria e acabou impondo-se em algum momento da história como seu suposto fim, ou a única opção possível de organização socioeconômica. Entretanto, como indiretamente se pode derivar da postura crítica de Furtado, essa alternativa se apresentou incapaz de estabelecer uma ordem estável, o suposto fim da história. Ao contrário: colaborou para o retorno de fantasmas políticos que muitos julgavam enterrados para sempre.

Assim, o pensamento crítico de Furtado a uma organização produtiva e social que só se exacerbou desde os anos 1970 se torna nos dias de hoje mais que uma reflexão intelectual e sim uma questão inadiável dada a urgência dos problemas que temos pela frente.

APONTAMENTOS PARA UMA LEITURA CRÍTICA DE *O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO*

Cidoval Moraes de Sousa¹
Fernando Macedo²
Ivo Marcos Theis³
José Luciano Albino Barbosa⁴

Introdução

A presente coletânea oferece uma visão abrangente do livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), de Celso Furtado, que atingiu meio século em 2024, e já foi traduzida em diversos países, destacando-se, dentre eles, Polônia, Alemanha, França e Japão. No Brasil, o seu cinquentenário tornou-se objeto de múltiplos eventos (seminários, debates, fóruns, lives,

-
- 1 Doutor em Geociências pelo IGE-Unicamp (2005) e professor associado da UEPB, vinculado ao PPGDR e PPGECEM. É colaborador do PPGCTS da UFSCar. <https://orcid.org/0000-0002-7812-8667>
 - 2 Economista, professor titular do Instituto de Economia da Unicamp e coordenador do Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais – GETETE. <https://orcid.org/0000-0002-8690-2077>
 - 3 Economista, Doutor em Geografia Humana pela Eberhard-Karls Universität Tübingen/Alemanha (1997). É professor e pesquisador do PPGDR da FURB (Blumenau) e visitante sênior do PPGDAS da UNIFAP. <https://orcid.org/0000-0003-0128-2188>
 - 4 Cientista Social e Doutor em Sociologia (UEPB 2010), com pós-doutorado em Desenvolvimento Regional (FURB 2025). É professor Associado da UEPB e do quadro permanente do PPGDR. <https://orcid.org/0000-0002-4614-3715>

podcasts), artigos e dossiês em periódicos acadêmicos e não acadêmicos, matérias, notas, homenagens, artigos em diferentes mídias e redes sociais, e livros como o dos economistas Alexandre Barbosa e Alexandre Saes - *Celso Furtado: Trajetória, Pensamento e Método* -, publicado na coleção *Ensaio* da editora Autêntica (2024). Além disso, merece destaque uma reedição especial realizada pela editora Ubu (2024), com prefácio de Leda Paulani, considerada editorialmente a edição definitiva de *O Mito*.

Apesar de ter sido lançado em 1974, as principais ideias de *O Mito*, como demonstraremos adiante, foram antecipadas em pelo menos dois anos através de um artigo de Furtado publicado no jornal *Opinião* (dezembro de 1972) e que, aqui, reproduzimos na íntegra. Nesta coletânea, mais de 40 autores e autoras de diversas instituições brasileiras e latino-americanas analisam e discutem a crítica de Furtado à ideia de que o desenvolvimento econômico, nos moldes dos países ricos, seria universalmente atingível, ressaltando as limitações dos recursos naturais e as desigualdades sociais persistentes. Os diferentes ensaios, estudos empíricos e relatos de experiências problematizam, entre outras questões, a interconexão entre economia, cultura e história, a acumulação de capital, as relações centro-periferia e a relevância da ação estatal para um desenvolvimento autêntico.

Para Furtado, o termo “mito”, no contexto do desenvolvimento econômico, refere-se a um discurso enganoso e falacioso, uma crença coletiva amplamente aceita que, no entanto, é fundamentalmente irrealizável. Dizia que os mitos são como “faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social”, permitindo-lhe focar em certos problemas e ignorar outros, enquanto proporcionavam conforto intelectual ao fazer com que discriminações valorativas parecessem reflexos da realidade objetiva (1974). Não passava de mito, portanto, a crença de que os padrões de vida (especialmente de consumo) dos países ricos podem e devem ser acessíveis a todos. Segundo ele, tal compreensão serviu para mobilizar os povos da periferia a aceitar enormes sacrifícios, legitimando a destruição de culturas arcaicas, a degradação do meio físico e a justificação de formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo.

Influenciado pelo relatório *Os Limites do Crescimento*, do Clube de Roma (1972), Furtado argumentou que o custo de degradação do mundo físico (recursos não renováveis e poluição) inerente ao estilo de vida dos países desenvolvidos é tão elevado que a sua universalização levaria

ao colapso da civilização contemporânea. Nesse contexto, foi um dos pioneiros a perceber que os problemas ambientais não eram puramente naturais, mas socioambientais, decorrentes de um sistema de decisões voltado a interesses privados. A criação de valor econômico, de acordo com ele, frequentemente resulta em processos irreversíveis de degradação do mundo físico. Criticou, com veemência, a ingenuidade de se acreditar que o progresso tecnológico por si só resolveria esses problemas e denunciou, com intrepidez, que o Produto Interno Bruto (PIB), como medida de progresso, ignora os custos da destruição de recursos naturais (solos, florestas, poluição de águas) e o desgaste humano, tornando-se um “labirinto de espelhos” que pode ser usado para iludir.

Para os vários autores e autoras desta coletânea, a crítica de Furtado ao “mito” não significou a negação do desenvolvimento em si, mas um apelo à construção de um conceito mais coerente e inclusivo: para além de sua dimensão econômica, o desenvolvimento deve ser entendido como um processo histórico e cultural: implica em atingir as necessidades fundamentais da coletividade, valorizar a diversidade cultural e a criatividade humana, promover a justiça social e a equidade, e garantir a sustentabilidade ambiental. Além disso, destacou a importância do Estado e do planejamento como ferramentas para orientar o desenvolvimento em direção a esses objetivos, contrastando com a lógica privada dos mercados e a imposição de modelos externos, temas recorrentes nos capítulos que integram a presente livro.

Sobre Celso Furtado

Celso Furtado foi um homem de múltiplas facetas, cuja trajetória foi marcada por uma série de experiências e desafios que o tornaram um dos principais pensadores da economia e da política no Brasil (Barbosa e Saes, 2024). Nascido em 1920, em Pombal, Paraíba, teve uma carreira que se estendeu por várias décadas e compreendeu diferentes papéis e funções. Desde seu início, como funcionário público no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), até sua atuação como economista na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), demonstrou profunda compreensão das questões econômicas e sociais que afetavam o Brasil e o subcontinente.

Sua experiência como gestor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Ministério do Planejamento, também lhe permitiu desenvolver uma visão crítica sobre o desenvolvimento econômico e social do país. Os anos de exílio, durante os quais trabalhou como professor em universidades do exterior (Yale, Harvard, Colúmbia, King's College, Sorbonne) não o afastaram de suas utopias e projetos de transformação. Pelo contrário, essa experiência parece ter reforçado a convicção de que era necessário criar um modelo de desenvolvimento mais justo e igualitário. Quando regressou ao Brasil, participou ativamente da transição democrática e da estruturação do Ministério da Cultura, desafiando as promessas do “capitalismo global” e defendendo uma abordagem mais crítica e reflexiva sobre o desenvolvimento.

A obra de Celso Furtado é marcada por uma profunda análise crítica das questões econômicas e sociais que afetam o Brasil e a América Latina. Sua verve analítica e capacidade de articular teoria e prática tornaram-no um dos principais pensadores da região. Sua dedicação às utopias e projetos de transformação do Brasil, como já demonstrado por diferentes autores brasileiro a exemplo da trilogia *Celso Furtado: a esperança militante* (Sousa, Barbosa e Theis, 2020), é um testemunho de sua paixão pela justiça social e pela igualdade. Escreveu mais de três dezenas de livros, alguns dos quais referências obrigatórias para quem quer conhecer o Nordeste, as economias brasileira e latino-americana, as relações entre o centro e a periferia, o subdesenvolvimento e a cultura.

Não é este o lugar para listar seus livros, nem, evidentemente, para comentá-los. Mas, elementos conjunturais podem ser trazidos à superfície, em benefício de uma melhor contextualização de *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Em primeiro lugar, sua obra está distribuída ao longo da vida. Excluindo-se as memórias da Segunda Guerra Mundial (Furtado, 1946), seu legado intelectual – cujos primórdios se localizam em meados dos anos 1950 e suas últimas criações, a apenas dois anos de sua morte – tem aportes regulares, em ritmo impressionante. Em segundo, há momentos em que se ocupa mais de determinados temas do que de outros. Os assuntos antes mencionados (Nordeste, Brasil, América Latina, subdesenvolvimento, cultura) são tratados com frequência maior ou menor em diferentes momentos, valendo destacar a aguçada percepção de tendências, como o agravamento da questão da dívida externa, a globalização, a ascensão do neoliberalismo – que renderam livros preciosos.

Em terceiro lugar, talvez se possa identificar uma preocupação maior com o empírico em uma etapa inicial de sua produção intelectual, ganhando peso o teórico, na passagem por Paris, e o filosófico, nos anos finais de sua vida. Com isso não se quer dizer que essas dimensões não possam estar presentes, em distintos graus, em todas as etapas. Apenas, que Furtado se ocupou da realidade (a exemplo da brasileira), nos anos 1950 com vistas a lograr diagnósticos mais apurados, preocupação menor, senão ausente, nos ensaios mais reflexivos contidos em *O capitalismo global* (Furtado, 1997) e *Em busca de novo modelo* (Furtado, 2002).

E, por fim, Furtado sempre empregou, em seus escritos tecnocientíficos, o método de análise histórico-estrutural: em vez de se apegar a modelos abstratos e universais, transcendendo a dimensão econômica, priorizava a historicidade dos processos e as particularidades das formações sociais e econômicas latino-americanas. Dada a natureza estrutural do subdesenvolvimento e as falhas de mercado inerentes às economias periféricas, defendia que o Estado deveria ser um agente promotor de transformações, atuando no fomento à industrialização, na reforma agrária, na educação e na distribuição de renda. Sua defesa do planejamento não era uma adesão cega ao centralismo estatal, mas, sim, uma compreensão da necessidade de coordenar esforços e recursos para superar os entraves históricos e construir um caminho autônomo. Em suma, o método de Furtado, como bem apontam Bresser-Pereira (2021), Barbosa e Saes (2024) e Leda Paulani (2024), é marcado pela historicidade, interdisciplinaridade e pela centralidade da questão da dependência, oferecendo uma lente poderosa para entender e propor soluções aos desafios de economias periféricas.

Projeto 50 anos

Não é equivocado vaticinar que *O Mito do Desenvolvimento Econômico* trata de certa autocritica de Furtado no que se refere à fé, naqueles idos, inquebrantável, na ideia de desenvolvimento. Convém lembrar que ele já se ocupara dessa crítica ao teorizar, original e criativamente, sobre o subdesenvolvimento. No entanto, a chave pode ser o despertar para o que designaria, corajosamente, de “mito”. O uso corrente da palavra “mito” diz respeito a narrativas sobrenaturais e heroicas, cujo significado possui estrutura orientada para a comunicação de referências importantes a

um determinado grupo, especialmente, sobre sua origem e definição de identidade.

Do ponto de vista antropológico, o estudo do mito foi destinado à compreensão dos fenômenos mágico-religiosos das sociedades não ocidentais, ditas “primitivas”, como se as formulações mitológicas estivessem presentes ao passado, a exemplo da mitologia grega, ou ao contexto “não civilizado”. No âmbito da sociedade científica e desencantada, não haveria espaço para tais narrativas, mas às formas disciplinadas pela razão e metodologia próprias ao que se estabeleceu a partir do Iluminismo e da revolução científica moderna (Weber, 1981).

É importante destacar, nesse contexto, o estudo de Lévi-Strauss (1980), quando percebeu o sistema de significados e estruturas que lhes são próprios. Todo mito comunica em um nível estrutural, inconsciente, de eficiência simbólica capaz de orientar socialmente as pessoas para a tomada de decisões, mesmo que a partir de histórias fantasiosas para o olhar do não nativo. Para os que não fazem parte do complexo de significados dos mitos, tudo não passa de ilusões e narrativas próprias de fases imaturas de racionalidade.

No entanto, quanto mais fantasioso, mais o mito toma proporções de realidade àqueles que o compartilham no processo de socialização. Edmund Leach (1983) analisou algumas formulações mitológicas no âmbito judaico-cristão como “o Gênesis”, “Nascimento virgem” e “A legitimidade de Salomão”, demonstrando o poder estrutural-simbólico dessas narrativas bíblicas para a orientação valorativa e cultural de inúmeros fiéis. Quanto mais fantástico, mais assume uma dimensão verossímil e factível. Assim, os mitos operam como faróis ou ideias-chave para sociedades inteiras. No contexto Ocidental, o mito do “El Dorado” (Langer, 1997), que significa “O Dourado” em espanhol, é uma história sobre um reino lendário de grande riqueza.

No início do século XVI, exploradores espanhóis, incluindo Francisco Pizarro e Hernán Cortés, procuraram El Dorado após ouvir relatos de uma rica cidade. Expedições como as de Gonzalo Pizarro, Sebastián de Belalcázar e Francisco de Orellana buscaram o lendário reino, justificando a incansável ocupação territorial. Também os portugueses foram motivados por esse mito, o que induziu exploradores à conquista da Amazônia ao encontro da “cidade construída em ouro” e cheia de pedras preciosas.

Assim, justifica-se a ânsia portuguesa em adentrar a gigantesca floresta, não porque estavam preocupados com o meio ambiente, mas pelo mito da riqueza inestimável. O desejo de encontrar as construções em ouro que o mito orientava levou as incursões de bandeirantes para os sertões, movidas mais por histórias mitológicas do que por planos e projetos de ocupação e exploração empresarial. Em resumo, as buscas por indígenas para escravidão – Negros da Terra – e ouro podem ser consideradas as principais motivações da empreitada portuguesa ao interior do que foi se construindo como Brasil.

No contexto moderno, quer dizer, a partir da consolidação da sociedade industrial, urbana e de consumo, orientada por princípios científicos desencantados, como definido por Weber (1981), toda menção a formulações míticas passou a ser considerado, pelo pensamento ocidental, como típico ao passado e próprio de sociedades não “civilizadas”. Quando Celso Furtado realiza estudos, no início dos anos de 1970, e publica *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), procede ao questionamento crítico ao que, até então, era visto no plano das certezas modernas. Em outras palavras, a “ideia diretora” que movia o capitalismo fundamentava a universalização do desenvolvimento econômico, implicando na padronização do consumo em escala sem precedentes na história e comprometendo a própria sobrevivência humana no planeta.

O Mito do Desenvolvimento Econômico se revela, em nossa leitura, na perspectiva de denúncia à estrutura que reproduz o subdesenvolvimento, baseado na heterogeneidade tecnológica, grandes desigualdades na produtividade do trabalho, população vivendo no nível de subsistência e com alta taxa de desemprego. Com esse livro, Furtado reitera que considera mito, no sentido de fantasia e ilusão moderna, que expande, em escala planetária, os valores do crescimento econômico como a grande meta, com seus padrões de consumo. O resultado não podia ser diferente: é concentração de renda, destruição da natureza e aumento da dependência. No caso brasileiro, em particular, aponta como o subdesenvolvimento combinou industrialização às estruturas conservadoras de concentração de renda e desigualdades.

Ao mesmo tempo em que se coloca como a única alternativa para superação dos atrasos sociais e econômicos, o desenvolvimento radicaliza seu oposto, o próprio subdesenvolvimento. Torna-se mito pelo convencimento coletivo e padrão valorativo para todos, quando,

na verdade, reproduz estruturas de dominação que favorecem grupos específicos. Um exemplo disso é o próprio Brasil que, nos anos de 1970, experimentou taxas expressivas de crescimento anual, em média 6%, mas com concentração de renda e aumento da desigualdade social.

No caso brasileiro, o “Milagre Econômico” (1968 - 1973), mostrou como a economia sempre é política, controlada por centros de decisão e em conflito com aqueles que fazem enfrentamentos a tal processo de concentração. O trabalho dos que estudam, portanto, a economia e, mais ainda, as relações sociais, consiste em realizar o “exercício da desmistificação”: não tomar as narrativas hegemônicas como verdades absolutas, ou mesmo entusiasmar-se com o desenvolvimento, por exemplo, quando ele se revela no processo estrutural de reprodução política de dominação.

Assim, Furtado amplia a sua compreensão de desenvolvimento ao incorporar tanto a questão ambiental, quanto a cultural no seu radar de análise, redirecionando, por assim dizer, a própria abordagem do campo de estudo, sem perder de vista o desenvolvimento como possibilidade e esperança. A coerência do que foi seu pensamento continua, dos escritos sobre o GTDN (Grupo para o Desenvolvimento do Nordeste), ainda nos anos 1950, que favoreceram a criação da SUDENE e o entusiasmo em relação ao que poderia ter sido o Brasil no pós-Segunda Guerra, ao *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. *O Mito* sinaliza um Furtado que se notabiliza como teórico do subdesenvolvimento, presente entre os pensadores latino-americanos orientados, naquele momento, à crítica ao processo de dependência e ao que, posteriormente, consolidou-se nos escritos decoloniais.

Quem cresce e quem paga

O Mito do Desenvolvimento Econômico foi publicado em 1974, embora uma versão preliminar do texto, como sinalizamos acima, tenha sido antecipada em dois anos no Brasil pelo Semanário *Opinião* (número 05, edição de 4-7 de dezembro de 1972). O título dessa versão é sugestivo e provocador: *Quem cresce e quem paga*. A publicação foi feita poucos meses depois do lançamento do livro encomendado pelo Clube de Roma, *Os Limites do crescimento*, e, nela, Furtado já enfatizava a sua leitura particular do documento, colocando em dúvida os reais propósitos do

livro-relatório: o estudo do Clube de Roma não se preocupa diretamente com o problema da crescente utilização pela economia norte-americana dos recursos naturais dos países do Terceiro Mundo e muito menos com as consequências para estes países desse processo.

O problema, para Furtado, parecia elementar: como imaginar que os padrões de consumo dos países ricos (o fluxo permanente de novos produtos que forra nesses países) poderiam ser transplantados para um país com renda de cinco a dez vezes menor? Tal transplante somente seria possível, segundo ele, se se lograsse concentrar brutalmente a renda, isto é, se os frutos do crescimento econômico fossem canalizados em benefício de uma minoria. A ideologia do desenvolvimento como um fim em si mesmo consegue encobrir esses aspectos do problema e tranquilizar as consciências. E acrescenta: posto que o estilo de vida dos países ricos não é generalizável, desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado na maioria dos países do Terceiro Mundo, isto é, como um esforço para parecer-se aos países que lideraram a revolução industrial, é um simples mito.

Os capítulos que constam desta coletânea tratam desse contexto, de maneira que basta lembrar que as teses furtadianas, na época do lançamento de *O Mito*, soaram estapafúrdias, senão mesmo equívocos – teórica e metodologicamente – imperdoáveis, sobretudo, para os apologetas do crescimento ilimitado. Primeiro, no plano internacional, o consenso de Bretton Woods foi rompido por uma sucessão de eventos então inesperados: a quebra da paridade ouro-dólar, em 1971, a publicação de *Limites do Crescimento*, em 1972, e a crise petroleira, em 1973. Segundo, no plano nacional, os logros da política econômica dos governos militares estavam condicionados pela disponibilidade de crédito em moeda forte – o que levaria, poucos anos depois, à já referida dívida externa – e por um consenso difícil de ser preservado entre as diversas frações do capital.

O Mito, para nós, é, em síntese, extremamente relevante no contexto atual: a) oferece uma crítica aguda às narrativas predominantes sobre desenvolvimento; b) defende, sem subterfúgios, que o desenvolvimento deve ser entendido como um processo histórico e cultural, e não apenas como um resultado econômico; c) denuncia que as economias periféricas, como a brasileira, enfrentam desafios estruturais que dificultam sua evolução em direção a um desenvolvimento autônomo e sustentável; e d) continua a ser um guia importante para navegar pelos desafios do século

XXI, insistindo na importância de um desenvolvimento que respeite a complexidade e a diversidade brasileira.

A presente coletânea é fruto de um esforço conjunto de diferentes atores institucionais e acadêmicos, iniciado em 2023 em Campina Grande (PB), com um seminário híbrido, coordenado pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (PPGDR UEPB), e que reuniu pesquisadores e leitores de Celso Furtado de várias regiões do Brasil e da América Latina. A partir desse evento, foi lançada, pela EDUEPB, com apoio de uma rede importante de colaboradores (UEPB, INSA, IDENE, Centro Internacional Celso Furtado, OBSERNE) chamada pública de capítulos para um livro que discutiria os 50 anos de *O Mito*. Após um processo de leitura, avaliação e revisão dos trabalhos recebidos (mais de 100), a coletânea foi composta por textos de mais de 40 autoras e autores, resultando em um livro robusto e diversificado, com quatro partes que se integram, dialogam e se complementam em suas diferenças: Desvelando *O Mito*; Conexões e novas leituras; Limites do Desenvolvimento; e Memória.

Primeira parte: Desvelando o Mito

O capítulo que abre a primeira parte deste livro é *O mito desnudo e a utopia do desenvolvimento*, de Antonio Carlos Filgueira Galvão. O texto analisa, dentre outras questões, a perene atualidade de *O Mito*, que, segundo o autor, antecipou tendências como a dominação das grandes empresas internacionais, a acumulação exacerbada e a agudização das desigualdades sociais. No segundo capítulo, *A Novidade de O Mito do Desenvolvimento Econômico Meio Século Depois*, Ivo Marcos Theis denuncia como o “mito” desviou a atenção das necessidades coletivas e justificou a dependência e a degradação do meio ambiente, posicionando Furtado como um pensador do subdesenvolvimento atento à justiça socioambiental.

Já no capítulo *Interpretando la fantasía del mito del desarrollo*, Carlos Mallorquin classifica *O Mito* como um ponto de inflexão no pensamento de Celso Furtado. De acordo com Mallorquin, a ideia de “mito” serve para desviar a atenção das necessidades coletivas e legitimar a exploração e a dependência, e sugere que o ensaio de 1974 foi um passo na evolução do economista paraibano rumo à defesa de uma luta da periferia por um desenvolvimento soberano e autêntico. No capítulo *Os 50 anos do livro*

“O Mito do Desenvolvimento Econômico” de Celso Furtado, José Eustáquio Diniz Alves destaca que “este livro foi inovador ao questionar a premissa de um desenvolvimento universal linear e ilimitado para todas as nações e vincular a degradação ambiental às desigualdades estruturais”.

No capítulo *As Narrativas do Mito do Desenvolvimento Econômico*, Rômulo Carvalho Cristaldo, Juliana Rodrigues de Senna e Lara Sousa Matos, exploram o desenvolvimento como uma narrativa mítica e estruturante do capitalismo, “fábula” que promete um destino universal de prosperidade, legitima a dependência, a exploração e a degradação ambiental, desviando a atenção das necessidades coletivas e da verdadeira dinâmica do sistema.

Os autores Clério Plein e Eduardo Ernesto Filippi, em *Do Mito do Desenvolvimento Econômico ao Mito do Progresso*, exploram o conceito de “mito” em Celso Furtado e em Gilberto Dupas (2006), destacando que o desenvolvimento e o progresso são falácias por destruírem o meio ambiente (esgotamento de recursos e poluição) e por não acabarem com a pobreza e as desigualdades sociais. Em *Para além do mito, em busca do verdadeiro desenvolvimento*, Fernanda Graziella Cardoso chama atenção para o desencantamento de Furtado com estratégias como a industrialização para superar o subdesenvolvimento e também destaca a evolução do pensamento do economista, que expande a compreensão de desenvolvimento para além do econômico, incorporando dimensões sociais, políticas, culturais e ecológicas”. No último capítulo da primeira parte Markus Erwin Bose, no texto *Mitos, profecias e utopias do desenvolvimento*, pontua que o conceito de “mito”, para Furtado, funciona como uma hipótese orientadora, mas “não testável”; revisita suas “profecias” sobre a insustentabilidade do crescimento econômico linear; e destaca a urgência de se repensar o desenvolvimento com “epistemologias do Sul” e utopias de inclusão social.

Segunda parte: Conexões e novas leituras

O texto que abre a segunda parte foi publicado há mais de 20 anos e seu autor, Clóvis Cavalcanti, é considerado um dos pioneiros, no Brasil, na introdução do debate sobre a questão ambiental em Celso Furtado. Em *Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento com falácia*, Cavalcanti enfatiza as críticas de Furtado à concentração de renda e ao mimetismo

cultural que, segundo ele, reproduzem as desigualdades estruturais e degradam o meio ambiente e tornam o desenvolvimento inalcançável para a maioria. Já Carlos Brandão, em *A unidade dialética subdesenvolvimento-desenvolvimento e os recursos naturais não-renováveis*, discute, dentre outras questões, a ênfase de Furtado nos fatores institucionais e ecológicos, no papel dos grandes conglomerados empresariais na exploração de recursos não renováveis e na degradação ambiental, e na defesa do planejamento estatal como essencial para orientar o uso de recursos e promover a justiça socioambiental.

Em *El mito de los recursos naturales en el pensamiento económico: una evaluación comparada de los programas clásico, neoclásico y estructuralista*, Ignacio Tomás Trucco, Nadia Estefanía Flores e Yamila Micaela Bevilacqua, realizam uma análise comparativa de como os recursos naturais (RRNN) são abordados em três grandes correntes do pensamento econômico: Clássica (e Sraffiana), Neoclássica e Estruturalista, na qual Furtado é incluído. O objetivo é demonstrar que, à medida que a problemática dos RRNN é incorporada ao horizonte da análise econômica, as relações sociais e as instituições emergem como problemas fundamentais a serem resolvidos.

No texto *O Mito do Desenvolvimento e uma alternativa furtadiano-marxista para a regulação das plataformas digitais*, César Bolaño destaca, dentre outras questões, a crítica ao “progresso tecnológico” como fetiche e à satisfação de “interesses privados” que levam à degradação ambiental. Para Isaías Albertin de Moraes, autor de *A luta da periferia pela reorganização do Mito do Desenvolvimento*, a agenda que emerge do livro de Furtado é a “reorganização do mito”, valorizando a cultura e a criatividade local para construir um desenvolvimento autêntico, inclusivo e soberano, com o Estado insurgente-vanguardista.

Pedro Luís Cavalcante da Cunha, em *Decisões do passado e ações do presente: pensamento político e prática democrática nos escritos de Celso Furtado*, analisa a inserção de Furtado na burocracia estatal e sua luta pela SUDENE, evidenciando a busca por um desenvolvimento inclusivo e democrático, enfrentando o clientelismo e as oligarquias. No capítulo, *Do mito do desenvolvimento ao mito da seca: breves notas sobre Celso Furtado*, Paulo Cesar Diniz afirma que, antes mesmo de *O Mito*, em textos sobre o Nordeste, o economista paraibano já defendia que o problema do atraso da região não era o fenômeno natural da seca, mas, sim, a anacrônica estrutura social e econômica, representada pelo latifúndio. E Natasha Hevelyn Oliveira

da Silva e João Morais de Sousa, no texto *O Mito do Desenvolvimento Econômico e a perspectiva furtadiana de desenvolvimento cultural*, defendem que o verdadeiro desenvolvimento é um processo social que estimula a criatividade e a inventividade das culturas populares com inclusão, independência e resistência à lógica instrumental do capitalismo.

Terceira parte: Limites do Desenvolvimento

Em *Furtado e O Mito do Desenvolvimento Econômico: uma crítica ao desenvolvimento*, Ricardo Zimbrão Affonso de Paula, João Carlos Souza Marques e Dionatan Silva Carvalho exploram a crítica de Celso Furtado aos limites socioambientais do capitalismo, e a defesa de um novo paradigma de desenvolvimento que transcenda a mera acumulação e promova justiça social e equilíbrio ambiental, incorporando os custos ambientais à análise econômica. Para Hugo Feitosa Gonçalves e Francisco do O' de Lima Júnior, em *O Nordeste no processo de industrialização brasileiro: entre o diagnóstico e o mito de Furtado*, a industrialização brasileira, exemplificada pelo Nordeste, não superou o subdesenvolvimento, mas o perpetuou criando uma periferia interna em relação ao centro Sul e Sudeste. O “mito” do desenvolvimento universal, confirmando as teses de Furtado, serviu apenas para legitimar essa dinâmica de dependência e exclusão social, provando que o crescimento não garantia o bem-estar para a maioria da população.

Para Fernando Ustariz e Marcia Queiroz, em *Do mito do desenvolvimento às tensões na fronteira ecológica: elementos para uma análise ambiental e furtadiana do brasil recente*, Furtado antecipou que o padrão de acumulação capitalista, intensivo em recursos naturais, gera custos ecológicos irreversíveis sem elevar o bem-estar da maioria. No capítulo *O Mito da Dignidade Camponesa: as Perspectivas do Arrendamento Rural e a Geração de Energia Renovável*, Bárbara Rahíssa Pinheiro de Lima e José Irivaldo Alves O. Silva, abordam, a partir de *O Mito* de Furtado, a recente inserção dos assentamentos na geração de energias renováveis, como usinas eólicas e plantas solares. Afirmam que essa oportunidade, se não for cautelosa e incluir a “justiça energética” (distributiva, procedimental e de reconhecimento), pode apenas reforçar a apropriação capitalista da terra e dos recursos naturais, perpetuando desigualdades e o monopólio fundiário.

O estudo *A utopia do desenvolvimento do rico município pobre: uma reflexão do cultivo da soja em Campos Lindos*”, de Nilton Marques de Oliveira e Francisco Pereira de Sousa, investiga o município de Campos Lindos (TO) e revela que o crescimento do agronegócio (soja) e, conseqüentemente, do PIB na região, longe de trazer bem estar social, tem resultado em conflitos, trabalho análogo à escravidão e expulsão de pequenos agricultores de suas terras. O capítulo de Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior - *Economia brasileira nos 50 anos de “O Mito do Desenvolvimento Econômico*—destaca a atualidade da tese furtadiana segundo a qual desenvolvimento não é apenas PIB. O texto argumenta que a estagnação econômica e as desigualdades sociais no Brasil contemporâneo, validam as previsões de Furtado, que oferecem valiosos insights para superar desafios e buscar um desenvolvimento mais autêntico e justo.

Memória

Deixamos para a última parte dois textos emblemáticos. Inicialmente, temos a primeira resenha crítica que a obra de Furtado aqui discutida recebeu. Foi escrita pelo saudoso economista Antonio Barros de Castro e publicada poucos meses depois do lançamento de *O Mito*. Castro reconhece a originalidade do texto ao caracterizar o subdesenvolvimento como fenômeno histórico singular, mas minimiza a preocupação de Furtado com os limites do meio físico ao crescimento, tratando-a como “mero expediente” para chamar a atenção para a “ilusão do desenvolvimento”.

Em seguida, temos a versão inicial de *O Mito*, publicada no Brasil em dezembro de 1972, no jornal Opinião, em que Furtado desenha a estrutura de sua crítica ao relatório *Os Limites do Crescimento*, ponto de partida das reflexões que aprofundaria no livro de 1974. Em síntese, o texto reforça a capacidade do autor de ir além da análise econômica e conectar a economia à cultura, à história e às questões socioambientais e oferece uma base rica para refletir sobre as soluções para os desafios do Brasil naquele momento. A relevância e a novidade residem em sua crítica aguda às narrativas predominantes, desafiando a ideia de que o crescimento econômico automático e incondicionado traria prosperidade para todos.

As propostas de Furtado, como mostraremos ao longo deste livro, fornecem subsídios para repensar agendas contemporâneas, como a

promoção da justiça social, a inclusão econômica, o papel do Estado e a sustentabilidade ambiental. Seu legado intelectual continua a oferecer valiosos *insights* para superar os desafios e buscar um desenvolvimento mais autêntico e justo. Inspirado por ele, o trabalho dos que estudam a economia e as relações sociais consiste, em nosso ver, em realizar o exercício da desmistificação, não tomando as narrativas hegemônicas como verdades absolutas, mas buscando a reinvenção do desenvolvimento em bases civilizatórias e inclusivas.

Referências

BARBOSA, Alexandre de Freitas; SAES, Alexandre Macchione. **Celso Furtado**: trajetória, pensamento e método. São Paulo: IEB/Autêntica, 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Método e paixão em Celso Furtado. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações): vol. 1 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, pp. 85-113. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection. ISBN: 978-65-86221-08-4. <https://doi.org/10.7476/9786586221695.0006>

DUPAS, Gilberto. **O Mito do Progresso**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

EVANS, Peter. **A tríplice aliança**: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FURTADO, Celso. **Contos da vida expedicionária**: de Nápoles a Paris. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LANGER, Johnni. O mito do Eldorado: origem e significado no imaginário sul-americano (século XVI). **Revista de História**, n. 136, 1997.

LEACH, Edmund. **Antropologia** (Col. Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1983.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e significado**. Tradução de Antonio Carlos Vianna. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 1980.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis, L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, Willian W. **The limits to growth**: a report for the Club of Rome's Project on the predicament of mankind. New York: Universe Books, 1972.

PAULANI, Leda. Um esforço singular de interpretação: “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, cinquenta anos depois. In: FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Ubu Editora, 2024, p. 2-10.

SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações): vol. 1 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020. Disponível Em: <https://books.scielo.org/search/?lang=pt&index=tw&q=&filter%5Bpublisher%5D%5B%5D=EDUEPB&-submit=Pesquisar>

SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. Celso Furtado: a esperança militante (Depoimentos): vol. 2 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020. Disponível em: <https://books.scielo.org/search/?lang=pt&index=tw&q=&filter%5Bpublisher%5D%5B%5D=EDUEPB&-submit=Pesquisar>

SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. Celso Furtado: a esperança militante (Desafios): vol. 3 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020. Disponível em: <https://books.scielo.org/search/?lang=pt&index=tw&q=&filter%5Bpublisher%5D%5B%5D=EDUEPB&-submit=Pesquisar>

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. M. I. Q. F. Szmrecsányi; T. J. M. K. Szmrecsányi. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Pioneira, 1981.



DESVELANDO O MITO

O MITO DESNUDO E A UTOPIA DO DESENVOLVIMENTO

Antonio Carlos Filgueira Galvão¹

Brasília, abril de 2024

Passados cinquenta anos, o livro “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*” (1974), de Celso Furtado, mantém intacto um vigor que só as grandes obras logram alcançar.² É prazeroso navegar por suas páginas concisas e densas e verificar o esforço de análise de Furtado. Afinal, ela traz uma visão de mundo que antecipava muitas das forças e tendências que viriam a prevalecer com a plena vigência da globalização e que só mais tarde se tornaram nítidas, tais como: o domínio renovado das grandes empresas capitalistas; a exacerbada acumulação, com uma nova configuração da divisão internacional do trabalho à escala global; um mais elevado grau de oligopolização e concentração capitalista; a exploração desmedida da força de trabalho – em especial na periferia - com avanço da precarização e aviltamento dos salários da classe trabalhadora; e a exacerbção jamais vista das desigualdades sociais.

1 Economista da ABED e analista de CT&I aposentado do CNPq; doutor IE/Unicamp, mestre IPE/USP e bacharel UnB. Foi secretário de políticas regionais do Ministério da Integração Nacional (2003/06) e diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE (2006/18). E-mail: acfgalvao@gmail.com.

2 Daqui por diante denominarei o livro, para simplificar, de MDE.

Furtado decompõe e desnuda o mito, que representa algo que ele próprio professou e acreditou nos seus anos de atuação engajada à frente das mais ousadas experiências de planejamento e política econômica que se viu no país, antes que os vinte anos de ditadura (1964/1984) embotassem a realidade da nação.

Furtado compila, no livro, um conjunto amplo de reflexões e contribuições relacionadas àqueles anos sensíveis da virada das décadas dos 1960 para os 1970 do século passado. E traz a público o resultado do esforço de traçar e identificar tendências plausíveis sobre a trajetória do mundo, em meio à constatação de hipóteses sobre as dinâmicas demográficas, sociais e econômicas que não deixavam margem de dúvida sobre o avanço da exclusão de parcelas crescentes da humanidade do acesso aos frutos do desenvolvimento capitalista. A partir da reflexão teórico-estrutural concebida pelo autor sobre a dialética subdesenvolvimento-desenvolvimento, Furtado conclui que o alvo constituía uma miragem para a maior parte dos países. Pior, seria cada vez mais distante da maioria da população, tamanho os crescentes custos ambientais e sociais.

Furtado fazia eco parcial, assim, às conclusões do documento “Limites do Crescimento” (Meadows, D. H. *et alii*; 1973), do Clube de Roma, cobrando desses autores uma compreensão mais ampla das implicações de se lidar com um sistema capitalista uno e interligado, constituído de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, com tensões e contradições que iam muito além das que se observavam apenas no interior das economias mais avançadas. Noutras palavras, o desenvolvimento não só não poderia ser universalizado nos níveis de consumo dos países centrais da época, como tampouco poderia ser sustentado a longo prazo sem que se comprometesse a vida no planeta. E nisso anteviu, para o leitor, questões que viriam com força nos anos subsequentes, relacionadas à degradação do meio ambiente e às perspectivas avassaladoras das mudanças climáticas.

A crítica central ao desenvolvimento econômico no MDE furtadiano viria a manter diálogo com questões que induziram modificações sensíveis no debate das cinco décadas subsequentes, em especial mais à esquerda do espectro político. A utopia do socialismo soviético, por exemplo, que viria a ruir ao final da década dos anos 1980, deixaria um vazio ainda hoje a preencher. As vertentes existentes denotam projetos que vão desde o simples reviver do espírito revolucionário de 1917 e dos anos duros da implantação do modelo, até a obsessão pela construção de

um modelo societário anticapitalista inteiramente novo, que abdica da mediação do Estado na transição ao socialismo. Pelo menos parte do ideário dos anos 1970 dissolveu-se num conjunto abrangente de reflexões, que colocavam em xeque - e colocam ainda hoje - algumas das verdades mais persistentes - também por assim dizer, míticas - das sociedades ao longo do século XX.

O propósito aqui é, na impossibilidade de se enfrentar todas as questões no curto espaço de um único artigo, discutir três temas que, a nosso juízo, são importantes para um debate amplo sobre o futuro do desenvolvimento. Eles emergem de algumas reflexões objetivas a partir da análise do instigante livro de Furtado, e buscam ver, com olhos atuais, como se situam hoje algumas das discussões que este trouxe ao primeiro plano.

Metodologicamente, o ponto de partida foi a procura de alguns contrapontos entre as teses de Furtado e as percepções do momento e da trajetória dos últimos 50 anos. Quais as mudanças de perspectiva da análise? Que temas principais se destacam? Que aspectos escapavam à análise do MDE, ou seja, não foram abordados em maior profundidade? Que elementos da análise foram deixados de lado ou tiveram sua ênfase reduzida? Com a facilidade de falar muito tempo depois da obra feita, e sem nenhuma pretensão revisionista, até mesmo pelos muitos méritos intrínsecos do livro, procurou-se vasculhar algumas questões nas quais a discussão atual traz contribuições que corroboram e aclaram pontos discutidos por Furtado, muitas vezes agregando-se novas formas de ver velhos problemas.

Meio ambiente, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável

Parte importante do problema do desenvolvimento está em encontrar formas de promover a concertação em torno aos fins almejados pelas sociedades. A complexidade dessa tarefa preparatória reside menos em ser capaz de enunciar cada um dos fins delimitados e mais em conceber uma maneira adequada de cotejá-los e organizá-los, tendo em vista suscitar o confronto na definição de alvos, estratégias e ações e promover a convergência e o consenso em torno às composições aceitáveis para a população. Exige planejamento. As questões do desenvolvimento sustentável inserem-se nesse contexto.

Furtado tinha clareza quanto à importância de se estabelecer os nortes adequados para o projeto de desenvolvimento quando se apropriou do debate sobre os limites ao crescimento e alertou para a inadequação das estimativas globais sugeridas com a extrapolação dos dados e informações dos países desenvolvidos para todo o planeta, desconsiderando o traço marcante do subdesenvolvimento. Ele defendia, em especial, que se devia ter uma visão integral do sistema, capaz de realçar a interrelação e interdependência dos vários processos e das várias alternativas a considerar.

O debate dos limites ao crescimento esteve na base das reflexões da Conferência sobre Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, Suécia. Naquele exercício coletivo exposto aos chefes de Estado um ano antes do MDE, alertava-se para as ameaças de degradação do meio ambiente e sua implicação para o desenvolvimento na trajetória futura do planeta. Nasce ali, pode-se dizer, algo que viria a maturar, anos depois, na Conferência Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD - do Rio de Janeiro, a Rio 92, em que se oficializou o conceito inovador de desenvolvimento sustentável que buscava conciliar desafios em múltiplas frentes - economia, sociedade, meio ambiente etc. - realçando, mais uma vez, as implicações danosas para a sobrevivência do planeta no caso da manutenção das trajetórias de desenvolvimento vigentes e da inação em modificá-las.

Acompanhando a perspectiva de Furtado (1974, p. 74-75), o debate dessa vez trouxe a problemática social com maior consistência e força, assumindo orientação que incluía os países pobres e em desenvolvimento de uma forma bem mais explícita para “reduzir a pressão sobre os recursos” e modificar, de forma substantiva, a “orientação do processo de desenvolvimento”. A Rio 92, que pode ser acompanhada em vida por Furtado, consagrou, além disso, a Agenda 21, com sugestões de linhas de ação para transformar o desenvolvimento global e informar iniciativas privadas e públicas nos países. A proposta da ONU representava, ademais, uma oportunidade única para um Brasil ávido por retomar seu desenvolvimento após a “década perdida”.³

3 A importância política da Conferência e as possibilidades que se abriram com a Agenda 21 para mudar os rumos no desenvolvimento global, fez com que alguns países ainda muito cedo tentassem se aproximar dos referenciais do

Os esforços idealizados, infelizmente, foram se dissipando com a frustração da promessa dos países desenvolvidos de aportar US\$ 100 bilhões concessionais. As agências internacionais de financiamento e fomento – BIRD, EXIMBANK, JICA e FMI – anunciaram de cara, logo na primeira reunião da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU, em 1994, a impossibilidade de conceder o aporte necessário de recursos. Não bastasse o recuo no financiamento, a Agenda 21 mostrou carecer de referenciais robustos e metas claras para orientar as iniciativas nas diversas frentes de ação. O resultado foi a perda paulatina do ímpeto das ações, com graus variados de avanço e recuo conforme os temas.⁴

Para superar a fragilidade dos referenciais objetivos para as políticas nacionais, a ONU estabeleceu, em 2000, os Objetivos do Milênio, com foco maior nas temáticas sociais. Os ODM produziram resultados satisfatórios na mobilização dos países e atores relevantes com o propósito de instigar posturas e apoiar ações atinentes a certos alvos essenciais de política pública, em especial nos países em desenvolvimento.

Em paralelo, a compreensão científica dos fenômenos climáticos globais avançou com firmeza no período e, com ela, nossa capacidade de analisar as múltiplas dimensões e implicações. A percepção da população e dos governos sobre os efeitos e consequências políticas, econômicas, sociais e ambientais das mudanças climáticas e da incidência de fenômenos extremos, informados com acuidade pelo Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas Globais – IPCC, foi se ampliando e contribuindo para reforçar uma retomada do debate e das ações em torno ao desenvolvimento sustentável.

desenvolvimento sustentável. A Bolívia, por exemplo, reformulou seu planejamento em torno a um *Ministerio del Desarrollo Sostenible y Medio Ambiente*. O Brasil deu força ao seu Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, de poderes abrangentes. Tentou também constituir, sem sucesso, uma Comissão Interministerial de Desenvolvimento Sustentável – Cides, pensada como mecanismo para trazer “para dentro” do governo federal e do país o sucesso e o conceito da CNUMAD e auxiliar na revisão do sistema nacional de planejamento.

- 4 Um tema cuja evolução foi bem-sucedida – inclusive no Brasil - foi a redução das emissões de compostos flúor-carbono – CFC, com a adoção de restrições e o controle da produção e consumo para evitar a ampliação do “buraco de ozônio” da atmosfera.

A persistência dos problemas sociais da periferia, inclusive da fome; a pressão exercida pelas crescentes migrações Sul-Norte, em especial para a Europa e os EUA; o agravamento do quadro de desigualdades de renda e de oportunidades em vários planos, com o aumento expressivo do número de megabilionários e de sua fração na renda global; o avanço da perda de diversidade biológica, com a ampliação do rol de espécies em extinção; o desmatamento acelerado com risco de extinção de biomas; a ampliação das zonas áridas e semiáridas do planeta, com perda de terras aptas à agricultura; o avanço da produção agroindustrial baseada na monocultura, agrotóxicos e transgenia; além dos aspectos contraditórios da transição sociotécnica lenta em favor das tecnologias limpas e da descarbonização da matriz produtiva planetária impulsionaram uma postura proativa dos agentes para apoiar a preservação do meio ambiente e a mitigação dos impactos do clima.

O quadro emergiria com vigor na reunião de avaliação dos avanços da Rio 1992, na Conferência Rio + 20. Aproveitando a perspectiva de término da vigência dos ODM foram fincadas as bases de uma alteração sensível do entendimento sobre como agir, com a aprovação de um processo abrangente de definição de objetivos e metas claras para a agenda de desenvolvimento sustentável e a adoção de procedimentos de acompanhamento e avaliação concomitantes. E, é claro, a agenda viria acompanhada de um horizonte de planejamento, inscrito no seu nome: Agenda 2030 (antes denominada Agenda Pós-2015). Coroando o processo iniciado em 2013 a partir do mandato da Conferência Rio + 20, em agosto de 2015 foram apresentados e aprovados na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Nova Iorque, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS. A ONU deu um passo essencial para o desenvolvimento sustentável ao definir 17 objetivos e 169 metas com escopo temático apropriado, bem mais abrangente que os antigos ODM. Além disso, a Iniciativa se fez acompanhar, na sequência, dos acordos fundamentais da Agenda de Ação de Addis Abeba e do Acordo de Paris sobre o Clima. Com tais estímulos e sob a diretriz de que “ninguém será deixado para trás”, os países se mobilizaram para apoiar o processo, constituindo comissões nacionais de acompanhamento das metas, absorvendo orientações e replicando as melhores práticas em suas agendas.

A meio caminho do balanço final dos ODS em 2030, pode-se perceber que os avanços esperados não se desenvolveram a contento, nem ganharam a velocidade desejada. Segundo o *Global Sustainable Development Report 2023* (Independent Group of scientists appointed by the Secretary-General, 2023), várias metas assinaladas para os 17 ODS sofreram regressão no período, com outras ficando estagnadas ou aquém da trajetória necessária. Nenhuma meta foi alcançada. As poucas em que se está próximo do alvo registravam quadros de estagnação ou mesmo recuo no período recente, como no atendimento qualificado ao pré-natal (ODS 3), no alcance do pleno emprego (ODS 8), na industrialização sustentável e inclusiva (ODS 9) e mesmo nas metas de acesso às redes móveis (também no ODS 9) e avanço do uso da internet (ODS 17).

Em metas críticas os retrocessos são ainda mais evidentes, como no alcance da segurança alimentar (ODS 2), aumento da cobertura vacinal (ODS 3), no crescimento econômico sustentável (ODS 8), na remoção dos subsídios aos combustíveis fósseis (ODS 12), na crítica redução das emissões de gases de efeito estufa (ODS 13), na garantia de estoques pesqueiros sustentáveis (ODS 14), na prevenção da extinção de espécies (ODS 15) ou mesmo na redução dos detentos sem emissão de sentenças (ODS 16).⁵

Situações conjunturais, como a pandemia da Covid 19, a escalada das tensões políticas, com o retorno da guerra fria e avanço dos conflitos bélicos em várias partes do mundo, e a perspectiva iminente de ocaso da globalização e acirramento da concorrência econômica nos mercados globais, apontam para um cenário de múltiplos desafios.

5 Como evoluiu o Brasil nos objetivos e metas dos ODS? O quadro é semelhante, embora com nuances. Segundo um recente relatório (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, 2023, p. 7), das 164 metas acompanhadas, apenas 3, todas relacionadas ao ODS 17 (Parcerias e meios), apresentaram desempenho satisfatório até 2022. Além de 4 metas para as quais não se dispõe de dados, para outras 59 observou-se desempenho insuficiente (29), estagnado (16) ou ameaçado (14). As restantes 102 metas registraram retrocesso. O Documento pondera ser possível retomar o caminho do desenvolvimento sustentável a partir das 162 recomendações que apresenta. A Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), tem pela frente o desafio de convocar novamente a sociedade civil para recolocar o país nos trilhos, ultrapassando o momento de desinteresse de governos passados e reativando canais de mobilização da sociedade.

Furtado (1974, p. 74-92) não se iludiu em suas estimativas e hipóteses quanto ao cenário hoje vigente. E estaria indignado com a perda de racionalidade do mundo erigido ao redor das liberalidades na relação com as grandes empresas.

Como indica o *Global Sustainable Development Report 2023* (Independent Group of Scientists appointed by the Secretary-General, 2023), parte importante das expectativas de evolução deve contar com o suporte destacado das ações de ciência, tecnologia e inovação. Furtado (1974, p. 76) fala de “(...) uma tarefa básica de identificar as necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência (...)”. O Brasil tem competências a explorar e condições de prover aportes nesse campo em apoio à mudança sociotécnica necessária para que se transite dos modelos insustentáveis a outros mais zelosos com o desenvolvimento sustentável. O quadro exige mudanças estruturais (“modificações políticas de fundo”, nas palavras de Furtado - 1974, p. 75) e o abandono de posições do tipo “*business as usual*”, além de esforço nada trivial de ampliação e proteção dos setores de apoio à sustentação da vida, da educação, da cultura, do meio ambiente e outros, resguardando-os da lógica privada dos mercados (“mudanças substantivas de orientação do processo de desenvolvimento”; Furtado, *ibidem*).

Padrões de consumo, modernização, progresso técnico e inovação

A compreensão acerca do progresso técnico e da inovação evoluiu sensivelmente desde a época da edição do MDE. Nada que mude seus contornos básicos, conforme estabelecidos por Marx (1982; original 1867, Livro I) e Schumpeter (1982 e 1952; originais 1911 e 1942).⁶ De

6 A relação entre os conceitos de inovação e progresso técnico, curiosamente, acha-se em processo de revisão ou talvez subversão: “(A inovação – ACFG) refere-se à introdução de algo novo e original que causa uma mudança significativa. Pode ser um produto novo, um serviço, um processo ou um modelo de negócio que não existia anteriormente ou que é substancialmente melhorado” (ChatGPT, acesso em 19/05/2024). Comparada com o progresso técnico, tem contraste marcado, pois lida com o novo e o criativo, enquanto o progresso técnico, com melhorias incrementais contínuas na eficiência e na

um lado, reduziu-se o uso do conceito de progresso técnico – até por ser mais genérico - e se aprofundou entendimentos sobre o conceito de inovação, definindo as modalidades principais, as motivações e, recentemente, estendendo-o a campos antes não considerados na descrição original, como no caso das inovações sociais e outros.

O debate do progresso técnico, mais afeito às questões da evolução tecnológica dos países, dialoga com os marcos gerais das economias nacionais em sua aproximação ao estado-da-arte das tecnologias em uso nos países desenvolvidos. Busca trabalhar um agregado que possa representar capacidade técnica, qualificação da força de trabalho e condição dos meios de produção, em especial bens de capital. Com a larga disseminação do termo inovação e a evidência do papel que desempenhava para as grandes corporações internacionais – análise que está no MDE, o foco modificou-se, com o claro reconhecimento da determinação da inovação na acumulação e reprodução ampliada capitalista.

As grandes inovações e mudanças de paradigma, como no caso das questões nuclear ou espacial do pós-guerra, pareciam saídas de um passe de mágica urdido pela ciência,⁷ tendo as empresas como meros veículos de apoio. No entanto, a inovação, como se percebeu rapidamente, processa-se quotidianamente com intensidade ao nível das firmas, o *locus* primário da acumulação de capital. O debate voltou-se mais e mais para as empresas e as atividades dos engenheiros e tecnólogos, com seus trabalhos de aferição, adaptação, moldagem, conformação, etc., ou seja, que operam em prol das transformações requeridas ao apoio às estratégias concorrenciais nos seus respectivos setores.⁸ Envolveria ainda práticas não tão meritórias para a criação das inovações, como a imitação, a

capacidade produtiva. Tais definições não condizem com a literatura clássica na matéria, nem quanto ao conceito de inovação, que comporta processos tanto incrementais como radicais, nem ao de progresso técnico, que também não se restringe a inovações incrementais. Ver (Schumpeter, 1982, p. 48); Possas (1987); Galvão (1998) e Rapini et alii (2017).

- 7 A proximidade crescente à ciência foi, sim, um passo importante ao longo da evolução capitalista.
- 8 Só à frente a participação de cientistas de outras áreas nas atividades de P&D generalizou-se pelos setores, em especial na transição ao paradigma informacional. No passado, apenas setores de ponta, como farmacêutica, química e outros poucos, contavam com cientistas em quantidades expressivas.

engenharia reversa, a absorção de tecnologias embutidas nas máquinas e equipamentos, opções que embasavam o confronto das empresas nos vários mercados.

Para Furtado, a tecnologia enquanto elemento de mudança era certamente um fator importante, mas não o determinante, nem o mais relevante na trajetória histórica da sociedade. A mudança técnica se fazia acompanhar de transformações das formas sociais mais amplas, o que lhe emprestaria força.⁹ Furtado reconhecia o papel das inovações como válvula exógena de impulso à acumulação no sistema capitalista,¹⁰ mas subordinava sua compreensão ao desvendamento de outras instâncias de afirmação da criatividade e inventividade humanas. Muitas vezes, denunciou a orientação desses processos para a acumulação como voltados mais aos meios que aos fins da vida humana:

Na medida em que a criatividade é posta a serviço do processo de acumulação, os meios tendem a ser vistos como fins, produzindo-se a ilusão de que todo avanço da “racionalidade”, na esfera econômica, contribui para a liberação ou “desalienação do homem”.

Furtado (1974, p. 70), ademais, parece possuir uma visão que, de certa forma, antagonizava inovação e difusão tecnológica, como se a primeira fosse a motriz desse turbilhão de novos produtos que alimentavam a reprodução do subdesenvolvimento e a segunda representasse o amortecimento dessa tendência, orientando-se para a melhoria da eficiência produtiva e o uso racional dos recursos:

Com efeito: se fosse mais bem distribuído no conjunto do sistema capitalista, o crescimento dependeria menos da introdução de novos produtos finais e mais da difusão do uso de produtos já conhecidos, o que significa um mais baixo coeficiente de desperdício. A

9 O ponto está explorado com mais profundidade em livro seguinte de Furtado (1978; ver p. 71-91).

10 Furtado diz acerca da acumulação de capital: “(...) o impulso dinâmico é dado pelo progresso tecnológico, entelêquia existente fora de qualquer contexto social” (1974, p. 16).

capitalização tende a ser tanto mais intensa quanto mais o crescimento esteja orientado para a introdução de novos produtos finais, vale dizer, para o encurtamento da vida útil dos bens já incorporados ao patrimônio das pessoas e da coletividade.”

Na visão contemporânea, inovação e difusão compreendem faces de um mesmo movimento, alimentando-se mutuamente. A difusão não constitui alternativa à inovação, nem se contrapõe a ela por trazer uma maior vida útil dos produtos. Estão intrinsecamente ligados, pelo simples fato de que inovação e difusão são conceitos contextuais, ou seja, que se processam no tempo e no espaço. A difusão representa a forma como a inovação foi absorvida nos vários contextos espaciais – setoriais, geográficos etc. - e com que velocidade. Não se restringe aos produtos já conhecidos; opera tanto com os novos produtos e tecnologias, como com os tradicionais.

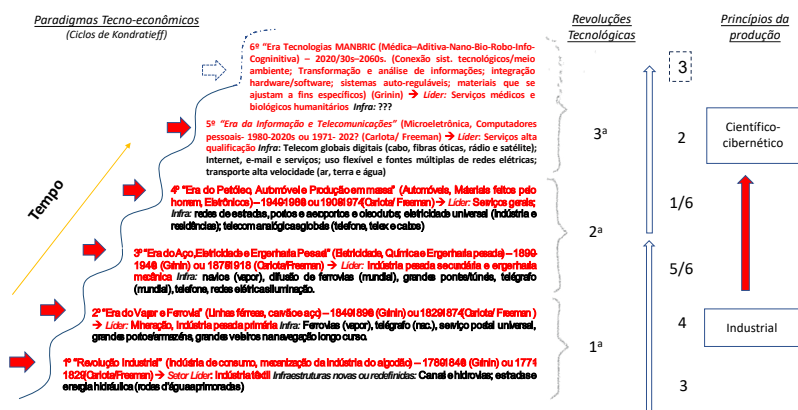
O estudo das grandes clivagens na estrutura tecnológica e no desenvolvimento societário registra avanços de lá para cá. A literatura foi capaz de descrever, com razoável acuidade, os movimentos históricos das transformações cíclicas como na Figura 1, a seguir. As três mais importantes visões dessa evolução histórico-tecnológica, compreendem: a) dos paradigmas tecno-econômicos (ciclos de Kondratief); b) das revoluções tecnológicas ou industriais; c) dos princípios de produção.¹¹

O MDE coincidiria com o período transicional de meados dos anos 1970, relativo à ascensão do 5º paradigma (Era da informação e telecomunicações), que corresponde também à segunda fase do princípio de produção científico-cibernético e ao início do que se poderia denominar de 3ª revolução industrial. Hoje, estaríamos na antessala da transição a um

11 As duas primeiras conformam visões da evolução desde a revolução industrial. A terceira, desenvolvida pelos pesquisadores da HSE (Rússia), pretende explicar toda a evolução dos princípios de produção desde os primórdios da espécie humana (caçadores/coletores, de 40000 até 10000 anos a.C.; agricultores/ artesões, de 10000 a.C. a 1430 d.C.; industrial, de 1430 a 1955; científico-cibernética, de 1955 a 2090-2115 (estimativa). Assinalamos, de forma sintética, as características típicas (segmentos produtores emergentes, setor(es) líder(es), infraestrutura - transportes e energia) dos paradigmas como referência dessas transições, que se acomodam às três visões.

sexto paradigma tecnológico (Era das tecnologias MANBRIC),¹² cuja tendência seria de exacerbação do papel relacionado à ciência e à tecnologia.

Figura 1 –Paradigmas tecno-econômicos, revoluções tecnológicas e princípios de produção



Elaboração; Galvão; Fontes: GrinIn (2019); Perez (2002); Freeman e Soete (1999)

A ruptura patrocinada pela emergência das tecnologias digitais associadas à microeletrônica e à informática constitui um ponto menos capturado pela análise de Furtado. O MDE foi pouco explícito a respeito, posto que, àquela altura, a mudança de paradigma era menos perceptível. O vetor da automação, ainda dedicada e pouco flexível – apesar da promessa existente então, não cumprida, de rápidos avanços na robótica –, não permitia antever com clareza o desenvolvimento da microcomputação e outras transformações agudas que se seguiram, como nos adventos da internet, telefonia celular e outros.

12 Segundo Grinin (2019, p. 109-110, tradução nossa): “(...) os vetores gerais da fase final da revolução Cibernética serão medicina, tecnologias aditivas (impressoras 3D), nano e biotecnologias, robótica, inteligência artificial e ciências cognitivas, que juntas formarão um sistema sofisticado de produção autorregulável. Denotamos esse complexo de tecnologias MANBRIC.”

As análises do MDE parecem apegadas às estruturas de produção do velho quarto paradigma, que estavam na base da industrialização periférica e impunham ainda desafios nada desprezíveis ao Brasil para completar sua matriz produtiva da segunda revolução industrial; um desafio vencido tardiamente. O crescente encilhamento financeiro do país e o tamanho das tarefas por realizar, aliados às mudanças internacionais no âmbito financeiro-monetário, obscureceram o entendimento mais acurado sobre aquela transição paradigmática, que passou em certa medida ao largo do Brasil e da América Latina e aportou noutra parte da periferia, os países asiáticos, em especial nos denominados “tigres” (República da Coreia, Taiwan e Singapura) e na República Popular da China.¹³

Embora Furtado tenha sido muito claro quanto aos processos de financeirização e internacionalização crescentes, o MDE trouxe uma visão tímida do que viria ocorrer com o que se denominou, bem mais tarde, de “servitização”,¹⁴ ou seja, o aumento acentuado da fração do setor de serviços no produto das economias, cêntricas ou periféricas, e o avanço do componente de serviços nos demais setores, em particular das finanças. Em outras palavras, o apogeu da indústria representado pelo momento do quarto paradigma não subsistiria, evidenciando-se seu declínio como segmento mais dinâmico da produção.

Furtado aduziria, com razão, que nossa análise deixa de problematizar, uma vez mais, o subdesenvolvimento. Afinal, seu objeto central foi o de considerar a dinâmica desigual do sistema engendrado pelo capitalismo, inclusive com destaque para o campo da tecnologia. Segundo o autor (1974, p. 80):

Para captar a natureza do subdesenvolvimento, a partir de suas origens históricas, é indispensável focalizar simultaneamente o processo de produção (realocação de recursos dando origem a um excedente adicional e forma de apropriação desse excedente) e o processo de circulação (utilização do excedente ligada à adoção de novos padrões

13 Mudou de lugar o eixo dinâmico de desenvolvimento da periferia, mas como sempre, a favor das grandes empresas oligopólicas dos países centrais.

14 Ver Galvão (2021), a partir de artigo do economista David Kupfer no Valor Econômico (10/06/2019).

de consumo copiados de países em que o nível de acumulação é muito mais alto), os quais, conjuntamente, engendram a dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes.

É pela via de uma ligação peculiar entre os padrões de produção e consumo e a tecnologia, que Furtado enxergava a conexão essencial entre a dinâmica da sociedade capitalista subdesenvolvida e o progresso técnico, denunciando facetas indesejadas do processo de desenvolvimento subordinado e reflexo. O perfil da demanda dos países subdesenvolvidos espelhava, de fato, a lógica perversa de uma economia aprisionada pela relação assimétrica estabelecida no interior do mercado doméstico, antes abastecido por importações do exterior e, mais tarde, ocupado por filiais de empresas internacionais que providenciavam os bens e serviços de maior margem de valorização e lucro, esticando com a venda direta a vida útil de tecnologias já amortizadas nos seus países de origem. Com isso, conviviam o tradicional e o moderno, ou seja, os bens de consumo usuais com os novos ícones do desejo capitalista. Embora discutindo essencialmente progresso técnico de economias nacionais, Furtado expunha o significado da inovação na análise dos determinantes centrais dos processos de valorização das grandes empresas internacionais.

Furtado (1974, p. 81) define precisamente a modernização como um:

(...) processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos.

Um fenômeno típico de países subdesenvolvidos, no qual os excedentes gerados não se conectavam ao processo de formação de capital; daí a incapacidade de espalhar a acumulação pelo conjunto dos setores da economia; daí a heterogeneidade tecnológica que limitava as possibilidades de expansão sustentada das economias.

Furtado já apontava em sua análise das grandes empresas o sentido mais específico que a inovação assumiria, realçando seu papel no controle

dos processos mais relevantes. De uma visão romântica e simplória dos fenômenos do progresso técnico e da inovação, passou-se a outra, mais fina, em que as atividades inovativas ganhavam acepção pragmática, muito informado pelo avanço das teorias em voga acerca dos oligopólios.¹⁵

O conceito de progresso técnico não ajudava na objetivação da análise dos processos efetivos de inovação. Furtado parecia ter uma visão relativamente híbrida em que o conceito de progresso técnico assumia expressão na análise dos países, mas o protagonismo das grandes empresas, ao tratar do subdesenvolvimento, o impelia para o debate *per se* das inovações.

Acumulação de capital, inclusão social e o espaço do comum

A primeira coisa que salta aos olhos de um leitor atual do livro de Furtado é o papel central que tem a acumulação de capital, tema em franco declínio, hoje, na literatura. Quer à esquerda, quer à direita do espectro político, a expressão tem sido evitada nos tempos recentes e há razões de diversas ordens para isso. Quando Furtado escreveu o livro, a acumulação de capital constituía uma referência inescapável para os projetos de desenvolvimento,¹⁶ uma ascendência que foi sendo pouco a pouco erodida pela emergência da questão social, pela compreensão crescente dos danos provocados ao meio ambiente – e ao homem – pela civilização industrial e pela perspectiva de retomada de espaços de sociabilidade construídos em torno à ideia do comum (Dardot e Laval; 2017). Tais processos vêm alimentando a possibilidade de ruptura com o sistema capitalista e suas mazelas.

15 Ver Labini (1980; original de 1964); Baran e Sweezy (1978, original de 1966), por exemplo.

16 Ver como referência geral: Marx (1982; original, volume I, 1867); Luxemburgo (1976; original 1912); Miglioli (1986); Conceição Tavares (2009; original 1986) e Harvey (1999). No debate específico da época, que realça a internacionalização do capitalismo, ver: Baran e Sweezy (1978; original 1966); Amin (1975; original 1971); Hymer (1978); Palloix (1972, original 1971); e Radice (1975).

As análises ortodoxas atribuíam menor peso à acumulação por motivos óbvios: o sistema econômico não devia produzir mais que a remuneração dos fatores de produção, não havendo nada de excepcional a explicar com relação aos lucros anormais, à concentração de renda ou ao aviltamento dos salários, todos temas que emergiam das imperfeições dos mercados e que se ajustariam com o livre movimento das forças que impelem o sistema ao equilíbrio.¹⁷ Por outro lado, o sistema político das democracias liberais se apoiava cada vez mais num individualismo metodológico, cujo resultado tendia a dissipar as visões societárias coletivas e os princípios de solidariedade que emergiram com certa força nos primeiros anos do pós-guerra, mas que foram logo contrapostos pela guerra fria nos anos 1950/1960, os conflitos na Coreia e Vietnã e o neoliberalismo, que aparece mais tarde açucarado.

A acumulação era, por assim dizer, um subproduto tanto necessário como real. Sob vários aspectos, representava o normal no sistema econômico, como lucro - remuneração do capital – e base da poupança a reforçar as novas rodadas de investimento propiciadas pela abstinência de consumo (sic!) dos capitalistas.

As análises heterodoxas, por outro lado, tinham também a acumulação como pedra de toque explícita dos projetos de desenvolvimento. Porém, a ideia dominante era manter a dinâmica acelerada de crescimento das economias socialistas para ampliar seus espaços de reprodução no contexto global, em linha com a diretriz de internacionalização do modelo e de unificação da luta dos proletários de todos os matizes, nos vários recantos do mundo.¹⁸

Ao contrário da senda ortodoxa, no caso dos sistemas socialistas a acumulação era um subproduto visto como necessário por um período e declarado abertamente à população. Constituía parte do esforço inicial de

17 Ver Arrow e Scitovsky (1969). Uma indicação possível disso é a de que dentre os 40 artigos clássicos republicados nessa importante coletânea de textos da economia ortodoxa, produzida pela *American Economic Association*, só um adotava a expressão “*capital accumulation*” no título.

18 Os regimes que orbitaram em torno ao projeto da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) adotaram a acumulação como norma, forçando a mobilização dos excedentes econômicos gerados para financiar a expansão dessas economias.

afirmação dos valores socialistas. Lutar contra a diretriz era, assim, como se colocar em oposição à matriz ideológica do imaginário da revolução.

A adesão à acumulação encontrava justificação em vários argumentos. Em primeiro lugar, pagava tributo à ideia de que a passagem ao socialismo dependia crucialmente de uma etapa transicional, guiada pela mão do Estado. A riqueza apropriada fiaria os investimentos preparatórios necessários à estruturação das novas bases sociais, em direção à moldagem do novo homem socialista, à organização das estruturas cooperativadas de produção agrícola e fabril, ao financiamento dos investimentos em ciência e tecnologia demandados pela base técnica emergente, à montagem da infraestrutura e assim por diante. Antes de adotar plenamente os princípios socialistas num futuro inteiramente constituído sob sua égide, cabia preparar o terreno para a superação do sistema dominante.

Como desdobramento do anterior, em segundo lugar, o esforço de construir o socialismo requeria uma inserção destacada no mercado mundial, essencialmente capitalista.¹⁹ Os países socialistas em geral, e em especial aqueles na órbita da URSS, emprestavam amplitude aos respectivos mercados, mas em dimensão insuficiente para substituir o conjunto das relações com as economias do capitalismo.²⁰

19 A esse respeito, Furtado assinalava (1974, p. 53), com base em Relatório Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa: “A rigor a expansão das grandes empresas não se restringe à área do sistema capitalista; as relações econômicas entre o sistema capitalista e as economias socialistas continuam a ser essencialmente de natureza comercial, sem que isto impeça que tais transações se realizem cada vez mais por intermédio das grandes empresas; ademais acordos de cooperação industrial estão sendo assinados em número crescente (cerca de 600 até 1973) entre governos de países socialistas e grandes empresas do mundo capitalista.”

20 Desde a desarticulação da URSS, o sucesso econômico à esquerda tem sido o da República Popular da China, exemplo de crescimento no mercado global. A sociedade chinesa vem gerando tanta riqueza que incluiu ao mercado interno mais que dois Brasis inteiros de população segundo as estimativas recentes. Ao fazê-lo, absorveu competência tecnológica, o que permitiu ao país colocar-se na liderança internacional em vários setores de ponta. A percentagem de população morando em domicílios com renda ou gasto por pessoa abaixo da linha internacional de pobreza (US\$ 1,90 por dia) se reduziu drasticamente, de 88,1%, em 1981, para 0,9%. em 2019, segundo o BIRD (*Data on poverty by Our World in Data* (<https://github.com/owid/poverty-data?tab=readme-ov-file>)).

Por fim, a disputa acirrada com as sociedades capitalistas cobrava demonstrações cabais de superioridade econômica, militar e tecnológica. Os modelos societários digladiavam-se como se pode observar, com clareza, na história da corrida espacial, que evoluiu com batalhas vencidas de ambos os lados. O socialismo requeria, assim, a mobilização de recursos vultosos para amparar as incursões em terrenos da vanguarda tecnológica, demandantes de inovações significativas.

O “mito do desenvolvimento econômico” está plenamente inserido nesse contexto em que não se podia renunciar à acumulação. Furtado concordaria que a acumulação era decisiva para os projetos de desenvolvimento, ainda que sob determinados desígnios e apontando para determinados fins. Nesse entendimento, descortinava com maestria a neblina que encobre o fato de que, a partir da segunda revolução industrial, os caminhos do desenvolvimento foram interditados para as economias subdesenvolvidas, incapazes de dar lastro ao espraiamento da acumulação por todos os segmentos da produção e a produzir impulsos sinérgicos que empurrassem as estruturas e relações sociais para uma trilha de resultados positivos. A possibilidade de se contar com tais efeitos estimulantes por toda a estrutura produtiva-consuntiva de um país periférico fora esterilizada em prol do interesse do centro capitalista que, a partir daí, passou a explorar diretamente para si tais efeitos, com suas corporações vindo a ocupar nichos que lhes interessavam nos mercados periféricos.

Esse processo engendrava múltiplas consequências que estão na matriz essencial do subdesenvolvimento em sua vertente atual. Registrava-se uma aceleração da acumulação, que tendia a ficar restrita a setores em que prevalecia a produção de insumos estratégicos para a industrialização cêntrica – matérias primas, minerais etc. - ou nos quais os países desenvolvidos podiam ampliar mercados para suas produções de bens de conteúdo tecnológico mais elevado. Prevalecia um quadro de dependência, e esse arranjo se reproduzia a favor do centro. Os mercados periféricos cindiam-se entre uma imensa população que tinha acesso apenas a bens de consumo básicos e uma minoria com acesso privilegiado aos mesmos bens que possuíam as populações dos países desenvolvidos.

Não havia interesse do centro, assim, em apoiar a transformação das economias periféricas. Segundo Furtado (1974, p. 94):

O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá de aumentar a taxa interna de exploração. Mais ainda: a elevação da taxa de crescimento tende a acarretar agravação tanto da dependência externa como da exploração interna. Assim, taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo, no sentido de que tendem a aumentar as desigualdades sociais.

A elevada heterogeneidade tecnológica que caracteriza o subdesenvolvimento ajuda a reforçar as iniquidades e a colocar segmentos dos mercados dos países retardatários a reboque da dinâmica capitalista dos países do centro. Compõe um quadro em que a captura de parte das economias periféricas substitui os esquemas forjados à época do colonialismo clássico, típico do século XIX e primeira metade do século XX. Assim, de um domínio do centro pela via do comércio internacional, passou-se a uma dependência forjada pela ocupação dos mercados periféricos por grandes empresas multinacionais (no jargão do período), através de processos de substituição de importações.

A chave do processo estava no movimento das grandes empresas como, aliás, está até hoje. Na sequência dessa etapa, viria a globalização, em que as grandes corporações auferiram trânsito livre pelo globo a partir da adoção de um regime de livre movimentação dos capitais e taxas de câmbio flutuantes.

Furtado anteviu, assim, o que viria a ser a globalização. E orientou nosso olhar para uma dimensão menos admitida das transformações gestadas por uma internacionalização mais profunda, na qual as novas corporações globais “(...) dispõem de uma massa de recursos líquidos bem superior ao conjunto das reservas dos bancos centrais” (1974, p. 56), o que as fazia que transcender os marcos dos sistemas econômicos

nacionais. Ao criar esse sistema produtivo que ia do centro à periferia, a grande empresa incorporou à economia cêntrica os recursos de mão-de-obra barata da periferia, ampliando sua capacidade competitiva (Furtado, 1974, p. 51).

De partida, as grandes empresas foram contempladas com um novo sistema monetário-financeiro internacional no qual as possibilidades de transformação de uma moeda em outra foram incrivelmente facilitadas pelo novo regime de câmbio flutuante, pois a massa de liquidez que engendravam permitia administrar dentro dos escaninhos da contabilidade interna as variações a seu favor. As grandes empresas internacionais exerciam – e exercem hoje - um poder de coordenação inigualável. Nesse contexto, administravam – e administram - para si fluxos compensatórios que compreendem, segundo Furtado (1974, p. 47-48), “um sistema de preços internos”, para reduzir eventuais perdas e permitir a criação de economias internas, fortalecendo a acumulação e os lucros, e capacitando-as a planejar “(...) mais a longo prazo suas atividades”.

Do ponto de vista das economias subdesenvolvidas, a benesse da chegada das empresas, com seus investimentos e tecnologias, desfocava o problema do acesso restrito aos frutos do capitalismo e escamoteava o fato de que o controle dessas empresas e seus beneficiários principais não estavam aqui. As forças do capitalismo solidarizavam-se, assim, no plano internacional, tornando as economias dos diversos países mais interdependentes.

A aceleração na acumulação produzia a ilusão de que o desenvolvimento estaria ao alcance de todos quando, de fato, o tornaria crescentemente afastado do quadro das possibilidades reais. Com a dependência, os excedentes produzidos pelos segmentos de maior produtividade do trabalho eram carreados, em sua maior parte, para os países do centro. Por conta da miragem produzida pela sensação de progresso e das mudanças da modernização, em especial nos períodos de rápido crescimento econômico, as populações menos favorecidas acreditavam poder ascender ao segmento abastado da sociedade. Afinal, na ausência de barreiras político-sociais adicionais, a mobilidade social parecia sempre possível à luz dos desejos de acesso aos bens disponíveis às populações abastadas do primeiro mundo e das elites subdesenvolvidas.

A acumulação reforçava a condição subordinada e dependente das economias dos países subdesenvolvidos porque não era direcionada para

alterar a produtividade do trabalho por toda a estrutura de produção nem apoiar a mudança das relações sociais. Ficavam ao largo os segmentos sociais incrustados nos setores mais tradicionais e de subsistência. A acumulação moderna, capaz de gerar maiores volumes de excedentes, restringia-se aos setores voltados à diversificação do consumo das elites, como assinala Furtado (1974, p. 78) com propriedade. Daí a incapacidade dessas sociedades de promover ampla inclusão social, sustentar a elevação dos salários e patrocinar a ascensão conjunta da população a patamares mais elevados de consumo e bem-estar.

A acumulação de capital, base de sustentação da produção, não parecia estar em questão. A ideia de que seria possível reorientar a marcha da acumulação para redirecioná-la a fins e objetivos sociais mais nobres, quebrando a amarração do sistema na reprodução da dependência cultural e econômica, requeria disposição política e habilidades para resistir às pressões que inevitavelmente viriam das instituições do mercado.

Algumas perguntas subsistem hoje: Até que ponto é possível deixar de lado a acumulação enquanto mecanismo que, na visão daquela época, habilitava a pensar os novos cursos de desenvolvimento? Como desacelerar a sanha obsessiva de agigantamento e concentração que o capitalismo nos impingiu? Como encontrar um desvio em que seja possível ter qualidade de vida sem ou com baixo crescimento? Será necessário, como se pensava antes, transitar por uma etapa intermediária?

Pensando de hoje para adiante e fora do contexto de uma ampla e generalizada revolução global, a acumulação de capital, a nosso ver, terá que ser aos poucos “socializada”, controlada mesmo como diria Furtado, se se deseja transitar para outro tipo de organização social. O fato é que, ao menos por um tempo, as tensões entre o sistema capitalista e os novos modos de produção e ou modelos societários demandam uma transição, que depende crucialmente da mediação do Estado. As mudanças nos países periféricos também requerem uma concertação internacional favorável, em que esse controle se replique pela vasta maioria dos países.

Furtado (1974, p. 68) assinalava:

Como o grau de acumulação alcançada na economia não permite generalizar essa taxa de salário (dos setores modernos – ACFG), o fundo do problema não se modificaria. (...) seria necessário que os recursos

retidos no país periférico pudessem ser utilizados em um processo cumulativo visando a modificar a estrutura do sistema econômico no sentido de uma crescente homogeneização. A questão última está na orientação do processo de acumulação e essa orientação continuaria nas mãos das grandes empresas.”

Liberar a economia da tutela das grandes empresas, implicava em burocracias estatais capazes de mediar o estabelecimento de prioridades em função de objetivos sociais coerentes e compatíveis com o esforço de acumulação. Com uma visão apoiada na pujança das burocracias estatais, que não mais subsiste, Furtado via nessa brecha a possibilidade – difícil, acrescentava – de uma guinada no processo de acumulação periférica. Pressupunha o aumento das tensões sociais para cooptar esse segmento com algum tipo de poder a se engajar na reorientação do desenvolvimento; algo presente àquela altura. Hoje parece mais plausível acreditar – ainda que seja igualmente difícil - na via do embate político instaurado na sociedade e, por extensão, no interior do Estado, pela força de pressões políticas democráticas. Não há atalhos fáceis.

Com idas e vindas, o avanço das forças que se postam na contramão do capitalismo precisaria ocupar novos terrenos e conquistar adeptos para a defesa dos espaços públicos de convivência cooperativa, de afirmação de valores sociais coletivos, de atenção às populações desassistidas, de defesa do meio ambiente e mitigação dos efeitos danosos das mudanças climáticas, da cultura, da educação e da saúde etc. Tais espaços do comum precisam ser protegidos e ampliados em detrimento dos privados, apropriados pelas estruturas capitalistas. A redução e o controle dos nichos de reprodução capitalista implicam em regras do jogo crescentemente restritas, com a recuperação dos mecanismos tributários de contenção da riqueza, a redução das desigualdades sociais e o aumento das frações da renda apropriadas coletivamente pela sociedade. E, acima de tudo, reclama democracia, valores comuns e determinação política.

As grandes empresas precisam ser forçadas, de alguma forma, a se submeter a um controle social efetivo. A acumulação subsiste, mas como elemento de afirmação de um novo contexto econômico, social e político em que a propriedade privada deixa de ser o eixo dominante.

À guisa de conclusão

Furtado (1974, p. 74-75) projetava cenários pragmáticos para o desenvolvimento das economias subdesenvolvidas. Via três hipóteses balizadoras ou tendências para o leque de opções de evolução das periferias: a) “(...) persistência das tendências de concentração da renda em benefício de uma minoria”; b) “(...) reforçamento das burocracias que controlam os Estados na periferia” (ampliando a minoria privilegiada); e c) “modificações políticas de fundo, com (...) mudanças na orientação do processo de desenvolvimento”.

A primeira hipótese pressupõe não haver mudanças perceptíveis nas relações entre o centro e a periferia, situação em que o acesso aos bens sofisticados permaneceria circunscrito ao conjunto das populações dos países ricos e minorias abastadas da periferia. Na segunda, ao contrário, o movimento político nos países periféricos abriria espaço para uma ampliação do contingente de abastados, com o acesso de frações das burocracias do Estado aos benefícios antes restritos às minorias associadas; caso típico da ditadura brasileira do período; aqui as tensões internacionais se ampliariam, contrapondo interesses das populações cêntricas e das minorias ampliadas das periferias. Na terceira hipótese, com a reorientação política de peso, ao menos uma parte dos benefícios se distribuiria em maior monta pelas massas excluídas das populações periféricas.

Furtado chamava atenção para “(...) as mudanças substantivas na orientação do processo de desenvolvimento” (1974, p. 75), e assinalava, na sequência, a relação de suas hipóteses com a pressão sobre os recursos, mais elevada na primeira e menor na terceira.

Parte expressiva das discussões atuais se ligam, de um espectro político a outro do sistema, ou a uma maneira de regular o capitalismo ou a uma visão antcapitalista. À direita do espectro, voltou-se para a possibilidade de um capitalismo regulado, cujos limites são postos pelos requisitos da vida humana e da sobrevivência do planeta, restabelecendo-se marcos do sistema. À esquerda, caminha-se para um sistema socialista que ultrapasse as experiências históricas e dê lugar à construção de relações sociais apoiadas na cooperação, na disseminação de padrões

comunitários de produção e consumo e na organização de instituições que defendam o comum.²¹

Henderson (2023, p. 7-8) começa se perguntando o que é o capitalismo, se “uma das maiores invenções da humanidade, e a maior fonte de prosperidade que o mundo já viu”, ou “uma ameaça prestes a destruir o planeta e desestabilizar a sociedade”, ou ainda, “uma combinação que precisa ser reinventada”. A resposta, naturalmente, aponta para a necessidade de reforma, à luz dos “três grandes problemas da atualidade”: (...) “a enorme degradação ambiental, a desigualdade econômica e o colapso institucional”.

A visão otimista - e algo simplista - da autora aponta para os diversos exemplos de empresas que mudaram sua visão de negócios para responder a outros fins e, mesmo assim, puderam sobreviver e até mesmo crescer diante das transformações que adotaram. Seu diagnóstico recai sobre a obsessão, que teria sido promovida por Friedman e seus discípulos exatamente naquela transição dos anos 1960 para os anos 1970, quanto à maximização de lucros, enquanto único e legítimo objetivo das empresas. Henderson (2023, p. 19) afirma que:

(...) o mercado precisa de supervisão adulta. Ele só leva à prosperidade e à liberdade quando é genuinamente livre e justo, e nos últimos 70 anos o mundo mudou radicalmente. (...) A mágica do livre mercado apenas funciona quando os preços refletem todas as informações disponíveis, quando há liberdade genuína de oportunidades e quando as regras do jogo apoiam a verdadeira concorrência. No mundo atual, os preços estão extremamente fora de controle, a liberdade de oportunidades está cada vez mais confinada àqueles com bons contatos e as empresas estão reescrevendo as regras do jogo de maneiras

21 Na falta de folego para explorar em maior detalhe no artigo essas e outras variantes do debate atual, vamos nos restringir, daqui por diante, à análise de duas referências: 1) Rebecca Henderson; “Reinventando o capitalismo num mundo em chamas” (2023; original de 2020), no *mainstream*; e 2) Pierre Dardot e Christian Laval; “Comum. Ensaio sobre a revolução no século XXI” (2017; original de 2014), na linha heterodoxa.

que maximizam seus próprios lucros, enquanto ao mesmo tempo distorcem o mercado. Se as empresas podem jogar lixo tóxico nos rios, controlar o processo político e juntar-se para fixar preços, o livre mercado não aumentará nem agregará riqueza ou liberdade individual. Pelo contrário, arruinará as instituições das quais as próprias empresas dependem.

Para a autora (2023, p. 244), o segredo para a superação dos problemas está em que as empresas se comprometam com “valores compartilhados”, a geração de “ótimos empregos” e tenham como “principal objetivo (...) criar valor, e não ganhar dinheiro a qualquer custo”. Como disse Furtado quanto à abordagem do relatório do Clube de Roma, aqui também o subdesenvolvimento é solenemente ignorado.

A visão de Dardot e Laval (2017, p. 16), ao contrário, propõe abandonar desde já o capitalismo, apostando na construção do que denominam de comum, base para erigir a nova sociedade socialista, avessa ao “(...) ressurgimento de uma Ideia comunista eterna”. O contexto seria de disputa entre os dois modelos societários, na qual a ascensão dos espaços cooperativos do comum vai erodindo a base mesma da reprodução da propriedade privada capitalista. Segundo os autores (2017, p. 17):

(...) os combates pela ‘democracia real’, o ‘movimento das praças’, as novas ‘primaveras dos povos’, as ‘lutas estudantis contra a universidade capitalista’, as ‘mobilizações a favor do controle popular da distribuição da água’ não são eventos caóticos e aleatórios, erupções acidentais e passageiras, insurreições dispersas e sem objetivo. Essas lutas políticas obedecem à racionalidade política do comum, são buscas coletivas de formas democráticas novas.

Após uma longa e densa análise dos fundamentos do conceito de comum, Dardot e Laval (2017, p. 145) questionam a base filosófica, jurídica e econômica do capitalismo, apontando para a necessidade de superação e revisão da “(...) distinção entre bens privados e bens públicos, propriedade privada e propriedade pública, mercado e Estado”. Nisso,

clamam também por um afastamento dos preceitos que estiveram na base do socialismo real do século XX e que autorizaram o Estado a comandar – ao menos no período transicional – as iniciativas sociais e econômicas mais importantes, pois assinalam (2017, p. 159) que:

(...) há na sociedade formas coletivas de entrar em acordo e criar regras de cooperação que não são redutíveis ao mercado e ao comando estatal.

Acrescentam, ainda, que (2017, p. 481):

A política do comum tem como caráter histórico particular combater o capitalismo, rejeitando o comunismo de Estado.

Em suas proposições, Dardot e Laval apontam que devemos fazer valer a “práxis instituinte” (201, p. 429), capaz de suscitar a “invenção de novas instituições” (2017, p. 482). Para isso, será preciso ter em conta, entre outros fatores, a renovação da democracia com base no “autogoverno”, na “autogestão” e no “federalismo” (2017, p. 485-487), a substituição do “direito de propriedade” pelo “direito de uso” (2017, p. 506), o restabelecimento das “dimensões coletivas e social do trabalho” (2017, p. 512), além da conquista do “centro nevrálgico do sistema capitalista”, a empresa privada (2017, p. 523).

Qual a opção? Numa e noutra direção é necessário avançar na construção de um arcabouço de regulação societária e ampliar os espaços da democracia, do planejamento, do reconhecimento das minorias, dos espaços das instituições que se reproduzem por lógicas que respeitam uma vida inclusiva, interessante, criativa e sustentável. E, como diria Furtado, por um ataque sem trégua a todas as formas de desigualdades.

Furtado e seu “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*” podem ser reconhecidos pela contribuição inestimável e perturbadora ao debate atual das ciências sociais, ao propor a ruptura com os esquemas comportados e lineares da acumulação, sem a necessária e devida consideração “(...)

às consequências, no plano cultural, de um crescimento exponencial do stock de capital” (1974, p. 16). Parafraseando o autor (1974, p. 17):

“Não se necessita concordar com todos os aspectos metodológicos desses estudos (Os Limites ao crescimento - ACFG) e menos ainda com suas conclusões, para perceber a importância fundamental que tem”.

Referências bibliográficas

Amin (1975), Samir; La acumulación en escala mundial. Madrid, Buenos Aires e Ciudad de Mexico, Siglo XXI Eds. (original 1971).

ARROW; SCITOVSKY (1969), K; T (Eds.); Readings in welfare economics Vol. XII. Homewood, AEA e Richard Irwing.

BARAN; SWEEZY (1978), P; P Capitalismo monopolista. Ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro, Zahar, 3 ed. (original 1966).

CARDOSO DE MELLO (1982); J. M.; O capitalismo tardio. São Paulo, Brasiliense.

CASTRO (1974), A.; “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, Resenha bibliográfica 3 em Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 1, n. 3, dezembro. Rio de Janeiro, Ipea.

CAVALCANTI (2001), C.; Celso Furtado e O Mito do Desenvolvimento Econômico. Recife, FJN, Trabalhos para discussão nº 104/2001.

DARDOT; LAVAL (2017), P; C Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo, Boitempo (original 2014).

Furtado (1964), C. M.; Dialética do desenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

Furtado (1974), C. M.; O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3 ed.

Furtado (1978), C. M.; Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Galvão (1998); A. C. F.; “Inovações e desenvolvimento regional: alguns elos da discussão recente” em Revista Econômica do Nordeste, v. 29, n. 4, Fortaleza, BNB.

Galvão (2004) A. C. F.; Política de desenvolvimento regional e inovação. Lições da experiência européia. Rio de Janeiro: Garamond.

GALVÃO (2021), A. C. F.; “Dialética nacional-regional como base de um projeto de desenvolvimento do país: apontamentos a partir das ideias de Wilson Cano” em A. Q. Santos et alii (orgs.), Wilson Cano: a questão regional e urbana no Brasil. São Paulo, ABED, Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular.

GRININ (2019), L.E.; “Kondratieff waves, technological modes, and the theory of production revolutions” em Grinin e Koratayev (orgs.) Kondratieff waves. The spectrum of Opinions. Volgograd, Uchitel Publishing House.

Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (2023); VII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil; São Paulo, Gestos

HARVEY (1999), D.; The limits to Capital. London e New York, Verso (original 1982).

HENDERSON (2023), R.; Reinventando o capitalismo num mundo em chamas. Rio de Janeiro, Alta Books (original 2020).

Independent Group of Scientists appointed by the Secretary-General (2023); Global sustainable development report 2023. Time of crisis, time of change: Science for accelerating transformations to sustainable development. New York, United Nations.

HYMER (1978), S.; Empresas Multinacionais: A internacionalização do capital. Rio de Janeiro, Graal (originais de 1968 a 1972).

LABINI (1980), P.; Oligopólio e progresso técnico. Rio de Janeiro e São Paulo, Ed. Forense-Universitária e Edusp.

LUXEMBURGO (1976), R.; A acumulação do capital. Rio de Janeiro: Zahar, 2 ed. (original 1912).

MARX (1982), K.; O Capital – 3 volumes. São Paulo, Abril Cultural (originais do volume I, 1867).

MERHAV (1987), M.; Dependência tecnológica: monopólio e crescimento. São Paulo, Edições Vértice (original 1969).

MIGLIOLI (1986), J.; Acumulação de capital e demanda efetiva. São Paulo, T. A. Queiroz.

PALLOIX (1972), C.; A economia mundial de iniciativa privada. Lisboa, Ed. Stampa (original 1971).

PEREZ (2002), C.; Technological revolutions and financial capital. The dynamics of bubbles and golden ages. Cheltenham e Northampton, Edward Elgar.

POSSAS (1987), M.; A dinâmica da economia capitalista: uma abordagem teórica. São Paulo, Brasiliense.

RADICE (1975), H. (org.), Internacional firms and modern capitalism. Harmondsworth, Penguin Books.

RAPINI et alii (2017), M.; Economia da ciência, tecnologia e inovação: fundamentos teóricos e a economia global. Curitiba, Ed. Prismas.

SACHS (2009), I.; A Terceira margem. Em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo, Cia das Letras.

SAFATLE (2020), V.; *O Mito do Desenvolvimento Econômico* na era Lula. (public. 26/07/2020; acesso 10/04/2020) <https://aterraeredonda.com.br/o-mito-do-desenvolvimento-economico-na-era-lula/>

SCHUMPETER (1982), J. A.; A Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo, Abril Cultural (original de 1911).

SCHUMPETER (1952); J. A.; Capitalismo, socialismo y democracia. Madrid, Buenos Aires e Ciudad de Mexico, Aguilar S.A. de Ediciones (original de 1942).

TAVARES (2009), M. da C. Acumulação de capital e industrialização no Brasi. Campinas, Edunicamp (original 1986);

A NOVIDADE DE *O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO* MEIO SÉCULO DEPOIS¹

Ivo Marcos Theis

“Also können Fortschritten der ‘Naturbeherrschung’ sehr große Rückschritte der Gesellschaft entsprechen, auch die ‘Naturbeherrschung’ sieht dann danach aus. Ohnehin ist sie als solche eine Erscheinung der Gewaltgesellschaft”.²

“The destruction of the planet, in the sense of making it unusable for human purposes, has grown to such an extent that it now threatens the continuation of much of nature, as well as the survival and development of society itself”.³

-
- 1 Gostaria de expressar minha gratidão à Vanessa Follmann Jurgensfeld por sua atenta leitura e por seus valiosos comentários. Contudo, do resultado final, por ser o único responsável, ela deve ser inocentada.
 - 2 Cf. Bloch (1973, p. 814). Trad.: “Por consequência, é possível que aos progressos do ‘domínio sobre a natureza’ correspondam retrocessos muitos grandes da sociedade, e este ‘domínio sobre a natureza’ também terá feições correspondentes. De qualquer forma, representa um fenômeno de uma sociedade violenta” (Bloch, 2006, p. 250).
 - 3 Cf. Foster (1999, p. 11). Trad. minha: “A sociedade humana atingiu um patamar crítico em sua relação com o meio ambiente. A destruição do planeta, no sentido de torná-lo inutilizável para fins humanos, cresceu a tal ponto que agora ameaça a continuidade de grande parte da natureza, bem como a sobrevivência e o desenvolvimento da própria sociedade”.

Introdução

Passados 50 anos da publicação de *O Mito do Desenvolvimento Econômico* [doravante OMDE], além de alguns dos “problemas” ambientais antes já conhecidos ganharem em dimensão e gravidade, surgiram diversos novos. Muitos deles vêm ocorrendo em escala geográfica restrita e com frequência reduzida, mas alguns passaram a irromper em escalas espaciais cada vez mais amplas e com frequência cada vez maior. Perfilam-se, entre esses “problemas”, chuva ácida, destruição da camada de ozônio, aquecimento global, contaminação nuclear, destruição de florestas tropicais, redução generalizada e acelerada da cobertura vegetal, erosão do solo, contaminação de recursos hídricos, desertificação, enchentes, redução da biodiversidade, extinção de espécies, efeitos da exposição a agrotóxicos, variadas formas de poluição (das águas, do ar e do solo) no campo e nas cidades etc. O que os “problemas” mencionados têm em comum é sua origem, quase exclusivamente, antropogênica. Celso Furtado [doravante CF], autor de OMDE, considerado “um dos economistas e cientistas sociais latino-americanos mais influentes de todo o século XX” (Wasques; Santos Jr.; Brandão, 2019, p. 41), percebeu, com extraordinária antecedência, que esses “problemas” não eram tipicamente ambientais, coisa própria da natureza, mas – dir-se-á hoje – socioambientais.⁴

Publicado em 1974, OMDE acabaria sendo, sob diversos ângulos (o contexto histórico, os temas abordados, a ousadia do autoquestionamento de seu autor etc.), uma verdadeira novidade. Em alguma medida, procurar-se-á explorar esses ângulos nas páginas que se seguem. Antes, porém, convém informar a hipótese de que aqui se parte: a novidade de OMDE repousa não apenas nas competentemente desveladas conexões entre subdesenvolvimento e dependência ou nos argutamente elucidados determinantes do modelo de (sub) desenvolvimento brasileiro. A hipótese é que a autêntica novidade radica antes na audaciosa indagação

4 Aliás, o paralelo com sua percepção da seca no Nordeste é impressionante. Com efeito, ao contrário do que a esse respeito vinha informando o senso comum, para CF “o fenômeno da ‘seca’, tal qual o conhecemos na atualidade [1988], dificilmente poderia explicar-se restringindo a análise ao quadro natural, ou seja, aos fatores hidrológicos e geológicos com seus prolongamentos na cobertura vegetal” (Furtado, 1989, p. 19).

dirigida por CF ao sacrossanto *desenvolvimento* e às suas promessas – uma indagação corajosamente formulada com base no reconhecimento dos limites do meio físico⁵ e, ainda mais, em um contexto de festejado crescimento econômico. Se em tal hipótese se busca apoio, o propósito em vista não pode ser outro que jogar luz sobre o ousado questionamento que CF (se) faz em relação ao *desenvolvimento* e a perspicaz presciência do agravamento da “problemática socioambiental” quando publica OMDE.

Para torná-lo mais inteligível, o presente capítulo foi dividido, além desta introdução, em cinco partes: inicialmente, procede-se, propriamente, a uma apresentação do OMDE; na sequência, confere-se maior atenção ao que, no primeiro ensaio de OMDE, constitui a sua boa novidade; o subcapítulo seguinte explora o contexto histórico em que OMDE veio à superfície; depois, procura-se avaliar a novidade do argumento de OMDE em relação à obra de CF; completando o capítulo, declinam-se algumas considerações finais.

Sobre OMDE

A rigor, OMDE é um pequeno (e, ao mesmo tempo, grande) livro, constituído por quatro capítulos, precedidos estes por um breve, mas providencial prefácio. Eles foram escritos entre os Estados Unidos (doravante EEUU) e a Inglaterra nos anos de 1972 a 1974 (Furtado, 1974, p. 11 – prefácio; Wasques; Santos Jr.; Brandão, 2019, p. 46, n. 14).

O primeiro capítulo, intitulado ‘Tendências estruturais do sistema capitalista na fase de predomínio das grandes empresas’, é o mais longo, correspondendo sozinho a 60% do livro. Ou seja, os demais três ensaios, por maior que seja a importância de um ou outro, perfazem juntos não mais que 40% do livro. Com isso não se pretende nada além de destacar a relevância conferida pelo autor ao que expôs no ensaio inicial, que, realmente, parece ser o seu *fulcrum*. Daí conferir-se, na sequência, maior atenção a este. O segundo capítulo, intitulado ‘Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais’, “foi originariamente escrito

5 Para os fins que se tem em mira, o meio físico abarca “o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d’água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas” (BRASIL, 1986, artigo 6º, letra a).

em inglês e apresentado no seminário para docentes da Universidade de Cambridge, em novembro de 1973”. Ele seria considerado por CF como “o núcleo teórico dos demais” (ver Furtado, 1974, p. 11 – prefácio). O terceiro capítulo, intitulado ‘O modelo brasileiro de subdesenvolvimento’, em sua versão inicial também “foi escrito [...] em inglês e apresentado como conferência na American University [Washington/DC] em outubro de 1972” (ver Furtado, 1974, p. 11 – prefácio). Ele se desdobra em três subcapítulos: desenvolvimento e modernização, o desempenho da economia brasileira, e a nova estratégia. Por fim, o quarto capítulo, intitulado ‘Objetividade e ilusionismo em economia’, foi escrito em português e publicado no número inicial do saudoso *Opinião* em outubro de 1972 (ver Furtado, 1974, p. 11 – prefácio). Aí CF colocaria a economia – como ciência positiva – em questão e o fazer dos economistas – que aderiam acriticamente à economia como ciência positiva – sob forte suspeita (Wasques; Santos Jr.; Brandão, 2019, p. 46 – n. 14; Cavalcanti, 2001b).

Para que se proceda a uma exposição cuidadosa, que contemple os propósitos aqui visados, convém lembrar que o longo primeiro ensaio foi dividido por CF em cinco partes: a profecia do colapso, a evolução estrutural do sistema capitalista, as grandes empresas nas novas relações centro-periferia, opções dos países periféricos, e *O Mito do Desenvolvimento Econômico*.

Assim como se pode perceber uma unidade (ou, talvez, uma coesão maior ou menor) entre os quatro ensaios do livro (Cavalcanti, 2001b) – inobstante o fato de os dois primeiros se ocuparem das tendências mais gerais do desenvolvimento capitalista (o primeiro, mais detalhado e com uma pitada histórica; o segundo, declaradamente, com a preocupação de explicitar as referências de análise) e os dois últimos, do caso brasileiro e da fragilíssima base epistemológica da *mainstream economics*, respectivamente – também se pode perceber uma unidade/uma coesão entre os cinco subcapítulos do primeiro ensaio.

Contudo, dado o interesse em examinar, em alguma minúcia, a posição de CF em relação tanto aos limites do meio físico quanto às promessas do *desenvolvimento*, tal como este passou a ser conhecido desde o fim da Segunda Guerra Mundial (doravante SGM), temas que correspondem, respectivamente, aos subcapítulos primeiro e quinto, cabem algumas observações sobre os subcapítulos intermediários. Quanto ao segundo, ‘a evolução estrutural do sistema capitalista’, parece crucial a

questão que CF propõe em relação ao estudo *The limits to growth* (doravante TLG): “dispomos de suficiente conhecimento da estrutura da economia mundial (ou, simplesmente, da do conjunto das economias capitalistas) para projetar tendências significativas da mesma a longo prazo?” (Furtado, 1974, p. 22). O ponto é que uma projeção dos padrões de consumo próprios a países como os EEUU para o conjunto da economia mundial pecaria por desconsiderar os abismos existentes entre o centro desenvolvido e a periferia subdesenvolvida. Afinal, “captar a natureza do subdesenvolvimento não é tarefa fácil” (Furtado, 1974, p. 22). Nos parágrafos seguintes, CF se entregaria a essa tarefa – e, diligentemente, buscaria problematizar o processo de subdesenvolvimento, oferecendo uma interessante pista: a partir do término da SGM, a “periferia do mundo capitalista” se industrializaria rapidamente – “sob a direção das empresas dos países cêtricos” (Furtado, 1974, p. 28).

Embora 50 anos após a publicação desse estupendo livro pareça bastante óbvio, naqueles tempos soava quase como novidade que “a evolução estrutural dos países cêtricos teria necessariamente que repercutir nas relações econômicas internacionais. Neste terreno, mais que em qualquer outro, a grande empresa leva vantagem” (Furtado, 1974, p. 33). À meticulosa análise da presença e crescente influência da “grande empresa” nos países subdesenvolvidos – que, a rigor, já podia ser divisada em algumas de suas publicações anteriores – dedicar-se-ia CF no subcapítulo seguinte: ‘as grandes empresas nas novas relações centro-periferia’. Nessas páginas, porém, CF não apenas dilucidou a atuação cada vez mais desenvolvida da firma multinacional nas economias periféricas, assim como potenciais tensões entre Estados nacionais e grandes empresas, mas também antecipou, de maneira bastante realista, o que viria a ser nominado como “globalização”. No âmbito da progressiva supremacia da grande unidade produtiva (sediada nos “países cêtricos”), restavam poucas alternativas às economias subdesenvolvidas – problema ao qual devotaria atenção no quarto subcapítulo: ‘opções dos países periféricos’. Aí CF indicaria que, o que de fato ocorre, em especial, “no que concerne aos países periféricos em mais avançado processo de industrialização, é a [...] dificuldade de coordenação de suas economias no plano interno, em razão da forma como se estão articulando com a economia internacional no quadro das grandes empresas” (Furtado, 1974, p. 61).

Não obstante, parecia descortinar-se para esses países a possibilidade de entabularem relações mais favoráveis com as economias ditas

desenvolvidas e, sobretudo, com as grandes empresas, sendo “um dos setores em que os Estados periféricos podem exercer sua autonomia [...] o da defesa dos recursos naturais não-renováveis [...]. A expansão do sistema [...] depende, cada vez mais, de acesso às fontes desses recursos localizadas na periferia” (Furtado, 1974, p. 63). Relações mais favoráveis também poderiam incluir a “defesa do valor real do trabalho, que exploram nos países periféricos as grandes empresas” (Furtado, 1974, p. 66). Ambas as preocupações, tanto a defesa dos recursos naturais não renováveis quanto a do valor real do trabalho, poderiam suscitar “tensões sociais crescentes” – o que obrigaria “as burocracias que controlam os Estados no mundo periférico” a buscar “formas de convivência com as grandes empresas que sejam compatíveis com uma orientação interna do processo de desenvolvimento” (Furtado, 1974, p. 68).

Isto posto, passa-se agora ao que importa em face do propósito visado neste capítulo: ao exame mais detalhado da posição de CF em relação à “problemática socioambiental”, que aflora no subcapítulo ‘a profecia do colapso’, e às promessas do *desenvolvimento* (inclusive, a de sua universalização), que recebe maior atenção no subcapítulo ‘O Mito do *Desenvolvimento Econômico*’.

A novidade de OMDE

Qual era, afinal, a posição de CF quanto aos limites do meio físico e às promessas do *desenvolvimento*? Neste subcapítulo estão reunidas evidências, destacadas de OMDE, que oferecem pistas relativas ao que CF pensava a propósito das questões referidas. São tais evidências que permitirão verificar se há novidade no pensamento de CF a respeito da “problemática socioambiental” e de sua indagação crítica acerca de *desenvolvimento* – e quão autêntica era, de fato, essa novidade.

Inicialmente, cabe identificar como, no instigante e provocativo subcapítulo ‘a profecia do colapso’, é procedida a aproximação em relação ao “problema” socioambiental.

Pouca ou nenhuma atenção foi dada às conseqüências, no plano cultural, de um crescimento exponencial do stock de capital [...]. Menos atenção ainda se havia dado ao impacto no meio físico de um sistema

de decisões cujos objetivos últimos são satisfazer interesses privados. Daí a irritação, provocada entre muitos economistas, pelo estudo *The Limits to Growth* [...]. Graças a ele foram trazidos para o primeiro plano da discussão problemas cruciais que os economistas do desenvolvimento econômico trataram sempre de deixar na sombra (Furtado, 1974, p. 16-17).

Parece surpreendente que CF se preocupasse com os “impactos no meio físico”, ainda mais associando-os à perseguição de “interesses privados”, fato que até a publicação de TLG não despertara maior curiosidade entre os estudiosos do *desenvolvimento*. Mas, CF logo reconheceu o acerto das advertências contidas no documento⁶, passando a conjecturar sobre a possibilidade de universalização do *desenvolvimento*, dada a circunstância dos limites do meio físico:

[...] os autores do estudo se formularam a seguinte questão: que acontecerá se o *desenvolvimento econômico*, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chega efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambiguidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso (Furtado, 1974, p. 19).

6 “Ao analisar criticamente o conteúdo do estudo [TLG], [Celso] Furtado [...] argumenta que [suas] conclusões [...] suscitaram certa irritação entre muitos economistas. Essa reação [...] é perfeitamente explicável [...]. A maioria dos estudiosos não admitia a evidência de que os recursos naturais não renováveis representariam um entrave ao crescimento econômico” (Wasques; Santos Jr.; Brandão, 2019, p. 47; ver também Cavalcanti, 2001b).

As observações de CF são cristalinas: o “uso predatório” dos recursos naturais (em especial, dos não renováveis), que repercutiria tanto sobre sua disponibilidade física quanto sobre a elevação de rejeitos resultantes da produção e do consumo de mercadorias, levaria a economia mundial à ruína. Se até aí tratou de referir às implicações do uso predatório dos recursos não renováveis para a economia, CF não deixou de notar que a própria economia gerava danos duradouros para o meio ambiente:

A evidência à qual não podemos escapar é que em nossa civilização a criação de *valor* econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico (Furtado, 1974, p. 19).

Então, em uma significativa nota de rodapé, CF faz referência a Nicholas Georgescu-Roegen⁷ para fundamentar seu argumento de que recursos naturais são indispensáveis à criação de valor, de “que [do ponto de vista da termodinâmica] existe alguma diferença entre o que entra e o que sai do processo [econômico]” (Furtado, 1974, p. 19-20 n. 4). E, pouco adiante, continuaria:

[...] esse processo provoca elevação da temperatura média de certas áreas do planeta cujas consequências a mais longo prazo dificilmente poderiam ser exageradas. A atitude ingênua consiste em imaginar que problemas dessa ordem serão solucionados necessariamente pelo progresso tecnológico, como se a atual aceleração do progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los (Furtado, 1974, p. 20).

7 Cabe lembrar que se trata do “nome mais destacado do esforço de elaboração de um modelo biofísico ou termodinâmico da economia, o romeno-americano Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994), matemático de origem, de quem muito pouco sabem os economistas em geral, lamentavelmente, apesar da importância teórica extraordinária que nele se condensa” (Cavalcanti, 2003, p. 78; ver também Cavalcanti, 2001b; Wasques; Santos Jr.; Brandão, 2019).

Poucas linhas adiante, CF inferiria, provocativamente, que aquilo “que chamamos de criação de valor econômico tem como contrapartida processos irreversíveis no mundo físico, cujas conseqüências tratamos de ignorar” (Furtado, 1974, p. 20) – fato “que os economistas ainda hoje teimam em menosprezar” (Cavalcanti, 2001a, p. 69-70).

O “problema socioambiental” recebeu atenção de CF também no último subcapítulo, quando fez menção às diferenças entre “países altamente industrializados” e países periféricos quanto à pressão sobre a base de recursos naturais não renováveis. Com efeito,

[...] a crescente hegemonia das grandes empresas, na orientação do processo de acumulação, traduz-se, no centro, por uma tendência à homogeneização dos padrões de consumo e, nas economias periféricas, por um distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada com respeito à massa da população. Essa orientação do processo de acumulação é, por si só, suficiente para que a pressão sobre os recursos não reprodutíveis seja substancialmente inferior à que está na base das projeções alarmistas a que fizemos antes referência (Furtado, 1974, p. 69).

Ou seja: dadas as desigualdades internas às nações periféricas, comparativamente muito mais numerosas, e com áreas e populações muito maiores, respectivamente, que as das economias centrais, explica-se que “[...] a simples concentração geográfica da renda, em benefício dos países que gozam do mais alto nível de consumo, engendra uma maior pressão sobre os recursos não reprodutíveis” (Furtado, 1974, p. 70). Essa constatação conduziria ao questionamento da difusão generalizada dos níveis materiais de vida, presumida por TLG:

As relações entre a acumulação de capital e a pressão sobre os recursos, que estão na base das projeções [constantes em TLG], se fundam em observações empíricas e podem ser aceitas como uma primeira aproximação válida. O que não se pode aceitar é a hipótese, também fundamental nessas projeções, segundo a qual os atuais padrões de consumo dos

países ricos tendem a generalizar-se em escala planetária. Esta hipótese está em contradição direta com a orientação geral do desenvolvimento que se realiza atualmente no conjunto do sistema, da qual resulta a exclusão das grandes massas que vivem nos países periféricos das benesses criadas por esse desenvolvimento (Furtado, 1974, p. 70-71).

Se, pois, até o momento em que CF escrevia OMDE, “a orientação geral do desenvolvimento” era de “exclusão das grandes massas que vivem nos países periféricos”, parecia improvável que a pressão sobre os recursos não renováveis (sobretudo, os localizados nos próprios países periféricos) crescesse nos níveis projetados por TLG. Isso, porém, não o levava a “desconhecer que é essa uma pressão considerável” (Furtado, 1974, p. 73). Assim, não deve restar dúvida de que CF se preocupou genuinamente com os impactos do crescimento econômico sobre o meio físico, inclusive, com grande antecedência em relação aos economistas ecológicos (Cavalcanti, 2001b), mesmo que tenha considerado as implicações do uso predatório dos recursos não renováveis para a reprodução da atividade produtiva.

Tendo sido examinado o “problema socioambiental”, como ele emerge no subcapítulo ‘a profecia do colapso’, cabe voltar a atenção para o ousado e não menos provocativo subcapítulo ‘*O Mito do Desenvolvimento Econômico*’, em que CF se debruça sobre as promessas do *desenvolvimento* (inclusive, o de sua universalização) – embora, em não poucas passagens, seja difícil dissociar essas daquele.

Aliás, o tema das promessas ganhara a superfície já no primeiro subcapítulo, embora aí não tivesse sido avançado, como seria no último:

[...] pelo menos noventa por cento do que [...] encontramos [na literatura sobre desenvolvimento econômico do último quarto de século] se funda na idéia, que se dá por evidente, segundo a qual o *desenvolvimento econômico*, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que o standard de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos

países altamente industrializados, é acessível às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado terceiro mundo. Essa idéia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do *progresso*, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial (Furtado, 1974, p. 16).

Os dois pontos que CF explora aqui dizem respeito, precisamente, à “universalização” do *desenvolvimento*, isto é, à sua reprodução nos países periféricos tal como até então vinha “sendo praticado” nos países centrais; e ao acesso daqueles aos níveis de consumo alcançados por estes. O que, no entanto, tem mostrado a evidência histórica?

[...] se observamos o sistema capitalista em seu conjunto vemos que a tendência evolutiva predominante é no sentido de excluir nove pessoas em dez dos principais benefícios do desenvolvimento; e se observamos em particular o conjunto dos países periféricos constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte (Furtado, 1974, p. 74).

Os fatos apontavam, como se pode perceber, para graus de desigualdade tão elevados, ainda mais, nos países ditos subdesenvolvidos, que a expectativa de acesso generalizado aos logros do *desenvolvimento* era nitidamente irrealista (Cavalcanti, 2001b; Saes; Soares, 2021; Alves, 2024) – o que conduz às inferências a que CF chegou ao terminar o primeiro capítulo e que, afinal, marcariam OMDE:

A conclusão geral que surge dessas considerações é que a hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cêntricos, não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema. E é essa a razão fundamental pela qual uma ruptura cataclísmica, num horizonte previsível, carece de fundamento. O interesse principal do modelo que leva a essa ruptura cataclísmica

está em que ele proporciona uma demonstração cabal de que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a idéia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como negar que essa idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido” (p. 75) “possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento*. A importância principal do modelo de *The limits to growth* é haver contribuído, ainda que não haja sido o seu propósito, para destruir esse mito, seguramente um dos pilares da doutrina que serve de cobertura à dominação dos povos dos países periféricos dentro da nova estrutura do sistema capitalista (Furtado, 1974, p. 75-76).

A longa citação merece ser examinada, pelo menos, nas partes que se podem considerar mais relevantes. Em primeiro lugar, CF rejeitava a hipótese da difusão generalizada – isto é, do centro para a periferia

– dos níveis de consumo prevalecentes nos países ditos desenvolvidos. Em segundo lugar, este fato indicava que a perspectiva de ruptura na economia mundial, em decorrência de aumento no uso de recursos não renováveis, era implausível. Em terceiro lugar, para CF, as conclusões de TLG mostravam que a degradação do meio físico que resultaria de eventual generalização do estilo de vida das minorias privilegiadas representava uma ameaça à sobrevivência da vida humana (e não humana) no planeta. Assim, em quarto lugar, as promessas do *desenvolvimento* – sobretudo, a do acesso das populações dos países periféricos ao estilo de vida prevalente nos países ditos desenvolvidos – se mostravam inexequíveis. Em quinto lugar, CF admite que o *desenvolvimento* serviu como miragem para “os povos da periferia”, levando-os a aceitar enormes sacrifícios (destruição de seus modos de vida, depredação do meio físico...) para poderem ter acesso aos benefícios com que se lhes iludia. Em sexto lugar, é devido à miragem – a uma abstração – do *desenvolvimento* que se perdem de vista as necessidades concretas de comunidades humanas concretas. Por fim, em sétimo lugar, se se considerar seriamente todo o exposto, o *desenvolvimento* pode ser decretado como sendo um mito – ao que acabou contribuindo TLG.

Para finalizar esta parte do capítulo, restam duas pontas soltas: a crítica de Antônio Barros de Castro, que se encontra em resenha reproduzida nesta coletânea, não a OMDE em si, mas à recepção que CF aí fizera das teses de TLG; e a relevância (aparentemente, demasiada) que CF teria atribuído à tecnologia para o enfrentamento do “problema socioambiental”.

Iniciando pela resenha – incontestavelmente, competente –, seu autor se debruça sobre o que considera ser a contribuição mais relevante de CF em OMDE: “a ilusão do desenvolvimento” (Castro, 1974, p. 740). A avaliação que colhe da leitura de OMDE é, por vários motivos devidamente referidos, negativa. Parece poupar CF quando afirma que “Para os espíritos mais positivos e para o público em geral, existe [...] uma explicação [...] mais simples e de maior impacto. O desenvolvimento é também um mito por razões de ordem física [...]” (Castro, 1974, p. 739-740). Estavam certos, então, os espíritos menos positivos e o público mais letrado na gramática econômica que não se preocupavam com as limitações postas ao *desenvolvimento* pelo meio físico? Aliás, o que dissera a respeito o próprio autor de OMDE? Poucas linhas adiante, volta a

poupar – desnecessária e equivocadamente – CF, afirmando ser “evidente [...] que o autor [de OMDE] não compartilha fundamentalmente da visão catastrofista daquela equipe [que elaborou TLG] [...] nem no que toca às barreiras físicas ao crescimento (esgotamento) de recursos e poluição insuportável” (Castro, 1974, p. 740).

Na medida em que avança, o deslize do resenhista ganha substância. Assim, em relação aos então primeiros “inventários de recursos terrestres” que, muito timidamente, vinham ganhando audiência naquele início dos anos 1970, afirmou, com desprezo, que estavam “muito em moda nos Estados Unidos” (Castro, 1974, p. 740 n. 2). Por isso, logo abandona o assunto sem tocá-lo, justificando-se: “Deixemos [...] de lado as páginas que derivam de *Limits to growth*; elas parecem ser um mero expediente de que se vale [CF] para chamar a atenção sobre o que é realmente relevante: a ilusão do desenvolvimento” (Castro, 1974, p. 740). O que se viu a respeito de OMDE nas páginas precedentes desautoriza um juízo como o exarado por Castro (1974) em sua resenha. Ele minimizou a preocupação de CF com os limites do meio físico e com as impossibilidades de generalizar o crescimento econômico por todo o planeta. Talvez tenha sido um problema de compreensão ou simples questão de interpretação. Mais provável, porém, é que não tivesse aceitado o audacioso ponto de vista de CF a respeito desses temas.

A outra ponta solta é o (demasiadamente) grande significado que CF teria conferido à tecnologia quando se debruçou sobre as opções disponíveis para enfrentar a “problemática socioambiental”. Não se trata, porém, de voltar a atenção a cada referência que CF tenha feito à tecnologia, seja em OMDE, seja em seus outros livros. Mesmo assim, cabe lembrar que, no subcapítulo ‘a profecia do colapso’, ao referir-se às implicações econômicas e físico-ambientais do uso – predatório – de energia, CF ressaltou que “A atitude ingênua consiste em imaginar que problemas dessa ordem serão solucionados necessariamente pelo progresso tecnológico, como se a atual aceleração do progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los” (Furtado, 1974, p. 20). Portanto, aí descartou a tecnologia como opção para resolver problemas decorrentes do consumo irracional de energia – como a escassez econômica, a degradação ambiental etc. E o motivo era que o “progresso tecnológico” não havia sido programado para enfrentar esses problemas, mas, antes, para acelerar o processo de acumulação de capital – o que requeria volumes

crescentes de insumos energéticos e recursos naturais. Todavia, é certo que CF chegou a considerar, com certo otimismo, a possibilidade de a tecnologia vir a “reverter os processos de degradação do mundo físico” (Wasques; Santos Jr.; Brandão, 2019, p. 43). De fato, em entrevista concedida a Cristovam Buarque (2007), em Paris, a 8 de março de 1991, CF cogitou a possibilidade de a tecnologia – por exemplo, aplicada à reciclagem – contribuir para enfrentar o problema do consumo “de forma predatória” dos recursos não renováveis pelos países centrais (p. 57). Todavia, na mesma entrevista, ao invés de insistir na mencionada possibilidade, CF orientou sua atenção decididamente para o caráter “predatório” da civilização (do *desenvolvimento capitalista*?), não hesitando em afirmar que “a nossa civilização é predatória, [...] ela vive de destruir o planeta. Se deixarmos que continue o atual processo civilizatório, o planeta se destrói” (Buarque, 2007, p. 57).

Isto posto, talvez se possa arriscar uma síntese: terão as evidências (destacadas de OMDE) oferecido pistas seguras quanto ao que CF pensava a respeito da “problemática socioambiental” e de seu questionamento crítico acerca de *desenvolvimento*? Trata-se, mesmo, de uma novidade? Quão autêntica, afinal, era essa novidade? Não devem restar dúvidas de que OMDE é uma obra que, para além do que possa ter contribuído em outros *fronts* (ver o subcapítulo anterior), original e ineditamente, se ocupa tanto dos “impactos do processo econômico no meio físico, na natureza – um tema completamente alheio ao núcleo do pensamento tradicional da ciência da economia” quanto “do caráter de mito moderno do desenvolvimento econômico” (Cavalcanti, 2003, p. 73-74) – precisamente, os pontos aqui destacados. As evidências comprovam tratar-se de uma novidade, dado o contexto histórico (ver o próximo subcapítulo) em que OMDE emerge. E essa novidade é autêntica não apenas pela originalidade e pelo ineditismo, mas por trazer os dois pontos referidos à superfície – em meados dos anos 1970 – quando a *mainstream economics* ainda não lidava com as “dimensões ecológicas do processo econômico” nem com críticas à noção – e à generalização – do *desenvolvimento* (Cavalcanti, 2003; ver também Cavalcanti, 2001b; Cristaldo; Senna; Matos, 2018; Alves, 2024).

O contexto histórico em que é publicado OMDE

Parece redundante afirmar que, além de registro das percepções de CF sobre as conexões entre subdesenvolvimento e dependência e/ou os determinantes do subdesenvolvimento brasileiro e/ou os limites físicos do desenvolvimento capitalista, OMDE também é, em si, um primoroso testemunho do tempo em que o livro ganhou a superfície⁸. Neste subcapítulo, porém, é a quadra histórica em que OMDE foi publicado que realmente importa, sobretudo, para contextualizar sua novidade (Cavalcanti, 2003). Para atender a esse intento, buscou-se resgatar fatos e acontecimentos – arbitrariamente, considerados relevantes – dos anos que antecederam e dos anos que sobrevieram a publicação de OMDE, primeiro, em escala internacional, depois, referidos ao Brasil.

Um bom início é propiciado pelos diversos ensaios, artigos e capítulos (uns publicados anteriormente, outros não), reunidos em *Transformação e crise na economia mundial*, em que Furtado (1987) delineou, com perspicácia, o cenário internacional dos anos 1970 (durante o qual OMDE viria à luz), enfatizando, no mínimo, cinco momentos principais:

- a. O processo de integração dos mercados nacionais, ocorrido entre 1948-1973, que não necessariamente conduziu à formação de um sistema econômico global, mas antes a um conjunto de subsistemas cujas relações mútuas eram assimétricas;
- b. O brutal processo de hipertrofia, logo a partir do início dos anos 1970, experimentado pelo sistema bancário privado internacional, com destacada participação dos bancos estadunidenses;
- c. A inédita liberação da “tutela dos bancos centrais”, decorrente da ampliação desordenada da estrutura financeira, que conduziria à “criação autônoma de liquidez”;

8 A propósito “do tempo em que o livro ganhou a superfície”, uma consulta cuidadosa às páginas 230-245 dos *Diários intermitentes* (Furtado, 2019), nas quais se encontram registros de passagens de CF por lugares como Paris, Cambridge, Caracas, Recife e México, entre os anos de 1970 e 1975, não revelou uma única referência a OMDE

- d. “O aumento inusitado da liquidez em dólares, fora dos Estados Unidos, na segunda metade dos anos sessenta, [que] levaria, em [agosto de] 1971, ao abandono da conversibilidade dessa moeda em ouro à taxa então prevalecente” (Furtado, 1987, p. 233);
- e. A brusca elevação dos preços do petróleo na segunda metade de 1973.

Vale lembrar que, de 1966 em diante, CF passaria a viver em Paris. E “maio de 1968” não lhe deve ter passado despercebido – embora, curiosamente, não haja referência mais conhecida a esse “acontecimento” em seus escritos. Convém lembrar que “maio de 1968” não foi uma simples revolta estudantil, um momento, entre outros, em que algo de espetacular e inesperado aconteceu. Foi uma “explosão” (Arrighi; Hopkins; Wallerstein, 1989, p. 103), um ponto de condensação de eventos e experiências – não apenas em Paris, mas, também em Praga, Tóquio, Cidade do México... – que teriam consequências para além daqueles dias⁹. As mudanças, consideráveis e profundas, alcançaram as relações entre mulheres e homens, entre a sociedade passiva e o Estado poderoso, entre eleitores representados e políticos eleitos para representá-los, (em alguma medida) entre trabalho e capital, entre estudantes e professores e burocracia escolar/universitária, resultando em alterações significativas nas hierarquias sociais (Bassets, 2018). É irrelevante especular se o ceticismo em relação às forças da ordem e aos poderes estabelecidos, que irrompeu no “maio de 1968”, teria conduzido à dúvida quanto às promessas do *desenvolvimento* ou, mesmo, se aquele evento exerceu influência direta sobre CF. Mais importante é que muito do que parecia tão sólido – finalmente – se esfumava no ar. Contudo, diante de uma “perspectiva politicamente tão perigosa” (Arrighi; Hopkins; Wallerstein, 1989), as forças (econômicas) da ordem e os poderes (políticos) estabelecidos começariam a reagir.

9 “Houve um momento [...] em que todos os dias parecia que a Revolução estava para estalar no dia seguinte [...] os jovens – de 1968 em diante – [...] acreditavam na Revolução iminente que haveria de derrubar e destruir nas suas bases o Sistema (como se tornara hábito chamar-lhe) [...]” (Pasolini, 1979, p. 33).

Entre as principais reações – no caso, do governo dos EEUU – cabe destacar o “abandono da conversibilidade” do dólar em ouro em agosto de 1971.¹⁰ O que, de fato, aconteceu foi o rompimento unilateral, nessa data, de “uma série de disposições institucionalizadas [pelo regime de Bretton Woods], que limitavam o domínio dos Estados Unidos na política monetária internacional” (Gowan, 2003, p. 45). O “abandono da conversibilidade” de agosto de 1971 era uma medida do governo Nixon pela qual os EEUU deixariam de se sujeitar à paridade do dólar frente ao ouro, de molde a permitir que a moeda estadunidense se movimentasse não mais em conformidade com a disciplina do regime de Bretton Woods, mas segundo as regras e os interesses do Tesouro dos EEUU (Gowan, 2003, p. 46).

Entretanto, as forças (econômicas) da ordem e os poderes (políticos) estabelecidos seriam uma vez mais desafiados – agora, pela ousada (e certa) cartada das nações que proviam petróleo para alimentar a economia capitalista. Assim, na segunda metade (para ser exato: no mês de outubro) de 1973 são bruscamente elevados os preços do petróleo. Naquele momento, pois, “[...] os seis países exportadores do Golfo, reunidos em Genebra, [elevavam] unilateralmente o preço do Arabian Light de 2,989 dólares para 4,119 dólares [...]. Dois meses mais tarde (dezembro de 1973), nova alta do preço de referência: 11,651 dólares” (Martin, 1992, p. 64). Convém lembrar que a alta dos preços do petróleo ocorreu em um momento quando crescia a dependência das economias estadunidense, europeia e japonesa desse combustível¹¹. No caso da Europa, as importações de petróleo junto aos fornecedores da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (doravante OPEP) chegavam, no ano de 1973, a quase 60%, no caso do Japão, a 75% (Cremer, 1986, p. 21; ver também Luciani, 1979).

10 “[...] the Nixon administration announced in August 1971 that the convertibility of the dollar into gold was to be suspended indefinitely” (Holloway, 2022, p. 189).

11 Na segunda parte de *Prefácio à nova economia política*, ‘O capitalismo pós-nacional’, CF referiu-se à “elevação do preço do petróleo” (p. 86) que teve lugar em 1973, assim como também a de preços de outros “produtos estratégicos de origem mineral” (além do petróleo) dos quais a economia estadunidense se tornara dependente (Furtado, 1977, p. 109).

Por fim, a década dos anos 1970 ainda reservaria uma nova reação das forças da ordem e dos poderes estabelecidos – também nesse caso, por parte do governo dos EEUU – face ao agravamento de seus problemas econômicos, decorrentes não apenas das altas nos preços do petróleo, mas também da hipertrofia do sistema bancário privado internacional, que levou à inédita “criação autônoma de liquidez”. Com efeito, havia preocupação crescente com a queda do dólar, o aumento da inflação e a elevada capacidade da produção industrial estadunidense. Em resposta, em outubro de 1979, o presidente do Banco Central, Paul Volker, anunciaria um pacote de medidas (de fato, um *choque*) que repousava, sobretudo, na elevação das taxas de juros¹², visando fortalecer o dólar e “recuperar” o padrão monetário estadunidense (Tavares, 1985, p. 158; Gowan, 2003, p. 74; Holloway, 2022, p. 190-197).

Dado o progressivo grau de integração da economia brasileira na economia mundial, a crise de liquidez que se seguiu à alta dos juros estadunidenses agravaria sobremaneira os seus problemas internos. Convém lembrar que os primeiros anos após o golpe de primeiro de abril de 1964 foram de dificuldades para as forças econômicas e os poderes políticos que sustentavam o “regime autoritário militar-tecnocrático” (Furtado, 1982). Por isso, em comparação, o “maio de 1968” no Brasil também foi um ponto de condensação, mas de eventos que iam em direção contrária à ampliação da liberdade e ao questionamento das hierarquias sociais. Foi, de fato, momento de culminação da repressão, escalando o número de prisões, o recurso à tortura, as mortes – isso ou o exílio. O “maio de 1968” brasileiro começou em 28 de março, com a morte do estudante secundarista Edson Luís e terminaria em 13 de dezembro, com a publicação do Ato Institucional N. 5. Também nesse caso os efeitos se prolongariam para bem além daqueles dias (Oliveira, 2018).

Contudo, de 1968 em diante, as forças econômicas e os poderes políticos que sustentavam o “regime autoritário militar-tecnocrático” colheriam seus frutos mais preciosos. Depois de anos de ajuste recessivo, a economia brasileira finalmente experimentava crescimento – e a

12 “Ao impor a regeneração do papel do dólar como *standard* universal, através de uma elevação sem precedentes das taxas de juros, em 1979, os Estados Unidos, além de deflagrarem uma crise de liquidez para os devedores, deram o derradeiro golpe no estado de convenções que sustentara a estabilidade relativa do pós-guerra” (Belluzzo, 2000, p. 103).

taxas surpreendentemente elevadas¹³. Assim, “viabilizada pela solução da dívida externa, a expansão da economia nacional disparou, conformando um novo recorde médio, em torno dos 8% a 9% anuais, para um período tão largo quanto o de sete anos, 1968-1974” (Oliveira, 1980, p. 100; ver também Saad Filho; Morais, 2018, p. 23). As altas taxas de crescimento, após a crise de meados dos anos 1960, indicavam que o Brasil já se encontrava em “outra etapa de integração com o capitalismo internacional”. Para tanto, adotava-se um “novo esquema de concentração do poder e da renda” que, à diferença do padrão de desenvolvimento que prevalecia antes do golpe de primeiro de abril de 1964, conformava “um novo estilo de desenvolvimento capitalista” (Tavares, 1983, p. 175).

Se, todavia, é a quadra histórica em que OMDE veio à superfície que importa, convém não restringir o escopo da exposição a fatos e acontecimentos de natureza econômica. E o período aqui considerado também foi pródigo em fatos e acontecimentos não econômicos – entre eles, a publicação de TLG – a que CF se referiu demoradamente em OMDE – e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. É certo, porém, que até o início dos anos 1970 a “problemática socioambiental” não era objeto de maior preocupação, nem por parte do capital privado nem por parte dos governos, fosse em escala internacional, fosse no Brasil. Pelo contrário: a visão que prevalecia era de que o meio físico constituía um “obstáculo” ao *desenvolvimento* (Cavalcanti, 2001a, p. 62). De maneira que as forças (econômicas) da ordem e os poderes (políticos) estabelecidos não titubeavam em abrir caminho para a aceleração do processo de acumulação. Mas, também é certo que, embora então reduzida, havia crescente percepção pública em relação aos limites do meio físico (quase exclusivamente nos países ditos desenvolvidos); e, embora pouco visível, havia cada vez maior resistência por parte de suas vítimas (sobretudo, nos países periféricos). É por isso que, em relação à “problemática socioambiental”, o ano de 1972 representa um importante momento de inflexão, pois aí se publica o estudo TLG e, também, se realiza, em Estocolmo/Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o

13 Não é irrelevante notar, nesse ponto, que a interpretação de Furtado (1966) passaria a ser entendida como se a América Latina tivesse adentrado e persistisse mergulhada em uma fase de estagnação econômica. Essa interpretação desencadearia interessante controvérsia que teria, entre outros, M. C. Tavares e J. Serra (1971) como contendores.

Meio Ambiente Humano (Alves, 2024). No que, em especial, se refere à Conferência de Estocolmo, ao mesmo tempo em que se produziram consensos em torno do direito a um meio ambiente saudável e do dever de se preservá-lo, também eclodiram conflitos. Assim, enquanto os países ditos desenvolvidos expressavam sua preocupação com o crescimento demográfico, que era maior nos países periféricos, estes chamavam atenção para as desigualdades econômicas e sociais que os separavam daqueles. Por fim, a Conferência de Estocolmo gerou 26 princípios com os quais uns e outros pareciam concordar. Já, no que, em especial, se refere a TLG, o mais notável dos produtos encomendados pelo Clube de Roma (e que já recebeu atenção no subcapítulo precedente), ele partiu do diagnóstico, correto, de que havia, por um lado, crescente consumo de recursos não renováveis e, por outro, aumento progressivo de rejeitos (poluição). Mas, como referido por CF em OMDE, TLG ignorou as diferenças, em um e outro caso, entre populações de países ditos desenvolvidos e povos de países periféricos¹⁴. Isso ficou evidente no remédio sugerido: adotar medidas de controle demográfico (Meadows *et al.*, 1972).

Este subcapítulo, em que se buscou resgatar fatos e acontecimentos, econômicos e não-econômicos, que tanto antecederam quanto sobrevieram a publicação de OMDE, de significação internacional e, também, de relevância mais localizada para o Brasil, joga luz sobre um dado crucial: a quadra histórica em que OMDE veio à superfície. Ou seja: as ousadas teses de CF – primeiro, o reconhecimento da existência de “relações viscerais [...] entre economia e ecologia”, depois, a apreciação de que o *desenvolvimento* é um mito – estão contidas em um livro publicado em 1974. Se se tomar o mundo como referência, era um momento em que fenecia a “era de ouro do capitalismo” (Lipietz, 1992). Se se tomar o Brasil como referência, era o sétimo ano do largo período do chamado “milagre”. E “[...] diante de evolução tão favorável de uma economia, [era preciso muita coragem] para afirmar que tudo aquilo não passava de mito, de fábula, de ilusão” (Cavalcanti, 2001a, p. 62; ver também Cavalcanti, 2001b; Alves, 2024).

14 Curiosamente, CF não fazia referência a outro importante documento sobre os “limites físicos do desenvolvimento”, divulgado apenas quatro anos após a publicação de TLG e somente dois após a de OMDE. Tratava-se de um estudo mais contextualizado, que considerou escrupulosamente as diferenças entre populações de países centrais e povos de países periféricos, publicado sob os auspícios da Fundación Bariloche (Herrera *et al.*, 1976).

A novidade de OMDE em relação à obra de CF

Neste subcapítulo procurar-se-á avaliar a novidade do argumento contido em OMDE face ao conjunto da obra de CF, abrangendo livros que publicou antes de 1974, mas também livros que publicaria depois. Para cumprir a contento esse propósito, seguiu-se como estratégia a seleção de (e a consulta a) livros que pudessem oferecer pistas de que CF poderia ter se indagado a respeito das promessas do *desenvolvimento* e reconhecido os limites do meio físico, antes de publicar OMDE – e, também, depois. Antes, porque talvez se pudesse considerar OMDE uma espécie de culminância em termos de consciência e preocupação de CF em relação a essas questões. Depois, porque talvez se pudesse identificar em CF uma preocupação duradoura em relação a elas. Daí poderia resultar, para a surpresa de seus melhores leitores, que CF tem sido crítico do *desenvolvimento* e se preocupado com a “problemática socioambiental” desde antes de publicar OMDE. E que assim continuou nos anos subsequentes.

Para começar, mais de 10 anos antes de publicar OMDE, em 1962, ao ocupar-se em *A pré-revolução brasileira* do processo de desenvolvimento como este até então vinha ocorrendo no Brasil, CF constatava serem seus resultados lamentáveis. Em suas próprias palavras, afirmou:

Sabemos que o desenvolvimento de que tanto nos orgulhamos, ocorrido nos últimos decênios, em nada modificou as condições de vida de três quartas partes da população do país. Sua característica principal tem sido uma crescente concentração social e geográfica da renda (Furtado, 1962, p. 14).

Ainda nos anos 1960, mas já no final deles, em *Um projeto para o Brasil*, CF voltaria a tratar de *desenvolvimento*, mas agora não se referindo aos seus processos. O que pretendia mostrar era que *desenvolvimento* teria algum significado para uma sociedade se a ele estivesse associado um projeto de transformação social que fosse politicamente viável:

[...] o desenvolvimento não é uma simples questão de aumento de oferta de bens ou acumulação de capital, possui ele um *sentido*, é um conjunto de

respostas a um projeto de autotransformação de uma coletividade humana [...] o sentido do desenvolvimento decorrerá do projeto de autotransformação que se crie na coletividade [...] (Furtado, 1969, p. 19).

E adiante completaria:

O desenvolvimento é a transformação do conjunto das estruturas de uma sociedade em função de objetivos que se propõe alcançar essa sociedade. O primeiro problema é definir o campo de opções que se abre à coletividade. Em seguida se apresenta o problema de identificar entre essas opções aquelas que se apresentam como *possibilidade política*, isto é, que, correspondendo a aspirações da coletividade, podem ser levadas à prática por forças políticas capazes de exercer um papel hegemônico no sistema de poder (Furtado, 1969, p. 19-20).

O penúltimo livro antes de OMDE, *Análise do modelo brasileiro*, publicado em 1972, é constituído por dois ensaios de fôlego – “Análise do modelo brasileiro” (seguido do anexo ‘A dinâmica do modelo brasileiro’) e “A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro”. Logo no começo do primeiro, CF informa que, “no início dos anos 60, o Brasil transformara-se em um país industrializado, ainda que permanecesse notoriamente subdesenvolvido” (Furtado, 1982, p. 33). Isso quer dizer que CF dissociava industrialização e *desenvolvimento*, não considerando (como, em geral, se defendia) que a primeira fosse tomada como condição suficiente para lograr-se o último.

Todavia, mais adiante, pela primeira vez, CF afirmaria que o *desenvolvimento*, por ser privilégio de poucos países, não pode ser generalizado, pois corresponde – como contraparte estrutural – ao subdesenvolvimento dos países do Terceiro Mundo:

A economia industrial subdesenvolvida não constitui uma *fase* que tende a ser necessariamente superada em prazo maior ou menor. O funcionamento desse

sistema requer a preservação de certas estruturas sociais, sem as quais não se daria o processo de reprodução de padrões de consumo, cujo transplante é condição *sine qua non* para que prossiga a industrialização tal qual esta se está realizando. Assim, *desenvolvimento* passa a ser definido em termos de aproximação de um paradigma que, por definição, é inalcançável, porquanto em transformação cada vez mais rápida. A experiência já demonstrou que, se se aumenta o esforço para andar mais rápido e reduzir a distância do alvo perseguido, a deformação estrutural se acentua, pois uma acumulação mais intensa em benefício de uma parte da população amplia o fosso que existe entre as condições de vida da minoria beneficiada e as da massa, fosso que é a essência mesma do subdesenvolvimento. Cabe inferir, portanto, que a melhoria efetiva das condições de vida da massa da população dos países do Terceiro Mundo, particularmente dos de grande dimensão demográfica, somente será alcançada por outros caminhos. A Índia nunca será uma Suécia de um bilhão de habitantes, nem o Brasil uma reprodução dos Estados Unidos (Furtado, 1982, p. 77).

Nos parágrafos que se seguem, CF faria (ineditadamente) referência à “destruição do meio físico” (p. 77) e, também, aos atritos do “mundo capitalista industrial [...] em suas fronteiras ecológica e psicossocial” (p. 78), deixando descoberta a “satisfação das autênticas necessidades do homem” (Furtado, 1982, p. 79).

No segundo dos ensaios, CF lembraria que, em decorrência da abundância de terras e da disponibilidade quase ilimitada de força de trabalho, “o caso brasileiro” diferia consideravelmente do “modelo ‘clássico’ de desenvolvimento agrícola das economias capitalistas”. Daí que se vinha perpetuando no Brasil “uma agricultura de altos e crescentes custos sociais, responsável pela depredação dos recursos naturais do país”.¹⁵

15 Cf. Furtado (1982, p. 119). Na entrevista concedida a Cristovam Buarque, em 1991, CF reiteraria que “é difícil no Brasil se perceber a importância da ecologia, porque é um país que tem uma margem muito grande para o desperdício” (Buarque, 2007, p. 78).

Se, como foi visto, a preocupação de CF em relação à impossibilidade de generalizar o *desenvolvimento* e à destruição do meio físico já se havia manifestado antes de OMDE,¹⁶ depois de sua publicação ela pode ser identificada em diversas oportunidades.

Um dos primeiros livros depois de OMDE, publicado em 1976, foi *Prefácio à nova economia política*. De suas quatro partes, a primeira é a mais longa, levando o título do próprio livro. Nos ‘anexos’ dessa primeira parte, que corresponde a uma ‘tábua da matéria sugerida’, encontra-se uma indicação bastante evidente de que CF tinha conhecimento sólido das implicações ‘ecológicas’ da atividade econômica. Por exemplo, ele faz referência à “irreversibilidade da degradação da energia” e “à criação de entropia e desorganização dos ecossistemas”. Adiante denuncia a “socialização dos danos causados no plano ecológico” e o “comprometimento das opções futuras”. Em seguida, indigna-se frente à “aceleração do uso dos recursos não renováveis”, ao “custo ecológico da reprodução de certas estruturas sociais”, à “destruição dos solos aráveis” e às “explorações mineiras predatórias” (Furtado, 1977, p. 69).

Ao final da segunda parte – ‘O capitalismo pós-nacional’ – CF chamou atenção para “um problema mais geral que é o da crescente escassez relativa dos recursos não renováveis e da responsabilidade das grandes empresas no uso predatório dos mesmos”. E acrescentaria: “Este estilo de desenvolvimento [baseado na apropriação de incrementos da renda por uma minoria reduzida da população...] tem se caracterizado por um custo crescente em termos de recursos não renováveis”. Por fim, concluiria que “essas formas de viver” [baseadas na concentração de renda e no estímulo ao consumo de bens que rapidamente se tornam obsoletos] “implicam em considerável desperdício de recursos escassos, desperdício este que é ostentado por uma minoria privilegiada ao lado da enorme miséria que pesa sobre grandes massas de população” (Furtado, 1977, p. 111).

16 No último livro lançado antes de OMDE, *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*, publicado em 1973, CF informava (em nota introdutória) que os ensaios nele contidos foram escritos entre 1964 e 1968. O seu conteúdo não contém nada de especialmente crítico em relação a *desenvolvimento* e/ou à destruição do meio físico. A preocupação era com a “industrialização latino-americana”, um processo que coincidia com a “expansão externa das grandes empresas norte-americanas” (Furtado, 1978a, p. 79).

Na terceira parte do mesmo livro – ‘A nova ordem econômica mundial’ – CF notaria que o contexto internacional do pós-SGM era marcado por uma forte “aceleração do crescimento [que] exacerbou duas tendências do sistema: à concentração da renda em benefício do Centro e à agravção das desigualdades sociais nos subsistemas periféricos” (Furtado, 1977, p. 114). Mas, é ao fim dessa mesma parte que CF voltaria ao ponto:

É fora de dúvida que o estilo de vida que prevalece hoje em dia no Centro do sistema capitalista não está ao alcance dos povos da Periferia. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, [...] o milenarismo que prometeu a todos os povos da terra acesso às formas de vida das atuais sociedades de abundância, já é coisa do passado. A Periferia não será jamais uma reprodução do Centro (Furtado, 1977, p. 123).

Nas linhas finais dessa terceira parte de o *Prefácio à nova economia política*, CF faria referência ainda uma vez à “realidade, visível de forma gritante no imenso desperdício de recursos escassos que traz consigo a reprodução das formas de vida do centro pelas minorias privilegiadas dos países pobres” (Furtado, 1977, p. 123).

Outro livro – estupendo em vários sentidos – no qual voltaria a tratar das limitações à universalização do *desenvolvimento* e dos riscos de destruição do meio físico, mas agora pela ótica da resistência a essas tendências, seria *Criatividade e dependência na civilização industrial*, publicado em 1978. Aí faz a descoberta do ecologismo:

O observador da vida política nos países que estão na vanguarda da civilização industrial facilmente percebe uma multiplicidade de gretas de importância real difícil de estabelecer. Uma delas desperta particular atenção, em razão da dificuldade de inserir as forças que produz nas correntes que dominam tradicionalmente a vida política. É o movimento ecologista (Furtado, 1978b, p. 176).

Poucas linhas adiante, CF chamaria atenção para a natureza das interações entre os seres humanos e o meio físico na “civilização

industrial”, inextricavelmente subordinadas à lógica capitalista, e suas severas implicações:

Que os homens hajam tomado tanto tempo para perceber que a lógica do sistema capitalista – no qual a administração dos recursos não-renováveis está subordinada a interesses privados – leva a um implacável empobrecimento da vida em um de seus aspectos fundamentais, que é o das relações do homem com a natureza, ficará como o maior paradoxo de uma civilização que pretendeu ter na razão seu princípio unificador (Furtado, 1978b, p. 176).

Algumas páginas à frente, CF faria, de certa maneira, inesperado elogio ao “movimento ecologista”, ao qual se deveria:

[...] atribuir uma significação mais que simbólica. Ao reintroduzir na política a iniciativa das associações diretas, ele reivindica para o homem a pluri-dimensionalidade como ator político. Essa parece ser a última chance de conter a invasão do poder burocrático: reinjetar a consciência dos fins concernentes ao todo social nas motivações políticas do cidadão (Furtado, 1978b, p. 179).

Nas linhas seguintes, CF volta a surpreender ao mencionar outro tema que, até então, não frequentara a agenda de economistas e, com isso, cutucar a velha esquerda refém de uma pauta de uma nota só. Em suas palavras: “Como no caso da ecologia, a problemática feminista escapa à visão do mundo que se apoia apenas na consciência de classe” (Furtado, 1978b, p. 180). No parágrafo final de *Criatividade e dependência na civilização industrial*, CF provocaria novo espanto, não por exaltar o *desenvolvimento*, mas por indicar, com extraordinária justeza, que:

Os três temas assinalados são incontestavelmente pontos nevrálgicos em nosso sistema de civilização. Estão em causa a alimentação da criatividade em sua área mais nobre, que é a da atividade artística,

as relações do homem com a natureza e o suporte social da reprodução da espécie. Nos três casos os conflitos emergentes assumem a forma de rejeição das estruturas de enquadramento social, de afirmação da pessoa humana, da reivindicação de liberdade (Furtado, 1978b, p. 181).

Em *O Brasil pós-“milagre”*, publicado em 1981, CF retornaria ao tema da destruição do meio físico, espantando-se com o fato de “que somente grupos marginais se preocupem com problemas como [...] o da destruição do equilíbrio ecológico” (Furtado, 1981, p. 96). Algumas páginas adiante enfatizará a patente “contradição entre a utilização de recursos não renováveis com base em critérios microeconômicos – o que implica num curto horizonte de tempo – e a complexidade e duração no tempo dos ajustamentos sociais exigidos pelo esgotamento desses recursos” (Furtado, 1981, p. 105).

Em *Os ares do mundo*, terceiro volume de sua *Obra autobiográfica*, publicada em 1997, CF referir-se-ia novamente ao *desenvolvimento* como propósito inatingível pelos povos que vivem na periferia do mundo capitalista e à depredação do meio físico, mas também a TLG e, surpreendentemente, a OMDE, publicado 23 anos antes.

No que se refere a *desenvolvimento*, CF aí lembrou que:

Meu objetivo era elaborar uma linguagem comum aos distintos ramos das ciências sociais que permitisse captar o desenvolvimento como realização das potencialidades humanas. Esse desenvolvimento, no que respeita aos países do Terceiro Mundo, somente seria possível mediante a reconstrução das estruturas sociais. Fora desse trabalho de reconstrução, ele seria inalcançável, devendo ser visto como um simples mito (Furtado, 1997, p. 224).

Já no que respeita ao famoso estudo TLG, CF observaria que:

Pela primeira vez, lograva-se [com ‘o trabalho de um grupo de economistas do MIT, divulgado pelo Clube de Roma, com o título de *Limites do crescimento*]

fechar o sistema econômico em escala planetária e apreender a pressão que os processos produtivos exercem sobre a base de recursos não-renováveis. Uma vez estabelecidas as primeiras interconexões – medido o custo em recursos não-renováveis do *progresso* –, os autores se formularam a seguinte questão: que acontecerá se o *desenvolvimento econômico*, objetivo que buscam todos os povos, vier a ser efetivamente alcançado, ou seja, caso as formas de vida dos povos ricos vierem a ser universalizadas? É evidente que seria tal a pressão exercida sobre os recursos não-renováveis, a poluição do meio ambiente seria de tal ordem, ou o custo do controle dessa poluição tão elevado, que o sistema econômico mundial entraria inevitavelmente em colapso (Furtado, 1997, p. 225).

Em face dessa constatação, CF concluiria, pouco adiante, “[...] que o desenvolvimento, concebido como a reprodução das formas de vida dos atuais países ricos tem limites evidentes, não é mais do que uma miragem” (Furtado, 1997, p. 225). Algumas linhas depois, lembraria que escreveu “[...] um ensaio sobre esse tema – *O Mito do Desenvolvimento Econômico* –, que foi publicado em 1974 e logo traduzido em várias línguas com considerável repercussão” (Furtado, 1997, p. 225). Após transcrever às (p. 226-227) um trecho de OMDE (cuja redação guarda pequenas diferenças em relação ao texto original), CF defendeu que era preciso:

[...] modificar a fundo o enfoque: a partir de objetivos sociais, restringindo o econômico a seu papel de elemento instrumental. Do contrário, os problemas que criamos continuarão a crescer mais rapidamente do que nossa capacidade para formulá-los, e a crise já não será apenas de sistema econômico ou político, e sim de civilização (Furtado, 1997, p. 227).

Finalmente, em *O capitalismo global*, publicado em 1998, a referência à Eco-92 ofereceu pretexto para que vinculasse, uma vez mais, o

desenvolvimento propagado pelos países capitalistas centrais ao consumo predatório dos recursos do meio físico. Em próprios termos:

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, constituiu a plataforma em que pela primeira vez se defendeu a tese de que existe uma *fatura ecológica* a ser paga pelos países que, ocupando posições de poder, se beneficiaram da formidável destruição de recursos não renováveis, ou somente renováveis a elevado custo, que está na base do estilo de vida de suas populações e do modo de desenvolvimento difundido em todo o mundo por suas empresas (Furtado, 1998, p. 65).

Face ao conjunto da obra de CF, brevemente sintetizada nos parágrafos precedentes, puderam destacar-se elementos que permitem aferir a novidade das teses presentes em OMDE. A tarefa levada a efeito neste subcapítulo resultou na identificação de alguns livros – nos quais o autor [se] questionou acerca das promessas do *desenvolvimento* e/ou reconheceu as limitações do meio físico – publicados antes de 1974, mas, também, de alguns publicados depois.¹⁷ A inferência, que já não deve surpreender, é de que a apreciação crítica de CF em relação a *desenvolvimento* e sua preocupação com a “problemática socioambiental” são anteriores à publicação de OMDE. E ambos esses juízos podem, evidentemente, ser rastreados nos anos subseqüentes a ela.¹⁸

17 É interessante notar que, a despeito de haver pistas de que CF já dedicava atenção a esses temas antes de OMDE, e de que continuou a fazê-lo depois, são raros os estudos que buscaram verificar se questionamentos em relação a *desenvolvimento* e/ou críticas à destruição do meio físico estavam presentes em seus livros publicados antes e/ou depois de 1974 – por exemplo, o de Wasques; Santos Jr.; Brandão (2019, p. 49), que faz referências a paralelos de OMDE com *Prefácio à nova economia política* e com *Criatividade e dependência na civilização industrial*.

18 Quando já contava com 80 anos, CF ainda permanecia preocupado, talvez, mais que antes, com as implicações ambientais do *desenvolvimento*: “Sabemos muito pouco sobre o custo real do que chamamos desenvolvimento econômico. Por exemplo, em termos de destruição de recursos não renováveis

Breves considerações finais

De várias perspectivas, a publicação de OMDE, em 1974, foi uma novidade. A hipótese de que se partiu era que a autêntica novidade de OMDE – contrariamente ao que nele enxergou, entre outros, Antônio Barros de Castro – repousa na corajosa indagação que CF endereçou ao *desenvolvimento* (e às suas promessas) e no até então inédito reconhecimento, por parte de economistas, dos limites do meio físico¹⁹, sobretudo, quando o “regime autoritário militar-tecnocrático” festejava elevadas taxas de crescimento econômico. De maneira que, “em pleno milagre [...], a posição de Furtado não passava de grande heresia” (Cavalcanti, 2003, p. 74). Por isso, o objetivo que se perseguiu foi jogar luz sobre as teses de CF que, em OMDE, se referiam ao *desenvolvimento* e ao agravamento da “problemática socioambiental”.

Nas linhas que se seguem, e com base nos resultados consignados nos subcapítulos precedentes, busca-se oferecer algumas inferências. Antes, porém, cabe: resgatar o ponto de vista do próprio CF sobre OMDE, localizar no tempo o seu “despertar” para a “problemática socioambiental” e traduzir o que o seu autor, afinal, quis dizer com “mito”.

Começando por seu juízo a respeito do livro publicado em 1974, CF lembraria, um quarto de século depois, que os caminhos a serem percorridos deveriam ser definidos não pelas forças econômicas (o capital privado) e pelos poderes políticos (os governos), desinteressados no destino do Brasil, mas pelos ‘brasileiros’, o conjunto da população:

Quando escrevi *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, foi um pouco como provocação. Eu vivia no estrangeiro, estudava o Brasil de longe, e quis mostrar aos brasileiros que, se não encontrassem caminhos

minerais, dificilmente renováveis como a cobertura vegetal e os solos aráveis e os custos em seres humanos que decorrem da estrutura social, como no caso dos homens que são usados apenas como força de trabalho [...]” [em ‘Rio, julho de 2000’] (Furtado, 2019, p. 427).

- 19 Para Cavalcanti (2010, p. 63), “entre os brasileiros não neoclássicos, Celso Furtado [...] sobressai por se afastar [do] molde de pensamento único, tentando dar ênfase a fatores ambientais no desenvolvimento econômico”.

próprios, se confiassem completamente nas forças do mercado, nas forças internacionais que atuavam aqui, não teriam saída. Abordei o tema de tal modo que muita gente me disse que eu andava pessimista com respeito ao Brasil. Eu, que sempre fui de um otimismo fundamental. De toda forma, aceitei a crítica. O que eu insinuava é que a classe dirigente brasileira não tem capacidade para enfrentar seus grandes problemas... (Furtado, 1999, p. 98-99).

E quanto à “problemática socioambiental”, quando foi a primeira vez que CF voltara sua atenção a ela? Na entrevista de 1991, já referida, CF declarou que: “Quando, chefiando a Sudene, fui trabalhar no projeto do Maranhão, aí se colocou o problema das florestas e dos rios. Era uma coisa mais ou menos evidente que no centro da ecologia estava a própria preservação dos índios, o *habitat* dos que viviam ali” (Buarque, 2007, p. 79). Ou seja: o despertar teria se dado no início dos anos 1960 (Wasques; Santos Jr.; Brandão, 2019, p. 41). Esse dado é relevante na medida em que a preocupação de CF com a destruição do meio físico antecedeu em mais de uma década a publicação de OMDE.

No que se refere ao uso que CF faz do termo “mito” (em relação à noção de desenvolvimento econômico), parece razoável supor que o autor de OMDE percebera haver algo de errado com o *desenvolvimento* – como, aliás, se buscou demonstrar nos subcapítulos anteriores. A noção de desenvolvimento econômico carregava promessas, mas que, como CF apontou, não se cumpriam em contexto periférico. Portanto, pode-se admitir que “[...] a palavra “mito” é usada ali [em OMDE] para se referir a um discurso enganoso e falacioso” (Cristaldo; Senna; Matos, 2018, p. 533 n. 2). Mas, talvez mais que isso, “a idéia do *Mito do Desenvolvimento Econômico* [tenha] a ver, de fato, com a observação por Furtado de que o modelo da economia em expansão destrói e degrada em larga escala o meio ambiente” (Cavalcanti, 2003, p. 77). Ou seja: talvez, com o mito do desenvolvimento CF pretendesse atar suas promessas incumpridas às suas implicações para o meio físico.

Este é um mote importante para lembrar que “[...] a ideia de desenvolvimento substitui as utopias do século XIX na mentalidade capitalista contemporânea, provendo tanto (falsas) esperanças para os pobres e periféricos como alívio de responsabilidades para os ricos e poderosos [...]”

(Cristaldo; Senna; Matos, 2018, p. 544) – algo com o que CF concordaria, sobretudo, a partir da publicação de OMDE. Ademais do que já fora apontado nas páginas acima, uma pista de que CF admite sua decepção com o *desenvolvimento*, o fato de que suas promessas não se cumpriram, se encontra na mesma entrevista de 1991 antes já referida:

[...] acho que pertenci a essa geração em que todos acreditávamos em poder construir o desenvolvimento [...]. Atendidas as necessidades básicas dos homens, e criado um certo espaço para a ação individual, o homem estaria satisfeito. Aí é que, digamos, houve um equívoco (Buarque, 2007, p. 58-59).

Não obstante, o que se pretende argumentar aqui é que, graças a esse equívoco, à admissão de que o *desenvolvimento* era uma falácia, CF oferece uma autêntica novidade com OMDE. Como se pode constatar nas seções precedentes, o livro de 1974 já era, em si mesmo, uma novidade e tanto. Todavia, se se considerar ambos os temas que receberam maior atenção neste capítulo – o *desenvolvimento* decretado como mito e a preocupação com a destruição do meio físico –, temas que, até então, não haviam frequentado a agenda de economistas nem sido questionados pelos demais cientistas sociais, OMDE foi “a” novidade. Uma novidade, porém, que, a despeito de sua tradução “em várias línguas [e] com considerável repercussão”, tem sido desprezada, também, por estudiosos que, corretamente, têm feito a crítica do *desenvolvimento* – como, entre outros, Escobar (1995), Rist (1997), Rivero (2001) e, mais recentemente, Brand & Wissen (2017). Seja como for, esses e outros estudiosos, desconhecendo ou não OMDE, encontraram o terreno preparado por esse estupeficante livro de CF para avançarem suas próprias contribuições à crítica do *desenvolvimento*. Estão certos, portanto, aqueles que têm identificado aspectos falaciosos na noção de *desenvolvimento*, tal como se a conhece, assim como o potencial destrutivo do *desenvolvimento* sobre o meio físico. Mas, agora não é mais uma novidade. “Problemas socioambientais” como aquecimento global, destruição das florestas tropicais, contaminação de recursos hídricos e perda da biodiversidade têm tido repercussão crescente porque há 50 anos atrás irrompia um testemunho vigoroso dos riscos de um *desenvolvimento* que, já então, consumia irrefreavelmente natureza e (ainda e, possivelmente, cada vez mais) produzia sofrimento

humano. Parece atualíssima a proposição de que a eleição dos caminhos a percorrer deve ser obra não das forças econômicas e dos poderes políticos, mas da gente de carne e osso.

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz. Os 50 anos do livro “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*” de Celso Furtado. EcoDebate: Plataforma de informação artigos e notícias sobre temas socioambientais, 24 abr. 2024. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2024/04/24/os-50-anos-do-livro-o-mito-do-desenvolvimento-economico-de-celso-furtado>. Acesso em: 03 mai. 2024.

ARRIGHI, Giovanni; HOPKINS; Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. *Antisystemic movements*. London; New York: Verso, 1989.

BASSETS, Marc. 50 anos depois do maio de 68: essa data nunca se extinguirá. El País, 04 mai. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/23/cultura/1524504798_329892.html. Acesso em: 15 jun. 2024.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. “Finança global e ciclos de expansão”. In: FIORI, José Luís (Org.) *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, p. 87-117, 2000.

BLOCH, Ernst *Das Prinzip Hoffnung*, v. 2. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1973.

BLOCH, Ernst. *O princípio esperança II*. Trad. Werner Fuchs. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Contraponto, 2006.

BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. *Imperiale Lebensweise: zur Ausbeutung von Mensch und Natur im globalen Kapitalismus*. München: oekom, 2017.

BRASIL. Resolução CONAMA N. 1 de 23 de janeiro de 1986. Brasília: IBAMA, 1986. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0001-230186.PDF>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BUARQUE, Cristovam. Foto de uma conversa: Celso Furtado e Cristovam Buarque. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CASTRO, Antônio Barros de. *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (= Resenha bibliográfica 3). Pesquisa e Planejamento Econômico, 4 (3), p. 739-753, dez. 1974.

CAVALCANTI, Clóvis. “Celso Furtado e a persistência do subdesenvolvimento”. In: Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Rego, José Marcio (Org.) *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34, p. 61-76, 2001a.

CAVALCANTI, Clóvis. Celso Furtado e *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (= Trabalhos para Discussão, n. 104/2001). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001b. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/TPD/article/view/920/641>. Acesso em: 18 mai. 2024.

CAVALCANTI, Clóvis. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. *Ambiente & Sociedade*, v. 5, n. 2, p. 73-84, 2003.

CAVALCANTI, Clóvis. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. *Estudos Avançados*, 24 (68), p. 53-67, 2010.

CREMER, Georg. *Mangel und Verschwendung: Energieprobleme im Nord-Süd-Konflikt*. Freiburg i. Br.: Aktion Dritte Welt, 1986.

CRISTALDO, Rômulo Carvalho; SENNA, Juliana Rodrigues de; MATOS, Lara Sousa. As narrativas fundamentais do *Mito do Desenvolvimento Econômico* e o neodesenvolvimentismo brasileiro. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 52 (3), p. 527-553, 2018 Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/74977>. Acesso em: 25 mai. 2024.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FOSTER, John Bellamy. *The vulnerable planet: a short economic history of the environment*. New York: Monthly Review Press, 1999.

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, C. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, Celso. Um projeto para o Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1969.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. Prefácio à nova economia política. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FURTADO, Celso. A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.

FURTADO, Celso. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.

FURTADO, Celso. O Brasil pós-‘milagre’. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FURTADO, Celso. Análise do ‘modelo’ brasileiro. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FURTADO, Celso. Transformação e crise na economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Celso. A fantasia desfeita. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. Obra autobiográfica (Org. Rosa Freire d’Aguiar), v. 3. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FURTADO, Celso. O capitalismo global. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. Diários intermitentes: 1937-2002 (Org. Rosa Freire d’Aguiar). São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GOWAN, Peter. A roleta global: uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo. Trad. Regina Bhering. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003.

HERRERA, Amílcar O. *et al.* Catastrophe or new society? A Latin American world model. Ottawa: International Development Research Centre, 1976.

HOLLOWAY, John. Hope in hopeless times. London: Pluto Press, 2022.

LIPIETZ, Alain. Towards a new economic order: postfordism, ecology and democracy. Trad. Malcolm Slater. New York: Oxford University Press, 1992.

LUCIANI, Giacomo. A OPEP na economia internacional: 1973-1978 (trad. Sérgio Lamarão). Encontros com a Civilização Brasileira, n. 16, p. 27-39, out. 1979.

MARTIN, Jean-Marie. A economia mundial da energia. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis, L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, Willian W. The limits to growth: a report for the Club of Rome's Project on the predicament of mankind. New York: Universe Books, 1972.

OLIVEIRA, André de. Maio de 1968 não foi um mês no Brasil, mas um ano inteiro. El País, 09 jun. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/05/cultura/1528224984_573224.html. Acesso em: 15. jun. 2024.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia da dependência imperfeita. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PASOLINI, Pier Paolo. Escritos póstumos. Trad. Helena Ramos. Lisboa: Moraes Editores, 1979.

RIST, Gilbert. The history of development: from western origins to global faith. London; New York: Zed Books, 1997.

RIVERO, Oswaldo de. The myth of development: non-viable economies of the 21st century. London; New York: Zed Books, 2001.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. Brazil: neoliberalism versus democracy. London: Pluto Press, 2018.

SAES, Alexandre Macchione; SOARES, José Alex Rego. Ideias e método de Celso Furtado para pensar o século XXI. *História Econômica & História de Empresas*, v. 24, n. 1, p. 216-247, 2021.

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. *Revista de Economia Política*, vol. 5, n. 2, p. 157-167, 1985.

TAVARES, Maria da Conceição; Serra, José. Más allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente. *El Trimestre Económico*, vol. 38, n. 152, p. 905-950, 1971.

WASQUES, Renato Nataniel; SANTOS Júnior, Walter Luiz dos; BRANDÃO, Danilo Duarte. As ideias de Celso Furtado sobre a questão ambiental. *Leituras de Economia Política*, Campinas, n. 28, p. 41-58, jan./jun. 2019.

INTERPRETANDO LA FANTASÍA DEL MITO DEL DESARROLLO

Carlos Mallorquin

Un comentario sobre un libro de la obra de Celso Furtado, escrito hace cincuenta años, con el título *El mito del desarrollo*, publicado en abril de 1974¹, hace obligatorio dedicarle algún tipo de explicación sobre las condiciones y el contexto del autor que lo generaron, tanto existenciales como teóricas. Especialmente debido a que – como se elaborará a continuación – el texto manifiesta un punto de inflexión tanto personal-existencial como teórico, época que afortunadamente fue trascendida con la reaparición de su liderazgo intelectual desarrollista.

Sin admitir o conceder la coherencia teórica de la noción del “todo” o de “totalidad mundial”, o de cualquier otra índole – precisamente partiendo de la lógica categorial elaborada en *El mito del desarrollo* –, Furtado cuestiona la inoperancia del pensamiento occidental y sus estudiosos: imponen y confunden la parte con la del todo. A imagen y semejanza, como nos tiene acostumbrado el etnocentrismo euroamericano, las formas de vida del centro son proyectadas a las de la (s) periferia (s), no obstante, las inconsistencias teóricas propias de la narrativa.

1 *El desarrollo económico: un mito*, primera edición en portugués 1974; utilizo la versión en español, Siglo XXI, México, 1982. Prefacio firmado en junio desde Cambridge. Capítulo final del libro, publicado en 1972, en *Opinio*, octubre 1972.

Lo que sigue, de manera sintética (“El desarrollo económico debe ser desarrollo político-económico”), intenta subrayar especialmente la evolución y los giros teóricos y existenciales desde 1964 hasta el preámbulo de 1976, los cuales reflejan semblantes “existenciales” de la partida de su “patria casual” (Juan Ramón Jiménez). El breve período de retorno a Brasil en 1974 -75 refleja una evolución tanto existencial como teórica cuando ofrece el curso *Economía do desenvolvimento: um curso ministrado na PUC-SP em 1975*.² Pero con la publicación de *Prefacio a una nueva economía política*,³ en 1976, Furtado re-inicia una transformación teórica del pensamiento latinoamericano.

La sección final del ensayo “Comentarios finales: nada catastróficos” intentan proponer una serie puntualizaciones de las categorías centrales sobre las consecuencias depredadoras medioambientales y distributivas de las “grandes empresa”, haciendo un símil aparente entre 1975 y la actualidad, donde nuevamente se reitera que la proyección del “american way of life” es imposible sin intensificar en la actualidad los efectos medioambientales debido al dominio del capitaloceno, que al igual que en el pasado únicamente expresan mitos de los regímenes gubernamentales, desmentidos por las características de las formas de vida y la heterogeneidad socio-económica de la periferia. En síntesis: “tomar Coca-Cola” no refleja necesariamente formas de vida euroamericanas. La lógica de las políticas debe reivindicar la salvación del planeta con la transformación de las relaciones sociales, especialmente en el Sur, reconstruyendo la organización mundial financiera, fomentando flujos de préstamos y tasas de interés hacia el Sur para incrementar el eficiente uso de los recursos, tanto renovables como no renovables, que se observa en los Centros industriales: el debate central sería la transformación de las relaciones de posesión en separación de los agentes en cuestión.

2 Rosa Freire d’ Aguiar Furtado,(organizadora) *Economía do desenvolvimento: um curso ministrado na PUC-SP em 1975*, Contraponto Editora Ltda, Río de Janeiro. Rosa Freire d’ Aguiar Furtado (“Um sonho de Regresso”) describe admirablemente el período entre 1974 y 1975 en la obra introductoria.

3 *Prefacio a una nueva economía política*, primera edición en portugués 1976, utilizo la versión en español Siglo XXI, México, 1978.

“El desarrollo económico debe ser desarrollo político-económico”⁴

Como exiliado de su país, entre 1964 y 1974, Furtado presenta una lucha impetuosa, política y teórica, por diagnosticar su reciente pasado como funcionario gubernamental y su corresponsabilidad en las políticas económicas en Brasil sin aminorar sus reflexiones teóricas. Dicho período culmina en 1974 con la publicación del libro *El mito del desarrollo* cuyo título tuvo que haber generado una serie de repercusiones entre propios y extraños a su obra.

Ahora es importante recordar la construcción de la hegemonía discursiva del desarrollismo fomentada, si es que no forjada por su pluma: Brasil estaba preparado en 1964 para enarbolar un proyecto de nación soberana e industrial, cuyas estructuras económicas invocaban un futuro viable para su pleno desarrollo. Las luchas y procesos institucionales, en los cuales Furtado estuvo presente, como superintendente del nordeste (1958), hasta ser nombrado ministro de planeación en 1963, están discursivamente plasmadas en gran parte de sus escritos en la década de 1950 y primer lustro de 1960.⁵ Reiterar el uso del término hegemonía del desarrollismo en Brasil, por vía de su pluma no es una exageración dado que fungió bajo tres distintas administraciones presidenciales entre 1958 y 1964 (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros y João Goulart). El golpe de Estado militar en 1964 destruye el proyecto de las reformas sociales colaterales e imprescindibles de las políticas públicas de fomento del “crecimiento” para lograr un “desarrollo” menos inequitativo. La matriz productiva legada, cuyas bases hicieron posible lo que se denominó el “milagro” durante el segundo lustro de la década de 1960, debe mucho a la estrategia teórico-práctica del “crecimiento” defendida por Furtado y en parte aprovechada por las estrategias del régimen militar. Proceso con tasas de “crecimiento” relativamente altas para el país, aunque generadoras a su vez de mayores desigualdades.

4 Furtado, citado por Robock, S. H. 1963: 103 y 104. Robock, S. H. 1963 *Brazil's Developing Northeast: A Study of Regional Planning and Foreign Aid*, The Brookings Institution Washington.

5 Véase Mallorquin 2005, sus primeros tres capítulos.

Fuera del país Furtado desde sus primeros días en exilio, fomenta la retrospectiva y reconstrucción del discurso desarrollista ofreciendo conferencias en la CEPAL en 1964⁶ y simultáneamente intenta construir un grupo de intelectuales fundado en 1965 que actúen en forma conjunta (la fundación del Club Bianchi)⁷ para difundir las explicaciones de la derrota política y las vicisitudes-obstáculos del desarrollo (ismo). Teóricamente, estaba convencido que América Latina podía transformarse con reformas (Carta a Cardoso, 3 de noviembre 1965)⁸ no obstante los “factores externos” que intentarían impedirlo, relata además que ha avanzado sobre en una “tipología” de las formaciones económicas y sobre las diversas posibilidades de desarrollo en distintos países, aunque sus diagnósticos van tomando una postura negativa: el “estancamiento” acecha a la región.⁹ Igualmente sus análisis sobre el “modelo brasileño”¹⁰ de desarrollo lo refleja, a partir de la evolución de la concentración de ingreso y sus aspectos negativos, al mismo tiempo que todavía suponía un cambio o reforma que desde el lado de la “demanda” podría mejorar la evolución de la economía en ampliar su radio de acción.

6 Reuniones asistida por gran parte de los autores que se convertirían en los propulsores de la teoría de la dependencia, tanto marxistas como “estructuralistas”. Véase Furtado (1991) *Los vientos del cambio*, FCE, México, 1993; traducción de *Os ares do mundo*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

7 Nombre de la pizzería en Londres donde se reunieron: Claudio Véliz, Osvaldo Sunkel, Jacques Chonchol, Orlando Fals Borda, Helio Jaguaribe, entre otros. El 27 de diciembre escribe a Helio Jaguaribe: “chega-se ao convencimento de que existe um pensamento articulado em nosso país sobre o que está passando e as perspectivas do futuro imediato, como talvez nunca tenha havido no passado. A análise e reconstrução globais a que você se refere devem e terão de ser feitas. Contudo, os dados fundamentais já foram na sua maior parte explicitados.” Furtado, (2021) *Correspondencia intelectual*. Companhia das Letras. Kindle Edition.

8 Furtado, C. (2021). *Correspondencia intelectual*. Companhia das Letras. Kindle Edition

9 *Subdesenvolvimento e estagnacao na América Latina*, Civilizacao Brasileira, Rio de Janeiro (1965), utilizo la tercera edición en español, de EUDEBA, Buenos Aires 1967. Luiz Carlos Bresser- Pereira habla de “pesimismo”, véase “Celso Furtado e a teoria económica” en *Economía do desenvolvimento: um curso ministrado na PUC-SP em 1975*.

10 “El modelo brasileño de subdesarrollo”, tercer capítulo de *El mito del desarrollo*, también publicado en *El Trimestre Económico* en 1973.

Simultáneamente a la aparición de sus libros clásicos como *Subdesenvolvimento e estagnacao na América Latina* (1966), *Teoría y política del desarrollo económico* (1967) y *La economía latinoamericana* (1969), Furtado publica dos artículos con las respectivas coautoría de Andrea Maneschi (1968)¹¹ y Alfredo de Sousa (1970),¹² cuyos productos de investigación, ya sea de manera consciente o no, fecundan el surgimiento plus-categorial extraordinario que va sustentar el estructuralismo sobre la heterogeneidad perenne de las realidades socioeconómicas de las formaciones sociales periféricas: la diversidad de la composición de la unidades o agentes productivos (heterogeneidad), debido a la variadas formas de posesión en separación de sus condiciones de existencia, las cuales no se agotan con la denominación institucional de “privadas” o “colectivas/nacionales”.¹³ Por ejemplo: en 1967, se señalan *indistintamente* un ámbito “productivo” (digamos subsistencia),¹⁴ grado “tecnológico” (digamos el burro versus

11 A. Maneschi; C. Furtado (1969) “Un modelo de simulación del desarrollo y el estancamiento en América Latina”, *El Trimestre Económico*, v. XXXV, núm., 138, FCE, México.

12 Alfredo de Sousa; C. Furtado, (1970) “Los perfiles de la demanda y de la inversión”, *El Trimestre Económico*, vol. XXXVII núm., 147, FCE, México.

13 La postura en *Prefacio a una nueva economía* en 1976 es promisorio porque Furtado intenta superar ciertos límites conceptuales, a nota a pie de página dice: “Siempre es posible compara la productividad (desterza) de un atrabajador con la de otro que realiza una tarea similar. En este caso el patron de mediad es preestblecido. Ese problema escapa al analista microeconómico, pues, desde que se admite que los precios sons dados por los mercados, la productividad pasa a ser un reflejo de los costos de producción. Pero si tenemos en cuenta que los precios relativos no son independendientes de la tasa de slario y que no existe relación *monotónica* entre tasa de ganacia e intensidad del capital, vemos que *el problema es bastante más complejo*. (...) solo se inetenta llamar la atención hacia el hecho de que en un sistema todos los elemntos son o pueden ser importntes, y que las disparidades en las remuneraciones de los agentes (ypor lo tanto las productividades relativas) resultan en gran parte de factores no económicos. Los diferenciales de salarios varían considerablemente entre los países capitaslitas desarrollados, debico a factores hististóricos y culturales” (Furtado, 1976: 66-67 nota a pie de página, subrayados míos)

14 Furtado distingue entre la agricultura de “subsistencia” y la “comercial” basada en la “destinación” del producto”: “que puede ser utilizado directamente por aquellos que lo producen o insertarse en los circuitos comerciales dando origen al excedente agrícola *in natura*. En la *misma* explotación agrícola pueden

el tractor) y las relaciones sociales de producción de su organización, es decir, la posesión en separación de las condiciones de existencia de las unidades “productivas” en cuestión. Furtado ofrece una aclaración:

Para una presentación esquemática del subdesarrollo, llamaremos sector *avanzado* a aquel en el que penetró ya la tecnología moderna, pudiendo ser externo o interno su mercado. Al restante lo llamaremos sector *atrasado*, y la primera condición para que haya *desarrollo* es que aumente la participación del sector avanzado en el producto global (Furtado 1967, p. 179, subrayados del autor).¹⁵

A su vez, a nota de pie de página aclara: “El sector *avanzado* puede utilizar técnicas tradicionales de producción; lo que lo caracteriza es su organización capitalista” (Furtado 1967, p.179, subrayados del autor), en esta ocasión, el uso del tractor o del burro, puede estar relacionado con una serie de *relaciones sociales de otra índole*. La coexistencia plus-categorial extraordinaria de dichos ámbitos no se resuelve aumentando “modos” de producción” de otras denominaciones:

coexistir las dos formas de agricultura. Allí donde la producción destinada a la subsistencia representa la mitad o más de la producción total, estamos efectivamente frente a una *agricultura de subsistencia*, que es, casi sin excepción de tipo *tradicional*. La agricultura efectivamente comercial es aquella en que las tres cuartas partes del producto, o más, se destinan al mercado. Esta agricultura comercial puede ser tradicional o *moderna*.” (Furtado, 1967, p. 179 subrayados por el autor).

- 15 “El hecho de que los mayores obstáculos a la eliminación del subdesarrollo se presenten en el sector agrícola constituye una simple indicación de que esa liquidación implica una transformación global de la sociedad. Es en la observación de las sociedades esencialmente agrícolas dónde se percibe claramente la diferencia entre eliminación del subdesarrollo y desarrollo. Las estructuras subdesarrolladas no se desarrollan: son sustituidas por otras con aptitud para desarrollarse. Sin embargo, esta sustitución puede ser parcial, y estructuras arcaicas pasan a convivir con otras aptas para asimilar la tecnología moderna y elevar la productividad del trabajo.(...) allí donde el aumento del excedente se viene realizando sin mayores modificaciones en las estructuras tradicionales, el proceso de industrialización tiende a provocar una creciente heterogeneidad estructural” (Furtado, 1967, p. 191).

Lo que interesa señalar es que la agricultura tradicional, con su técnica estacionaria, no es en sí incompatible con el modo capitalista de producción. (...) Coexisten, así, el modo capitalista de producción con el artesanal, representando este último una reserva de mano de obra para el primero. Las condiciones de vida del artesanado agrícola definen la tasa de salario pagada en el sector capitalista. En, este caso, la agricultura artesanal es siempre tradicional, aunque trabaje parcialmente para el mercado, al paso que la capitalista puede ser tradicional, moderna o mixta. (Furtado, 1967, p. 196-197).

El riesgo teórico implica postular a la heterogeneidad relevándola de sus connotaciones “tecnológicas”, cuyas consecuencias plus-categoriales suponen calcular las relaciones sociales que sustentan la posesión en separación de las condiciones de existencia de las unidades productivas en cuestión.¹⁶

El salto teórico hacia el dependentismo de Furtado¹⁷ y las nuevas concepciones en la región intentan explicar el subdesarrollo, intercalando el dominio de ciertos sistemas y sus subsistemas dominantes, subrayando el alcance de las estrategias elaboradas por los “centros de decisiones” siempre en movimiento, negociándose, entre las grandes empresas y los estados nacionales, lo interesante en la postura de Furtado es que a pesar del determinismo implícito, siempre encuentra un espacio categorial para

16 Por la época, simultáneamente, Furtado exhorta posibles alternativas categoriales a las euroamericanas: Furtado, Celso. “Brasil de hoje: problemas do futuro com homens do passado”. *Revista Civilização Brasileira*, ano I, n. 3, jul. 1965, p. 41-50. A fines del año 1964: “Igualmente importante es el hecho de que no estamos preparados para analizar objetivamente a nuestra realidad social. Partimos siempre de estereotipos derivados de generalizaciones con base en otros procesos históricos y procuramos acomodar nuestra realidad a la lógica interna de esos esquemas mentales. Raramente se nos ocurre pensar que podemos estar ante una realidad con características específicas propias, cuya identificación es indispensable si pretendemos actuar racionalmente sobre esa realidad.” (Furtado 1965, p. 43).

17 Furtado C., (1971) “Dependencia externa y teoría económica”, *El Trimestre Económico*, núm., 150, FCE, México.

argumentar que la totalidad mundial y factores “externos” son igualmente contingentes, o sin un centro articulador global.¹⁸

De su período en la universidad estadounidense, en la Universidad de Yale, New Haven, en 1965 surgen los estudios sobre la lógica de las “grandes empresas” (multinacionales) y el dominio de los diversos “mercados” sin embargo, dicha expansión y evolución internacional comercial presenta un diagnóstico señalando los aspectos positivos de organización para las formaciones periféricas y sus respuestas respectivas.¹⁹

La evolución categorial discursiva en la región ve surgir el dependentismo de varios colores,²⁰ impulsando “gestos” colaborativos

18 “La reunificación del centro del sistema capitalista constituye, posiblemente la consecuencia más importante del segundo conflicto mundial. (...) Su cuadro político consiste en un régimen de tutela, bajo control norteamericano, dentro del cual los estados nacionales gozan, aunque en diversos grados, de una autonomía considerable. Nada parece *impedir* que la superestructura superior de poder evolucione en *cualquier* dirección, ya se para reforzar aún más la posición norteamericana o para *admitir* cierta participación de otros estados nacionales. Tampoco cabe excluir la hipótesis de que un determinado Estado nacional intente aumentar su autonomía” (Furtado, [1974] 1975, p. 41-42 subrayados míos)

19 “En realidad, en la economía subdesarrollada industrializada, la gran empresa internacional desempeña el papel de *elemento dinamizador*, pues constituye la banda de transmisión de los nuevos productos sin los cuales no se diversificaría el consumo de los grupos dominantes” (Furtado, 1971: 346-347) y en *El mito del desarrollo*: “Así, la creciente inserción de las economías periféricas en el campo de acción internacional de las grandes empresas está *contribuyendo* a la modernización de los estados locales” (Furtado, [1974] 1975, p. 72, subrayados míos).

20 Cardoso y Faletto (1978) “internalizaban” la causalidad a través de las diversas “clases sociales” y sus interrelaciones con el capital foráneo; por su parte Dos Santos suponía de manera explícita una doble causalidad o determinación para explicar la “situación de dependencia” en los países subdesarrollados, pero hagamos notar de paso, que en esta última acepción, existe un juego de palabras entre la “condicionante general” y “situación condicionada”, la que aparentemente resuelve el impasse sobre si la causalidad externa es o no determinante, e incluso hasta que punto no lo es, ese es un ámbito que queda indeterminado teóricamente; es precisamente ésta noción de causalidad la que Furtado está intentando desplazar, es decir, la dicotomía externa/interna. “La dependencia – subraya T. Dos Santos (1983) - es una situación

con las propuestas por transformaciones estructurales cuyos movimientos proponían la vía armada, especialmente la corriente dependentista que se decía marxista. La radicalización del discurso y de los movimientos en la región, lograron participar en la vida política del gobierno de Chile cuando Allende es electo en 1970.²¹

Por la época, en 1970 Theotonio Dos Santos publicaba en inglés su texto sobre la dependencia, y la noción del excedente se difundía teóricamente.²² Simultáneamente, Furtado dedicó esfuerzos para desautorizar interpretaciones que señalaban la existencia de un proceso de “crecimiento” ascendente en Brasil (“El modelo brasileño”),²³ y su narrativa viraba cada vez más dependentista que las propias tesis del desarrollismo “asociado” que presentaba el Fernando Cardoso.

en la cual un cierto grupo de países tienen su economía condicionada por le desarrollo y expansión de otra economía a la cual la propia está sometida. La relación de interdependencia entre dos o más economías, y entre éstas y el comercio mundial, asume la forma de dependencia cuando algunos países (los dominantes) pueden expandirse y autoimpulsarse en tanto que otros países (los dependientes) sólo lo pueden hacer como reflejo de ésa expansión, que actuar positiva y/o negativamente sobre su desarrollo inmediato. De cualquier forma, la situación de dependencia conduce a una situación global de los países dependientes que los sitúa en retraso y bajo la explotación de los países dominantes. (...) ¿Qué debemos entender pues, por condición condicionante? Una situación condicionante determina los límites y posibilidades de acción y comportamiento de los hombres (...) Si la dependencia es una situación condicionante, establece los límites posibles del desarrollo de estos países y de sus formas.” (Dos Santos T., 1983, p. 305-306-307) Dos Santos T., *Imperialismo y dependencia*, Era, 1983, México.

21 Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Ruy M. Marini, A. Gunder Frank, fueron las figuras más connotadas, entre otros, en el trabajo académico del Centro de Estudios Socio-Económicos de la Universidad de Chile, (CESO, 1965-73) de la Universidad de Chile; Fernando Cardoso también asistió durante un período a las sesiones, ver: Juan Cristóbal Cárdenas Castro y Raphael Lana Seabra (Editores) *El giro dependentista latinoamericano. Los orígenes de la teoría marxista de la Dependencia*. “encontraron condiciones similares para ejercer el trabajo académico en el CESO de la Universidad de Chile,

22 The structure of dependence. *The American Economic Review*, 60(2): 231-236, 1970: Véase Cristobal Kay, “Theotonio Dos Santos (1936-2018): intelectual revolucionario y pionero de la teoría de la dependencia” (*EL Trimestre Económico*, vol. LXXXVIII (1), núm. 349, enero-marzo de 2021, p. 277-320).

23 Furtado (1974a).

El golpe militar al gobierno de Allende, y su período en la Universidad de Cambridge, entre 1970 y 1974, lo encuentran “solitario”, divagando sobre la importancia o utilidad del intelectual y de su propia persona. Unos años antes, Furtado se preguntaba con sentimiento de culpa (“conciencia”) ante sus indecisos momentos el no haber adoptado como forma de vida sus dos pasiones como vocaciones primordiales: la creación literaria y la acción política (Furtado, 2019, p. 233, *Diarios. Intermitentes*, 23/1/71).

Mientras teoriza sobre el capitalismo mundial sin un eje ordenador, las asimetrías de poder entre el centro y la periferia ampliaban sus respectivos ritmos y distancias productivas entre sí. El esquema del comercio internacional y sus reglas financieras con el fin del oro como unidad de cuenta, la inestabilidad de los precios y la fuerza de los países petroleros para reconfigurar sus precios,²⁴ genera el inicio del endeudamiento de la periferia que repercutirá gravemente en la balanza de pagos de la periferia una década más adelante.

Por la época, en 1973 residió un período la Universidad de Cambridge en Inglaterra, y después destinar unos meses para visitar Brasil en 1974, retornando a Recife por vez primera desde el golpe militar. Es durante el transcurso de dicho periplo que en julio de 1974 se publica la primera edición de *El mito del desarrollo*.

Se conocen sus relatos de la época, realizando paseos “solitarios” por los jardines de “fantasía” de Cambridge, produciéndole la estancia una “inutilidad” o “insignificancia” a su existencia,²⁵ al tiempo que escuchaba el derrocamiento de Allende, “muy parecido”, a lo que ocurrió en el Brasil (Furtado, 2019, p. 233-34, *Diarios intermitentes*; 31/5/1974):

“un grupo de intelectuales suicidarios arriesgando alegremente todo lo que el pueblo había juntado con el sudor del rostro durante años. ¿Hasta qué

24 En *El Mito del desarrollo...* decía: “La utilización de las reservas de recursos naturales como instrumento de poder por los estados periféricos requiere una articulación entre países que de ningún modo es tarea fácil. Pero el hecho de que esa articulación se está llevando a cabo con evidente éxito en el caso del petróleo, constituye una indicación del considerable refinamiento que están alcanzando las burocracias que controlan esos estados” (Furtado [1974] 1975, p. 75).

25 “¡Todos los mitos en los que creía! ¿Hay algo fuera de los mitos en lo que se pueda creer? ¿Son mitos cuando creemos en ellos?” (Furtado, 2019, p. 233, *Diarios intermitentes*, 31/5/1974).

punto la vanidad jugó un papel en todo lo que hizo Allende? (Furtado, 2019, p. 234 *Diarios intermitentes*, 31/5/1974).²⁶

Pero después de una serie de vericuetos políticos y consideraciones judiciales la Pontifica Universidad Católica de Sao Paulo, invita Furtado a ofrecer un curso, que inicia el 9 de mayo de 1975, cuyo título reza “Economía del desarrollo”(iii),²⁷ momento en que ha recuperado sus derechos políticos. Al finalizar el curso, inmediatamente, marcha hacia Francia y realiza un “appraisal” en octubre del mismo año²⁸. Confiesa sus dudas, escepticismo, y el sentimiento de que su generación “perdió la batalla” (Furtado, 2019, p. 242-43 *Diarios intermitentes*, 11/11/ 1975). Decidió dedicarse a sus cursos y alumnos. Es durante este maremagno existencial a fines de 1975 cuando se restaura, el Furtado desarrollista, va renaciendo, no sin antes elaborar un temerario diagnóstico sobre el pensamiento latinoamericano del cual no se dirá nada aquí.²⁹

Antes, recordemos que la narrativa en torno a lo que correspondería estrictamente como el epifenómeno del “mito” del diagnóstico aludido (*The Limits to Growth*), subraya el etnocentrismo e ignorancia de las asimetrías de poder y desigualdades distributivas socio económicas en la periferia, entre las minorías y las masas de los países, no domina la

26 El 26 de diciembre de 1975 en carta a Marcio Moreira Alves dice: “Mi impresión desde tiempo atrás es que se confirmó lo que ya se había observado en Chile: los grupos de extrema izquierda no son más que agitadores, sin ningún papel autónomo en los momentos decisivos de la lucha por el poder”. Furtado, (2021). *Correspondencia intelectual*. Companhia das Letras. Kindle Edition.

27 El texto lo publica Rosa Freire d’ Aguiar Furtado como organizadora del libro *Economía do desenvolvimento: um curso ministrado na PUC-SP em 1975*, Contraponto Editora Ltda, Río de Janeiro; el texto introductorio (“Um sonho de regresso”) por parte de Rosa Freire d’ Aguiar Furtado es excelente para entender el período 1974 - 1975.

28 “La importancia de ese viaje está en la conclusión: ya no hay nada que hacer, nada a mi alcance (...) Tengo que dejar a un lado totalmente la idea de que soy un exiliado, implantar aquí definitivamente el centro de mi vida. Dedicaré mucho más a mi universidad, a mis alumnos. Pensar en el Brasil como un lugar donde se pasan momentos agradables. *I have given my contribution...*” (Furtado 2019: 243-44 *Diarios Intermitentes*, 18/10/ 1975)

29 Ver Mallorquin, 2005, sexto capítulo.

totalidad del texto *El mito del desarrollo*, máximo unas docenas de páginas. Su esquema principal es describir las asimetrías económicas regionales y geográficas de la totalidad “centro-periferia”, el dominio de las “grandes empresas” (Multinacionales) y sus consecuencias para la periferia o los países “subdesarrollados” (el primer capítulo: “Tendencias estructurales del sistema capitalista en la fase de predominio de las grandes empresas”).

La noción de “mito del desarrollo”, como algo “fantasioso”, “ilusorio”, “inconsciente” y delirante que podría dominar el horizonte social e intelectual de las sociedades, se presenta en dos aspectos del pensamiento *euroamericano* (eurocéntrico) independientemente del uso específico que Furtado da del mismo: por un lado, el etnocentrismo irreverente, en el supuesto que el “desarrollo”, y por tanto el “subdesarrollo” forma parte de una misma evolución por etapas a imagen y semejanza de los centros industriales, una teleología de la economía-historia desde el siglo XVI, al estilo más tarde de J. Locke: “En el inicio todo el mundo era América” (“in the beginning all the World was America”, - Meek, 1976, p. 3),³⁰ y por el otro, que la configuración y la estrategia económica de la evolución de las grandes empresas, tanto en el “centro” como en la “periferia” necesariamente seguirían la misma trayectoria.

El título “*El mito del desarrollo*”, puede decirse *dubitativo* porque como veremos a continuación pudo haber sido otro, de hecho Furtado experimenta cuando examina el texto occidéntico *The Limits to Growth*, subrayando el uso productivo y depredador de los recursos renovables así como los no renovables, por las grandes empresas y la economía estadounidense, lo cual imposibilitaría su universalización o difusión hacia la periferia, por cuestiones elementales termodinámicas en un mundo finito (materia-energía es la que existe, se puede reorganizar pero generando siempre mayor entropía-desorden). Más aún si se examinan las asimetrías distributivas y patrones de consumo y los diversos ritmos que reinan en las economías de la periferia vis a vis las del centro.

Inicialmente fue durante su estadía en Cambridge a mediados de 1973, que presenta lo que corresponde el primer capítulo de *El mito del desarrollo* (“Tendencias estructurales del sistema capitalista en la fase de

30 Citado por Ronald Meek, *Social Science and the Ignoble Savage* (Cambridge Studies in the History and Theory of Politics) Cambridge; New York : Cambridge University Press, 1976.

predominio de las grandes empresas”) y el más importante del mismo. Pero unos meses más tarde, en octubre del mismo año, experimenta con un título alternativo, menos provocador en referencia al etnocentrismo e ignorancia occidéntica en torno a las desigualdades de las formaciones socioeconómicas de la periferia: aparece un artículo en una revista latinoamericana cuyo título reza: “*Los límites del crecimiento económico*”.³¹ El vocablo “mito” sintetiza la problemática narrativa euroamericana del diagnóstico preparado por científicos del M.I.T: los niveles de vida en occidente jamás podrían alcanzarse y su potencial realización (“milagrosa”) de sus postulados y consecuencias inducirían el colapso de la actual “civilización”. Por lo tanto, “*el american way of life*, no es generalizable al conjunto de la humanidad” (Furtado, 1973, p. 17), con lo cual el estudio del Club de Roma forja colateralmente el “descubrimiento”, del “mito” (Ibid.: p. 18) del desarrollo. Se subraya que la evolución del crecimiento o del desarrollo, y sus asimétricas relaciones sociales, dominadas por las “empresas multinacionales”, va acrecentando las disparidades entre países pobres y ricos, así como su distancia “cada vez mayor entre las condiciones de vida de las minorías privilegiadas, que copian los patrones de consumo de los países ricos, y la masa de población”. (p. 18).³²

A su vez, el año siguiente en marzo 1974, todavía enclaustrado en Cambridge, Inglaterra, en una conferencia a la Facultad de Economía, utiliza el vocablo “The myth of economic development and the future of the third world”,³³ artículo que incorpora y acredita más profundamente las tesis sobre las consecuencias de la presión poblacional y el uso depredador de los recursos renovables, especialmente si se concretan las presiones sociales en reformas que materialicen una más equitativa distribución del ingreso en las sociedades periféricas. Y de hecho, al final del texto, subraya el fenómeno prospectivo del diagnóstico occidental como una “fantasía”, no un mito:

Trying to decipher in the present trends of the world capitalist economy a scenario that allows the masses of population in the peripheral countries to

31 *Desarrollo Indoamericano*, núm., 21, Año 6. (1973).

32 “Los límites del crecimiento económico”, *Desarrollo Indoamericano*, núm., 21, Año 6

33 Centre of Latin American Studies, University of Cambridge; working papers no. 168 de Marzo, 1974.

reach the level of consumption of the rich countries, immediately afterwards to face a doomsday, is a fantasy; as brilliant as one born in an electronic mind can be, but yet simple fantasy.(Furtado, 1974b. p. 22).

Finalmente, el libro *El mito del desarrollo*, se publica en julio de 1974, cuyo título enrarece, como hemos dicho arriba su evolución teórica subsecuente (ver próxima sección), empezando con el curso “Economía del desarrollo”, en 1975 en la Pontífica Universidad Católica (Sao Paulo), en el cual se despliegan sus textos clásicos, y con la obligación de los asistentes de haber leído la nueva versión de *Teoría y política del desarrollo económico* (1974), así como el proceso de industrialización. Simultáneamente observamos una serie de intervenciones -“anotaciones”³⁴ donde se observa la generación plus-categorial extraordinaria de el “excedente”.

Comentarios finales: nada catastróficos

Tan solo dos años más tarde del libro *El mito del desarrollo*, la pasión teórica³⁵ de sus años de juventud retorna deslumbrando. La narrativa que surge a partir de la publicación de *Prefacio a una nueva economía política*,³⁶ en 1976, y los libros *Creatividad y dependencia*³⁷ (1978) y finalmente en 1980 *Breve introducción al desarrollo - Un enfoque interdisciplinario*,³⁸ presenta una tarea titánica – como lo hizo en la década de 1950 - *reconstruyendo* las categorías más importantes del pensamiento estructuralista a pesar de sus

34 Ver texto organizado por Rosa Freire d' Aguiar Furtado (organizadora) *Economía do desenvolvimento: um curso ministrado na PUC-SP em 1975*.

35 Independientemente de la evaluación, el esfuerzo teórico en la región solamente se repite con Prebisch en el último lustro de la década de 1970, no obstante, véase mi crítica teórica al respecto (Mallorquin, 2005, y Mallorquin 2023).

36 *Prefacio a una nueva economía política*, primera edición en portugués 1976, utilizo la versión en español Siglo XXI, México, 1978.

37 Siglo XXI, México, 1979, primera edición en portugués en 1978; utilizo la versión en español.

38 Edición en portugués 1980, FCE, utilizo la versión en español Siglo XXI, México, 1983.

vicisitudes para repensar la política económica necesaria en el contexto económico mundial “posnacional”.³⁹ La figura central de la narrativa es el concepto del excedente, a partir del cual se repiensa el pensamiento económico en general y el latinoamericano sobre el desarrollo.

Furtado quiere subsanar la inexistencia de una “teoría general de las formaciones sociales, que sirva de punto de partida para el estudio de los problemas particulares que ocupan a los economistas” (Furtado [1976] 1978: 9), obligando a una “reconstrucción teórica” de las ciencias sociales. Agrega que sus planteamientos sólo llegan a un “Prefacio” e “índice” de una tarea por realizarse, experimento que puede verse en sus textos subsecuentes libros ya sea *Breve introducción al...* (1980), o *Creatividad y dependencia...* (1978).

Por lo tanto, el libro *El mito del desarrollo* resalta entre otros aspectos políticos y medioambientales, el uso depredador de los recursos tanto renovables como no renovables, y los proyectos de transformaciones sociales, del desarrollo, siempre estuvieron presentes en los planteamientos de la pluma de Furtado y de la CEPAL.

Pero actualmente ha surgido una narrativa sobre las formas de producción dominantes, especialmente por las grandes empresas multinacionales subrayando que hemos entrado a la época del Capitaloceno: el dominio del capital y sus formas, han logrado desequilibrar la estructura ecológica mundial y por tanto, los cambios implican “defender” la naturaleza: la polución, y los efectos invernadero imponen la generación de “tecnologías” alternativas, capacidades y rutinas productivas que se encuentran en última instancia localizadas en los centros industriales. Los diagnósticos que surgen en el Norte, efectivamente poseen una matriz industrial y productiva, que hace potencialmente incluso pensar en “decrecer” y por tanto, dejar en paz a la “naturaleza”. El nuevo mito que se quiere imponer al Sur y la periferia es que en última instancia impulsemos políticas económicas cuyos aspectos productivos sean menos intensivos en la transformación-destrucción de las actuales fuentes de energía-materia. Y si posiblemente el discurso se vuelve hegemónico, se puede vislumbrar que futuras nuevas reglas financieras internacionales de préstamos del Centro adopten formas de imposición de ciertos patrones y usos productivos.

39 Véase, Mallorquin 2005, capítulos finales.

Pero la Periferia, desafortunadamente, requiere destruir-transformar amplios espacios geográficos para construir una base productiva e industrial que sustente la sostenibilidad y soberanía de sus economías. El Sur o la periferia debe luchar con el proverbio “desistir del medio ambiente, y cambiar las relaciones sociales”. Buscar generar compromisos y tratados por un nuevo orden internacional financiero, el cual amplíe el flujo financiero y reduzca las tasas de interés para el Sur. Sin duda ello generará, como lo dijo Furtado en *El Mito del Desarrollo*, una mayor presión por el uso y distribución de los recursos productivos, renovables y no renovables (recuérdese un mundo finito). Los nuevos financiamientos deberán buscar formas de transformar las relaciones sociales en y entre unidades productivas (agentes), es decir, generar la incorporación de las poblaciones a formas productivas asociativas entre sí, colateralmente a las “capitalistas”, en otras palabras, cambiar las actuales formas de posesión en separación de las condiciones de existencia de las pequeñas y medianas empresas y de otros ámbitos productivos, sin excluir necesariamente “nacionalizaciones” y/o “colectivizaciones”.

La actual heterogeneidad de los agentes productivos proviene de las asimetrías de poder, consecuencia de las diversas formas de poseer en separación las condiciones de existencia de las unidades-agentes. Así como no habrá una “clase” universal, habrá un sinfín de clases, producto de poseer para sí ciertos aspectos de las condiciones de existencia de las unidades-gentes productivos (permisos de software, uso de suelo, tierra, edificios, acciones, etcétera). La contraposición y distinción entre unidades “privadas” y/o “sociales” no explican las diversas formas de relacionar las distintas formas de poseer en separación algunas de sus condiciones de existencia, como intentamos subrayar con los acercamientos teóricos de Furtado más arriba. A su vez ello explica la diversidad de estrategias del cálculo (“mark up”) y las respectivas (diversas) tasas de ganancia, consecuencia a su vez de la heterogeneidad presente de la posesión en separación en cada caso. Por ejemplo, algunas “grandes empresas” no “compran la tierra” donde realizan sus actividades, las rentan (véase la Cervecería mexicana ubicada de Zacatecas).

Una estrategia de esta índole, facilita absorber mano de obra desocupada, por un lado y por el otro, fomentar la organización asociativa entre las unidades en cuestión. Se ha puesto énfasis en que la “heterogeneidad” (el fetichismo de la industrialización) obedece al uso del burro en lugar del tractor, y sin embargo la heterogeneidad

siempre existirá, es algo relativo. A su vez la dichosa “homogeneización” tecnológica buscada, supone a su vez una diversidad de formas de acceso, permisos y tasas de acumulación entre las diversas ramas productivas, fuentes de la heterogeneidad, producto de quienes poseen en separación algunas de sus condiciones de existencia.

La lección que debemos aprender de *El Mito del Desarrollo*, es que no podemos extraer más energía o materia de la existente y que su transformación es necesaria, ya sea procreando más “burros” o tractores, aspecto que exige una decisión política para ampliar el radio de acción, el cual generará un mayor desorden (entropía). La aparición de Nicholas Georgescu-Roegen en la narrativa de nuestro libro en comentario, refleja la tragedia de nuestra existencia, lo paradójico es que en términos de la *eficiencia* para el uso de la materia-energía, los centros industriales son y serán imbatibles.

El intento por alcanzar ciertos objetivos, por ejemplo, asumidos por “protocolos” firmados por el Sur en torno al uso de recursos renovables o no renovables, “defensa de la biodiversidad”, requiere al Estado para su materialización y por tanto, un mecanismo de “regulación” que se contraponga a la fórmula depredadora del “mercado” y sus “dominios”. El Sur tendrá que aceptar que seguirá destruyendo materia-energía, a pesar de los protocolos.

Aunque toda la literatura que examina el proceso del crecimiento o del desarrollo, desde lo que parecería un ámbito disciplinario como “la economía”, asume plenamente la perspectiva que la flecha del tiempo no puede violentarse, utilizando el término oxímoron⁴⁰; el pensamiento estructuralista latinoamericano se constituye cuestionando las categorías del pensamiento económico tradicional, construyendo un horizonte productivo y distributivo imaginado a partir del examen de las asimetrías de poder entre el (los) Centro (s) y Periferia (s) - Norte y

40 Naredo, J. M., (1987), *La economía en evolución. Historia y perspectivas de las categorías básicas del pensamiento económico*. Siglo. XXI, Madrid; Martínez Alier J., Roca Jusmet, J., (2003), *Economía ecológica y política ambiental*, Fondo de Cultura Económica (FCE), México; Martínez Alier, J., Schlüppmann K., (1991), *La ecología y la economía*, Fondo de Cultura Económica (FCE)), México; Daly E. H. (1989), *Economía, Ecología Y ética: Ensayos Hacia una Economía en Estado Estacionario*, Fondo de Cultura Económica (FCE), México; Von Baeyer, H. C., (1999), *Warmth Disperses and Time Passes: The History of Heat*, Modern Library Paperback Edition, USA.

Sur- distanciándose de los supuestos en la idea del oxímoron, aunque niega la pertinencia de una política “conservacionista”. Los proyectos de desarrollo imponen al Sur continuar con la reconstitución de ciertos sectores productivos y desafortunadamente la “destrucción” de recursos renovables y no renovables. El Sur no se puede dar el lujo de “vender” sus bonos –por ejemplo-, de emisión del CO2 y olvidar la generación de políticas de desarrollo autónomas. Las dispares trayectorias tecnológicas y sus condiciones de existencia hacen del Sur cautivo de los países del Norte, aunque no a perpetuidad. No existen razones, que podrían derivarse de los proyectos ambientales, para aplazar la búsqueda de estrategias y políticas de desarrollo que transformen las relaciones sociales, las actuales asimetrías de poder y las estructuras productivas y sus encadenamientos tecnológicos. Dada la potencial antítesis entre promover el desarrollo y la destrucción de los recursos, es necesario por lo menos generar algún tipo de modelo organizativo que nos facilite la comparación entre alternativos ritmos de “destrucción” de la biosfera. Esa responsabilidad nos compete a todos, es una decisión sobre los ritmos - “creativos destructivos”, que no se puede eludir sin empeorar las consecuencias a las que tendremos que encarar: no se trata de una disyuntiva “técnica”, si es que alguna vez haya existido dicha problemática, es política:

El cambio hacia un estilo de desarrollo inclusivo y sostenible requiere de alianzas políticas y coaliciones que lo sostengan. Aunque se han logrado avances en materia de acuerdos para reducir las emisiones, muy poco se ha hecho en lo referente a la nueva arquitectura financiera o a la coordinación de políticas sociales expansivas en las grandes economías, y casi nada en lo referente a la reducción de brechas entre el mundo desarrollado y el mundo en desarrollo. Articular los aspectos ambientales con el desarrollo económico y social, y con la reducción de las brechas de capacidades podría generar nuevos tipos de alianzas internas y externas favorables al nuevo estilo de desarrollo (Bárcena, 2016, p. 26).⁴¹

41 Bárcena A., (2016), “El pensamiento de la CEPAL ante los problemas contemporáneos de América Latina y el Caribe”, Pensamiento Iberoamericano, 3a ÉPOCA / 01 / 2016, p.22-36.

Pero en contrapartida, las alianzas y lucha políticas, tendrán que asumir la responsabilidad y providencias de manera explícita, debido a que difícilmente se podrán realizar los “desacoples”, que suponen nuestras tradicionales políticas de desarrollo:

Las tecnologías y las políticas públicas pueden generar las condiciones necesarias para el desacople entre crecimiento, empleo y emisiones. Una expansión coordinada de las economías con foco en las inversiones, a través de senderos de crecimiento bajo en carbono sería una forma de keynesianismo ambiental global cuya contrapartida lógica, a nivel nacional, sería un gran impulso (big-push) ambiental, que estimulara la innovación y el cambio estructural favorables a ese desacople. El concepto de “gran impulso ambiental” hace referencia a tres características de las inversiones para el desarrollo: la complementariedad entre distintos tipos de inversión, incluso en educación y capacidades tecnológicas (Bárcena, 2016, p. 23)

El reciente trabajo por parte de Giampietro et.al. (2012), intenta dar cuenta de un modelo que pueda trascender y por tanto articular entre sí, el discurso “económico” y la “biofísica”, con lo que llaman “El análisis multiescalar integrado del metabolismo societal y ecológico”. El análisis multiescalar, intenta dar cuenta de los flujos energéticos entre las relaciones distintos compartimentos productivos y sus condiciones de reproducción o niveles de la sociedad (hogar, fuera del hogar, sectores productivos), de lo que llama el “patrón metabólico de la sociedad” (su tasa metabólica exosomática), lo cual exige reflexionar sobre los ritmos del uso de energía en cada nivel y tiempo. Es obvio que a partir de cualquier cálculo “económico”, se puede deducir, por ejemplo, el dato promedio del uso de energía por persona empleada o población total (GDP) y, por tanto, la “eficiencia” en el uso energético, entre una y otra sociedad. En contraste, en la concepción del análisis “multiescalar” propone la construcción de una especie análoga a la del producto interno bruto (PIB), la “Presión bioeconómica” (BEP) (Giampietro, et al., 2012, p. 227-232) en la cual se incluyan tanto variables extensivas (población) como intensivas (masa-peso calóricas) y los ritmos del consumo de energía

para su reproducción (su tasa metabólica endosomática y esoxomática), incorporando aspectos de energía y biomasa requeridos para sostener cierta dimensión poblacional, tanto a nivel sectorial, como por edades: entre aquellos grupos que requieren cuidado y por tanto dejan de trabajar y los que realizan el trabajo.

Es muy útil el ejemplo (Giampietro, et.al, 2012)⁴² o analogía para reflexionar la “eficiencia metabólica” de la masa corporal (entre peso-masa corporal y los necesarios insumos respectivos en términos de calorías) de los elefantes y el de los ratones, para meditar la evolución de ciertas sociedades (por ejemplo, Finlandia / El Salvador). Ahí se demuestra que los paquidermos son “más eficientes” presentando una tasa metabólica menor que la de los roedores en términos de peso-masa corporal, o sea, aparentemente, en este caso, existe una relación proporcionalmente inversa entre la unidad de peso y masa corporal y la intensidad energética requerida para la reproducción de sus condiciones de existencia (Finlandia / El Salvador). Si trasladamos dicha relación como una representación de cierta trayectoria tecnológica actual, el ritmo en el uso de energía y la productividad laboral ofrece todas las secuelas negativas ambientales que conocemos. Con un poquito de imaginación, es posible visualizar el infierno de un espacio dominado por elefantes cuya población se incrementa con el tiempo frente a una biosfera que no “crece”⁴³. Por lo tanto, el uso de una medición que solamente integre

42 Giampietro, M., Mayumi K., Sorman, A. H., (2012) *The Metabolic Pattern of Societies: Where Economists Fall Short* (Routledge Studies in Ecological Economics) Taylor & Francis Group, Routledge, London.

43 Se debe advertir, no obstante, que para Giampietro, et al., no simulan la existencia de equivalencias entre “órganos” e instituciones, o entre procesos biofísicos y el ámbito socio-económico, o sea son, meramente analogías o metáforas, que tampoco resolverían los antropomorfismos que se introducen en el argumento. Dudar de dichas equivalencias, no negar los aspectos positivos de los argumentos sobre la manera de medir y exponer las limitaciones biofísicas expuestas. Al contrario, los antagonismos y asimetrías de poder, cuyas rutinas y reglas establecen los ritmos y usos de la energía requieren un examen estructuralista, o sea, el enfoque histórico estructural. Para quienes, consideran que no se pueden distinguir dichos niveles argumentativos, el proyecto teórico biofísico con mayores posibilidades de alcanzar cierto consenso lo ha realizado, Geoffrey Hodgson, el cual no obstante, presenta ciertos problemas similares, véase: Hodgson, G., Knudsen, T., (2008), “In

la intensidad energética y sus valores monetarios pierde aspectos que tienen que ver con las condiciones de existencia que hacen posibles tasas exosomáticas y endosomáticas diferenciadas, en un mundo finito y dominado por asimetrías de poder entre Centros y Periferias.⁴⁴

Entonces ¿bajo qué ardid justificativo le pediremos a El Salvador entorpecer políticas de desarrollo que posiblemente recorran algunos aspectos de la trayectoria tecnológica transitada por el Norte? La relación entre la energía (julio) /dinero, tampoco es constante, o sea, el “costo monetario” de la “energía” entre dispares organizaciones sociales y económicas entre el Norte y el Sur, o Centro (s) y Periferia(s), difieren entre sí, lo cual exige una discusión en torno a los términos de intercambio entre las mismas, en otras palabras, la transformación de las asimetrías de poder.

De todas maneras, si excluyéramos los aspectos biofísicos y la idea de una “presión bioeconómica” de la propuesta del análisis multiescalar (demografías poblacionales dispares, actividad humana dentro y fuera del trabajo, tierra a colonizar, etcétera), el panorama ambiental tampoco presenta augurios positivos respecto los efectos del “calentamiento global”. La productividad laboral, en términos del uso respectivo energía/trabajo, tiene que incrementarse sustancialmente si se utilizan los puntos de referencia del Norte; no podemos prorrogar nuestras políticas de desarrollo para que los países del Norte decidan por nosotros las trayectorias tecnológicas a seguir. Entre 1990 y 2004, la razón energía/trabajo presenta un incremento anual del 3 por ciento en economías de rápido crecimiento de Asia y 0.1 por ciento en los países industriales. La razón entre el uso de energía de combustible fósil y el

search of general evolutionary principles: Why Darwinism is too important to be left to the biologists” *Journal of Bioeconomics*, April 2008, Volume 10, Issue 1, pp 51–69; Hodgson, G. M., & Knudsen, T. (2006). “Why we need a generalized Darwinism, and why generalized Darwinism is not enough”. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 61(1), 1-19.

- 44 No se trata de crear una “unidad de medición homogénea” (Nadal, 2011: 51) algo que como Nadal explica es imposible, dada la “heterogeneidad” del horizonte productivo, más bien se está intentando generar parámetros por medio de los cuales se pueda comparar la “congruencia” entre las políticas potenciales alternativas. Nadal, A., (2011), *Rethinking Macroeconomics for Sustainability*, Zed Books, Londres.

trabajo, ofrece rangos diferentes: entre los 0.49 Terajulios⁴⁵ anuales por persona en economías industriales (0.61 Estados Unidos) y el 0.01 de la África subsahariana, todo lo cual indica, por ejemplo, que para *mantener* la tasa actual de la generación de los gases efecto invernadero se requiere *reducir* la razón energía/trabajo del 1 por ciento en los países de la periferia (Ocampo, et al., 2009, p. 7-52).

Para recapitular: el artículo intentó describir la evolución de la obra de Celso Furtado subrayando que el texto en comentario *El Mito del Desarrollo* en 1975, observa particularidades que pronto son superadas, tanto en términos existenciales como teóricas, aspecto que no se discute aquí. Le sigue una sección que retoma la crítica al uso de los recursos renovables y no renovables por las políticas económicas y rutinas de producción de las “grandes empresas”, intentando subrayar que la Periferia no se puede dar el lujo de reducir la intensidad con que absorben los recursos productivos si desean una soberanía productiva y política. Mientras se resuelvan internacionalmente las reglas comerciales y financieras actuales, hay que luchar por transformar las relaciones sociales bajo las cuales se constituyen las unidades productivas, así como la ampliación de la generación de las mismas. Con la noción de “formas de posesión en separación de sus condiciones de existencia” se ofrece una explicación sobre la heterogeneidad de las formaciones económicas, cuyas reformas implica ir más allá de la clásica contraposición entre “privadas” y “colectivas o nacionalizadas” para ampliar el radio de acción productivo de las economías en la Periferia.

Bibliografía

Bárcena A., (2016), “El pensamiento de la CEPAL ante los problemas contemporáneos de América Latina y el Caribe”, *Pensamiento Iberoamericano*, 3a Época / 01 / 2016, p. 22-36

Bresser- Pereira L. C., (1975) “Celso Furtado e a teoria económica” en *Economía do desenvolvimento: um curso ministrado na PUC-SP em 1975*.

45 La unidad de 1 Julio supone la capacidad de trabajo para lanzar 100 gramos de peso a un metro de la biosfera, un Terajulio (1Terajulio = 1012) es aproximadamente unos 7700 galones de gasolina o 31 toneladas de carbón.

Cárdenas Castro J. C. y Lana Seabra R. (2022) (Editores) *El giro dependentista latinoamericano. Los orígenes de la teoría marxista de la Dependencia*. Ariadna Ediciones Chile.

Cardoso F. H. Falleto E. (1978), *Dependencia y desarrollo en América Latina*, Siglo XXI, México.

Daly E. H. (1989), *Economía, Ecología y ética: Ensayos Hacia una Economía en Estado Estacionario*, Fondo de Cultura Económica (FCE), México.

Dos Santos T., (1983) *Imperialismo y dependencia*, Era, México.

(1970) "The structure of dependence". *The American Economic Review*, 60(2): 231-236, 1970:

Furtado, Celso. (1965) "Brasil de hoje: problemas do futuro com homens do passado". *Revista Civilização Brasileira*, ano I, n. 3, jul. 1965.

-, (1967) *Teoría y política del desarrollo económico*, Siglo XXI, México 1974, primera edición en portugués en ediciones corregidas y aumentadas.

-, y A. Maneschi, "Un modelo de simulación del desarrollo y el estancamiento en América Latina", *El Trimestre Económico*, vol. XXXV, núm., 138, FCE, México.

-(1966) *Subdesenvolvimento e estagnacao na América Latina (Subdesarrollo y estancamiento en América Latina)*, Civilizacao Brasileira, Rio de Janeiro, (utilizo la edición de EUDEBA, Buenos Aires utilizamos la tercera edición, 1967).

(1969) *La economía latinoamericana*, Siglo XXI, México, 1980, primera edición en portugués, posteriormente aumentada

(1970) coautor y Alfredo de Sousa, "Los perfiles de la demanda y de la inversión", *El Trimestre Económico*, vol. XXXVII núm., 147, FCE, México.

(1971) "Dependencia externa y teoría económica", *El Trimestre Económico*, núm., 150, FCE, México.

(1973) "Los límites del crecimiento económico", *Desarrollo Indoamericano*, núm., 21, Año 6.

(1974) *El desarrollo económico: un mito*, Siglo XXI, México, 1982, primera edición en portugués utilizo versión en español, 1975.

(1974a) El modelo brasileño de subdesarrollo”, del tercer capítulo de *El mito del desarrollo*. Publicado como “*El modelo brasileño.*” *El Trimestre Económico*, v. 40, n. 159(3), 1973, p. 587-599.

(1974b) “The myth of economic development and the future of the third world”. Centre of Latin American Studies, University of Cambridge; working papers no. 168, marzo, 1974.

(1975), “*Economía do desenvolvimento: um curso ministrado na PUC-SP em 1975*, organizado y presentado Rosa Freire d’ Aguiar Furtado. Contraponto Editora Ltda, Río de Janeiro.

(1976) *Prefacio a una nueva economía política*, Siglo XXI, México, 1978, primera edición en portugués 1976.

(1978) *Creatividad y dependencia*, Siglo XXI, México, 1979, primera edición en portugués en 1978, Press, Notre Dame.

(1980) *Breve introducción al desarrollo - Un enfoque interdisciplinario*, FCE, México, 1983, edición en portugués, 1980.

(1991) *Los vientos del cambio*, FCE, México, 1993; traducción de *Os ares do mundo*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

(2019) *Diários Intermitentes (1937-2002)*. Organización, presentación por Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo : Companhia das Letras, 2019.

(2021) *Correspondencia intelectual*. Organización, presentación por Rosa Freire d’Aguiar. Companhia das Letras. Kindle. Companhia das Letras.

GIAMPIETRO, M., MAYUMI K., SORMAN, A. H., (2012) *The Metabolic Pattern of Societies: Where Economists Fall Short* (Routledge Studies in Ecological Economics) Taylor & Francis Group, Routledge, London.

HODGSON, G. M., & KNUDSEN, T. (2006). “Why we need a generalized Darwinism, and why generalized Darwinism is not enough”. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 61(1), 1-19.

HODGSON, G., KNUDSEN, T., (2008), “In search of general evolutionary principles: Why Darwinism is too important to be left to the biologists” *Journal of Bioeconomics*, April 2008, Volume 10, Issue 1, p. 51–69.

KAY C., (2021), “Theotonio Dos Santos (1936-2018): intelectual revolucionario y pionero de la teoría de la dependencia” (*EL TRIMESTRE ECONÓMICO*, vol. LXXXVIII (1), núm. 349, enero-marzo de 2021, pp. 277-320).

MALLORQUIN C., (2023) “Centros-que-têm-periferias e periferias-que-têm-centros: Raúl Prebisch” *Revista-USP*, Sao Paulo – número 136 – enero/marzo/ 2023. (p. 37-52).

-(2005) *Celso Furtado: um retrato intelectual* (Editorial Xama, Sao Paulo, Brasil, 2005.

MARTÍNEZ ALIER J., ROCA JUSMET, J., (2003), *Economía ecológica y política ambiental*, Fondo de Cultura Económica (FCE), México.

MARTÍNEZ ALIER, J., SCHLÜPMANN K., (1991), *La ecología y la economía*, Fondo de Cultura Económica (FCE)), México.

Meek R. (1976), *Social Science and the Ignoble Savage* (Cambridge Studies in the History and Theory of Politics) Cambridge; New York : Cambridge University Press, 1976.

NADAL, A., (2011), *Rethinking Macroeconomics for Sustainability*, Zed Books, Londres.

NAREDO, J. M., (1987), *La economía en evolución. Historia y perspectivas de las categorías básicas del pensamiento económico*. Siglo. XXI, Madrid.

VON BAEYER, H. C., (1999), *Warmth Disperses and Time Passes: The History of Heat*, Modern Library Paperback Edition, USA.

Os 50 anos do livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico* de Celso Furtado¹

José Eustáquio Diniz Alves²

A evidência à qual não podemos escapar é que em nossa civilização, a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico (1974, p. 17).

Celso Furtado (26/07/1920 – 20/11/2004)

O livro “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*”, de Celso Furtado, completa 50 anos agora em 2024 (aos 20 anos da morte do autor). Tratar o desenvolvimento econômico como um mito foi uma novidade na literatura econômica brasileira, fortemente influenciada pelas ideias desenvolvimentistas da esquerda e pela ideologia do “Brasil Grande” da ditadura militar.

Escrito no auge da ideologia autoritária do progresso a qualquer custo, o livro “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*” trouxe para o Brasil o debate internacional sobre os limites do crescimento econômico e os

-
- 1 Texto publicado originalmente na Revista Eletrônica **EcoDebate**, em 24/04/2024. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2024/04/24/os-50-anos-do-livro-o-mito-do-desenvolvimento-economico-de-celso-furtado/>
 - 2 Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (1980), Mestrado em Economia (1983), Doutorado em Demografia pelo CEDEPLAR-UFMG (1994) e pós-doutorado pelo Nepo/Unicamp. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2003298427606382>

impactos do aumento desregrado das atividades antrópicas sobre o meio ambiente. No início dos anos de 1970, foi ficando impossível de negar que o enriquecimento da humanidade e o aumento do poder de consumo das pessoas estava ocorrendo às custas do empobrecimento da natureza.

A crítica ao modelo de desenvolvimento adotado após a Revolução Industrial e Energética já havia surgido há muito tempo, por parte de diversos autores, como Alexander von Humboldt (1769-1859), John Stuart Mill (1806-1873), Henry Thoreau (1817-1862), Rachel Carson (1907-1964), Nicholas Georgescu-Roegen (1906 – 1994), dentre outros. Ainda no início da década de 1970, o economista Kenneth Boulding (1910-1993) escreveu a famosa frase provocativa: “Acreditar que o crescimento econômico exponencial pode continuar infinitamente num mundo finito é coisa de louco ou de economista”.

Em 22 de abril de 1970 foi estabelecido o “Dia da Terra”, evento que surgiu em um momento de agravamento da questão ecológica global e a partir da iniciativa do senador norte-americano Gaylord Nelson, com a finalidade de criar uma consciência comum aos problemas da contaminação, conservação da biodiversidade e outras preocupações ambientais para proteger o Planeta.

Em 1972, aconteceu, em Estocolmo, a Conferência sobre Meio Ambiente Humano e o dia 05 de junho (data da abertura da Conferência) passou a ser considerado o “Dia Mundial do Meio Ambiente”, visando promover a compreensão de que é fundamental que comunidades e indivíduos mudem atitudes em relação ao uso dos recursos naturais e sobre as questões ambientais.

Também em 1972 foi lançado o livro “Os limites do Crescimento”, liderado por cientistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT). A principal conclusão do livro está resumida no seguinte parágrafo: “Se as atuais tendências de crescimento da população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrollável, tanto da população quanto da capacidade industrial” (p. 20).

Em 1973, aconteceu a Guerra do Yom Kippur – conflito envolvendo Israel contra Egito e Síria – que provocou o primeiro grande choque do petróleo e um enorme aumento do preço dos alimentos no mundo, marcando

o início do fim dos chamados “30 anos dourados” do crescimento excepcional da economia internacional após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Desta maneira, diante de uma ampla literatura crítica aos processos que geram a degradação ambiental global e provocam efeitos danosos aos ecossistemas, Celso Furtado publicou o livro “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*” visando trazer para o Brasil a preocupação com a defesa do meio ambiente, além de refletir sobre as dificuldades da economia internacional. Diante do ufanismo dos defensores do “milagre econômico brasileiro” ele argumentou que seria impossível manter o crescimento econômico ilimitado em um Planeta finito e marcado por desigualdades estruturais.

Desta forma, Celso Furtado chamou a atenção para o fato de que os países da periferia do sistema capitalista seriam incapazes de reproduzir o estilo de consumo dos países ricos, pois o padrão de desenvolvimento afluyente não seria generalizável para a maioria da população mundial. Na passagem abaixo, Furtado alerta para a possibilidade de um colapso ambiental:

(...) que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambiguidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso (Furtado, 1974, p. 19).

Furtado, de forma inédita e inovadora para o pensamento econômico brasileiro, mostra que o padrão de produção e consumo hegemônico no mundo seria impossível de se generalizar, pois o crescimento ilimitado da economia seria inviável em decorrência dos limites da ecologia:

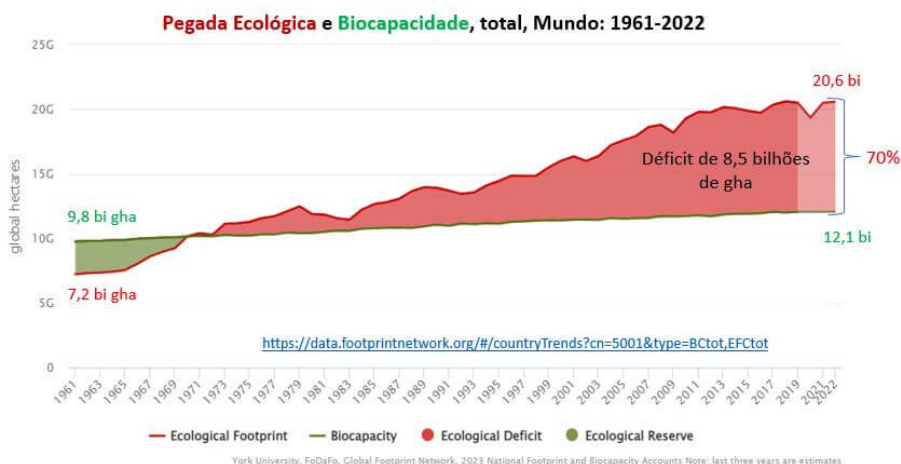
O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao

colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. (...) a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. (...) Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito (Furtado, 1974, p. 75).

A preocupação de Celso Furtado era real e pode ser ilustrada no gráfico abaixo, do Instituto Global Footprint Network, que apresenta os valores da pegada ecológica global e da biocapacidade global de 1961 a 2019, com uma estimativa até 2022. Em 1961, a população humana era de aproximadamente 3 bilhões de habitantes, com uma biocapacidade de 9,8 bilhões de hectares globais (gha) e uma pegada ecológica de 7,2 bilhões de gha. Portanto, havia um superávit ambiental no mundo, superávit este que se manteve na década de 1960 e está representado pela área verde do gráfico.

Mas, com o crescimento da população e o maior volume da produção de bens e serviços, a pegada ecológica global ultrapassou a biocapacidade global a partir do início da década de 1970, gerando um déficit ecológico que se ampliou ao longo dos anos (representado pela área vermelha do gráfico). O livro *“O Mito do Desenvolvimento Econômico”* foi escrito exatamente no momento em que a população mundial atingiu 4 bilhões de habitantes e a pegada ecológica superou a biocapacidade da Terra, transformando o superávit em déficit ambiental global.

Por conseguinte, em 2022, com uma população mundial de cerca de 8 bilhões de habitantes, a pegada ecológica está estimada em 20,6 bilhões de gha e a biocapacidade global em 12,1 bilhões de gha. Portanto, o déficit ecológico absoluto é de 8,5 bilhões de gha e o déficit relativo é de 70%. Ou seja, a humanidade está consumindo 70% a mais do que o Planeta pode garantir de forma sustentável.



Como mostrou o economista ecológico Clóvis Cavalcanti (2001), Furtado percebeu que o desenvolvimento seria um mito, pois, na prática, provoca “destruição ambiental, a ampliação da dependência e o crescimento predatório”. Porém, esta parte do pensamento de Celso Furtado nunca teve a repercussão necessária no território nacional.

Ao contrário do que se esperava de um raciocínio objetivo, Celso Furtado foi “acusado” de ter fraquejado e ter aderido ao neomalthusianismo ou então, simplesmente, seria um descuido temporário e passageiro. Por Exemplo, Antônio Barros de Castro fez uma resenha na Revista Pesquisa e Planejamento Econômico (dez/1974) onde nega a contribuição original de Furtado, dizendo que ele foi influenciado pelo Clube de Roma e diz que esta passagem do livro é “um mero expediente”:

É evidente, porém, que o autor não compartilha fundamentalmente da visão catastrófica daquela equipe. Nem no referente ao crescimento populacional nem no que toca às barreiras físicas ao crescimento (esgotamento) de recursos e poluição insuportável, já que a aceitação desse fato levaria a prever o estancamento (ou a catástrofe) das próprias economias centrais. Deixemos, pois, de lado as páginas que derivam de Limits do Growth; elas parecem ser um mero expediente de que se vale o autor para chamar a atenção sobre o que é realmente relevante: a ilusão do desenvolvimento (Castro, 1974, p. 740).

Ou seja, alguns economistas brasileiros encontraram uma maneira de contornar o pensamento de Celso Furtado, enquanto outros simplesmente o acusaram de ter um viés neomalthusiano e rejeitaram suas contribuições. Especialmente os autores da chamada corrente “histórico-estrutural” estranharam o livro de Celso Furtado e contribuíram para interditar o debate.

Todavia, após um longo período de tempo, o pensamento de Celso Furtado passou a ser reconhecido. Paul Singer, por exemplo, após 30 anos fez uma autocrítica quando, em entrevista ao IHU, em 2008, disse:

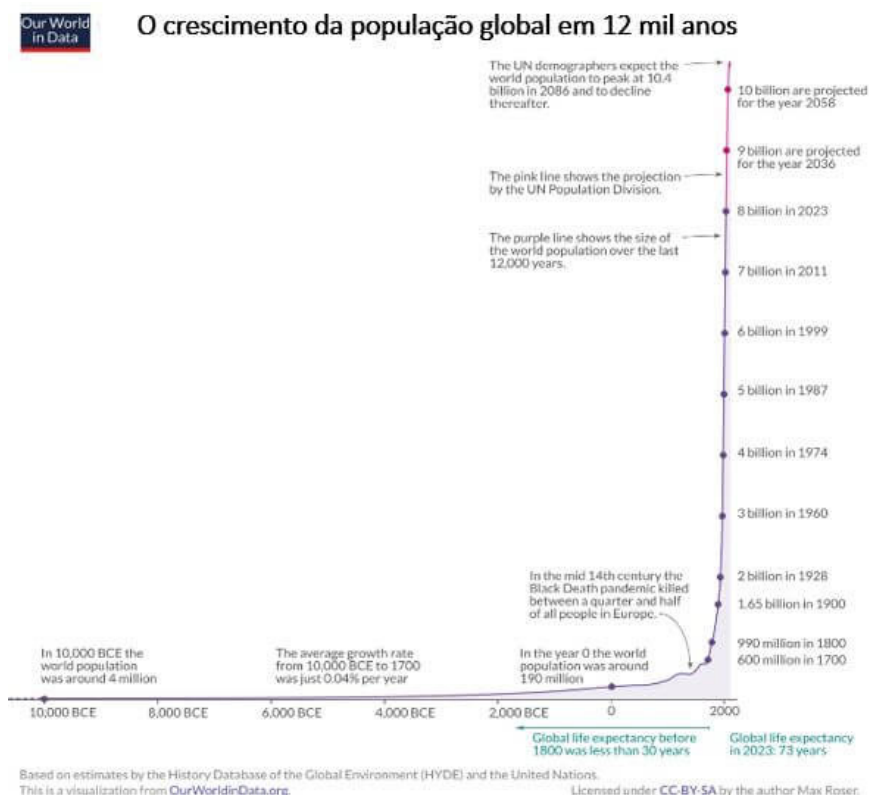
“Em 1974, o Celso Furtado escreveu um livro chamado O mito do desenvolvimento (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974), em que ele sustentava a tese de que era um mito imaginar que através do desenvolvimento econômico o mundo inteiro desfrutaria algum dia do padrão de consumo dos estadunidenses. Ele tinha certeza, assim como embasamento, para afirmar que tal fato não aconteceria nunca. E que, portanto, o desenvolvimento não se poderia gerar por falta de recursos naturais. Ele disse isso há 34 anos. Nessa época, eu li e achei que ele teve um ataque de malthusianismo. Isso porque Malthus, há 200 anos, dizia que a Terra era finita, que os recursos naturais acabariam e que o aumento da população resultaria em fome etc., na medida em que estávamos indo para além da capacidade da Terra”.

A tese do Malthus foi várias vezes refutada porque houve diversos avanços científicos que permitiram a utilização de recursos naturais e que na época dele não existiam. Em 1974, nós acreditávamos que o Celso estava um pouco pessimista demais porque, na medida em que os recursos naturais se esgotavam, outros substitutos eram encontrados. Tipicamente, no lugar do petróleo que está acabando, nós desenvolveríamos biocombustíveis, energia eólica, energia solar, e assim por diante.

Só que o Celso estava certo e nós errados, isto é, ele não estava sendo excessivamente pessimista. Chegou o momento em que a pressão da demanda está muito mais forte do que a capacidade do avanço científico de resolver, através de novas tecnologias, esses impasses” (IHU, 2008).

De fato, a questão populacional sempre foi um tabu para o pensamento econômico hegemônico no Brasil. Durante, muito tempo predominou a ideologia de que o crescimento demográfico era neutro em relação à dinâmica econômica e ecológica. Porém, é impossível negar o impacto

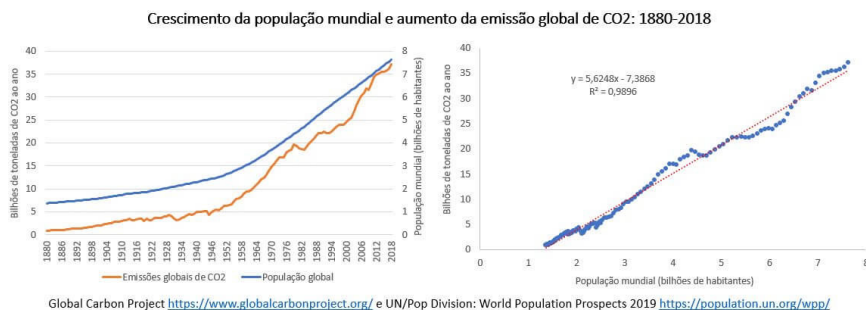
do crescimento populacional. O gráfico abaixo mostra que a população mundial demorou 12 mil anos para passar de 10 milhões de habitantes para 4 bilhões de habitantes em 1974. Mas em apenas 50 anos adicionou outros 4 bilhões, chegando a mais de 8 bilhões de habitantes em 2024.



Como mostrei no artigo “Crescimento demoeconômico no Antropoceno e negacionismo demográfico” (Alves, 2022) o crescimento populacional alimenta o crescimento econômico, tendo um efeito conjunto sobre a crise climática e ambiental.

Os gráficos abaixo mostram a inequívoca correlação entre o crescimento da população mundial e o aumento das emissões de CO₂ que são responsáveis pelo aumento da temperatura global. Fica claro (no painel da esquerda) que o aumento das emissões globais acompanha o aumento do número de habitantes terrestres. A reta de tendência linear entre as duas variáveis (painel da direita), indica que 99% da variabilidade das

emissões de CO₂ estão associadas, diretamente, ao crescimento demográfico ao longo dos anos de 1880 e 2018.



Para os “céticos da demografia” – aquelas pessoas que se recusam a considerar os impactos negativos de um elevado volume de habitantes (“mundo cheio”) sobre o meio ambiente – os gráficos acima servem para mostrar que o ritmo ascendente de variação populacional importa, impacta e tem uma correlação enorme com a crise climática. Evidentemente, a dinâmica demográfica não atua no vácuo, pois a resultante do aumento do número de habitantes sobre as mudanças climáticas acontece com o incremento do padrão de consumo, com os ricos tendo muito mais impacto do que os pobres. Mas o efeito demográfico é geral e inequívoco.

Portanto, está na hora perceber os males que o crescimento demoeconômico tem feito ao Planeta, nesta Era do Antropoceno. A perda de biodiversidade, a degradação dos ecossistemas e aquecimento global estão rompendo com o equilíbrio homeostático do Planeta e a estabilidade climática que prevaleceu no Holoceno.

O economista e pesquisador Clóvis Cavalcanti (2012), com base nos princípios da economia ecológica, caracteriza o atual modelo hegemônico de desenvolvimento como “Extraí-Produz-Descarta”. Ele explica como funciona o modelo:

O que a economia moderna faz, na verdade, em última análise, é cavar um buraco eterno que não para de aumentar (extração de matéria e energia de baixa entropia). Cumprido o processo do transumo, os recursos terão virado inevitavelmente detritos – matéria neutra, detritos, poeira, cinzas, sucata,

energia dissipada – que não servem para quase absolutamente nada (matéria e energia de alta entropia). Amontoam-se formando um lixão, também eterno, que não para de crescer. Assim, a extração de recursos e a deposição de lixo deixam como legado uma pegada ecológica cada vez maior (p. 40).

De maneira sintética podemos dizer que é necessário mudar o modelo “Extraí-Produz-Descarta” e iniciar um decrescimento demoecônômico para colocar a Pegada Ecológica em equilíbrio com a Biocapacidade até se chegar ao Estado Estacionário, ecologicamente sustentável, com regeneração ecológica e aumento da resiliência, evitando um desastre global. E embora John Stuart Mill já tenha tocado nestes assuntos em 1848, Furtado foi muito corajoso de retomar estas questões tão desafiantes naquele momento histórico brasileiro.

Enfim, não é mais possível tergiversar nos 50 anos do lançamento livro “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*”. A concentração de CO₂ na atmosfera estava em 330 partes por milhão (ppm) em 1974 e está se aproximando de 430 ppm em 2024. Em consequência as temperaturas globais, em 2023, atingiram o nível mais elevado em 125 mil anos. A possibilidade de um colapso ambiental global é cada vez mais possível e provável. O desenvolvimento econômico global continua sendo um mito para a maior parte da população mundial, mas a crise ambiental e climática é cada vez mais real e ameaçadora.

Referências

ALVES, JED. Crescimento demoeconômico no Antropoceno e negacionismo demográfico, Liinc em Revista, RJ, v. 18, n. 1, maio 2022 <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5942/5595>

ALVES, JED. A dinâmica demográfica global em uma “Terra inabitável”, Revista Latinoamericana de Población, Vol. 14 Núm. 26, dezembro de 2019. <https://revistarelap.org/index.php/relap/article/view/239>

CASTRO, A.B. Resenha sobre *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, Revista Pesquisa e Planejamento Econômico, IPEA, dez 1974. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6700/1/PPE_v4_n3_O%20Mito.pdf

IHU. Duas crises e o limite ecológico do mundo. Onde vamos parar? Entrevista especial com Paul Singer, 2008 <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/14026-duas-criises-e-o-limite-ecologico-do-mundo-onde-vamos-parar-entrevista-especial-com-paul-singer>

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. SP, Estudos avançados 26 (74), 2012 <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a04v26n74.pdf>

CAVALCANTI, Clóvis. Celso Furtado e *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, Fundação Joaquim Nabuco, Trabalhos para Discussão, n. 104/2001, Março de 2001. <https://periodicos.fundaj.gov.br/TPD/article/view/920/641#>

FURTADO, C. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974

AS NARRATIVAS DE *O MITO* *DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO*

Rômulo Carvalho Cristaldo¹
Juliana Rodrigues de Senna²
Lara Sousa Matos³

Introdução

Pode-se afirmar que a economia é uma ciência, isso sem sombra de dúvida, mas se, e somente se, assumir que entre o ideal de ciência — axiologicamente neutra, fenomenalmente regular, metodologicamente positiva etc. — e a ciência concreta, existe um abismo. Na medida em que a ciência é percebida como uma dinâmica complexa, decorrente das relações sociais que se constituem ao redor de temas como validade, conhecimento, objeto, método, entre outros, a economia pode ser científica; porém, não como ideal, mas como instância de disputa entre interesses segundo uma ordem discursiva. Isso porque “confirmação”, “verdade”, “teoria”, nas ciências econômicas, têm atributos diferentes a depender de quem fala ou lê.

1 Doutor em Administração (NPGA/UFBA). Professor da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia (FACE) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

2 Mestre em Relações Internacionais (PPGRI/UFBA).

3 Doutora em Administração (NPGA/UFBA).

Quando, por sua vez, se chega ao “mais político dos temas econômicos” (Cardoso, 1995, p. 616), mesmo aquelas mais arraigadas ambições científicas dissolvem no ar. Não meramente porque a comparação potencial carregada pela palavra “desenvolvimento” remeta a uma dimensão relacional e, por extensão, ao plano dos juízos de valor — como querem fazer crer muitos autores daqueles ideológicos manuais de iniciação à ciência econômica —, mas sobretudo dado que a eficácia das prescrições depende, necessariamente, de que os atores envolvidos estejam convencidos *a priori* de sua validade. A ideia de um *mito* ao redor do *desenvolvimento econômico* em Furtado carrega, de certa forma, essa percepção.

A sociedade que emerge em sincronicidade com o modo de produção capitalista, como não poderia deixar de ser, se constitui sobre diferentes narrativas para racionalização da realidade que, entre suas muitas funções, contribuem para disciplinar as escolhas, esperanças e comportamentos de indivíduos, grupos sociais e instituições. Gerencialismo, dicotomia entre o Islã e o Ocidente, democracia representativa de direito, são exemplos de arcabouços subjetivos que circulam como operadores simbólicos do modo de vida sob a égide do capital. Tratam-se de narrativas que contribuem para estruturar a percepção sobre uma realidade que, de outra forma complexa e ininteligível, assume uma aparência minimamente previsível.

Pode-se dizer, seguindo o insight arguto de Celso Furtado, que desenvolvimento funciona também como uma dessas narrativas estruturantes no modo de produção capitalista. A noção de desenvolvimento carrega consigo um conjunto de pressupostos, conceitos, heurísticas e prescrições que se localizam no espaço cinzento entre ciência e fábula. O status de país *desenvolvido*, esse objetivo social amplo que todos os povos devem seguir *a priori* como que por lógica auto evidente, é descrito de forma fabulosa, o pote de ouro esperando na extremidade do arco-íris capitalista. Porém, a despeito de suas muitas promessas, na maior parte dos casos Eire insiste em caminhar para além do alcance.

No bojo da ciência contemporânea em torno do desenvolvimento encontram-se ao menos cinco crônicas dominantes, em corners alegadamente excludentes entre si na arena política, competindo para oferecer diagnóstico, prescrição e processos mais eficazes, além de, claro, influenciar tomadores de decisão. No corner liberal, encontramos as narrativas neoliberal, neoinstitucionalista e empreendedora. O movimento

neoliberal — que clama, não sem um certo grau de imprecisão, afinidade com a ciência econômica ortodoxa —, parte da premissa de que apenas o livre mercado e a liberdade de escolha são capazes de conduzir os países a uma situação de equilíbrio econômico, político e social (nessa ordem de prioridade) com bem-estar.

Aquela mesma economia ortodoxa inspirou indiretamente, por meio de tentativas de aprimoramento com continuidade, ao menos duas outras narrativas dentro do mesmo corner político: a perspectiva ligada ao empreendedorismo, que atribui às inovações tecnológicas, transformadas em negócios competitivos pela atuação de indivíduos no papel de empreendedores, a verdadeira força motriz das economias capitalistas; e a neoinstitucionalista, a qual identifica nas instituições — ou melhor, em um rol muito específico de instituições capitalistas — a capacidade de se engendrar mudanças econômicas e sociais que possam ser consideradas algo como o desenvolvimento.

Do outro lado da arena política, encontramos mais duas crônicas que se ocupam da dinâmica do desenvolver. Uma narrativa protecionista, cuja lógica se assenta na defesa de como capitalistas domésticos são, ao mesmo tempo, motores de diferenciação econômica e vítimas da competição externa, sendo, portanto, necessário serem assistidos por um Estado nacionalista. E a perspectiva keynesiana, a qual confiaria em planejamento, política macroeconômica e na capacidade do Estado em coordenar padrões de investimento e o crescimento dos mercados, para assegurar o desenvolvimento. Nesse corner político residiriam, em última instância, os defensores da intervenção estatal na economia como modo de aprimorá-la.

Mesmo que cada uma dessas cinco crônicas — neoliberal, neoinstitucional, empreendedora, protecionista e keynesiana — se encontrem em diferentes lados políticos, percebe-se ao menos uma convergência fundamental, a cosmogonia capitalista, única forma possível de realidade, estrutura material e simbólica das sociedades contemporâneas. Por isso mesmo, subsistem em seu *métier* compreensões compartilhadas sobre a natureza humana, assim como acerca da possibilidade e natureza do desenvolvimento. A partir daí, essas narrativas identificam heróis do desenvolvimento, denunciam vil nêmesis, armadilhas, assim como sugerem condutas morais que, se seguidas à risca, levariam as nações da terra ao paraíso.

Nesse capítulo, portanto, parte-se dos insights providos Celso Furtado (2020) — entre outros, como Óscar Rivero (2010) e Arturo Escobar (1995) —, para examinar as crônicas do desenvolvimento econômico como narrativas mitológicas. Para tanto, foram revisitadas as teorias de desenvolvimento como se se tratassem de discursos simbólico-políticos, com o intuito de destacar suas divergências e convergências. As premissas-chave de cada narrativa foram então cotejadas a partir das categorias da Jornada do Herói, esquema mítico proposto por Joseph Campbell (2004). A percepção, diga-se de antemão, é que, embora pretensamente tão díspares, aquelas narrativas compartilham uma estrutura comum.

A partir da contribuição de Roland Barthes, compreende-se aqui o mito como uma estrutura semiótica que, ao mesmo tempo, esconde e demonstra um rol de relações sociais, agendas e mesmo visões de mundo; simbolicamente, mas também como discurso em sua totalidade dialógica envolvendo fala e ato. A despeito da argumentação científica bem construída nas narrativas do desenvolvimento — sempre fundamentadas em dados, bom senso e experiência —, sua forma teórica funciona como parte das estruturas disciplinares da sociedade capitalista. Tratar-se-iam de pouco mais que padrões simbólicos de comportamento econômico, convenções vinculadas a interesses e aspirações de classe, vendidas como ciência. Com isso dado, cumpre assim, de saída, uma reflexão sobre *como* os mitos se inserem e operam nas sociedades contemporâneas.

A Estrutura do Mito

Historicamente, o conceito de ‘mito’ aparece em três significados mais gerais e abrangentes. O primeiro, datado da antiguidade clássica, enxerga nos mitos meras construções vagas em verossimilhança, produções inferiores do intelecto elaboradas com a pretensão de explicar diferentes aspectos da realidade por meio de recurso narrativo. Um mito seria uma modalidade menor de verdade, associada a discursos morais ou religiosos, codificando a relação entre as pessoas, com a natureza e com os deuses. Aqueles mitos carregam consigo sobretudo uma raiz espiritual, funcionando como origem e reforço de crenças. Tratar-se-iam, por conseguinte, de construções distantes, quando não opostas à razão.⁴

4 Ver Abbagnano (2012).

Na segunda concepção possível, mitos são interpretados como formas independentes de pensamento. Não estariam sujeitos à racionalização, pois transitam num nível diferente de conhecimento, dotados do mesmo status que aquele da sabedoria científica. Sua verdade, portanto, não é diminuída nem tampouco deformada, mas sim autêntica, embora diferente, revestida com uma forma lírica ou poética. É nesse âmbito que os fundamentos emocionais do mito são reconhecidos de forma distintiva. Émile Durkheim (1995) afirma que a sociedade, não a natureza, é o verdadeiro modelo do mito. Para Durkheim, o discurso mitológico reflete as características fundamentais da vida coletiva, descritas por meio de um aparato simbólico.

A terceira interpretação à disposição sugere que o mito é um elemento estruturante das culturas humanas. Tem o papel de justificar e reforçar a tradição, mesmo que guarde apenas uma conexão indireta com fatos históricos. Claude Levi-Strauss (1978) percebeu que mitos não seriam exatamente narrativas históricas, nem fantasiosas, mas representações de eventos da vida ajustados e aperfeiçoados num plano simbólico com papel didático, sobre questões como nascimento, morte, luta pela sobrevivência, relações entre gêneros etc. Em Levi-Strauss, mitos também expressam aspirações as quais podem ser desencadeadas por situações reais, expectativas sobre como o mundo pode ou deve ser.

Assim, pode-se afirmar que mitos são narrativas *quasi*-históricas, mas ainda numa dimensão do fantástico. Cumprem uma finalidade na estruturação de relações sociais, firmando arquétipos humanos os quais estão enraizados em conceitos e projetos compartilhados, ambos derivados de um repositório simbólico que é coletivo. Num sentido mais estrito, mitos são sistemas de comunicação historicamente produzidos que conferem significado e uso coletivo para a linguagem, perpetuando formas de ver o mundo e a sociedade. Na perspectiva de Roland Barthes, o mito se apresenta como um sistema semiótico, que compreende significado, significante e signo num arranjo particular e intencional, onde a narrativa em si compõem como um construto comunicacional em camadas, operando como alternativa ao signo.

O mito como discurso, então, funciona (dis)torcendo o significado dos signos. Por conseguinte, pode ser definido por sua intenção e conceito, não pela literalidade das palavras utilizadas, pois que contraditoriamente esconde ou desvia o ponto em questão ao revelá-lo segundo uma ótica

específica. O mito se apresenta como um discurso que é, num momento, tomado, para então ser posteriormente restaurado; mas nunca restaurado da mesma forma que foi tomado; nunca retorna no mesmo sentido, ou no mesmo cenário, mas segundo uma lógica distanciada (Barthes, 2011). E é precisamente essa lacuna, esse momento furtivo entre o tomar e o restaurar, que caracteriza a contravenção do discurso mitológico.

Segundo Barthes (2001), o mito funciona para naturalizar um conceito sem, no entanto, precisá-lo diretamente, conferindo-lhe um status de *verdade-para-além-dos-fatos*, que deve ser aceita sem questionamento. Sua essência reside no processo de tornar parte do cenário uma versão da história, em transmutar opinião em fato, ou melhor, em sabedoria, em um tipo de amálgama discursiva com poder simbólico para se firmar como um sistema que prescinde de provas, se abstém de apresentar confirmações. Num âmbito coletivo, o mito se reveste da estrutura de valores que, naquele contexto, tem o poder de conferir legitimidade, como, por exemplo, se dá o funcionamento da ciência na sociedade burguesa.

As intenções por detrás do mito não podem permanecer escondidas, pois é preciso que seja efetivo como recurso disciplinar, que seja/esteja evidente e natural; por exemplo, o mito do desenvolvimento na sociedade capitalista aparece vinculado a axiomas, teorias e leis revestidas por cientificidade e materialidade (Furtado, 2020). Assim, indivíduos enxergam mitos como sistemas indutivos, que expressam sabedoria em si mesmos, mesmo que aquela sabedoria carregue ambiguidades. Onde existe apenas algumas equivalências ou coincidências, o mito ajuda a discernir perfeitas causalidades entre variáveis. Isto, pois, o discurso mitológico toma é um sistema composto por fatos (pretensamente) auto evidentes ou autorreferenciados.

Uma das formas de se compreender um mito como narrativa fantástica foi desenvolvida por Joseph Campbell (2004), no conceito de monomito. Segundo Campbell, a construção arquetípica do herói pode ser observada em diversas culturas humanas, como amálgama de um tipo de forja de semi-deuses. Essas narrativas compartilhariam uma mesma estrutura, calcada na dimensão individual da composição do herói: uma chamada para a aventura que o leva a encontrar um mentor, mestre o qual o conduz ao enfrentamento de um opositor, um perigo iminente que não pode ser evitado e que levará o herói a um ocaso temporário, apenas para culminar na ressurreição de um herói transformado, melhorado, que caminhou pelo vale das trevas em busca da sabedoria (Campbell, 2004).

Esta estrutura não é apenas um modelo narrativo, mas um reflexo da jornada psicológica e espiritual do indivíduo, simbolizando a busca interior por crescimento e compreensão. Por dar ênfase ao indivíduo, na pressuposição que existem escolhas a serem tomadas, o modelo de Campbell (2004) fornece especial insight para as narrativas de desenvolvimento. Por outro lado, o esquema ressoa com perspectiva de Barthes (2001), para quem os mitos são instrumentalizados para perpetuar ideologias. Cada elemento de uma narrativa mitológica funciona como um signo que carrega camadas de significados culturais e ideológicos. Não são neutros; os mitos refletem e reforçam as crenças e valores da sociedade, contribuindo para manutenção do *status quo*.

O monomito, enquanto estrutura arquetípica (Campbell, 2004), oferece um esquema através do qual os indivíduos podem interpretar suas próprias experiências de vida em um contexto maior de crescimento e descoberta, cujo elemento dinâmico é a assimilação de um rol de ensinamentos. E, já que a maneira como essas histórias são contadas pode ser manipulada para transmitir mensagens específicas, ali são talhadas percepções e comportamentos sociais (Barthes, 2001). Portanto, a jornada do herói, embora universal em sua estrutura, pode ser moldada por contextos culturais específicos para carregar significados de opinião de classe, refletindo a complexa interação entre a narrativa individual e a construção cultural coletiva.

A capacidade da noção *mainstream* de desenvolvimento econômico em coordenar ações, explicar (enquanto simplifica) mecanismos de mudança social, e prover respostas para questões irrespondíveis (por exemplo, acerca da natureza humana), revela ainda a sobreposição de um tipo de realidade aumentada, hiper-real (Baudrillard, 1991). Por emergir de relações sociais concretas, enfatizam enquanto distorcem, expõem à medida em que escondem, assim ressignificando as relações segundo uma ótica de intenções. Assim, são capazes de conduzir pessoas, coletivos, governos a agir como se sua narrativa correspondesse a verdade em si, estabelecendo um estrato de relações tais que sobrepõem o concreto.

O *Mito do Desenvolvimento Econômico*, ou seria melhor dizer, “os mitos”, suas atraentes e esperançosas narrativas cosmogônicas, heroicas até, as quais mantém-se em constante fricção e disputa, simultaneamente revelam e escondem suas essências, primeiro como expressão da dinâmica capitalista (Cristaldo, 2018), segundo como posição na divisão social

do trabalho. Dessa maneira, as diferentes manifestações se constituem sobre um conjunto de premissas inquestionáveis, não necessariamente dogmáticas ou falsas, mas discursivas: construções sociais segundo uma ordem simbólica que organiza uma teia de relações prático-concretas. Por isso mesmo, *O Mito do Desenvolvimento Econômico* assume função central na agenda de convencimento capitalista.

Premissas Compartilhadas do Mito do Desenvolvimento

A ideia de desenvolvimento é um produto do século XX.⁵ Harry Truman, em seu primeiro discurso como Presidente dos Estados Unidos da América em 1949, clamou por um esforço coletivo por parte dos países ditos desenvolvidos no sentido de auxiliar aqueles então classificados como subdesenvolvidos a alcançar modernização econômica e social. Era essencial para o mundo capitalista se comprometer com algum tipo de assistência direcionada aos países periféricos, para talvez assim garantir sua lealdade face a URSS. A coexistência com a URSS — então economicamente viável e calcada no princípio de justiça produtiva e distributiva — impunha um desafio, uma alternativa à exploração capitalista idealmente isenta de exploração (Santos Filho, 2005).

O sustentáculo ideológico do imperialismo se encontrava obsoleto: o ‘fardo do homem branco’ que justificara a cruzada ocidental para civilizar o mundo por assimilação direta (política e militar), não era mais efetivo, já que nada poderia ser mais bárbaro que o nazifascismo (branco, burguês, científico). O fundamento moral do domínio ocidental sobre o mundo estava perdido, era necessário encontrar outra justificativa. Muito embora compartilhe de muitos dos fundamentos da tese ‘civilizatória’, o

5 No mundo ocidental, capitalista e eurocêntrico, a noção de desenvolvimento substitui a narrativa do progresso, de que um mundo formado por nações bárbaras é levado a se modernizar por intervenção das nações ditas desenvolvidas, num processo civilizatório linear. Não se pretende defender aqui que a ideia de desenvolvimento não estava presente na discussão política em tempos progressos, o que seria notadamente distante da realidade, mas sim enfatizar que o discurso de desenvolvimento se torna hegemônico sobretudo no século XX, dado o descrédito carregado pela noção de progresso segundo a lógica imperialista (Escobar, 1995).

mito do desenvolvimento se alicerçou em ao menos uma premissa distinta: no lugar da tese racista que opunha ‘civilizados’ e ‘bárbaros’, agora haviam ‘desenvolvidos’ e ‘subdesenvolvidos’ (Escobar, 1995).

Seguindo essa narrativa, diferenças entre ‘estágios de desenvolvimento’, curiosamente, não aparecem creditadas à rígida divisão internacional do trabalho entre centro e periferia. O subdesenvolvimento deveria ser efeito das condições internas daqueles países subalternos, especialmente dado seu atraso técnico e menor acumulação de capital. A narrativa mitológica influenciou não apenas o diagnóstico, mas também alimentou a fábula de como seria possível que todas as nações alcançassem os padrões de vida e consumo dos países desenvolvidos. Bastaria seguir uma sequência de passos, determinados por aquelas nações desenvolvidas, que o caminho para a riqueza se abriria (Furtado, 2020).

A lógica central do desenvolvimento econômico se assenta em três premissas básicas: i. ‘*homo economicus*’ e o corolário do ator racional; ii. crescimento econômico considerado sinônimo, ou ao menos indutor, de desenvolvimento social; e iii. a possibilidade de que todos os países possam, simultaneamente, reproduzir os padrões de vida do centro capitalista; o que significa que a diferença entre desenvolvidos e subdesenvolvidos pode diminuir, numa dinâmica de “*catching up*” (Chang, 2002, p. 38). Essas premissas sustentam o núcleo teórico da maior parte das narrativas de desenvolvimento. Isto, mesmo que cada uma dessas ideias já tenha sido, de alguma forma, problematizada pelas ciências sociais.

A ideia de que a natureza humana é motivada pelo ganho econômico está entranhada nas fundações da racionalidade desenvolvimentista. Um dos primeiros intelectuais a tratar do comportamento humano de modo a reduzi-lo até uma racionalidade linear egoísta-materialista foi John S. Mill (Persky, 1995). Para Mill, a ação humana se fundamenta num cálculo racional, resultado da tensão entre as possibilidades de prazer e dor decorrente de suas escolhas particulares. Indivíduos seriam guiados por egoísmo a maximizar a utilidade de suas decisões, visando reduzir dor e aumentar o prazer. Essa premissa é base para grande parte das teorias da escolha econômica, entre neoclássicos, keynesianos ou mesmo alguns marxistas.

Como Alain Caillé (2001) sugere, o utilitarismo simplifica demasiadamente a complexa subjetividade dos indivíduos, além de prover uma noção frágil de racionalidade. Parte dos teóricos acredita ser possível

parametrizar preferências, caindo em tautologias ou explicações totalizantes acerca do arbítrio e da volição. Por outro lado, aqueles que assumem a existência de uma racionalidade limitada, ainda sustentam que a ação humana *deve ser* motivada pela razão, apenas demonstrando suas fronteiras. Ademais, o princípio do hedonismo quantitativo, que subjaz o utilitarismo clássico, bem como as posteriores tentativas de qualificar ‘dor’ e ‘prazer’, tropeça em sua inabilidade de descrever o *que é* maximização.

Em outras palavras, o *homo economicus* é um arquétipo, uma construção simbólica de como as pessoas *deveriam* ser, pensar, decidir. Se assim o fizessem, as economias funcionariam de forma previsível, modelável, científica, redutível à linguagem matemática. Constrangedoramente (para a ciência econômica ortodoxa, sobretudo), a realidade insiste em não se curvar às suas expectativas; primeiro porque as pessoas não são meramente indivíduos, mas seres gregários que se estendem uns nos/sobre/entre/os outros em uma existência coletiva, compartilhada, de compromissos e destinos comuns; também devido ao fato de que a dimensão material da vida representa apenas uma fração das preocupações individuais e coletivas.

Por sua vez, a premissa de que crescimento econômico engendra desenvolvimento político e social carrega um argumento básico, com o seguinte raciocínio: quando uma economia cresce, também se diferencia em setores e atividades; a diferenciação econômica demanda progressos legais, institucionais, de infraestrutura e políticos, compondo uma base social de trabalho cada vez mais complexa, que tem a capacidade de distribuir renda (Furtado, 1983). Essa alegada distribuição de renda, na sequência, requereria o aprimoramento de padrões educacionais, participação política e comportamento do consumidor, inclusive impulsionando a diferenciação simbólica e cultural da sociedade (Sunkel; Paz, 1976).

No entanto, a experiência empírica de países periféricos demonstra ser possível, comum até, um país apresentar crescimento econômico segundo os indicadores mais usuais — como produto interno bruto (PIB) e produto nacional bruto (PNB) —, sem, no entanto, observar avanços consistentes em suas estruturas políticas e sociais (Santos, 2000). Além disso, no séc. XX apenas quatro países efetivamente alcançaram acumulação de capital e tecnologia, com claros efeitos sociais e políticos: “duas cidades-Estado, Singapura e Hong Kong (China), e dois pequenos países, Coreia do Sul e Taiwan.” (Rivero, 2010, p. 2, tradução própria).

O crescimento econômico *per se* parece não ser condição suficiente para induzir o desenvolvimento social.

Por fim, a premissa de que os padrões de vida dos países centrais podem ser largamente disseminados precisa ser problematizada. Primeiro, essa perspectiva deriva de uma filosofia da história que pressupõe um *continuum* linear de progresso das nações. Os países desenvolvidos apenas estariam à frente de um mesmo caminho, uma sequência de etapas estruturadas em direção à civilização; bastaria então que os países subdesenvolvidos seguissem aquelas mesmas etapas (Escobar, 1995). As nações periféricas seriam um exemplo testamental de como as nações centrais teriam sido no passado; o subdesenvolvimento corresponderia a um estágio a ser superado; e seu futuro pode ser previsto como algo semelhante ao dos países desenvolvidos.

Essa filosofia da história é uma ideia até risível no *métier* da ciência social. Desde os trabalhos de Franz Boas (2015) na antropologia, que datam do primeiro quartel do século XX, entende-se que diferentes sociedades trilham historicamente caminhos múltiplos, nem equivalentes, nem necessariamente em uma direção predefinida. Nesse mesmo sentido, Furtado (1983; 2020) demonstra que subdesenvolvimento não é um estágio pregresso, mas sim um subproduto do desenvolvimento de nações centrais. Assim sendo, uma teoria unificada de crescimento e desenvolvimento, como pretende, por exemplo, a economia ortodoxa compilada por Daron Acemoglu (2009), não passaria de um discurso arbitrário, uma extrapolação pueril.

A segunda parte dessa premissa repousa na aceção de que o padrão de consumo dos países desenvolvidos deve ser o objetivo a ser alcançado por todas as demais nações. Furtado (2020) sugere que esse tipo de progresso não é apenas impraticável, mas funciona como um instrumento de controle. As reservas de recursos naturais à disposição são finitas e, portanto, incapazes de sustentar uma ampla generalização do padrão de vida dos países centrais. Para além disso, as corporações transnacionais sediadas naqueles países ameaçam a autonomia das nações em desenvolvimento, à medida em que limitam opções de investimento, restringem capacidade de tomada de decisões e expõem as economias a uma concorrência desproporcional.

Dessa maneira, os diferentes esforços para desenvolvimento sob a égide capitalista podem ser arrolados senão como fúteis, ao menos como

pertencentes a ordens diversas de objetivos. As estratégias de desenvolvimento sugeridas pelos países centrais não são capazes de assegurar o progresso das nações periféricas, pelo contrário, serviriam apenas para reafirmar posições de poder e concentração de renda nas mãos das elites locais e estrangeiras (Chang, 2012). A cooperação internacional para o desenvolvimento, que enfatiza a ajuda tecnológica e os investimentos externos diretos, proporcionaria a disseminação de valores alienígenas que teriam o papel de assegurar a condição subalterna das nações recipientes (Kraychete, 2012).

Talvez por tudo isso, após 60 anos do surgimento das primeiras teorias de desenvolvimento, poucos países alcançaram “[...] um constante incremento na taxa média de renda *per capita* [...], além de modernização tecnológica, um contínuo processo de redistribuição de renda e uma significativa transição populacional [...]” (Rivero, 2010, p. 2, tradução própria). As demais nações periféricas são hoje em dia (algumas mais, outras menos) *quase National-States*: pálidas democracias, limitada autodeterminação, economias dependentes e dominadas pela agenda de corporações internacionais, enquanto suas classes dominantes se apresentam, ao mesmo tempo, ineficientes e autocentradas.

Para Rivero (2010), a teoria econômica do desenvolvimento, teria um papel apenas simbólico: mitigar a culpa dos países centrais, enquanto traz falsas esperanças para a periferia. Por isso, o desenvolvimento é tratado como um mito.⁶ Na opinião aqui defendida, essa hipótese poderia ser até aceitável, mas não se trata de uma questão de culpa, e sim

6 Muito embora Furtado (2020) classifique a noção de desenvolvimento como um mito, o autor não se preocupa em abordar a noção de “mito” de forma aprofundada. Percebe-se por meio da análise de seu livro — *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, publicado originalmente em 1974 — que a palavra “mito” é usada ali para se referir a um discurso falacioso. É lícito dizer o mesmo acerca do trabalho de Oswaldo Rivero, *O Mito do Desenvolvimento* (Rivero, 2010). Tanto Furtado como Rivero usam “mito” em seu sentido de senso comum, como sinônimo de “falso” ou “enganoso”, assim jogando fora a oportunidade de aprofundar o entendimento do papel simbólico que as narrativas de desenvolvimento exercem na sociabilidade capitalista. A perspectiva defendida aqui é de que, embora mitológicas, as narrativas do desenvolvimento analisadas realizam um papel concreto no modo de produção capitalista contemporâneo, mesmo que não sejam efetivamente capazes de cumprir suas promessas idealizadas.

de que o mito do desenvolvimento cumpre funções para além daquelas oficialmente alegadas em suas narrativas e crônicas fantásticas. Se o desenvolvimento é a aparência da dinâmica capitalista, a construção alegórica que emerge na forma de narrativas mitológicas de mudança econômica assume uma função ao mesmo tempo disciplinar e estruturante da realidade.

As Fábulas do Desenvolvimento Econômico

Foi justamente a ciência econômica *mainstream* — suposta fonte de toda a sabedoria (burguesa?) e oráculo ideológico do capitalismo — que legou para a humanidade as principais narrativas estruturantes da noção moderna de desenvolvimento econômico. Não importa se os pressupostos da maior parte do quadro referencial dessa economia *mainstream* sejam questionados a partir de várias direções. O que tem relevância no debate sobre o desenvolvimento econômico, desde seu surgimento é — tal como afirmara James Carville durante campanha de Bill Clinton para a presidência do Estados Unidos da América (do Norte) — a economia, “estúpido!”.⁷

O problema do desenvolvimento é uma questão que tende à polêmica, haja vista o quanto interesses são irreconciliáveis num sistema econômico capitalista. Assim, é lícito assumir que coexistem tantas narrativas quanto diversas formas de inserção sócio-político-materiais, segundo diferentes classes, frações de classe, atividades econômicas e categorias profissionais, já que ideologia e opinião econômica emergem da forma como indivíduos e coletivos produzem e consomem.⁸ Pode-se, no entanto, destacar cinco narrativas, aderentes a três tradições de pensamento

7 KELLY, M. The 1992 campaign: the democrats, Clinton and Bush compete to be champion of change; democrat fights perceptions of bush gain. *The New York Times*, 31 de Outubro, p. 6, 1992. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1992/10/31/us/1992-campaign-democrats-clinton-bush-compete-be-champion-change-democrat-fights.html>. Acessado em: 12 jan. 2016.

8 Para uma exposição completa sobre essa premissa, ver: KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Tradução: Célia Neves; Alderico Toríbio. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

econômico, que de certa forma se encontram contemporaneamente no centro da discussão sobre desenvolvimento.

Essas cinco narrativas são: (i) *keynesiana*, proveniente da, mas não necessariamente coincidente a, construção teórica proposta pelo economista inglês John Maynard Keynes; (ii) *neoliberal*, (iii) *empreendedora* e (iv) *neoinstitucionalista*, as três derivadas, entre críticas e assimilações, da ciência econômica neoclássica; e (v) *protecionista*, fundada nos insights proporcionados pelo trabalho do economista prussiano Friedrich List. Não se trata dizer que tais narrativas representam literalmente as tradições teóricas das quais emergem, mas que, em verdade, buscam ali inspiração, argumentos e, talvez, categorias sobre quais assentam seu *corpus* discursivo e simbólico; tampouco representam *todas* as teorias do desenvolvimento, mas ao menos aquelas com maior tração no debate político contemporâneo.

A teoria de Keynes é tão mecânica quanto qualquer ideia econômica (do *mainstream*) anterior a ela; mesmo que qualquer arrazoado subsequente, alguns diriam.⁹ Sua otimista e, de certa forma, arrogante argumentação o levou a desenhar uma defesa do capitalismo, acreditando na capacidade do capital em promover o bem-estar e, por conta disso, defendendo a necessidade de salvá-lo de suas próprias tendências autodestrutivas. Na opinião do economista inglês, o principal problema capitalista eram dois: a políticas de *laissez faire* e o capital rentista, levando-o a clamar por uma ‘mão visível’ do Estado e a eutanásia de usurários. Assim, Keynes inspirou políticas visando reformar o capitalismo, sobretudo por incremento de demanda e investimento.

9 ‘[...] Keynes nos oferece a mais rígida e dogmática separação da antecipação material e produtiva [...]. Ele descreve a reprodução do processo de produção a partir do ponto vista mecânico do “materialismo vulgar” o qual ele mesmo chama da “a máquina econômica”, argumento com desinibido otimismo que ciência, eficiência técnica e acumulação de capital [...] se encontram em seu caminho para resolver, “gradualmente” é claro, “o problema econômico da humanidade”. Infelizmente, após meros 42 anos do limite que o próprio Keynes estabeleceu para se alcançar o prometido destino da “felicidade econômica”, estamos hoje muito mais distantes do fim do túnel do que 58 anos atrás, a despeito dos tremendos avanços em produtividade alcançados em todas essas décadas de intervenção’ (Mézáros, 2005, p. 7-9, tradução própria).

A crise de 1929 não havia sido ainda totalmente superada quando a *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* de Keynes foi publicada em 1936; o desemprego endêmico decorrente da crise assombrava o mundo, tornando difícil a retomada das taxas de lucro; em contraste com o fortalecimento das economias socialistas, o ocidente estava se dissolvendo. Uma verdadeira divindade precisaria ser invocada para salvar tudo.¹⁰ De acordo com a perspectiva keynesiana, o maior inimigo do sistema capitalista é o ciclo econômico, uma criatura não inteiramente compreendida, que se alimenta da tendência capitalista de criar excessos de poupança. A premissa é que a expansão econômica capitalista se manifesta em termos de altos e baixos decorrentes de flutuação na demanda efetiva.

Na narrativa keynesiana defende-se que os governos precisam tomar o controle das economias durante as fases de depressão do ciclo de negócios. Quando o ajustamento automático do sistema de preços da economia falha, o Estado deveria intervir para restaurar confiança e expectativas; ou seja, tratar-se-ia de uma questão de fé?! Keynes não afirma que a ortodoxia clássica se encontra inteiramente equivocada em suas projeções. Sugere até que seria teoricamente possível, no longo prazo, um ajuste automático das economias. Porém, como o próprio Keynes colocou, pode acontecer que o tempo necessário para ajuste extrapole o horizonte existencial dos contemporâneos, num sacrifício ao deus racionalidade de mercado.¹¹

Para Keynes, a crise não é resultado de um descompasso entre oferta e demanda, mas entre oferta e demanda *efetiva*. Argumenta que a demanda efetiva depende de inversões fixas que, por sua vez, são motivadas por expectativas *ex ante* de capitalistas. Num contexto de crise,

10 Osvaldo Sunkel e Pedro Paz (1976) argumentam que é necessário distinguir o pensamento de Keynes das teorias inspiradas por ele. De acordo com esses autores, o alvo principal do trabalho de Keynes não era o desenvolvimento, mas uma teoria de ajustes de governo no curto prazo. No entanto, a partir do pensamento keynesiano emergiram modelos de crescimento visando propor políticas de longo prazo, como os de Kaldor, Domar e Harold, Bhaduri e Marglin, por exemplo.

11 'No longo prazo todos estaremos mortos. Economistas se colocam facilmente, e de forma inútil, a tarefa de afirmar que em épocas tempestuosas tudo que podem dizer é que, tão logo a tormenta passe, o oceano se fará calmo novamente.' (Keynes, 1924, p. 80, tradução nossa).

tais expectativas serão baixas, limitando investimentos e comprimindo emprego, alimentando assim a depressão do ciclo de negócios. Keynes sugeria que o capitalismo não iria se curar por meio de ajustamentos automáticos, simplesmente esperando a crise passar. Os governos deveriam acelerar a recuperação econômica ajustando a demanda efetiva. Mais adiante, uma economia saudável — uma na qual as expectativas são altas —, não precisariam de tais intervenções; a ‘mão’ poderia retornar para sua condição de ‘invisibilidade’.¹²

A partir de Keynes surgiu todo um ramo de teorias econômicas. Tradições keynesianas, pós-keynesianas, novo-keynesianas e neokeynesianas (entre outras denominações e cultos específicos) sugerem a contínua intervenção do Estado para garantir o desenvolvimento a longo prazo. O princípio convergente de tais abordagens é a socialização, por meio do Estado, das decisões de investimento de uma economia. A mesma instituição que em certa época foi desprezada, nas palavras de Keynes ressurgia das cinzas do velho continente em crise e em guerra, como uma Fênix. A crença na capacidade do Estado em conduzir o capitalismo para a terra prometida do desenvolvimento fora, ali, redimida.

Na narrativa keynesiana a burocracia estatal funciona como ator dinâmico do desenvolvimento. Confiando em sua alegada aptidão em planejar e programar uma economia, cujas intervenções seriam capazes de gerar efeitos multiplicadores e induzir investimentos produtivos, tomadores de decisão no Estado seriam capazes de modelar o desenvolvimento. Após 1945, o keynesianismo se tornou um consenso e entrou definitivamente para o panteão central do pensamento econômico no pós-guerra. Em poucas palavras, a partir de um raciocínio simples, argumentando pela constante intervenção para orientar investimentos a curto e longo prazos (e, conseqüentemente, o crescimento econômico), a tradição keynesiana se tornou defensora-chave da fábula do desenvolvimento a partir do Estado (Singer, 1997).

12 ‘Mais uma vez, se tivermos lidado de outra forma com o problema da parcimônia, não há objeção a ser levantada contra a moderna teoria clássica no que tange a conciliação entre as vantagens públicas e privadas em condições de competição perfeita ou imperfeita, respectivamente. Assim, fora na necessidade de controles centrais para ajustar a propensão ao consumo e a indução do investimento, não há maiores razões para socializar a vida econômica do que haviam anteriormente’ (Keynes, 1936, p. 202, tradução nossa).

A supremacia dessa narrativa, no entanto, não iria durar muito. Logo os países desenvolvidos — ou melhor, suas frações capitalistas e conservadoras — se apaixonariam por um novo (?) deus. O reavivamento da narrativa econômica liberal promovido pela Sociedade Mont Pèlerin, entre outros *think tanks* engajados na defesa de interesses das classes capitalistas espalhados pelo mundo, começou a render frutos já na década de 1970. Ali se iniciava uma inflexão global em direção a uma nova estratégia, fazendo surgir o que hoje se conhece por neoliberalismo. Mesmo durante a hegemonia da macroeconomia keynesiana no pós-guerra, a academia produzia muito mais ciência econômica ortodoxa.

Neoliberalismo e teoria econômica neoclássica são processos sociais distintos, mas interconectados. O que se entende por Neoliberalismo é o fenômeno social, político, cultural e comportamental, que emergiu na segunda metade do século XX como uma massiva estratégia de classe. Começa a se tornar relevante na década de 1970, quando políticos conservadores, capitalistas e representantes do sistema financeiro tomam controle da cidade de New York, então ‘dominada’ por sindicatos de trabalhadores e comitês democráticos de gestão. Logo se estenderia para o Reino Unido e então outros países ocidentais. O *background* teórico de sua agenda estava (e ainda está) enraizado na economia neoclássica (Dardot; Laval, 2016).

Muito embora economistas inspirados pela teoria neoclássica frequentemente citem Adam Smith com reverência, muito das ideias do antigo professor de filosofia moral permanecem desconhecidas, quando não distorcidas. Subsiste uma frágil continuidade entre o pensamento clássico e o neoclássico, exceto no que diz respeito a uma vaga (embora onipresente) ideia de livre-mercado e a defesa do capitalismo. Economistas neoclássicos acreditam que uma economia alcança melhores resultados quando não existem restrições sobre os agentes econômicos. Muito embora procurem validar essa premissa por meio de modelos teóricos questionáveis, isso ocupa o centro da economia contemporânea (Henry, 2011).

De acordo com Sunkel e Paz (1976), a teoria neoclássica apresenta um esquema eminentemente mecânico e estático para o funcionamento das economias capitalistas. Para dizer a verdade, essa vertente de pensamento não possui, necessariamente, uma teoria do desenvolvimento. Segundo a perspectiva neoclássica, economias estão em constante e

linear evolução, liderada pelo incremento de capital, o qual é explicado pela industriiosidade de capitalistas, pelas constantes inovações tecnológicas (considerada uma variável exógena) e por conta do surgimento de instituições cada vez mais complexas e avançadas. Tudo isso confirmado por meio de modelagens, econometria e cálculo estocástico.

O Estado, ou melhor, os ‘impostos’ são os arqui-inimigos da narrativa neoliberal. De acordo com essa narrativa, quando mais se apressam recursos para o financiamento do aparato estatal, menores os resultados do mercado. Robert Solow, um proeminente economista normalmente associado à narrativa neoliberal, concluiu que, no longo prazo, o crescimento econômico tende a um equilíbrio estático, havendo um único caminho de crescimento, a despeito de contextos ou intervenções políticas exógenas. Além disso, para Solow, qualquer interferência do Estado dificulta o desenvolvimento, seja por sua inocuidade, por reduzir os resultados do mercado, ou pelo risco de desencadear um processo inflacionário (Solow, 1956).

É o mercado o único deus da perspectiva neoliberal. As decisões descentralizadas dos agentes econômicos — equipados com expectativas racionais, capazes de prospectar e interpretar um grande volume de informações, armados com o mecanismo de preços e ávidos por maximizar — natural e automaticamente conduzem ao desenvolvimento (Sunkel; Paz, 1976). Qualquer intervenção sobre suas sagradas ações pode comprometer o progresso (Solow, 1956). Capitalismo e acumulação de riqueza são tão naturais quanto respirar ou comer: apenas graças a natureza humana e a sobrevivência dos mais aptos, as economias têm evoluído (ou declinado) segundo os mesmos princípios desde a pré-história.

O caminho do crescimento *neoliberal* está pavimentado na liberdade de mercado *a todo custo*; melhor, cortando todos os custos. Não seguir essa condição elementar conduziria à danação eterna da baixa produtividade e atraso tecnológico. A lição enfatizada pela narrativa neoliberal seria a de que economias se comportam melhor sem interferência; mercados podem e devem se autorregular. Os pecadores, países periféricos que ousem contestar as escrituras sagradas da ciência ortodoxa e não endossar o livre-mercado, que busquem expiação em reformas: desregulamentação, abertura alfandegária e redução de impostos (Williamson, 1990). O paraíso do desenvolvimento se encontra logo ali, (mais) uma privatização à frente.

E o que cabe aos países desenvolvidos? Bem, aqueles se mantêm protecionistas, especialmente em indústrias e mercados capazes de exercer controle sobre cadeias globais de produção ou agregar maior valor, como setores de alta tecnologia, complexo econômico-militar, serviços financeiros, ou mesmo para garantir a produção interna de bens agrícolas e afastar o risco do êxodo rural. O truque, diria Ha Joon-Chang (2002), é que nenhum dos países hoje desenvolvidos chegou lá por meio de políticas de livre-mercado; pelo contrário, protecionismo e desenvolvimento de tecnologias de fronteira têm sido a escada na qual as nações centrais capitalistas subiram e agora querem chutar.

A questão da tecnologia eventualmente foi assimilada pela ciência econômica ortodoxa. Herdeiro do pensamento liberal austríaco, Joseph Alois Schumpeter (1997) teorizou o desenvolvimento econômico capitalista como em função de inovações técnicas e tecnológicas. Schumpeter argumenta que a esfera da produção deveria ter um papel central na modelagem econômica, sugerindo que a integração e disseminação de tecnologia estava relacionada com o crescimento e decréscimo das economias capitalistas, em flutuações que chamou de ‘ciclos de inovação’. Assim, a inovação não deveria ser considerada como um aspecto exógeno do crescimento, mas sim categoria dinâmica daquele processo.

Segundo Schumpeter (1997), os grandes saltos econômicos estavam associados a descontinuidades lideradas pela difusão de uma, ou um conjunto de inovações tecnológicas e sua influência em vários setores de negócios. A mudança em sistemas econômicos derivaria do surgimento de nova combinação de poder, matérias-primas ou práticas de gestão, que confirmam vantagens competitivas. Tais vantagens podem se materializar em termos de menores custos, produtos mais confiáveis ou eficientes, novas formas de atender a necessidades, o que resultaria em altos rendimentos acima da média. A competição então irá compelir outros capitalistas a se atualizar, seja por imitação ou inovação, levando a economia a crescer. Quando disseminadas, as vantagens competitivas deixam de existir, trazendo a economia de volta para um platô com menores taxas de crescimento, até que um novo ciclo se inicie.

Seria por meio da articulação de três variáveis que se iniciaria um ciclo de inovação: a inovação em si, ação empreendedora e disponibilidade de crédito. O ator da inovação, portanto, é o empreendedor, não necessariamente um capitalista, inventor, ou cientista, mas sim alguém

com habilidade para transformar uma nova tecnologia em negócios lucrativos; desde que tenha à mão os recursos financeiros necessários para tanto. Essas três variáveis — inovação, empreendedores e crédito — sustentariam tanto o crescimento econômico quanto a diversificação produtiva capitalista (Schumpeter, 1997). Na sua deficiência, o Estado precisaria intervir por meio da criação de um sistema nacional de inovação (Nelson, 2006).

Talvez esse seja o cerne da narrativa empreendedora. Não obstante sua abordagem aparentemente inovadora (com perdão do trocadilho), trata-se de uma continuação, um ajuste, dentro da perspectiva neoclássica. Ao invés do mercado impessoal, o empreendedor se torna o personagem principal. Como um herói épico, agraciado com capacidade superior de articular capital e avanços científicos para constituir firmas competitivas desde o zero, se destaca entre os meros mortais. De acordo com Schumpeter (1997), a economia capitalista seria movida pela apropriação de inovações, orientada por empreendedores. O inimigo, os altos e baixos do ciclo de negócios, ou melhor, o inevitável declínio dos padrões tecnológicos.

O trabalho de Schumpeter inspirou o surgimento de toda uma teoria econômica evolucionária, que se sustenta sobre uma metáfora orgânica da economia, com a administração pública em seu centro (Nelson; Winter, 1982). O desenvolvimento econômico se daria em decorrência de políticas de inovação, interconectando empresas, investidores, universidades e centros de pesquisa, por meio de coordenação ou mesmo financiamento estatal. Mas, para controlar a ineficiência intrínseca do Estado, haveria a pesquisa civil e apropriação capitalista (privada) da tecnologia. Sem dúvida, um caminho para o desenvolvimento que reforça a importância das inovações, mas firmada sobre a alegada superioridade empresarial.

Por sua vez, a Nova Economia Institucional (NEI) compartilha de muitas das premissas da matriz neoclássica, mesmo que se apresente (também) como um aperfeiçoamento daquela (Hogdson, 1998). A NEI enfatiza a importância das instituições na atividade econômica, destacando seu papel na conformação de regularidade de ação dos agentes econômicos. A existência de (boas) instituições, argumentam, reduziria os custos de transação, promoveria eficiência e eliminaria potenciais falhas de mercado (Williamson, 1979). A premissa principal é a de que,

para tanto, as instituições precisam garantir os direitos de propriedade e as liberdades, como precondições para o crescimento econômico (North, 2003).

Instituições são construtos sociais que restringem a ação humana, ao mesmo tempo em que enfatizam e premiam comportamentos esperados, produtivos ou racionais. Instituições manifestam como regras formais, normas implícitas e mecanismos de coação (ou coerção), que orientam a tomada de decisão individual e coletiva. Esses mecanismos surgem espontaneamente, como subproduto simbólico das transações econômicas, estabelecendo responsabilidades, atribuindo papéis e conferindo regularidade a essas interações (Williamson, 1991). A sugestão é a de que, para se observar crescimento, esses dispositivos devem guiar as decisões econômicas no sentido de aumentar a eficiência das transações.

Douglass North (2003) argumenta que as instituições serão efetivas em impulsionar o desenvolvimento apenas se forem capazes de induzir investimento privado, assim, compartilhando a ideia (neoclássica) de que as decisões dos atores econômicos privados são inigualavelmente eficazes. Quaisquer restrições contra escolhas e ações realizadas por entidades privadas, ou tomadores de decisão autônomos, precisam ser evitadas, conformando o princípio institucional das ‘liberdades’. Também é essencial que o sistema econômico recompense apropriadamente os investimentos privados, ou seja, permita a maximização de lucro capitalista, o que é compreendido por ‘direitos de propriedade’ (North, 2003).¹³

Num primeiro olhar, pode-se pensar que as instituições, num sentido amplo, são os cavaleiros brilhantes da narrativa institucional; mas não necessariamente, pois instituições podem, da mesma forma, engendrar ou ameaçar o desenvolvimento econômico (North, 2003). Observando com mais atenção, seus heróis na verdade são duas instituições específicas: direitos de propriedade e liberdades. Pode-se daí derivar três entendimentos: (i) apenas instituições típicas de países centrais capitalistas levam ao desenvolvimento; (ii) a ocorrência de instituições

13 Categorias como ‘liberdade’ [num sentido de ‘não há limites, nem imputabilidade, ou responsabilidade pelos efeitos, das ações particulares’] e ‘direitos de propriedade’, são utilizadas por teóricos da NEI como sinônimos para ‘liberdade’ [em sentido amplo] e ‘propriedade’, sem uma clara definição, como se fossem equivalentes. Oliver Williamson (1979) em certo momento chegou a enfrentar essa crítica, mas sem apresentar uma solução convincente.

ruins (aquelas que não são ‘direitos de propriedade’ e ‘liberdade’) pode ser creditada como responsabilidade das nações periféricas; (iii) só existe um caminho para se desenvolver.

Em verdade, o desenvolvimento na perspectiva institucional seria um tipo herança das boas decisões de uma coletividade no passado, na forma de instituições; quase o mesmo argumento da noção de progresso, apenas reelaborado em outros termos. Constituir boas instituições se mostra, certamente, o caminho para o desenvolvimento; mas, como Williamson (1991) defende, tomadores de decisão governamentais não são capazes de interferir na conformação de instituições sociais, exceto no que tange aquelas com capacidade inferior de reforço (regras formais, leis e políticas governamentais). Normas implícitas e mecanismos de coação são determinados pelo legado histórico de uma sociedade. Em outras palavras, muito embora existam possibilidades de mudanças induzidas, estas tendem a ser limitadas pelas escolhas passadas da sociedade, num processo de *path dependence* (North, 2003).

Uma característica que essas três últimas narrativas compartilham é o fato de que seus autores tendem a ignorar os diferentes estágios e contextos de desenvolvimento entre as nações, talvez com exceção ao trabalho de North (2003). Apresentam-se como narrativas que procuram explicar as dinâmicas do capitalismo a despeito de lugar, temporalidade ou história. No entanto, existem economistas políticos que têm levado em consideração as especificidades dos países ainda não desenvolvidos, sobretudo diante da competição capitalista. Um dos primeiros casos históricos que interessou um desses pensadores foi o do império prussiano, quando de sua caminhada em direção a se tornar a plenamente industrializada Alemanha.

Friedrich List (1883) foi um dos primeiros a sugerir que o desenvolvimento poderia ser alcançado por meio da proteção da indústria. Tendo testemunhado a revolução industrial inglesa, List chegou à conclusão de que seria por meio do desenvolvimento da indústria que a humanidade poderia alcançar plenamente suas aspirações materiais. O crescimento econômico, portanto, seria uma pré-condição para o alcance do bem-estar. No entanto, uma indústria doméstica pode não se desenvolver apropriadamente, se se encontrar exposta à competição exercida por empresas estrangeiras, mais avançadas e poderosas. As nações não desenvolvidas, portanto, deveriam proteger a indústria doméstica em seu nascedouro.

Desde então o argumento da indústria nascente — a partir daqui chamado de narrativa protecionista — tem sido refinado e expandido, até mesmo ilustrado por alguns exemplos empíricos de sucesso: Alemanha, Coréia do Sul, Japão, entre outros, são dignos de nota (Chang, 2002). Partidários dessa narrativa sugerem que políticas protecionistas apenas até que a indústria doméstica alcance a base do padrão competitivo internacional (Melitz, 2005). Outros sugerem que a indústria nascente deveria ser protegida até se encontrar capaz de emparelhar o estado da arte das dinâmicas tecnológica e industrial internacionais, ou seja, o topo da competição (Ederington; McCalman, 2011).

Ha-Joon Chang (2002), um dos mais destacados reverendos do protecionismo contemporâneo, afirma que o livre mercado pode funcionar como uma armadilha para os países subdesenvolvidos. Quando os países centrais prescrevem políticas de livre mercado, eles estão buscando a manutenção do *status quo*, procurando impedir que os países periféricos se desenvolvam e se apresentem como competidores entre as nações centrais. O herói da narrativa protecionista é, claramente, a indústria nascente. Como qualquer infante, precisa ser resguardada do perigo até que se encontre preparada para encarar a competição industrial estrangeira. A indústria nascente precisa então se desenvolver debaixo da tutela do Estado.

O caminho para o desenvolvimento se mostra muito bem estruturado, segundo a narrativa protecionista: forjando inicialmente uma indústria doméstica, um Estado nacional precisa então fortalecer e torná-la competitiva o suficiente para atuar tanto no mercado doméstico, com no internacional (Bresser-Pereira, 2009). Modalidades, compromissos, contrapartidas, setores ou duração da proteção variam de acordo com a interpretação escolhida, ou conforme as características da nação em questão. Até mesmo a orientação da atividade, se para o atendimento de demanda interna (Chang, 2002) ou demanda externa (Bresser-Pereira, 2011) pode variar, mas a ideia de um Estado competitivo permanece (Hirsch, 2005).

O Estado, na narrativa protecionista, deve agir para promover a competitividade da indústria interna, de forma ativa. Isso pode se traduzir em termos da imposição de barreiras fiscais e cambiais para manter os predadores estrangeiros à distância, como treinamento e desenvolvimento de recursos humanos nacionais, por meio da instalação de parques científico tecnológicos ou mesmo os assim chamados ecossistemas de

inovação, capazes de proporcionar o incremento de padrões tecnológicos, assim como escolher cuidadosamente quais indústrias serão assistidas. Ou mesmo o Estado pode atuar como mediador estratégico entre os muitos interesses e objetivos particulares das frações capitalistas (Chang, 2002; List, 1983).

Quando colocadas em perspectiva, essas narrativas se assemelham à estrutura da jornada do herói de Joseph Campbell, o monomito. As jornadas dos heróis econômicos não são menos fantásticas. Primeiro, são apresentados a um desafio, o desenvolvimento econômico; em seguida, um mentor, ou mentores — os grandes economistas clássicos, bardos capazes de descrever o futuro, não o passado, como Douglass North, Keynes, List, Schumpeter etc. — os conduzem a enfrentar seus perigos; nesse ínterim, não poderia deixar de ser, emergem aqui-inimigos, seja o governo, o ciclo de negócios, instituições ruins ou competição estrangeira. As teorias aparecem como a jornada em si, elaboradas como um conjunto de passos que precisam ser seguidos à risca, a despeito dos diferentes caminhos históricos, estruturas políticas, características culturais, ou acesso a recursos naturais, de cada país. Nossos heróis — mercado, Estado, liberdades, indústria nascente, o Empreendedor — não podem vacilar.

A estrutura comum do Mito do desenvolvimento capitalista

O mito do desenvolvimento se reveste de funções muito particulares na cultura capitalista ocidental, tanto em termos sociais como materiais, incluindo papéis no âmbito da acumulação e reprodução do capital. Por conta da pressão de suas contradições estruturais, o modo de produção capitalista apresenta uma tendência em se expandir e crescer continuamente. Aquelas contradições, não raro, colocam o modo de produção diante de descontinuidades cíclicas, problemas sistêmicos, quebras generalizadas, as quais tomam a forma de crises — bolhas inflacionárias, gargalos monetários, superprodução, desemprego, declínio da lucratividade, e assim por diante —, cuja resolução definitiva demandaria mudanças muito radicais.

No entanto, a dinâmica do capital funciona para abrandar essas anormalidades, na medida em que abre novas frentes de inversão, produção de mais-valor e acumulação de riqueza. As novas frentes de investimento e expansão capitalista tomam a forma da abertura de novos mercados (regionais, estrangeiros, ultramarinos, entre outros), reorganização produtiva (quando indústrias estabelecidas quebram para dar lugar a outras) e integração de cada vez mais processos sociais segundo a lógica da produção capitalista (transformando tudo em mercadoria, assim como cada profissão em assalariados para formação de mais-valor). Essa contínua expansão precisa ser justificada de forma política, ideológica e teórica.

No século XIX, quando a expansão capitalista se materializou no fenômeno do imperialismo, essa justificativa apareceu por meio da noção de progresso, ou do ‘fardo do homem branco’ em civilizar o mundo bárbaro imerso nas trevas da irracionalidade (Escobar, 1995). Hoje em dia, toma a forma das ideias de ‘modernização’, ‘globalização’, ‘cooperação internacional’, ‘desenvolvimento’, ‘integração regional’ (Cristaldo, 2018). Não obstante, tudo isso em verdade são consequências do movimento do capital ou, em outras palavras, de sua novela de fuga, para longe da prometida crise final.

A ideia geral de desenvolvimento tem um papel simbólico no capitalismo contemporâneo. Não serve apenas como alívio de consciência para os países ricos, como acredita Oswaldo Rivero (2010), mas mais profundamente, se encontra entranhada na própria fé no capitalismo em si. Uma das mais importantes consequências da crítica de Karl Marx acerca da economia política em seu mais conhecido trabalho, *O Capital*, é a compreensão de que o modo de produção capitalista enfrenta não um, mas muitos desafios entranhados em contradições estruturais. Como defende Marx (1982) no livro primeiro de *O Capital*, se conduzido por um liberalismo descontrolado, *ceteris paribus*, o capitalismo pode enfrentar uma crescente crise de superprodução e desigualdade de acesso.¹⁴

14 A respeito disso, acreditamos que pode ser interessante analisar o *best-seller* de Thomas Piketty, *O Capital no Século XXI*, o qual demonstra como o capitalismo nos últimos quarenta anos, durante a era da virada neoliberal, produziu um volume de riqueza historicamente sem precedentes — em grande parte fictícia, de acordo com Chesnais (1996) —, porém controlada por muito poucos. Esse autor pode não trabalhar no espectro da teoria marxista, mas suas descobertas são particularmente significantes se observadas a partir

Da mesma maneira, se o Governo se articula para induzir a demanda efetiva de modo a prevenir recessões cíclicas, desemprego e pobreza o capitalismo pode desembocar numa crise de liquidez e lucratividade.¹⁵ Ainda, se o capitalismo consegue montar um sistema de crédito para contrabalançar as diferentes temporalidades e taxas de mais-valor decorrentes das diferentes atividades produtivas e, assim, normalizar a capacidade de fazer lucro, isso pode gerar todo tipo de bolhas especulativas, descolamento de capital fictício e incertezas nos processos de produção e realização de mais-valor.¹⁶ Dito de outra forma, aparentemente o funcionamento normal do capitalismo parece ser o de saltar de uma crise para outra, até o fim dos tempos, o que não é nem um pouco esperançoso.

Considerando que o modo de produção capitalista em grande parte opera com base em expectativas e confiança, a fluidez seu funcionamento sempre precisará de grandes volumes de reafirmação. A ideia de desenvolvimento — a crença geral de que o capitalismo pode crescer indefinidamente e, ao menos no final, pode se tornar economicamente justo — funciona como um contrapeso para a opressora realidade da crise permanente que engendra (a qual é normalmente caracterizada como uma situação atípica). Nesse sentido, o mito do desenvolvimento e suas narrativas oferecem um significado simbólico para as formas usuais de pensar e agir

dessa perspectiva. Ver: PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Tradução Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

15 O economista norte-americano James O'Connor realizou uma análise do problema da crise fiscal do Estado de Bem-Estar, demonstrando que um dos gatilhos daquela problemática foi uma crise de liquidez e lucratividade. Em outras palavras, manter altas taxas de demanda efetiva se tornou muito custoso para o capital. Ver: O'CONNOR, J. *The fiscal crisis of the State*. 2.ed. New York: St. Martin's Press, 2001. Ver também: O'CONNOR, J. *Accumulation crisis*. New York: Basil Blackwell, 1984.

16 Existem muitos trabalhos que nos auxiliam a compreender as crises financeiras do capitalismo a partir de uma perspectiva crítica, como, por exemplo, de François Chesnais, David Harvey, István Mészáros, Slavoj Žizek, entre muitos outros. No entanto, é interessante como um declarado e verdadeiro seguidor capitalista como Charles Kindleberger demonstra que os mercados financeiros, na maior parte do tempo, sucumbem graças a comportamentos irracionais e abertamente irresponsáveis, em termos os quais mesmo Karl Marx poderia concordar de modo geral. Ver: KINDLEBERGER, C. P. *Manias, pânico e crashes: um histórico das crises financeiras*. Tradução Eduardo Kraszczuk. São Paulo: Nova Fronteira, 2000.

no capitalismo, aparecendo como fonte de genuína esperança, enquanto contribui para determinar quais comportamentos precisam perpetuar e quais devem ser evitados.

Por exemplo, a narrativa institucional sugere que, para recuperar o atraso do subdesenvolvimento, são necessários direitos de propriedade e liberdades; mesmo que a forma de acumulação primitiva de capital, como demonstra David Harvey (2014), se dê por meio de uma acumulação por desapossamento (privatização da propriedade coletiva); a verdadeira liberdade do mundo capitalista aparece na escolha entre se empenhar no circuito de reprodução do capital, ou morrer. Na verdade, o mito do desenvolvimento justifica ações e provê desculpas, enquanto contribui para a programação comportamental dos atores econômicos. Além disso, como não existe apenas um tipo de capitalismo, mas muitos, junto com muitas formas de integração capitalista, aparecem diversas narrativas de desenvolvimento (ver **Quadro 1**).

Quadro 1 - As narrativas fundamentais do mito do desenvolvimento econômico

Narrativas	Inimigos	Heróis	Caminho de sabedoria	Lições
Keynesiana	Ciclo Econômico / Baixa Demanda Efetiva	O Estado e sua Burocracia	Socialização das decisões de investimento	O papel do Estado e suas políticas anticíclicas
Neoliberal	Estados e Impostos	Livre-Mercado	Liberalização e Desregulamentação	Economias são mais eficientes sem intervenção
Empreendedora	Declínio do padrão tecnológico	Empreendedores	Sistema Nacional de Inovação	A importância de inovações tecnológicas
Institucionalista	Instituições Ruins	Direitos de Propriedade e Liberdades	Indução do surgimento de boas instituições	<i>Path dependence</i> pode limitar as possibilidades de crescimento
Protecionista	Indústria Estrangeira	Indústria Nascente / Governo	Proteção da Indústria Nascente	O Governo precisa intervir para incrementar a competitividade

Fonte: elaborado pelos autores a partir das referências

Como é possível observar no **Quadro 1**, a maior parte das narrativas de desenvolvimento escolhe um, e apenas um, aspecto da realidade para considerar como seu principal problema, o nêmesis da narrativa. A demanda efetiva insuficiente num ciclo econômico para os keynesianos, o Estado e seus impostos para os neoliberais, o declínio do padrão tecnológico para schumpeterianos, instituições ruins para os institucionalistas, ou a malévola competição imposta para indústria estrangeira, segundo os protecionistas, cumprem seu papel de desafio a ser superado. Apontar um único e singular problema simplifica a realidade, permitindo que a narrativa de desenvolvimento prescreva algumas etapas simples, com base em poucas causalidades diretas entre variáveis.

Se se acredita, por exemplo, que a demanda efetiva insuficiente causa a desaceleração do ciclo econômico, podemos razoavelmente confiar no Estado para induzir consumo e investimentos e, assim, reverter o problema. No entanto, ao fazê-lo, colocamos de lado os processos sociais que levaram a economia a uma situação de superprodução, os problemas de uma burocracia crescente, os efeitos ambientais do crescimento exponencial, entre outros. Além disso, não apenas cada receita de sucesso escolhe uma, ou umas poucas variáveis para prescrever etapas fixas a serem seguidas, como frequentemente desenvolvem uma aversão, um verdadeiro antagonismo irracional, contra quaisquer discursos alternativos.

Além disso, se se observam vilões, devem haver heróis. Tais processos sociais, os quais são apontados como chave para resolver os problemas do desenvolvimento, usualmente são apresentados como verdadeiros campeões. A maneira por meio da qual Schumpeter descreve o empreendedor, por exemplo, tanto no livro de 1911 (Schumpeter, 1997) como no livro de 1942 (Schumpeter, 1961), demonstra um misto de deslumbramento e admiração. O empreendedor é caracterizado como corajoso, intuitivo, proativo, disposto a aceitar riscos e resiliente: um ser humano superior. Em verdade, Schumpeter vai até mais longe, e defende que os empreendedores deveriam ser os legítimos monarcas das sociedades capitalistas, dado sua evidente notoriedade e alegada superioridade.

Novamente, confiar em apenas uma variável simplifica grosseiramente a realidade. É claro, todas as narrativas apresentam argumentos para justificar suas escolhas por heróis e sobre como melhor armá-los para suas sagas, em suas trajetórias fantásticas: (i) o mercado precisa

ser reforçado pelo mecanismo de preços, pela concorrência e pelos direitos de propriedade, no pensamento Neoliberal; (ii) para keynesianos, o Estado precisa de uma burocracia bem formada, junto com bons métodos estatísticos e políticas macroeconômicas confiáveis, tudo isso para impulsionar o instinto animal capitalista; (iii) algo semelhante pode ser dito sobre a indústria nascente para os protecionistas, os quais confiam em grande parte nas barreiras de proteção (fiscal, cambial e institucional) proporcionadas pelo Estado; (iv) assim como as boas instituições dos institucionalistas precisam de leis fortes e imperativas, com mecanismos de reforço efetivos, o que significa que a burocracia estatal precisa lhes dar suporte. Da mesma forma para a escola schumpeteriana, pois (v) o empreendedor precisa de inovações tecnológicas e financiamento, os quais o permitem que obtenha vantagens competitivas de modo que possa enfrentar os poderes econômicos já estabelecidos. Tais justificativas, no entanto, não compensam a crença desproporcional sobre aquele aspecto único da realidade.

Cada narrativa está construída na forma de uma jornada, isso é digno de nota. As narrativas aqui apresentadas seguem apenas três dos 17 estágios da estrutura narrativa do monomito de Campbell: (i) *o chamado para a aventura*, ou, o problema do desenvolvimento; (ii) *o mentor*, em nosso caso, os acadêmicos que fornecem as teorias de desenvolvimento econômico; (iii) *o caminho das provas*, com seu aparentemente fácil início, aqueles anos iniciais de crescimento pujante nos quais tudo parece possível. Contudo, sugere-se aqui que as narrativas do desenvolvimento apresentam sua própria estrutura para a jornada do herói, afinal, são heróis econômicos, “profanos” como diria Robert Heilbroner (1992, p. 11).

Para além das três etapas mencionadas, cada narrativa do desenvolvimento econômico ainda apresenta: (iv) um *estágio de aquiescência*, quando não o herói, mas a sociedade deve aceitar o esclarecimento provido pela teoria como a única verdade possível; (v) *a nova ordem*, na qual o herói precisa ser elevado à posição de principal e inquestionável governante sobre a coletividade; (vi) *as desculpas*, quando tudo dá errado e os novos monarcas (o herói) são questionados; em cada narrativa, o problema sempre é creditado ao fato de que as etapas não foram seguidas corretamente. A solução apresentada, portanto, será a de (vii) *aprofundar as reformas*, quando a sociedade precisa fazer ‘sacrifícios’ em nome do

bem maior. Esses dois últimos estágios não são parte do cânone, mas facilmente observáveis.

Independentemente de suas premissas irreais, a convergência estrutural dessas fábulas mostra muito mais acerca do modo de pensar capitalista, do que sobre as causas (e limites) do desenvolvimento em si. Tais narrativas são construídas como receitas, em termos de relações mecânicas entre variáveis, cujas diferenças são meramente o resultado da troca de alguns ingredientes para atender aos gostos e interesses do cozinheiro. Em nossa opinião, não interessa se essa estrutura de vilão/herói/caminho/lições é deliberada ou não, intencionalmente pensada ou resultado do acaso e de isomorfismo. A possibilidade de reduzir as mais conhecidas teorias do desenvolvimento em padrões tão automáticos é algo sintomático de sua verdadeira função no capitalismo contemporâneo.

Primeiro, as narrativas de desenvolvimento podem ser localizadas na base retórica das autoridades, empregadas para justificar todo tipo de medidas governamentais impopulares e mesmo incertas, em tempos de guerra, crise, mas também de paz e prosperidade. As fábulas do desenvolvimento econômico funcionam como maneiras de reforçar a agenda política de classes e suas frações, em sua guerra por hegemonia, na forma de premissas de ação de governo. Além disso, um terceiro ponto, a ideia de desenvolvimento substitui as utopias do século XIX na mentalidade capitalista contemporânea, provendo tanto (falsas) esperanças para os pobres e periféricos, como alívio de responsabilidades para os ricos e poderosos. Mais importante de tudo, a teoria do desenvolvimento tenta vender medidas para incrementar os processos de acumulação de valorização de capital, alegando, ao mesmo tempo, que tais medidas irão proporcionar ganhos coletivos e prosperidade social.

Enfim, a teoria do desenvolvimento econômico funciona como um estruturante simbólico da realidade na economia-mundo capitalista, simplificando-a para convencer e amealhar apoio, como também para sugerir cursos de ação alegadamente racionais e assegurar padrões mínimos de funcionamento da acumulação capitalista. Não por acaso, é também e talvez principalmente um cenário em disputa.

Considerações finais

A racionalidade capitalista emerge repleta de narrativas acerca de um amplo espectro de fenômenos, desde o comportamento econômico (humano) até as políticas de Estado. Assim, as narrativas acerca do desenvolvimento econômico podem ser compreendidas como mitos contemporâneos, sendo que suas teorias se erguem sobre uma estrutura simples, onde vilões, heróis, sagas de redenção e lições morais assumem o protagonismo. Essas narrativas compartilham premissas centrais, cujo distanciamento com a realidade leva-nos a refletir sobre o porquê, até hoje, serem o fundamento para a tomada de decisões por todo o mundo.

Os mitos do desenvolvimento são ubíquos, pois têm um papel estrutural. Isso, pois o mito é um sistema semiótico que oferece uma interpretação da realidade como se fosse a realidade em si. Mas, por que essas narrativas se revestem de tão importante status, mesmo não tendo apresentado resultados concretos? Porque as teorias do desenvolvimento continuam sendo consideradas confiáveis, científicas, se continuam falhando? Porque tais narrativas enfatizam políticas que são contrárias a quaisquer alternativas ao capitalismo?

Essas e outras questões se apresentam como convites para pesquisa futura. Afinal, se desenvolvimento econômico *parece* ser um mito, o que mais pode estar escondido sob a alcunha de “teoria” no modo de produção capitalista?

Referências

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, 2012.

ACEMOGLU, R. *Introduction to modern economic growth*. Princeton, US; Oxford, UK: Princeton University Press, 2009.

BARTHES, R. *Mitologias*. Tradução: Rita Boungermino; Pedro de Souza. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulação*. Tradução: Maria João da C. Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

BOAS, F. *Antropologia cultural*. Tradução: Celso Castro. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Globalização e competição*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Brasil e o novo-desenvolvimentismo. *Interesse Nacional*, v. 13, n. 4, p. 76-85, 2011.

CAILLÉ, A. O princípio de razão, o utilitarismo e o anti-utilitarismo. *Sociedade e Estado*, v. 16, n. 1, p. 26-56, 2001.

CAMPBELL, J. *The hero with a thousand faces*. Princetown, US: Princeton University Press, 2004.

CARDOSO, F. H. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 4(60), p. 616-624, out./dez. 1995.

CHANG, H.-J. *Kicking away the ladder: development strategy in historical perspective*. London, UK: Anthem Press, 2002.

CRISTALDO, R. C. *Desenvolvimento e integração internacional: os casos de Brasil e México*. 259 f. il. 2017. Tese (Doutorado) — Núcleo de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DURKHEIM, E. *The elementary forms of religious life*. Tradução Karen E. Fields. New York: The Free Press, 1995.

ESCOBAR, A. *Encontering development: the making and unmaking of the third world*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.

EDERINGTON, J.; McCALMAN, P. Infant industry protection and industrial dynamics. *Journal of International Economics*, v. 84, p. 37-47, 2011.

FURTADO, C. *The myth of economic development*. Tradução: Jordan B. Jones. Cambridge, UK: Polity, 2020.

FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HARVEY, D. *Seventeen contradictions and the end of capitalism*. New York, EUA: Oxford University Press, 2014.

HEILBRONER, R. *A história do pensamento econômico*. Tradução: Terezinha M. Deutsch; Sylvio Deutsch. São Paulo: Nova Cultural, 1992. (Coleção Os Economistas).

HENRY, J. F. *The making of neoclassical economics*. Oxxon, UK: Routledge, 2011.

HIRSCH, J. Transformationsprozesse von Gesellschaft und Staat. In: HIRSCH, J. *Materialistische staatstheorie: transformationsprozesse des kapitalistischen staatsystems*. Hamburg, Alemanha: VSA-Verlag, 2005. pp. 82-162.

HODGSON, G. M. The approach of institutional economics. *Journal of Economic Literature*, v. 36, n. 1, p. 166–192, 1998.

KEYNES, J. M. *A tract on monetary reform*. London: Macmillian, 1924.

KEYNES, J. M. *The general theory of employment, interest and money*. London, UK: Macmillian; Cambridge University Press, 1936.

KRAYCHETE, E. S. Desenvolvimento e cooperação internacional. *Caderno CRH*, v. 25, n. 65, p. 183-186, maio/ago. 2012.

LEMPERT, D. What is development? What is progress? The social science and humanities of utopia and futurology. *Journal of Developing Societies*, v. 30, n. 2, p. 223-241, 2014.

LÉVI-STRAUSS, C. *Mito e significado*. Tradução: António M. Bessa. Lisboa: Edições 70, 1978.

LIST, F. *Sistema nacional de economia política*. Tradução: Antônio A. Cury. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

MELITZ, M. J. When and how should infant industries be protected? *Journal of International Economics*, v. 66, p. 177–196, 2005.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. Tradução: Francisco R. Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009.

NELSON, R. R. Sistemas nacionais de inovação: retrospecto de um estudo. In: NELSON, R. R. *As fontes do crescimento econômico*. São Paulo, SP: Editora Unicamp, 2006. p. 427–468.

NELSON, R. R.; WINTER, S. J. *An evolutionary theory of economic change*. Cambridge, US: Harvard University Press, 1982.

NORTH, D. C. The role of institutions in economic development. *Discussion Paper Series of United Nations Economic Commission for Europe*, no. 2, 2003.

PERSKY, J. The ethology of homo economicus. *Journal of Economic Perspectives*, v. 9, n. 2, p. 221–231, 1995.

PINHO, D. B. A racionalidade econômica. *Revista de História*, v. 54, n. 107, 1976.

RIVERO, O. *The myth of development: non-viable economies and the crisis of civilization*. New York, US: Zed Book, 2010.

SANTOS FILHO, O. O fogo de Prometeu nas mãos de Midas: desenvolvimento e mudança social. In: CAMPOS, T. las C. (org.). *Desenvolvimento, desigualdades e relações internacionais*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005. p. 13–75.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Tradução: Maria S. Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Economistas).

SINGER, H. W. Editorial: The Golden age of the Keynesian consensus — the pendulum swings back. *World Development*, v. 25, n. 3, p. 293–295, 1997.

SOLOW, R. M. A contribution to the theory of economic growth. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 70, n. 1, p. 65–94, 1956.

SUNKEL, O.; PAZ, P. *A teoria do desenvolvimento econômico*. Tradução: João Maia. São Paulo: Difel, 1976.

WILLIAMSON, J. *Latin American adjustment: how much has happened?* Washington-DC, US: Institute for International Economics, 1990.

WILLIAMSON, O. E. Economic institutions: spontaneous and intentional governance. *Journal of Law, Economics, & Organizations*, v. 7, Special Issue, p. 159-187, 1991.

WILLIAMSON, O. E. Transaction-cost economics: the governance of contractual relations. *Journal of Law and Economics*, v. 22, n. 2, p. 233-261, 1979.

ZIZEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do real: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

DO MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO AO MITO DO PROGRESSO

Clério Plein²
Eduardo Ernesto Filippi³

Introdução

A ideia de mito é central neste texto. Portanto, cabe iniciar perguntando: o que é um mito? Algumas definições mais literais encontradas nos dicionários de Língua Portuguesa dão conta que o mito é uma fábula, lenda, coisa que não existe na realidade, uma fantasia (Larousse,

1 Publicado, originalmente, na **Revista Perspectiva Econômica**, 8(1):13-23, janeiro-junho 2012. © 2012 by Unisinos - Doi: 10.4013/pe.2012.81.02. Adaptado e republicado nesta coletânea com autorização dos autores e da Revista.

2 Doutor e Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Economia Doméstica (UNIOESTE). Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: clerioplein@gmail.com. Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/4958851752576901>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7235-9771>.

3 Doutor em Economia Política (Universite de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines), Mestre em Economia Rural e graduação em Economia (UFRGS). Professor Titular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: edu_292000@yahoo.com.br. Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/7942715713336914>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8311-7287>.

1992). O mito pode ser uma lenda, uma narrativa que guarda um fundo de verdade, um retrato simbólico de fatos amplificados pelo imaginário ou, ainda, uma “representação idealizada do estado da humanidade, no passado ou no futuro” (Houaiss; Vilar, 2009, p. 1300). A palavra mito vem do grego *mythos* e significa fábula. Entre outros significados, o mito é uma “ideia falsa, sem correspondência com a realidade [...] representação (passada ou futura) de um estágio ideal da humanidade [...] coisa inacreditável, fantasiosa, irreal; utopia” (Ferreira, 1999, p. 1347).

Num significado mais filosófico do termo, de acordo com Abbagnano (2000), é possível distinguir três significados do termo mito: “1º como forma atenuada de intelectualidade; 2º como forma autônoma de pensamento ou de vida; 3º como instrumento de estudos sociais” (Abbagnano, 2000, p. 673). Para os propósitos deste ensaio, interessa o terceiro significado, que está presente na teoria sociológica moderna, em que o mito possui a função de “reforçar a tradição e dar-lhe maior valor e prestígio, vinculando-o à mais elevada, melhor e mais sobrenatural realidade dos acontecimentos iniciais”. Nesta concepção, o mito “nunca reproduz a situação real, mas opõe-se a ela, no sentido de que a representação é embelezada, corrigida e aperfeiçoada, expressando, assim, as aspirações a que a situação real dá origem”. Nas sociedades, podem constituir um mito “não só narrativas fabulosas, históricas ou pseudo-históricas, mas também figuras humanas (heróis, líderes, etc.), conceitos e noções abstratas (nação, liberdade, pátria, proletariado), ou projetos de ação que nunca se realizarão” (Abbagnano, 2000, p. 674-675).

Desta maneira, um mito se apresenta de maneira paradoxal, ou seja, por um lado, não existe, mas, por outro, é desejado, perseguido, almejado. Assim, na discussão sobre desenvolvimento, território e meio ambiente, chamou atenção o fato de dois autores brasileiros terem utilizado a palavra “mito” em seus livros. Trata-se de Celso Furtado, em *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, e Gilberto Dupas, em *O Mito do Progresso*. Mais interessante é o fato de os livros terem sido publicados em épocas diferentes: o primeiro, em 1974 e o segundo, em 2006.

Portanto, o objetivo central deste ensaio é compreender por que esses dois autores, apesar de terem vivenciado períodos de “intenso” desenvolvimento econômico e progresso, consideram esses fatores uma falácia. Para tanto, pretende-se fazer uma leitura cruzada entre essas duas obras, à luz da discussão ambiental na economia, tendo como fio condutor

o meio ambiente e a pobreza. De forma secundária, o ensaio também tem um objetivo didático, por fazer uma homenagem aos dois autores.

O texto está estruturado da seguinte forma: começa com uma apresentação dos autores e de suas bases teórico-metodológicas, seguido de uma contextualização histórica para, finalmente, apresentar alguns dos argumentos centrais desenvolvidos nas obras em questão. A quarta parte consiste na tentativa de fazer uma leitura comparada entre as duas obras, estabelecendo relações com as questões ambientais e a pobreza e com a discussão ambiental na economia.

Celso Furtado e *O Mito do Desenvolvimento Econômico*

O economista Celso Monteiro Furtado nasceu em Pombal, na Paraíba, no dia 26 de julho de 1920. Em 1944, formou-se em Direito no Rio de Janeiro, na Universidade do Brasil (hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro), fez doutorado em Economia na Universidade de Sorbonne (França) e pós-doutorado em Cambridge (Inglaterra). Foi um dos fundadores (em 1949) da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Ajudou na comissão CEPAL/BNDE3, que elaborou um trabalho que serviu de base para o Plano de Metas (desenvolvimentista) do governo de Juscelino Kubitschek. Criou e dirigiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) até 1964. Foi ministro do Planejamento no Governo João Goulart, mas com o Golpe de 1964 é cassado e fica no exílio até 1979. Em 1986 assume o Ministério da Cultura do governo Sarney. Durante vinte anos lecionou em universidades da Europa (Cambridge, na Inglaterra, e Sorbonne, na França) e Estados Unidos (Yale, Harvard e Columbia). Morreu aos 84 anos no Rio de Janeiro, no dia 24 de novembro de 2004.

Celso Furtado pode ser considerado um autor estruturalista. Entre suas principais influências teóricas pode-se citar, entre outros: Comte, Sombart, Pirrene, Weber, Manhein, Marx, Keynes, List, Prebisch, Myrdall, Nurske, Schumpeter. O período histórico vivido por Celso Furtado até a publicação da obra *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, aproximadamente do final da Segunda Guerra Mundial (1945) até a primeira crise do petróleo (1973), é chamado de “anos dourados” da “era de ouro do capitalismo”, marcado por profundas transformações/revoluções políticas, tecnológicas, econômicas, sociais e culturais (Hobsbawm, 1995). Para Harvey (2000),

trata-se do período “fordista-keynesiano”, referindo-se à transformação político-econômica, ou seja, ao processo de produção/consumo em massa e ao intervencionismo do Estado nos processos econômicos. Essa fase também é conhecida como “os trinta gloriosos” (1950-1980). Do ponto de vista econômico no contexto histórico brasileiro, destaca-se o período de intenso crescimento durante os famosos “50 anos em 5” do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), seguido de um período de “estagnação” da economia (1963-1964) e a posterior retomada no “milagre brasileiro” (1968-1973). Furtado (1974) inicia o livro fazendo um alerta sobre a influência que os mitos exercem sobre a mente dos homens que pretendem compreender a realidade social. “O mito congrega um conjunto de hipóteses que não podem ser testadas [...] [e] operam como faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social” (Furtado, 1974, p. 15). No que se refere ao desenvolvimento econômico, destaca que:

A literatura sobre o desenvolvimento econômico do último quarto de século nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: pelo menos noventa por cento do que aí encontramos se fundamenta na ideia, que se dá por evidente, segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal como vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que os standards de consumo da maioria da humanidade, que atualmente vive nos países industrializados, é acessível às grandes massas da população em rápida expansão que formam o chamado terceiro mundo. Essa ideia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial (Furtado, 1974, p. 16).

Na terceira parte do livro, analisa especificamente o modelo brasileiro de subdesenvolvimento, chamando atenção para as desigualdades sociais, e coloca como objetivos:

(a) investigar porque a difusão mundial do progresso técnico e os decorrentes incrementos da produtividade não tenderam a liquidar o “subdesenvolvimento”;

e (b) demonstrar que na política de “desenvolvimento” orientada para satisfazer os altos níveis de consumo de uma pequena minoria da população, tal como executada no Brasil, tende a agravar as desigualdades sociais e a elevar o custo social de um sistema econômico (Furtado, 1974, p. 95-6).

Conclui que “a característica mais significativa do modelo brasileiro é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico” (Furtado, 1974, p. 109). Na última parte do livro, referindo-se à “objetividade e iluminismo em economia”, o autor faz uma crítica epistemológica da “economia positiva”, sobretudo ao que chamou de “vaca sagrada dos economistas”, o Produto Interno Bruto (PIB).

Por que ignorar na medição do PIB, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não renováveis, e o dos solos e florestas (dificilmente renováveis)? Por que ignorar a poluição das águas e a destruição total dos peixes nos rios em que as usinas despejam os seus resíduos? Se o aumento da taxa de crescimento do PIB é acompanhada de baixa do salário real e esse salário está no nível de subsistência fisiológica, é de admitir que estará havendo um desgaste humano. [...] Em um país como o Brasil basta concentrar a renda (aumentar o consumo supérfluo em termos relativos) para elevar a taxa de crescimento do PIB. [...] Em síntese: quanto mais se concentra a renda, mais privilégios se criam, maior é o consumo supérfluo, maior será a taxa de crescimento do PIB. Desta forma, a contabilidade nacional pode transformar-se num labirinto de espelhos, no qual um hábil ilusionista pode obter os efeitos mais deslumbrantes (Furtado, 1974, p. 116).

De modo geral, para Celso Furtado o desenvolvimento econômico é um mito porque: (a) não pode ser generalizado aos moldes dos países desenvolvidos; (b) existem obstáculos do ponto de vista dos recursos naturais; (c) existem problemas estruturais no Brasil, onde predomina o consumo privilegiado de poucos, o que amplia as desigualdades sociais.

Cavalcanti (2003, p. 73) destaca que, de modo geral, nos escritos de Celso Furtado estão presentes conceitos como dependência, concentração de renda, mimetismo cultural, relações assimétricas centro-periferia e mercado interno, sempre numa perspectiva estruturalista do subdesenvolvimento. Entretanto, na obra *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, o autor “levanta duas questões não comuns”, consideradas inusitadas para naquele contexto histórico: (a) os “impactos do processo econômico no meio físico, na natureza”; (b) a “constatação do caráter de mito moderno do desenvolvimento econômico”.

Gilberto Dupas e *O Mito do Progresso*

O cientista social Gilberto Dupas nasceu em Campinas, São Paulo, em 1943. Formou-se em engenharia de produção pela Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), em 1966, e fez pós-graduação em administração de empresas (USP/Delft University), desenvolvimento econômico (USP/CEPAL) e economia matemática (CEPAL/IPEA). No Brasil, lecionou na PUC-RS e no Instituto Mauá. Foi coordenador-geral do Grupo de Conjuntura Internacional da USP e presidente do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais. Era coeditor da revista “Política Externa” e mem-bro do corpo editorial das revistas “Sociedad y Política” (México) e “Cahiers de la Sécurité” (França). Foi professor visitante da Universidade de Paris (França) e da Universidade Nacional de Córdoba (Argentina). Na gestão de Franco Montoro em São Paulo (1983-1987), Dupas foi presidente da Nossa Caixa e secretário da Agricultura. No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), integrou o Grupo de Análise e Pesquisa da Presidência. Fez parte de conselhos do Ministério da Educação e Cultura, do Instituto de Estudos Avançados da USP, do CEBRAP e da Fundação Getúlio Vargas. Morreu aos 66 anos em São Paulo, no dia 17 de fevereiro de 2009.

Entre as principais influências intelectuais presentes na obra *O mito do progresso*, podem-se destacar: Adorno, Bobbio, Frank, Freud, Gorz, Habermas, Hirschman, Lévi-Strauss, Löwi, Marcuse, Marx, Engels, Nietzsche, Rousseau, Weber, entre outros.

O período histórico vivenciado por Gilberto Dupas antes da publicação de *O Mito do progresso* é marcado pelo fim do período áureo do capitalismo de Estado (especialmente marcado pela segunda crise do

petróleo de 1979); a abertura política no Brasil, com o processo de redemocratização e com o fim da ditadura militar em 1985; a famosa “década perdida” dos anos 1980; um processo de retomada das ideias liberais nos anos 1990 (marcada pelo Consenso de Washington em 1989); a (re) ascensão dos movimentos sociais e o aprofundamento das preocupações com a questão ambiental, marcada por eventos como Eco-92, Rio-92 e Rio+10.

Já na introdução da obra, Dupas (2006) chama atenção para o aspecto contraditório do progresso na sociedade contemporânea.

No alvorecer do século XXI, o paradoxo está em toda parte. O saber científico conjuga-se à técnica e, combinados – a serviço de um sistema capitalista hegemônico –, não cessam de surpreender e revolucionar o estilo de vida humana. Mas esse modelo vencedor exhibe fissuras e fraturas; percebe-se, cada vez com mais clareza e perplexidade, que suas construções são revogáveis e que seus efeitos podem ser muito perversos. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e assume plenamente a assunção de progresso, mas esse progresso, ato de fé secular, traz também consigo exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento (Dupas, 2006, p. 11).

O autor lança perguntas desafiadoras: “somos, por conta desse tipo de desenvolvimento, mais sensatos e mais felizes? Ou podemos atribuir parte de nossa infelicidade precisamente à maneira como utilizamos os conhecimentos que possuímos?” (Dupas, 2006, p. 14). Retoma uma ideia importante de John Stuart Mill, que afirmava que “a distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) de um país poderia – e deveria – ser orientada em razão do bem-estar geral” (Dupas, 2006, p. 15). Faz uma análise semântica da palavra progresso, destacando, com base na obra Alice no País das Maravilhas, que “o sentido das palavras” está associado ao “poder de quem as pronuncia” (Dupas, 2006, p. 27). Destaca os objetivos do seu livro:

Trata-se aqui de analisar a quem predominantemente esse progresso serve e quais os riscos e custos de natureza social, ambiental e de sobrevivência da

espécie que ele está provocando; e que catástrofes futuras ele pode ocasionar. Mas, em especial, é preciso determinar quem escolhe sua direção e com que objetivos (Dupas, 2006, p. 26).

Sobre a evolução do conceito de progresso, Dupas aponta que, “em termos gerais, progresso supõe que a civilização se mova para uma direção entendida como benévola ou que conduza a um maior número de existências felizes” (Dupas, 2006, p. 30). Mas a ideia de progresso dominante no ocidente a partir da metade do século XVIII até o final do século XIX é de que é através da ação humana que o progresso pode ser alcançado, não mais pela influência de Deus. “A partir daí, os termos evolução, desenvolvimento e progresso passaram a ter o mesmo sentido, sempre muito associados à evolução tecnológica. [...] Mas progresso também foi, nessa fase, muitas vezes, associado a crescimento econômico” (Dupas, 2006, p. 43-44). E, assim, a “utopia do progresso” foi sendo construída. Entretanto, “aprendemos nas décadas finais do século XX que progresso técnico não conduz automaticamente ao desenvolvimento humano, que a riqueza gerada não é repartida de modo que minimize a exclusão, as diferenças de renda e de capacidades” (Dupas, 2006, p. 74).

O modo de produção capitalista exige permanentemente a renovação das técnicas para operar o seu conceito motor schumpeteriano de destruição criativa: ou seja, produtos novos a serem promovidos como objeto de desejo, sucateando cada vez mais rapidamente o produto anterior e mantendo a lógica de acumulação em curso (Dupas, 2006, p. 84).

Esclarece que nas últimas décadas do século XX houve a retomada das ideias liberais, ou seja:

[...] uma nova doutrina – batizada de neoliberalismo – tentou ressuscitar o conceito de progresso associando-o à liberdade dos mercados globais e a um ciclo benévolo da lógica do capital. A queda do muro de Berlim e o desmoronamento final da utopia do império soviético permitiram ao capitalismo, agora

plenamente globalizado, um novo discurso hegemônico batizado por alguns intelectuais deslumbrados e imaturos como “o fim da História”. Para eles, os benefícios da globalização dos mercados eliminaria a miséria, as guerras e o papel dos Estados nacionais mundo afora, realizando em curto prazo a grande utopia do progresso [...]. Os resultados concretos estão sendo muito diferentes; e mais uma fantasia do mito do progresso, construído como discurso hegemônico, se foi, não restando muito a comemorar (Dupas, 2006, p. 90).

Referindo-se ao “conhecimento e progresso como verdade”, destaca que “quanto mais cresce a capacidade de eliminar toda a miséria, mais aumenta a própria miséria enquanto antítese da potência e da impotência” (Dupas, 2006, p. 101). Lança uma questão de fundo provocador:

[...] até que ponto o homem pode afastar-se de sua primeira natureza por ação da cultura – sua segunda natureza – sem entrar em oposição autodestruidora com a primeira. A tecnologia, componente da segunda natureza, transforma nosso potencial agressivo em uma força destruidora do planeta e de seu meio ambiente – a primeira natureza (Dupas, 2006, p. 104).

No terceiro capítulo, em que analisa a “economia política como ciência do progresso”, Dupas aponta que “o mito do capitalismo racional previa que o progresso ocorreria consolidando-se um ciclo virtuoso de crescimento econômico baseado no fordismo e no taylorismo como processo de produção [...] apoiado pela intervenção seletiva do Estado” (Dupas, 2006, p. 138). Entretanto, no “estado de bem-estar social”, somado à ideia shumpeteriana de “destruição criativa”,

Em vez da maior prosperidade geral, para que a engrenagem da acumulação funcionasse, assiste-se a um sucateamento contínuo de produtos em escala global, gerando imenso desperdício de matérias-primas e recursos naturais ao custo imenso de degradação contínua do meio ambiente e de escassez

de energia. É a opção privilegiada e inexorável pela acumulação de capital, em detrimento do bem-estar social amplo (Dupas, 2006, p. 142-143).

No período mais recente, as ideias neoliberais recolocam a discussão sobre um estado mínimo e a ampla abertura comercial. “No entanto, a abertura é pregada de forma unilateral para os pobres, o que torna o esquema neoliberal de abertura duplamente perverso, gerando alguma vantagem para os pobres, grandes vantagens para os ricos” (Dupas, 2006, p. 149).

A consequência desse processo foi uma sucessão de crises que afetaram principalmente a América Latina e a maioria dos grandes países da periferia, provocando um aumento significativo da exclusão social em boa parte do mundo. [...] Outro grave problema foi o aumento contínuo de pobreza e concentração de riqueza mundo afora (Dupas, 2006, p. 150-151).

Referindo-se aos anos mais recentes (1990-2000), Dupas destaca que “foram mais um período perdido na economia latino-americana”, e o único aspecto positivo “foi o controle dos processos hiperinflacionários” (Dupas, 2006, p. 154). Por outro lado, cresceram a pobreza, a indigência, a fome, o desemprego e a informalidade. Nesse cenário, o capitalismo vai para “a última fronteira de acumulação: o mercado da pobreza” (Dupas, 2006, p. 157).

No capítulo 5, “meio ambiente e o futuro da humanidade”, Dupas destaca que: “Para vários importantes cientistas, a ameaça mais grave à humanidade nesse início de século XXI é o ataque sem trégua ao meio ambiente decorrente da lógica da produção global e da direção dos seus vetores tecnológicos contidos nos atuais conceitos de progresso” (Dupas, 2006, p. 219).

O autor apresenta uma preocupação com a pressão antrópica sobre o planeta, apontando para a relação entre crescimento da população, estilo de vida (consumo) e recursos naturais.

[...] os demógrafos preveem que a população mundial vai continuar crescendo até 2050, quando terá atingido 8 a 9 bilhões [...]. Já sabemos que será

impossível a toda essa massa humana aspirar a um padrão de vida médio equivalente ao do europeu e do norte-americano atual. Apesar de esses cálculos serem controversos, há estimativas de que para atingir aquele padrão como média global, seriam necessários quase três planetas Terra com seus recursos naturais atuais (Dupas, 2006, p. 225).

Considerando o grande avanço da ciência e, paralelamente, de problemas associados a essa evolução (por exemplo, todas as tecnologias da “revolução verde” na agricultura), alerta para a necessidade de voltar à discussão sobre o princípio da responsabilidade, ou princípio da precaução, ou seja, a tecnociência deveria ser tratada menos do ponto de vista da razão e mais sob a ótica da ética e da moral. “Caso o desenvolvimento científico e tecnológico, ao lado de vantagens evidentes, conduza a riscos graves, é preciso definir como tratá-lo e controlá-lo” (Dupas, 2006, p. 235).

Ao final do livro, referindo-se à “longa e imprevisível caminhada”, o autor faz uma espécie de síntese.

Apontamos, durante todo esse livro, elementos que nos parecem suficientes para desconstruir o discurso hegemônico sobre o progresso, da forma como dele se apropriam as elites econômicas ao transformá-lo – fundamentalmente – em instrumento de legitimação da acumulação. Ao lado dos evidentes “avanços” decorrentes dos vetores tecnocientíficos em marcha, alinhamos argumentos teóricos e exemplos factuais das consequências profundamente negativas e dos graves riscos que esse processo acarreta quanto à sobrevivência física e psíquica futura da espécie humana, e aos equilíbrios dos frágeis sistemas que a suportam. Finalmente, procuramos recolocar argumentos de natureza ética e filosófica que sustentam visões alternativas quanto à natureza e ao sentido da aventura humana, e que possam dar subsídios eventuais para políticas que evitem ou adiem uma provável “tragédia enunciada” (Dupas, 2006, p. 255-256).

Para o autor, depois de superada a “fase keynesiana do Estado de bem-estar social”, e removidos os “vestígios finais dos resíduos socialistas que sobraram da queda do muro de Berlim” [...], na fase atual “os valores da nova ordem estão em vigor; e são: desregulação, liberalização, flexibilização, crescente fluidez e liberação dos mercados financeiros” (Dupas, 2006, p. 261).

Conclui o livro falando sobre o mito do progresso, afirmando que:

O progresso, assim como hoje é caracterizado nos discursos hegemônicos da parte dominante das elites, não é muito mais que um mito renovado por um aparato ideológico interessado em nos convencer que a história tem um destino certo – e glorioso – que dependeria mais da omissão embevecida das multidões do que da sua vigorosa ação e da crítica de seus intelectuais (Dupas, 2006, p. 290).

Portanto, para Gilberto Dupas, o mito do progresso está associado ao imenso progresso científico e tecnológico dos anos mais recentes, o que não tem significado, necessariamente, que as pessoas estejam vivendo melhor e sendo mais felizes, e tem trazido consigo problemas ambientais que colocam em xeque a sobrevivência futura das pessoas no planeta. Apesar de todo “progresso”, as desigualdades sociais persistem.

Economia, meio ambiente e pobreza

O debate sobre a questão ambiental na economia inicia dentro da Escola Neoclássica com a “economia dos recursos naturais” – cuja principal preocupação é com o esgotamento das matérias-primas – e avança para a “economia ambiental”, também conhecida como “economia da poluição” – preocupada com as causas e os efeitos da poluição. Numa perspectiva mais atual está a “economia ecológica”, com um enfoque institucionalista e que pretende uma construção epistemológica multidisciplinar.

De acordo com Spach (1999), por um lado, a economia neoclássica estava preocupada com os recursos e, por outro, a economia ambiental com as externalidades. Já a economia ecológica poderia ser interpretada como uma espécie de síntese dessas duas preocupações (com outras

bases metodológicas), incorporando dimensões éticas e morais, além de questões sociais, políticas e institucionais.

Jenkins (1998) chama atenção para o fato de que os problemas ambientais também são éticos e institucionais, e sua solução passa por mudanças nos valores (pessoais e culturais) e de uma ação institucional. Alerta para a negligência da questão ética na discussão sobre economia e o meio ambiente. Um exemplo dessa negligência (ou contradição) foi o caso do tornado que devastou o município de Guaraciaba (Santa Catarina, Brasil) no dia 07 de setembro de 2009. Somente 60 dias após o desastre natural é que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) autorizou a utilização da madeira (das árvores que foram arrancadas e derrubadas pelo vento) para a reconstrução das casas dos agricultores. A mesma contradição é analisada por Infield e Adams (1999) em Uganda, onde se criou um parque para preservar os gorilas e nada foi feito para acabar com o cinturão de pobreza em torno do mesmo parque.

Uma explicação para essas atitudes talvez seja justificada pela ausência das discussões éticas na economia. Sen (1999) destaca que a economia possui duas origens: uma ligada à “ética” e outra ligada à “engenharia”; entretanto, “a natureza da economia moderna foi substancialmente empobrecida pelo distanciamento crescente entre economia e ética” (Sen, 1999, p. 23). Porém, prevaleceu a chamada “economia positiva”, ou seja, a parte que possui sua origem na engenharia. A ideia de “equilíbrio geral” da economia neoclássica expressa isso muito bem.

Moretto e Giacchini (2006), referindo-se às fases do estudo sobre desenvolvimento econômico, apresentam a seguinte divisão: até 1950, o desenvolvimento era tido como igual ao crescimento, mas havia uma subdivisão, os que acreditavam que a oferta gerava a demanda (Smith; Ricardo; Mill; Marx) e os que defendiam a demanda efetiva (Malthus; Keynes; Kalecki); de 1950 até 1990 o desenvolvimento foi entendido como sendo diferente de crescimento (ideário presente entre os autores cepalinos, ou estruturalistas, que apontavam para o aumento das desigualdades); depois de 1990 se introduz a ideia de desenvolvimento sustentável, incorporando a preocupação com o meio ambiente.

Rist (2007) afirma que o “chavão” desenvolvimento é amplo e impreciso. Trata-se de um conjunto de crenças e pressupostos sobre a natureza do progresso social; porém, ninguém o define corretamente.

Sempre está acompanhado de adjetivações (endógeno, humano, social, sustentável), pois só desenvolvimento parece ser depreciativo. Para o autor, a essência do desenvolvimento é a grande transformação e destruição do ambiente natural e das relações sociais com o objetivo de aumentar a produção de mercadorias e serviços orientados pela demanda efetiva do mercado. Aparentemente, é uma definição escandalosa; entretanto, reflete o processo histórico observado pelo autor. Esta ideia se aproxima de Furtado e Dupas, quando salientam que o desenvolvimento econômico e o progresso são um mito, pois destroem a natureza e não acabam com a miséria.

Analisando as controvérsias da noção de desenvolvimento sustentável, Ajara (2003) chama atenção para o fato de que a crise ambiental possui três dimensões: (i) esgotamento dos recursos; (ii) poluição; (iii) exclusão social. Infelizmente, parece que as pessoas estão “à margem” da questão ambiental. Essa visão é resultado de uma noção dualista (sociedade x natureza) que precisa ser superada, como defende Santos (2008), pois é preciso entender que a relação sociedade e natureza é dialética.

Esses breves comentários sobre a discussão ambiental na economia trazem alguns elementos importantes para analisar as obras de Celso Furtado e Gilberto Dupas. Portanto, o objetivo é tentar fazer um diálogo entre as obras anteriormente sintetizadas à luz do debate sobre a questão ambiental na economia. O fio condutor será a comparação de dois temas: o meio ambiente e a pobreza. A ideia é encontrar pontos convergentes nessas duas obras, produzidas em diferentes contextos históricos, por autores diferentes e com distintas perspectivas teórico-metodológicas.

Um primeiro aspecto a ser considerado é a ideia de mito presente nas obras. Para Furtado, o mito é uma hipótese que não poder ser testada, mas que cumpre um papel importante para o cientista. Já para Dupas, o mito é um “ato de fé”, ou seja, que é perseguido – entretanto, contraditório. Do ponto de vista da tecnologia, ambos os autores destacam o seu papel no processo de acumulação capitalista, funcionando como uma espécie de “mola propulsora”. Percebe-se a presença das ideias de Schumpeter em ambos.

Em relação à questão ambiental, considerando a época em que viveu e escreveu Furtado, seria “normal” que essa questão passasse ao largo de sua obra. Entretanto, foi com certa surpresa que se percebeu a preocupação ambiental presente no livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico*,

de 1974. Conforme afirma Cavalcanti (2003, p. 73), “Furtado antecipou-se em perceber os condicionantes ambientais do processo econômico contemporâneo”. Ambos os autores demonstram preocupação com a escassez de recursos (economia dos recursos naturais) e com a poluição (economia ambiental). Porém, Furtado dá mais ênfase à primeira, o que estava muito presente no relatório sobre “os limites do crescimento” de 1971 e na Conferência de Estocolmo (1972).

Os dois autores chamam atenção para uma variável central da economia: o PIB. Furtado considera essa variável ilusória, pois não considera os custos ambientais (esgotamento dos recursos e poluição) e não mostra as desigualdades em relação à apropriação do PIB. Dupas retorna a Mill, que já alertava para o fato de que o PIB deveria ter como objetivo o bem-estar geral. O que os dois autores percebem é que, no caso brasileiro, um alto PIB não significa que todas as pessoas estejam desfrutando de bem-estar, pois o PIB não mede desigualdades.

Outra questão central para os dois autores refere-se à pobreza. Ambos detectam a grande exclusão social presente no país. Entretanto, para Furtado o subconsumo era um problema para o desenvolvimento econômico do Brasil, e Dupas aponta como a pobreza tem se transformado na “última fronteira de acumulação capitalista” nos anos mais recentes. Pode-se dizer que em ambos os autores existe uma grande preocupação ética e moral, pois verificam que todo o desenvolvimento e progresso “aparente-mente alcançados” não são para todos.

Pergunta-se: será possível afirmar que “desenvolvimento econômico”, de Furtado, e “progresso”, de Dupas, são sinônimos? Acredita-se que ambos os autores estão se referindo ao mesmo processo, ou seja, o desenvolvimento capitalista e o papel da tecnologia no processo de acumulação. Portanto, a resposta é afirmativa.

Nesses termos, se os autores estão se referindo ao mesmo processo (em épocas diferentes), por que consideram que esse é um mito? Ambos os autores destacam que é impossível generalizar, para todo o planeta, o padrão de vida (consumo) dos países desenvolvidos, considerando os limites impostos pela natureza, tanto do ponto de vista da finitude dos recursos naturais como dos problemas inerentes à poluição. Porém, diferentemente de Furtado (ênfase econômica), Dupas apresenta uma questão mais existencial do ser humano (filosófica): o progresso faz

as pessoas mais felizes? Isso nos remete à revisão da questão ética do desenvolvimento apresentada no início deste texto.

É interessante observar que os dois autores visualizaram (vivenciaram) um grande desenvolvimento/progresso em suas épocas: Furtado os “50 anos em 5” e o “milagre brasileiro”; Dupas avanços incríveis na ciência. Entretanto, para Furtado, apesar do crescimento da economia do país, ele não acabou com as desigualdades. Para Dupas, a ciência avança, mas sem conseguir resolver os problemas ambientais, além de as pessoas estarem mais infelizes do que antes. Isso nos remete para uma reflexão sobre o que é, de fato, desenvolvimento. Com base nas duas obras analisadas, pode-se afirmar que nada do que se viu até hoje pode ser considerado desenvolvimento. Então, desenvolvimento é “um vir a ser”, em que todos serão felizes, ou é esse processo dialético e contraditório, como analisado pelos autores?

Considerações finais

A proposta deste ensaio foi tentar entender por que dois autores, refletindo sobre o desenvolvimento econômico e o progresso, chegaram a conclusões pessimistas sobre seus resultados e perspectivas. Entende-se que as conclusões pessimistas de Celso Furtado e Gilberto Dupas estão diretamente ligadas à constatação da dupla perversidade do processo: de um lado, a constatação de que o desenvolvimento está levando ao esgotamento dos recursos naturais e poluindo o meio ambiente e, por outro, sendo incapaz de acabar com a pobreza. Trata-se de uma constatação muito próxima da ideia de Rist (2007), para quem o desenvolvimento significa a destruição da natureza e das relações sociais.

Do ponto de vista da natureza, é bastante ilustrativo o relatório que foi apresentado aos Chefes de Estado em Copenhague em 2009. Se desde 1972 existiam “preocupações” com os problemas ambientais, agora o que assusta são as “certezas” que existem sobre: o aumento brusco da emissão de gases causadores do efeito estufa; o aquecimento global, provocado pela humanidade; aceleração do descongelamento de camadas de gelo, glaciares e calotas polares; descida rápida do gelo marítimo do Ártico; aumento, mais rápido que se pensava, do nível do mar; a demora na ação, que pode levar a estragos irreversíveis; e, principalmente, acredita-se

que o ponto de inflexão deverá ocorrer logo, no máximo até 2020 (The Copenhagen Diagnosis, 2009).

Na perspectiva da questão social, um argumento relevante é apresentado pelo sociólogo brasileiro José de Souza Martins no sugestivo livro “a sociedade vista do abismo”:

O desenvolvimento econômico que gera um desenvolvimento social muito aquém de suas possibilidades, como ocorre nos países do Terceiro Mundo e como ocorre no Brasil, nega-se na perversidade das exclusões sociais que dissemina. Compromete profundamente a sua própria durabilidade e, de alguma forma, abre o abismo da sua própria crise (Martins, 2008, p. 9).

E mais adiante complementa:

Em suas consequências sociais adversas, o modelo de desenvolvimento econômico que se firmou no mundo contemporâneo leva simultaneamente a extremos de progresso tecnológico e de bem-estar para setores limitados da sociedade e a extremos de privação, pobreza e marginalização social para outros setores da população. Na medida em que hoje o objetivo do desenvolvimento econômico é a própria economia, podemos defini-lo como um modelo antidesenvolvimento: o desenvolvimento econômico é descaracterizado e bloqueado nos problemas sociais graves que gera, mais do que legitimado nos benefícios socialmente exíguos que cria e distribui (Martins, 2008, p. 13).

Portanto, a ideia do desenvolvimento como mito presente nas obras de Celso Furtado e Gilberto Dupas é bastante atual e revela dois lados “perversos” e contraditórios do desenvolvimento econômico e do progresso, tratados aqui como sinônimos: esse processo é um mito, pois destrói o meio ambiente (seja pelo esgotamento dos recursos ou pela poluição) e não foi (e não é) capaz de acabar com a pobreza e as desigualdades sociais!

Referências

- ABBAGNANO, N. 2000. **Dicionário de filosofia**. 4. ed., São Paulo, Martins Fontes, 1010 p.
- AJARA, C. 2003. **As difíceis vias para o desenvolvimento sustentável: gestão descentralizada do território e zoneamento ecológico – econômico**. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Ciência Estatística, 26 p. (Texto para Discussão nº 08).
- CAVALCANTI, C. 2003. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. **Ambiente & Sociedade**, VI(1):73-84. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2003000200005>
- DUPAS, G. 2006. **O mito do progresso: ou progresso como ideologia**. São Paulo, UNESP, 309 p.
- FERREIRA, A. B. de H. 1999. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2128 p.
- FURTADO, C. 1974. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 117 p.
- HARVEY, D. 2000. **Condição pós-moderna**. 9. ed., São Paulo, Loyola, 349 p.
- HOBSBAWM, E. 1995. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 598 p.
- HOUAISS, A.; VILAR, M. de S. 2009. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Ob-jetiva, 3008 p.
- INFIELD, M.; ADAMS, W.M. 1999. Institutional sustainability and community conservation: a case study from Uganda. **Journal of International Development**, 11:305-315.
- JENKINS, T.N. 1998. Economics and the environ-mental: a case of ethical neglect. **Ecological Eco-nomics**, 26:151-163. [http://dx.doi.org/10.1016/S0921-8009\(97\)00063-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0921-8009(97)00063-3)
- LAROUSSE. 1992. **Dicionário da língua portuguesa**. São Paulo, Nova Cultural, 1176 p.

MARTINS, J. de S. 2008. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 3. ed., Petrópolis, Vozes, 228 p.

MORETTO, C. F.; GIACCHINI, J. 2006. **Do surgimento da teoria do desenvolvimento à concepção de sustentabilidade: velhos e novos enfoques rumo ao desenvolvimento sustentável**. Passo Fundo, UPF, 18 p. (Texto para Discussão nº 06).

RIST, G. 2007. Development as a buzzword. **Development in Practice**, 17(4-5):485-491. <http://dx.doi.org/10.1080/09614520701469328>

SANTOS, M. 2008. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 4. ed., São Paulo, USP, 384 p.

SEN, A. 1999. **Sobre ética e economia**. São Paulo, Companhia das Letras, 143 p.

SPACH, C. 1999. The development of environmental thinking in economics. **Environmental Values**, 8:413-435. <http://dx.doi.org/10.3197/096327199129341897THE>

COPENHAGEN DIAGNOSIS. 2009. **Updating the World on the Latest Climate Science**. The University of New South Wales. **Climate Change**. Research Centre (CCRC), Sydney, 64

PARA ALÉM DO MITO, EM BUSCA DO VERDADEIRO DESENVOLVIMENTO¹

Fernanda Graziella Cardoso²

Introdução

Celso Furtado escreveu ao longo de 60 anos, atravessando o século XX, sempre atento ao contexto histórico e aos problemas impostos pela realidade. Com rigor científico aliado à ousadia que somente sonhadores como ele possuem, apresentou diagnósticos, análises, teorias e agendas de políticas para o desenvolvimento da periferia, notadamente dos países latino-americanos - e especialmente do Brasil.

Como nordestino, brasileiro e latino-americano, entendeu como sua a missão de atuar para transformar sua região e seu país. O seu último texto publicado em vida, em 10 de novembro de 2004, duas semanas antes de seu falecimento, que tinha como título *Para onde caminhamos?*,³

1 Este capítulo é uma versão ampliada e modificada do artigo da autora “Entre e o mito e a utopia: a atualidade do cinquentenário *Mito do Desenvolvimento Econômico* de Celso Furtado”, *Revista Economistas*, 2024.

2 Professora dos Bacharelados em Ciências Econômicas e em Ciências e Humanidades; e do Programa de Pós Graduação em Economia Política Mundial da UFABC. Doutora em Economia do Desenvolvimento pela FEA-USP, Mestre em Economia da Indústria e Tecnologia pelo IE-UFRJ e Graduada em Ciências Econômicas pela FEA-USP.

3 Furtado, 2004a.

foi mais um sinal de sua marca: a teoria sempre encarada de forma vinculada à ação. E a ação promovida por Furtado tinha sempre o sentido de provocar transformações na direção do verdadeiro desenvolvimento que guiava o sonho furtadiano.

A forma como Celso Furtado lidou com a temática do desenvolvimento foi se modificando ao longo do século XX. Muito além de fatores tradicionalmente classificados como econômicos, a análise de Furtado, que sempre aliou a teoria à história, envolve questões sociais, políticas, culturais e ecológicas. E, vale notar que, desde seus primeiros textos, Furtado encarava o desenvolvimento de uma perspectiva interdisciplinar.

Interessante também notar que um de seus últimos livros publicados, *Introdução ao Desenvolvimento – enfoque histórico-estrutural*, indicava sua intenção de “ampliar o quadro do estudo do desenvolvimento”⁴. Além do título trazer a palavra introdução em seu título, chama a atenção o tratamento de Furtado sobre o desenvolvimento: é um tema em permanente debate e construção, ou seja, não há uma forma definitiva ou universal de lidar com a temática.

É no contexto do evoluir da abordagem de Furtado sobre o tema desenvolvimento no decorrer do século XX, especialmente o final da década de 60 e início da década de 70 - em que se nota um relativo desencantamento do autor com relação às chances das estratégias desenvolvimentistas prescritas na década de 1950 resultarem na superação do subdesenvolvimento dos países da América Latina - que se deve situar as reflexões incitadas pelo *Mito do Desenvolvimento Econômico*. O desencantamento tinha como suas principais fontes os sinais de esgotamento do modelo substitutivo de importações em entregar o desenvolvimento econômico sonhado na década de 1950 e o próprio golpe civil-militar de 1964.⁵ É válido lembrar que Celso Furtado constava da primeira lista de exilados, o que o deixará ausente do Brasil por duas décadas.

Em junho de 1974, em Cambridge, Celso Furtado assinava o prefácio do livro, publicado naquele mesmo ano. O livro é uma coletânea de quatro ensaios escritos pelo autor entre 1972 e 1974, período em que atuou como professor visitante na *American University*, em Washington, e na *Universidade de Cambridge*. O primeiro ensaio do livro foi o último a ser

4 Furtado, 2000, p. 8.

5 Sobre o período, vale consultar Furtado (1989).

escrito. Neste texto, é apresentado o argumento central da obra, indicado em seu título: o desenvolvimento econômico, entendido como a reprodução do modo de vida das nações de civilização industrial avançadas, é um mito. Mas seria este o único desenvolvimento possível?

Apesar de ter passado meio século da publicação do *Mito do Desenvolvimento Econômico* e de duas décadas da não participação direta de Celso Furtado no debate público, em um contexto de velozes e radicais transformações tecnológicas, políticas, socioeconômicas e ambientais, este texto apresenta elementos que apontam para a atualidade das ideias do autor apresentadas em 1974 e que ainda nos convidam a refletir sobre o que é o verdadeiro desenvolvimento.

O texto se divide em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na seção 1, apresenta-se um breve panorama da perspectiva de Furtado sobre o desenvolvimento, o subdesenvolvimento e o caso brasileiro. Na seção 2, retomam-se os argumentos centrais da obra de 1974. Na seção 3, destacam-se seus elementos de atualidade e de antecipação de debates que ganharam relevância especialmente na segunda década do século XXI, apontando para o verdadeiro desenvolvimento sonhado por Celso Furtado.

O subdesenvolvimento e o desenvolvimento

Celso Furtado, em conjunto com Raúl Prebisch, estabeleceu os fundamentos do pensamento estruturalista latino-americano no início da década de 1950, gestado e amadurecido no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), estabelecida em 1948, no contexto do pós Segunda Guerra. Conforme Furtado (1976), a atuação da Comissão - e sua sistematização teórico-metodológica - provocou um importante ponto de inflexão; já não seria mais admissível, em suas palavras, “a possibilidade de reversão a uma situação em que as exportações de produtos primários desempenhavam o papel de principal centro propulsor do desenvolvimento regional”.⁶

A emergência da escola de pensamento cepalino-estruturalista encontra-se ainda no contexto da configuração do chamado

6 Furtado, 1976, p. 377.

desenvolvimentismo clássico, para o qual contribuíram autores alcunhados de pioneiros do desenvolvimento.⁷ Em comum, os desenvolvimentistas clássicos partiram da crítica às implicações normativas da teoria das vantagens comparativas ricardiana, a partir da qual as nações deveriam se especializar na produção e na exportação de bens em que possuísem vantagem comparativa. Com base nesta teoria, defendia-se que as nações primário-exportadoras não deveriam se preocupar com a mudança de sua estrutura produtiva e, tampouco, com a sua pauta exportadora, porque as divisas da exportação lhes permitiriam acessar as benesses do progresso tecnológico por meio da importação de bens mais elaborados.

Para os pensadores do desenvolvimentismo clássico, o respeito à teoria das vantagens comparativas ricardiana não traria o esperado desenvolvimento econômico; pelo contrário, prenderia as nações ainda pobres na armadilha do subdesenvolvimento. Por isso, indicavam a necessidade de transformar a matriz produtiva interna por meio da industrialização e, a partir dela, requalificar o padrão de inserção externa dessas nações, superando o seu caráter primário-exportador. Sendo este um resultado não espontâneo - ou seja, deixado às forças do livre mercado, a industrialização não ocorreria -, o processo demandava, em alguma medida, planejamento e coordenação estatal para a sua realização.

Os estruturalistas latino-americanos, partindo da observação do processo de formação socioeconômica dos países da região, entenderam ser inescapável que, para diagnosticar e prescrever a superação do subdesenvolvimento, era necessário analisar a forma como as instituições e a estrutura produtiva herdadas condicionaram a dinâmica econômica dos países em desenvolvimento e geraram comportamentos que são diferentes do comportamento das nações mais desenvolvidas.⁸

A partir do chamado método histórico-estrutural, por conseguinte, é imprescindível aliar a história - e todo o seu processo cumulativo - à teoria. Essa compreensão, por sua vez, levava à necessidade de um tratamento teórico diferenciado com respeito ao subdesenvolvimento. Ora, se o fenômeno do subdesenvolvimento não era apenas uma fase

7 Para mais informações, ver Cardoso (2018) e Meier e Seers (1989).

8 Para mais informações sobre o estruturalismo latino-americano, ver também Prebisch (1949) e Rodríguez (2004).

que antecedia o resultado de desenvolvimento – pelo contrário, era uma conformação estrutural -, sua superação parecia ser tarefa ainda mais desafiadora.

O conceito de centro-periferia é característico do pensamento cepalino-estruturalista, entendendo o centro como protagonista da geração do progresso tecnológico e a periferia como absorvedora passiva dos efeitos deste progresso. Prebisch, em contraponto à teoria das vantagens comparativas ricardiana, fundamentará a teoria da tendência à deterioração dos termos de troca dos bens primários comparativamente aos bens manufaturados, em virtude da diferença entre a elasticidade-renda das importações da periferia e das importações do centro, fazendo com que os países centrais preservassem integralmente o fruto de seu técnico, transferindo apenas uma pequena parte para a periferia.⁹

Outra característica definidora do pensamento cepalino-estruturalista é a percepção de que o econômico não pode ser apartado do social, uma vez que, invariavelmente, envolve relações de assimetria de poder - consequentemente, o desenvolvimento (e o subdesenvolvimento) são temas de economia política. Uma das marcas indeléveis da formação socioeconômica dos países da América Latina, como o Brasil, foi a extrema desigualdade observada desde os tempos de colônia: uma colônia de exploração, monocultora e exportadora, baseada em trabalho escravizado. Por isso, aliada às transformações econômicas, relativas ao adensamento da matriz produtiva e à requalificação do padrão de inserção externa, eram necessárias transformações sociais (e políticas) que confrontariam a base de desigualdade historicamente consolidada. Dito de outro modo, não bastava gerar mais excedente econômico: importava como esse excedente econômico era gerado e como se daria a sua distribuição. Essas mudanças só seriam possíveis por meio de reformas de base com efeitos progressivos, ou seja, que combatessem as desigualdades de renda e riqueza secularmente consolidadas.

De toda forma, como condição necessária para a superação do subdesenvolvimento estava a transformação da matriz produtiva via industrialização. Este argumento estava presente desde os primeiros livros do autor, como o seu clássico *Formação Econômica do Brasil*.¹⁰ Para Furtado,

9 Prebisch, 1949.

10 Furtado, 1959.

seria a indústria aquele setor com maior poder germinativo¹¹, ou seja, com a maior capacidade de engendrar transformações no sistema econômico. Conforme Cardoso (2018), o adequado aproveitamento da capacidade germinativa da indústria dependia de dois conjuntos de condicionantes internos, relativos ao processo de tomada de decisões e às condições estruturais. E, nos dois casos, demandava-se a atuação direta e planejada do Estado.

Por conseguinte, em teoria, a industrialização seria chave para a libertação das nações periféricas de sua situação de dependência e subdesenvolvimento. Com ela, seria possível internalizar de forma robusta o centro dinâmico da economia, por meio do adensamento e da diversificação da matriz produtiva. Por isso, para promover essas transformações fazia-se necessária a contrapartida de realização de um nível adequado de investimentos no conjunto de toda a economia. Segundo Cardoso (2018), esse balanceamento seria importante “tanto para potencializar os seus efeitos de encadeamentos positivos, quanto, possivelmente, para que não representassem empecilhos ao aproveitamento desses efeitos cumulativos positivos à transformação da estrutura produtiva”.¹² O setor externo, embora relevante, não seria em si um elemento propulsor do desenvolvimento, no qual os países poderiam depositar todas as expectativas de geração robusta e contínua de impulsos dinâmicos.

O processo de industrialização brasileiro do século XX será bem sucedido no que diz respeito à contribuição da geração (e de sua forma) de excedente econômico. Mas não será suficiente para romper com a dinâmica de desigualdade presente desde os primeiros dias de colonização. Pelo contrário, a escolha da forma de industrialização, baseada preponderantemente na dinâmica do consumo de bens de consumo duráveis - os chamados bens de luxo - intensificou o processo de concentração de renda e, por conseguinte, de riqueza e poder.

O diagnóstico de Celso Furtado:¹³ as nações da periferia, em um processo de mimetismo cultural, tenderam a emular os padrões de consumo dos países desenvolvidos. Essa demanda acarretou a concentração de recursos na produção desses bens de luxo. Porém, são esses os setores

11 Furtado, 1973.

12 Cardoso, 2018, p. 140.

13 Ver, por exemplo, Furtado (1961), Furtado (1967) e Furtado (1973).

produtivos ainda mais intensivos em capital e menos absorvedores de mão de obra, justamente o fator produtivo mais abundante, gerando desemprego e subemprego estrutural. Por conseguinte, o subdesenvolvimento persistiu mesmo com a modernização da estrutura produtiva. De acordo com o autor, o que se observou foi uma industrialização sem política de desenvolvimento:

A ausência de uma política que orientasse o processo de industrialização teve sérias consequências, cujos efeitos negativos se acumularam na fase presente. Assim, não foi preparada a infraestrutura que permitiria a transição de uma economia exportadora de produtos primários para outra de tipo industrial. Esse problema é particularmente grave em razão da extensão do país e do desenvolvimento semiautônomo que cada uma de suas regiões teve no passado.¹⁴

Além disso, no caso do Brasil, a despeito da participação estatal, especialmente na consolidação das chamadas indústrias de base e de infraestrutura, o protagonismo da industrialização brasileira foi desempenhado de forma significativa pelo capital internacional, por meio de grandes empresas multinacionais.

Assim, a estratégia de industrialização, que era a saída para a superação do subdesenvolvimento, da forma como foi realizada, acabou contribuindo para a retroalimentação entre a forma de dominação política e de dominação cultural e, conseqüentemente, para a maneira como foram apropriados os frutos do progresso tecnológico, protagonizado pelos países centrais. A ausência de centros próprios de decisão adicionada à rigidez estrutural, compunham a questão crucial da dependência externa brasileira e do recrudescimento da sua condição de subdesenvolvimento, representado pela matriz produtiva com baixa diversificação e adensamento, pelo padrão de inserção externa dependente, pelas disparidades regionais (em boa medida, reflexo da heterogeneidade estrutural) e pela profunda desigualdade social.

14 Furtado, 1965, p. 411. Sobre a diversidade regional, vale relembrar termo utilizado por Furtado (1959, p. 90), em que define a economia brasileira como uma constelação de sistemas.

De maneira geral, nos textos datados de até o início da década de 1960, o tom argumentativo de Furtado era otimista com relação à realização do sonho do desenvolvimento: acreditava-se que o processo substitutivo de importações seria bem sucedido no seu objetivo, de promover a industrialização, o crescimento econômico e o desenvolvimento socioeconômico. Porém, na metade da década de 1960, em boa medida em virtude do golpe civil-militar de 1964, combinado aos limites políticos e geopolíticos refletidos no esgotamento da estratégia do processo substitutivo de importações, Furtado se torna mais crítico e cético quanto à possibilidade de alçamento ao desenvolvimento, seguindo a estratégia desenvolvimentista pensada na década anterior.

Em livro de 1962, dois anos antes do golpe civil-militar – ou seja, no período do governo de João Goulart, em que Celso Furtado atuou como Ministro do Planejamento e elaborou o Plano Trienal -, aponta que:

A tarefa básica do momento presente consiste, portanto, em dar maior elasticidade às estruturas. Temos que caminhar com audácia para modificações constitucionais que permitam realizar a reforma agrária e modificar pela base a maquinaria administrativa estatal, o sistema fiscal e a estrutura bancária. Temos que subordinar a ação estatal a uma clara definição de objetivos de desenvolvimento econômico e social (...) E acima de tudo devemos ter um plano de desenvolvimento econômico e social à altura de nossas possibilidades e em consonância com os anseios do nosso povo.¹⁵

Os resultados políticos e socioeconômicos pós golpe de 1964, a despeito do avanço do processo de industrialização, não permitiram a consecução da almejada revolução brasileira almejada por Furtado.

É neste contexto de desencantamento que o *Mito do Desenvolvimento Econômico* será abordado na próxima seção.

15 Furtado, 1969, p. 31-32.

O desenvolvimento econômico como mito

Em 1972, um grupo interdisciplinar do MIT, composto por Donella Meadows, Dennis Meadows, Jorgen Randers e William Behrens, preparou um estudo para o Clube de Roma, intitulado *The Limits to Growth*. Graças ao estudo, segundo Furtado, foram “trazidos para o primeiro plano da discussão problemas que os economistas do desenvolvimento econômico trataram sempre de deixar na sombra”.¹⁶ Para o autor, a principal contribuição do estudo se deveu justamente ao abandono da hipótese de que existiria um sistema aberto no que se refere à fronteira dos recursos naturais, embora no documento não haja qualquer menção à crescente dependência dos países mais industrializados com relação aos recursos naturais dos menos desenvolvidos - assim como as consequências disso para os últimos.

Partindo da ideia de que o sistema é fechado, a pergunta colocada pelo estudo é objetiva: se o padrão de desenvolvimento econômico dos países industrializados fosse disseminado para as demais nações do mundo, o que aconteceria com o planeta? A resposta é tão objetiva quanto a pergunta: seria o colapso do sistema econômico, porque o planeta Terra não comportaria tal pressão sobre os recursos não renováveis.

Aliada à ideia de que o sistema é fechado (e, por isso, não é possível dispersa ou isolar o os efeitos da degradação), está a definição de irreversibilidade. Com base nela, de acordo com Furtado, “A evidência à qual não podemos escapar é que em nossa civilização a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico”¹⁷. E seria ingenuidade imaginar que o progresso tecnológico poderá neutralizar este processo em curso; pelo contrário, tem contribuído para agravá-lo. É a lei da entropia funcionando plenamente e com consequências cumulativas sobre a natureza e sobre a sociedade. Nas palavras do autor:

Demais das consequências de natureza diretamente econômica, como seja o encarecimento das fontes alternativas de energia, esse processo provoca

16 Furtado, 1974, p. 17.

17 Furtado, 1974, p. 19.

elevação da temperatura média de certas áreas do planeta cujas consequências a mais longo prazo dificilmente poderiam ser exageradas.¹⁸

Porém, apesar de reconhecer o risco inevitável das consequências ambientais, Furtado acreditava ser pouco provável a expansão do modo de vida dos países mais industrializados por todas as nações do mundo; pelo menos não de uma forma homogênea, disseminada por todas as classes sociais. Isso porque a própria dinâmica centro-periferia, e a relação de dependência que conformava, marcada pelo recrudescimento das desigualdades entre os dois conjuntos de nações e, internamente às periféricas, da manutenção do hiato de padrão de vida entre as elites e as classes trabalhadoras, ensejava a impossibilidade de todas as nações do mundo alcançarem o desenvolvimento econômico, ou seja, de reproduzirem o estilo de vida das nações centrais.

Nos países centrais, a oferta de novos produtos ocorreu junto à elevação do nível de salários reais, gerando um processo dinâmico alimentado pelos efeitos multiplicadores da renda e do emprego, permitindo a expansão do consumo em massa. Já na periferia, os processos não ocorreram simultaneamente. Conforme ressalta Furtado, para expandir o consumo, “o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanente concentração de renda”¹⁹. Dito de outro modo, o estilo de vida das nações mais industrializadas seria sempre restrito a uma minoria, o que não corresponderia com a hipótese de generalização da qual parte o modelo do estudo *The Limits of Growth*. Porém, supondo que esse estilo de vida se generalizasse, o custo de depredação sobre a natureza colocaria em risco a própria sobrevivência humana.

Por esses dois motivos - quais sejam, a própria dinâmica geradora de desigualdades do capitalismo representada pelas assimetrias entre o centro e a periferia, e os limites do mundo físico -, Furtado afirma que o desenvolvimento econômico, entendido como a reprodução do modo de vida das nações ocidentais industrializadas, é um mito. Em suas palavras:

18 Furtado, 1974, p. 20.

19 Furtado, 1974, p. 45.

Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento.²⁰

E, como mito, o desenvolvimento econômico teve sua utilidade histórica e política, qual seja, de mobilizar os esforços das nações periféricas, na ilusão de que poderiam se alçar ao padrão de desenvolvimento econômico das nações centrais. Esforços que implicaram, conforme Furtado, a destruição de formas de cultura arcaicas e a degradação do meio físico, bem como a manutenção da condição de dependência destas nações.

É pela sua contribuição em apontar que o desenvolvimento econômico é um mito, que Furtado localiza a importância do modelo do *The Limits of Growth*. Porém, naquele contexto, a hipótese de generalização lhe parecia ainda alarmista.

O processo de modernização, definido por Furtado como a “adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos”²¹, que se intensificou com o processo de industrialização nos países da periferia, como o Brasil no século XX, engendrou uma nova forma de armadilha do subdesenvolvimento, que “deve ser entendido como um processo, vale dizer, como um conjunto de forças em interação e capazes de reproduzir-se no tempo”.²² Especificamente sobre o modelo de subdesenvolvimento brasileiro, Furtado aponta para sua tendência estrutural de exclusão da maior parte da população do acesso às benesses do incremento do excedente e do progresso tecnológico. Esse processo é possível, por sua vez, por conta da assimetria de poder político, ou seja, “a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade

20 Furtado, 1974, p. 75-76.

21 Furtado, 1974, p. 81.

22 Furtado, 1974, p. 94.

dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter antissocial tende a estimular”.²³

Para concluir a retomada das principais ideias expostas nos quatro capítulos que compõem o livro, Furtado aponta para o que denomina como “outra vaca sagrada dos economistas”,²⁴ o Produto Interno Bruto (PIB) e para a sua taxa de crescimento. No final do último capítulo, texto escrito em 1972, questiona porque o cálculo do PIB não considera o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não renováveis, dos solos e florestas, da poluição das águas e do impacto sobre a fauna. Ademais, se o padrão de renda não melhora para a maioria (ou seja, se o incremento do PIB não é acompanhado pela melhoria do salário real), o crescimento está sendo realizado com base no desgaste humano - ou, dito de outro modo, no incremento da exploração e da precarização das condições de trabalho da maioria.

Essas considerações remetem ainda a outro questionamento, implícito na obra em discussão: para que e para quem serve (ou deveria servir) o desenvolvimento? Conforme Furtado, “Não se trata, evidentemente, de negar todo valor a esses conceitos, nem de abandoná-los se não podemos substituí-los por outros melhores. Trata-se de conhecer-lhes a exata significação”.²⁵ E ao questionar qual o significado exato de conceitos tão caros aos economistas, tais como o PIB e a taxa de crescimento, ou ainda, do que motiva o progresso tecnológico e o desenvolvimento econômico, Furtado coloca em xeque a própria definição de desenvolvimento.

Em certa medida, o desencantamento da década de 1960, pelos motivos já expostos anteriormente, levaram à contestação da factibilidade das estratégias desenvolvimentistas em promover o rompimento com a condição de subdesenvolvimento, alçando os países que as adotassem à condição de nações desenvolvidas, ou seja, com a reprodução de padrão de vida - notadamente, a cesta de consumo - semelhante ao das nações ocidentais mais industrializadas.

Na década de 1970, Furtado avança ainda mais na reflexão, trazendo elementos para a construção de uma crítica epistemológica ao que ele vai definir, no livro de 1974, como um mito, o desenvolvimento

23 Furtado, 1974, p. 109.

24 Furtado, 1974, p. 115.

25 Furtado, 1974, p. 116.

econômico. Porém, não se trata de uma negação ou do abandono do conceito de desenvolvimento, mas sim da busca pela construção de um conceito mais coerente e consistente com o contexto histórico e socio-cultural. As reflexões incitadas pelo *Mito do Desenvolvimento Econômico* são passos importantes deste ponto de inflexão de Furtado, que serão aprofundadas em obras subsequentes, como *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*, publicado quatro anos depois, em que ele pondera que, na medida em que a capacidade inventiva e criatividade humanas foram subordinadas aos objetivos da acumulação, “atrofiaram-se os vínculos de criatividade com a vida humana concebida como um fim em si mesma, e hipertrofiaram-se suas ligações com os instrumentos que utiliza o homem para transformar o mundo”.²⁶

A pergunta sobre qual é o desenvolvimento almejado e como alcançá-lo é fio condutor da obra de Furtado, e a década de 1970 figura como importante marco. Se não for a reprodução do modo de vida das nações ocidentais da civilização industrial, qual é a utopia que mobilizará as nações subdesenvolvidas? Não é pretensão deste breve texto passar por toda a vasta obra do autor; por isso, na próxima seção, realiza-se um salto no tempo, em especial, chegando a reflexões expressas em textos dos anos 1990 e do início dos anos 2000.

Em busca do verdadeiro desenvolvimento

O desenvolvimento, com sua diversidade de predicados, é tema central da obra de Furtado. Conforme Cardoso (2020), “longe de produzir consensos, o tema desenvolvimento continua sendo objeto de prolongados debates, tanto no que se refere à tentativa de sua definição, quanto às estratégias para alcançá-lo, o que dependerá, por sua vez, da sua própria definição”.²⁷ Conforme apontado nas seções anteriores, a obra de Furtado refletirá essa mudança, e sempre na direção de tornar o conceito mais complexo, ou seja, incorporando cada vez mais elementos (econômicos, sociais, políticos, ecológicos e culturais) à sua definição. E, como reflexo da complexificação de sua definição, o repensar das estratégias para seu

26 Furtado, 1978, p. 75

27 Cardoso, 2020, p. 8.

alcance. Em suas palavras, “Mais do que transformação, o desenvolvimento é invenção, pois comporta um elemento de intencionalidade. As condições requeridas para que esse elemento se manifeste com vigor dão-se historicamente, ou seja, são irreduzíveis a esquemas formalizáveis”.²⁸

Um país que pretenda ser desenvolvido precisa estar ciente de onde que chegar. Esta é uma afirmação que Furtado fará em diversos momentos de sua obra. A consciência sobre seu destino é um passo importante para o planejamento de como alcançar a utopia almejada.

E para a construção desta consciência, não basta a imposição de um projeto, definido por um grupo restrito ou de escassa representatividade; esta construção deve ser realizada e legitimada coletivamente. E em um país tão desigual e diverso como o Brasil, com sua constelação de sistemas, esta é uma tarefa ainda mais complexa.

Conforme ressalta Furtado, “a dimensão política do processo de desenvolvimento é incontornável”.²⁹ De modo que, para que haja desenvolvimento e, por conseguinte, avanços socioeconômicos, com impactos positivos sobre a qualidade de vida da população (especialmente dos mais pobres), as pressões populares são fundamentais, pois “são estas que definem o perfil de uma sociedade, e não o valor mercantil da soma de bens e serviços por ela consumidos ou acumulados”.³⁰ Do contrário, a tendência é a manutenção de situações de privilégio historicamente consolidadas e do recrudescimento das desigualdades. De acordo com o autor, “só haverá verdadeiro desenvolvimento - que não se deve confundir com “crescimento econômico”, no mais das vezes resultado da mera modernização das elites - ali onde existir um projeto social subjacente”.³¹

Por isso, a consideração da diversidade, assim como a garantia da democracia e o do pluralismo, são cruciais: “Somente uma sociedade aberta – democrática e pluralista – é apta para um verdadeiro desenvolvimento social”.³²

E os grandes desafios enfrentados pela condição de periferia no século XXI? Qual o modelo de civilização a se construir? Qual

28 Furtado, 1994, p. 276.

29 Furtado, 2004b, p. 108.

30 Furtado, 2004b, p. 108.

31 Furtado, 2004b, p. 108.

32 Furtado, 2002, p. 77.

desenvolvimento buscar? Em texto de 1998, Furtado apresenta elementos do desafio do desenvolvimento no século XXI:

o desafio que se coloca no umbral do século XXI é nada menos do que mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação num curto horizonte de tempo para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos. Devemos nos empenhar para que essa seja a tarefa maior dentre as que preocuparão os homens no correr do próximo século: estabelecer novas prioridades para a ação política em função de uma nova concepção de desenvolvimento, posto ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o equilíbrio ecológico.³³

Apesar de passados quase 30 anos desta afirmação, os apontamentos indicados por Furtado para o século XXI permanecem atuais. Do mesmo modo, permanecem atuais as reflexões incitadas pelo cinquentenário *Mito do Desenvolvimento Econômico*. Os textos que compõem o livro de 1974 convidam à crítica ao modelo de desenvolvimento inaugurado pela Revolução Industrial, protagonizado pelas nações centrais e emulado pelas nações periféricas, na ilusão de que seria possível a todas as nações do mundo desfrutar do padrão de vida (leia-se, cesta de consumo) das nações mais industrializadas e protagonistas da geração do progresso tecnológico. Em 1974, Furtado, provocado pelo relatório *Limits of Growth*, aponta para as principais contradições do atual modelo de desenvolvimento, qual seja, a impossibilidade de reprodução de um padrão de vida semelhante ao das nações centrais para todos os habitantes do planeta. Isso pelos limites políticos, geopolíticos ou ecológicos, todos apontados por Furtado em seu livro de 1974.

Esse modelo, ademais, por estarmos em um sistema fechado, engendrou consequências irreparáveis sobre o mundo físico; não há progresso tecnológico que possibilite a sua reversão completa, de modo que teremos que lidar, nos próximos anos, com as mudanças climáticas provocadas

33 Furtado, 1998, p. 64.

especialmente pelo aquecimento global ocasionado, em grande medida, pela degradação do meio ambiente pelas sociedades humanas. As consequências, como temos visto, não se distribuem de forma igualitária: tendem a impactar justamente as populações mais vulneráveis nas regiões mais empobrecidas do mundo.

Pelo menos desde 2015, quando os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da Agenda 2015 foram substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, podemos afirmar que, ao menos no campo do discurso, falar em desenvolvimento sem considerar a dimensão da sustentabilidade tornou-se política e socialmente inaceitável. E, para a realização da Agenda 2030, a erradicação da pobreza se apresenta como o maior desafio global e também como um requisito para a promoção do desenvolvimento sustentável, com o compromisso de que ninguém seja deixado para trás.³⁴

Como conciliar o atendimento a esta agenda com as necessidades apontadas pelos países periféricos ainda no século XXI, tais como o combate à pobreza e às desigualdades, a superação da dependência financeira e tecnológica e da insuficiência de capacidade produtiva?

Para além do plano do discurso, essa nova concepção de desenvolvimento, precisa se tornar diretriz efetiva, não apenas nacionalmente, mas especialmente globalmente. Sem que haja um movimento global, amparado e orientado internacionalmente, inspirado por uma nova concepção de desenvolvimento, que tenha como objetivo precípua a manutenção do planeta e garantia de dignas condições de vida para todas as pessoas em todos os cantos do mundo, a superação do subdesenvolvimento e das desigualdades observadas inclusive nas nações consideradas mais desenvolvidas não será factível. Os motivos, são os já apontados anteriormente: limites políticos e geopolíticos – ou seja, interesses de grupos ou países detentores de instrumentos de poder predominando sobre os demais – e ecológicos – o planeta entrar em colapso. Assim, “a promoção do desenvolvimento sustentável, com o compromisso de que ninguém seja deixado para trás”, mais do que uma utopia, parece ser o único caminho viável para a perpetuação do planeta.

É ainda necessário colocar em evidência a importância estratégica de valorização e priorização do investimento em educação, pesquisa,

34 Ver ONU, 2015.

ciência e tecnologia, para a construção de um caminho popular, sustentado, sustentável e soberano de desenvolvimento nacional. A construção de um país verdadeiramente desenvolvido demanda uma política estatal consistente de Ciência, Tecnologia e Inovação, baseada em uma política educacional que a impulse e a fortaleça. O rompimento com a condição de subdesenvolvimento, em condições adequadas de resposta aos desafios da Agenda 2030, passa necessariamente pelo protagonismo de pensamento e de produção científica. Afinal, os problemas e desafios devem ser compreendidos historicamente e territorialmente, atendendo aos anseios socioculturais presentes.

Estaríamos buscando os objetivos e possibilitando os meios que nos levam ao *verdadeiro desenvolvimento*? Qual é a utopia que nos mobiliza? Esse questionamento, ainda atual, é o principal legado do livro de 1974.

Considerações Finais

O tema do desenvolvimento, como conceito ou como estratégia para alcançá-lo, apresenta-se como desafio constante, e que ainda mobiliza muitas reflexões e debates. Furtado, ao logo de sua obra, forneceu subsídios valiosos para estas reflexões, na medida em que se manteve atento ao contexto histórico, regional e sociocultural para construir sua análise, diagnóstico e implicações normativas, visando a transformação da realidade, na direção do que acreditava ser o verdadeiro desenvolvimento.

Nesse contexto, *O Mito do Desenvolvimento Econômico* constitui-se em marco importante, na medida em que simboliza ponto de inflexão na abordagem do autor sobre o tema. E, ao afirmar que o desenvolvimento econômico é um mito, pelos limites políticos, geopolíticos e ecológicos, remete ao questionamento do que é o desenvolvimento, tema que sempre tratou de forma interdisciplinar. Assim, apesar de seu meio século, o livro de 1974 permanece atual, na medida em que suas reflexões iluminam caminhos para responder aos desafios do desenvolvimento no século XXI.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, Fernanda Graziella. *Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico*, Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

CARDOSO, Fernanda Graziella. “Além do Horizonte: a atualidade de Furtado e o futuro do desenvolvimento”. *Boletim do Grupo de Estudos Economia e Política (GEEP)*, UERJ, nº 3, outubro de 2020. Disponível em: <http://geep.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2021/08/Relat%C3%B3rio-GEEP-v1-n3.pdf>.

CARDOSO, Fernanda Graziella. “Entre o mito e a utopia: a atualidade do cinquentenário *Mito do Desenvolvimento Econômico* de Celso Furtado”, *Revista Economistas*, n. 52, abr-jun, 2024.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, ([1959] 2001).

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, ([1961] 2009).

FURTADO, Celso. *A Pré-Revolução Brasileira*, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. “Obstáculos Políticos ao Crescimento Brasileiro” em Furtado, Rosa Freire D’Aguiar (org.), *Essencial Celso Furtado*, São Paulo: Editora Schwarcz, ([1965] 2013).

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, ([1967] 1977).

FURTADO, Celso. *Raízes do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, ([1973] 2011).

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. *A Economia Latino-Americana*. São Paulo: Companhia das Letras, ([1976] 2007).

FURTADO, Celso. *A Fantasia Desfeita*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. “A superação do subdesenvolvimento”, publicado em *Economia e Sociedade*, n. 3, dez. 1994, reproduzido em eFurtado, Rosa Freire D’Aguiar (org.), *Essencial Celso Furtado*, São Paulo: Editora Schwarcz, ([1994] 2013).

FURTADO, Celso. *O Capitalismo Global*, São Paulo: Editora Paz e Terra, 7ª edição, ([1998] 2007).

FURTADO, Celso. *Introdução ao Desenvolvimento – Enfoque Histórico-Estrutural*, São Paulo: Paz e Terra, 3. ed, 2000.

FURTADO, Celso. “Que futuro nos aguarda?” em Furtado, Celso, Em busca de um novo modelo – reflexões sobre a crise contemporânea, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

FURTADO, Celso. “Para onde caminhamos?” em Furtado, Rosa Freire D’Aguiar (org.), *Essencial Celso Furtado*, São Paulo: Editora Schwarcz, ([2004a] 2013).

FURTADO, Celso. “O verdadeiro desenvolvimento” em Furtado, Rosa Freire D’Aguiar (org.), *Essencial Celso Furtado*, São Paulo: Editora Schwarcz, ([2004b] 2013).

MEIER, Gerald; SEERS, Dudley (eds.). *Pioneers in Development*, publicado pelo Banco Mundial, Oxford University Press, 1989.

ONU – Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>.

PREBISCH, Raúl. “O desenvolvimento econômico latino-americano e alguns de seus principais problemas” em Bielschowsky, Ricardo (org.), Cinquenta anos de pensamento da CEPAL, Rio de Janeiro: Record, vol. 1, ([1949] 2000).

RODRÍGUEZ, Octávio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

MITOS, PROFECIAS E UTOPIAS DO DESENVOLVIMENTO

Markus Erwin Bose¹

Introdução

Os clássicos precisam ser lidos em seu contexto. Em coletânea de ensaios acerca dos clássicos de sua formação, Ítalo Calvino compartilhou, “relendo o livro na mecanismos interiores e cuja origem havíamos esquecido” (Calvino, 1993, p. 10). Entre os clássicos no estudo do desenvolvimento regional, destacamos o “Mito do desenvolvimento econômico”, que inspira nosso argumento essencialmente a partir do primeiro ensaio “Tendências estruturais do sistema capitalista na fase de predomínio das grandes empresas”, redigido em 1973, durante a estadia de Celso Furtado na Universidade de Cambridge, no Reino Unido (Furtado, 1974).

Registrando leituras e reflexões, entre 1972 e 1974, Furtado incorporou no ensaio a nêmesis às externalidades negativas do capitalismo industrial: a ideia de sustentabilidade. Na época, o conceito ainda não era corrente, pois estava circunscrito aos estudos da engenharia florestal (Spindler, 2002). *We are searching for a model output that represents a world system that is: 1. sustainable without sudden and uncontrollable collapse; and 2. capable of satisfying the basic material requirements of all of its people* (Meadows

1 Doutor em Sociologia Política. Professor da Universidade de Santa Cruz do Sul. markus@unisc.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4962360402048291>

et al., 1972, p. 158).² A concepção de que o crescimento econômico contínuo, linear, concentrador de riquezas e de descartáveis, seria destruidor de sua base de insumos, portanto, insustentável. Não por crítica econômica ou oposição ideológica, apenas pela lógica matemática.

Ao explicar a escolha do título, Furtado define que o mito engloba hipóteses que não podem ser testadas. Mesmo assim, permanece relevante pois orienta “num plano intuitivo, a construção do que Schumpeter chamou de *visão* do processo social, sem a qual o trabalho analítico não teria sentido” (Furtado, 1974, p. 15). Furtado atribui significado especificamente positivo ao termo no estudo do desenvolvimento, não seguindo necessariamente entendimento usual em áreas como a literatura ou a história. Para Roland Barthes, por exemplo, o mito seria uma forma de fala despolitizada, produzida pela conotação, assim, ideologia (Cristaldo; De Senna; Matos, 2016).

Citando Max Weber, para Furtado os mitos são faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social, assim obscurecem outros. O que desperta nossa questão norteadora: Existiriam campos de percepção obscurecidos que Furtado não reconhecia enquanto redigia o ensaio “Tendências estruturais do sistema capitalista na fase de predomínio das grandes empresas”? Vamos abordar esta questão com especial ênfase a uma crítica quase que despercebida na introdução, “entelêquia existente fora de qualquer contexto social” (Furtado, 1974, p. 16). Apresentamos à reflexão do leitor dois processos em construção, compreensíveis em seu contexto, enraizados no território.

Além do conceito do mito, utilizamos ainda o termo “profecias”, introduzido por Furtado no primeiro subtítulo. Não no sentido religioso, mas como projeções usuais nas ciências sociais. Destacamos, ainda, o conceito de “utopias”, originado por um santo da Igreja Católica como sendo uma civilização ideal e imaginária, porém aqui denotando dois casos reais para construir sociedades utópicas: inclusão social sem crescimento econômico e sem destruição da base física. Diferenciamos entre crescimento e desenvolvimento, e, em respeito ao ideário de Furtado,

2 “Estamos à procura de um modelo que represente um sistema mundial que seja: 1. sustentável, sem colapso repentino e incontrolável; e 2. capaz de satisfazer as necessidades materiais básicas de todo o seu pessoal” (Tradução dos organizadores)

utilizamos “periferia”, apesar da preferência por “semiperiferia” seguindo Wallerstein.

Reflexão sobre o contexto

Em seu período de pesquisa e ensino em universidades do paradigma anglo-saxão, Furtado tomou conhecimento do estudo *The Limits to Growth*, publicado em 1972 - o estado da arte em pesquisa sobre desenvolvimento naquele período. Resultado de estudos no *Massachusetts Institute of Technology* que sistematizava profecias realizadas mediante tecnologia pioneira, o processamento eletrônico de amplo volume de dados, hoje conhecido por *Big Data*. Utilizando o modelo World3 foram simuladas interações entre cinco sistemas estruturantes no globo: produção de alimentos; industrialização; demografia; recursos não-renováveis e poluição.

Financiado pelo instituto de pesquisas europeu *The Club of Rome*, o relatório apresentou ao debate público as contradições entre crescimento econômico, recursos materiais finitos e crescente poluição. Foram vendidas mais de 30 milhões de cópias em dezenas de traduções e revisões. A atualização anual registra que, tendencialmente, as profecias de 1972 tem se concretizado (Bardi; Álvarez Pereira, 2022).

A crítica no ensaio tinha por cenário, “as grandes metrópoles modernas com seu ar irrespirável, crescente criminalidade, deterioração dos serviços públicos, fuga da juventude” na América do Norte (Furtado, 1974, p. 16). Naquela época, e hoje, uma descrição acurada também de outras grandes metrópoles, inclusive brasileiras. Destacamos a profecia das ‘muitas São Paulo’ que o Regime Militar pretendia espraizar pelo país como estratégia de desenvolvimento sob o economista Delfim Netto. Gerando resposta profética pela Arquidiocese de São Paulo sobre a insustentabilidade daquele mito (Camargo *et al.*, 1976). Hoje herança visível nos estudos sobre desenvolvimento regional quanto à ‘São Paulo’ plantada em meio da Amazônia, a Zona Franca de Manaus, legado fiscal que pesa até os dias atuais no orçamento federal.

Castro (1974), em uma das primeiras resenhas, afirma que Furtado não compartilhava da visão catastrofista sobre os limites do crescimento. Nem quanto ao crescimento populacional, nem quanto às barreiras físicas ao crescimento ou à poluição insuportável, pois a aceitação da profecia

levaria a crer na catástrofe nas economias centrais. Recomenda: “deixemos, pois, de lado as páginas que derivam de *Limits to Growth*, elas parecem ser um mero expediente de que se vale o autor para chamar a atenção sobre o que é realmente relevante” (Castro, 1974, p. 740).

Castro recomendava que deveríamos nos ater ao segundo ensaio, o núcleo teórico sobre subdesenvolvimento. Não podemos mais nos permitir esse engano do paradigma tecnocrata. Furtado recusava não o estudo em si, mas a premissa, “na medida em que o resto da economia mundial se desenvolve economicamente, ela seguirá basicamente os padrões de consumo dos Estados Unidos” (Furtado, 1974, p. 22), que rejeitou como pressuposto positivista “à la Rostow”.

O que sabemos hoje

Possivelmente economistas como Furtado ou Castro não tinham conhecimento detalhado de que a ciência estava, desde 1958, construindo a Curva de Keeling que permite aferir diariamente a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera (Nobre; Reid; Veiga, 2012). Contudo, Furtado registra que a insustentabilidade do crescimento econômico, “provoca elevação da temperatura média de certas áreas do planeta cujas consequências a mais longo prazo dificilmente podem ser exageradas” (Furtado, 1974, p. 20). Vivemos atualmente nesse “mais longo prazo”.

Sabemos que as economias centrais saturaram a atmosfera com dióxido de carbono e (ainda) não entraram em colapso, mas estão vivendo catástrofes, seja a seca do século no Oeste dos EUA, o degelo nos Alpes suíços ocasionando quebra do setor do turismo ou os incêndios da tundra na Sibéria. Para não falar das periferias, com o *lockdown* de Pequim pela fuligem de carvão mineral, em 2013, ou a crise hídrica da macrometrópole de São Paulo no ano seguinte.

Mesmo assim, o mito da aceleração do crescimento pelo Estado continua vivo em discurso sem base científica no debate público em escala nacional:

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, não se deu por satisfeito em tentar rebater – e não conseguir – a afirmação da secretária de Mudança

do Clima do Ministério do Meio Ambiente, de que o Brasil não tem qualquer plano de investir os recursos dos combustíveis fósseis em transição energética [...] Silveira disse que o Brasil deve produzir combustíveis fósseis até ‘conseguir alcançar Índice de Desenvolvimento Humano à altura dos países industrializados’. E completou: ‘O petróleo é uma fonte energética importante para combater desigualdade’ (Climainfo, 05/04/2024).

Assim como na escala regional governos estaduais em crise fiscal continuam prometendo uma profecia que não podem cumprir:

Governo reúne empresários e deputados para discutir futuro [...] nova agenda de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, agenda que estabelecerá as bases para nova era de prosperidade econômica sustentável para toda sua população, em uma política de Estado que gerará benefícios para diversas gerações [...] a recém criada Agência de Desenvolvimento terá a incumbência de correr atrás (De Oliveira, 6/4/24).

E o mito permanece vivo na academia, como Efeito *Catch-up* ou *Trickle down*, mediante modas, sejam as Microfinanças, a Base da Pirâmide ou tecnologia:

Nos dias 6 e 7 de abril, serão apresentados mais de 90 projetos na *Brazil Conference*, em Cambridge/Massachusetts. O evento anual é realizado pela comunidade brasileira em Harvard e no MIT [...] O intuito é incentivar universitários brasileiros usarem a inteligência artificial para potencializar impactos sociais no país. ‘Vimos nos últimos anos um crescimento exponencial em ferramentas de inteligência artificial, desde coisas como o ChatGPT até algoritmos de diagnóstico médico. Acreditamos que podemos usar isso para mudar o Brasil’ (Meirelles, 5/4/24).

Vive também na política partidária, como mantra nas eleições que certos partidos, ou certas lideranças, teriam o dom de promover a aceleração do crescimento. E continua forte no imaginário popular, onde megaprojetos como a Rota da Seda da China ou a Transposição do São Francisco possibilitariam disseminar o desenvolvimento.

Furtado inicia seu ensaio destacando os estudiosos com o farol do mito, “homens que se empenham em compreender a realidade social”, e no segundo parágrafo nomeia seu contexto: as “ciências sociais” (Furtado, 1974, p. 15-16). A palavra “homens” obscurece parcela significativa das pesquisadoras da área, porém, nos parágrafos seguintes Furtado vai especificando o grupo social sobre qual faz suas reflexões e ao qual se dirige. Inicia mencionando Joseph Schumpeter, passando no terceiro parágrafo a se dirigir especificamente aos economistas.

Podemos classificar este argumento como um mito superado, no mínimo desde a prevalência de Delfim Netto, nêmesis das concepções de Furtado, sobre o desenvolvimento nacional. O mito de que economistas, em especial no Estado, constituiriam um grupo seletivo que planeja, coordena e assegura o desenvolvimento: “Economia é arte estranha, que navega entre a academia, o debate sobre os rumos do país e a intervenção na política pública” (Lisboa, 2020, p. 203). O próprio Furtado (1974, p. 17) faz ressalva quanto aos “chamados” países subdesenvolvidos ou terceiro mundo como território de intervenção dos economistas.

Não era de conhecimento público no contexto de Furtado que grandes empresas estavam contratando suas próprias previsões em centros de pesquisa privados. Somente em 2015 o jornalismo investigativo anglo-saxão trouxe ao conhecimento público que empresas petrolíferas americanas mantinham, desde os anos 1950, um grupo de trabalho junto ao *American Petroleum Institute*, coordenando projeções acuradas quanto ao impacto das emissões de gases de efeito estufa (Franta, 2018).

Pesquisadores de Harvard e Potsdam coordenam projeto de pesquisa para análise das simulações realizadas pelos cientistas das petrolíferas Exxon e Shell, entre os anos 1970 e 1980. As projeções naquela época já antecipavam “dramáticos impactos ambientais antes de 2050” (Supran; Rahmstorf; Oreskes, 2023), profecia que está se concretizando na emergência climática. Eram simultaneamente desmentidas pelo negacionismo das mesmas grandes empresas em anúncios ou editoriais pagos na imprensa (Supran; Oreskes, 2017).

As projeções mantidas sob sigilo, e o negacionismo que as acompanhava, integram hoje campo de pesquisa da Agnotologia, não existente no contexto de Furtado. Segundo seus autores, a pesquisa sobre a origem da ignorância ativa tem como origem a estratégia por grandes empresas de financiar pesquisas as mais variadas, inclusive contraditórios, para disseminar a dúvida (Proctor; Schiebinger, 2008).

Opções na periferia

Ao afirmar que “todos os povos da terra” estariam se mobilizando para o crescimento econômico no modelo norte-americano Furtado (1974, p. 19) estava reproduzindo o mito difundido em estudos da época. Porém, obscurece que nem todos os povos estavam em corrida pelo crescimento, menos ainda todos buscavam copiar o modelo das “grandes metrópoles modernas” da “civilização industrial” (Furtado, 1974, p. 20). Furtado diversifica o debate mediante pergunta retórica: “que opções se apresentam aos países que sofreram a deformação do subdesenvolvimento?” (Furtado, 1974, p. 21). Atendida de início pela afirmação normativa “o Estado, incapaz de modificar a referida orientação [tutela pelas grandes empresas] se exaure na luta contra seus efeitos” (Furtado, 1974, p. 62).

Conhecemos hoje uma opção pelo Estado periférico difícil de prever, em 1972, na qual a tutela por grandes empresas das economias centrais deixa de ser o fator determinante. O Estado na periferia, sob certas circunstâncias, cria suas próprias grandes empresas estatais, tão danosas e disruptivas como as empresas privadas que Furtado tinha em mente. Hipótese reforçada pela profecia, “um dos setores que os estados periféricos podem exercer sua autonomia, em face das grandes empresas, é a defesa dos recursos naturais não renováveis” (Furtado, 1974, p. 63).

Ao adjetivar recursos naturais como “não renováveis”, Furtado tinha em mente o recente sucesso da Organização dos Países Exportadores de Petróleo em regular o preço dessa *commodity* mediante crises globais do petróleo. Se a OPEP viria ou não a promover desenvolvimento, Furtado não tinha como saber, e permanece uma questão instigante de pesquisa. Afinal, a monarquia absolutista da Arábia Saudita tornou seu povo desenvolvido? Uma economia tão rica que se permite a empregar massas de

trabalhadores em condições análogas à escravidão oriundos de países asiáticos para trabalhos braçais, pode ser considerado um país desenvolvido?

No Oriente Médio a fabulosa riqueza possibilitada pelo vício global no petróleo possibilitou às elites da região um novo tipo de monarquia absolutista. Não mais baseada na exploração do trabalho dos servos ou na conquista de novos territórios, como as monarquias clássicas. As monarquias na Arábia Saudita, Kuwait ou Dubai formam algo como um sistema parasitário dos fluxos econômicos do capitalismo produtivo e, portanto, insustentável em todos os níveis de análise.

Talvez Furtado conhecesse em seu tempo outros casos de países periféricos que assumiram o controle de seus recursos naturais, como a estatização da mineração de estanho na Bolívia (Paiva, 2007) ou a estatização do estoque de bacalhau pela Islândia (Hart, 1976). Nesse sentido, propomos estender o argumento de Furtado também aos recursos naturais renováveis.

Uma segunda opção foi o caminho da ditadura militar aliada ao livre mercado como aperfeiçoado na China, uma derivação da falida opção soviética. A China figurava entre os países mais pobres do globo, vastas extensões de terra e massas populacionais mantidas no jugo servil por oligarquias que se justificam pela descendência divina. A partir da violência manifestada em uma guerra civil, um massacre cultural e a industrialização forçada, uma onipresente burocracia logrou guiar a transição no que hoje é a segunda economia mais dinâmica do globo. Tão potente que humilhou antigas potências na retomada de Macau e de Hong Kong, extinguiu o Tibete como país soberano e se permite o luxo de sustentar um novo tipo de monarquia com poder de destruição nuclear, a Coreia do Norte.

Porém, na busca por identificar opções de inclusão social e uso racional dos recursos naturais na periferia sem apelar para o petróleo ou a violência, não tomamos a pergunta proposta por Furtado apenas como questão retórica com resposta única. Propomos seu entendimento literal, pois aos pesquisadores e intelectuais da periferia esta indagação permite múltiplas respostas (Brose, 2020).

Na sequência do ensaio, Furtado registra estar analisando um grupo muito especial e restrito de países, qual seja a Europa Ocidental onde ocorreu “a aliança de classes e grupos sociais em torno de um ‘projeto nacional’” (Furtado, 1974, p. 24) a partir do modelo inglês de

capitalismo industrial. Mais tarde especifica, “as observações que vimos de fazer se baseiam na observação da estrutura econômica norte-americana” (Furtado, 1974, p. 32).

Hoje compreendemos que esse grupo e sua estrutura foi, e continua sendo, único. Pois exclui os povos da terra que naquela época viviam em colônias, como, Angola, Brunei ou Porto Rico. Ou povos que optaram por não formar um estado nacional e manter sua liberdade como nômades em anarquia (Scott, 2009). Obscurece, também, regiões onde as elites decidiram não seguir o modelo industrializante, por exemplo, como o Paraguai ou a Metade Sul do Rio Grande do Sul (Bandeira, 1994). Furtado (1974, p. 60) reconhece limitações neste sentido, criticando a obscuridade decorrente da “luz distorcedora das analogias com outros processos históricos”.

Na continuidade, Furtado apresenta diagnóstico do estágio da expansão do capitalismo industrial naquela época, com prioridade às grandes empresas, descartando responder à sua pergunta com modelos prontos “à la Rostow” (Furtado, 1974, p. 22). Em sequência, critica a facilidade com a qual a “tutela política norte-americana” (Furtado, 1974, p. 37) foi aceita pelo globo afora. Argumento que possivelmente hoje os povos da Ucrânia, dos países bálticos ou de Taiwan, descartariam face ao temor de ocupação pelas ditaduras vizinhas.

Buscamos aqui contribuir com esse debate quanto às opções na periferia em outro sentido, mediante o registro de duas utopias em construção que buscaram enfrentar este desafio na práxis. Seguimos o pesquisador originalmente periférico Stein Rokkan, que se interessava menos pela centralização e homogeneização em curso nos anos 1970, e mais pela diversidade das “pequenas democracias” (Flora, 1999). Argumentamos que as tendências, em 1972, quanto à reunificação do centro do sistema capitalista, a tutela norte-americana, o abandono do padrão-ouro, a expansão das grandes empresas, etc. não impediam o teste de utopias. Outros modos de desenvolvimento com uso racional dos recursos naturais nas periferias do sistema, na medida em que existem múltiplas periferias. De acordo com Flyvbjerg (2001), o estudo de exceções e utopias tem suas próprias recompensas.

Epistemologias do Sul

Finalizando seu ensaio, Furtado (1974, p. 74) conclui que “o horizonte de possibilidades evolutivas que se abre aos países periféricos é, sem lugar a dúvida, amplo”, esboçando três cenários. Destacamos o terceiro: “no outro extremo surge a possibilidade de modificações políticas de fundo, sob a pressão das crescentes massas excluídas dos frutos do [crescimento], o que tende a acarretar mudanças substantivas na orientação do processo de desenvolvimento” (Furtado, 1974, p. 75).

Este cenário foi renovado e aprofundado por Kohn (1999, 2003). A pesquisadora conduziu estudos na Itália revisando os dados coletados por Robert Putnam para embasar a hipótese da boa governança nos governos estaduais como fruto da harmonia e engajamento social (Putnam, 1994). A autora chegou a conclusões opostas, qual seja, a qualidade diferenciada da governança regional deriva do legado dos conflitos sociais para mitigação dos impactos do capitalismo industrial em expansão ao início do Século XX. Argumento ancorado em pesquisas prévias por Carlo Trigilia, acerca do fenômeno periférico da *Terza Italia*.

Argumentamos que a chave na interpretação para exceções no sistema que aparenta tudo englobar passa pelas citadas “modificações políticas de fundo”. Não existe desenvolvimento apolítico, na medida em que os mercados estão *embedded*, ou incrustados, na sociedade. Portanto, as mudanças substantivas na orientação do desenvolvimento dependem de profundas alterações políticas. E sabemos hoje, em benefício nosso, que essas mudanças de rumo não precisam se dar pela violência ou revoluções armadas, podem decorrer de mecanismos democráticos. Nesse sentido, detalhamos a seguir dois casos de desenvolvimento regional específicos na concretização das aspirações de Furtado, que foram contemporâneas das suas reflexões, representativos da arte do possível nas condições históricas dadas.

a. *Inclusão social no estado de Kerala/Índia*

Entre 1970 e 1977, o intelectual periférico Elamkulam Namboodiripad, mais conhecido pelo apelido de EMS, foi líder da oposição na assembleia legislativa no Estado de Kerala. Por dois mandatos

havia sido governador, sendo responsável por reformas estruturais as quais contribuíram para o estado apresentar os melhores indicadores de desenvolvimento humano do país.

A orientação política do partido liderado por EMS estava pragmaticamente alinhada às orientações do comunismo soviético. Com o tempo, decepcionado com os desmandos do stalinismo nos anos 1950/60, buscou aproximação com o governo da China (Karat, 2009). O partido previa que a pobreza no meio rural e as contradições pela concentração de renda originariam uma revolução democrática-burguesa em Kerala, que deveria implementar transformações econômicas e políticas de caráter antifeudal preparando o terreno para a futura transição ao socialismo.

No primeiro momento a ampliação e a massificação da participação dos trabalhadores seria facilitada mediante o enfretamento às classes dominantes pela abertura de canais de participação popular, pela consolidação da democracia e pela gradual melhoria das condições de vida dos camponeses (Namboodiripad, 1986). Ao início dos anos 1970, a política estadual de reforma agrária encerrou as relações feudais na agricultura, minando o poder da elite proprietária de terras e das castas superiores. Uma diversificada legislação passou a regular e formalizar as relações de trabalho no campo, estabeleceu salário mínimo e fortaleceu os sindicatos.

Heller (1995) enfatiza a particularidade dessa transição agrária em Kerala, pois não foi originária, nem da modernização dos mercados, nem de uma nova burguesia, mas decorrente da mobilização das classes trabalhadores, das castas consideradas inferiores. Segundo o autor, o principal produto não foi o capitalismo modernizador, mas, antes, maior qualidade da jovem democracia.

Os conflitos históricos, porém, não se esgotaram. Os principais beneficiários da reforma agrária em Kerala foram os meeiros e trabalhadores rurais, porém, devido à alta densidade populacional, receberam lotes inferiores a um hectare. Os trabalhadores rurais remanescentes, por sua vez, iniciaram campanha por aumento do piso salarial, o que os colocou em oposição aos novos proprietários de terra. Uma nova legislação trabalhista, de 1974, gerou melhores salários, mas também conflitos contínuos entre os novos proprietários e trabalhadores rurais.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores das agroindústrias exportadoras de óleo de coco e castanha-de-caju combatiam a mecanização do beneficiamento nas grandes empresas e tornaram-se conhecidos no país

pelas frequentes greves. Além disso, novos movimentos sociais passaram a reivindicar a universalização da educação, da saúde e dos serviços públicos, historicamente reservados às castas superiores.

As experiências iniciais de sucesso nas reformas por parte do Partido Comunista levaram os demais partidos, em diversas administrações, a ampliarem gradualmente as políticas públicas de inclusão social no estado por demanda dos eleitores. Amartya Sen registra que foi, principalmente, a contínua mobilização da população rural e de trabalhadores urbanos que tornou o estado de Kerala referência nacional e internacional em políticas públicas de desenvolvimento (Drèze; Sen, 1996).

A partir de estudos conduzidos por economistas indianos sob coordenação de Sen e o economista paquistanês Mahbub ul Haq, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas propôs criar o Índice de Desenvolvimento Humano. A trajetória de Kerala tornou-se conhecida por alcançar altos índices de escolaridade, saúde pública e expectativa de vida, aliados a baixos índices de mortalidade infantil e de natalidade, devido à implementação de políticas públicas universais desde os anos 1960.

b. Do peão à cidadania no Acre

Em 1970, a ditadura militar tomou uma decisão com inesperadas consequências na Amazônia Ocidental. Nomeou como governador um deputado entusiasta da colonização pelas patas do gado, pois a floresta seria ‘vazia’ e precisava ser derrubada para o progresso. A partir de 1972, o gabinete do governador coordenou campanha de marketing nos principais meios de comunicação do país, reforçada por palestras em sindicatos rurais e leilões de gado, conclamando pecuaristas a comprarem terras mediante benefícios fiscais para introduzir a pecuária extensiva no estado.

Pouco tempo depois, ao iniciar sua pesquisa de doutorado no Acre a antropóloga gaúcha Mary Allegretti conheceu o sistema feudal que ainda prevalecia no estado, em meio à floresta que não era vazia, mas habitada e produtiva por seringueiros. Uma população analfabeta e sem acesso a serviços públicos vivia nas entranhas da floresta, entregando na beira dos rios a borracha e as castanhas do extrativismo, em troca de alimentos e produtos essenciais. Conhecido como “Sistema do Barracão”, era

trabalho em condições análogas à escravidão por dívida, uma dívida que não se encerrava em vida e permitia aos seringalistas todo tipo de abuso da população. A chegada de equipes para desmatamento e instalação de pastagens significa a expulsão dos seringueiros cuja única opção eram as favelas em expansão no entorno da capital.

A pesquisadora conheceu logo o trabalho de alfabetização e formação sindical que era liderado por Chico Mendes, contribuindo para uma nova identidade coletiva e de combate ao desmatamento no entorno de Xapuri. Os seringueiros atuavam de forma organizada a partir dos sindicatos, utilizando a estratégia pacífica do “empate” para criar uma corrente humana em frente à floresta que ia ser derrubada. A defesa da floresta em pé era premente, pois as famílias viviam entre as árvores, dependendo dos frutos e produtos da floresta para sobreviver.

Chico Mendes era líder comunitário reconhecido na região do Alto Vale do Rio Acre. Após ter sido alfabetizado com material de leitura marxista por um ex-integrante da Coluna Prestes, iniciou seu trabalho de alfabetização e educação popular no âmbito das Comunidades Eclesiais de Base, que tinham orientação da Diocese de Rio Branco pelo bispo Dom Moacyr Grechi. Chico Mendes foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, posteriormente eleito vereador pelo Partido dos Trabalhadores, em Xapuri.

Entre 1980 e 1982, Mary Allegretti transformou sua pesquisa em ação de extensão, participando da produção de material de ensino em português e matemática para a primeira escola de alfabetização de adultos da região, em um seringal a 60 km de Xapuri. Pediu demissão da universidade para se dedicar às atividades de educação popular. Participou dos debates sobre a criação de uma cooperativa para comercialização da borracha e da castanha-do-Brasil pelos seringueiros, primeiras ações do Projeto Seringueiro, que deram visibilidade ao movimento.

As notícias que chegavam ao Acre eram preocupantes quanto ao contínuo avanço do desmatamento e o genocídio indígena que ocorriam nos vizinhos estados de Mato Grosso e Rondônia, decorrentes do asfaltamento da BR 364 pelo Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil. O programa era financiado pelo Banco Mundial e Banco Interamericano tendo como objetivo estender o asfalto até ao Acre (Wade, 2011). O movimento dos seringueiros iniciou a busca por alternativas para evitar a ‘rondonização’ do Acre, mantendo a floresta em pé.

O movimento acreano chegou em Brasília, coordenando o I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985.

O formato peculiar desse acontecimento criou não só constrangimento e vergonha no serviço público, mas, sobretudo, revelação. Forçou as autoridades e os tecnocratas a aceitarem sua absoluta falta de planos em relação aos seringueiros, e mesmo sua ignorância sobre a própria existência dos seringueiros [...] O efeito de visibilidade visado por Chico Mendes fora atingido, mas no sentido inverso ao pretendido: em vez de tornar os seringueiros visíveis publicamente, a indiferença do governo é que subitamente veio à tona, sobretudo para os seringueiros (Almeida, 2004, p. 44).

Neste encontro foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros, em oposição ao antigo Conselho Nacional da Borracha integrado por políticos e donos de seringais a cujas deliberações os seringueiros não tinham acesso. Registra Allegretti (2008) que foi debatida a proposta de uma reforma agrária adaptada para a Amazônia Ocidental, estimulada especialmente por seringueiros de Rondônia que estavam perdendo terras e sua fonte de renda para a especulação imobiliária pelo asfaltamento da BR 364. De acordo com o debate no evento, a floresta não seria dividida em lotes individuais, mas mantida em pé em terras coletivas, as reservas extrativistas.

Em janeiro de 1987, também em Brasília, durante o lançamento de Campanha em Defesa da Amazônia, foi anunciada a Aliança dos Povos da Floresta. A Aliança visava fortalecer os vínculos entre indígenas e seringueiros, com base nos interesses comuns na defesa de um modelo de desenvolvimento para a Amazônia que respeitasse seus modos de vida. Foi denunciado o aumento do desmatamento e a necessidade de uma política de proteção aos territórios ocupados por indígenas e seringueiros.

Naquele mesmo ano Chico Mendes foi convidado a palestrar no Banco Interamericano de Desenvolvimento e no Banco Mundial em Washington. Sua descrição sobre a destruição em curso em Rondônia alarmou deputados e senadores, que ameaçaram limitar os fundos dos

bancos. Foi denunciado na imprensa pelos políticos acreanos por estar prejudicando o progresso, e, um ano mais tarde, foi assassinado.

O Banco Mundial criou um departamento de sustentabilidade e, na Rio 92, prometeu que dali por diante seus projetos seriam avaliados pelo critério de sustentabilidade.

Em final de 1990, foram criadas as primeiras reservas extrativistas da Amazônia para impedir o avanço do desmatamento e a especulação de terras, somando 2,5 milhões de hectares. A primeira foi na parte ocidental do Acre, a Reserva Alto Juruá, com cerca de 400 mil hectares. A segunda foi a Reserva Chico Mendes, com um milhão de hectares no Alto Vale do Rio Acre. A terceira foi criada em Rondônia e a quarta no estado do Amapá, tensionando o marco jurídico do direito individual à propriedade.

Com a lei estadual nº 1.277 de 13 de janeiro de 1999, foi criada no Acre a primeira política pública de pagamento por serviços ambientais no país, subsidiando a produção de látex natural pelos seringueiros.

Trinta anos após o início da campanha pelo desmatamento, o conceito de “Florestania” foi apresentado no 2º Fórum Social Mundial, em 2002, pelo governador em Porto Alegre. Florestania seria um novo conceito civilizatório, uma espécie de complemento amazônico à ideia da cidadania. O propósito era um pacto social pelo desenvolvimento na região, assegurando a cidadania dos povos da floresta mediante investimentos públicos na educação, na saúde e subsídios nas formas de produção extrativista (Pinheiro, 2010, p. 5).

Essa plataforma de governo esteve vigente, entre 1999 e 2019, após a qual a aliança de partidos da Florestania, conceito que se desgastou com o tempo, perdeu as eleições no contexto do avanço de um programa de governo que prometia nas campanhas a ‘rondonização’, ou seja, o desenvolvimento mediante desmatamento e colonização do Acre (Pontes, 10/01/19). Era a interrupção, ao menos momentânea, de uma experiência política e social que buscava um caminho alternativo aos modelos dominantes de viabilizar a economia de territórios a partir da destruição ou predação de seus recursos naturais.

Discussão

Nas últimas décadas foi produzida vasta bibliografia internacional interpretando o caminho único de desenvolvimento regional em Kerala, dificilmente podemos adicionar algo novo a este *corpus*. Apresentamos, a seguir, algumas reflexões sobre a região que nos é mais próxima. Podemos interpretar a estratégia de desenvolvimento do Acre originada *bottom up* por diversos ângulos. Podemos argumentar que na experiência em duas décadas de democratização naquele estado foi possível modelar um tipo específico de governo regional, ao mesmo tempo mais democrático e mais eficiente com a remoção do entulho autoritário remanescente da ditadura e do coronelismo, tornando o setor público mais permeável às exigências e à dinâmica da sociedade civil.

Nos anos 1970, deter o avanço da barbárie da pecuarização na Amazônia era uma utopia (Silva, 1981). Hoje em dia, acostumada a 40 anos de democracia e com vaga lembrança sobre o desafio da redemocratização, possivelmente a opinião pública dará pouco valor a este ponto de vista. Porém, perante o fracasso do governo federal em promover o desenvolvimento subnacional seja onde for neste país, a estratégia do desenvolvimento endógeno do Acre não deveria ser subestimada.

O jovem acreano incorporou às perspectivas de sua vida a garantia de direitos, a possibilidade de ascensão social e, sobretudo, uma vida sem fome, experiência comum a muitos dos seus pais ainda nos anos 1970-80:

Eu acordava quatro horas da madrugada, eu cortava seringa, chegava (em casa) e ia pro roçado cuidar dos legumes [...] Quando eu chegava, as outras crianças mais pequenas ia colher mais os meninos, e eu ia pro roçado trabalhar, capinar, plantar um arroz, plantar feijão até cinco horas da tarde [...] Meu patrão (no seringal) era chamado Zé da Silva. Passava fome, muita fome, a gente passava [...] Pra vestir os filhos, a gente ia pelejando, vendia uma galinha, vendia um porquinho. (depoimento sobre o seringal nos anos 1970, coletado por Souza, 2010, p. 40).

Hoje no Acre, a maioria dos jovens terá a oportunidade de dar a seus filhos uma infância melhor do que a sua. Que descritor melhor para explicitar a importância da democracia e do Estado de Direito? Sob um ângulo diferente, de acordo com as metas definidas para a duas décadas pelo Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável, quando se propagava o conceito do Novo Rural:

O rural é necessariamente territorial, e não setorial como os programas dos órgãos governamentais. O grande desafio está, portanto, em adotar uma orientação realista que possa viabilizar uma transição factível de ações setoriais para uma articulação horizontal das intervenções, para ajudar as microrregiões rurais a garantir bem-estar e cidadania (Brasil, 2002, p. 8).

Neste sentido, podemos argumentar que no Acre, um estado com baixa densidade populacional, assim, um estado rural, foi concretizado um plano de governo para o desenvolvimento rural sustentável. Não houve outro estado da Amazônia que reduziu tanto o desmatamento ilegal nas últimas décadas, ao mesmo tempo registrando aumento da produção e produtividade agropecuária, diversificação da renda e crescimento populacional.

Como o termo “rural” possui, ainda, um viés pejorativo junto à opinião pública, possivelmente não seja o melhor slogan para divulgar um plano de governo. Porém, merece registro o impacto positivo da administração pública acreana, enquanto relatório de avaliação interna aponta que, ao longo da mesma década, o Banco Mundial não logrou integrar crescimento econômico, proteção ambiental ou inclusão social nos 345 projetos florestais financiados em 75 países (World Bank, 2012).

Nos anos 1990 foi cunhado pelos movimentos sociais do Acre o conceito de Florestania, um slogan que contribui para sintetizar a estratégia de reverter as prioridades do setor público focadas na pecuarização do estado e estabelecer políticas públicas de inclusão social. Na clássica concepção por Marshall (1967), a adoção dos direitos civis, políticos e sociais. Florestania foi um conceito de aceitação popular, vencedor de quatro eleições.

Neste sentido, o desgaste e abandono do conceito de Florestania na vida política constitui novo desafio, pois direitos apenas “não enchem barriga”, há necessidade de trabalho e renda. Nesse sentido podemos interpretar a cobrança vencedora nas urnas pela oposição de que o Acre não deveria seguir um modelo próprio, mas copiar o modelo de Rondônia. Mas, novos problemas complexos demandam novas soluções e novas instituições públicas. Independentemente da tipologia a ser utilizada para classificar e analisar o caso da estratégia de desenvolvimento no Acre, podemos argumentar tratar-se de um caso exitoso de políticas públicas colocadas a serviço da maioria dos cidadãos, possibilitando minimizar a miséria e promover a inclusão social.

Os impactos e as consequências das políticas públicas definidas por uma equipe de governo, bem como sua racionalidade e viabilidade, são frequente objeto de estudo pela economia, formando a base para a gestão de conhecimento que tem enriquecido e diversificado a gestão pública. Os estudos da administração detêm o potencial de analisar a intersecção destas disciplinas, visando compreender, por um lado, se existe correspondência entre a vontade expressa pelo eleitor durante a campanha eleitoral e o plano de governo adotado, e, por outro lado, se o conjunto das políticas públicas corresponde ao plano de governo (Olivieri, 2011).

O bom desempenho técnico, a capacidade de integração entre a esfera estadual e municipal, o respeito pelo cidadão e a ausência de desvio de verbas observada no atendimento a demandas populares no Acre, representam o produto de uma política de desenvolvimento com continuidade por duas décadas, permitindo a gestão de conhecimento e o contínuo aperfeiçoamento da burocracia estadual. E sua concepção inicial, por sua vez, tem origem na utopia gerada pelos movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil nos anos 1970/80 (Bezerra, 2006).

Em outras palavras, constata-se um alinhamento entre o mandato dado pelo eleitor através do voto, a plataforma política que administrava o território com base nos potenciais e limitações dos recursos disponíveis, e os resultados obtidos pelas políticas públicas. Fenômeno raro na gestão pública brasileira e que reduziu, lenta e gradualmente, a vulnerabilidade do Acre aos impactos das mudanças climáticas.

Concluindo

Decorridos 50 anos da publicação do clássico “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, podemos hoje apreciar o quanto Furtado estava à frente de seu tempo em relação à crítica da estratégia nacional de aceleração do crescimento econômico. Planejada por Delfim Netto e seus pares, o governo federal estava rasgando a floresta amazônica para conectar o interior da Paraíba com o Acre, construindo submarinos e usinas atômicas em meio aos maiores centros metropolitanos do país, estimulando a expulsão da população do campo pelo bem maior da modernização da agropecuária.

Apesar do insistente alerta por Furtado, o mito do crescimento não morreu. Mesmo com o fracasso de autarquias para megaprojetos como a Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, o Banco da Amazônia ou a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul, lideranças políticas continuam obtendo voto mediante a promessa de que grandes obras, como os estádios da Copa do Mundo ou a instalação de polos navais, irão nos conduzir ao mundo desenvolvido mediante o Efeito do *Catch-Up*.

Projeções efetuadas no contexto histórico de Furtado tem se concretizado. O que eram riscos “ambientais”, na época considerados pelo *mainstream* de menor importância face à premência do debate sobre subdesenvolvimento, se tornaram externalidades negativas de abrangência global. O acúmulo de lixo espacial coloca em risco satélites de comunicação e a internet, essenciais na modernidade. Riscos como o buraco de ozônio ou a emergência climática obrigam o capitalismo industrial a se adaptar mediante novos preços e o Estado a adotar novas estratégias.

Nesse contexto, a interpretação de duas experiências de desenvolvimento regional endógeno, em Kerala e Acre, parecem não confirmar a hipótese da harmonia e homogeneidade do capital social “à la Putnam”. Antes, se enquadram na hipótese proposta por Furtado “a pressão das crescentes massas excluídas dos frutos do [crescimento], tende a acarretar mudanças substantivas na orientação do processo de desenvolvimento”. Hipótese atualizada por Kohn em sua revisão crítica do conceito de desenvolvimento como originário dos conflitos sociais para mitigar os impactos e rupturas do capitalismo selvagem, sem violência e sem destruição da base da vida.

Referências

- ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 18, p. 39-59, 2008.
- ALMEIDA, M. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 33-52, 2004.
- BANDEIRA, P. As raízes históricas do declínio da região sul. In: ALONSO, J.; BENETTI, M.; BANDEIRA, P. (orgs.) **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.
- BARDI, U.; ÁLVAREZ PEREIRA, C. (eds.) **Limits and beyond: 50 years on from The Limits to Growth**. London: Exapt Press, 2022.
- BEZERRA, M. **Invenções do Acre: de território a estado — um olhar social**. Tese (Doutorado) Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Plano para o desenvolvimento sustentável do Brasil rural**. 1º. PNDRS. Brasília, jun. 2002.
- BROSE, M. **Intelectuais periféricos: contribuições ao estudo do desenvolvimento regional**. E-book. Porto Alegre: Editora PUC-RS, 2020.
- CALVINO, I. **Por que ler os clássicos**. Tradução Nilson Moulin. 2ª. ed. 4ª. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CAMARGO, C.; CARDOSO, F.; MAZZUCHELLI, F.; MOISÉS, J.; KOWARICK, L; ALMEIDA, M; SINGER, P; BRANT, V. (orgs.) **São Paulo 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo: Edições Loyola, 1976.
- CASTRO, A. Resenha: *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 739-752, 1974.

CLIMAINFO. O clima que espere: Silveira defende produzir petróleo até Brasil “se tornar desenvolvido”. 5 abr. 2024, **Climainfo**. Disponível em: <http://emkt.climainfo.org.br>. Acesso em: 6 abr. 2024.

CRISTALDO, R.; DE SENNA, J.; MATOS, L. As narrativas fundamentais do *Mito do Desenvolvimento Econômico* e o neodesenvolvimentismo brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 527-533, 2018.

DE OLIVEIRA, R. Governo reúne empresários e deputados para discutir futuro. 6 abr. 2024, **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre. Política+, p. 8.

DRÉZE, J.; SEN, A. (eds.) **Indian development: selected regional perspectives**. New Delhi: Oxford University Press, 1996.

FLORA, P. (ed.) **State formation, nation-building, and mass politics in Europe: the theory of Stein Rokkan**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

FLYVBJERG, B. **Making social science matter: Why social inquiry fails and how it can succeed again**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

FRANTA, B. Early oil industry knowledge of CO2 and global warming. **Nature Climate Change**, v. 8, n. 12, p. 1024-1025, 2018.

FURTADO, C. Tendências estruturais do sistema capitalista na fase de predomínio das grandes empresas. In: *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974, p. 15-76.

HART, J. **The Anglo-Icelandic Cod War of 1972–1973: A case study of a fishery dispute**. Berkeley: University of California, 1976.

HELLER, P. From class struggle to class compromise: redistribution and growth in a South Indian State. **The Journal of Development Studies**, v. 31, n. 5, p. 645-672, 1995.

KARAT, P. EMS: the marxist pathfinder. **The Marxist**, v. 25, jul. 2009. Disponível em: <https://www.cpim.org>. Acesso em: 15 mai. 2019.

KOHN, M. **Radical Space: Building the house of the people**. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

KOHN, M. Civic republicanism versus social struggle: A Gramscian approach to associationalism in Italy. **Political Power and Social Theory**, v. 13, p. 201–238, 1999.

LISBOA, M. A oportunidade perdida em meio à revolução inesperada: a contribuição de Antônio Delfim Netto para a economia brasileira. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 203-222, 2020.

MARSHALL, T. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MEADOWS, D. et al. **The limits to growth**: a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind. 5ª. reimp. New York: Universe Books, 1977.

MEIRELLES, A. Estudantes usam IA para ajudar a resolver problemas, do clima à educação. 5 abr. 2024, **Universo Online**. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/>. Acesso em: 6 abr. 2024.

NAMBOODIRIPAD, E. The Left in India's freedom movement and in free India. **Social Scientist**, v. 14, n. 8/9, p. 3-17, ago. 1986.

NOBRE, C.; REID, J.; VEIGA, A. **Fundamentos científicos das mudanças climáticas**. São José dos Campos: INPE, 2012.

OLIVIERI, C. Os controles políticos sobre a burocracia. **Revista Administração Pública**, v. 45, n. 5, p. 1395-1424, 2011.

PAIVA, E. (ed.) **Bolívia: de 1952 ao século XX**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2007.

PINHEIRO, F. Florestania: a cidadania da floresta vista a partir dos conceitos de biopolítica, significantes vazios e ecologia dos saberes. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação INTERCOM...**ANais**, Caxias do Sul, set. 2010.

PONTES, F. Em agenda externa, Gladson Cameli busca investidores para 'rondonizar' Acre. 10 jan. 2019. **Jornal Acre24Horas**. Disponível em: <https://ac24horas.com/2019/01/10/> Acesso em: 6 fev. 2023.

PROCTOR, R.; SCHIEBINGER, L. (eds.) **Agnotology**: the making and unmaking of ignorance. Stanford: Stanford University Press, 2008.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Tradução: Luiz Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

SCOTT, J. **The art of not being governed**: an anarchist history of upland Southeast Asia. New Haven: Yale University Press, 2009.

SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SPINDLER, E. **Geschichte der Nachhaltigkeit**: vom Werden und Wirken eines beliebten Begriffes. 2002, Lexikon der Nachhaltigkeit. Disponível em: <https://www.nachhaltigkeit.info/media/1326279587phpeJPyvC.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2024.

SOUZA, C. **Aquirianas**: mulheres da floresta na história do Acre. Rio Branco: Instituto Envira, 2010.

SUPRAN, G.; RAHMSTORF, S.; ORESKES, N. Assessing ExxonMobil's global warming projections. **Science**, v. 379, n. 6628, 2023.

SUPRAN, G.; ORESKES, N. Assessing ExxonMobil's climate change communications (1977–2014). **Environmental Research Letters**, v. 12, n. 8, 2017.

WADE, R. **Boulevard of broken dreams**: the inside story of the World Bank's Polonoroeste Road Project in Brazil's Amazon. Working Paper n. 55. London School of Economics and Political Science, 2011.

WORLD BANK. Independent Evaluation Group. **Managing forest resources for sustainable development**. Washington, dez. 2012.



CONEXÕES E NOVAS LEITURAS

MEIO AMBIENTE, CELSO FURTADO E O DESENVOLVIMENTO COMO FALÁCIA¹

Clóvis Cavalcanti²

Introdução

Diante de uma situação como a do mundo, que exhibe, de um lado, esforços em prol da consecução de um desenvolvimento que continua como fim perseguido pela humanidade e, de outro, a crise ambiental que se agrava e avoluma ameaçadoramente – apesar das afirmações em contrário do estatístico Bjorn Lomborg (1998) – é necessário que se busque explicação e entendimento para o que ora acontece. No meio da variedade de reflexões sobre o assunto, penso que a contribuição de alguém como Celso Furtado merece especial relevo. É nas idéias desse economista da Paraíba, que teve a lucidez de escrever sugestivo livro em 1974, intitulado *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (Rio de Janeiro: Paz e Terra), que se detêm as linhas adiante, procurando mostrar como Furtado antecipou-se em perceber os condicionantes ambientais do progresso econômico contemporâneo.

1 Versão publicada na Revista Ambiente & Sociedade - V. V, n. 1 - ago. / dez. 2002 - V. VI, n. 1 - jan. / jul. 2003 e republicada nesta coletânea, com pequenos ajustes e atualizações, com a devida autorização do autor.

2 Economista ecológico, pesquisador social da Fundação Joaquim Nabuco.

O desenvolvimento como Mito

Em seus escritos – e não apenas no *Mito* (vou me referir assim, abreviadamente, à obra) – Celso Furtado repassa constantemente conceitos como o de dependência, concentração de renda, mimetismo cultural, relações assimétricas centro-periferia, mercado interno, e muitos outros, além de trabalhar uma visão estruturalista do subdesenvolvimento, do desenvolvimento e de fenômenos correlatos. Entretanto, é no livro *O Mito* que ele levanta duas questões não comuns ao restante de sua importantíssima obra, ou pelo menos não tão categoricamente formuladas como nele. A primeira das questões diz respeito aos impactos do processo econômico no meio físico, na natureza – um tema completamente alheio ao núcleo do pensamento tradicional da ciência da economia³. A segunda se refere à constatação do caráter de *mito moderno* do desenvolvimento econômico. São duas avaliações inusitadas, sobretudo se se tem em conta seus respectivos contextos históricos.

Quando o livro foi publicado, com efeito, em 1974, era muito incipiente a discussão dentro da ciência econômica acerca das dimensões ecológicas do processo econômico. Praticamente, inexistia o campo que hoje já tomou maior consistência, o da economia ambiental,⁴ e muito menos o da economia ecológica.⁵ A propósito, em 1975, ministrei na graduação de ciências econômicas da Universidade Federal de Pernambuco a disciplina de economia ambiental (optativa, para alunos do último ano), uma das primeiras vezes, se não a primeira, em que tal curso foi oferecido no currículo de formação de economistas no Brasil. Pois bem, nessa ocasião, fiz um levantamento da bibliografia existente a respeito, e nada encontrei de sistemático sobre o assunto. Já conhecendo o livro *O Mito*,

3 Ver, a propósito, RAVAIOLI (1995).

4 Trata-se da visão econômica do meio ambiente. Aqui entra o esforço de atribuir valor econômico aos serviços ambientais e ao capital da natureza, de internalizar fenômenos que os economistas consideram fora do âmbito propriamente dos fatores responsáveis pela atividade econômica (as chamadas externalidades), de considerar os assim denotados bens públicos (que são bens cujo consumo por uns não impede ou afeta o consumo por outros – caso de uma paisagem ou da segurança nacional, por exemplo), as falhas de mercado, etc.

5 Que é a visão do processo econômico na ótica da natureza ou do ecossistema

que havia adquirido em agosto de 1974, contava com pequeno respaldo em Celso Furtado, mas não o suficiente para dar um curso na graduação de economia sobre problemas do meio ambiente.

A importância que Furtado atribuía ao assunto, não obstante, considerando as relações viscerais que existem entre economia e ecologia, assinalava uma originalidade que não pode ser esquecida. Mais surpreendente, porém, era a tese da obra – e aqui considero a segunda questão que lhe é específica – definindo o desenvolvimento como um *mito*, haja vista que o Brasil, na ocasião, experimentava os anos do chamado “milagre”, com taxas de crescimento do produto interno bruto real, por ano, que haviam sido de 10,4% em 1970, 11,3% em 1971, 12,1% em 1972 e 14,0% em 1973, atingindo em 1974, ano de publicação do volume, 9,0%.⁶

Dentro desse panorama, em face de crescimento econômico tão espetacular, *era preciso presciência, visão consistente da realidade e, com mais razão, coragem para afirmar com todas as letras que tudo aquilo não passava de miragem*. A noção atual de desenvolvimento sustentável representa uma vindicação do pensamento de Furtado: não é qualquer taxa de crescimento da economia que pode ser perseguida; há que se pensar antes naquilo que é (ecologicamente) sustentável, ou seja, possível, durável, realizável. Mas isto é o que se percebe hoje, depois da Rio-92 (talvez não depois da lamentável Rio + 10) e do chamado Relatório Brundtland (WCED, 1987). Em pleno milagre e para aqueles que nele criam – vale dizer, quase todo mundo que tinha interesse no assunto –, a posição de Furtado não passava de grande heresia (e ainda passa hoje).

O pensamento de Furtado, tal como se estruturou em sua essência nos anos sessenta – e se projeta na década seguinte – na verdade, tende a ser sucessivamente confirmado pelos fatos do mundo atual. Basta ver o que ele dizia com relação à concentração de renda, que seria um requisito do capitalismo periférico e seu mimetismo cultural (pelas minorias afluentes) para que as formas de consumo dos países do centro possam ser reproduzidas em seu perfil característico no âmbito dos países da periferia.

Para Furtado, a observação do quadro dos anos sessenta e setenta levava à conclusão de que “o processo de acumulação tende a ampliar o fosso entre um centro, em crescente homogeneização, e uma constelação

6 BAER (1996, p. 394).

de economias periféricas [nas quais se denota] um distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada com respeito à massa da população” (p. 68-69). Não é outra coisa o que o informe do Banco Mundial (1999) de 1999/2000 constata, de forma nítida, no tocante à renda por pessoa entre os países ricos e os pobres (e também no âmbito interno, em geral, de quase todos os países), referendando dados do Pnud (1998) no seu *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Aliás, até mesmo em campos como o da conexão pela Internet, o fosso de que fala Furtado, tem tendido a crescer, haja vista o número de *The Economist* (19 de agosto-25 de setembro de 2000), cuja matéria de capa tem como título “What the Internet Cannot Do” (“O que a Internet não pode fazer”), uma situação que persiste hoje.

A expectativa de Furtado em 1974, no *Mito*, era de que não haveria como se generalizarem os padrões de consumo dos ricos em escala planetária, em virtude da exclusão que o processo de desenvolvimento, tal como se tem verificado, tende a promover, agravada pelo maior ritmo de expansão demográfica dos excluídos. Essa expansão, a despeito do aumento relativo do número de privilegiados nos países periféricos, levaria a que se aprofundasse o fosso entre tal grupo, cujas rendas têm crescido substancialmente em toda parte, e os grupos subalternos, cuja pobreza não dá sinais sensíveis de redução (especialmente na América Latina, o Brasil aí incluído). Essa é uma visão de hoje, vislumbrada por Furtado há mais de trinta anos, que, no *Mito* (p. 74), demandava que “a nova orientação do desenvolvimento teria que ser num sentido muito mais igualitário (...) reduzindo o desperdício provocado pela extrema diversificação dos atuais padrões de consumo privado dos grupos privilegiados”. A alusão ao desperdício relacionado ao consumo dos afluentes é um elemento novo na reflexão de Furtado, vinculando-se a sua percepção, suscitada pelo relatório do Clube de Roma, de 1972, “Limites ao Crescimento”,⁷ de que tal estilo de vida tem um custo de tal forma elevado, “em termos de depredação do mundo físico, ... que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização” (p. 75).

Além disso, a forma excludente de um consumo, que é cópia do padrão dos países afortunados, tornado-se possível por aumentos de

7 MEADOWS, D. *et al.* **The Limits to Growth**. New York: Universe Books, 1972.

produtividade revertidos para uma minoria, explicaria o agravamento das desigualdades sociais como função do próprio avanço na acumulação (p. 82). A isso se somaria, pela busca de implantação, nos países pobres, de um sistema industrial similar ao dos países do centro, “uma profunda descontinuidade causada pela coexistência de dois níveis tecnológicos” (p. 88), problema que não estava presente na fase anterior à substituição de importações, porque a diversificação do consumo da minoria modernizada, então, podia ser financiada com o excedente gerado pelas vantagens comparativas do comércio exterior (*ib.*).

Dessa maneira, opina Furtado, pelo aumento da taxa de exploração, ou seja, pelo agravamento da concentração de renda, taxas mais altas de crescimento do produto, “longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo” (p. 94). Ter-se-ia, dessa maneira, uma situação em que, a custos ecológicos crescentes, se adicionariam elevados custos sociais, conduzindo à conclusão de que, como aqueles e estes custos são omitidos do cálculo do PIB e da renda nacional, os dados atualmente utilizados para expor o comportamento da economia brasileira seriam totalmente inadequados, embora sirvam de instrumento para “as estruturas de dominação que sustentam a estratégia globalizadora” (Furtado, 1998, p. 81).

É aqui que se consubstancia a idéia do desenvolvimento como mito, como fantasia, como algo inalcançável no arcabouço de um sistema que destrói recursos naturais, agrava disparidades de renda e tende ainda a produzir uma homogeneização cultural danosa. Para caracterizar essa visão, Furtado lembra o papel que os mitos têm exercido, influenciando “a mente dos homens que se empenham em compreender a realidade social” (p. 15), caso de Rousseau e o “*bon sauvage*”, de Marx e o desaparecimento do Estado, de Malthus e o “princípio populacional”, de Walras e o equilíbrio geral – todos esses enunciados tendo apoio em algum postulado enraizado em sistema de valores que raramente é explicitado. O pesquisador Gilbert Rist (1990, p. 11), a propósito de mitos, esclarece:

o mito é compartilhado por todos, não é nunca desafiado, e é um plano de ação pronto, disponível em quaisquer circunstâncias; por implicação, o mito é também histórico, resultado de uma criação coletiva a que a sociedade, não conscientemente, dá forma. Finalmente, o mito como tal não se relativiza: trata-se de um estereótipo não falado, que determina

comportamentos a todo momento, expressando-se a si próprio através de costumes e hábitos que contribuem para reforçá-lo, podendo ser descoberto apenas por um observador externo. O mito é um mapa para a ação que dispensa reflexões. É suficiente que ele seja uma crença compartilhada. Nós agimos como agimos porque não conseguimos imaginar- nos atuando de outra forma. A primeira causa não tem causa.

Em termos do desenvolvimento, segundo Furtado, o papel diretor do mito poderia ser percebido no fato de que a literatura sobre o tema, até começos da década de setenta, em pelo menos noventa por cento dos casos, “se funda na idéia, que se dá por evidente, segundo a qual o *desenvolvimento econômico*, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado” (p. 16). Esse seria o “mito do progresso da revolução burguesa”, responsável pela formação da sociedade industrial moderna e possuidor da força contida na concepção de Rist ou ainda no que Schumpeter (1954) chamava de “visão pré-analítica”. Furtado (p. 15), com efeito, invoca Schumpeter para salientar que a visão pré-analítica é indispensável para que o trabalho de análise possa ter sentido. A esse respeito, convém reparar no que o próprio mestre austríaco tem a sublinhar. Em suas palavras, Schumpeter (1954, p. 41) afirma:

Obviamente, a fim de podermos colocar para nós próprios qualquer que seja o problema, devemos primeiro visualizar um conjunto distinto de fenômenos coerentes como objeto válido de nosso esforço analítico. Em outras palavras, o esforço analítico, por necessidade, se faz preceder de um ato cognitivo pré-analítico que fornece a matéria-prima de nosso esforço analítico.

No caso do desenvolvimento, poder-se-ia dizer que a visão pré-analítica que o embasa é a crença de que o desenvolvimento, que as nações que saíram na frente na Revolução Industrial têm experimentado, pode ser transposto para toda e qualquer outra nação, tornando-se, assim, um

valor desejável em si próprio. Os economistas, via de regra, pensam como tal e levam a que outras categorias sociais assimilem asua visão, sem que haja qualquer suspeita de que se possa estar crendo em uma falácia. Embora Furtado não o esclareça, ao falar de desenvolvimento no seu livro *Mito*, infere-se que, em grande medida, ele esteja ali querendo se referir mais a crescimento econômico – a idéia de desenvolvimento, por contraste, implicando um modelo de evolução, de progresso em outras dimensões que não exclusivamente as do tamanho da economia.

Na sua acepção, o desenvolvimento que ele considera “simplesmente irrealizável” (p. 75) consistiria na “idéia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos*” (*ib.*). Tal possibilidade estaria fora do alcance, simultaneamente, de todos os povos da Terra, não passando assim, a idéia do desenvolvimento econômico, de “um simples mito” (*ib.*). Esse mito teria sido exposto em sua improbabilidade, segundo Furtado, pelo Relatório do Clube de Roma (Meadows *et al.*, 1972), que fala de limites ao *crescimento* e cujas conclusões básicas Furtado aceita em termos do que elas encerram como referência. Na verdade, os limites ao crescimento não teriam que ser os que esse relatório indica. Como hoje se percebe, eles existem na medida em que a atividade econômica não se passa em um sistema isolado (no sentido termodinâmico), como querem os economistas (Daly, 1991, p. XIII), e sim em um sistema aberto, que recebe matéria e energia de alta qualidade do meio ambiente, devolvendo-a na ponta de saída do cano como matéria e energia degradadas.

Assim, o sistema econômico exerce dupla pressão sobre o meio ambiente, sugando seus recursos – alguns deles inequivocamente esgotáveis (caso do petróleo) – e jogando na natureza a todo instante a sujeira que, em derradeira instância e do ponto de vista termodinâmico, resulta de tudo o que o homem (e qualquer outro ser vivo) faz. Os limites ao crescimento, pois, podem estar na saída, como é o caso, sem dúvida, do gás carbônico, da emissão da queima de combustíveis fósseis ou do clorofluorcarbono (CFC) que destrói a camada de ozônio e lança horizontes sombrios sobre o progresso da modernidade.

Impactos no meio físico

Furtado não parece declaradamente adotar, em seu discurso do *Mito*, as coordenadas termodinâmicas de balizamento da economia, mas suas preocupações voltadas para o mundo físico contêm o essencial da percepção mais recente – dos economistas ecológicos, ao menos – quanto ao impacto do desenvolvimento ou do processo econômico sobre o ecossistema. A idéia do *Mito do Desenvolvimento Econômico* tem a ver, de fato, com a observação por Furtado de que o modelo da economia em expansão destrói e degrada em larga escala o meio ambiente,⁸ além de criar a ilusão de que, crescendo a economia, tem-se desenvolvimento. Furtado, nesse contexto, trata ainda do empobrecimento cultural que a destruição pelo desenvolvimento de culturas “arcaicas” e a homogeneização cultural provocam. E chama o PIB de “vaca sagrada dos economistas” (*Mito*: 115), por conter definições e arranjos mais ou menos arbitrários, entre os quais a exclusão no cálculo do produto dos impactos ou custos ambientais. Pertinentes a tal respeito são suas perguntas (*Mito*: 116): “Por que ignorar na medição do PIB, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não-renováveis, e o dos solos e florestas (difícilmente renováveis)? Por que ignorar a poluição das águas e a destruição total dos peixes nos rios em que as usinas despejam seus resíduos?”

A consideração dos impactos envolvidos nas perguntas acima de Furtado, que não eram respondidas em 1974, já faz parte hoje da agenda do setor da ONU encarregado de formular a metodologia do sistema de contas nacionais usado em todo lugar. Existe, com efeito, nesse sistema, o que se chama de contas satélites, as quais incluem cálculos ambientais que conduzem à noção da chamada “contabilidade verde”⁹, contabilidade

8 O caso de Nauru, país-ilha do Pacífico, que, em um século, de uma sociedade estável, transformou-se em um ambiente completamente degradado, com uma cratera que ocupa 80 por cento de seu espaço, provocada pela extração de todo o fosfato que ali existia, oferece exemplo extremo, em um microcosmo do resto do mundo, do poder ecologicamente destruidor da economia. Ver, a propósito, sobre Nauru, McDANIEL, C. & GOWDY, J. M. **Paradise for Sale: A Parable of Nature**. Berkeley: University of California Press, 1999.

9 Ver, por exemplo, o cap. 14 de DIEREN, W. **Taking Nature into Account: A Report to the Club of Rome**, New York: Springer-Verlag, 1995.

essa que não é ainda amplamente empregada.¹⁰ Um nome destacado nesse campo, o egípcio Salah El Serafy (ver EL SERAFY, 1997, p. 204), lembra que, ao usarem os economistas – e os que a seus serviços recorrem – um modelo que considera, por exemplo, a venda de ativos (como minérios extraídos para uso na produção) como valor adicionado ou parcela do produto interno bruto, “então o país, na realidade, está mais pobre do que as contas o mostram”. O mesmo pode se dizer do efeito, não contemplado nos cálculos do PIB, decorrente dos peixes mortos pelo despejo em rios da calda (vinhoto, em linguagem técnica) das usinas. Furtado (p. 116), pois, com uma antecipação de muito tempo, estava coberto de razões ao afirmar que “a contabilidade nacional pode transformar-se num labirinto de espelhos, no qual um hábil ilusionista pode obter os efeitos mais deslumbrantes”

É interessante assinalar que Furtado, no *Mito* (nota 4, p. 19-20), cita para reforço de seu argumento o nome mais destacado do esforço de elaboração de um modelo biofísico ou termodinâmico da economia, o romeno-americano Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994), matemático de origem, de quem muito pouco sabem os economistas em geral, lamentavelmente, apesar da importância teórica extraordinária que nele se condensa.¹¹ E Furtado o faz exatamente ao comentar que os economistas delimitam um campo de trabalho que se restringe à “observação de processos parciais, pretendendo ignorar que esses processos provocam crescentes modificações no mundo físico” (p. 19). O resultado é que, na nossa civilização, tão submetida como é à força da economia, a criação de valor econômico – quando recursos brutos são transformados em bens e serviços – não contempla os processos, alguns irreversíveis, de destruição ambiental. Por ter o Clube de Roma posto a nu, na opinião de Furtado,

10 O Brasil, a propósito, está muito atrasado a tal respeito. Não existe no país uma estimativa da contabilidade verde, como se faz na Costa Rica ou na Holanda. Cf. CLAUDE, M., **Cuentas Pendientes: Estado de la Evolución de las Cuentas del Medio Ambiente en América Latina**. Quito: Fundación Futuro Latinoamericano, 1997; e MOTTA, R.S. (coord.) **Contabilidade Ambiental: Teoria, Metodologia e Estudos de Casos no Brasil**. Brasília: Ipea, 1995.

11 Ver Foreword by Paul Samuelson, In: MAYUMI, K. & GOWDY, J. M. **Bioeconomics and Sustainability: Essays in Honor of Nicholas Georgescu-Roegen**. Cheltenham, Reino Unido: Edward Elgar, 1999.

os impactos no meio físico que um sistema de decisões, cujos objetivos últimos são satisfazer interesses privados, provoca, é que suscitou tanta irritação com seu relatório sobre os limites ao crescimento.

No entanto, a tentativa de fazer com que o paradigma de desenvolvimento dos países ricos se imponha de forma generalizada só pode culminar, por motivo de uma percepção ecológica do fenômeno, em colapso do ecossistema global. Georgescu-Roegen, com todo rigor, o demonstra em seu clássico de 1971, *The Entropy Law and the Economic Process* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press), que, se Furtado não leu detidamente – provavelmente, não –, conhecia nos traços mais relevantes para a identificação do desenvolvimento econômico como mito, o que, no fundo, era o que Georgescu-Roegen sugeria. A conclusão é dura, mas essencialmente correta, na medida em que, como é usual no discurso por detrás de expressões do naipe de “retomada do desenvolvimento”, confunde-se este último com crescimento (que é o mesmo que expansão) da economia.

Na visão termodinâmica, faz sentido (ver Daly, 1991, por exemplo) o entendimento de Furtado de que se tenta “*explicar e fazer compreender* [aos povos da periferia] a *necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo” (p. 75). Ou seja, em uma só percepção que encaixa a destruição ambiental, a ampliação da dependência e o crescimento predatório, encontra-se uma combinação que faz pensar no significado de um processo (insustentável) que é modernamente o objetivo de todo país, de todo governo, de quase todo grupo social. Os processos produtivos, naturalmente, por razões estudadas pela física (segunda lei da termodinâmica), dissipam energia e degradam matéria, uma parte da qual pode ser efetivamente reciclada, mas não toda ela (ninguém vai reciclar as moléculas de um pneu que se perderam na rodagem de um veículo pelo mundo afora). Mais crescimento econômico significa, necessariamente, mais degradação (como crescimento mais acelerado implica degradar mais ainda).

A civilização consumista planetarizada, por se servir, em última análise, e sempre mais e mais, de serviços e recursos da natureza, é inerentemente depredadora e empobrecedora da biosfera (p. 63) Só que isto não aparece (negativamente, como seria de dever) no cálculo do rendimento da atividade econômica, o que Furtado denunciava em

1974 e hoje faz parte da sabedoria convencional daqueles que estudam a perspectiva ecológica da economia (Cleveland; Ruth, 1997). Esgotar um recurso, como aconteceu com o manganês do Amapá, um caso próximo (Brito, 1994), no espaço de 40 anos (1955-1995), é contado positivamente na estimativa do PIB, em que, de nenhuma maneira e em qualquer momento, aparece como valor negativo, muito embora se tenha reduzido o capital natural do país através dessa atividade. “O ponto de vista ecológico”, argumenta Furtado (p. 71), “permitiu aprofundar essa visão crítica, explicando os custos não contabilizados dos processos produtivos.” Introduzir tais custos na contabilidade nacional contribuiria para diminuir a taxa de crescimento da economia – poderia até torná-la negativa (e aqui o desenvolvimento como fábula se evidencia com nitidez) –, levando a que se passasse a pensar, de forma consistente, na necessidade de reduzir o desperdício de recursos, pois isto significaria diminuir o valor de parcela negativa na determinação do PIB.

Diminuir o desperdício, certamente, não é predicado de uma sociedade que se diz “de consumo”, que valoriza a posse de artefatos como demonstração de sucesso e em que, por exemplo, a construção de condomínios residenciais fechados ou a colocação de grades em jardins e edifícios públicos – como forma de proteção contra a insegurança crescente – termina contribuindo para o aumento do PIB e a impressão de que, assim, se tem desenvolvimento. Nessa sociedade, a introdução de novos produtos finais, que possam encher mais as prateleiras de supermercados e que, em muitos casos, se destinam à mesma clientela afluenta que é quem pode adquiri-los, e a diminuição da vida útil dos mesmos produtos, forçando maior consumo adiante, representam maneiras de acelerar o crescimento que contribuem simultaneamente para maior desperdício de recursos da natureza.

É verdade que o progresso técnico tem elevado a produtividade dos insumos, como acontece com o petróleo, que, devido a suas crises dos anos setenta, aparece cada vez menos por unidade do PIB, especialmente nos Estados Unidos e na Europa. Acontece que, a despeito disso, o uso total de recursos não tem parado de crescer e o que se quer hoje, por exemplo, no bojo de um novo surto de aumento no preço do petróleo, é justamente que se aumente sua produção no Brasil, a qual, por sua vez, nunca deixou de elevar-se nos últimos vinte anos (no mundo, o fenômeno é análogo). Furtado aborda esse ponto e destaca (p. 70) que “se

fosse mais bem distribuído no conjunto do sistema capitalista, o crescimento dependeria menos da introdução de novos produtos finais e mais da difusão do uso de produtos já conhecidos, o que significaria um mais baixo coeficiente de desperdício [pois se evitaria] o encurtamento da vida útil de bens já incorporados ao patrimônio das pessoas e da coletividade”.

Mas não é isso que motiva a acumulação de capital, o crescimento da economia e os propósitos de realização material do modelo consumista, com a adição nos tempos atuais de uma perspectiva nova, a da globalização – a qual, em última análise, interessa pela formação de mercados planetários que estimulem um consumo cada vez maior de bens e serviços. Historicamente, o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial, que tem sido sempre o privilégio de minorias em toda parte, possui um custo ambiental acentuado pelo “desperdício provocado pela extrema diversificação dos atuais padrões de consumo privado dos grupos privilegiados” (p. 74). Projetar esse estilo de vida para o conjunto de países pobres do mundo, supondo que o desperdício e os custos físicos que lhe são associados – mas que os modelos econômicos não internalizam no cálculo de seus impactos – possam ser absorvidos sem traumas pela biosfera, não passa de uma proposição desprovida de consistência palpável.

As economias que lideraram o processo de industrialização desde seus primórdios, logrando sempre o controle de grande parte da base de recursos não-renováveis da economia global (existente de forma predominante nos países do Sul), puderam realizar o desenvolvimento que lhes trouxe à situação de que desfrutam hoje. Furtado (*Mito*: 21) apóia-se também nessa constatação para enunciar seu diagnóstico do caráter mítico do desenvolvimento, argumentando acerca da enorme dificuldade de recuperar o atraso por parte daqueles que vieram depois dos líderes do processo. As orientações que têm dirigido o desenvolvimento econômico resultam de decisões tomadas em momentos decisivos por atores que dispunham de domínio do que estava acontecendo e de instrumentos apropriados para levar adiante seus propósitos.

Considerando-se que a projeção no tempo de decisões que condicionaram um modo de desenvolvimento como o que se conhece não dão margem a grandes correções de rumo, sobretudo na periferia, resulta que as possibilidades de reprodução do modelo em escala ampla tornam-se bastante improváveis. Como, de fato, reproduzir comportamentos consumistas predatórios do meio ambiente, através da aceleração

do crescimento econômico, com extração cada vez maior de recursos da natureza e despejo conseqüente de volumes sempre mais substanciais de dejetos no ecossistema?¹² Isso pôde ser feito em escala significativa até certo momento, quando a Terra se apresentava relativamente vazia. Hoje as mesmas condições não se reproduzem, bastando lembrar, a propósito, que a população mundial era de 1,5 bilhão de pessoas em 1900, quando o PIB global devia valer 800-900 bilhões de dólares (a preços de 2002), enquanto a população, hoje, já ultrapassa os 7,9 bilhões de almas – uma quintuplicação – e o PIB terrestre é de mais de 100 trilhões de dólares.

Como diz Celso Furtado (p. 20), enquanto “avança a acumulação de capital, maior é a interdependência entre o futuro e o passado”, com a conseqüência de que “correções de rumo tornam-se mais lentas ou exigem maior esforço”, o que se pode perceber imaginando quanto custaria desmontar, por exemplo, uma grande usina hidrelétrica, tipo Itaipu. Do mesmo modo, para reduzir o efeito dos CFCs sobre a camada de ozônio da estratosfera daqui a cinquenta anos, é preciso que as correções de curso sejam empreendidas hoje. O problema se agrava quando se nota que, na civilização industrial, “o futuro está em grande parte condicionado por decisões que já foram tomadas no passado e/ou estão sendo tomadas no presente em função de um curto horizonte temporal” (*ib.*), o horizonte da maximização dos lucros de uma firma. Daí, a urgência para o estabelecimento “de novas prioridades para a ação política em função de uma nova concepção do desenvolvimento, posto ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o equilíbrio ecológico”, que é o que Furtado (p. 64) propõe.

12 Note-se que o despejo de dejetos de que se fala aqui não é simplesmente, por exemplo, o lançamento de resíduos de um processo industrial no meio ambiente. O que acontece, na verdade, quando se produz qualquer bem é que, inevitavelmente, se lançam dejetos industriais, se lança energia térmica degradada e se tem o bem produzido, no fim, como simples lixo (a sucata de um pneu ou de um carro, por exemplo; ou a comida que entrou pela boca).

Em conclusão: O Mito – uma avaliação

No *Mito* (p. 12) – é isso o que se lê no prefácio da obra –, Celso Furtado desejava fazer *um esforço de captação da evolução do capitalismo depois da II Guerra Mundial*, no momento em que, na sua ótica, se manifestavam plenamente, no plano econômico, “a afirmação definitiva das grandes empresas no quadro de oligopólios internacionais, o crescimento explosivo do mercado financeiro internacional [e] a rápida industrialização de segmentos da periferia do sistema capitalista no quadro de novo sistema de divisão internacional do trabalho”. Quadro em tudo semelhante é o que hoje se percebe, levando a que mereçam atenção os destaques produzidos por Furtado. Nesse âmbito, pontos dignos de realce, a meu ver, são os tópicos, primeiro, do mito do desenvolvimento; segundo, do consumo e suas significações nos planos cultural, da concentração de renda e do ecossistema; terceiro, da dependência em termos da cultura e do setor tecnológico-produtivo; quarto, das desigualdades; quinto, da dimensão ambiental do processo de desenvolvimento; e, sexto, do caráter dos problemas da dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento.

Furtado, preocupado com a preservação da identidade cultural em face das transformações econômicas, se detém em questões como o mimetismo cultural, a reprodução de padrões de consumo e os privilégios das minorias com seus estilos de vida de modernização mimética. Tratando dos impactos da economia no meio físico, ele se volta para a questão dos limites ao crescimento, para o caráter predatório do modelo de consumo do capitalismo (que, na verdade, o socialismo real tentou, sem sucesso, copiar), para o desperdício de recursos, para os custos não contabilizados da destruição ambiental, para os processos dissipativos embutidos na visão economicista do desenvolvimento.

Pode-se dizer que, nesse exame, Furtado é um crítico, mas não propriamente contundente, da realidade econômica do capitalismo pós-II Guerra Mundial, já que procura expor as tendências de avanço do sistema numa perspectiva de contribuição para correções de curso que atendam às peculiaridades estruturais dos países periféricos. Cabe aqui destacar, por exemplo, sua preocupação quanto ao fato de que, em seu parecer (p. 16), não se tem dado a devida importância às conseqüências, no plano cultural, de um crescimento geométrico da economia, de que resultava, em 1974, a fuga da juventude para a contracultura. Por outro lado, “a

hipótese de generalização (...) das formas de consumo que prevalecem (...) nos países cêntricos não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema” (p. 75), responsável por levar ao aparecimento “da dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes” (p. 80).

O perfil de sociedade, com aparências modernas e culturalmente dominada, que vai sair desse arcabouço, irá conter um estrato de elites locais que seguem os padrões de consumo avançados, os padrões de consumo do centro, com perda de contato com as fontes culturais dos respectivos países. Essa dependência, por sua vez, não pode ser contida (p. 84), “se o país em questão se mantém em posição de satélite cultural dos países cêntricos do sistema capitalista”. Talvez se possa situar nesse raciocínio o porquê de a França, por exemplo (e eu também), resistir tanto, atualmente, à indústria do cinema de Hollywood e a McDonald’s,¹³ dois símbolos do paradigma homogeneizante da cultura globalizada – uma resistência, que, a propósito, se observa em quase toda a Europa. A autonomia cultural – ou a inexistência de “colonização ideológica” de uma classe pela classe dominante – representa, para Furtado, uma das condições objetivas para a existência de uma classe (p. 84) e, sem dúvida, pré-requisito do desenvolvimento autêntico, não falacioso ou mítico.

O elemento da dependência, na verdade, desempenha papel central no argumento de Furtado, podendo-se retirar do raciocínio desenvolvido no *Mito* (especialmente no capítulo II) um verdadeiro teorema que se enunciaria na proposição de que “os países dependentes serão sempre subdesenvolvidos”.¹⁴ O teorema se acompanha do genuíno corolário de que “a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é dificilmente concebível, no quadro da dependência” (p. 87), valendo notar que o avanço do processo de industrialização na periferia faz crescer o controle por grupos estrangeiros do aparato produtivo aí localizado. “Em consequência, a dependência, antes imitação de padrões externos de consumo mediante a importação de bens, agora se enraíza no sistema produtivo” (p. 89). A visão do desenvolvimento que prevalece nessas

13 No Canadá, em 1999, o presidente Jacques Chirac, da França, declarou: “Eu odeio o McDonald’s”. Quase na mesma ocasião, o líder rural José Bové depredava, no território francês, uma lanchonete em construção dessa cadeia.

14 “Toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência” (p. 87).

circunstâncias é a de um “processo mimético de padrões culturais importados” (p. 90), de uma modernização que significa a adoção de modelos de consumo sem uma verdadeira transformação de fôlego nas estruturas da economia e da sociedade que a adotaram.

Ao sugerir a inevitabilidade da persistência do sub-desenvolvimento no contexto da dependência, Furtado não assume ares de profeta. Em realidade, seu livro *Mito* nada tem de profético. Ele pretende constatar, diagnosticar, apresentar uma versão do progresso do capitalismo no centro e na periferia em ótica mais heterodoxa que a usual. Em nenhum momento, Furtado indica o que vai acontecer, muito embora na obra se perceba a identificação de tendências globalizadoras e de adoção de paradigmas de desenvolvimento com base na submissão cultural, além da advertência de que não pode haver expansão econômica sem se considerarem seus impactos no meio ambiente da natureza.

Ao registrar essa composição de fatores que denuncia a fragilidade da concepção de desenvolvimento, que tem sido a marca da busca de realização econômica dos tempos modernos, é que Furtado se sente levado a declarar, sem qualquer alarde, sem qualquer sensacionalismo – haja vista inclusive a modesta repercussão que esse livro fundamental acusa até hoje – de que o desenvolvimento econômico dos países periféricos, tal como se propõe, não passa de um mito, de uma fábula, de uma ilusão. Olhado na perspectiva de meio século de publicação, vê-se que o livro não possui conteúdo oco. Ele continua chamando a atenção, validamente, para uma realidade que precisa ser enfrentada, a da necessidade de uma “nova orientação do desenvolvimento (...) num sentido muito mais igualitário” (p. 74), com redução do desperdício e respeito à identidade cultural de todos os povos.

Referências

BAER, W. “Furtado on Development: A Review Essay”. *The Journal of Developing Areas*, v. 3, n. 2. Janeiro, p. 270-280, 1969.

BAER, W. “Furtado Revisited”. *Luso-Brazilian Review*, Summer, pp. 114-121, 1974. BAER, W. **A Economia Brasileira**. Trad. Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, 4. ed, 1996. BANCO MUNDIAL **Entering the 21st**

Century. World Development Report 1999/2000. Washington: World Bank, 1999.

BRITO, D. **Extração Mineral na Amazônia: A Experiência da Exploração de Manganês da Serra do Navio no Amapá.** Tese de Mestrado. Belém: Naea- Universidade Federal do Pará, 1994.

CLEVELAND, C.; MATHIAS, R. “Capital Humano, Capital Natural e Limites Biofísicos no Processo Econômico” In: CAVALCANTI, C. (org.), **Meio Ambi- ente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.** São Paulo, Cortez Editora, p. 131-164, 1997.

DALY, H. 1991. **Steady-State Economics.** Washington, D.C.: Island Press, 2. ed, 1991. FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. *O Mito do Desenvolvimento Econômico.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **O Capitalismo Global.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Paz e Terra, 10. ed. revista pelo autor, 2000.

GAUDÊNCIO, F.S.; FORMIGA, M. (coordenadores) **Era da Esperança: Teoria e Política no Pensamento de Celso Furtado.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

LOMBORG, B. **The Skeptical Environmentalist.** Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press, 1998.

A UNIDADE DIALÉTICA SUBDESENVOLVIMENTO- DESENVOLVIMENTO E OS RECURSOS NATURAIS NÃO-RENOVÁVEIS

Carlos Brandão

O economista limita o seu campo de observação a processos parciais, pretendendo ignorar que esses processos provocam crescentes modificações no mundo físico. [Têm dificuldade em] reconhecer que o que chamamos de criação de valor econômico tem como contrapartida processos irreversíveis no mundo físico, cujas consequências tratamos de ignorar (Furtado, 1974, p. 18).

É em confronto com o desenvolvimento que teremos que captar o que é específico do subdesenvolvimento (Furtado, 1968, p. 4).

Introdução

Estamos completando (em 2024) 50 anos do lançamento d' "*O Mito do Desenvolvimento Econômico*" e 20 anos do falecimento de Celso Furtado. Importante realizar, mesmo que muito sucintamente, um balanço das contribuições e da atualidade dessa decisiva intervenção intelectual no contexto do conjunto da obra desse autor.

Nesse livro ele deu grande importância aos fatores institucionais e ecológicos na *formação e cristalização das variadas estruturas sociais constituídas*

em movimento histórico. Colocou ênfase no papel dos grandes conglomerados empresariais como elemento estruturador, tanto do capitalismo, quanto das relações centro-periferia. Destacou a capacidade multiescalar dos enormes conglomerados para empreender a exploração e a expropriação de recursos naturais não-reprodutíveis, segundo suas unificadoras e coesivas estratégias mundializadas, “não se importando com os *processos irreversíveis de degradação do mundo físico*”¹ (Furtado, 1974, p. 17). Ou seja, analisou um ponto crucial de seu amplo programa de pesquisas que ele destacava como *as contradições entre o avanço da acumulação e as tensões na fronteira ecológica*.

A coletânea publicada em 1974 reúne um conjunto de 4 ensaios escritos quando do seu exílio nos Estados Unidos e na Europa. Importante lembrar seus títulos, pois eles demonstram uma unidade que pode se expressar em um livro com grande coerência argumentativa. São eles: I) Tendências estruturais do sistema capitalista na fase de predomínio das grandes empresas; II) Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais; III) O modelo brasileiro de subdesenvolvimento e IV) Objetividade e ilusionismo em economia.

O primeiro ensaio, abarcando dois terços da obra, resultou de uma conferência proferida em Cambridge em março de 1974, que tem uma seção que dá o título ao livro, ganhou repercussão internacional e gerou muitos debates, tendo, inclusive, anos mais tarde, ganhado uma edição especial, em separado, em um livreto. Ele está estruturado em cinco seções que revelam a linha argumentativa que dá coerência ao capítulo: 1. A profecia do colapso; 2. A evolução estrutural do sistema capitalista; 3. As grandes empresas nas novas relações centro-periferia; 4. Opções dos países periféricos; 5. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Na verdade, as conclusões deste primeiro ensaio tiveram grande repercussão e provavelmente foram as páginas mais citadas² de toda a vasta obra de Furtado.

1 Todos os itálicos no texto são nossos e não dos autores citados.

2 O impacto da seguinte citação foi enorme e a mais propagada no debate nacional e internacional: “o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico

Furtado demonstra neste momento uma grande preocupação com “a afirmação definitiva das grandes empresas no quadro de oligopólios internacionais, o crescimento explosivo do mercado financeiro internacional, a rápida industrialização de segmentos da periferia do sistema capitalista no quadro do novo sistema de divisão internacional do trabalho” (Furtado, 1974, p. 10).

Analisa o impulso expansivo da grande unidade oligopólica, que agiliza relações internas ao próprio conglomerado, espalhado sistemicamente por vários países e regiões, detendo o domínio decisional, tecnológico e inovacional e administrativo, de todo o conjunto de atividades de produção e circulação. Destaca que há uma tendência evolutiva no sentido da integração multiescalar, segundo sua perspectiva estratégica de longo prazo. Analisa de que forma inúmeras alternativas são exploradas por estas organizações que detêm uma inigualável capacidade de atuação em variadas escalas espaciais. Elas demonstram uma habilidade de adaptação e flexibilidade frente a distintas formas de organização social (Furtado, 1974, p. 58) e de avançarem sobre a fronteira de recursos naturais.

O segundo ensaio discute as principais conexões entre subdesenvolvimento e dependência. Poder-se-ia destacar entre as várias contribuições deste ensaio, as complexas articulações entre produtividade social, ampliação do excedente e desenvolvimento estão lapidarmente sintetizadas nesta afirmação de Celso Furtado no contexto da sua discussão sobre a criatividade e a inventividade humanas

a emergência de um excedente adicional — consequência do intercâmbio com outros grupamentos humanos ou simplesmente do acesso a recursos naturais mais generosos — abre aos membros de uma sociedade um horizonte de opções: já não se trata de reproduzir o que existe, e sim de ampliar o campo do que é imediatamente possível (...) dentro

- a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos - é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. (...) Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito” (Furtado, 1974, p. 75).

do qual se concretizam as potencialidades humanas. O novo excedente constitui, portanto, um desafio à inventividade (...) a vida social gera uma energia potencial cuja liberação requer meios adicionais. Em sua dupla dimensão de força geradora de novo excedente e impulso criador de novos valores culturais, esse processo liberador de energias humanas constitui a fonte última do que entendemos por desenvolvimento (Furtado, 1978, p. 81).

O terceiro ensaio analisa o modelo brasileiro de subdesenvolvimento, sendo muito didático ao discutir, entre outras questões: a difusão mundial do progresso técnico e da produtividade; o distorsivo padrão de consumo conspícuo de uma pequena minoria; os impasses daquelas economias que se industrializaram mantendo o subdesenvolvimento e que acabaram agravando suas desigualdades sociais, mantendo elevado custo social do funcionamento peculiar de seu heterogêneo sistema econômico, posto que, ao se modernizarem (basicamente o consumo mimético de suas elites), sem se desenvolverem plenamente, acabam preservando suas

grandes disparidades na produtividade entre as áreas rurais e urbanas; uma grande maioria da população vivendo em um nível de subsistência fisiológica; massas crescentes de pessoas subempregadas nas zonas rurais... (Furtado, 1978, p. 97).

O quarto e último ensaio é uma palestra em que chama a atenção para os riscos do economicismo e as limitações do pensamento dominante, por isso foi denominado de objetividade e ilusionismo em economia. Ele alertava que a economia e as outras ciências sociais e humanas podem se degradar quando e se seus membros declinam o exercício da autocrítica e a consciência de responsabilidade social. Afirma que, se toda decisão é parte de um conjunto de decisões com importantes projetos no tempo [e no espaço], desse modo, o estudioso deveria estar atento para “observar o comportamento dos agentes que controlam os centros de decisão e dos que estão em condições de contrapor-se e modificar os resultados buscados por aqueles [Sendo que seria daí que o pesquisador

deveria] partir para captar o sentido do conjunto do processo social” (Furtado, 1974, p. 116).

Com certeza, o importante alerta colocado no livro - que mereceu maior atenção dos pesquisadores e teve repercussão internacional - foi o de que “não há lugar para todos” na condição e na posicionalidade de países desenvolvidos no concerto da divisão internacional do trabalho. Não seria facultado a todas as sociedades reproduzirem o padrão do capitalismo central. Esse era um mito marcante na discussão do processo (unificado-articulado) de desenvolvimento-subdesenvolvimento. Celso Furtado afirmou nesta obra, que o desenvolvimento material experimentado historicamente pelos países hoje industrializados do centro do capitalismo criou formas de vida que não têm como ser universalizadas para todas as pessoas do planeta.

A ideia de um acesso generalizado aos padrões de consumo cêntricos seria apenas um prolongamento do mito da filosofia positivista do progresso, como se existisse um processo constante, linear e de difusão automática do avanço material, mais ou menos natural e constante, “rumo ao desenvolvimento”. Essa fantasia estaria ligada à ideia do aperfeiçoamento técnico incessante, como uma “entelêquia concebida fora de qualquer contexto social” e a *uma concepção de que haveria uma fronteira externa ilimitada (um “sistema aberto”) de recursos não reprodutíveis que não se exauririam*. De forma pioneira, ele questionará as variadas pressões que são exercidas pelo uso mais intensivo de energia e matérias primas sobre os recursos naturais não renováveis, portanto *finitos*, em um “sistema que é fechado”: o planeta.

Para Furtado estava claro que

As novas formas que está assumindo o capitalismo nos países periféricos não são independentes da evolução global do sistema. Contudo, parece inegável que a periferia terá crescente importância nessa evolução, não só porque os países cêntricos serão cada vez mais dependentes dos recursos naturais não-reprodutíveis por ela fornecidos, mas também porque as grandes empresas encontrarão na exploração de sua mão-de-obra barata um dos principais pontos de apoio para firmar-se no conjunto do sistema. Mas, se é difícil especular sobre

tendências com respeito ao centro, ainda mais o é no que se refere à periferia, cujas estruturas sociais e quadro institucional foram pouco estudados, ou foram vistos sob a *luz distorcedora das analogias com outros processos históricos* (Furtado, 1974, p. 59).

Nessas breves notas desse capítulo procuraremos apontar questões atinentes ao tratamento possível dado ao processo de subdesenvolvimento-desenvolvimento, tomado como uma unidade dialética de opostos. Em seguida discutiremos de que forma um lócus privilegiado de enunciação desta unidade, a América Latina, concebeu uma original e potente contribuição teórica capaz de, entre outras questões, se contrapor ao mito da difusão automática do desenvolvimento econômico exponencial, abarcante, infinito e capaz de incorporar e integrar todos os países. Finalmente, destacaremos a importância de se analisar as dinâmicas do desenvolvimento desigual e (re)combinado no espaço; os riscos colocados pelos processos cumulativos e irreversíveis do uso do mundo físico-natural; o papel do Estado e do Planejamento; e as possibilidades de abertura de horizontes de proteção e respeito ambientais e de promoção de maior justiça socioecológica.

A unidade dialética subdesenvolvimento-desenvolvimento vista a partir da América Latina

Importa inicialmente procurar elucidar o que se entende por unidade dialética subdesenvolvimento-desenvolvimento.

A condução teórico-histórica do processo de produção do conhecimento que busca apreender o real-concreto, capturado enquanto totalidade, deve debruçar-se sobre esse *complexo contraditório que é a unidade dos opostos subdesenvolvimento-desenvolvimento*, como um concreto pensado em dois polos (formações socioespaciais) que são mutuamente condicionados e determinados.

Não obstante, esse complexo não pode ser tomado enquanto dois polos opostos e/ou realidades separáveis e dissociáveis, mas enquanto *formações, processos*, que conformam uma *unidade de contrários dinâmicos, dotados de diferenciação continuada e em curso*. Não são compartimentos

estaques, pois se relacionam e interagem todo o tempo, se complementando mutuamente. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento são opostos, mas não são entes isolados e apartados. Portanto, não são entidades estáticas, mas *partes de um mesmo todo*, sujeitos a dinâmicas em constante interconexão e interdependência, em embates e movimentos transformativos intrínsecos e constantes.

A unidade conflituosa dos contrários subdesenvolvimento-desenvolvimento enquanto unificação intrínseca e dialética entre seres que são diversos, porém em ocorrência conjunta deve ser analisada buscando apreender os opostos em ação e movimento de síntese, nas tensões e conexões, nas mudanças qualitativas na relação não-etapista, mas em movimento em espiral, em que se realizam as articulações entre: diferença-identidade; continuidade-ruptura; conjunção-disjunção; aparência-essência.

Em suma, há a inerente impossibilidade de isolamento dos processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento como entidades distintas, pois em essência estão organicamente imbricadas e em articulação perene. São seres não-desmembráveis, umbilicalmente ligados, como gêmeos siameses.

Nesse sentido, teoricamente é preciso ultrapassar a unilateralidade nas análises e buscar apreender os variados nexos, inter-rebatimentos e as metamorfose mútua a que estão submetidos.

Muito esforço teórico e analítico foi despendido para a interpretação profunda da natureza do *processo de desenvolvimento-subdesenvolvimento*, na América Latina, tratando-o justamente nesta perspectiva de uma *unidade contraditória, híbrida, sistêmica (dialética), em movimento*. Ou seja, como uma unidade dialética, *resultante de uma mesma e única dinâmica expansiva*, simultaneamente “unificada” e “ramificada” em distintas vias e trajetórias geográficas e históricas. Dinâmica expansiva compulsiva que opera a reprodução global do sistema capitalista em seu conjunto e, ao mesmo tempo, *que se processa e especifica ao longo do tempo e em diferentes espaços*. Um mesmo processo histórico expansivo (centrífugo) teria configurado duas formações sociais, bifurcadas em duas entidades que coevoluíram (fruto de relações recíprocas) em processos variegados e divergentes, embora se encontrem em unidade dialética. Duas realidades muito diversas e heterogêneas, embora marcadas pela mesma dinâmica histórica. Em suma, o subdesenvolvimento seria a *contraface, interface e a outra face* do processo de desenvolvimento e não uma fase dele.

Em um quadro amplo, de abordagem da longa duração, Furtado parece ter em mente a potência da força expansiva e centrífuga do capitalismo originário inglês que “explode” em três grandes ciclos histórico-geográficos de dilatação do processo de desenvolvimento desigual e combinado. O primeiro, na própria Grã-Bretanha e países próximos. O segundo, na expansão do núcleo original (em busca de ampliação produtividade com a incorporação de nova base de recursos naturais) para a ocupação dos territórios de clima temperado em um deslocamento de fronteira em que as economias australiana, canadense e estadunidense foram incorporadas e transformadas em simples prolongamentos da economia industrial europeia. E, finalmente, o terceiro ciclo, que poderíamos chamar de incorporação “do resto”, no contexto do processo de modernização, em um movimento de busca por recursos naturais e humanos abundantes e baratos e com a propagação de seu padrão de consumo para um mercado amplo, horizontal e extensivo.

Assim, ele resume

Desta forma, o capitalismo industrial levou certos países (os que lideram o processo de industrialização) a especializar-se naquelas atividades em que métodos produtivos mais eficientes penetravam rapidamente, e levou outros a especializar-se em atividades em que essa forma de *progresso técnico* era *insignificante*, ou a buscar a *via da alienação das reservas de recursos naturais não reprodutíveis* (Furtado, 1974, p. 78).

O subdesenvolvimento entendido como *estruturas heterogêneas* e em movimento truncado, seria o resultado de processos de acúmulo de atrasos, de cristalização de anacronismos, enrijecimentos e travamentos estruturais no curso do processo conjunto e evolutivo da história do capitalismo mundial. O progresso técnico jogaria papel decisivo na reprodução do centro e da periferia capitalistas.

Acumular significa transferir para o futuro o uso final de recursos hoje disponíveis. Na sociedade capitalista o ato de acumular é remunerado, donde resulta que a reprodução das estruturas sociais

requer que a acumulação engendre uma elevação da produtividade do sistema. Ora, na ausência de modificações na disponibilidade de recursos naturais, na tecnologia e na composição da demanda final, a acumulação tende necessariamente a um ponto de saturação podendo se tornar redundante (Furtado, 1979, p. 10).

A abundância de recursos naturais e energia disponíveis e baratas facultaram a estes países periféricos lograrem um processo industrializante. Entretanto, essas nações em construção têm dificuldade de coordenação de suas economias na escala nacional, dado o poder das empresas transnacionais. Logram constituir limitados centros de decisão endógenos de decisão para o enfrentamento do subdesenvolvimento, posto que submetidos ao poder das empresas transnacionais que penetraram e se estabeleceram em seus países, controlando os elos fundamentais das cadeias produtivas instaladas.

Nesse contexto, no intento de se estudar minuciosamente os mecanismos e sistemas de dominação, segundo Furtado, seria crucial examinar o papel das Empresas Transnacionais, como um nível, instância ou plano de ação fundamental de condensação de poder. Essas “unidades dominantes”, de influência assimétrica na cadeia de decisões estratégicas, representam uma inovação na organização de relações entre formações socioeconômicas, pois aprofundam a divisão do trabalho, desenvolvem técnicas de produção e transferência de excedente (geralmente com equipamentos já amortizados), operando como “motores de integração” de mercados, jogando em um espaço plurinacional. Tais empresas obedecem a uma unidade de comando central, controlam os elos mais dinâmicos da atividade econômica e difundem sistemas de cultura hegemônicos, reforçando as estruturas de poder da escala mundial. Esses grandes conglomerados internacionais se afirmam, assim, como “instrumentos da acumulação, inovação e integração do sistema”, sobretudo na periferia semi-industrializada.

poucos países periféricos reuniam as condições de dimensão demográfica, potencial de recursos naturais e liderança empresarial para fundar a industrialização no desenvolvimento do mercado

interno. A grande maioria dos países pobres que buscam industrializar-se ficam na dependência de acesso marginal ao mercado internacional como *subcontratistas* de empresas transnacionais. Foram poucos os que avançaram na construção de um sistema econômico com certo grau de autonomia na geração da demanda efetiva e no financiamento dos investimentos reprodutivos (Furtado, 1998, p. 42).

A América Latina enquanto lócus privilegiado de enunciação da unidade contraditória subdesenvolvimento-desenvolvimento

A América Latina concebeu e acumulou, por sete décadas, desde o final da década de 1940, um original patrimônio acadêmico para pensar as especificidades do processo de desenvolvimento na condição periférica, desvelou contradições silenciadas e lançou luz nas limitações e parcialidades dos enfoques elaborados nos países centrais.

Pena que o ambiente acadêmico eurocêntrico e anglo-saxão, com seus julgamentos pré-concebidos, não tenha absorvido adequadamente seus ensinamentos e perguntas. Este fato deixa claro que alguns pensamentos têm maiores possibilidades e outros maiores dificuldades no deslocamento, na mobilidade e em viajar transnacionalmente.

Neste continente se pôde debruçar sobre uma realidade muito concreta e específica: a conformação estrutural da escala nacional subdesenvolvida e sua inserção, no contexto contraditório, de disputas e arranjos hierárquicos mundiais, a partir de uma condição periférica.

Um criativo prisma de análise e um aparato metodológico foram desenvolvidos no continente para buscar apreender esta condição específica, como uma *malformação estrutural* (Furtado), como estruturas em movimento truncado, resultado de duráveis processos de acúmulo de atrasos, de anacronismos e travamentos estruturais, no curso da longa história do capitalismo mundial.

Não há dúvida que esta potente reflexão sobre a situada (histórica e geograficamente) condição periférica e subdesenvolvida-dependente precisa ser retomada e renovada, frente às profundas e abrangentes transformações capitalistas do Século XXI.

América Latina são várias e plurais. Na marcha da sua evolução histórica se coloca o interrogante das *razões pelas quais um vasto e diverso continente pode* – ainda que dotado de imensas riquezas naturais e humanas (água, sol, terra, recursos materiais e simbólicos etc.), massa populacional e mercado consumidor extensivos e de porte, patrimônio natural e social vibrantes, forças produtivas modernas potentes (embora muito concentradas em alguns pontos seletivos do seu gigantesco espaço) - *manter, reproduzir e legitimar tanto atraso.*

Não se pode diminuir ou negligenciar o verdadeiro patrimônio intelectual que representa o pensamento social crítico latino-americano. Ele buscou interpretar as especificidades do processo de desenvolvimento na condição periférica, subdesenvolvida e dependente, colocando a ênfase nas assimetrias entre o centro e a periferia do sistema no que diz respeito às suas estruturas produtivas, sociais e espaciais altamente heterogêneas e à inserção internacional vulnerável na hierárquica e contraditória escala mundial em transformação.

A partir de uma muito peculiar perspectiva analítica, que buscava uma visão sistêmica, compreensiva e historicamente determinada das relações assimétricas de poder na escala mundial, a interpretação histórico-estruturalista buscou apreender: o conjunto de vulnerabilidades sistêmicas no continente; um compósito de disparidades e iniquidades (sociais, econômicas e políticas) condicionadas; e uma dinâmica de reprodução, transformação e perenização, que vão aprofundando e complexificando, no curso do andamento histórico, o processo de subdesenvolvimento, vincando variadas espacialidades e temporalidades. Dessa forma se buscava examinar, de forma minuciosa, as particularidades da natureza, feições e variadas facetas do capitalismo periférico.

Importante ressaltar de onde se enunciaram esta potente reflexão teórica: da maior e mais contraditória e complexa porção contínua e franja periférico-subdesenvolvida do planeta, a América Latina. Esse continente pode ser considerado a maior e mais contrastante parcela territorial, ou sítio, de desenvolvimento desigual (e combinado) da Terra. Lugar de poderes conservadores assimétricos, território dos extremos e paradoxos, lócus privilegiado de heterogeneidades estruturais, de discrepâncias e distanciamentos salientes entre desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e privações e precarizações, situações polares entre riqueza e pobreza, e de (re)combinações ativas e passivas entre formas retrógradas

e contemporâneas. Terreno concreto de temporalidades e espacialidades diversas e de múltiplas contradições em processo. Ou seja, espaço privilegiado para se examinar a posicionalidade relacional periférica no contexto do capitalismo mundial.

O exame rigoroso da *condição periférica e do subdesenvolvimento*, vistos como um processo complexo, como uma *malformação estrutural*, como a define Celso Furtado, foi assim realizado, de maneira muito ousada e original, pelos intelectuais críticos latino-americanos.

Em uma abordagem que mirava o movimento histórico, dinâmico e contraditório do capitalismo mundial, a fim de analisar a inserção particular da socioeconomia latino-americana, se foi capaz coletivamente de revelar e denunciar as vulnerabilidades estruturais vigorosas e múltiplas que o funcionamento mundializado do sistema impunha ao continente. Essa abordagem propugnava que diversas as formas de dependência (financeira, tecnológica e cultural) foram, ao longo do tempo e do espaço, se instalando e reproduzindo. Demonstrou ainda como um deficiente padrão de financiamento de longo prazo, um aparelho precariamente desenvolvido de ciência tecnologia e inovação e uma escala nacional marcada pelo mimetismo da indústria cultural americana foram se cristalizando. Assim, os dispositivos e mecanismos da dependência foram se sobrepondo, mantendo e se aperfeiçoando.

Os pensadores latino-americanos compreendiam que o movimento da socioeconomia latino-americana é relacional e sobretudo condicionado. É atravessado por complexas conexões, articulações e interdependências em um jogo de determinantes internos-externos. Ou seja, o espaço continental comporta-se como uma estrutura dinâmica vinculada ao sistema capitalista mundial, porém seus *estímulos* (e restrições) se encontram *exogeneizados*, isto é, constrangidos e delimitados desde fora.

Assim, estes autores avançaram no entendimento do processo de dependência nacional, que se manifesta, tanto pela introjeção internalizada e mais direta de poderes hegemônicos domésticos, quanto por forças externas, que se infiltram e expressam indiretamente pelos veículos das forças políticas internas.

São várias as facetas, dimensões e modos de operação da dependência. Temos a dimensão econômica, que se reforça pelas carências congênicas das estruturas institucionais de crédito de largo horizonte temporal e dos mecanismos de sancionamento de decisões empresariais de risco,

além de aparelhos de exação e formação de fundos públicos deficientes (e apropriados por castas privadas) e debilitados sistemas de aprendizado e inovação. Temos a dependência produtiva e comercial da exploração dos recursos naturais, em que se revela uma incontornável volatilidade da demanda e dos preços dos mercados de *commodities* controlado em escala mundial, que impõe um estreitamento inato e uma externalização das cadeias produtivas e de circulação, explicitando nossas dificuldades para avançar no processo de industrialização.

Não é por acaso que aí tenha se desenvolvido uma reflexão original e potente sobre subdesenvolvimento, dependência e posicionalidade-relacional periférica no contexto do capitalismo mundial. Foram aí elaborados e consolidados um rigoroso campo de reflexão, um lócus privilegiado de enunciação científica e política e um método original de pesquisa dos complexos processos de desenvolvimento histórico-geográfico desigual (e recombinação).

Desenvolvimento desigual e (re)combinado no espaço, o uso do mundo físico-natural, as tensões na fronteira ecológica e o papel do Estado e do Planejamento

No capitalismo, por sua própria natureza, o desenvolvimento se processa sob uma lógica desigual e combinada, no tempo e no espaço. Já há um longo e profícuo acúmulo de conhecimento científico nas ciências sociais e humanas quanto às reflexões sobre o complexo processo de desenvolvimento desigual. Entretanto, quanto aos processos de (re)combinação, hibridez, convivência e articulação das formas modernas/contemporâneas com as formas atrasadas/retrógradas, o acúmulo não é tão expressivo e evidente. Assim, o desafio em se avançar no conhecimento da (re)combinação dessas formas díspares e coesionadas, sobretudo em formações sócio-histórico-geográficas específicas, buscando entender como elas se (re)formatam em cada ciclo estrutural-conjuntural histórico, deveria ser uma constante em nossos estudos teóricos e empíricos.

Nesse contexto, é preciso aprimorar a nossa sensibilidade investigativa quanto aos processos híbridos e em (re)combinação (as dinâmicas de embate e convivência de forças, formas, formações e reformatações entre o retrógrado/atrasado e o contemporâneo/“moderno”), por

exemplo nas relações sociedade-natureza. Ao mesmo tempo, torna-se necessário buscar apreender as *condensações de contradições* tanto na longa duração, quanto no *tempo conjuntural*, analisando as múltiplas articulações em entrelaçamento e a sua realização concreta no espaço vivido, agitado e sempre vívido e ativo.

A marcha histórico-geográfica do desenvolvimento desigual resulta em grande diversidade de processos nacionalizados-regionalizados de metabolismos sociotécnicos e socioambientais muito peculiares no tempo e no espaço, resultantes das ações decisoriais humanas e das opções estratégicas elegidas. Furtado afirmou que “o próprio conceito de desenvolvimento nos permite perceber que o homem é um fator de transformação agindo tanto sobre o contexto social e ecológico como sobre si mesmo” (Furtado, 2003, p. 5).

Nas anotações de seu programa de pesquisa de longo prazo, registrado no apêndice “Tábua Matéria Sugerida” publicado em Furtado (1976), fica claro o que ele chamava de “impactos sobre o mundo físico” e a necessidade do aperfeiçoamento dos estudos sobre os ecossistemas, as tensões entrópicas, os custos ecológicos, dentre outras questões prementes.

Quadro 1

O avanço da acumulação e as tensões na fronteira ecológica

- O aumento da eficiência como contrapartida de um maior consumo de energia.
- A irreversibilidade da degradação da energia. Criação de entropia e desorganização dos ecossistemas.
- A aceleração da acumulação em condições de apropriação privada dos recursos naturais. Socialização dos danos causados no plano ecológico. Comprometimento das opções futuras.
- Recursos renováveis e não renováveis. A ótica dos interesses privados e a aceleração do uso dos recursos não renováveis. O efeito dessa ótica sobre a orientação do progresso técnico.
- O custo ecológico da reprodução de certas estruturas sociais. Destruição dos solos aráveis e o latifundismo-minifundismo. As explorações mineiras predatórias no quadro do sistema de divisão internacional do trabalho.
- A urbanização como um complexo de formas de acumulação produtivas e improdutivas. Consequências no plano ecológico.

Fonte: Tábua Matéria Sugerida (Furtado, 1976)

Seria preciso, na implementação desta agenda de pesquisas, criticar e ultrapassar a visão restrita que o *mainstream* do desenvolvimento econômico construiu e propagou, que concebia o planeta e a natureza de forma inerte, desimpedida, ociosa e passiva

como um pano de fundo, uma fonte de recursos, uma dádiva, cujo valor somente tinha sentido se ela estivesse inserida na produção de raridades produzidas pelo trabalho, uma espécie de lugar imóvel, que deveria acolher os movimentos da ‘verdadeira’ história dos homens que é a construção liberadora dos meios de produção. A maior parte das matrizes dos pensadores e dos formuladores de políticas não colocaram limites ao ilimitado crescimento econômico pretendido e visto como sinônimo do desenvolvimento (...) defendiam o crescimento sem se interrogar sobre a heterogeneidade dos contextos históricos e todos os efeitos destrutivos sobre os modos de vida tradicionais e sobre o meio dos países nos quais se procurou aplicá-los (Zanotelli, 2024, p. 3).

Tais teorias tinham como pressuposto um sistema econômico-produtivo visto como um “*sistema em aberto*”, dotado de fronteiras externas sem limites, com disponibilidade elástica de recursos da natureza a serem explorados e, portanto, com possibilidades físico-naturais infinitas de crescimento exponencial e de *fuga para a frente* territorial permanente.

Discordando do conservadorismo sociopolítico dessa visão, Furtado já demonstrava, desde seus primeiros textos, em que abordava dos processos históricos (geográficos) de longa duração, uma perspectiva mais abrangente e promissora. Tal interpretação dos processos sociais partia (como ensinado por Anibal Pinto³ e pela CEPAL), do meio físico e da dotação de recursos naturais, para analisar de que forma os movimentos e a pressão demográfica e entrópica que as massas humanas exerciam em

3 Anibal Pinto, no contexto da formulação do conceito de *estilos de desenvolvimento*, vai definir as *estruturas* do desenvolvimento de um país (em suas trajetórias históricas variegadas), como o “conjunto de elementos materiais e sociais que constituem o ‘esqueleto’ de uma comunidade: meio físico-natural, população, organização produtiva, estrutura social e relação com o exterior (Pinto, 1982).

sua interação simbiótica com a quantidade e a qualidade disponíveis dos recursos ambientais, inclusive da terra, conformavam certa trajetória ou estilo de desenvolvimento.

Dentre as atividades depredadores do meio ambiente que Celso Furtado tratou ao longo da sua vasta obra, pode destacar o papel dos enclaves mineradores e a extensividade espacial dos negócios no meio rural, “o uso predatório e extensivo da terra, dadas as condições ecológicas”

A prática da agricultura itinerante (*shifting cultivation*), com suas técnicas de produção via a mudança de campo de cultura (*shifting-field*) em região de terras abundantes, dentro de grandes propriedades, imobilizando quantidades consideráveis de terras, ademais de implicar em crescente destruição de recursos naturais” (Furtado, 1972, p. 92). (...) “Os maiores custos invisíveis se traduzem principalmente na destruição do patrimônio de recursos naturais do país e no sacrifício das massas rurais, que continuam submetidas às mais duras formas de exploração (...) Se, por um lado, ignoram as consequências a longo prazo da destruição dos recursos naturais de um país, por outro, a *shifting cultivation* permite maximizar a produtividade da mão de obra, nas regiões tropicais, se a taxa de juros é alta e as terras são abundantes (Furtado, 1972, p. 109-110).

Segundo ele, apenas o esforço ordenador da ação do Estado seria capaz de defrontar tal situação de destruição do planeta. No conjunto do sistema de decisões “só o planejamento permite corrigir a tendência das empresas privadas e públicas a ignorar os custos ecológicos e sociais da aglomeração espacial das atividades produtivas” (Furtado, 1999, p. 56).

Assim, ele defendia que

Na economia capitalista, os centros de decisão⁴ mais importantes desse sistema se situam no Estado. A

4 “Graças à ideia de centro de decisão, pude escapar do ilusionismo dos *mecanismos* econômicos, os quais impedem muitos economistas de integrar os processos econômicos nos conjuntos sociais reais. Quem *decide* atua em

economia capitalista não poderia operar sem um certo grau de centralização de decisões, ou seja, sem uma estrutura superior de poder (todo capitalismo é em certo grau um capitalismo de Estado)” (Furtado, [1973], 2013, p. 46). (...) “todo centro de decisão tende a aprofundar o seu horizonte temporal, isto é, a planejar a sua ação. Dessa forma, quando se observa a economia como uma organização, a ideia de planejamento como técnica destinada a elevar a eficiência dos centros de decisão surge naturalmente (Furtado, [1973], 2013, p. 50).

Ele advogava que as decisões condicionam e ordenam a vida coletiva. Algumas decisões podem ser consideradas *inadequadas* pela sociedade, ou seja, em desacordo com os *autênticos interesses sociais*, quando se busca captar o sentido do conjunto do processo social. As decisões e seu encadeamento e ritmo no tempo e no espaço, bem como os seus resultados e consequências são bastante desiguais e distintos entre as frações de classes sociais e entre territórios, beneficiando-os ou penalizando-os.

Nesse sentido, Furtado considerava indispensável o planejamento, que ele definia como “uma *técnica social* de importância muito maior, a qual permitia elevar o nível de racionalidade das decisões que comandam complexos processos sociais, *evitando-se que surjam processos cumulativos e não reversíveis em direções indesejáveis*” (Furtado, [1973], 2013, p. 43). Essa técnica social permite colocar diante da sociedade o horizonte de opções disponível, alargar e possibilitar o alcance de maior grau de racionalidade nas ações.

O planejamento foi a grande invenção do capitalismo moderno. (...) Esta é uma técnica fundamental para ação racional. Significa ter referências com respeito ao futuro, portanto, usar a imaginação para abrir espaço (Furtado, 1999, p. 77). “O planejamento não deve destruir as raízes da criatividade. Existe esse risco pois planejar é impor uma racionalidade que

função de objetivos e exerce alguma forma de poder. Ver os processos econômicos como cadeias de decisões, e estas como estruturas de poder, é afastar-se dos conceitos de equilíbrio” Furtado, [1973], 2013, p. 50).

será assumida por todos. (...) Seja qual for seu nível de desenvolvimento, uma sociedade só se transforma se tiver capacidade para improvisar, inovar, enfrentar seus problemas da maneira mais prática possível, mas numa perspectiva racional (Furtado, 1999, p. 79).

No curso do encadeamento de decisões estratégicas, concretiza-se no espaço e no tempo a *ação das forças hegemônicas*, com poder diferencial de comando e *racionalidade planejadora*, impondo intencionalidades das práticas e estratégias de agentes dominantes, que dispõem de poder de pagamento e de mando, em exercício de inculcar e modelar, através de prestígio, influência, autoridade e interferência de parcela decisiva do curso dos acontecimentos que produzem socialmente determinado espaço. Grandes interesses, como os dos conglomerados empresariais e outros agentes poderosos, irradiam seus impulsos, sobrepujam suas vantagens, executam reproduzem práticas e relações sociais díspares, com diferenciadas modalidades de ação e recursos de poder material e simbólico assimétricos. São agentes significativos, que acumulam e exercem grande capacidade de projeção, reverberação e imposição de seus interesses e estão munidos de capacidades assimétricas para estruturar e direcionar cadeias de ação e reação.

Nesse contexto é preciso que a sociedade se organize para lutar por outros horizontes de opções e possibilidades, como sugere Martín Arboleta com uma radicalização do processo de planejamento democrático e popular que permita

reinventar la economía *más allá* del trabajo asalariado y de la ideología del crecimiento ilimitado, desarrollando una lectura cuantitativa del crecimiento de manera positiva, como fundamento del bienestar social, o como algo negativo que debe eliminarse. Esto es, un tipo de crecimiento social y conscientemente controlado *que se desligue del imperativo de la acumulación ilimitada de la riqueza abstracta, y cuyo objetivo sea el cuidado de la vida y de los ecosistemas* (Arboleda, 2021, p. 32-33).

Segundo Vladimir Safatle (2020), Celso Furtado (1974) entende que *O Mito do Desenvolvimento Econômico* era responsável pela paralisia da criatividade social. Criatividade que se expressa necessariamente através de um processo global de “transformação da sociedade no nível dos meios e também dos fins”, possibilitando uma mudança real e estrutural. O mito obstrui o que é decisivo no interior da vida social, paralisando a criatividade humana, impedindo *a criatividade como capacidade de transformar o horizonte do progresso da vida social, abrindo o espaço à constituição de novas formas de vida* (Safatle, 2020). O mito desempenha nesse contexto uma função muito clara

impede toda tentativa de sair de uma fetichização da racionalidade econômica vinculada à maximização de investimentos e crescimento. Assim, as sociedades não conseguem desenvolver a experiência de rever o que se coloca como ‘necessidade’ no interior de formas de vida determinadas. A criatividade na constituição de novas prioridades é colocada indefinidamente em suspenso (Safatle, 2020, p. 2).

Infelizmente, alguns cenários mais otimistas que a obra de Furtado elencou não se confirmaram totalmente, tais como: a diminuição do fosso entre centro e periferia; o aumento da participação das massas populares nos benefícios do chamado progresso; a ampliação da ação das forças democráticas nos centros de decisão. Por outro lado, seus alertas sobre as tendências no metabolismo socioambiental e os riscos da exploração dos recursos naturais não-renováveis, com seus efeitos danosos, cumulativos e irreversíveis, se constituíram em realidade irrefutável cinquenta anos depois.

Ele asseverava a necessidade de um Estado democrático que realizasse uma ação diretora e coordenadora para enfrentar as rigidezes estruturais. “A luta contra o subdesenvolvimento é um processo de construção de estruturas, portanto implica na existência de vontade política orientada por um projeto” (Furtado, 1999, p. 36). Mas é também um processo de construção de agenciamentos e de decisões descentralizadas e democráticas. O desenvolvimento deve ser para ele *um projeto da/de sociedade*.

Frente às catástrofes naturais, desmatamento, escassez hídrica, desertificação, deslizamentos, crise climática etc. é urgente pensar e

articular uma ecologia de frentes de disputas políticas para tentar contrairrestar a destruição das variadas formas de vida no planeta. É preciso engendrar sociopoliticamente um ecossistema de lutas organizadas coletivamente (Nunes, 2023) para defender a vida humana e não humana no planeta. Torna-se urgente avançar em uma modalidade criativa de organização política com liderança distribuída (em uma ecologia de frentes de disputas), juntando várias formas de luta, algumas que já se encontram em andamento, outras ainda em gérmen, contra todas as forças hegemônicas de destruição do planeta.

Para que seja possível resolver o problema de encontrar uma unidade de ação numa ecologia é preciso que o esforço de calcular este problema esteja ele mesmo distribuído no interior da ecologia em diferentes escalas. [A partir] do exercício de pensar a ecologia enquanto ecologia, o plural enquanto plural, ou seja: de buscar não a única solução mágica que funcionaria para a ecologia como todo (se ela apenas deixasse de ser heterogênea), mas as soluções parciais que funcionam no interior da ecologia existente” (Paraná, Tupinambá, 2022, p. 245).

Considerações Finais

Na América Latina todo um conjunto complexo de processos e contradições capitalistas opera em meio a enormes heterogeneidades estruturais e ativas (re)combinações relacionais e contingenciais (e com convivências contraditórias de temporalidades e espacialidades múltiplas), em que formas atrasadas-retrógradas estão em (re)articulação constante com formas modernas-contemporâneas. Frente às profundas e aceleradas transformações em curso nesta terceira década do século XXI, seria importante questionar como se apresentam hoje a unidade contraditória desenvolvimento-subdesenvolvimento, os processos de dependência e as relações centro-periferia no contexto dos metabolismos socioambientais.

As velhas e novas condições estruturais reprodutoras das situações do subdesenvolvimento e da dependência estrutural, apresentam outro caráter e requerem profundas e criativas investigações com perspectiva espaço-temporal, que busquem radicalmente a multiplicidade e

a possibilidades de plurais coexistências e trajetórias, frente aos desafios civilizatórios nas dimensões sociais, políticas e ecológicas.

Furtado ficava estarecido como um país com tamanhas potencialidades, como o Brasil, acabava mantendo, por conservadorismo político de suas elites, uma taxa de crescimento próxima de zero, muito distante de uma acumulação reprodutível e de um alargamento dos horizontes de oportunidades. Ao mesmo tempo, breves e instáveis surtos, dotados apenas de dinamismos momentâneos e localizados sob a forma de miniciclos interrompidos de crescimento eram muito frequentes e pior, baseados na depredação e expropriação de sua riqueza de recursos naturais e no sacrifício, na privação e no sofrimento material de sua vulnerável população.

Para continuar fiel aos promissores ensinamentos de Celso Furtado seria preciso estudar hoje a unidade contraditória desenvolvimento-subdesenvolvimento de um prisma relacional e situado, na posicionalidade concreta da América Latina, buscando apreender em todas suas dimensões e escalas espaciais sua inserção no contexto geopolítico, geoeconômico e geocultural do Capitalismo do Século XXI. Trata-se de um programa de pesquisas que deve ultrapassar as contenções disciplinares e os individualismos acadêmicos para pensar (e agir) no Brasil e na América Latina, com soberania, democracia e justiça socioambiental.

Embora discutindo em outro contexto, talvez a seguinte afirmação de Celso Furtado (1959), ainda durante a formulação d' A Operação Nordeste, pudesse orientar toda a discussão do desenvolvimento brasileiro: ao invés de procurar conhecer o meio, através de persistentes estudos de nossas especificidades, *limitamo-nos a transplantar soluções fora de contexto...*

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, C. and SIQUEIRA, H. Underdevelopment in Brazil and its interpretations. **Oxford Research Encyclopedia of Latin American History**, march, 2020.

FURTADO, C. **A operação Nordeste**. Rio de Janeiro, ISEB, 1959.

FURTADO, C. **Análise do “modelo” brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

FURTADO, C. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Círculo do Livro. 1974.

FURTADO, C. Tábua da Matéria Sugerida. In: **Prefácio a nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, C. O desenvolvimento do ponto de vista interdisciplinar. **Ensaio de Opinião**, v. 10, Rio de Janeiro, 1979.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, C. [2003]. A responsabilidade dos cientistas (Discurso de posse na Academia Brasileira de Ciências). In: FURTADO, C. **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FURTADO, C. [1973]. Aventuras de um economista brasileiro. In: FURTADO, Celso. **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MEADOWS, D. H. et al. **Limites do crescimento**: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MITCHELL, T. **Carbon democracy**: the politic power in the petroleum era. Paris: La Découverte, 2011.

SOUSA, C. M. (org.). **Inovação educacional para o desenvolvimento regional**. Campina Grande: EDUEPB, 2024.

NOGUEIRA BATISTA Jr., P. O legado de Celso Furtado. *Revista de Economia Política*, v. 44, n. 1, p. 29-41, jan.mar., 2024.

NUNES, R. **Nem horizontal, nem vertical**: uma teoria da organização política. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. São Paulo: Cebrap, 1975.

PARANÁ, E., TUPINAMBÁ, G. **Arquitetura de arestas**: as esquerdas em tempo de periferização do mundo. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

PINTO, A. Estilos de desenvolvimento e realidade latino-americana. **Revista de Economia Política** n. 5, jan./mar., 1982.

SAFATLE, V. *O Mito do Desenvolvimento Econômico* na era Lula. **A terra é redonda**, julho, 2020.

WASQUES, R. et al. As ideias de Celso Furtado sobre as questões ambientais. Campinas: **Leituras de Economia Política**, 2019.

ZANOTELLI, C. *O Mito do Desenvolvimento Econômico* na América Latina. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 44, 2024.

EL MITO DE LOS RECURSOS NATURALES EN EL PENSAMIENTO ECONÓMICO. UNA EVALUACIÓN COMPARADA DE LOS PROGRAMAS CLÁSICO, NEOCLÁSICO Y ESTRUCTURALISTA

Ignacio Tomás Trucco¹
Nadia Estefanía Flores²
Yamila Micaela Bevilacqua³

Introducción

Más allá de la literalidad de la expresión, los recursos naturales (RRNN) no constituyen sólo una realidad físico-material. Por el contrario, ellos se definen en el marco de relaciones sociales históricamente específica que les otorgan sentido y los vuelven comprensible para el pensamiento. Algo similar a lo que ocurre con la idea de tecnología, es decir, el mito de que ésta es pre social (más adecuado para la naturaleza)

-
- 1 Doctor en Economía. Investigador Adjunto de CONICET. Docente de la Universidad Nacional de Entre Ríos y la Universidad Nacional del Litoral. ignacio.trucco@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-5162-6375>
 - 2 Licenciada en Economía. Becaria Doctoral INES (CONICET/UNER). nadia.flores@uner.edu.ar. <https://orcid.org/0000-0002-9986-2019>
 - 3 Licenciada en Economía. Becaria Doctoral (CONICET/UNER). yamila.bevilacqua@uner.edu.ar. <https://orcid.org/0009-0000-3847-0831>

o post social (más adecuado para la tecnología). Por el contrario, cada vez que se habla de RRNN (o tecnología), esta se coloca en relación con la vida humana y el conjunto de relaciones sociales que les envuelven y significan.

Esta idea sintética, presentada inicialmente, es la que se pretende desarrollar, analizar y fundamentar a lo largo de este trabajo, el cual es producto de un dialogo colectivo ente un conjunto de investigadores que integran un proyecto de investigación en el marco de la Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina. En este caso, estas conversaciones/seminarios, tuvieron por objetivo responder a la siguiente pregunta: ¿de qué manera es considerada la idea de RRNN en diferentes programas de investigación, en particular, para el pensamiento marginalista o neo-clásico, para el pensamiento clásico y su evolución sraffiana, y para el estructuralismo latinoamericano? De allí se derivaron tres problemas iniciales. En primer lugar, era preciso observar cómo la idea de naturaleza (o RRNN) interactúa o incluso se define en relación con los supuestos básicos de cada uno de los programas de investigación mencionados. En segundo lugar, era necesario analizar de qué manera las hipótesis básicas de dichos programas sobre los RRNN, logran dar cuenta de peor o mejor manera de los problemas prácticos que los recursos naturales suponen para las economías capitalistas, es decir, en el plano de los fenómenos observables y el desarrollo de problemáticas concretas. Y, en tercer lugar, si ello retorna afectando el modo en que la naturaleza es considerada, definida y conceptualizada en cada caso.

Se trata, en definitiva, de someter a un estudio crítico a tres de los principales marcos conceptuales del pensamiento económico, considerando que el problema de los RRNN no sólo es importante por sí mismo, sino también porque pone en tensión a los propios esquemas de pensamiento iluminado su posibilidades y limitaciones. En este caso, se intentará mostrar y desarrollar el siguiente argumento general: en la medida en que los RRNN son incorporados en el horizonte problemático del pensamiento económico, es la sociedad, es decir, las relaciones sociales que rigen la producción de la vida material, las que emergen como problemas a resolver por dichos esquemas conceptuales. Dicho de otro modo, cada vez que la naturaleza debe ser problematizada explícitamente ella se ve traducida como un problema socio histórico que, en última instancia,

revela como interrogante de fondo a la sociedad misma, retratada en las hipótesis básicas de los programas mencionados.

En este sentido, el trabajo se divide en tres apartados que se ordenan, fundamentalmente, de manera cronológica. En el primero se desarrolla el modo en que los RRNN fueron incorporándose en el paradigma clásico y en su evolución posterior en el esquema sraffiano y se muestra cómo progresivamente el problema de los RRNN va dejando paso y jerarquizando los aspectos distributivos en torno a una definición más genérica como la de producto excedentario. En segundo lugar, se trata el modelo neoclásico y se muestra cómo la naturaleza se incorpora como una realidad exterior al sistema de precios que no se distingue a priori de otros factores de producción en sus aspectos esenciales. Sin embargo, se muestra también cómo los límites impuestos por la naturaleza despertaron interrogantes adicionales que se introdujeron como problemas institucionales relativos a los bienes comunes y la definición de los derechos de propiedad. Mediante el reconocimiento de estas problemáticas se pusieron en evidencia los límites del intercambio puro como modelo de interpretación de la realidad social de referencia. Finalmente, el trabajo desarrolla algunos de los argumentos principales propuestos desde América Latina por parte de la corriente estructuralista. Allí el carácter social de la cuestión de los RRNN se hace aún más explícita pues ella es considerada en el marco de relaciones estructurales entre países centrales y periféricos. En dicho contexto se incorpora el problema de la estructura social, incidiendo sobre la producción, apropiación y uso de los excedentes producidos en los espacios periféricos reorientando la lectura hacia el modo que la sociedad capitalista organiza los recursos naturales como limitante de los procesos de desarrollo.

Los recursos naturales frente en el enfoque clásico sraffiano: del valor a la distribución

El problema de los RRNN estuvo presente de forma temprana en el desarrollo de las ideas económicas. En este sentido, por ejemplo, se articularon de un modo directo con la noción de *excedente* elaborada por los proto economistas que participaron directamente de la ilustración anglo-francesa a fines del siglo XVII, particularmente en el caso de William

Petty. El excedente era, en este contexto, el resultado de una ratio entre personas y recursos (tierra trasuntada por el trabajo en alimento, dada una tecnología) comparada con una razón de requerimientos mínimos para la reproducción física de dicha población. Sería en torno a este problema, donde comienza la economía política a evaluar las relaciones que ponen en marcha el sistema de producción, el reparto del dicho excedente y sus posibilidades de crecimiento o de reproducción ampliada. Tómese, por ejemplo, la elocuente expresión de Petty citada por Roncaglia en su ampliamente conocido trabajo sobre historia de las ideas económicas:

Si hay 1000 hombres en un territorio y si 100 de ellos pueden producir el alimento y la vestimenta necesarios para los 1000; si otros 200 producen mercancías a cambio de las cuales otras naciones darán otras mercancías o dinero; y si otros 400 se ocupan en proporcionar los adornos, placeres y magnificencia para todos; si hay 200 gobernantes, teólogos, abogados, médicos, comerciantes y detallistas; todos los cuales suman 900 en total; la pregunta es, dado que hay comida suficiente para estos 100 supernumerarios, ¿cómo harán para obtenerla? ¿Mendigando o robando [...]? (Petty, 1662; citado por Roncaglia, 2007, p. 105-106)

Los aportes de Petty pueden ser leídos como un ejemplo del giro filosófico que la ilustración anglo-francesa aportó basado en una metafísica natural-fiscalista de la realidad exterior, muy influyente para el desarrollo de la economía política articulada en torno a la noción de excedente. Los recursos naturales se jerarquizan en este marco ya que se los objetiva como sustrato material del valor. La economía política clásica asumirá este rasgo propio de dicho contexto filosófico científico cultural: la naturaleza y como extensión de ella, el trabajo humano (físico-material), es el origen, incluso en un sentido fuerte, de los recursos necesarios y excedentarios. La economía política se monta, a partir de allí, como una aritmética social de las relaciones que lo distribuyen, reproducen y amplían. En esta estela, se ubican los economistas del siglo XVIII que van sedimentando el enfoque del excedente en el que la naturaleza (y/o el trabajo) constituye aquello otro sobre lo que se monta la dinámica

de la acumulación. Cantillon, Quesnay y Turgot, son los ejemplos característicos. En el caso de Cantillon, puede verse cómo la relación entre naturaleza y trabajo está mediada por la existencia de la esclavitud que permite objetivar al trabajo más allá de la condición humana. Esto se basa en la existencia de un plano de conmensurabilidad y equivalencia entre naturaleza y la actividad productiva de las personas, que puede expresarse incluso como un cálculo de compensaciones energéticas. Siguiendo el hilo de lectura propuesto por Roncaglia, este observa “En palabras de Cantillon (ibíd., p. 35; pp. 31-32, trad. cast.), «el trabajo cotidiano del esclavo más vil corresponde en valor al doble del producto de la tierra de que subsiste»” (Roncaglia, 2007, p. 134).

Pero el espíritu de esta de esta enunciación tiñe las contribuciones de los economistas ilustrados anglo-franceses del siglo XVIII hasta alcanzar quizá la forma más acabada a comienzos del siglo XIX. En un contexto histórico en donde la esclavitud y la madera dejaban paso al trabajo asalariado y al carbón (la primera fuente de energía de alta potencia que conoció la humanidad), la economía clásica elevó a ley el límite impuesto por la naturaleza, para luego descubrir cómo, entorno a éstos, se resuelve un problema distributivo basado en el monopolio de la propiedad de tierra.

Lo primero fue expuesto por el clérigo anglicano Thomas Malthus, y popularizado como “el principio de población”. La formulación de Malthus puede ser interpretada precisamente como un paralelismo o un plano equivalente entre el comportamiento reproductivo humano y de la naturaleza, aunque en velocidades diferentes:

Creo poder honradamente sentar los dos postulados siguientes:

Primero: el alimento es necesario a la existencia del hombre.

Segundo: la pasión entre los sexos es necesaria y se mantendrá prácticamente en su estado actual. (...)

Considerando aceptados mis postulados, afirmo que la capacidad de crecimiento de la población es infinitamente mayor que la capacidad de la tierra para producir alimentos para el hombre” (Malthus, [1798]1997, p. 52-53)

Naturalmente este principio contiene dos componentes, por un lado, el relativo a los comportamientos reproductivos humanos y, por otro, el relativo a la capacidad de producción de alimentos con relación a las necesidades alimentarias. Este se formuló con independencia de las formas históricas de producción asumiendo supuestos cuyo cumplimiento *a posteriori* serán puestos en duda e incluso desmentidos.

Sin embargo, la cuestión adquiere mayor precisión en la fórmula provista por David Ricardo, en la que la relación entre crecimiento y recursos se expresa en el marco de una lógica dinámica y distributiva del excedente, marcando los límites potenciales que este puede encontrar:

Si se doblaran, triplicaran o cuadruplicaran los fondos para el mantenimiento de los trabajadores, ya no habría ninguna dificultad para conseguir el número requerido de hombres que esos fondos pueden emplear. Pero debido a la creciente dificultad para hacer aumentar de forma constante la cantidad de alimentos del país, probablemente los fondos del mismo valor no mantendrían la misma cantidad de trabajadores. Si se pudieran aumentar constantemente con la misma facilidad los artículos de primera necesidad del trabajador, no habría una alteración permanente ni en la tasa de beneficios ni en los salarios, cualquiera que fuera la cantidad de capital acumulado (Ricardo, [1817] 2003, p. 235).

Esta observación de Ricardo será uno de los principios interpretativos de la cuestión de los recursos naturales más afianzados en las convicciones del pensamiento económico occidental, y sus influencias se extenderán hasta el presente en diferentes momentos y formas. En términos generales, mientras que corrientes del pensamiento alternativas como, por ejemplo, la economía neoclásica, o las diferentes corrientes institucionalistas o evolucionistas, pondrán el acento en el cambio tecnológico o institucional, el paradigma clásico, apoyado en la noción de excedente, volverá reiterativamente sobre el punto del rendimiento decreciente de los recursos naturales como límite para el crecimiento, articulándolo con la lógica de la acumulación de capital y el conflicto distributivo allí contenido.

Incluso, entre todas las transformaciones y precisiones que la teoría clásica sufrió a lo largo de su desarrollo, desde los *Principios* (1817) de Ricardo hasta la obra cúlmine de Sraffa *Producción de mercancías por medio de mercancías* (1960) el papel de los recursos naturales ha sido uno de los elementos que ha logrado persistir en dicho enfoque, a diferencia de aspectos tan relevantes como la propia teoría del valor. Diversos trabajos, escritos posteriormente a la obra de Sraffa, sintetizaron las discusiones en el marco clásico en torno a las limitaciones impuestas por los recursos naturales (Bidard; Erreygers, 2020; Gibson, 1984; Jayasuriya, 2015; Kurz; Salvadori, 1997, 2001; Parrinello, 1983; Verger, 2021). Podría decirse que, de un modo general, han tendido a afirmar, matizar y evaluar las consecuencias de una predicción expuesta por Parrinello del siguiente modo: “in the fairly near future the day of reckoning must inexorably arrive, when economic progress will be compelled to adapt itself to the rhythm of reproduction of renewable natural resources alone” (Parrinello, 1983, p. 187).

En el marco clásico, las consecuencias derivadas de la escasez de recursos naturales no se limitan a establecer la dinámica general del proceso de crecimiento de largo plazo, sino que se abren allí consideraciones a los cambios en los precios relativos que modifican las condiciones en que grupos, clases o incluso espacios económicos a la hora de poder apropiarse del producto social excedentario. Esto constituye la base de los modelos dinámicos de input-output de inspiración clásico-sraffiana (Huang, 2018; Kurz; Salvadori, 1997) y ha sido el punto clave del debate desarrollado con las contribuciones marginalistas sobre el problema de los RRNN (Kurz & Salvadori, 2009; Verger, 2015), condensadas en la contribuciones liminares de Jevons (1866) sobre la cuestión del carbón en el Reino Unido, y fundamentalmente en la canónica Regla de Hotelling (1931) que establece el precio de explotación “óptima” de los recursos naturales no renovables igualándola a la tasa de interés real de competencia.

El contraste con la economía marginalista o neoclásica pone en evidencia el punto clave de la lectura aquí propuesta. Del mismo modo que la función de producción fue expuesta por la crítica sraffiana como un concepto no observable y contradictorio (Lazzarini, 2011; Monza, 1971), la naturaleza correrá con la misma suerte, exactamente del mismo modo. En el primer caso se develó que detrás de la idea de un factor de

producción se encuentran, por un lado, los bienes y servicios dedicados a dicha producción y, por otro, la remuneración que estos reciben, siendo esta última exógena y necesaria para establecer el precio relativo de las mercancías. Algo similar ocurre con los RRNN pues en la misma medida en que la economía clásica evolucionó exponiendo la autonomía relativa de la distribución, avanzó poniendo en evidencias que no es posible definir la remuneración de estos por un rendimiento *a priori* e independiente de las condiciones institucionales que determinan las condiciones de negociación (Baranzini; Rotondi; Scazzieri, 2015). El poder de mercado y las relaciones económicas internacionales pasarán a ocupar aquí un rol destacado sobre el cual el enfoque estructuralista hará aportes relevantes que se verán más adelante.

Sin embargo, este pasaje de modalidades realidades exógenas a realidades institucionalizadas o socializadas, en el tratamiento de los RRNN, no fue exclusivo de la economía clásica. Por el contrario, la otra esquina del debate, la economía marginalista o neoclásica, tomará un camino similar, aunque con consecuencias diferentes.

Los recursos naturales en el enfoque neoclásico: del rendimiento a las instituciones

A modo de premisa general podría decirse que el marco teórico neoclásico (en sentido amplio del término, dada la diversidad de posturas en este enfoque), pretende subsumir los RRNN, al igual que los factores de producción, al esquema de intercambio puro de bienes como noción reguladora general del funcionamiento de las economías capitalistas. Puesto de otro modo, el enfoque neoclásico en su forma inicial pretenderá establecer una relación de exterioridad entre el sistema relacional (el intercambio puro) con los factores de producción (incluyendo los RRNN) que, *a priori*, se definen por una relación dada entre cantidad y rendimiento.

Entre múltiples alternativas válidas para evaluar esta perspectiva, puede tomarse una formulación reciente que conserva el criterio general expuesto previamente. Se trata del modelo presentado por David Romer (2019) sobre crecimiento económico con recursos naturales agotables y tierra finita. Es un modelo que tiene como antecedentes, entre otros

autores, dos trabajos clásicos en la materia: Stiglitz (1974) y Nordhaus (1992). Romer, parte del modelo de Solow (con unidades de trabajo eficientes: “AL” / Harrod-neutral) y se basa en la tradicional función Cobb-Douglass, a la cual extiende para incluir los recursos naturales agotables y la tierra fija.

En el paradigmático modelo de Romer la tierra está dada, los recursos son agotables e impactan sobre el producto con productividades determinadas exógenamente, que están sujetas a un cambio tecnológico también exógeno. Según Romer, el modelo expresaría hechos constatados en las dos últimas centurias, según los cuales cuáles el agotamiento de los recursos naturales limitaría severamente el crecimiento del producto por trabajador (incluso tornarlo negativo). En consecuencia, la disponibilidad, el rendimiento y las posibilidades de superación son realidades exógenas a sistema social de referencia que sigue apoyándose en el intercambio puro en un mercado competitivo en el cual los precios reflejan con exactitud estas realidades externas de fondo. Sin embargo, resulta relevante la observación de que es precisamente el progreso técnico, exógeno por definición, aquel que puede compensar esta limitación e incluso superarla, y sobre el cual la economía neoclásica ha fundamentado cierto optimismo al respecto.

Como consecuencia de lo anterior, en la mirada general de los autores neoclásicos, no tiene por qué haber limitaciones al crecimiento, ya que el progreso técnico puede superar las barreras del agotamiento de los recursos naturales. Tal ha sido, de hecho, la realidad económica desde la primera revolución industrial. En palabras de Nordhaus (1992) “en los últimos dos siglos, la tecnología ha sido la clara triunfadora en la carrera contra el agotamiento y los rendimientos decrecientes” (pág. 38)⁴. Además, la renta de los recursos naturales ha tendido a decrecer en relación con el producto (aunque con variaciones).

El propio Joseph Stiglitz había planteado en 1974 esta visión, en plena irrupción de las advertencias del club de Roma. En aquel año el autor concluye: “there seems to be no presumption that a situation in which there is a ‘thirty years’ reserve of a natural resource is indicative of excessive consumption of the resource” [no parece existir la presunción

4 En el original: “for the past two centuries, technology has been the clear victor in the race with depletion and diminishing returns”.

de que una situación en la que existe una reserva de un recurso natural para “treinta años” sea indicativa de un consumo excesivo del recurso] (1974, p. 136).

Por último, conviene resumir brevemente la postura de Robert Solow, otro de los autores de inspiración neoclásica que abordaron la temática. En un conocido texto de 1974 referido a los recursos agotables, Solow señala que esta cuestión puede analizarse como cualquier otro mercado: cuando aparece la escasez, ocurrirá un aumento en el precio del bien (minerales, petróleo, gas, entre otros). Sin embargo, frente a ello, puede aparecer una *tecnología de contención*, en los términos de Solow, en referencia a la categoría definida por Nordhaus, la cual permita sustituir al recurso no renovable evitando que la aparición de la renta de la escasez (o el creciente aumento de los costos de producción) aumente el precio de mercado y provoque la consecuente caída en la demanda y en la producción.

Como puede observarse, en el marco de este modelo básico, que constituye el núcleo de la interpretación neoclásica, se proyectan tres grandes consecuencias. En primer lugar, en el largo plazo, el escenario de referencia es el estancamiento, lo cual no es un problema derivado exclusivamente de caída de los rendimientos de los RRNN, pues es una realidad derivada de los rendimientos marginales decrecientes de cualquier factor que debe ser reproducido con una fracción de ahorro de sí mismo o de otro factor que tenga rendimientos de decrecientes. Incluso sólo esta situación compatible con la naturaleza estática de este modelo, definido por una situación optimalidad en donde ningún movimiento es deseable ni posible, luego de un intercambio total que vacía el mercado. La dinámica, entonces, proviene desde una realidad exterior al modelo, fundamentalmente el cambio tecnológico o el cambio en los niveles de productividad, que puede hacer de un teórico neoclásico una persona tan (arbitrariamente) optimista como pesimista respecto del futuro económico de la humanidad.

Finalmente, tanto la exterioridad del cambio tecnológico como la inevitabilidad de los rendimientos decrecientes de los recursos naturales llevaron a la economía neoclásica la introducción de un extenso conjunto de hipótesis adicionales. Estas, paradójicamente, pondrán el acento en la organización institucional y de los sistemas mercantiles que son hipotética y abstractamente diseñados. El cambio tecnológico y el agotamiento

de los recursos reciben aquí un tratamiento equivalente, aunque en sentidos opuestos. En ambos casos se reconoce que se trata de bienes con externalidades (positivas o negativas) o con deficiencias en la definición de los derechos de propiedad, o que presentan fallas de mercado por existencia de falta de competencia no transitoria. Frente a ello, la economía neoclásica busca soluciones institucionales que intervienen en el diseño mismo de los sistemas de intercambio, internalizando externalidades, definiendo derechos de propiedad, creando o imitando los resultados de la competencia. Para el caso de la tecnología lo que se busca es acelerar su crecimiento y aumentar el stock, y para el caso de los RRNN lo que se pretende es limitar su uso y estirar su vida útil. El modelo de Solow, en definitiva, llega a una conclusión similar sobre los dos elementos claves de su argumento, la naturaleza y la tecnología en su exterioridad vulneran los supuestos de un modelo social e institucional estático. Su dinamización implica, en formas simétricas, introducir cambios institucionales que complejizan la definición del modelo inicial, y normalmente acaban riñendo con su espíritu u orientación principal.

Este modelo de referencia y sus consecuencias institucionales fue la referencia teórica principal ante una renovada preocupación por los recursos naturales en tiempos en los que la escasez comenzaba a aparecer en el horizonte de crecimiento de las economías centrales después de dos décadas de acelerado crecimiento e industrialización en la postguerra. La aparición de *Los límites del crecimiento* (Meadows et al., 1972) publicada por el Club de Roma, trajo a la palestra la cuestión de los recursos naturales y la economía neoclásica estableció las coordenadas de la interpretación dominante. Primero, mediante el trabajo de Nordhaus (1979) quien posteriormente, a comienzos del nuevo siglo, haría las contribuciones de referencia en esta línea para conceptualizar las implicancias para el crecimiento del “calentamiento global” (Nordhaus; Boyer, 2000) y a posterior en una reformulación adoptando la expresión del cambio climático como el “último” desafío de la economía mundial (Nordhaus, 2019).

Incluso existe un punto que diversos autores de extracción neoclásica han observado y destacado como tema de preocupación: el problema del agotamiento ecológico global. Esto es, de la destrucción de la naturaleza en su conjunto (*trade off* entre producción y polución). Dado que no existe forma técnica de sustituir la naturaleza como soporte de la vida y la producción, el agotamiento medioambiental es el limitante exterior

por excelencia. Allí es donde los autores encuentran un espacio de intervención estatal que precisamente pretende demorar el agotamiento ecológico (Acemoglu, D., Aghion, P., Bursztyn, L. and Hemous, D., 2012).

No obstante, todos los abordajes neoclásicos que fueron mencionados abreviaron sobre una lectura común (Solow, 1974b, 1974a; Stiglitz, 1974b, 1974a) en torno a la cual luego se pueden hallar infinidad de variaciones. Aunque debe destacarse que el giro institucionalista se produjo en el marco de la renovación neoclásica que trajo aparejada la economía de los costos de transacción con el artículo de Coase (Coase, 1960) y la tragedia de los bienes comunes popularizada por la contribución de Hardin (1968) y que constituye la guía principal de la política de definición de derechos de propiedad en los derechos de uso de los bienes medioambientales. El Nuevo Institucionalismo fue la vía por la cual la economía neoclásica elaboró un extenso y sofisticado aparato conceptual para el modelado de conductas utilitaristas en distintos regímenes institucionales tratando de prever allí resultados compatibles con situaciones optimalidad.

Esta optimalidad, sin embargo, contiene una suposición de fondo que contrasta directamente tanto con las perspectivas clásicas como estructuralistas: para el enfoque neoclásico o marginalista los beneficios del cambio tecnológico, como los asociados a la utilización de los bienes medioambientales, se distribuyen en última instancia según la productividad de los factores definida por su escasez relativa, la cual también es exógena en relación con la organización institucional del intercambio puro. Sobre esta materia operan las mismas consideraciones anteriores, es decir que si existen externalidades, derechos mal definidos o fallas en la competencia que distorsionen la distribución efectiva, estos pueden corregirse vía reglas de comportamiento. Sin embargo, la distribución de referencia, es decir, la situación final de optimalidad en el mundo estático y sin fricciones que anida tras la realidad efectiva y contaminada, es exógena y está determinada por aspectos que exceden a lógica propia del modelo de intercambio puro.

Esta idea final, tiene un impacto decisivo sobre el problema de los RRNN pues los separa completamente de los mecanismos que rigen la distribución de los beneficios derivados de su uso, es decir, de la estructuración social e histórica de las formas capitalistas de producción que administran recursos que son, por definición, no renovables y, por lo

tanto, pueden generar trayectorias divergentes sin posibilidad de reversión. La economía estructuralista, incluso con mayor agudeza que el pensamiento clásico sraffiano, observó cómo lo anterior se desarrolla bajo una modalidad esencialmente territorial en una interacción asimétrica entre espacios centrales y periféricos. Es allí donde estas trayectorias se consuman y adquieren forma específica desmintiendo cualquier determinismo *a priori* sobre la distribución de los beneficios tanto tecnológicos como medioambientales. En el próximo apartado se verá con más detalle esta contribución propia de América Latina.

Una lectura histórico estructural y latinoamericana sobre el problema de los RRNN

Las contribuciones estructuralistas latinoamericanas tomaron fuerza desde fines de la década de 1940 y, particularmente a partir del trabajo de Prebisch [1949] (2012), se orientaron a la conceptualización de las relaciones económicas internacionales que daban lugar a espacios económicos cualitativamente diferentes, en una puja por la apropiación de los beneficios del progreso técnico, y en donde la especialización de la periferia en la provisión de materias primas y recursos naturales tenía un papel estructurante. En aquel entonces la observación principal destacaba el deterioro tendencial de los términos de intercambios, producto de una puja saldada por el control de las tecnologías de punta y la abundancia relativa de recursos naturales. Incluso la traducción analítica del estructuralismo fue colocada en el espectro de las contribuciones clásicas, en modelos basados en el crecimiento liderado por la demanda y limitado por el balance de pagos (Thirlwall, 1983, 1989; Thirlwall & Bergevin, 1985) como instancia final en la que los términos de intercambio y las elasticidades del comercio exterior definen las condiciones del crecimiento de la periferia especializada en la producción de materias primas y la exportación de recursos naturales.

Sin embargo, el pensamiento estructuralista y los sociólogos del desarrollo latinoamericano trazaron una interpretación más amplia en donde el problema central lo constituía el proceso de transformación histórica de América Latina, y su conversión en un continente moderno e industrial, en que fuera posible la integración socio-económica, en formas

de vida y de consumo modernas, de amplias franjas de la población que permanecían en sectores de baja productividad e ingresos. Se trataba, por lo tanto, de comprender los rasgos de una formación social específica, integrada en las relaciones económicas internacionales y evaluar allí las condiciones de su desarrollo, teniendo en cuenta su rol de proveedor de materias primas y RRNN. La especialización productiva y la estructura social, así como también la integración de dicha estructura en las relaciones internacionales constituían un marco de análisis en donde se abandonaba la inmovilidad de relaciones reificadas.

El estructuralismo, por lo tanto, en su búsqueda de querer comprender la especificidad del desarrollo latinoamericano abrió el campo a la consideración de formaciones sociales particulares, articuladas y en tensión en el espacio económico mundial observando esta singular dualidad y combinación de integración y segregación socio-económica. Bajo estas consideraciones es posible preguntarse en qué medida el estructuralismo latinoamericano puede constituir un criterio de lectura crítico de las hipótesis clásicas y neoclásicas acerca del problema de los RRNN. Cómo resignificar, desde el punto de vista del estructuralismo, el límite impuesto por la naturaleza en el largo plazo, frente a las hipótesis predominantes basadas en la cosificación y cuantización de las relaciones sociales de producción.

En este sentido, pueden tomarse como antecedentes directos las contribuciones realizadas por el propio Prebisch en *Biosfera y desarrollo* (1980), en el marco de un conjunto de textos seleccionados por Osvaldo Sunkel y Nicolo Gligo e incorporados a una obra intitulada *Estilos de desarrollo y medio ambiente en la América Latina*. En aquella contribución Prebisch realiza un ejercicio de análisis estructuralista aplicado a la cuestión de la presión sobre los recursos naturales, en particular sobre el recurso energético, en lo que él consideraba una explotación irracional de corto plazo de un recurso limitado capaz de modificar las condiciones técnicas, distributivas y socioeconómicas en todo el mundo.

De un modo más general, podría decirse que el estructuralismo observó que el proceso de desarrollo socioeconómico implica una dinámica que ejerce efectos sobre el ecosistema, que a su vez afecta al propio proceso de desarrollo implicando nuevas condiciones para este (Sunkel, 1980, pp. 14). En el marco de esta dialéctica, los espacios centrales y periféricos interactúan y pueden incidir sobre la trayectoria de uso y

apropiación de los beneficios derivados de los recursos naturales. No se trata de los recursos en sí y de forma aislada, exógenos al sistema, sino de la estructura social, territorial y tecno productiva en el cual los mismos se integran, ponen en producción, valor y distribución.

Con estas aclaraciones iniciales es posible volver sobre el argumento desarrollado por Prebisch a comienzos de la década de 1980. Allí desarrolla un análisis de la crisis energética que atraviesa el sistema capitalista basado en la explotación del petróleo. En particular, el autor observa una trayectoria que se basó, en el período de postguerra, en un malbaratamiento de este insumo clave, que condujo a una explotación exacerbada (con independencia de su carácter no renovable) que permitió la formación de una trayectoria tecnológica en torno a su extracción y utilización en abundancia. Las economías de escala propias de su explotación a gran escala y el liderazgo tecnológico de la principal potencia económica surgida en la postguerra, definieron una posición dominante que favoreció dos tendencias. Por un lado, la transferencia de rentas desde los productores de materias primas hacia los productores de manufacturas en base a la baratura relativa dada abundancia del principal insumo energético. Pero, por otro lado, esto genera una dependencia tecnológica insalvable que implica la necesidad, por parte de la periferia, de flujos de inversión extranjera y drenaje de divisas dada la posición desventajosa en la trayectoria trazada por el país central. Como resultado de lo anterior, el país central, concentra los beneficios derivados de la utilización de un recurso agotable y, por lo tanto, ello impide que el país periférico haga lo propio, dado que llega tarde, una vez el recurso agotado. Incluso, la superioridad técnica y, a su vez, financiera del país central permite continuar explotando los recursos de los países periféricos cuando se han agotado fronteras adentro, postergando el límite y las ventajas diferenciales. Los límites medioambientales, en el largo plazo, no son equivalentes para los países centrales y periféricos.

Esta interpretación deja en evidencia que el análisis del proceso de desarrollo, y en particular el del progreso técnico se ha basado en una percepción incompleta de las características de los RRNN en el sistema capitalista. La exogeneidad de los RRNN y del progreso técnico, así como también la interacción entre ambos, supone una falla clave cuando el agotamiento de los primeros y la asimetría en lo segundo puede limitar las posibilidades de crecimiento de los países periféricos en el largo plazo y

favorecer a la aceleración y la acumulación de stocks de bienes de capital en los países centrales. Se pone aquí de manifiesto la “falsedad en el crecimiento de la productividad a costa de la biosfera” (Prebisch, 1980, p. 86).

Pero incluso Prebisch observa la mecánica de la crisis basada en la escasez de RRNN. Los límites que ello impone supondrán una caída de la productividad media de la economía y una caída del excedente de los empresarios. Esto último, derivará en un intento de sostener el excedente a través de un incremento en los precios de los bienes, perjudicando los ingresos de la fuerza laboral y por lo tanto la redistribución del ingreso, lo que consecuentemente lleva a un espiral inflacionario producto de la puja distributiva. Esta puja se volverá mas intensa en los países en lo que además hay flujo de excedentes que drenan a los países centrales. En este marco, la estructura social se torna un aspecto relevante pues una puja no resuelta intensifica los problemas de acumulación de capital y el desarrollo de estrategia de captación de rentas.

La lectura estructuralista ha permitido generar contestaciones a la lectura del Club de Roma y al informe de *Los límites del crecimiento* mencionados previamente. En este sentido, resultó paradigmático el trabajo de Herrera (1974) quien sugirió no sólo la existencia de diferencias estructurales entre países desarrollados y subdesarrollados, sino también, las deficientes fuentes de información sobre las reservas disponibles, considerando allí las condiciones tecnológicas y económicas futuras.

Sin embargo, una de las críticas más relevantes dentro de la corriente estructuralista la produjo Celso Furtado (1974), quien reinterpreto la presión sobre los recursos naturales no renovables y la consecuente limitación medioambiental, en el marco de las estructuras sociales y las posiciones asimétricas entre países centrales y periféricos. Furtado también discute con la idea planteada en el estudio llevado adelante por el Club de Roma y el MIT observando los límites medioambientales que se impondrían si en la totalidad del mundo se produjese un ritmo de desarrollo similar al de los países centrales, emulando el patrón de consumo. Sin embargo, Furtado denuncia en el informe de Roma un desconocimiento profundo del proceso de desarrollo, y principalmente del de industrialización, de los países periféricos que difiere enormemente de los procesos llevados adelante en los países de los centros dominantes. Así, en virtud de realizar un análisis realista y completo de la economía mundial, según el autor, se debería tener en cuenta estas diferencias

estructurales entre la periferia y el centro, en donde los primeros basan su desarrollo en la imitación tecnológica y la concentración del ingreso; mientras que los segundos basan su desarrollo en el consumo de masas.

De esta forma Furtado sugiere que *“La hipótesis del colapso tendría solo fundamento si el sistema tendiera a generalizar, en escala planetaria, la forma actual de vida (y de desperdicio de recursos) de los países capitalistas centrales”* (p. 413), pero ello desconoce la estructura asimétrica de funcionamiento del capitalismo mundial y las necesidades que el centro tiene a la hora de absorber recursos de la periferia. La periferia, por su parte, se desarrolla con una estructura social que limita el mercado de masa, sobre la base de estratos superiores que drenan excedentes sobre la base de un consumo imitativo de los países centrales. Sin embargo, observa Furtado, la idea de una generalización a nivel mundial del consumo realizado en los centros es un *mito* que debe ser remplazado por una lectura realista de los límites impuestos por los RRNN y, sobre todo, por las estructuras sociales y económicas que distinguen países centrales y periféricos. Se destaca nuevamente aquí la orientación cualitativa de los procesos de cambio tecnológico ya que no es posible azuzar trayectorias basadas en la superexplotación de recursos no renovables y el consumo basado en el desperdicio. Una reorientación hacia la resolución de necesidades implica también cambios en los esfuerzos tecnológicos que la estructura centro-periferia no tienden a favorecer.

Finalmente, Furtado insinúa que los límites impuestos por los recursos naturales, ante un eventual cambio en las condiciones económicas de la periferia, podría traer aparejados cambios en los precios relativos que abran oportunidades en el tercer mundo, aunque limitando el crecimiento en los países ricos. Eventos de esta naturaleza parecen haberse desarrollado en torno al cambio de siglo con la masiva incorporación de población asiática al consumo de masas, modificando estructuralmente los términos de intercambio de las materias primas. Pueden recuperarse miradas que han actualizado estas nociones estructuralistas en relación con este tipo de lecturas, aunque incorporando conceptos típicamente evolucionistas. Carlota Pérez (2010), particularmente, dedicó sus esfuerzos a describir la ventana de oportunidades que podría aprovechar la región de América Latina dada la dotación de recursos naturales, la relativa menor densidad poblacional y las capacidades que brindan las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TICs). Esta lectura

introduce una matización relevante a la interpretación estructuralista que predominó en la segunda mitad del siglo XX pues la presión por los RRNN a nivel mundial, el cambio en sus precios relativos y la relajación de los límites impuestos por la restricción externa, suponen una verdadera ventana de oportunidad. Sin embargo, las estructuras sociales propias de los países periféricos marcadas por una fuerte desigualdad, mercados internos débiles y estratos superiores propensos a la centrifugación de excedentes persisten como limitantes y dificultades estructurales. La ventana de oportunidad no supone necesariamente que se produzca un aumento en la competitividad a través de nichos de mercados especializados basados en recursos naturales (principalmente en la ciencia de la vida y de los materiales), ni lograr que el crecimiento sea socialmente equitativo a partir del impulso regional sobre aquellos sectores que detentan ventajas relativas que conlleven a reducir la pobreza y la exclusión, como supone con cierto optimismo Carlota Pérez.

Pérez observa que las nuevas corporaciones globales han dado espacios de inversión en mercados hipersegmentados, posibilitando una amplia diversificación y especialización de la producción. Allí es donde la región de América Latina podría sacar provecho, principalmente en las actividades ligadas a la biotecnología, nanotecnología, bioelectrónica, nuevos materiales a medida o en escala y servicios diferenciados.

Sin embargo, el desarrollo de infraestructuras físicas e institucionales, con sistemas normativos que favorezcan el desarrollo de encadenamientos regionales, el fortalecimiento de masivos procesos de formación básica y técnica, y la inversión pública y privada en actividades de vanguardia tecnológica, constituyen algunas de las condiciones necesarias para que este tipo de estrategias tengan posibilidades de éxito. Incluso Carlota Pérez advirtió la posibilidad de que se malgasten los mayores recursos en un crecimiento superfluo y en financiamiento del consumo, perdiéndose la ventana de oportunidad que ofrece un contexto global particular.

En términos generales, las intervenciones estructuralistas llevaron más allá el problema de los RRNN, sustrayéndolos completamente del plano de la realidad exterior al sistema económico, en tanto, realidad social e histórica. Para el estructuralismo, los RRNN se integran en el marco de trayectorias tecnológicas que, a su vez, articulan las relaciones entre países centrales y periféricos. Allí, se desenvuelven las condiciones

de acumulación de capital en cada caso, con posiciones favorables para la explotación masiva de los recursos no renovables en el centro, limitando su precio relativo y forzando trayectorias tecnológicas en las que asumen una posición dominante. Los beneficios se acumulan en el centro y no pueden ser revertidos si el recurso está limitado en su disponibilidad o rendimiento. Incluso, el pensamiento estructuralista ha incorporado, como complemento de lo anterior, la observación y la conceptualización de las estructuras sociales correspondientes a los centros y a las periferias, que son las que refuerzan el patrón de desarrollo y la dinámica de explotación o sobreexplotación de los recursos no renovables. Finalmente, este esquema demostró también la flexibilidad suficiente como para poder incorporar cambios estructurales en la dinámica mundial como, por ejemplo, aquella que se ha abierto con el aumento de los términos de intercambio en una situación de mayor estrés en la disponibilidad de recursos energéticos y alimentarios. En cualquier caso, para el estructuralismo latinoamericano la consideración de los RRNN supuso un abordaje directo de la trama social en los que se articulan junto al problema tecnológico, aspecto que no se deriva del problema de los RRNN en sí, sino de la concepción estructuralista de los fenómenos económicos.

Conclusión

El trabajo se trazó como objetivo principal analizar cómo los RRNN son tratados en tres programas de investigación económica: el enfoque clásico-sraffiano, el neoclásico y el estructuralista latinoamericano. En particular, se trató no sólo el modo en que el problema entra en relación con los supuestos principales de cada enfoque, sino también su evolución en el tiempo, en la medida en que se lo jerarquiza dada la relevancia práctica que ha tomado en distintos momentos de la historia. Los problemas de escasez o de agotamiento de los recursos no renovables dinamizaron reflexiones adicionales en cada enfoque, entrando en tensión con los supuestos o las formas iniciales de tratar la problemática. Ello obligó al desarrollo de adaptaciones y cambios que no siempre fueron coherentes con los principios y el espíritu de los enfoques considerados.

En particular, en el desarrollo de la argumentación se intentó mostrar una dinámica paradójica que puede resumirse del siguiente modo: en la medida en que los RRNN fueron reconociéndose como aspectos claves

de los procesos de crecimiento por parte de las diferentes perspectivas analizadas, las ideas económicas, en particular en el pensamiento clásico y neoclásico, se vieron ante la necesidad de poner énfasis en las relaciones sociales e instituciones que articulan o regulan la puesta en valor de los recursos naturales y en particular la tensión que se desarrolla en torno a la distribución del producto de sus rendimientos. En consecuencia, las consideraciones realizadas sobre los RRNN involucraron como contracara el problema tecnológico que también fue incorporado progresivamente desde el punto de vista de las relaciones sociales que lo organizan. Particularmente en los enfoques clásico y neoclásico, este movimiento paradójico se basa en un proceso de internalización tanto de los RRNN, como de la tecnología, como problemas a ser comprendidos e interpretados por los conceptos principales de cada programa, partiendo de una pretendida posición de exterioridad inicial.

Finalmente, se observó aquí una de las principales ventajas comparativas del enfoque estructuralista el cual se basó, desde el comienzo, en una búsqueda de los determinantes socio históricos que inciden en la distribución de los excedentes. Tomó para ello, como punto de partida, las relaciones entre espacios centrales y periféricos, y como punto de llegada, las estructuras sociales que caracterizan internamente a cada espacio. En este programa el problema de los RRNN estuvo inicial y directamente articulado con el cambio tecnológico en la medida en que los recursos no existen en sí, sino en relación con la capacidad productiva de los sistemas económicos concretos que disputan el control y la apropiación de los excedentes. Sólo allí es posible establecer una evaluación realista del problema de los recursos naturales y ello expone fundamentalmente, que la fortaleza de un enfoque no debe revisar sus propias presuposiciones para poder dar cuenta de esta problemática.

Bibliografía

ACEMOGLU, Daron; AGHION, Philippe; BURSZTYN, Leonardo; HEMOUS, David. The environment and directed technical change. **American Economic Review**, v. 102, n. 1, p. 131–166, 2012. <https://doi.org/10.1257/aer.102.1.131>

BARANZINI, Mauro L.; ROTONDI, Claudia; SCAZZIERI, Roberto. **Resources, production and structural dynamics**. Cambridge University Press, 2015.

BIDARD, Christian; ERREYGERS, Guido. Exhaustible resources and classical theory. **ØEconomia. History, Methodology, Philosophy**, n. 10–3, p. 419–446, 2020.

RICARDO, David. **Principios de la Economía Política y Tributación**. Madrid: Fondo de Cultura Económica. 2003.

FURTADO, Celso. El mito del desarrollo y el futuro del tercer mundo. **El Trimestre Económico**, v. 41, n. 162, p. 407–416, 1974.

GIBSON, Bill. Profit and rent in a classical theory of exhaustible and renewable resources. **Zeitschrift für Nationalökonomie**, v. 44, n. 2, p. 131–149, 1984.

HERRERA, Amilcar. **Los recursos minerales y los límites del crecimiento económico**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1974.

HOTELLING, Harold. The Economics of Exhaustible Resources. **Journal of Political Economy**, v. 39, n. 2, p. 137–175, 1931.

HUANG, Biao. An exhaustible resources model in a dynamic input–output framework: a possible reconciliation between Ricardo and Hotelling. **Journal of Economic structures**, v. 7, n. 1, p. 1–24, 2018.

JAYASURIYA, Rohan Terrence. Natural resource scarcity - classical to contemporary views. **Journal of Natural Resources Policy Research**, v. 7, n. 4, p. 221–245, 2015.

JEVONS, William Stanley. **The coal question; an inquiry concerning the progress of the nation and the probable exhaustion of our coal-mines**. London: Macmillan and Co., 1866.

KURZ, Heinz D.; SALVADORI, Neri. Classical economics and the problem of exhaustible resources. **Metroeconomica**, v. 52, n. 3, p. 282–296, 2001.

KURZ, Heinz D.; SALVADORI, Neri. Exhaustible resources in a dynamic input–output model with ‘classical’ features. **Economic Systems Research**, v. 9, n. 3, p. 235–252, 1997.

KURZ, Heinz D.; SALVADORI, Neri. Ricardo on exhaustible resources, and the Hotelling Rule. *In: A History of Economic Theory*. Routledge, 2009, p. 86–97.

LAZZARINI, Andrés. **Revisiting the Cambridge capital theory controversies: a historical and analytical study**. Pavia University Press, 2011.

MALTHUS, Thomas Robert. **Primer ensayo sobre la población**. Ediciones Altaya, 1997.

MONZA, Alfredo. La validez teórica de la idea de función de producción agregada. **Económica**, v. 17, 1971. Disponível em: <<https://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/9031>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

NORDHAUS, William. **Lethal Model 2: The Limits to Growth Revisited**. Yale University, 1992.

PARRINELLO, Sergio. Exhaustible natural resources and the classical method of long-period equilibrium. *In: Distribution, effective demand and international economic relations*. Springer, 1983, p. 186–199.

PÉREZ, Carlota. Dinamismo tecnológico e inclusão social em América Latina: Uma estratégia de desenvolvimento produtivo baseada em los recursos naturais. **Revista CEPAL**, n. 100, p. 123-145, 2010.

PREBISCH, Raúl. Biosfera y desarrollo. *En* SUNKEL, Osvaldo; GIGLO, Nicolo. (cords.). **Estilos de desarrollo y medio ambiente en la América Latina**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1980. p. 67-90.

ROMER, David. **Advanced macroeconomics**. University of California, Berkeley. Fifth Edition. McGraw-Hill Education, 2019.

RONCAGLIA, Alessandro. **La riqueza de las ideas: una historia del pensamiento económico**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2006.

SOLOW, Robert. The economics of resources or resources of economics. **The American Economic Review**, v. 64, n. 2, 1974.

SRAFFA, Piero. **Producción de mercancías por medio de mercancías**. Barcelona: Oikos-tau, 1960.

STIGLITZ, Joseph. Growth with exhaustible natural resources: The competitive economy. **The Review of Economic Studies**, v. 41, p. 139–152, 1974. <https://doi.org/10.2307/2296378>

SUNKEL, Osvaldo. **La Dimensión Ambiental en los Estilos de Desarrollo de América Latina**. *Santiago de Chile, CEPAL-PNUMA*, 1981.

SUNKEL, Osvaldo; GLIGO, Nicolo. **Estilos de desarrollo y medio ambiente en la América Latina**. *México, DF: Fondo de Cultura Económica*, 1980.

VERGER, Yoann. **Sraffa and the environment**. HAL-open science, 2015.

VERGER, Yoann. Sraffa and the Revenue of the Owner of Non-Renewable Natural Resources: A Note on the Literature. In: SINHA, Ajit (Org.). **A Reflection on Sraffa's Revolution in Economic Theory**. Cham: Springer International Publishing, 2021, p. 537–559. https://doi.org/10.1007/978-3-030-47206-1_17.

DO *MITO DO DESENVOLVIMENTO* AO *MITO DA SECA*: BREVES NOTAS SOBRE CELSO FURTADO

Paulo Cesar O. Diniz¹

Introdução

Ao lançar mão de uma comemoração aos 50 anos da obra de Celso Furtado, *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, convém falar da homenagem feita por Rubens Ricupero (2021) por conta da passagem do centenário de nascimento – ocorrido em 2020. O texto de Ricupero (2021) – *Celso Furtado, pensador global* – **escrito para** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo, afirmava na dimensão do pensamento global de Celso Furtado, tido como poucos no Brasil. Nesse caso, “global” porque Celso Furtado pensou o processo de desenvolvimento no Brasil como um processo histórico e inseparável do sistema internacional, ou seja, do sistema econômico mundial ao qual o país se inseriu ao longo da evolução de sua economia. Seu pensamento “*abrangente, totalizador, envolvente*”, ainda de acordo com Ricupero (2021), compreendia que o país (assim como outras nações colonizadas), funcionava com uma

(...) peça subalterna do grande sistema do capitalismo mercantilista europeu, que estabeleceu no país, (...) unidades de produção com mão de obra

1 Dr. em Sociologia e professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina (CDSA/UFCG). Membro da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE). E-mail: paulo.cesar@professor.ufcg.edu.br. Lattes: CV: <https://lattes.cnpq.br/7819000664910614>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9074-2483>

escrava, especializadas em produzir *commodities* tropicais para os mercados europeus. A história do Brasil é indissociável dessa precoce inserção no mundo (Ricupero, 2021, p. 26, grifos no original).

Celso Furtado, nas palavras de Ricupero (2021, p. 29), se tornou, fora do Brasil, uma figura de grande “reconhecimento, exercendo influência muito além de nossas fronteiras”. Apesar da globalidade, contudo Ricupero (2021) apontou para um “aparente paradoxo” no seu pensamento, celebrado pela original e inovadora contribuição à “compreensão do fenômeno regional do Nordeste”. Originalidade essa, justamente, por ter um método e uma forma de “pensamento profundamente pessoal, ancorado no chão da realidade brasileira e latino-americana” (Ricupero, 2021, p. 25).

Este texto busca explorar esse “paradoxo” abordando principalmente duas de suas obras, dado seu grande leque de publicações de Celso Furtado, sendo a primeira delas o objeto dessa homenagem – *O Mito do Desenvolvimento Econômico* – escrita em 1974.

A segunda obra a ser explorada aqui foi escrita em 1958 e é denominada de *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste*. Uma ressalva: esta obra, convencionalmente, é citada como relatório técnico do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), sendo que a publicação atribuída a Celso Furtado é *A Operação Nordeste* (publicado em 1959). Embora o livro tenha a ver com as questões colocadas originalmente no relatório preparado pelo GTDN, ele é uma “exposição e debates realizados no Curso de ‘Introdução aos Problemas Brasileiros’, destinado aos oficiais das Forças Armadas, em 13 de junho de 1959, no Auditório do ISEB [Instituto Superior de Estudos Brasileiros], na Rua das Palmeiras, 55” (Furtado, 1959, contracapa). Em uma entrevista² feita por Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade e Raimundo Rodrigues Pereira, em 1998, Celso Furtado revela seu “segredo”: “as pessoas sempre se referem ao trabalho do GTDN, mas, na verdade, fui eu quem o escreveu” (Seca..., 1998, p. 63-64).

2 A entrevista citada transformou-se em um livro, denominado *Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado*, publicado em 1998. Neste texto, usaremos então o título da obra pois o mesmo não é apresentado como autoral.

A partir dessas duas obras, a intenção aqui é apontar que, por um lado, na primeira obra, ele desnuda o “mito” por trás do desenvolvimento econômico, visto até então pelos economistas como processo linear a ser seguido pelas nações atrasadas em relação às nações avançadas em termos de desenvolvimento e industrialização. Por outro lado, este texto também busca informar que essa sistemática de “desnudar” mitos já havia sido usada anteriormente por Celso Furtado na outra obra – *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste*. Nesta, ao apresentar o Nordeste em sua dualidade – zona úmida e zona seca – expõe de modo original o debate sobre o fenômeno da seca na região, questionando a ação governamental de combate à seca. O debate inaugurado pelo esforço do GTDN (ou seja, por Celso Furtado, como ele próprio afirmou acima), não significa desconsiderar e/ou negar o fenômeno das secas – fato historicamente e registrado devidamente na região – mas trazer um ponto de vista diferente de interpretação e visão recorrente que colocava a seca como “o” problema do semiárido. Celso Furtado não nega, portanto o fenômeno, mas avança para analisar as questões estruturais – e não a seca, em si – que são as bases das desigualdades do Nordeste.

Além dessa breve introdução e algumas notas conclusivas, o texto tem duas seções que fazem exatamente o percurso sugerido anteriormente: desnudar os “mitos”. Na primeira seção, abordaremos alguns aspectos do mito de desenvolvimento econômico e, na segunda, focaremos sobre o mito da que coloca a seca como problema central do Nordeste.

O desenvolvimento econômico como mito

Ao escrever *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (doravante, *O Mito..*), Celso Furtado já havia feito estudos na Europa, pelos menos, em dois momentos distintos e de importância fundamental para sua consolidação como pensador de renome na América Latina. O primeiro deles na França, logo imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, onde fez seu doutorado na Universidade de Paris: “Minha tese de doutorado já foi sobre a economia do Nordeste.” (Seca..., 1998, p. 59).

Em seguida, em 1958, foi para a Inglaterra, onde escreveu *Formação Econômica do Brasil*, que, segundo o próprio Celso Furtado (Seca..., 1998, p.

59), “é o meu livro mais importante.” Para Diniz (2009), o livro *Formação Econômica do Brasil* pode ser lido como a primeira interpretação do desenvolvimento regional brasileiro, no qual o autor analisa o processo histórico de formação da economia brasileira, partindo de uma visão ampla e, ao mesmo tempo, procurando captar a cadeia de causalidades nesse processo de desenvolvimento.

Assim sendo, a obra *O Mito...*, pode ser considerado um terceiro momento importante de sua vida na Europa, agora não mais como “estudante”, mas como professor. Produzida no contexto do amplo debate patrocinado pelo Clube de Roma e, em seguida, pela Realização da Conferência de Estocolmo, em 1972, o conjunto de ensaios publicado em 1974, é fruto de “um fértil período de pesquisa de Celso Furtado na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, e parece marcar um ponto de inflexão na trajetória intelectual do economista”, de acordo com Manzatto (2020, p. 66).

Segundo Wasques, Santos Jr. e Brandão (2019, p. 44), o Clube de Roma surge em 1968, a partir de um grupo formado “por trinta indivíduos de dez nacionalidades distintas”, buscando discutir sobre “o futuro da humanidade sob a ótica do crescimento econômico”. O grupo evolui em suas ações e estudos interdisciplinares e, finalmente, no âmbito do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês), fazem uso de um modelo de computador para suas análises.

(...) um modelo computacional de simulação para comparar, grosso modo, a possibilidade de manutenção, por prazo indeterminado, de um padrão exponencial de crescimento econômico e populacional frente a uma oferta finita de recursos naturais e demais fatores de produção (Wasques; Santos Jr.; Brandão, 2019, p. 44),

As repercussões das análises e conclusões do Clube Roma foram amplas, gerando um grande debate mundial.³ Celso Frutado (1974, p. 19), então, afirmava que o mérito do estudo do Clube Roma estava

3 Sobre o contexto do debate lançado pelo Clube de Roma e sua relação com as reflexões de Celso Frutado – não só em função d’*O Mito do Desenvolvimento*

exatamente em função do abandono da “hipótese de um sistema aberto no que concerne à fronteira dos recursos naturais”, isto é, o abandono da visão de infinitude dos recursos naturais. Apesar de valorizar o trabalho do Clube de Roma, todavia, Celso Furtado (1974) dizia que, no estudo, não se encontrava qualquer preocupação em relação à exploração dos recursos naturais pelos países desenvolvidos e altamente industrializados e sua crescente dependência relativa aos recursos naturais dos demais países “e muito menos com as consequências para estes últimos do uso predatório pelos primeiros de tais recursos” (Furtado, 1974, p. 19). Quer dizer, colocava-se o problema – os recursos naturais são finitos – mas não abordava o aspecto de que o “desenvolvimento” dos países ricos ainda estava atrelado ao uso intenso dos recursos naturais, especialmente na exploração das reservas naturais dos países pobres.

Com isso, Celso Frutado queria dizer que a novidade do estudo estava justamente na possibilidade de pensar o “sistema fechado” no que se refere aos recursos naturais. O autor, assim, levantava a possibilidade de não mais aceitar a tese de que, com o desenvolvimento das economias do mundo, de modo linear, todas elas seguirão os padrões dos países desenvolvidos. “A aceitação dessa doutrina implica ignorar a especificidade do fenômeno do subdesenvolvimento”, dizia Furtado (1974, p. 22), dando relevo ao problema central do tema que era de captar a natureza do subdesenvolvimento (que não era simplesmente cumprir uma rotina etapista por parte países pobres), em outras palavras, a natureza da desigualdade existente entre países centrais e países periféricos.

O cerne da questão era, exatamente, a forma impraticável do tipo de progresso vigente, afirmam Cristaldo, Senna e Matos (2018). As reservas de recursos naturais são incapazes de sustentar uma ampla generalização dos padrões de vida dos países centrais, tendo em vista a finitude dessas reservas existentes.

Além disso, de forma subjacente, o modelo propagado pelos economistas mundiais à época, funcionava muito mais como instrumento de controle dos países não industrializados, segundo Celso Furtado (1974). O controle sobre os países pobres se dava justamente em função da presença de corporações transnacionais que ameaçavam a autonomia destes,

Econômico – destacando a questão ambiental, ver texto de Wasques, Santos Jr. e Brandão (2019).

especialmente, por buscar imprimir trajetórias próprias de desenvolvimento. Ou seja,

(...) as estratégias de desenvolvimento sugeridas pelos países centrais não são capazes de assegurar o progresso das nações periféricas — pelo contrário, servem apenas para reafirmar a concentração de renda nas mãos das elites locais e estrangeiras (Cristaldo; Senna; Matos, 2018, p. 532-533).

O relatório do Clube de Roma, embora não tivesse esse objetivo, teve o mérito de contribuir para destruir esse mito, tese basilar da “dominação dos povos periféricos dentro da nova estrutura do sistema capitalista” (Furtado, 1974, p. 76). O preço por tentar generalizar esse estilo de vida, dizia Celso Furtado (1974), em termos de degradação do mundo físico e dos recursos naturais, seria demais elevado à **humanidade** e levaria a um colapso que colocaria em risco a sua própria existência. Quebrava-se, portanto, o mito no qual os países pobres, em algum dia, poderiam desfrutar do modelo de vida dos países ricos. “Temos assim a prova definitiva de que o *desenvolvimento econômico* (...) **é simplesmente irrealizável.**” (Furtado, 1974, p. 75, grifos no original).

Finalmente, Celso Furtado (1974, p. 84), fez um percurso sobre as conexões fundamentais entre subdesenvolvimento e dependência, “situação particular dos países cujos padrões de consumo foram modelados do exterior (...)”, para, em seguida, refletir sobre o modelo de subdesenvolvimento brasileiro.

Grosso modo, no primeiro caso – subdesenvolvimento/dependência – Celso Furtado (1974) afirmava, naquele momento, que a questão da “circulação” **não poderia** ser deixada em segundo plano, em detrimento da produção (lugar comum do pensamento econômico). Capturar a natureza do subdesenvolvimento, numa perspectiva histórica, fazia-se necessário focalizar simultaneamente:

(...) o processo da produção (realocação de recursos dando origem a um excedente adicional e forma de apropriação desse excedente) e o processo da circulação (utilização do excedente ligada à adoção

de novos padrões de consumo copiados de países em que o nível de acumulação é muito mais alto), os quais conjuntamente engendram a dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes (Furtado, 1974, p. 80).

O conjunto dessas forças que, em interação, são capazes de se reproduzir no tempo, caracterizaria o subdesenvolvimento, dizia Celso Furtado (1974, p. 94). Por meio dele, “o capitalismo tem conseguido difundir-se em amplas áreas do mundo sem comprometer as estruturas sociais pré-existentes nessas áreas.”

Esse foi o caso do Brasil (o modelo de subdesenvolvimento), exemplo de “quanto um país pode avançar no processo de industrialização sem abandonar suas principais características do subdesenvolvimento” (Furtado, 1974, p. 95). Isto é, a existência de uma grande disparidade na produtividade entre as áreas rurais e urbanas, em que uma grande maioria da população vivia, naquela época, em um nível de subsistência fisiológica – quer dizer, ao limite da vida – e, ao mesmo tempo, cresciam as massas de “pessoas subempregadas nas zonas urbanas etc.”, de acordo com Celso Furtado (1974, p. 95). Enfim, “a característica mais significativa do modelo brasileiro é sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico.” (Furtado, 1974, p. 109). A longa vida e a durabilidade do sistema brasileiro – de uma industrialização em estruturas de subdesenvolvimento – baseava-se, dizia Celso Furtado (1974, p. 109), na enorme “capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter anti-social [o caráter excludente do sistema brasileiro] tende a estimular”.

Aliás, sobre esse ponto, Celso Furtado voltou a refletir, desta vez de forma um tanto irônica. Já no final de sua vida, no livro-entrevista *Seca e Poder*, ele afirmou que o Nordeste sofria por ter a “vantagem e a desvantagem” de ser parte do Brasil. A vantagem era que o país tinha muitas possibilidades e meios de ajuda, chegando à região. Contudo, ao mesmo tempo, essa vantagem, *a priori*, dificultava iniciativas e ações em busca de “sua evolução social”, tornando-se uma desvantagem, *a posteriori*. “Se [o Nordeste] fosse um país, já tinha estourado (...). A pressão

social chegaria a um ponto que explodiria, poderia haver uma revolução social no Nordeste, que modificaria tudo aquilo” (Seca..., 1998, p. 80).

Portanto, Celso Furtado foi um dos intelectuais mais dedicados à análise da teoria do desenvolvimento. Segundo Bielchowski (2000, p. 23), o método de Celso Furtado teve como intenção – função primordial – “defender a importância de entender o subdesenvolvimento no contexto histórico específico, exigindo teorização própria” e não como processo etapista/linear. Dentre as inúmeras contribuições, Celso Furtado recolocou o debate sobre desenvolvimento econômico em um patamar mais amplo, diz Kugelmas (2007, p. 09), passando a ser entendido como um processo de transformação estrutural. Implicitamente, a noção de desenvolvimento traz um “programa social e político” de transformação, uma vez que a ideia de crescimento econômico – representado pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo – não é suficiente para abarcar tais questões levantadas por Celso Furtado, tampouco superar o subdesenvolvimento e as desigualdades estruturais entre nações e/ou regiões, como ele analisou no caso do Nordeste, tema da próxima seção.

A seca e o mito do atraso do Nordeste

Se Celso Furtado se transformou em um pensador global, como disse Ricupero (2021), ficando reconhecido mundialmente pelas suas obras, não se pode ignorar sua capacidade também como pensador local. “Minha grande paixão era pensar o Brasil”, disse Celso Furtado em recente entrevista (citada anteriormente), no ano de 1998 (Seca..., 1998, p. 60). A partir dessa premissa, parte-se da hipótese de que sua paixão teve como ponto de inflexão a sua tese de doutoramento sobre a economia do Nordeste, concluída em 1948. Nela, o autor se concentrou na busca do entendimento do Brasil, segundo Diniz (2009), através da análise da sua formação histórica e dos condicionantes estruturais que essa herança havia deixado, desde a época colonial.

O diploma de economista, permitiu-lhe ir para as Nações Unidas (Seca..., 1998, p. 60), isto é, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Nesse período (1949-1957), ele aprofundou seus estudos sobre o subdesenvolvimento, mantendo uma profícua convivência profissional com o pensador argentino e fundador da Cepal, Raul Prebisch (Diniz, 2009).

Para Bielchowski (2000, p. 20), a “CEPAL desenvolveu-se como uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazos dos países latino-americanos”, ou seja, na análise da condição periférica dos países do continente.

(...) o desenvolvimento das condições da periferia latino-americana não seria uma etapa de um processo universal de desenvolvimento, mas um processo inédito, cujas desdobramentos históricos seriam singulares à especificidade de suas experiências, cabendo esperar-se sequências e resultados distintos aos que ocorreram no desenvolvimento cêntrico (Bielchowski, 2000, p. 22).

Pouco depois de sair da CEPAL, em 1958, Celso Furtado é convidado pelo presidente do Brasil com a missão de elaborar um planejamento para ação governamental no Nordeste, tendo em vista a gravidade da seca naquele ano e suas repercussões sobre o governo de Juscelino Kubistchek. Na ocasião, Celso Furtado afirmou que se criou uma consciência no governo sobre a gravidade do problema do Nordeste: “Fazia muito tempo que o Nordeste andava para trás. (...) Quando cheguei aqui, tive a possibilidade de me dedicar ao Nordeste” (Seca..., 1998, p. 60).

Assim constitui-se o GTDN que começa a fazer um estudo sobre a realidade nordestina. O diagnóstico elaborado pelo grupo – *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste* – **é uma análise pioneira sobre a questão do fenômeno da seca, tida à época como vetor principal de atraso do Nordeste.** De modo semelhante ao método de análise desenvolvido na Cepal, no tocante às relações entre países centrais e periféricos, Diniz (2009) afirmava que o texto do GTDN despertou a atenção para uma questão pouco abordada, qual seja:

(...) A relação comercial entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil tinha um duplo efeito de transferência de renda da primeira para a segunda e de impedimento do processo de industrialização do Nordeste. Assim, a política de industrialização do Brasil era benéfica para a região Centro-Sul e nefasta para o Nordeste (Diniz, 2009, p. 238).

O diagnóstico do GTDN, apontava sobre a significância do Nordeste, relativa ao subdesenvolvimento da América Latina: “(...) o Nordeste brasileiro constitui a mais extensa área de baixo nível de desenvolvimento do continente americano (...)” (GTDN, 1997, p. 391). No esforço exigido no processo de desenvolvimento, segundo o texto do GTDN (1997, 391), a questão dramática do Nordeste, portanto, é uma prioridade no âmbito da economia brasileira, pois “apresenta maior gravidade que o do próprio Brasil, no conjunto das economias do mundo ocidental”. Em outras palavras, a urgência para resolver as desigualdades do Nordeste em relação ao “Centro-Sul” (como se definia à época) era maior que os problemas de desenvolvimento do Brasil com os outros países.

Logo de início, o diagnóstico sobre o Nordeste cita as causas da “tendência secular do atraso da economia nordestina” (GTDN, 1997, p. 388). Por um lado, destacaram-se a escassez relativa de terras aráveis na região e, ao mesmo tempo, extrema concentração de renda na economia açucareira, duas causas ligadas basicamente ao litoral nordestino, historicamente produtor de açúcar. Por outro, em relação ao semiárido, o relatório apontava para a inadequada/escassa precipitação pluviométrica, além da predominância do setor de subsistência na atividade pecuária. Uma questão recente (naquele período) é acrescentada ao debate: as políticas de industrialização implantadas pelo Brasil na época (nos anos de 1950), geraram uma relação de troca desfavorável do Centro-Sul para com o Nordeste. Sobre isso, Celso Furtado se apoiou em uma base de dados do governo, estimando que “entre 1948 e 1956, houve uma transferência média anual de recursos correspondentes de 24 milhões de dólares, do Nordeste para o Centro-Sul (...)” (GTDN, 1997, p. 388).

Para entender melhor essas causas estruturais, o estudo do GTDN apresentou as características do complexo econômico do Nordeste, dividindo-o em duas grandes sub-regiões – a faixa úmida do litoral e o interior semiárido – que desde os primórdios da colonização formam basicamente os dois sistemas econômicos predominantes. O primeiro, com base na produção de açúcar; o segundo, na pecuária (GTDN, 1997, p. 416). Por um lado, a faixa úmida se caracterizava por seu elevado grau de especialização agrícola e a produção de açúcar – o fundamento da ocupação econômica nessa região – absorveu a quase totalidade das terras de maior fertilidade. Na época colonial, essa economia agrícola açucareira de exportação, alcançou alto grau de produtividade (GTDN, 1997).

Por outro lado, a região interiorana do Nordeste – o semiárido – ao longo dos séculos, se consolidou com base na pecuária extensiva. Aí, as condições particulares de solo e água condicionam uma vegetação própria, denominada de caatinga. A economia do semiárido, à época do diagnóstico do GTDN (1997), era um complexo formado historicamente pela pecuária extensiva e pela agricultura de “baixo rendimento” (ao contrário da zona úmida açucareira). Esquemáticamente, pode-se representar a unidade produtora das zonas semiáridas como uma estrutura formada pela típica fazenda da região: criação de gado e alguma cultura xerófila (algodão) – renda monetária –, combinada com agricultura subsistência produtora de alimentos (atividade desprovida de renda monetária).

São três camadas superpostas que interagem dinamicamente entre si para colocar o “complexo” em funcionamento, de acordo com o GTDN (1997). A primeira, formada pela pecuária em que a renda proveniente da atividade é apropriada quase totalmente pelo fazendeiro. A segunda, formada pela cultura do algodão (ou outra cultura resistente à estiagem, denominada de xerófila pelo GTDN) em que a renda proveniente da atividade é dividida em partes (geralmente, iguais) entre o dono da terra – fazendeiro – e o trabalhador camponês que cultivava algodão na terra do fazendeiro. Por fim, a terceira camada constituída pela agricultura de subsistência, ou seja, produção de alimentos para autoconsumo, tornando-se na análise de Celso Furtado, atividade mais importante para os agricultores da região (segmento social mais numeroso).

Assim sendo, revela o diagnóstico, o núcleo central da economia das zonas semiáridas era a lavoura de subsistência, pois era a renda real da grande parte da população, uma vez que encontrava aí sua fonte primeira de sobrevivência: “O homem do campo trabalha, em primeiro lugar, para alimentar-se.” (GTDN, 1997, p. 416). A renda monetária que o agricultor obtinha da meação do algodão e de outras tarefas desempenha na fazenda, tinha papel suplementar em seu rudimentar sistema de vida. De modo que onde forem favoráveis as condições para a produção de alimentos (nem sempre ocorre isso), melhores serão, também, as condições de vida para a maioria da população, formada de agricultores.

A questão era que o panorama à época da economia da região semiárida, alertava o GTDN (1997, p. 417), era particularmente vulnerável ao fenômeno das secas. Uma modificação na distribuição das chuvas e/ou uma redução do volume destas que impossibilite a agricultura de

subsistência são suficientes para desorganizar toda a atividade econômica base da maioria da população. A produção de alimentos – a renda primária do grosso da população do Nordeste – configurava-se como a atividade mais afetada pela irregularidade de precipitação – característica que vai determinar o fenômeno das secas. Enfim, a seca provocava uma crise da agricultura de subsistência (autoconsumo), levando, portanto, a uma calamidade social.

A explicação elaborada por Celso Furtado, pontuava de forma original a dinâmica desencadeada pelo fenômeno da seca no semiárido. De acordo com o texto do GTDN (1997), com a seca, impunha-se a preocupação central do fazendeiro de salvar o seu rebanho de gado que era justamente a parte principal do patrimônio do fazendeiro e a mais ameaçada. Consequentemente, essa dinâmica induzia a sacrificar, parcialmente, a produção algodoeira no ano da seca (e anos subsequentes, tendo em vista que as secas às vezes duram mais de um ano), uma vez que o rebanho era “solto” no roçado (onde se plantava o algodão junto com lavoura de alimentos para autoconsumo dos trabalhadores). Do mesmo modo, sem produção de alimentos (sua fonte quase única de renda monetária), o prejuízo acarretado para a classe trabalhadora rural era extremo. Uma crise provocada por uma seca “em uma extensa região, cuja população não dispõe de qualquer reserva, tem necessariamente que assumir o caráter de grande calamidade” (GTDN, 1997, p. 419).

Para demonstrar a validade de sua tese – ou seja, desnudar o mito de que era a seca o grande problema do subdesenvolvimento do Nordeste – Celso Frutado lançou mão de uma série de dados referentes às secas de 1951 e 1958, demonstrando que, do ponto de vista do conjunto da economia do Nordeste, a seca, em si, provocou uma crise limitada em relação à produção, não representando “mais que 5 por cento” de perdas (GTDN, 1997, p.418). Portanto, os efeitos da seca são mais graves sobre um segmento da população regional que não dispõe de nenhum meio de se defender da crise.

No caso da crise nordestina, cujo os efeitos estão em grande parte concentrados em atividades que não criam renda monetária (na agricultura de subsistência), sua capacidade de propagação é muito reduzida (GTDN, 1997, p. 418).

Ao longo do século XX, o governo desencadeou uma série de ações no sentido de combater os efeitos das secas no Nordeste. Ações que, segundo o GTDN (1997), consistiram em medidas ou de curto prazo, ou de longo prazo. No que se refere às medidas de curto prazo, elas sempre tiveram um caráter assistencial e, de modo geral, configuraram-se na política tradicional do governo no sentido de reter uma massa grande da população que sofre os efeitos da seca, o mais próxima possível aos seus locais de trabalho/moradia. Para isso, abrem-se frentes de trabalhos e ocupação dos trabalhadores em obras públicas, permitindo à população mais afetada manter um nível mínimo de renda para as necessidades básicas, até que se encerre a seca. Os dados do GTDN (1997) apontam para a criação de meio milhão de postos de trabalho, em função da seca de 1958, tendo como objetivo evitar o deslocamento desse contingente em direção ao litoral (Neves, 1995).

O fato foi que – aqui Celso Furtado elucida a questão de forma original – além de ter de “criar oportunidades de empregos para socorrer a população, o governo tem, ao mesmo tempo, que interferir, diretamente, no mercado de gêneros alimentícios” (GTDN, 1997, p. 419). Como o mercado local não estava aparelhado para atender a esse grande volume de procura (pois a alta de preços nessas circunstâncias, seria inevitável, sem atuação decisiva das autoridades, diz Celso Furtado), assim sendo a demanda por alimentos foi suprida externamente à região, geralmente oriunda do “Centro-Sul”. Com isso, a transferência de renda para combater à seca no Nordeste, tornava-se, efetivamente, um grande lucro para o Centro-Sul do país (GTDN, 1997).

Ao mesmo tempo, as medidas de curto prazo eram combinadas com medidas de longo prazo, centradas basicamente na construção da rede de açudagem, sejam açudes pequenos (construídos em cooperação com proprietários de fazendas e servindo a seus objetivos) ou grandes açudes. Neste caso, eles são financiados, em sua integralidade, pelo governo federal e constituem um grande esforço no sentido de reter as águas que se precipitam de forma concentrada e correm em regime desordenado para o mar. Revela o estudo do GTDN (1997) que essa política geral não estava explicitamente definida naquele momento, pois

Existe já uma volumosa massa de águas represadas – cerca de sete bilhões de metros cúbicos – sem que se tenham introduzido modificações sensíveis na

fisionomia econômica da região. (...) A fração de águas açudadas, diretamente utilizada em irrigação, é insignificante. (GTDN, 1997, p. 420)

O grande beneficiário da rede de açudes são os fazendeiros que podiam usar a água para dessedentação animal – algo importante, tendo em vista o conjunto do rebanho animal e a geração de renda – e a seca já não acarretava em mortalidade de animais (mesmo com o relativo aumento do rebanho). Contudo, predominava ainda a perda de peso dos animais na época das secas, pois não se resolveu o problema de produção de alimentação animal pelos açudes. “No outro extremo, temos a produção de alimentos, que em quase nada se beneficiou dos grandes investimentos realizados no represamento de águas” (GTDN, 1997, p. 420).

De modo que, na análise do GTDN (1997), a construção de açudes era a etapa preliminar de uma política de melhor aproveitamento de terras e água na região, faltando para isso uma política de irrigação que use as terras para produção de alimentos e não para mais enriquecimento de quem já é rico (no caso, o texto citava os fazendeiros da região). Por motivos deferentes, essas ações (de curso e longo prazos) não “contribuíram, até o presente, para modificar, fundamentalmente, os dados do problema” (GTDN, 1997, p. 419).

Ao mesmo tempo, pode-se dizer, que a política de açudagem cristalizou a crença na possibilidade de combater a seca e os seus efeitos por meio da modificação do ambiente físico e pela correção racionalizada dos limites às atividades econômicas. Para Silva (2010, p. 152), “a açudagem foi escolhida como a solução fundamental para os problemas regionais, colocando em segundo plano as outras soluções propostas.”

Na realidade, foi com base no entendimento da dinâmica socioeconômica nordestina feita por Celso Furtado nos anos de 1950 que se desnuda a tese tão cara às oligarquias sertanejas, segundo Araújo (2011), qual seja, de que a seca era o problema central do Nordeste. Celso Furtado, então, revela e abandona também esse mito – assim como revelou, posteriormente, *O Mito do Desenvolvimento Econômico* – e passou a defender a visão de que a seca é consequência (e não causa) da questão do semiárido. “A causa era a estrutura social e econômica que ali se reproduzia há séculos. E, portanto, era isso que urgia ser transformado”, conclui Araújo (2011, *on line*).

O texto do GTDN (1997) causou enorme repercussão no meio político e econômico brasileiro. Uma destas foi a criação da Sudene (em 1959), refletindo uma perspectiva reformista e modernizadora das instituições políticas na região Nordeste. De acordo com Silva (2010, p. 172), a tentativa era que o órgão viesse a assumir capacidades políticas relevantes, passando a coordenar as ações governamentais na região, em torno de objetivos regionais.

Contudo, com a ruptura política, o projeto progressista foi abandonado e, segundo Carvalho (2014), o esvaziamento da Sudene nos anos de 1970 foi uma ação deliberadamente planejada pelo governo militar. Sobre essa conjuntura (na qual, Celso Furtado deixa o Brasil e começa sua vivência com professor no exterior), em um texto – *O Golpe Miliar de 1964 e o Nordeste* – escrito no ano de sua morte (em 20024), Celso Furtado volta a refletir sobre essa ruptura institucional. Dizia ele que, em relação à região, o dano mais nefasto que percebeu, “foi a interrupção do processo de reconstrução das anacrônicas estruturas agrárias e sociais ali onde eram mais deletérios os efeitos do latifundismo e, paradoxalmente, mais profundo o movimento renovador.” (Furtado, 2012, p. 213). Portanto, era essa condição estrutural – e não a seca – o problema do subdesenvolvimento do Nordeste.

Notas conclusivas

Os mitos ainda permanecem ativos, apesar de Celso Furtado! Como dizem Cristaldo, Senna e Matos (2016, p. 530) os mitos ainda “conduzem pessoas, grupos sociais, companhias e governos a agir como se seu enredo fosse a verdade, a se comportar da maneira como a narrativa mitológica exige, assim ofuscando a própria realidade”.

Porém, ao trazer luz para o debate sobre desenvolvimento econômico, alertando para a finitude dos recursos naturais e a apropriação dos mesmos pelos países altamente industrializados, bem como a exploração por aqueles das reservas situadas nos países periféricos, buscou demonstrar para a improbabilidade do processo de desenvolvimento propugnado pelos economistas. Além disso, a imposição de padrões de consumo dos países ricos sobre países pobres, que já era uma questão importante na

visão do autor, acentuou-se nos últimos anos e novos desafios surgiram nesse novo milênio: mudanças climáticas.

Hoje em dia, está mais nítida a visão de que o processo de desenvolvimento das nações não pode ser imposto por um grupo de países ricos, mas deve levar em conta as especificidades históricas, sociais, institucionais e de recursos naturais.

Sobre o fenômeno da seca como problema para o Nordeste e, assim, as ações combate, destacadas aqui como algo sem eficácia, tendo em vista suas ações de curto e longo prazo, Celso Furtado fez o esforço de tirar do âmbito da natureza a causa do fundamental do subdesenvolvimento e das desigualdades regionais no país. A estrutura fundiária e sua anacrônica concentração de terras eram as causas de levar a calamidade a maioria da população regional. A produção de alimentos, gerando reservas e renda, para enfrentar os períodos de estiagem era a questão central no Nordeste.

Nos anos mais recentes, de virada de século, as questões são bem mais complexas que no período em que Celso Furtado, pioneiramente, refletia sobre elas. Se atualmente, por um lado, podemos então pensar, como afirmam Wasques, Santos Jr. e Brandão (2019), que Celso Furtado, deu sua contribuição para o ideal de desenvolvimento sustentável (deixando evidente de que era preciso interromper a reprodução indiscriminada de padrões de consumo de sociedades desenvolvidas), propondo, assim, “uma mudança radical rumo a um modelo que seja ecologicamente sustentável, socialmente justo e politicamente democrático” (Wasques; Santos Jr.; Brandão, 2019, p. 53).

Por outro lado, podemos levantar a hipótese de que a questão de combate à seca vem sendo, paulatinamente, deixada de lado e, certamente, Celso Furtado muito contribuiu para tal feito, de acordo com Silva (2010). A perspectiva de um desenvolvimento inventado a partir das aspirações sociais, com base no patrimônio histórico-cultural, como pensava Celso Furtado, coaduna-se com a diretriz de convivência com o semiárido, que vem ganhando força (Araújo, 2011) nesse início de milênio. Esta, por sua vez, compreende que o fenômeno da seca é um dado natural e histórico, precisando ser levado em conta; todavia, não como vetor único e exclusivo da exclusão de grande parcela da população do Nordeste que ainda perdura em nossos dias (Diniz; Piraux, 2011). Questões estruturais permanecem no Nordeste e que ainda podem ser consideradas causas das desigualdades e exclusão social, ou causas do

subdesenvolvimento, se queremos valorizar a terminologia, homenageando Celso Furtado.

Enfim, Celso Furtado, desvelou o mito de que os recursos da natureza não são infinitos. Com isso, ele quer alertar para o fato de que os padrões de consumo e de desenvolvimento dos países ricos não podem ser universalizados. As reservas naturais limitam essa pretensão à abundância. Ao tempo que também havia alertado para o fato de que não é a escassez de recursos naturais (no caso, a água, no Nordeste) a causa do subdesenvolvimento. Os recursos naturais, mesmo limitados na região, não podem ser acusados pelo atraso que ele via no Nordeste naquele período.

Viva Celso Furtado, sempre!

Referências

ARAÚJO, Tania Bacelar de. Economia do semiárido nordestino: a crise como oportunidade. **Revista Coletiva**, n. 6, 2011. Disponível em: <http://coletiva.labjor.unicamp.br/index.php/artigo/economia-do-semiarido-nordestino-a-crise-como-oportunidade/>. Acesso em: 04 jan. 2016.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record. 2000. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1616/S33098N962Av1_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 06 jul. 2017.

CARVALHO, José Otamar de. (2014). **Desenvolvimento regional: um problema político**. 2. ed. Campina Grande: EDUEPB.

CRISTALDO, Rômulo Carvalho; SENNA Juliana Rodrigues de; MATOS, Lara Sousa. As narrativas fundamentais do *Mito do Desenvolvimento Econômico* e o neodesenvolvimentismo brasileiro. **Revista de Administração Pública**, n. 3, v. 52, p. 527-553, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612169612> Acesso em: 20 mai. 2024.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**. v. 19, nº 02, 2009. Belo Horizonte/MG. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v19n2/a01v19n2.pdf> . Acesso em: 23 nov. 2018.

DINIZ, Paulo Cesar. O.; PIRAUX, Marc. Das intervenções de combate à seca às ações de convivência com o semiárido: trajetória de ‘experimentalismo institucional’ no semiárido brasileiro. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 26, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1457>. Acesso em: 20 mai. 2024.

FURTADO, Celso. **Operação Nordeste**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

FURTADO, Celso. O golpe de 1964 e o Nordeste. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 7, n. 11, 2012. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/195>. Acesso em: 20 mai. 2024.

GTDN. (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste). Uma política de Desenvolvimento para o Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, n. 04, v. 28, 1997. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=51. Acesso em: 07 fev. 2018.

KUGELMAS, Eduardo. Revisitando o desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 63, v. 22, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n63/a02v2263.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2012.

MANZATTO, Rômulo. Celso Furtado, 100 Anos: *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974). **Boletim Informações FIPE**, n. 483, p. 66-70, 2020. Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif483.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2024.

NEVES, Frederico de C. Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). **Revista Brasileira de História**, n. 29, v. 15, p. 95-122, 1995. Disponível em: http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=14. Acesso em: 10 jan. 2018.

RICUPERO, Rubens. Celso Furtado, pensador global. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 78, 2021. Disponível em: Acesso em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i78p25-34>. 20 mai. 2024.

SECA E PODER: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

WASQUES, Renato Nataniel; SANTOS JR., Walter Luiz dos; BRANDÃO, Danilo Duarte. As ideias de Celso Furtado sobre a questão ambiental. **Leituras de Economia Política**, n. 28, p. 41-58, 2019. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L28/05_Artigo_03_LEP_28.pdf Acesso em 20 mai. 2024.

O MITO DO DESENVOLVIMENTO E UMA ALTERNATIVA FURTADIANO-MARXISTA PARA A REGULAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS¹

César Bolaño²

O *Mito do desenvolvimento* (Furtado, 1974) é o primeiro dos quatro livros de Celso Furtado, concebidos durante sua estada em Cambridge no ano letivo de 1973-1974, logo após sua passagem pela American University, em Washington, no segundo semestre de 1972. No conjunto dessa produção destaca-se outro livro, *Criatividade e dependência na civilização industrial* (Furtado, 1978), em que o autor apresenta de forma mais acabada o modelo teórico novo, que rivaliza com o outro, anterior, cuja expressão mais acabada se encontra em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico/TPDE* (Furtado, 1967).

Na verdade, o seu método de trabalho, por aproximações sucessivas, incorporando à nova produção, trechos e textos inteiros anteriores, como *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), recuperado na TPDE,

1 O autor agradece a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo apoio ao projeto “Governança econômica das redes digitais” (projeto FAPESP nº 2021/06992-1).

2 Professor titular da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Diretor da Revista EPTIC e coordenador do grupo OBSCOM/CEPOS, do CNPq, e do grupo de Economia Política da Informação, da Comunicação y da Cultura da CLACSO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8320476763564207>. ORCID: 0000.0001-5756-7094

denota um pensamento sempre em processo, de um intelectual inquieto, um artífice que vai afinando passo a passo seu instrumento. O *Mito* é o primeiro passo de uma construção que avança no projeto inacabado de uma ciência social total (Furtado, 1977) e se expressa em toda essa produção dos anos setenta do século passado, inclusive na versão atualizada da TPDE, de 1979.

Embora a concepção original desse conjunto tenha sido em Cambridge, a sua realização se dará finalmente em Paris, sob a influência dos debates que sacudiram a Europa e o mundo na posteridade do 1968 francês, ao longo de toda a década, ao final da qual já o campo intelectual crítico passa a sofrer a ação dissolvente do neoliberalismo e do pós-modernismo. Furtado teve a felicidade de produzir essa parte tão significativa da sua obra nesse período de grande ebulição intelectual e sua contribuição deve ser entendida como parte das mais instigantes reflexões que aquele momento nos legou.

No que segue, tratarei basicamente de recuperar o sentido da leitura crítica de Furtado do relatório do Clube de Roma, sua posição em relação à questão ambiental, profundamente imbricada com a problemática da distribuição da riqueza e da dependência, ensaiando uma interpretação marxista da sua contribuição, tendo como pressuposto a sua concepção da relação entre cultura e desenvolvimento, que estudei em outra ocasião. No último item, deslocarei a questão para a problemática das plataformas digitais, que constitui o centro das minhas preocupações atuais, tendo em vista as mudanças no sistema global de cultura que elas representam e a importância da sua regulação tendo por princípio transformá-las em instrumento do desenvolvimento nacional alternativo, de base popular e sustentável.

Definição do mito

O *Mito* é frequentemente apontado como contribuição pioneira ao debate sobre economia e meio ambiente, diretamente influenciado pela publicação do Relatório do Clube de Roma (1971-2) e pelo trabalho de um autor emblemático nesse campo, como Georgescu-Roegen, que publicou em 1971, em Cambridge, seu *Entropy law and the economic process*, precedido de uma conferência sobre o tema na Universidade do Alabama,

como o próprio Furtado informa (1974, p. 18, nota 4). Mas a contribuição de Furtado vai além.

Já tive a oportunidade de analisar o livro em meu estudo sobre *O conceito de cultura em Celso Furtado* (Bolaño, 2012), enfatizando, obviamente, “as conexões fundamentais” da relação entre subdesenvolvimento e dependência, definidas no modelo setentista do autor, fortemente ancorado na questão da cultura, e na crítica ao conceito de desenvolvimento, entendido como sucedâneo daquele de progresso, do século XIX. Não vou retomar essa problemática aqui. Antes, centro-me numa leitura do primeiro dos quatro ensaios independentes que compõem a obra, a saber, *Tendências estruturais do sistema capitalista na fase de predomínio das grandes empresas*. Atentemos primeiro à definição de mito do autor, ligada ao trabalho dos cientistas sociais.

A função principal do mito é orientar, num plano intuitivo, a construção daquilo que Schumpeter chamou de *visão* do processo social, sem a qual o trabalho analítico não teria qualquer sentido. Assim, os mitos operam como faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social, permitindo-lhe ter uma visão clara de certos problemas e nada ver de outros, ao mesmo tempo que lhe proporcionam conforto intelectual, pois as discriminações valorativas que realiza surgem ao seu espírito como um *reflexo* da realidade objetiva (Furtado, 1974, p. 13).

Podemos dizer que, de alguma forma, o mito substitui a utopia, que desempenha um papel positivo na organização do trabalho intelectual, na medida em que representa um horizonte de referências, como em Marx, segundo Ruy Fausto (1983), ou em Habermas, como indica Bolaño (2000), cumprindo, portanto, uma função positiva, mas, na análise de Furtado em tela, o papel diretor do mito é avaliado negativamente, como uma espécie de perversão da utopia. O mito do desenvolvimento é definido como a ideia,

que se toma por evidente, segundo a qual o *desenvolvimento econômico*, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser

universalizado. Mais precisamente, pretende-se que o *standard* de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas da população em rápida expansão que formam o chamado Terceiro Mundo (idem, p. 14).³

A metáfora do foco, realçando um aspecto da realidade e deixando o resto nas sombras, poderia entender-se sob o conceito de fetiche e, neste caso, o fetiche a que Furtado se refere é aquele do “progresso tecnológico, entelêquia existente fora de qualquer contexto social” (idem), a definir, na perspectiva dos economistas contra os quais o autor se dirige, o impulso dinâmico do processo de acumulação. E emenda:

Pouca ou nenhuma atenção foi dada às consequências, no plano cultural, de um crescimento exponencial do *stock* do capital. As grandes metrópoles modernas com seu ar irrespirável, crescente criminalidade, deterioração dos serviços públicos, fuga da juventude na anticultura, surgiram como um pesadelo no sonho de progresso linear em que se embalavam os teóricos do crescimento (idem).

Voltamos aí ao tema da cultura no sentido mais amplo que o autor dá ao termo, incluindo a problemática do meio ambiente, mas ele ainda avança nessa linha, afirmando que “menos atenção ainda se havia dado ao impacto no meio físico de um sistema de decisões cujos objetivos últimos são satisfazer interesses privados” (idem). Ressoa aqui a sua perene preocupação com a transmutação dos meios em fins, que muito se assemelha à crítica marxiana do capital, cuja lógica expansiva, valor que se valoriza, inverte a relação de domínio entre sujeito e objeto, com impacto destrutivo sobre o homem e sobre a natureza.

3 Na sequência, Furtado afirma que “essa ideia constitui um prolongamento do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial” (Furtado, 1974, p. 14). Essa interessante perspectiva, que já tive a oportunidade de analisar em outras ocasiões é desenvolvida pelo autor em outro ensaio do mesmo livro.

O acerto do Clube de Roma

Esse desleixo em relação aos impactos ambientais do desenvolvimento, afirma, explica a “irritação” de muitos economistas com o estudo do Clube de Roma, mas a verdade é que, segundo Furtado, ele tem o mérito de haver trazido “para o primeiro plano da discussão problemas cruciais que os economistas do desenvolvimento econômico trataram sempre de deixar na sombra” (idem, p. 15). Essa visão mítica, que respaldava a “crescente *abertura* da economia dos Estados Unidos e de reforçamento das grandes empresas capazes de promover a exploração dos recursos naturais em escala planetária”, ao formular projeções de longo prazo baseadas implicitamente “na ideia de que a fronteira externa do sistema é ilimitada” (idem, p. 16), é posta em xeque pelo relatório do Clube de Roma.

A importância do estudo feito para o Clube de Roma deriva exatamente do fato de que nele foi abandonada a hipótese de um sistema aberto no que concerne à fronteira dos recursos naturais. Não se encontra aí qualquer preocupação com respeito à crescente *dependência* dos países altamente industrializados vis-à-vis dos recursos naturais dos demais países, e muito menos com as consequências para estes últimos do uso predatório pelos primeiros de tais recursos. A novidade está em que o sistema pode ser fechado em escala planetária, numa primeira aproximação, no que concerne aos recursos não-renováveis (idem, p. 16-17).

Dois aspectos devem ser realçados nessa leitura. Primeiro, o elogio de Furtado à perspectiva do relatório, considerando o sistema como fechado, em nível global, no que se refere à exploração da fronteira de recursos naturais, remetendo ao “caráter predatório do processo de civilização, particularmente da variante desse processo engendrada pela revolução industrial”, pois “a criação de *valor* econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico” (idem, p. 17), coincidindo, como já afirmei, com a crítica de Marx.

E mais, o autor emenda essa observação com sua crítica da economia política, ao enfatizar o referido mito do desenvolvimento: “o economista limita seu campo de observação a processos parciais, pretendendo ignorar que esses processos provocam crescentes modificações no mundo físico” (idem), apoiando-se, numa longa nota, o trabalho já referido de Georgescu-Roegen para formular a seguinte consequência daqueles processos de transformação do mundo físico pelo capital:

A maioria deles transforma energia livre ou disponível em energia não-disponível. Demais das consequências de natureza diretamente econômica, como seja o encarecimento das fontes alternativas de energia, esse processo provoca elevação da temperatura média de certas áreas do planeta, cujas consequências a mais longo prazo dificilmente poderiam ser exageradas (idem, p. 18).

E segue com a crítica da economia política: “a atitude ingênua consiste em imaginar que problemas dessa ordem serão solucionados necessariamente pelo progresso tecnológico, como se a atual aceleração do progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los” (idem).

A pergunta

Segundo, Furtado critica, no relatório, a falta de preocupação em relação (a) “à crescente *dependência* dos países altamente industrializados vis-à-vis dos recursos naturais dos demais países” e (b) às “consequências para estes últimos do uso predatório pelos primeiros de tais recursos”, enfatizando, portanto, um aspecto crucial do problema, que remete, em chave marxista, ao tema do imperialismo: o das contraditórias relações centro-periferia, fundamentais para se entender a problemática socioambiental envolvida no desenvolvimento capitalista, objeto da sua crítica, que ele, como o conjunto do pensamento crítico latino-americano, está muito mais apetrechado para elucidar.

Nesse sentido, sua crítica se distancia do idealismo e da consciência culpada burguesa, para situar-se no plano do materialismo histórico e da

crítica da economia política.⁴ Assim, uma vez tendo destacado a gravidade do problema ecológico ligado inelutavelmente aos desdobramentos inevitáveis da lógica da valorização do valor, exigindo ação política imediata, tratará de descartar a visão catastrofista, respondendo a questão chave deixada pelos autores do relatório – “que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se?” (idem, p. 17) –, afirmando que a resposta “é clara e sem ambiguidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não-renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso” (idem).

A própria lógica do desenvolvimento capitalista predador, no entanto, impõe limites àquela universalização, embora isso não signifique, por certo, que a tendência catastrófica esteja descartada. O autor desenvolve um modelo para analisar a questão, na sequência de uma longa discussão, à qual não retornaremos aqui, sobre a evolução estrutural do sistema capitalista, o papel da grande empresa nas relações centro-periferia e as opções dos países periféricos. A conclusão a respeito do quadro estrutural do sistema capitalista nos anos 1970 é a de que “o processo de acumulação tende a ampliar o fosso entre um centro, em crescente homogeneização, e uma constelação de economias periféricas, cujas disparidades continuam a agravar-se” (idem, p. 68).

Ambas as tendências estão ligadas à hegemonia das grandes empresas na orientação do processo de acumulação que redunde, no centro, na homogeneização dos padrões de consumo e, na periferia, no “distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada com respeito à massa da população” (idem). Aí vemos operando o seu conceito macro de cultura (cf. Bolaño, 2012), como categoria explicativa do processo de desenvolvimento, mas não é esse o foco deste artigo. O fato a ser destacado é que “essa orientação do processo de acumulação é, por si só,

4 Neste ponto não há referência à problemática da luta de classes, que aparecerá, no entanto, no interior do mesmo marco teórico setentista do autor em *Criatividade e dependência...*, (Furtado, 1978), onde se destaca a defesa do então radical movimento ecologista.

suficiente para que a pressão sobre os recursos não-reprodutíveis seja substancialmente inferior à que está na base das projeções alarmistas” (idem).

O modelo de Furtado

Furtado distingue dois tipos de pressão sobre os recursos, uma ligada ao chamado freio malthusiano, referida à “disponibilidade de terra arável a ser utilizada no contexto da agricultura de subsistência” (idem) e a outra aos “efeitos diretos e indiretos da elevação do nível de consumo das populações ..., estreitamente ligado à orientação geral do processo de desenvolvimento” (idem, p. 69), ou seja, às particularidades do desenvolvimento capitalista tal como o conhecemos. No primeiro caso, por motivos que o autor explica, as pressões podem “provocar calamidades em áreas delimitadas, como ocorre atualmente no Sahel africano, mas em pouco afeta o funcionamento do conjunto do sistema” (idem). Ou seja, “se o primeiro tipo de pressão sobre os recursos é localizado e cria o seu próprio freio, o segundo é cumulativo e exerce pressão sobre o conjunto do sistema. As projeções alarmistas do estudo *The limits of growth* [do Clube de Roma] se referem essencialmente a este segundo tipo de pressão” (idem, p. 70).

Para Furtado, essas projeções, feitas com base em observações empíricas, “podem ser aceitas como uma primeira aproximação válida. O que não se pode aceitar é a hipótese, também fundamental nessas projeções, segundo a qual os atuais padrões de consumo dos países ricos tendem a generalizar-se em escala planetária” (idem), pois ela “está em contradição direta com a orientação geral do desenvolvimento do sistema”, que “resulta na exclusão das grandes massas que vivem nos países periféricos das benesses criadas por esse desenvolvimento. Ora, são exatamente esses excluídos que formam a massa demográfica em rápida expansão” (idem).

Note-se, no concernente à luta epistemológica, a superioridade do pensamento crítico produzido na perspectiva da periferia do sistema em relação àquele convencional, hegemônico, o qual, focalizado no centro, não alcança a totalidade. A crítica da economia política de Furtado, referida acima, deixa claro que o autor tinha plena consciência dessa

superioridade da sua perspectiva – decolonial *avant la lettre*.⁵ Para ele, tanto o fato de a renda permanecer “consideravelmente concentrada nos países de mais alto nível de vida” quanto a “crescente concentração de renda no centro do sistema, isto é, a ampliação do fosso que separa a periferia desse centro” agravam a pressão sobre os recursos.

Com efeito: se fosse mais bem distribuído no conjunto do sistema capitalista, o crescimento dependeria menos da introdução de novos produtos finais e mais da difusão do uso de produtos já conhecidos, o que significa um mais baixo coeficiente de desperdício. A capitalização tende a ser tanto mais intensa quanto mais o crescimento esteja orientado para a introdução de novos produtos finais, vale dizer, para o encurtamento da vida útil dos bens já incorporados ao patrimônio das pessoas e da coletividade. Desta forma, a simples concentração geográfica da renda, em benefício dos países que gozam do mais alto nível de consumo, engendra uma maior pressão sobre os recursos não-reprodutíveis (idem, p. 69-70).

5 Viana e Pelegrini (2024) apresentam uma interessante e bem fundamentada reflexão sobre o pioneirismo de Furtado em relação aos chamados estudos decoloniais. Mas o enfoque adotado pelos autores parte, aparentemente, de uma aceitação da crítica decolonial ao pensamento latino-americano em geral. Eu mesmo, sem entrar no debate decolonial, apresentei extensamente a questão do conceito de cultura em Furtado (Bolaño, 2012) e as categorias do autor nos textos publicados em Bolaño (2015), de crítica à epistemologia da comunicação, em que lanço mão inclusive, entre outras, da contribuição de Anibal Quijano. O problema com a autoproclamação de ineditismo do movimento decolonial é o desprezo a toda a produção anterior de uma poderosa intelectualidade nativa ainda apta a explicar a realidade latino-americana e mundial, como é o caso de Furtado. À contribuição de Viana e Pelegrini seria preciso agregar a crítica aos próprios decoloniais mostrando os limites da proposta, sem desconsiderar, aliás, as diferenças entre eles e os avanços proporcionados por alguns deles, em especial, a meu juízo, Enrique Dussel, um sofisticado leitor de Marx, que dialoga com as teorias marxistas da dependência e representa, de fato, uma contribuição fundamental ao pensamento crítico.

O modelo analítico proposto pelo autor parte de projeções sobre o crescimento da população mundial ao longo dos cem anos contados a partir daquele momento (anos 1970), segundo as quais, durante o século XXI, a população dos países centrais chegaria a 1,2 bilhões e a dos países periféricos a 13,6 bilhões de indivíduos. No concernente à pressão sobre os recursos, diz o autor, “interessa menos a divisão entre centro e periferia que a divisão entre aqueles que se beneficiam do processo de acumulação do capital e aqueles cuja condição de vida somente é afetada por esse processo de forma marginal ou indireta” (idem, p. 71), o que significa que o fator mais importante é “o fosso que a atual orientação do desenvolvimento cria dentro dos países periféricos” e não o que existe entre estes e o centro.

Tendo em vista que a parcela da população periférica que reproduz as formas de consumo do centro é reduzida e não tende a aumentar significativamente com a industrialização, e sendo o nível de renda dos países centrais cerca de 10 vezes maior que o dos periféricos, “a minoria que nestes países reproduz as formas de vida dos países cêntricos deve dispor de uma renda cerca de dez vezes maior que a renda *per capita* do próprio país. Mais precisamente: a parcela máxima da população do país periférico em questão que pode ter acesso às formas de vida dos países cêntricos é 10 por cento” (idem, p. 71-72), mas neste caso o resto dos 90% da população “não poderia sobreviver pois sua renda seria zero” (idem, p. 72). No caso típico, nas condições vigentes, “a minoria privilegiada não pode ir muito além de 5 por cento da população do país” (idem).

O horizonte de possibilidades evolutivas que se abre aos países periféricos é, sem lugar a dúvida, amplo. Num extremo, perfila-se a hipótese de persistência das tendências, que prevaleceram no último quarto de século, à intensa concentração da renda em benefício de reduzida minoria; no centro está o reforçamento das burocracias que controlam os Estados na periferia – tendência que se vem manifestando no período recente –, o que leva a uma melhora persistente nos termos de intercâmbio e a uma ampliação da minoria privilegiada em detrimento do centro do sistema; no outro extremo surge a possibilidade de modificações políticas de fundo,

sob a pressão das crescentes massas excluídas dos frutos do desenvolvimento, o que tende a acarretar mudanças substanciais na orientação do processo de desenvolvimento. Esta terceira possibilidade, combinada com a melhora persistente nos termos de intercâmbio, corresponde ao mínimo de pressão sobre os recursos, assim como a persistência das tendências atuais à concentração da renda engendra o máximo de pressão (idem, p. 74).

Ocioso dizer que o que prevaleceu desde então, ao longo de todo o período neoliberal até hoje foi a radicalização da primeira possibilidade e, portanto, da maior pressão possível sobre os recursos naturais, quando o que se necessitava, ainda mantendo o padrão de desenvolvimento capitalista, para reduzir os seus impactos sobre a natureza, seria o oposto: uma profunda redistribuição da renda e da riqueza.

Um Furtado ecossocialista?

Mas esse é apenas um exercício de hipóteses com base em projeções realizadas pelo autor. O essencial é a “conclusão geral” a que ele chega em seguida:

[a] hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo prevalecentes atualmente nos países cêntricos, não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema. E é essa a razão fundamental pela qual uma ruptura cataclísmica, num horizonte previsível, carece de fundamento. [b] o interesse principal do modelo que leva a essa ruptura cataclísmica está em que ele proporciona uma demonstração cabal de que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. [c] O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inevitavelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana.

Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável (idem, p. 74-75).

E segue: “sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista” (idem, p. 75). Esse é o mito do desenvolvimento, cuja função tem sido [d] “mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, *explicar* e fazer *compreender* a *necessidade* de destruir o meio físico, justificar formas de dependência que reforcem o caráter predatório do sistema produtivo” (idem). Assim, o mito tem permitido “desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento*” (idem). Trata-se, enfim [e] de “um dos pilares da doutrina que serve de cobertura à dominação dos povos dos países periféricos dentro da nova estrutura do sistema capitalista” (idem).

O raciocínio é cristalino: o desenvolvimento capitalista não é universalizável porque a generalização do modo de vida dos países centrais para o resto do mundo exige, na periferia, uma concentração de renda que exclui a imensa maioria da população. O mito do desenvolvimento serve para criar uma ilusão, alimentada pelos economistas, que desvia as energias criativas da sociedade da “identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência” para objetivos abstratos. Assim sendo, é necessário recuperar a lógica dos fins, do atendimento das necessidades humanas reais. Do contrário, a tendência do sistema é uma dinâmica catastrófica de avanço da pressão sobre os recursos naturais.

Por isso, desde então, ao defender políticas de desenvolvimento, Furtado agregará sempre um adjetivo: “verdadeiro desenvolvimento”, “desenvolvimento endógeno” etc. Ou seja, a crítica do desenvolvimento em Furtado é a crítica do desenvolvimento capitalista e o que ele propõe é a superação da lógica da transmutação dos meios em fins, característica, para ele como para Marx, daquele modo de produção. É claro que em

nenhum momento ele propõe uma solução revolucionária, como Marx, mas fica claro, na descrição das três alternativas apresentadas acima, que a melhor solução para o problema ecológico estaria em “modificações políticas de fundo, sob a pressão das massas”, acarretando “mudanças substanciais na orientação do processo”, “combinada com a melhora nos termos de intercâmbio”. Uma solução nacionalista, centrada no fim maior que é o atendimento das necessidades das grandes maiorias visando a superação do atraso, da dependência, do subdesenvolvimento. Um desenvolvimento popular alternativo cuja implementação certamente se mostrará, na prática, incompatível com o capitalismo.

Plataformas e desenvolvimento

Tomemos o caso das chamadas plataformas digitais, a forma atualmente assumida pela economia da internet, que configura uma mudança fundamental no sistema global de cultura, subsumindo e ampliando as estruturas sobre as quais se assentava a Indústria Cultural do século XX. Seu desenvolvimento é parte do processo de reestruturação produtiva ao longo do período da globalização neoliberal e está intimamente relacionado às mudanças promovidas pela potência norte-americana a partir do final dos anos setenta com o intuito de enfrentar sua crise de hegemonia. O domínio das grandes empresas de tecnologia dos Estados Unidos é consequência dessa estratégia, da reestruturação produtiva e do novo paradigma tecnoindustrial da digitalização.

As estratégias competitivas dos diferentes atores econômicos em nível internacional, como as estratégias dos estados e dos diversos grupos que disputam o poder político passam crescentemente hoje pelas plataformas digitais que estruturam os modernos sistemas de intercâmbio de todo tipo e de interação com consumidores e cidadãos, mas também de coordenação do trabalho e organização dos mais diversos processos produtivos, constituindo, um amplo sistema de controle social e vigilância. Nessas condições, os projetos de desenvolvimento não podem deixar de levar em conta a economia das plataformas, seja por sua ampla incidência em todos os campos da vida, seja porque o desenvolvimento pressupõe, como insiste Furtado, a construção de uma autonomia cultural – prerequisite fundamental da soberania política e tecnológica – profundamente afetada pela consolidação dessa nova estrutura de mediação.

Na atualidade, somente a China se apresenta como concorrente dos Estados Unidos em nível global nesse campo, de modo que as ditas *big five*, conhecidas como GAFAM, se confrontam com o sistema das grandes plataformas chinas, designadas pelo acrônimo BAT. Em torno a essas grandes empresas – que se situam no nível troncal da conhecida classificação de van Dijk (2022) as quais, segundo a autora, passam hoje por um processo de infraestruturalização, na medida em que se apresentam como condição necessária de acesso ao sistema – configura-se uma extensa rede de empresas dependentes de plataformas (Neto; Chiarini; Ribeiro, 2022), tendente a abarcar a totalidade dos capitais dos mais diversos setores em nível mundial.

Enquanto as grandes plataformas norte-americanas se desenvolveram através de fusões e aquisições, como apontam Kai Jia y Martin Kenney (2021), as chinesas o fizeram por conglomeração, facilitando o processo de *catch up* em relação à primeiras. A Europa, de sua parte, depois da derrota frente aos Estados Unidos nas disputas originárias em torno da telemática, nos anos noventa, seguiu uma trajetória de subordinação que permitiu o avanço indiscriminado das plataformas norte-americanas no velho continente, onde a regulação do setor tem sido tardia (Nieminen; Padovani; Sousa, 2023) e reativa. Assim, tendencialmente as empresas europeias, ao contrário das chinesas, tornam-se dependentes das norte-americanas, às que devem ceder dados e benefícios.

A situação da América Latina não é distinta, o que limita as possibilidades de uma via popular para o desenvolvimento, como propõe, por exemplo, Martín Arboleda (2023), ou como defendi aqui no item anterior, nas condições postas atualmente. Em outros textos, tenho defendido (Bolaño, 2023) a ideia de que uma política de regulação das plataformas no Brasil, ainda que deva considerar os instrumentos criados pela experiência europeia, reativa, deveria ter como fundamento um projeto nacional de desenvolvimento voltado ao atendimento das necessidades urgentes da população, à semelhança do projeto nacional do complexo económico industrial da saúde (CEIS) (Bolaño; Zanghelini, 2023), que poderia comparar-se ainda com a evolução do setor de biotecnologias de Cuba.

A pequena dimensão da economia cubana, ao lado das características da economia do conhecimento, como aponta o professor Agustín Lage (2021), exige uma complexa estratégia internacional de alianças

produtivas. Assim, os movimentos de integração latino-americana deveriam ter uma preocupação fundamental com esses temas, buscando a autonomia cultural e tecnológica com o objetivo de implementação de um projeto de desenvolvimento compartilhado no interior de um mercado comum, territorial y culturalmente bastante homogêneo e de dimensões continentais. Uma política de incitação à conglomeração de *startups* latino-americanas, seguindo as lições do caso chinês, poderia cumprir um papel estratégico nesse sentido.

Mas uma política de desenvolvimento sustentável que tenha como objetivo a autonomia cultural e tecnológica para o conjunto integrado da América Latina deveria, além disso, promover instrumentos de integração que facilitem, por exemplo, a conglomeração das plataformas nacionais em nível continental, e sobretudo avançar no terreno das plataformas troncais, entendidas como infraestruturas fundamentais para o desenvolvimento, o que certamente exigirá a ação decidida do capital estatal para enfrentar as *big techs* no seu terreno.

Conclusão

Um projeto de desenvolvimento popular e alternativo, revertendo a lógica da transmutação entre meios e fins que caracteriza a perspectiva mitológica de boa parte dos economistas, contra os quais Furtado dirige sua crítica, exige mobilizar as energias criativas da sociedade no sentido da adequação dos avanços da ciência e da tecnologia ao atendimento das necessidades humanas concretas, ultrapassando barreiras que, ao serem superadas, configuram novas e mais complexas necessidades. Trata-se, nesse sentido, de uma tendência progressista que, para Furtado, alimenta-se da tradição. A destruição das formas de vida tradicionais pelo capital, substituídas, para uma minoria, na periferia do sistema, por formas degradadas, mercantis, enquanto a maioria fica excluída e empobrecida nos planos material e cultural, reduz evidentemente aquelas capacidades criativas.

A alternativa passa pela criatividade política, tão cara a Furtado, mas também pela regeneração dos laços rompidos das culturas populares que constituem a base de todo projeto hegemônico. Isto significa recuperar o conhecimento popular que o capital expropriou e devolveu,

transformado, adequado ao seu interesse único de autovalorização, como conhecimento imposto (Bolaño & Herrera-Jaramillo, 2019), inclusive e especialmente no que se refere ao trato com a natureza. As plataformas digitais, entendidas como novas forças produtivas, despidas da sua característica distintiva atual, de propriedade privada de grandes empresas transnacionais, podem ser um instrumento importante para um projeto alternativo desse tipo.

Ainda que, de início, esse projeto só possa ser antevisto, dado o nível atual de consciência da classe trabalhadora, como desenvolvimento capitalista nacional, cedo ou tarde ele se chocará com os limites impostos pelas relações de produção capitalistas. Nesse momento, o desafio será ir além, sabendo que o “verdadeiro desenvolvimento”, para Furtado, é aquele que amplia os horizontes do possível.

Referências

ARBOLEDA, Martín (2023). *La necesidad de una vía popular al desarrollo*. In: **Revista Jacobin**, 2023.

BOLAÑO, César (2000). **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo**. São Paulo: Hucitec.

BOLAÑO, César (2012). **O conceito de cultura em Celso Furtado**. Salvador: EDUFBA.

BOLAÑO, César (2015). **Campo Aberto**. Para a crítica da epistemologia da comunicação. Aracaju: EDISE.

BOLAÑO, César (2023) *A regulação de plataformas e o projeto nacional*. In: **Outras Palavras**, 2023.

BOLAÑO, César; HERRERA-JARAMILLO (2019). *Modos de vida, conocimiento y capitalismo en perspectiva histórico-estructural*. Revista da Sociedade Brasileira de Economía Política (**RSEP**), jan-abr., 2019.

BOLAÑO, César; ZANGHELINI, Fabrício (2023). *O complexo econômico-industrial de saúde e a economia das plataformas digitais na leitura da economia política da informação, da comunicação e da cultura*. Encontro Nacional de Economía Política-**ENEP**.

van DIJCK, José (2022). *Ver a floresta por suas árvores: visualizando plataforma e sua governança*. In: **Matrizes** v. 16, n. 2, mai-ago, p. 21-44.

FAUSTO, Ruy (1983). **Marx: lógica e política**. São Paulo: Brasiliense.

FURTADO, Celso (1961). **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

FURTADO, Celso (1967). **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FURTADO, Celso (1974). *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Círculo do Livro.

FURTADO, Celso (1977). **Prefacio a Nova Economia Política**. São Paulo: Paz e Terra, terceira edição.

FURTADO, Celso (1978). **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Paz e Terra.

JIA, Kai; KENNEY, Martin (2021). *The Chinese platform business group: an alternative to the Silicon Valley model?* In: **Journal of Chinese governance**.

LAGE Dávila, Agustín (2021). **Globalización y sociedad del conocimiento**. Una mirada desde la ciencia. La Habana: Academia Editorial.

NETO, Victo J. Silva; CHIARINI, Tulio; RIBEIRO, Leonardo da Costa (2022). *Voyages of Discovery: Charting the new geographies of platform economy*. Anais do VI Encontro Nacional de Economia Industrial-**ENEI**.

NIEMINEN, Hannu; PADOVANI, Claudia; SOUSA, Helena (2023). *Why has the EU been late in regulating social media platforms?* In: **Javnost – The Public**, Journal of the European Institute for Communication and Culture.

VIANA, Henrique; PELEGRINI, Isadora (2024). *Celso Furtado, crítico da “colonialidade”*, Revista **Katál**, Florianópolis, v. 27, p. e95244.

A LUTA DA PERIFERIA PELA REORGANIZAÇÃO DO MITO DO DESENVOLVIMENTO

Isaías Albertin de Moraes¹

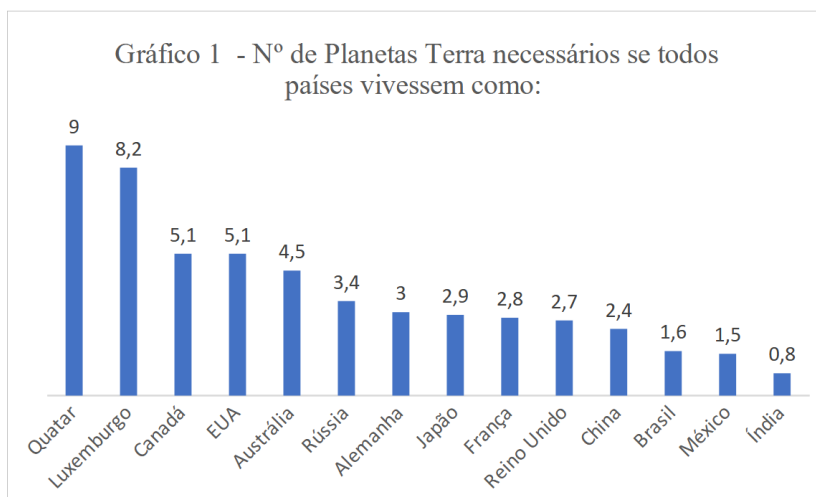
Cinco décadas após a publicação de “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*”, a obra de Celso Furtado continua sendo uma referência crucial para aqueles que buscam compreender as complexidades e os paradoxos do desenvolvimento econômico. No ensaio de 1974, Furtado, um dos mais proeminentes economistas latino-americanos, criticou incisivamente a ideia de que o desenvolvimento econômico, tal como definido pelas nações ricas, poderia ser replicado de forma sustentável e equitativa em todo o mundo. Seus argumentos desafiaram a visão convencional de progresso e instigaram uma reflexão profunda sobre os verdadeiros custos do crescimento econômico desenfreado.

A pergunta levantada por Furtado (1974, p. 16) é: “[...] que acontecerá se o *desenvolvimento econômico*, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chega efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se?” A resposta de Furtado é direta e clara, sem ambiguidades: “[...] o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso”. Isso

1 Professor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (CECS-UFABC), São Bernardo do Campo – SP, Brasil. E-mail: isaias.moraes@ufabc.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1839-803X>

ocorreria, pois, a pressão sobre os recursos naturais e as externalidades negativas, tais como poluição seriam impraticáveis.

Recente estudo realizado pelo *National Footprint and Biocapacity Accounts (NFBA)* e embasado em conjunto de dados das Organizações das Nações Unidas (ONU) estimou que se todas as pessoas do mundo vivessem como os estadunidenses, seria preciso ter recursos de 5,1 planetas Terra. A situação piora, caso o país de referência seja Luxemburgo, nação, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), com maior renda *per capita* do mundo em 2023. Nesse caso, necessitariam de 8,2 planetas Terra para que a humanidade toda vivesse com o mesmo modelo de desenvolvimento econômico do pequeno país europeu. O pior parâmetro é o ostentoso Qatar que obrigaria existir 9,0 planetas Terra para que todas as nações reproduzissem seu padrão de suntuosidade. O estudo de 2023 da NFBA acrescentou países do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) (ver gráfico 1).



Fonte: NFBA (2023)

A *Global Footprint Network*, que produziu esse estudo, ainda, calculou o “Dia da Sobrecarga da Terra”. Esse é calculado dividindo a biocapacidade do planeta (a quantidade de recursos ecológicos que a Terra é capaz de gerar naquele ano), pela pegada ecológica da humanidade (a demanda da humanidade para aquele ano) e multiplicando por 365, o número de dias em um ano. Em suma, marca o momento em que a demanda anual

dos homens por água, matérias-primas, solos e outros recursos naturais excede a capacidade de regeneração global. Em 2023, o dia 02 de agosto foi a data em que a humanidade consumiu mais recursos do que o planeta Terra poderia reproduzir para aquele ano. A partir daquele dia, a humanidade entrou em “vermelho” na conta dos recursos naturais. Isso vem acontecendo desde 1971, que teve o “Dia da Sobrecarga da Terra” em 25 de dezembro (ver tabela 1).

Tabela 1 - “Dia da Sobrecarga da Terra”

Ano	Dia de Sobrecarga da Terra
1971	25 de dezembro
1981	20 de novembro
1991	20 de outubro
2001	13 de setembro
2011	6 de agosto
2023	02 de agosto
2024	01 de agosto

Fonte: NFBA (2023)

Observa-se uma tendência preocupante: o “Dia de Sobrecarga da Terra” está ocorrendo cada vez mais cedo a cada ano, refletindo um aumento no consumo de recursos naturais além da capacidade de regeneração do planeta. Isso aconteceu mesmo havendo uma redução da pegada ecológica global em virtude do impacto da pandemia da Covid-19 a partir de 2020, que provocou uma recessão econômica em nível internacional. Os dados destacam a necessidade vital da humanidade repensar seus modelos de desenvolvimento e de consumo para alcançar um modo de viver mais inclusivo, criativo e sustentável.

Celso Furtado, em 1974, apontava para tal fato: o desenvolvimento econômico para todas as nações no modelo das economias centrais é um simples mito. De acordo com o autor:

O custo em termo de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao

colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o *desenvolvimento econômico* – ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista (Furtado, 1974, p. 75).

De fato, a descrença no *Mito do Desenvolvimento Econômico* nos padrões das economias centrais já se apresentava em Furtado no livro “Análise do ‘Modelo’ Brasileiro de 1972, “[...] um texto de grande rigor técnico, sem envolvimento emocional” (Furtado, 2014, p. 580). Nele, Furtado é claro ao afirmar que

“[...] desenvolvimento passa a ser definido em termos de aproximação de um paradigma que, por definição, é inalcançável [...], pois uma acumulação mais intensa em benefício de uma parte da população ampliar o fosso que existe entre as condições de vida da minoria beneficiada e as massas, fosso que é a essência mesma do subdesenvolvimento. Cabe inferir, portanto, que a melhora efetiva das condições de vida da massa da população dos países do Terceiro Mundo, particularmente dos de grandes dimensões demográfica, somente será alcançada por outros caminhos. A Índia nunca será uma Suécia de uma bilhão de habitantes, nem o Brasil uma reprodução dos Estados Unidos (Furtado, 1972, p. 77).

Ao refletir, 50 anos depois, sobre as ideias de Celso Furtado apresentadas neste ensaio à luz da condição atual, notou-se a necessidade de apontar que Furtado nunca deixou de acreditar no desenvolvimento das economias periféricas, ele rejeitou um mito específico, mas empenhou-se a buscar um novo paradigma a partir de 1974. A “[...] nova orientação do desenvolvimento teria que ser num sentido muito mais igualitário, favorecendo as formas coletivas de consumo e reduzindo desperdício” (Furtado, 1974, p. 74).

É diante desse célebre e memorável fundamento teórico, conceitual e argumentativo furtadiano e diante da densidade histórica, social, política e econômica contemporânea que o presente capítulo busca dois objetivos: i) compreender melhor o conceito de mito em Celso Furtado e ii) compilar quais seriam os instrumentos e os valores para “a nova orientação do desenvolvimento” e os “outros caminhos” da periferia para o autor. Para tanto, o texto divide-se em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente, destrinça-se o conceito de mito do desenvolvimento econômico, empregado por Celso Furtado, e como ele o instrumentaliza e o delimita nas suas pesquisas e estudos. Em seguida, apresenta-se as análises, os preceitos e as concepções de Furtado na reorganização do mito do desenvolvimento, almejando uma nova orientação, um novo modelo para as economias periféricas. Por fim, as considerações finais apontam como que Celso Furtado não apenas criticou o modelo de desenvolvimento econômico importados das economias centrais, mas também buscou formular, mantendo-se fiel ao método histórico-estruturalista, alternativa desenvolvimentista para os novos tempos.

O conceito de “Mito” em Celso Furtado

Logo no primeiro capítulo do ensaio de 1974, Furtado descreve seu entendimento do que é mito no âmbito das ciências sociais. O mito é um conjunto de hipóteses que não podem ser testadas e sua função principal é orientar, em um nível intuitivo, a percepção do cientista social. Funciona como um fecho de luz que ao iluminar determinados ângulos renuncia outros prismas, ao mesmo tempo que proporciona certo conforto intelectual ao pesquisador, “[...] pois as discriminações valorativas que realiza surgem ao seu espírito como um *reflexo* da realidade objetiva” (Furtado, 1974, p. 13). Os mitos, nas ciências sociais, “[...] têm exercido uma inegável influência sobre a mente dos homens que se empenham em compreender a realidade” (Furtado, 1974, p. 13).

O autor, a partir disso, lista quatro exemplos de mitos nas ciências sociais, a saber: i) do *bon sauvage* de Jean-Jacques Rousseau, ii) do desaparecimento do Estado de Karl Marx, iii) o princípio populacional de Thomas Malthus e iv) o modelo de equilíbrio geral de Léon Walras. Para Furtado (1974, p. 13), esses exemplos de teorias e de conceitos

exercem função de mito nas ciências sociais em virtude de que são postulados enraizados “[...] num sistema de valores que raramente chegam a explicitar”.

De acordo com Furtado (1974), o desenvolvimento econômico para todas as nações do mundo no modelo das economias centrais é um mito inalcançável, assim como os demais que ele cita. *O Mito do Desenvolvimento Econômico* é uma crença amplamente aceita, mas fundamentalmente falaciosa, de que a acumulação de capital, o crescimento econômico, o consumismo, a industrialização, enfim, a adoção dos modelos de desenvolvimento das economias centrais ocidentais é caminho universal e inevitável para a prosperidade de todos.

Furtado (1974) deduz esse fato embasado em pesquisas científicas, sobretudo a partir de meados do século passado, que demonstravam que o processo econômico baseado no crescimento ilimitado, no emprego de recursos naturais em grande escala, no consumo elevado e na exacerbção do livre mercado estava levando a danos severos ao meio-ambiente como: aquecimento global, chuva ácida e intensificação do efeito estufa. O marco de uma consciência ecológica nas ciências econômicas, que influenciou a obra de Furtado, ocorreu na década de 1970 com a publicação do Relatório *Limites do Crescimento*, do Clube de Roma, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo e com a operacionalização do conceito de ecodesenvolvimento por Maurice Strong e Ignacy Sachs.

Segundo Furtado (1974), o custo em termos de degradação do mundo físico no modelo de desenvolvimento econômico das nações centrais é tão elevado que qualquer tentativa de o universalizar resultaria inevitavelmente no colapso de toda a civilização, ameaçando a sobrevivência da espécie humana. Isso, para o autor, é a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico no modelo atual – a ideia de que os países pobres poderiam algum dia alcançar os padrões de vida dos países ricos atuais – é simplesmente inviável. Ele se manteve fiel a esse raciocínio ao longo dos anos, conforme apontado:

Hoje, faço uma reflexão complementar: o desenvolvimento dos países que estão na vanguarda do processo tecnológico também parece haver tomado uma direção errada, que leva a outro tipo

de bloqueio. Há mais de vinte anos já me parecia claro que a entropia do universo aumenta, isto é, que o processo global de desenvolvimento tem um considerável custo ecológico. [...] Generalizar esse modelo para toda humanidade, o que é promessa do chamado desenvolvimento econômico, seria apressar uma catástrofe planetária que parece inevitável se não se mudar o curso desta civilização (Furtado, 2002, p. 78).

Além disso, para o autor, a crença neste mito inviável do desenvolvimento econômico ignora as profundas disparidades históricas, sociais e econômicas entre centro e periferia, e que a tentativa de replicar esses modelos em contextos diferentes muitas vezes resulta em consequências negativas. Segundo Furtado (1961), a consolidação de uma estrutura produtiva industrial na Europa ocidental, liderada pela Grã-Bretanha após a Revolução Industrial, condicionou o desenvolvimento econômico de quase todas as demais regiões do planeta. O subdesenvolvimento das economias periféricas, desse modo, é consequência de uma trajetória histórica do capitalismo que fez com que houvesse países desenvolvidos e países subdesenvolvidos.

A condição de subdesenvolvimento é atribuída por Celso Furtado, então, a uma configuração específica dos países periféricos à economia capitalista que se reproduz em diferentes níveis de crescimento não como etapa histórica comum a todos os países, mas como resultado autossustentado da evolução da economia industrial moderna. Não é um fenômeno de atraso, não é uma etapa do desenvolvimento, mas uma forma particular de crescimento econômico oriundo de um processo de dependência.

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas necessário se torna levar em conta essa peculiaridade. (Furtado, 1961, p. 180-181)

Compreende-se, aqui, que se a possibilidade de desenvolvimento econômico universalizado, igualando acumulação de capital, valorização salarial, padrão de consumo, ampliação e sofisticação da estrutura produtiva das economias periféricas com as centrais, é um mito inacessível, por consequência, a estrutura criada “[...] pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria” (Furtado, 1974, p. 74-75). Furtado (1972, 1974) identificou o mito falacioso do desenvolvimento econômico, mas não se propôs a estruturar um novo modelo econômico nessas obras. Isso foi aos poucos sendo edificado em seus textos pós-1974, embora sempre consciente de que tal feito é uma concepção coletiva e não obra de um homem só. Segundo Bresser-Pereira (2002, p. 157), “Celso Furtado está há muito em busca de um novo modelo de desenvolvimento, embora saiba que a definição de um projeto nacional não é tarefa de uma pessoa, mas de toda uma nação”.

Cabe, portanto, aos meios de comunicação, aos cientistas sociais e aos operadores de políticas públicas da periferia o redirecionamento do foco das matérias, das pesquisas, dos estudos e das propostas de estratégias visando a superação não somente do subdesenvolvimentismo, mas, também, desse mito. E foi exatamente isso que Furtado se devotou a cumprir pós-1974, isto é, a reorganização do mito do desenvolvimento em uma perspectiva original e singular para a edificação de um novo projeto de superação do subdesenvolvimento.

A nova orientação do desenvolvimento

Se o desenvolvimento econômico para todas as nações no modelo das economias centrais é uma “fantasia”, uma “mentira”, de acordo com Furtado (1974); é necessário reorganizar o mito desenvolvimentista, buscando um modelo concreto e autêntico. O mito nem sempre tem um caráter nocivo, ele pode ser glorioso, efetivo e valioso. O conceito de mito empregado aqui é conforme o renomado mitólogo Campbell (2007; 2009; 2010) descreveu: uma fonte filosófica inspiradora para enfrentar e interpretar a vida, além de suportar e de validar a ordem social, conectando-a com a ciência e a pedagogia. O mito é uma narrativa fundamental construída dentro das sociedades que moldam a experiência humana.

Para Campbell (2007; 2009; 2010), o mito não é uma mentira ou algo impraticável. Os principais pontos do conceito de mito, para o autor, são: a) função mística, b) dimensão cosmológica, c) função sociológica e d) função pedagógica. Segundo Campbell (2010, p. 23), na função mística “[...] os mitos abrem o mundo para a dimensão do mistério”; na dimensão cosmológica o mito tenta explicar o mundo é “[...] da qual a ciência se ocupa – mostrando qual é a forma do universo [...]”; a função sociológica se preocupa com “[...] suporte e validação de determinada ordem social. E aqui os mitos variam tremendamente, de lugar para lugar”; por fim, a função pedagógica do mito é de mostrar para a humanidade de “[...] como viver uma vida humana sob qualquer circunstância”.

Evidencia-se que Campbell (2007; 2009; 2010) sobreleva o conceito do mito de maneira celebratória, destacando sua importância como fonte de sabedorias, de verdades e de *insights* sobre a condição humana. Enquanto, Furtado (1974) ressalta que as sociedades podem se mover tendo introjetadas um mito falacioso, enganoso e prejudicial, neste caso o de desenvolvimento econômico pautado no modelo das economias centrais. Ambos os autores, no entanto, reconhecem o poder das narrativas coletivas do mito, atuando como um “[...] plano de ação pronto, disponível em quaisquer circunstâncias, [...] resultado de uma criação coletiva [...] que determina comportamentos [...] uma crença compartilhada (RIST, 1990, p. 11).

A partir da década de 1970, Celso Furtado voltou-se para elucidar e compreender elementos extraeconômicos no desenvolvimento, tais como: política, sociedade, cultura e criatividade. Ainda que essas áreas e conceitos estejam presentes nas obras de Furtado pré-1970, o fecho de luz não se concentrava nelas como seria visto. Para Oliveira (2003, p. 32), essa fase de Furtado pode ser “[...] chamada de “filosófica”. Ele consegue conciliar seu ecletismo intelectual com a criatividade conceitual e propositiva.

Para Bielschowsky (2001), o pensamento de Furtado é composto de um alicerce sólido que é o método histórico-estruturalista, erigido com o comando de Raúl Prebisch no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Em cima desse suporte consistente, Furtado construiu três pavimentos: i) a análise e a teoria do subdesenvolvimentismo, ii) a análise e a teoria socioeconômica e sociopolítica e iii) a questão cultural. Essa última ganhou maior destaque à medida que

se esgotava o processo de desenvolvimento econômico nos padrões das economias centrais. Segundo Bielschowsky:

[...] a terceira contribuição é a de que o subdesenvolvimento da região corresponde a um ‘certo’ sistema de cultura que no plano material imita o sistema produtivo e o padrão de consumo dos países centrais, e no plano ‘não-material’ é um sistema ‘travado’, que não consegue plasmar uma identidade própria e uma trajetória alternativa para o desenvolvimento econômico de nossos países (Bielschowsky, 2001, p. 112).

É nesta fase mais “filosófica” que Furtado se dedicou a reorganização do mito desenvolvimentista, buscando um novo caminho para as economias periféricas. Celso Furtado, no seu terceiro “pavimento”, não rejeita o conceito de desenvolvimento, como muitos leitores desconhecedores de sua obra deduzem. Ele, simplesmente, aperfeiçoa e elucida seu entendimento sobre desenvolvimento. Isso fica mais evidente na passagem do livro “Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea” de 2002:

É a partir do conceito de desenvolvimento que se pode afirmar que o homem é um elemento de transformação, agindo tanto sobre o contexto social e ecológico como sobre si mesmo. Uma vez o equilíbrio dinâmico atingido, o homem avança no sentido de realizar suas potencialidades. A reflexão sobre o desenvolvimento traz em si mesma uma teoria do ser humano, uma antropologia filosófica (Furtado, 2002, p. 77).

Em 1977, quando participava de conferência organizada pela Agência de Desenvolvimento Internacional em Washington, Furtado, frisa que: “[...] os países do Terceiro Mundo devem descobrir seu próprio caminho. E isso somente poderá ser feito pela atividade política que abra espaço à invenção social e à criatividade cultural” (Furtado, 2014, p. 678). É nesse ensejo, que Furtado aprofunda sua visão interdisciplinar,

concentrando-se na arquitetura de uma nova fonte inspiradora para enfrentar o subdesenvolvimentismo. Essa seria a reorganização do mito desenvolvimentista, conectando-o com a ciência, a pedagogia sem descair para o dogmatismo ou triunfalismo, porém se permitindo adotar uma narrativa mais aberta ao mistério e a função sociológica. Como afirmado anteriormente, é a noção de mito apresentada por Campbell (2007; 2009; 2010).

Não é por acaso que, em 1978, Furtado lançou a obra “Criatividade e dependência na civilização industrial”, obra descrita pelo autor de “[...] ser um antilivro-acadêmico” uma vez que “[...] o mesmo problema haja sido abordado de vários ângulos e que se insista em descobrir a mesma realidade [...]”, isto é, “[...] as minúsculas clareiras [...]” do campo técnico-teórico da ciência econômica sempre revelava a mesma condição para as economias periféricas: subdesenvolvimentismo. “Se a matéria é imprecisa, os métodos insuficientes, como pretender linearidade na abertura do caminho?” (Furtado, 1978, p. 13).

Muita gente não compreendeu o que Furtado quis dizer com isso, mas é como se ele afirmasse: as pesquisas e os estudos técnicos-teóricos científicos já cumpriram seu papel para entender sobre dicotomia centro-periferia, desenvolvimento econômico-subdesenvolvimentismo e autonomia-dependência. É preciso lançar outras luzes “[...] como faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social” (Furtado, 1974, p. 13). O projeto de desenvolvimento econômico na periferia precisa de inovação de sistema de valores, um novo plano de ação, uma recém-adquirida crença, uma originalidade coletiva criativa, resumidamente, um mito reorganizado.

Os fins que persegue o homem estruturam-se em um sistema de valores, o qual dá coerência às suas distintas formas de ação. [...] Para alcança-las o homem inventa miríades de meios que devem ser compatibilizados. [...] Cresce, assim, o espaço em que se estruturam as distintas formas de atividade, inclusive as econômicas (Furtado, 2020, p. 44).

Após a obra “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*”, Celso Furtado cada vez mais enfatiza que “[...] em suas raízes, o subdesenvolvimento

é um fenômeno de dominação, ou seja, de natureza cultural e política” (Furtado, 1983, p. 148). Essa dominação somente ocorre, pois há dependência cultural, para depois, existir a política, a econômica e a tecnológica. O desenvolvimento na periferia não é mais somente a defesa do *catching-up*, com a transmutação das vantagens comparativas, pois “[...] passou a confundir-se com importação e certos padrões culturais [...]” (Furtado, 1983, p. 181). Assim, a temática da cultura é centralizada pela análise de Furtado que, em 1984, publicou “Cultura e desenvolvimento em época de crise”.

O Mito do Desenvolvimento Econômico nos padrões das economias centrais cria uma fantasia, fazendo com que as sociedades das economias periféricas acreditem em uma receita típica para a superação do subdesenvolvimento. A ideia de desenvolvimento econômico foi “[...] dissociada das estruturas sociais, simples expressão que é de um pacto entre grupos internos e externos interessados em acelerar a acumulação” (Furtado, 1978, p. 78). Esse mito cumpre função sociológica com poder cultural-ideológico, coaptando e seduzindo as mentes e os corações das populações presas no subdesenvolvimentismo. Virou um sistema de valores.

A aceitação dessa doutrina implica em ignorar a especificidade do fenômeno do subdesenvolvimento. A ela se deve a confusão entre economia subdesenvolvida e “país jovem”; e a ela se deve a concepção do desenvolvimento como uma sequência de fases necessárias, à la Rostow (Furtado, 1974, p. 20).

O mito inatingível do desenvolvimento econômico, tendo como padrão as economias centrais, faz com que as sociedades periféricas, frequentemente, almejam modelos culturais, econômicos, políticos e sociais vigentes nas nações centrais (desenvolvidas). É uma estrutura de mimetismo cultural, operando para manutenção ou, até mesmo, ampliação de um modelo de desenvolvimento econômico dependente e associado, no qual, de acordo com Moraes (2021), as economias periféricas permanecem subordinadas às economias centrais.

Segundo Furtado (1974, p. 45), “[...] o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanentemente concentração da renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo

dos países cêntricos”. O infactível mito do desenvolvimento econômico, para Furtado (1974), faz com que as elites das economias periféricas busquem reproduzir os valores e as estruturas sociais, políticas e econômicas do centro, “[...] engendram a dependência cultural, que está na base do processo de reprodução [...] a ponto de perderem contacto com as fontes culturais dos respectivos países” (Furtado, 1974, p. 80).

Para Moraes (2024, p. 15), “[...] o fascínio de grande parte da elite latino-americana pelo colonizador – visto como detentor da civilidade e modelo a ser seguido – faz com que ela seja economicamente entreguista”. Segundo Moraes (2024), os entreguistas também podem ser compreendidos pelo conceito de herodianismo. Conforme Sandner e Steger (1973), este termo remete à figura do rei da Judéia Herodes (37 a. C.- 4 a. C.), que vivia fisicamente na Palestina, mas culturalmente em Roma. Neste sentido, é possível dizer que há uma “herodização” das elites latino-americanas, pois são “[...] sociedades que, en última instancia, sólo físicamente tienen su asiento en América Latina, pero que en realidad viven intelectual, económica y políticamente en los respectivos centros hegemónicos” (Sandner; Steger, 1973, in Werz, 2007, p. 204).

No caso do Brasil, Furtado (1974; 1978; 1983; 1984; 2002) notou que o processo produtivo e os respectivos bens produzidos na década de 1970 já estavam condicionados pelo sistema de cultura das economias centrais. Isso fazia com que as decisões não fossem mais tomadas segundo os interesses econômicos nacionais e, às vezes, nem mesmo das empresas filiais das multinacionais no país, mas dentro de uma estratégia internacional da matriz e das economias centrais. O Estado brasileiro e a burguesia local estavam perdendo o centro de decisão econômica, política e cultural, reafirmando sua dependência ao optarem pelo desenvolvimento econômico dependente e associado (Moraes, 2021). Nas palavras de Furtado: “[...] a dependência externa ganhou profundidade, enraizando-se no sistema produtivo exatamente no momento em que este se voltava para o mercado interno, foi em razão do estilo de desenvolvimento importado” (Furtado, 1980, p. 133).

A partir de Furtado (1972; 1992; 2002; 2007), pode-se inferir que os impactos de importar *O Mito do Desenvolvimento Econômico* das economias centrais em um modelo dependente e associado na periferia foram: i) a retomada do processo de concentração acelerada da renda a partir do aumento da formação de capital fixo, juntamente com o estímulo à

demanda de bens de consumo duráveis; ii) queda da taxa real dos salários em relação a produtividade média do trabalho com o intuito de promover maior absorção de mão-de-obra; iii) incentivo à exportação de produtos industriais que não eram absorvidos pela demanda doméstica em razão ao baixo nível de crescimento da renda média; iv) redução do crescimento econômico; v) desequilíbrio externo crescente; vi) endividamento externo; vii) centro de decisões econômicas atrelados em atores externo como empresas multinacionais, transnacionais, organizações internacionais econômicas e países centrais e viii) aumento da dominação-dependência econômica, tecnológica política e cultural.

O mito do inviável desenvolvimento econômico, de forma dependente e associado, foi gerador não somente de passividade, mas, também, de bloqueio cultural-criativo na América Latina. A demasiada relevância e importância que os grandes meios de comunicação, as pesquisas, os estudos e as políticas públicas vêm dando para um possível modelo desenvolvimentista translado das economias centrais permite que seja “[...] possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência [...]”. O inatingível mito do desenvolvimento econômico enraizado na periferia é “[...] seguramente um dos pilares da doutrina que serve de cobertura à dominação dos povos periféricos dentro da nova estrutura do sistema capitalista” (Furtado, 1974, p. 75).

Para Furtado, apontar e combater isso era a nova missão da sociedade. Além disso, é preciso estabelecer um novo modelo de desenvolvimento econômico a partir de uma nova invenção social e criatividade cultural. Essa tem de reunir condições necessárias para tentar uma via autônoma e soberana para escapar do processo de dominação-dependência da relação centro-periferia, intensificado pelo mimetismo e homogeneização cultural. É a necessidade de rejeição do sistema de cultura das economias centrais e a criação de um sistema periférico, original, soberano e emancipador. De acordo com Rodriguez (2009), o sistema de cultura em Furtado se resume:

[...] o da cultural material, que corresponde no essencial ao progresso técnico e à acumulação, o concernente às relações sócio-políticas e às ideias e valores que as fundamentam [cultura político-institucional], e o conformato pelos restantes

componentes da cultural não-material, chamados com brevidade de ‘âmbito cultural’ (Rodrigues, 2009, p. 417).

Para Furtado (1978, p.17), cultura, inovação e criatividade são determinantes para que a sociedade periférica consiga promover uma “ruptura no plano da racionalidade”, almejando, neste caso, deixar de ser meramente um ator adaptativo à estrutura e à dinâmica capitalista contemporânea, mas um agente transformador. De acordo com o autor:

A ruptura no plano da racionalidade ocorre quando o agente está capacitado para modificar o meio em que atua, apresentando no seu comportamento um fator volitivo criador de novo contexto. O campo do possível amplia-se e a racionalidade passa a requerer uma visão mais abrangente da realidade. Assumindo a criatividade, o agente impõe a própria vontade, consciente ou inconscientemente, àqueles que são atingidos em seus interesses pelas decisões que ele toma. Implícito na criatividade existe, portanto, um elemento de poder. O comportamento do agente que não exerce poder é simplesmente adaptativo [...]. (Furtado, 1978, p. 17)

A defesa da ruptura no plano da racionalidade é necessária para reorganizar *O Mito do Desenvolvimento Econômico* na periferia, desraizando a dependência cultura material e a dependência cultura político-institucional das economias periféricas perante as centrais. A compreensão do desenvolvimento exige o “[...] enfoque mais amplo do que nos permitia a análise econômica, pois estávamos lidando com um amplo processo de mudança cultural, ‘força criadora das civilizações’” (Furtado, 2014, p. 153).

A cultura e a criatividade têm de ser realçadas nas economias periféricas para a retomada de um projeto de desenvolvimento econômico nacional-popular e soberano em detrimento da falsa racionalidade do desenvolvimento dependente e associado, que enaltece e privilegia o capital material, o capital cultural e o capital social das economias centrais. Para Furtado (1978, p. 164), o “[...] espaço da cultura está delimitado

pela ação criadora do homem, a qual expressa sua liberdade” enquanto, a “[...] metodologia científica reduz a realidade ao que se pode exprimir mediante o número e a relação, deixando na sombra tudo que seja qualitativo. [...] a ciência não é mais do que uma fração do conhecimento possível” (Furtado, 1978, p. 173).

A ruptura do plano da racionalidade em Furtado, contudo não é uma defesa à irracionalidade ou à ignorância e tampouco um relativismo raso pós-moderno. É uma defesa a liberdade para criar e uma rejeição da ditadura castradora da monocultura econômica, política, social e, até mesmo, criativa das economias centrais para as periféricas, uma vez que:

As experiências de organizações institucionais das economias centrais –escolas, partidos políticos, sistema político etc.– também são veneradas como ideais e modelos para a elite do atraso, inviabilizando, assim, novos arranjos e inovadoras experiências locais. Isso, ainda, facilita a monocultura institucional, a transplantação cultural e a subalternação econômico-política, beneficiando a perpetuação da dominação-dependência entre economias centrais e periféricas (Moraes, 2024, p. 06).

Para Rodriguez e Burgueño (2001, p. 91), libertação criativa a partir da cultura é a “[...] a força propulsora fundamental do que Furtado entende por desenvolvimento endógeno”. De acordo com Furtado (1984, p. 105), “[...] mais do que transformação, o desenvolvimento é invenção, comporta um elemento de intencionalidade. As condições requeridas para que esse elemento se manifeste com vigor dão-se na história”. Nas palavras de Rodriguez:

Según Furtado, el desarrollo endógeno requiere de una intencionalidad: supone un respaldo social, y asimismo, un impulso político deliberado, que atañe no sólo a las transformaciones económicas antedichas, sino también a la renovación de los marcos jurídico-institucionales requeridos por los cambios recién mencionados (Rodriguez, 2006, p. 185).

A partir de Furtado (1983; 1984; 2002) é possível destacar algumas ideias para o impulso de intencionalidade, destravando a criatividade e reorganizando a agenda e o mito do desenvolvimento na periferia. O plano de ação é: i) apropriação Estatal de parte dos lucros das multinacionais e/ou a estatização das filiais; ii) condicionar as grandes empresas às diretrizes da política econômica de forma a efetivar a integração das inovações tecnológicas e seus respectivos frutos; iii) previsão e controle da integração tecnológica e adequação das técnicas utilizadas aos objetivos sociais explícitos; iv) controle das exportações de produtos primários pelos países subdesenvolvidos; v) inserção internacional soberana; vi) cooperação dos povos periféricos e vii) valorização da cultura e da criatividade das comunidades periféricas.

A adoção dessas ações viabilizaria, para Furtado (1984, p. 124), que o Estado perseguisse os seguintes objetivos: i) capacitar a sociedade de maior grau de autonomia nas relações exteriores, limitando a apropriação externa do excedente; ii) construir estruturas de poder que evitem a canalização do essencial do excedente, assegurando, assim, um nível relativamente alto de poupança interna, além de funcionarem como formuladores de políticas públicas de médio e de longo prazos capazes de gerarem homogeneização social; iii) estabelecer certo grau de descentralização das estruturas econômicas, permitindo maior uso do potencial produtivo nacional; iv) organizar estruturas sociais e espaços abertos à criatividade em um amplo horizonte cultural, expandindo as potencialidades humanas e servindo, ademais, de instrumentos preventivos e corretivos dos processos de excessiva concentração do poder.

Verifica-se que esse conjunto de análises e proposições de Celso Furtado, resumidamente elencadas pelo texto, é a reorganização do *Mito do Desenvolvimento Econômico*, entretanto para algo novo surgir seria necessário, em um primeiro momento, o Estado adotar um caráter insurgente-vanguardista, quase revolucionário. Aliás, é a visão e a ação do Estado que Chalmers Johnson – o primeiro teórico a formular e a operacionalizar o conceito de Estado desenvolvimentista na década de 1980 – também realça. De acordo com Johnson:

Os Estados desenvolvimentistas capitalistas bem-sucedidos têm sido regimes quase-revolucionários, nos quais a legitimidade que seus governantes possuíam não vinha da santificação externa ou de

algumas regras formais pelas quais eles ganharam mandato, mas dos projetos sociais abrangentes que suas sociedades endossaram e executaram. [...] O que distingue estes revolucionários daqueles nos Estados Leninistas é a percepção de que o mercado é um mecanismo melhor para alcançar seus objetivos do que o planejamento central. O mercado inclui pessoas que querem trabalhar por um objetivo comum; o planejamento central as exclui” (Johnson, 1999, p. 52-53, tradução nossa).

A ideia implícita de edificação do Estado insurgente-vanguardista nos escritos de Furtado pós-1974 está concentrada no terceiro pavimento de sua obra. Isso, todavia, já aparecia encorpado no horizonte de possibilidades do autor, tendo como base a metodologia histórico-estruturalista. Algo notório ao ler a carta de Celso Furtado, datada de 22 de junho de 1970, para Riccardo Campa.

Parece-me importante que se considere à parte o ‘estruturalismo’ latino-americano, que é uma escola de pensamento que tem grande afinidade com o marxismo, do ponto de vista da análise, mas não aceita a teoria cataclísmica da história de Marx. O estruturalismo tanto pode ser **reformista** como **revolucionário**, em função do **contexto histórico** (ARQUIVO CELSO FURTADO, 1970, grifo nosso).

O contexto histórico mudou, por consequência, Furtado precisou se locomover de um caráter propositivo reformista para um viés mais insurgente-vanguardista. Única forma capaz de quebrar o infatível mito de desenvolvimento econômico vigente na periferia e estabilizar outro mito por meio do uso da cultura e da criatividade local. Segundo Furtado (2002, p. 39), “Necessitamos de instrumentos para remover os obstáculos à atividade criativa [...], essa terá que ser uma conquista do esforço e da vigilância daqueles que creem no gênio criativo de nosso povo”. Ainda para o autor: “A superação do impasse com que nos confrontamos requer que a política de desenvolvimento conduza a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abra espaço à realização das potencialidades de nossa cultura” (Furtado, 2002, p. 23-24).

A defesa de um Estado insurgente-vanguardista é a ruptura no plano da racionalidade. É o caminho para um novo suporte e validação de determinada ordem social, abrindo espaço para invenção social e criatividade cultural. É o meio para executar um amplo processo de reconstrução social capaz de expandir as potencialidades humanas e permitir o nascimento de um plano de ação. Esse é resultado de uma criação coletiva, almejando o real e o concreto desenvolvimento econômico criativo, inclusivo e sustentável.

Para edificação do Estado desenvolvimentista insurgente-vanguardista seria preciso, primeiramente, “[...] uma participação maior do povo no sistema de decisões. Sem isso, o desenvolvimento futuro não se alimentará de autêntica criatividade e pouco contribuirá para a satisfação dos anseios legítimos da nação” (Furtado, 2002, p. 36). Para compreender melhor este ponto, recorre-se ao economista e amigo de Celso Furtado, Osvaldo Sunkel. Segundo Sunkel (2006), as economias periféricas precisam repensar o conceito de desenvolvimento de forma original e singular, superando dois modelos ultrapassados: i) modelo mercadocêntrico (ortodoxia convencional) e ii) modelo estadocêntrico (desenvolvimentismo clássico). É preciso criar e imaginar coletivamente um terceiro modelo de caráter: sociocêntrico. Nas palavras do autor:

Brevemente, se trata de concebir el desarrollo de otra manera. No como una aspiración modernizadora estrecha de algunas elites que se apropian del aparato del Estado para imponerle su visión a la sociedad, sino como el producto de un conjunto de demandas de la sociedad misma que se articulan y manifiestan democráticamente en lo que podría constituir un nuevo contrato social, y se traducen y adquieren eficacia en el Estado mediante las políticas públicas. La sociedad movilizandó al Estado y orientando con sentido estratégico al imperfecto, pero insustituible mercado, de eso se trataría en el enfoque sociocéntrico. [...] Un campo amplio y complejo que tiene que ver en su esencia con lo que podría denominarse la ampliación y profundización de la democracia (Sunkel, 2006, p. 40-42).

Para Bresser-Pereira (2002), o trabalho de Furtado sempre foi marcado por dois ingredientes: coragem e imaginação. São com eles que Furtado se lançou na busca de reorganizar o mito desenvolvimentista na periferia pós-1974 para impulsionar as potencialidades humanas a agirem de forma criativa, forjando um sistema de cultura fora do âmbito dos modelos da economia central, provindo disso uma nova força criadora desenvolvimentista. A reorganização do mito desenvolvimentista, para Furtado, passa pelo incentivo do pensar coletivo, da invenção social, da criatividade cultural, da inventividade social, enfim, da expansão do imaginário em direção ao mistério, mas ancorado na ciência e no Estado, porém com aparatos e valores insurgentes-vanguardistas.

Considerações finais

Ao longo deste capítulo, revisitou-se e analisou-se a profunda crítica de Celso Furtado ao *Mito do Desenvolvimento Econômico* conforme definido pelas nações ricas, uma crítica que permanece relevante mesmo 50 anos após a publicação do seu ensaio “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*”. Nele, Furtado não apenas desafia a visão convencional de progresso, mas também propõe uma reflexão sobre as implicações de tentar universalizar esse modelo de desenvolvimento nas economias centrais que levaria inevitavelmente ao colapso do sistema econômico mundial em virtude da pressão insustentável sobre os recursos naturais e à geração de externalidades negativas.

Contudo, ao mesmo tempo em que Furtado critica o modelo dominante, ele não rejeita a possibilidade de desenvolvimento para as nações periféricas. Não é uma visão pessimista, pois ele mantém sua crença na reorganização do mito do desenvolvimento, mas, buscando um modelo concreto e autêntico. Para a reorganização do mito do desenvolvimento na periferia, Furtado, esforça-se, pós-1974, em sua fase mais filosófica, em apresentar caminhos que devem ser buscados de forma criativa e coletiva. Essa reorganização é um movimento social imaginativo-místico ordenado pela cultura e pela criatividade da população local, entretanto amparado na dimensão cosmológica e pedagógica, para Furtado, no seu alicerce, isto é, o método histórico-estruturalista. No plano de ação, a reorganização do mito continua necessitando como ator primordial, para

Furtado, ao Estado, porém em um modelo que pode ser denominado de *sociocêntrico*.

A lógica do novo *Mito do Desenvolvimento Econômico*, que Furtado oferece *insights* valiosos, não pode ser mais o empenho de querer transformar a Índia, Brasil ou qualquer outra nação periférica em uma réplica das economias centrais, buscando igualar acumulação de capital, cultura institucional, valorização salarial, padrão de consumo, ampliação e sofisticação da estrutura produtiva. Não é fazer das economias periféricas uma mera reprodução de sistema de valores das nações ricas. A periferia econômica deve forjar seu próprio caminho. Para tanto, é necessário um intencionalidade estatal insurgente-vanguardista. Essa tem de ser capaz de abrir espaço para invenção social, assumindo a criatividade, impondo a própria vontade para conquistar soberania econômica, política e cultural.

Por fim, a visão de Furtado percorrida neste capítulo mostrou que o autor consegue lançar o facho de luz e iluminar ângulos e primas antes renunciados pela maioria dos cientistas sociais. Fiel ao método histórico-estruturalista, Furtado instiga não somente os intelectuais, mas a sociedade como um todo a reorganizar o mito do desenvolvimento para que ele não apenas reconheça os limites planetários, a insuficiência do desenvolvimento econômico clássico, mas também abrace e fortaleça formas de viver que promovam a equidade, a criatividade, a sustentabilidade, fortalecendo as multidimensionalidades territoriais, sociológicas, pedagógicas, políticas e cultural de cada região e sociedade. É essencial que suas ideias continuem a influenciar a elaboração de políticas econômicas que atendam às necessidades e aspirações das nações periféricas em um mundo cada vez mais globalizado e interdependente.

Referências bibliográficas

- ARQUIVO CELSO FURTADO. **Carta a Riccardo Campa**. 22 jun. 1970.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Celso Furtado e o pensamento econômico latinoamericano. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz C.; REGO, José Marcio. **A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos**, São Paulo: Editora 34, 2001.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Resenha: Em busca de Novo Modelo. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 3 (88), p. 157-158, 2002

CAMPBELL, Joseph **As máscaras de Deus: mitologia criativa**. São Paulo: Palas Athena, 2010.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 2009.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Pensamento, 2007.

FURTADO, Celso. **Análise do “Modelo” Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, Celso. **Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **Em busca de Novo Modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. O Subdesenvolvimento Revisitado. **Economia e Sociedade**, n. 1. Campinas, ago. 1992.

FURTADO, Celso. **Obra autobiográfica: A fantasia organizada, A fantasia desfeita, Os ares do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FURTADO, Celso. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril cultura, 1983.

JOHNSON, Chalmers. The developmental state: odyssey of a concept. In: WOO-CUMMINGS, Meredith (org.). **The Developmental State**. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

MORAES, Isaías A. A Interpretação do Desenvolvimento dependente e associado de Fernando Henrique Cardoso: uma revisitação crítica. **Mundo e Desenvolvimento**. São Paulo, v. 2, n. 6, p. 30-54, 2021.

MORAES, Isaías A. Cultura do privilégio: entrave para o desenvolvimento econômico na América Latina. **América Latina em la Historia Económica**, Cidade do México, v. 31, n. 1, p. 1-25, 2024.

NATIONAL FOOTPRINT AND BIOCAPACITY ACCOUNTS (NFBA), 2023 Edition. Produced for Footprint Data Foundation by York University Ecological **Footprint Initiative in partnership with Global Footprint Network**. Disponível em: <https://www.footprintnetwork.org/resources/data/>. Acesso em 20 de jan. 2024.

OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado**. São Paulo: Boitempo, 2003.

RIST, Gilbert. 'Development' as Part of the Modern Myth: The Western 'Socio-Cultural Dimension' of 'Development. **The European Journal of Development Research**, v. 2, n. 1, junho, p. 10-21, 1990.

RODRIGUEZ, Octavio. Furtado y la renovación de la agenda del desarrollo. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 177-211, 2006.

RODRIGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RODRIGUEZ, Octavio; BURGUEÑO, Oscar. Desenvolvimento e cultura. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz C.; REGO, José Marcio. **A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos**, São Paulo: Editora 34, 2001.

SUNKEL, Osvaldo. En busca del desarrollo perdido. **Revista Latinoamericana de Economía**, 37 (147), Ciudad de México, Universidad Nacional Autónoma de México, p. 1-32, 2006.

WERZ, Nikolaus. Las elites y el extranjero. Herodianismo-Latinoamericanismo-Globalización. In: BIRLE, Peter; HOFMEISTER, Wilhem; MAIHOLD, Günther; POTTAHAST, Barbara (eds.) **Elites en América Latina**. Frankfurt: Iberoamericana – Vervuert, 2007.

DECISÕES DO PASSADO E AÇÕES DO PRESENTE: PENSAMENTO POLÍTICO E PRÁTICA DEMOCRÁTICA NOS ESCRITOS DE CELSO FURTADO

Pedro Luís Cavalcante da Cunha¹

Democracia que anda nua

Atua quando me ousa

Amua quando repouso

Tom Zé, na música Democracia (1984)

Introdução

O ponto central deste ensaio é pensar como a *política* aparece nos textos de Celso Furtado. Mais especificamente, é entender como a interpretação que Furtado deu à política de seu próprio tempo, levando-se em consideração as bandeiras que levantou e as barreiras que teve de romper para levá-las adiante, podem nos ajudar a entender os diagnósticos e os prognósticos que Celso Furtado faz em suas obras – mais especificamente no *Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974).

Antes de um economista que pensava a política, Furtado deve ser entendido como um homem político cuja visão de mundo era fortemente influenciada pelos parâmetros que a economia lhe forneceu. Como

1 Graduado em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), o autor é bolsista CAPES no mestrado em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). E-mail: pedrolccunha2013@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8715926711749070>

relatado no seu autobiográfico *A Fantasia Organizada* (1985), a economia era, sobretudo, um “instrumento para penetrar no social e no político, e avançar na compreensão da História, particularmente quando esta ainda se exibia como presente a nossos olhos” (Furtado, 2014, p. 27. Grifos adicionados).

Assim, Furtado se mostrou, ao longo de toda a sua obra, mais interessado em entender as possibilidades políticas de distribuição da acumulação de capital do que escrever sobre as relações econômicas como uma simples troca entre objetos, como uma “imensa coleção de mercadorias”.² O *fetice da mercadoria*, descrito por Karl Marx em *O Capital*, embora seja traço constitutivo do campo da “ciência econômica”, ao isolar a esfera da troca e produção das mercadorias da esfera da organização social, não tornou os escritos de Furtado obtusos quanto à interrelação entre o regime político e a configuração econômico-histórica do mundo.

Dessa forma, pergunta-se: a interpretação de Furtado sobre as suas elites dirigentes e, ainda mais, sobre a possibilidade de democratização do ordenamento político, pode nos ajudar a entender as questões econômicas (humanitárias?) colocadas em seu *Mito do Desenvolvimento Econômico*?

Em outras palavras, a visão que Furtado tinha do sistema político de seu período – basilar para suas demais interpretações e prognósticos – nos ajuda a pensar a humanidade a longo prazo, levando-se em conta um “sistema planetário fechado” cuja finitude de recursos não-renováveis é uma realidade inescapável? É este, afinal, o pressuposto do *Mito do Desenvolvimento Econômico*.

Os quatro ensaios que perfazem o livro se baseiam em um mesmo documento, de nome “*The limits to growth*”,³ publicado em 1972 por autores reunidos no chamado “Clube de Roma”, uma organização fundada poucos anos antes sob o financiamento e incentivo do empresário italiano Aurelio Peccei a fim de pensar a situação da humanidade (“the predicament of mankind”, no original), como nos informa o próprio relatório.

Se a intenção pode nos parecer megalômana, é preciso admitir que “*The limits to growth*” teve ao menos a audácia de combinar a visão holística das problemáticas sociais, pretendendo fazer superadas as fronteiras nacionais que, supostamente, nos impediriam de pensar em soluções a

2 MARX, 1983, p. 45

3 “Os limites do crescimento”. Tradução minha.

longo prazo, com modernas projeções de modelos matemáticos elaborados às sombras do prestigioso Massachusetts Institute of Technology (MIT). Assim, os prognósticos do futuro, embora gerais para toda a humanidade, se revestiam de uma cientificidade afeita aos ares de seu tempo. As “previsões”, contudo, não eram muito animadoras:

Certainly whatever fraction of the human population remained at the end of the process would have very little left with which to build a new society in any form we can now envision (Meadows et al., 1972, p. 168-169).⁴

O Clube de Roma, afinal, trabalhava com a noção de “recursos finitos”. Mais do que isso, de recursos finitos, em vias de extinção, e geridos por sociedades que se movem na História com a perspectiva de sua infinitude. Essa combinação explosiva, diriam os associados ao Clube de Roma, era fatal para o futuro de toda a humanidade, tendo o “estado de equilíbrio” de ser buscado em uma melhor proporção da taxa “população x capital” – entendido este como “service, industrial, and agricultural capital combined” (Id., ib., p. 171),⁵ ou seja, produção, num geral.

De alguma forma, o “*equilibrium*” teria de ser alcançado, o que era impensável era a continuidade, em escala planetária, de um crescimento desmedido do uso dos recursos naturais não-renováveis sem perspectiva de sobrevivência a longo prazo.

O livro de Furtado não toma as conclusões do estudo do Clube de Roma como definitivas, mas como ponto de partida. Mais importante, e ponto central deste ensaio, é: a interpretação da política que Celso Furtado fez do seu tempo é de crucial interesse para entendermos as suas próprias conclusões acerca dos seus diagnósticos e prognósticos sobre o futuro da humanidade. Afinal, “o futuro está em grande parte condicionado por decisões que já foram tomadas no passado e/ou que estão sendo tomadas no presente em função de um curto horizonte temporal”

4 “De certo, qualquer fração da humanidade que reste no fim deste processo terá muito pouco com o que construir uma nova sociedade segundo qualquer parâmetro que conheçamos”. Tradução minha.

5 Capital de serviços, industrial e agrário combinados”. Tradução minha.

(Furtado, 1974, p. 18), e não é de qualquer lugar que partem as grandes decisões tomadas no passado:

A existência de um Estado facilita a identificação das estruturas centrais de poder. Da mesma forma a concentração do poder econômico (grandes empresas) e da manipulação da informação (grandes cadeias de jornais e estações de rádio) facilitam a identificação de estruturas colaterais de poder. É em torno das decisões emanadas dos centros principais de poder que se ordena o amplo processo da vida social (Id., Ib., p. 115).

A resposta que Furtado dá à pergunta “que acontecerá se (...) as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se?”, lançada pelo Clube de Roma e repetidas em seu livro, passa inevitavelmente, a meu ver, pela sua própria interpretação de como funcionava a *política de seu tempo*. Para bem entender quais metas estão colocadas na produção de excedente econômico e, principalmente, na sua distribuição, importa pensar quais as possibilidades que os “povos da terra”, nos termos do autor, têm para decidir e opinar sobre estas metas. Isto, por definição, é pensar a forma política dessas sociedades, é compreender os mecanismos dos centros de poder e decisão e as possibilidades de controle e mudança que temos sobre eles.

Como Furtado 1) esteve inserido na política de seu tempo e 2) como ele a pensou? É o que nos propomos a pensar neste escrito.

Celso Furtado e a política de seu tempo

Quando Furtado falou sobre o sistema político, não foi na posição de mero intelectual afastado do manejo prático da máquina do Estado e do jogo parlamentar. Ainda que não tenha participado ativamente da dinâmica partidária e eleitoral, Celso Furtado é representante da geração que Barbosa (2021) apontou como uma geração de “intelectuais orgânicos do Estado”, composta por novas elites de “intelectuais e técnicos que exercem funções de gestão social, cultural e econômica no

aparato estatal”,⁶ surgidas no bojo das mudanças ideológicas promovidas tanto pelo planejamento econômico soviético, quanto pelo *New Deal* de Theodore Roosevelt.

O fim da Segunda Guerra Mundial e a reconstrução da Europa, assim como a descolonização do “Terceiro Mundo”, que então surgia, e concomitante expansão do pensamento socialista na Ásia e Oriente Médio, ambos levados à frente por carismáticos líderes como Abdel Nasser (Egito), Pandita Nehru (Índia) e Mao Zedong (China), jogaram a pá de cal sobre a inquestionabilidade dos dogmas do *laissez-faire* britânico.

No Brasil, a ruptura institucional provocada por Getúlio Vargas, em 1930, se não foi gênese de um imediato processo consciente de busca política pela industrialização, permitiu, pelo menos, a entrada na estrutura do Estado de uma renovada burocracia. Ainda mais importante nesse sentido, a ditadura inaugurada em 1937, inspirada nos veios autoritários da época, criou os meios institucionais e culturais que permitiram – e até incentivaram – a interpretação que as elites estatais davam à política como revestida de caráter de organização ativa e mobilização *nacional* dos recursos econômicos e sociais. É difícil pensar o que seria das iniciativas de industrialização capitaneadas pelo Estado nas décadas posteriores sem essa visão quase messiânica do *devir* nacional promovida (embora não gestada) pelos departamentos do Estado Novo.

As mudanças demográficas e de perspectiva econômica e política iniciadas nos anos 1930 definiriam as linhas com que as elites dirigentes e populares lidaram nas décadas que se seguiram. Ainda com Barbosa,

Técnicos, burocratas, intelectuais e novas elites dirigentes assumiam crescente protagonismo no Brasil Desenvolvimentista. Se a estrutura administrativa do setor público fora herdada do Estado Novo, as mudanças econômicas e sociais mais amplas produziam agora tensões que se alojavam nesses novos segmentos da burocracia (Id., ib., p. 149).

Não obstante, é preciso deixar claro que os ventos de mudança trazidos pelo nacionalismo do Estado Novo, justamente por seu traço

6 BARBOSA, 2021, p. 135

autoritário, falharam em discutir às claras os objetivos comuns aos quais deveria se dirigir todo aquele esforço coletivo promovido no período de guerra. Para o próprio Furtado, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), “simbolizava, na opinião geral, o espírito do período ditatorial que havia pouco se encerrara: preocupação máxima com a eficiência e mínima com os fins últimos perseguidos” (Furtado, 2014, p. 54).

Assoma neste seu diagnóstico a característica do autor: antes de pensar na economia como campo autônomo de trocas materiais, Furtado a concebe como manifestação da organização societal. Assim, as instituições políticas podem ser pensadas como as principais formas de organizar a distribuição e redistribuição dos bens produzidos por uma sociedade. Finalmente, a preocupação com os “fins últimos” de uma sociedade é o nexu que liga os dois polos, a economia e a política.

Com isto em mente, é possível compreender melhor as razões pelas quais, testemunha *in loco* da reconstrução europeia, Celso Furtado tentou incluir nos seus planos de estudo na Sorbonne (1946-1948) uma visita à União Soviética. Afinal de contas, os esforços de guerra demonstraram que a perseguição do pleno emprego em uma sociedade industrial, aliada à coordenação estatal de uma mais justa alocação dos recursos disponíveis, era um fim político possível, um “fim último” possível. “Na União Soviética”, diz-nos Furtado, “se demonstrava que esse bem por todos almejado também podia ser obtido na paz” (Furtado, 2014, p. 27).

Seus anos na Europa e sua viagem ao primeiro Festival Mundial da Juventude (Praga, 1947), no entanto, o puseram em contato com diplomatas e embaixadores soviéticos sisudos e fechados quanto ao que acontecia dentro do seu país, o que minou sua perspectiva de estudar a experiência soviética. Como relatou em sua autobiografia, Furtado se dirigira intelectualmente à URSS movido menos por paixão socialista do que por uma perspectiva humanista que logo a “Guerra Fria” trataria de estilhaçar:

Ainda estavam próximos os dias da Grande Aliança, em que havíamos imaginado viver, no pós-guerra, em um “mundo só”, onde cada povo poderia beneficiar-se, na formulação de sua política, dos acertos e erros de todos os demais (Id., *ib.*, p. 29).

A experiência socialista lhe continuaria às escuras: afinal de contas, o clima de abertura provocado pela *glasnost* de Gorbachev só se faria sentir quatro décadas mais tarde; naqueles imediatos anos pós-guerra, o muro que o separava das informações sobre as experiências de planejamento na URSS de Stálin era, se não pouco poroso, intransponível.

De volta ao Brasil, Furtado trabalhou na *Conjuntura Econômica*, revista publicada pela Fundação Getúlio Vargas. “A sala que ocupávamos no edifício do Ministério da Fazenda”, escreveu Furtado quase quarenta anos depois, “servia de ponto de encontro de muitas pessoas que se interessavam por problemas econômicos e financeiros, via de regra com uma posição crítica com respeito à política seguida pelo governo [Dutra]” (Id., ib., p. 55). Esses encontros não eram fortuitos, e nem pouco significativos. Afinal, no início dessa década de 1950, Furtado começava a se inserir ativamente em um ambiente intelectual que marcou aquela geração.

Período do “ciclo ideológico do desenvolvimentismo” (Bielchowsky, 2000), “Era Vargas” (Bercovich, 2020), “Brasil Desenvolvimentista” (Barbosa, 2021); os nomes utilizados ainda hoje por pesquisadores do período para sintetizar os debates econômicos dos anos de 1945 e 1964 são muitos, mas todos eles apontam para bases comuns: a existência clara de um confronto em campo aberto entre os liberais e os desenvolvimentistas. Discorrendo sobre as polêmicas entre Eugênio Gudín e Raúl Prebisch, em meados dos anos 1950, Furtado sintetiza bem as diferenças de opinião e de “fins últimos” perseguidos por cada grupo:

Clarificado o horizonte doutrinário, o professor Gudín voltava-se para a Cepal, essa instituição extraviada, e ditava o que lhe convinha fazer: primeiro, preocupar-se com a inflação, pois o “hiperemprego [sic] reduz apreciavelmente o volume da produção em relação ao que ele seria com um desemprego moderado”; segundo, combater o “nacionalismo, manifestação de burrice coletiva numa época em que o imperialismo econômico já está enterrado com todos os sacramentos”; terceiro, preocupar-se com a “excessiva proteção ao produtor ineficiente, o que permite e dá lugar a um tão grande desperdício de fatores escassos”. Tudo estava dito (Furtado, 2014, p. 144).

A longa citação se justifica para bem situar não apenas o campo no qual Celso Furtado se via inserido – um campo oposto ao de Eugênio Gudin, e que partia de outros pressupostos e linhas de raciocínio –, mas o clima intelectual do debate econômico de sua geração. Eram estas as questões colocadas na mesa. O “planejamento”⁷ de uma economia crescentemente urbanizada e industrializada (além de crescentemente desigual regionalmente), em um contexto internacional recheado de experiências de planejamento econômico (socialistas ou não), já não era visto como anomalia. A chegada de Juscelino Kubitschek ao poder, com seu “Plano de Metas”, apenas terminou de ferver aquela água já propícia à ebulição. Celso Furtado foi colaborador ativo desses debates (e práticas) econômicos, inserido como esteve nas diversas instituições públicas ligadas ao Poder Executivo.

Celso Furtado na política de seu tempo

Dois autores são essenciais para entendermos o contexto que permitiu a Celso Furtado atuar politicamente como atuou, Edson Nunes e Celso Lafer. Afinal, como Furtado, um burocrata, um servidor do Estado, conseguiu tamanha projeção política? Considero importante levarmos em conta as interpretações de Nunes em *A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Para o autor, este período foi marcado por uma curiosa evolução institucional brasileira:

A década de 50 foi um período contraditório no Brasil. Ao lado da política do clientelismo, que atingiu seu apogeu com a coalizão PSD-PTB, perfeitamente complementada pela UDN, mecanismos alternativos para canalizar interesses industriais e desenvolvimentistas foram criados e escaparam ao controle da máquina política tradicional (Nunes, 2003, p. 97).

Celso Lafer está de pleno acordo com Nunes quando nos diz que “do ponto de vista da eficiência administrativa, a implementação do

7 Ou “programação”, como também se chamava.

Programa de Metas foi, portanto, garantida pela alternativa da administração paralela” (Lafer, 2002, p. 112). Ora, a “administração paralela” de Lafer nada mais é do que os “mecanismos alternativos” que Nunes descreve. Ambos os termos pretendem explicar, no conjunto das arenas decisórias do “Brasil desenvolvimentista”, o papel das autarquias e órgãos diretamente vinculados ao Executivo que foram criados no período. Para Nunes, essa “burocracia insulada”, como classifica essas instituições, “produziu incentivos para a importação de capitais e delineou medidas fiscais para expandir a capacidade de investimento do Estado” (Nunes, 2003, p. 97).

Mas o que é mais importante de reter das concepções de Nunes e Lafer não são as supostas consequências industrializantes, e sim seu papel no concerto das arenas decisórias brasileiras. Compreender esse papel é conseguir compreender de onde atuava Celso Furtado, plenamente inserido na estrutura administrativa característica da “burocracia insulada”.

Ainda com Nunes, é claro como “[a] administração das políticas econômicas, assim como as decisões estratégicas, acabou sendo feita fora dos órgãos representativos do sistema partidário” (Id., ib., p. 98). Assim, grande seria a importância, no período Vargas, da chamada “Assessoria Econômica”, grupo semiformal criado por Getúlio Vargas no início de seu governo (1951-1954), e que fez o papel de confluir para dentro do Estado uma série de economistas e pensadores sociais comprometidos ideologicamente não tanto com a industrialização nacional, mas com o *erguimento de uma estrutura institucional moderna para o Estado brasileiro*. Formuladores não apenas de projetos industriais, mas de um corpo institucional supostamente compatível com a sociedade que se formava⁸. Para Marcos Costa Lima, a Assessoria Econômica pode ser vista como um “exemplo ilustrativo de uma estratégia política de neutralização dos partidos e do Congresso” (Lima, 2013, p. 177).

8 Além disso, faziam parte do coro da Assessoria Econômica economistas e pensadores de interpretações diversas quanto ao futuro da indústria brasileira, se mais ou menos industrializada, se mais ou menos dirigida pelo Estado... Mesmo assim, é de seus gabinetes que saem os projetos da Petrobrás, da Coordenação para Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), do Banco do Nordeste (BNB), do Fundo Nacional de Eletrificação etc.

Em outras palavras: as decisões saídas dos grupos de trabalho da Assessoria, assim como aquelas vindas dos órgãos ligados aos diversos ministérios da IV República (1945-1964), se eram, por obrigação jurídica maior, lançadas à discussão no Congresso, não contavam na sua formulação direta com a participação dos partidos políticos. Para Campello de Sousa,

No quadro político assim configurado, os grupos de interesse e os partidos só podem exercer influência dentro dos parâmetros da política traçada pelo Executivo, introduzindo ajustamentos e correções a **posteriori** nas decisões estatais (Sousa, 1976, p. 37. Grifos da autora).

Que pensou Celso Furtado, ator político claramente inserido no campo da *burocracia insulada*, sobre o papel que ele próprio e seus colegas de trabalho cumpriam? Quais pressupostos de interpretação histórica e conjuntural guiaram-lhe a ação?

Uma primeira leitura de seus textos pode nos fazer entender que Furtado enxergou o *insulamento burocrático* como a saída mais segura e certa – até mesmo, a única possível – para a realização de mudanças efetivas na estrutura social. No entanto, talvez seja interessante estabelecer o contexto no qual se encontrou o economista ao escrever suas reflexões sobre o processo decisório brasileiro, assim como estar atento tanto às nuances de seu pensamento quanto às possibilidades que deixa em aberto para que outras arenas institucionais de *policy-making* figurem como atores centrais.

Celso Furtado apareceu logo na primeira lista de cassados pelo golpe de primeiro de abril de 1964. As lutas políticas que comprou, bem como sua participação como Ministro do Planejamento no governo João Goulart o jogaram no olho do furacão daqueles últimos meses de uma bamboeante democracia, fazendo-o ser acusado de comunista pelas mais renhidas forças de oposição ao Governo Goulart. Não menos importante, Furtado se encontrava à frente da secretaria executiva da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) quando viu seus direitos políticos suspensos.

Os atores que consumaram o golpe civil-militar de 1964, diria Furtado décadas mais tarde, foram os responsáveis por entravar uma *démarche* política ainda em seu início, que tentava combinar democracia com desenvolvimento econômico e social, apostando nos bons frutos advindos do alargamento da participação política organizada das massas urbanas e camponesas. Além disso, para Furtado, em *A fantasia desfeita* (1989), era óbvio que a interrupção desse processo histórico afetou a uns mais do que a outros:

A ditadura militar, ao destruir pela raiz toda atividade política autêntica, foi particularmente daninha no Nordeste, interrompendo um processo de mudança social que circunstâncias muito particulares haviam permitido florescer (Furtado, 2014, p. 207).

O sentido que Furtado dá a “toda atividade política autêntica” será retomado mais à frente. Por ora, importa apenas reter a informação de que, envolvido como esteve no quinquênio anterior ao golpe na idealização e construção da SUDENE, não é de espantar que o assalto dos militares à instituição lhe pesasse o coração: “Atravessava pela última vez a porta daquela instituição que surgira a adquirira fama mundial sob minha direção”.⁹

A fim de seguir na análise do pensamento de Furtado quanto à política de seu tempo, avalio ser interessante tratar de uma experiência específica, para além da abstração dos conceitos. Penso que entender os caminhos percorridos por Celso Furtado e as escolhas que tomou para ver a autarquia aprovada em lei pode nos levar a *insights* importantes.

Os caminhos políticos da criação da SUDENE

Mais do que uma autarquia de planejamento econômico, no sentido tecnocrata que esse conceito ganhou durante a ditadura (BARBOSA, 2021), a SUDENE representara para este paraibano economista a

9 FURTADO, 2014, p. 390

possibilidade de canalizar e organizar os anseios populares do Nordeste; afinal, como disse em seu discurso de posse, proferido em 8 de janeiro de 1960,

[O] problema do desenvolvimento do Nordeste é menos de formulação de planos tecnicamente aceitáveis do que de acertado e oportuno encaminhamento político das soluções (Furtado, 2009, p. 166).

O “acertado e oportuno encaminhamento político”, para Celso Furtado, significou a escolha de alguns caminhos a serem tomados. Levando-os em conta, podemos até mesmo questionar as afirmações de Nunes, para quem o “insulamento burocrático” buscou, primordialmente o distanciamento da política partidária. Pelo menos no caso da SUDENE, isto não pode ser dito em termos gerais, mas em termos específicos: Furtado não buscou se distanciar da política partidária, mas do *Congresso Federal*, ou seja, dos representantes eleitos através do sistema representativo. A bem da verdade, a política partidária presente no jogo político-eleitoral dos governadores era tomada como fiadora e legitimadora das bandeiras que a SUDENE pretendia levantar. Dessa forma, Celso Furtado fez questão de desenhar institucionalmente a nova autarquia para que estivessem presentes no Conselho Deliberativo todos os nove governadores da região, ou seus respectivos representantes.

As reuniões aconteceram, sem falta, de 1959 a 1964, e tinham como objetivo trazer para dentro do órgão os anseios políticos e deixar às claras as disputas intrarregionais. Mais do que isso, no entanto, a reunião dos nove governadores era explicitamente uma tentativa que Furtado fizera para concertar a região “Nordeste” e tentar fazê-la atuar em bloco, a fim de agir com maior afinco e direção na política nacional. É preciso concordar com Celso Furtado que fora “[g]raças a ela”, à SUDENE, que “emergira o Nordeste como entidade política” (Furtado, 2014, p. 390).

O subterfúgio à construção do Nordeste como “entidade política” através dos cargos eleitos por sistema majoritário não foi feito ao acaso e nem se limitava à esfera estadual – não nos esqueçamos que, antes mesmo dos governadores do Nordeste entrarem em ação, foi o próprio Presidente da República, Juscelino Kubitschek, o patrono político da SUDENE. As razões dessa preferência, no entanto, só foram formuladas

de forma mais coerente alguns anos mais tarde, já em outro contexto e país: Furtado se encontrava em Londres, mas morava em Paris quando escreveu *Obstáculos políticos ao crescimento brasileiro* (1965).

Perseguido pelos militares e com seus direitos políticos em suspenso, Celso Furtado tomou a decisão, quase forçadamente, em 1964, de deixar o país. No período que restava da década de 1960 e durante toda a década de 1970, viajou o mundo: aceitou trabalho de analista econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em Santiago (Chile); depois, tornou-se professor visitante ou conferencista, dentre outras universidades e institutos de pesquisa, em Sorbonne (França), Yale e Columbia (Estados Unidos da América), e Cambridge (Inglaterra). O sociólogo Luciano Martins, com quem Furtado trocou algumas cartas ao longo da vida, chega a brincar com a situação de perceber um Furtado muito mais criativo e sagaz em seus escritos intelectuais após o exílio do que anteriormente:

A leitura do seu ensaio – e não vai nisso nenhum laivo de humor negro – confirma a minha impressão de que o único real benefício prestado pelo atual governo à cultura foi a sua cassação: dotou v. de condições materiais para o desenvolvimento de um esplêndido esforço intelectual de compreensão dos problemas do desenvolvimento (Furtado, 2021, p. 189).

O ensaio ao qual se refere Martins não é nenhum outro senão o *Obstáculos políticos ao desenvolvimento* apresentado originalmente em conferência promovida pelo Royal Institute of International Affairs, em fevereiro de 1965, na cidade de Londres. Neste breve escrito, Furtado sintetiza sua interpretação do quadro político-institucional sob o qual pôde surgir o golpe cívico-militar que o exilou do país: de industrialização realizada sem grandes antagonismos com os interesses dos grupos ligados às velhas estruturas, o marco institucional seria incompatível com os novos interesses advindos da urbanização e modernização do país. Nas palavras de Furtado,

O atual sistema federativo, ao atribuir grande força ao Senado, no qual os pequenos estados agrícolas e as regiões atrasadas têm influência decisiva coloca

o poder legislativo praticamente em mãos de uma minoria da população do país que habita regiões onde os interesses latifundiários exercem poder incontestado (Furtado, 2013 p. 418).

Como o trecho acima deixa transparecer, as forças políticas da “oligarquia” não se fariam presentes apenas no Senado, mas também na Câmara, ou seja, no Parlamento como um todo. Em verdade, é quase como se Celso Furtado nos dissesse que seria apenas nos cargos políticos eleitos através de sistemas de voto majoritário (presidente e governadores) que poderíamos depositar alguma esperança de reforma que, desejada pelas “massas”, contrariasse as diversas classes dirigentes locais. O sistema proporcional lhes permitiria (como ainda permite) a busca de votos de interesse *localizado*, independentes de anseios gerais. A representação de setores oligárquicos, cujos interesses nem sempre são muito palatáveis para serem defendidos no campo aberto do confronto de ideias, característico das disputas eleitorais *majoritárias*, é facilitada e, até certo ponto, garantida.

Para resumir, a história política brasileira daquele terceiro quartil do século XX poderia ser resumida como “[a] luta entre os chefes executivos, submetidos à permanente pressão das massas, com as quais realizam o pacto eleitoral, e o Congresso, onde se concentra o poder das classes dirigentes tradicionais” (Id., Ib., p. 423).

Este o limite da representação proporcional *per se*. Mas a elaboração de Furtado é mais refinada do que isso. Ao apontar para o caso brasileiro, o entrave que o Legislativo imporia às pautas “desenvolvimentistas” teria uma razão a mais além do sistema de eleição proporcional: estaria localizado no desenho institucional do Congresso Brasileiro que privilegiaria a presença dos representantes dos estados mais rurais e menos industrializados – historicamente, os estados do que hoje conhecemos como pertencentes à região “Nordeste”, “Norte” e “Centro-Oeste”. Estes representantes, para Furtado, eram, para todos os efeitos, representantes de uma oligarquia agrária que se opôs às mudanças de ordem nacional-industrial.

Ainda tratando especificamente do caso da SUDENE, Furtado aponta como

Com frequência, os órgãos federais mais importantes eram entregues a grupos políticos locais, nem sempre em bons termos com o governo estadual, aparecendo os governadores como força renovadora que era obstaculizada por interesses retrógrados apoiados no governo federal. Daí que os elementos progressistas se aglutinassem em torno do governo estadual, ainda que a capacidade de ação deste fosse pequena, enquanto no Congresso apareciam os representantes das velhas oligarquias (Furtado, p. 2014, p. 242).

Podemos encontrar na figura do baiano Manoel Novais o exemplo claro de um representante “local” apoiado em um órgão da esfera federal. Envolvido desde o início com a operacionalização legal da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), criada em 1948, tomou a autarquia como bandeira e logo garantiu uma bem estabelecida clientela eleitoral: Novais nunca deixou de renovar o seu mandato, mesmo politicamente afiliado a um minúsculo partido com representação quase exclusiva na Bahia e Minas Gerais, o Partido Republicano (PR). Os jornais locais, no entanto, ressaltavam seu caráter “rural” e “clientelista”. “Política é favor”, seria o seu mote¹⁰.

Exemplos como este de Manoel Novais reforçam a visão de Furtado sobre o legislativo e, sobretudo, sua visão acerca dos representantes nordestinos no parlamento. Partindo desse pressuposto, a tramitação parlamentar de uma instituição como a da SUDENE¹¹, que vinha em suposto confronto com formas de reprodução econômica “tradicionais”, teria de

10 Esse relato e a relação de Manoel Novais com a CVSF estão presentes em PAULA (2015).

11 A lei de criação da SUDENE (lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959) pode ser lida aqui: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3692-15-dezembro-1959-354371-norma-pl.html> (acesso em 30 de maio de 2024). Para acompanhar a caminhada que o texto teve na Câmara dos Deputados, deve-se acompanhar a ficha de tramitação do Projeto de Lei 32/1959, disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/ficha-detramitacao?idProposicao=170409> (acesso em: 30 de maio de 2024).

ser espinhosa e enfrentar grande resistência, especialmente dos deputados e senadores do “nordeste”.

Se é certo que em trabalho anterior (Cunha, 2023) minhas considerações sobre esse diagnóstico tenham sido consideravelmente desfavoráveis a essa interpretação de Furtado¹², também é certo que a presença de figuras como Jacob Frantz, Argemiro Figueiredo e Manoel Novais tornaram a luta pela SUDENE muito mais áspera do que ele esperava. É necessário levar em consideração que não encontrar grandes provas de entrave à lei criadora da SUDENE na Câmara dos Deputados¹³ se deveu não só à conjuntura especialmente favorável ao novo projeto político¹⁴, mas às atividades políticas que Furtado fizera concomitante aos trabalhos legislativos, a fim de pressionar a opinião pública. Dentre essas atividades, destaca-se o contato feio com Paulo Bittencourt, diretor do *Correio da Manhã*, então jornal de maior influência na capital da República. O jornal

Seguiu os passos de Furtado ao longo de 1959, revelando sua atuação incansável em torno desse projeto, cobrindo suas reuniões políticas, palestras em eventos dos mais diversos, bem como o andamento

12 Replico aqui as conclusões desse estudo: “Percebemos, por exemplos, que, em comparação com a exiguidade de participação do ‘Não-Nordeste’, houve um número alto de deputados do ‘Nordeste’ mobilizados em prol do novo órgão federal. Além disso, e diferente do argumento presente na bibliografia clássica, essa mobilização nordestina não foi marcada pelo conservadorismo agrário dos grupos ‘oligárquicos’ da região, mas pela utilização de uma gramática desenvolvimentista e com visão econômica e planejadora. Da mesma forma, pudemos constatar que ela foi realizada, principalmente, através do PSD e da UDN, partidos considerados quase unanimemente como conservadores e agrários, especialmente em suas bancadas nordestinas. Como concordar, a se considerar que o texto final saiu *mais* industrialista do que entrou, com as afirmações de que eram justamente estes no ‘Nordeste’ os partidos mais característicos do clientelismo e do agrarismo? Também não podemos concordar com o pressuposto de que a SUDENE tenha *dependido* das bancadas do Sul e Sudeste para que fosse transformada em lei” (Cunha, 2023, p. 65)

13 Foco do estudo referido, excluído o Senado Federal do âmbito da análise.

14 O ano de 1959 foi um ano onde confluíram três importantes eventos que garantiram à SUDENE o apoio público necessário: 1) os efeitos da seca de 1958, 2) a movimentação das Ligas Camponesas em Pernambuco e Paraíba, e 3) a tomada de poder em Cuba. Essa confluência de fatores, além de outros, são comentados no trabalho mencionado.

do projeto da Sudene no Congresso Nacional e informações de bastidores sobre o assunto (Jurgenfeld, 2021, p. 123).

À cobertura do andar da lei da SUDENE no Congresso Nacional, somaram-se outros artigos e reportagens a fim de deixar claros os pontos defendidos por Celso Furtado e livrá-los de interpretações tortuosas pelo público:

Rompendo uma tradição, o jornal inseriria em sua primeira página uma entrevista comigo, antecipando as linhas essenciais do projeto da nova política. Em seguida, publicaria uma série de editoriais dando ênfase a certos pontos, e aprofundando outros (Furtado, 2014, p. 239).

Por fim, o *Correio da Manhã* foi também o jornal responsável por enviar à região um “jornalista de primeira linha”, Antônio Callado, “para observar in loco a situação da região e as consequências desastrosas da política que vinha sendo seguida pelo governo” (Id., ib., p. 239). Foi nessa viagem que Callado cunhou um termo que foi repetido muitas vezes nas análises sobre o Nordeste: “indústria da seca”, termo que pretendia enquadrar aquela elite econômica e social que se favorecia dos empréstimos e das medidas emergenciais realizadas pela União quando em momentos de seca, perpetuando assim o seu poder.

Além do recurso às pressões externas sobre o Congresso Nacional, através do apoio da imprensa, Celso Furtado via duas outras soluções possíveis para o impasse de ter que lidar com um parlamento visto como oligárquico e contrário ao desenvolvimento socioeconômico. Essas soluções não eram apenas elocubrações teórico, mas foram, de certa forma, testadas pela prática política da SUDENE.

A primeira delas foi incorporada inclusive como parte dos objetivos explícitos da nova autarquia. Além de órgão federal para “desenvolver o Nordeste”, a Superintendência deveria também, a longo prazo, formar uma nova “classe dirigente” para a região. Ao apostar na criação de núcleos de industrialização e urbanização, Furtado apostava que a instituição conseguiria mudar o cenário social de tal forma que retirasse da tutela dos “industriais da seca” aquelas populações que, supostamente

alheias aos próprios interesses, lhes garantiam vagas no Congresso Federal. Em diálogo travado com Josué de Castro, organizado pelo jornal *O Observador Econômico Financeiro*, em fevereiro de 1959, Furtado é bastante explícito quanto a esse objetivo:

CELSO FURTADO - E uma das formas de quebrar essa estrutura, Dr. Josué – estou convencido – é industrializar o Nordeste. Se nós criarmos no Nordeste, digamos, um sistema industrial e, para isto, nós já dispomos de mão-de-obra, de energia e de outros elementos, eu estou certo de que criaremos outra classe dirigente para o Nordeste. Criaremos outro tipo de homem que opinará e que irá na Câmara Federal representar o Nordeste (OPERAÇÃO..., 1959, p. 32).

Esta é uma perspectiva de longo prazo, baseada nos pressupostos já estabelecidos acima e nas experiências concretas de Furtado na sua luta pela SUDENE¹⁵. A segunda saída que ele encontra para driblar os entraves legislativos, no entanto, são mais práticas. Falando sobre a SUDENE em *A Fantasia Desfeita*, Celso Furtado defende sua escolha de incluir no Conselho Deliberativo da instituição os nove governadores da região. O fato era que, para o economista,

Os elementos mais progressistas se aglutinaram em torno do governo estadual, ainda que a capacidade de ação deste fosse pequena, enquanto no Congresso apareciam os representantes das velhas oligarquias (Furtado, 2014, p. 242).

15 Celso Furtado participou ativamente do processo de tramitação da lei da SUDENE. Se ele escreve, em 11 de outubro de 1959, que “[o]s homens do Sul podem dar-se ao luxo de ser até certo ponto “objetivos” quando tratam de assuntos nordestinos. Graças a essas circunstâncias e ao fato de que um grupo de nordestinos que completaram sua formação e adquiriram experiência fora da região – e que estão totalmente desvinculados de interesses econômicos – esteja empenhado na luta, talvez seja possível que se leve a cabo essa autêntica revolução fria no setor do governo federal” (Furtado, 2019, p. 182), é não apenas por crença axiomática, mas por ter participado, dia 7 de outubro de 1959, em reunião da Comissão Especial do Polígono das Secas, onde foi largamente sabatinado pelos deputados.

Além disso, Furtado considerava que apostar no poder dos governadores era uma forma sagaz de contornar o “clientelismo” da estrutura política municipal, mas ainda assim levar em consideração tensões políticas que não podiam ser ignoradas. Afinal de contas, além do conflito inter-regional “Sul” x “Nordeste” que perpassava a SUDENE e do conflito sobre a alocação agrária ou industrial do excedente de capital gerado, a nova autarquia teria que lidar com as tensões internas do *Nordeste*, região cujas fronteiras ela mesma teve protagonismo na definição.¹⁶ Atitudes assim nos remetem novamente às análises de Barbosa, para quem

O desenvolvimento nacional autônomo, tal como se concebia na época, pressupunha a manifestação política das classes sociais no espaço democrático (Barbosa, 2021, p. 156).

Essa característica, segundo Barbosa, é fator crucial de diferenciação desses “técnicos” dos “tecnocratas” que prevalecerão durante a Ditadura Militar. Celso Furtado, por mais que desconfiasse das atitudes “oligárquicas” do Congresso Federal e preferisse apostar suas fichas seja no apoio político do Executivo, seja no *insulamento burocrático*, não apoiou o fechamento do regime representativo. Sua luta política, baseada

16 O texto legislativo da SUDENE apresenta duas inovações importantes nas políticas da União frente ao “Nordeste”: 1) tomavam como região de atuação os estados como unidades administrativas completas, e não apenas a região do “polígono das secas”, mais ou menos regulamentada pelo decreto-lei no 9.857, de 13 de setembro de 1946 (será apenas durante a Ditadura Militar que o “polígono das secas” será oficializado como região especial para políticas públicas, através do decreto-lei no 63.778, de 11 de dezembro de 1968); 2) tomava como pertencente à região “Nordeste” os estados do Maranhão e Bahia. As razões para tal, faz-se importante frisar, não advinham de discordâncias da Furtado com o ensino de geografia de seu tempo, mas eram políticas e práticas: a inclusão do Maranhão justificava-se para que fosse levado à frente os projetos de colonização propostos pela autarquia, nas regiões úmidas daquele estado; a inclusão da Bahia justificava-se para que tanto se houvesse um maior apoio daquele estado com bancada legislativa considerável, quanto para que o potencial elétrico da Usina de Paulo Afonso, recentemente inaugurada, pudesse ser canalizado para os projetos voltados ao “Nordeste”.

nos pressupostos que tinha, não era levada, como diríamos hoje, com o intuito de “tratorar” o Congresso.

A bem da verdade, o esforço de Furtado para que a articulação política pela SUDENE passasse no legislativo nos mostram justamente o contrário: Celso Furtado jogou dentro do que lhe era institucionalmente possível. Em termos da Ciência Política contemporânea, diríamos que ele tanto tentou alterar os *payoffs* de votação da lei da SUDENE ao tornar a opinião pública muito favorável ao projeto de lei, quanto apostou nos efeitos de longo prazo que a industrialização da autarquia teria sobre os representantes eleitos para o Congresso Federal.

Para fechar a questão, penso que é possível resumir da seguinte forma os pressupostos que balizaram a interpretação do sistema político brasileiro presente nas obras e ações de Celso Furtado:

1. As elites econômicas tiveram no Brasil, historicamente, grande controle sobre os rumos políticos do Estado brasileiro, tornando-se, por consequência, elites dirigentes;
2. O processo recente de urbanização e industrialização fez surgir novas estruturas sociais e, com elas, novas classes¹⁷;
3. A situação histórica brasileira fez com que o processo de industrialização não competisse com os interesses anteriores, agrários – ao contrário, eles se complementaram. As elites dirigentes das novas frações da classe capitalista, portanto, não precisaram desenvolver logo cedo uma ideologia de combate às frações “residuais”, agrárias;¹⁸

17 Capitalistas das indústrias relacionadas ao café, capitalistas voltados ao comércio interno de produtos, pequenos produtores de bens para consumo interno, trabalhadores organizados coletivamente em fábricas e unidades compactas de produção...

18 É em *Formação Econômica do Brasil* (Furtado, 2007) que ele desenvolve de forma mais sistemática esse raciocínio. Sua interpretação, que exporei de forma demasiadamente simplificada, é a seguinte: a crise do café no final dos anos 1920 requereu do Estado algumas medidas de compensação, especialmente a compra (e posterior queima) do café pelo governo e a depreciação do câmbio (universalizando as perdas, segundo Furtado). Ambas medidas de *intervenção econômica*. O *Crash* da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, e, década mais tarde, a eclosão da Segunda Guerra Mundial, dificultaram as transações internacionais tanto para importação quanto para exportação. A dificuldade

4. A pressão por uma política de “desenvolvimento nacional em contraposição à ideologia tradicionalista”¹⁹, ausente da classe dirigente em formação, seria impulsionada apenas com as demandas populares típicas da “sociedade de massas” gerada pela crescente urbanização e desenvolvimento econômico dos anos 1930 em diante, que atuaria quase como “elemento exógeno” ao sistema político brasileiro;
5. Esse novo elemento popular apenas ganhava alguma eficácia real de mudança do curso da história nas eleições dos dirigentes executivos;²⁰
6. Regiões do Brasil que não contavam com altas taxas de urbanização e desenvolvimento industrial, ao se verem sem esse elemento popular, conservaram em seus quadros dirigentes elementos ligados aos interesses agrários;
7. O Congresso Nacional, ao privilegiar a representação dos pequenos estados no seu corpo institucional, privilegiava também, em conjunto, os interesses agrários e contrários a um “projeto de desenvolvimento nacional”;
8. A mudança desse quadro poderia se dar, sem grandes rupturas institucionais, por duas vias complementares: 1. A criação de autarquias diretamente ligadas aos poderes executivos (executivo e estaduais), driblando o “poder local” representado nos parlamentos (executivo e estaduais); 2. a mudança do quadro social dos pequenos estados, tornando-os mais urbanizados e industrializados, a fim de mudar também sua elite dirigente.

de conseguir produtos manufaturados no mercado internacional e a queda nas divisas geradas pela exportação teriam induzido, para Furtado, o redirecionamento do capital investido no café para as primeiras iniciativas industriais brasileiras. Assim, a manutenção da renda gerada pelo café nos anos 1930, através de medidas típicas de *lobby* e tipicamente “egoístas”, teriam assegurado um certo nível de poupança que foi tanto utilizada nos investimentos de serviço e indústria da década de 1930 em diante, quanto azeitou o mercado consumidor interno. Assim, não houve, segundo Celso Furtado, um antagonismo explícito de interesses entre o grupo *industrial* e o grupo *agrário* na conformação do capitalismo brasileiro. Essa ausência de antagonismo explícito no campo econômico, decerto, se espelharia no campo político.

19 FURTADO, 2013, p. 423

20 Id., *Ib.*, p. 423

Toda síntese tem o demérito de resumir demais, e perder de vista as nuances com as quais uma realidade é composta. Ao tentar encaixar nestes oito pontos acima as considerações sobre o sistema político brasileiro que Celso Furtado elaborou em suas obras e em sua prática, especialmente na luta pela SUDENE, admito correr o risco de ter passado grossas pinceladas onde deveria ter privilegiado a atenção aos detalhes. No entanto, defendo que a síntese demonstrada acima tenha o seu valor, na medida em que tenta conjugar as elocubrações teóricas de Furtado sobre a política com sua prática enquanto *técnico desenvolvimentista*, comprometido politicamente com um projeto de nação inclusivo com os pobres, regionalmente menos desigual e, principalmente, democrático.

Considerações finais

As considerações que escrevi neste artigo, embora não exaustivas quanto ao assunto, talvez possam nos esclarecer um pouco mais quais são os pressupostos de Celso Furtado quando ele se refere ao mundo da política e, especialmente, quando ele se refere às mudanças que precisarão ser levadas adiante neste campo. Afinal de contas, a SUDENE foi vista por ele como uma grande mudança, que precisou de delicadas costuras políticas e certas escolhas dos caminhos a serem tomados; a mudança de rumos da humanidade, em prol de uma sociedade menos autodestruidora e menos danosa ao meio-ambiente que a cerca também é uma grande mudança política – quiçá a maior de todas delas. Mas importa olhar para a política para além de espectador externo.

Nas últimas páginas do penúltimo ensaio presente em *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), Celso Furtado aponta o que considerava como um dos maiores causadores da crescente desigualdade de renda do desenvolvimento brasileiro dos últimos anos:

A característica mais significativa do modelo brasileiro é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Assim, a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter antissocial tende a estimular (Furtado, 1974, p. 111-112).

Talvez a grande lição que podemos tirar da visão política de Furtado seja esta, a de que a democracia, assim como Tom Zé escreveu na estrofe que abriu esse ensaio, “atua quando me ousou/amua quando repouso”. Mesmo que partisse de pressupostos pouco favoráveis à situação do regime democrático brasileiro, enxergando-o numa grande “sinuca de bico” com relação às mudanças essenciais de serem feitas, ele não se furtou de ousar distintos caminhos para chegar aonde pretendia. Dos caminhos a longo prazo (criar uma nova elite dirigente no Nordeste), aos caminhos mais práticos e diretos (escorar-se no apoio político dos poderes executivos e na autonomia suposta no funcionamento de uma autarquia), Furtado tentou trazer os conflitos daquela emergente sociedade capitalista para dentro do âmbito institucional do Estado. Como tentamos demonstrar, esta atitude se coaduna com a interpretação mais geral de Celso Furtado sobre o processo democrático. Para Pedro Marreca,

[N]a proposta de Furtado, a luta de classes e o conflito social são vistos como elementos perenes e não disruptivos do desenvolvimento capitalista. Diferentemente do pensamento marxista, que determina a intensificação da contradição de classes até o estabelecimento de um quadro de conflito que só viria a ser superado pela revolução, e então pelo domínio do proletariado até a derradeira extinção das classes sociais, Furtado acredita que a institucionalização da luta de classes a torna um elemento de dinamismo nos regimes democrático-capitalistas (Marreca, 2020, p. 251-252).

Esta interpretação não é externa ao próprio Furtado. Escreve ele em seu diário pessoal, em novembro de 1964:

A partir do momento em que os grupos que têm acesso a posições dentro do sistema de poder e os que estão capacitados para mobilizar as massas encontram uma linguagem comum, ainda que à base de concordância mais formal que substantiva, surgem possibilidades de realização de uma política reformista, sem prévia ruptura do esquema de dominação dos grupos tradicionalistas (Furtado, 2019, p. 226).

A SUDENE tentou fazer o papel desse canal de comunicação, ao incluir no Conselho Deliberativo do órgão, responsável por discutir suas metas e planejar as linhas mestras da execução orçamentária, todos os nove governadores da região, supostamente mais sensíveis às demandas populares, e submeter seu plano orçamentário ao Congresso Federal. O golpe de 1964 serviu como banho de água fria nesta inovadora experiência.

Os aprendizados que podemos retirar dela, no entanto, não são poucos e nem desimportantes – menos ainda quando se considera que a grande pauta de nosso tempo, a questão ambiental alardeada em *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, faz-se perigosamente presente.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O Brasil Desenvolvimentista e a trajetória de Rômulo Almeida**: projeto, interpretação e utopia. São Paulo: Alameda, 2021

BERCOVICI, Gilberto. **A Questão Agrária na Era Vargas**. In: História do Direito: RHD. Curitiba, v.1, n.1, p. 183-226, jul-dez 2020

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000

CUNHA, Pedro Luís Cavalcante da. **“Cozinhando em banho-maria”?: o papel dos parlamentares nordestinos no processo de criação da SUDENE**. Trabalho de Conclusão de Curso (licenciatura em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2023

FURTADO, Celso. **Correspondência intelectual**: 1949-2004. Seleção, introdução e notas de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2021

FURTADO, Celso. **Diários intermitentes**: 1937-2002. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

FURTADO, Celso. **Essencial Celso Furtado**. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Penguin Classics; São Paulo: Companhia das Letras, 2013

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1974

FURTADO, Celso. **Obra autobiográfica**. Organização de Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

JURGENFELD, V. F. **A grande articulação política de Celso Furtado para a criação da SUDENE, retratada pelo “Correio da Manhã”**. In: *História Econômica & História de Empresas*, v. 24, n. 1, p. 98-130, 13 dez. 2020

LAFER, Celso. **JK e o Programa de Metas (1956-61)**: processo de planejamento e sistema político no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002

LIMA, Marcos Costa. **A Assessoria Econômica do segundo governo Vargas e a construção do Estado brasileiro moderno**. In: LIMA, Marcos Costa (org.). **Os boêmios cívicos: a assessoria econômico-política de Vargas (1951-54)**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, p. 175-228, 2013

LIMA, Marcos Costa. **O Conselho Deliberativo da Sudene**. In: FURTADO, Celso. **A saga da Sudene: (1958/1964)**. Organização de Rosa Freire d’Aguilar. Rio de Janeiro: Contraponto; Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009

MARRECA, Pedro Paiva. **Teoria política e pensamento periférico na obra de Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos e Celso Furtado: epistemologia, história e política (1953-1964)**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Volume I. Tradução de: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, William W. **The limits to growth: a report for the CLUB OF ROME’S Project on the Predicament of Mankind**. New York: Universe Books, 1972

NUNES, Edson. **A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília, DF: ENAP, 2003

OPERAÇÃO Nordeste: **Dois nomes e duas opiniões**. O Observador Econômico e Financeiro, Ano XXIV, n. 278, abr. 1959. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123021&pagfis=37825> (último acesso em: 30 de maio de 2024)

PAULA, Dilma Andrade de. **O debate parlamentar na criação da Comissão do Plano de Aproveitamento da Bacia do São Francisco (1946-1948): significados da atuação de Manoel Novais**. In: XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios. Florianópolis: 2015

SOUSA, Maria do Carmo Carvalho Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976

O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A PERSPECTIVA FURTADIANA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Natasha Hevelyn Oliveira da Silva¹
João Moraes de Sousa²

Introdução

O ano de 2024 marca os cinquenta anos da obra *O mito do desenvolvimento* de Celso Furtado. São muitos os mitos que permeiam a visão de mundo de cientistas que tentam explicar a realidade. Dentre esses mitos, chamamos a atenção para o mito da modernidade; a promessa de um progresso inexorável em uma linha pontilhada e contínua de desenvolvimento, a consciência moral despertada nos homens e a racionalidade que lhes confere autodeterminação e habilidade para mudar o mundo.

-
- 1 Mestranda em Sociologia pelo programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Membro dos grupos de pesquisa GECIC/UFRPE e Macondo: culturas contemporâneas, artes e outras epistemologias/UFRPE.
 - 2 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professor titular de Sociologia do Deciso/UFRPE e do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRPE, membro dos grupos de pesquisa GECIC/UFRPE e GIERSE/UFPE.

O que estamos afirmando é que a modernidade é fundada sob as hastes do mito do desenvolvimento. O evolucionismo cultural do final do século XIX e início do século XX, marca a construção de uma narrativa científica que legitima o domínio de povos e culturas vitimados pelo processo de colonização. Essa teoria compreende que as sociedades “primitivas”, aquelas que estavam sendo colonizadas, como é o caso do Brasil, passariam por uma escala de evolução respectivamente: selvageria, barbárie e civilização. Partindo desse pressuposto, para o evolucionismo, era papel da “sociedade civilizada” levar a civilização para essas culturas primitivas, nesse sentido, justificando a colonização.

O que nos parece é que, mesmo após a abolição da escravidão e o reconhecimento destes países colonizados como nações independentes, o mito da modernidade se sofisticou, assumindo uma nova roupagem de seus velhos hábitos: o mito do desenvolvimento. É o que chama atenção os estudos pós-coloniais e as teorias da dependência. Mais precisamente é o que denuncia Celso Furtado (1974) ao afirmar que ainda grande parte das teorias econômicas se fundam na ideia de que o desenvolvimento econômico praticado pelos países que lideram a revolução industrial pode ser universalizado, cuja concepção constitui uma prolongação do mito do progresso. Distante dos contextos específicos de cada território, os economistas passaram a construir e traçar modelos econômicos baseados em experiências e concepções abstratas, de modo que Furtado (1974) afirma que pouca ou nenhuma atenção foi dada ao plano cultural. Além disso, a própria impossibilidade dos países na periferia do globo de reproduzirem um padrão de consumo igual aos países do centro.

Nesse contexto, particularmente, no caso do Brasil, temos uma grande diversidade cultural, de culturas populares que podem atuar na construção de um modelo de desenvolvimento autêntico, inclusivo e sustentável. Neste artigo iremos mostrar que mesmo após meio século de sua publicação, o livro *O mito do desenvolvimento* de Celso Furtado ainda toca os sinos da contemporaneidade, em toda sua relevância e atualidade, nos ajuda a refletir acerca da importância da cultura na esfera do desenvolvimento econômico. Focalizaremos as experiências das culturas populares em Pernambuco, especificamente da manifestação do coco de roda, apresentaremos o potencial que essa manifestação tem de promover um desenvolvimento econômico criativo e interdependente.

Para responder ao nosso objetivo, este artigo está estruturado em três seções. Na primeira iremos discorrer brevemente acerca das teorias do desenvolvimento e do projeto da modernidade, tecendo uma crítica ao capitalismo baseada nas concepções dos estudos pós-coloniais e da própria noção de racionalidade instrumental ideológica dos críticos da escola de Frankfurt. Na segunda parte trataremos dos conceitos de subdesenvolvimento, o mito do desenvolvimento, a dependência cultural e a solução via cultura popular. Na terceira parte, traremos um diálogo entre Canclini e Celso Furtado, em torno da temática da cultura e do desenvolvimento. Por fim, falaremos da cultura popular, utilizando da perspectiva furtadiana de desenvolvimento cultural no tocante a formação de uma economia criativa, relacionando com os dados da pesquisa.

A metodologia de pesquisa é de natureza qualitativa (Minayo, 2001). Como instrumentos de coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, observação direta e participante. E como método de análise foi utilizada a análise de conteúdo nos termos de Bardin (1977). O lócus da pesquisa foi a cidade de Igarassu/PE. Foram realizadas entrevistas com as lideranças dos grupos Rala Coco Maria, Coco Juremado e Trans Coco.

Teoria do desenvolvimento: o mito da modernidade

A revolução industrial e a revolução francesa marcam a ruptura de um velho mundo para um novo mundo, abrindo a sociedade para a “era do capital”. A revolução francesa a partir dos princípios éticos liberais foi responsável pela difusão dos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, alcançados mediante a compreensão de que todo homem ao adquirir consciência/razão pode determinar a própria vida. A revolução industrial é marcada pela especialização do trabalho, o êxodo rural e a introdução de máquinas e tecnologias, o assalariamento e as condições insalubres de trabalho. Este é o que podemos chamar de o arcabouço da modernidade, embora muitas teorias irão apontar que o início da modernidade é anterior a esse processo, tendo sido iniciada, na verdade, nas grandes navegações, na colonização dos povos e culturas dos continentes americanos, asiáticos e africanos pelo continente europeu, que é o caso dos estudos pós-coloniais.

Dando continuidade ao nosso raciocínio, nos manuais de Sociologia aprendemos que esta disciplina nascida no seio da modernidade é construída para pensar a vida moderna, dando destaque para o que caracteriza a modernidade: a divisão social do trabalho. A divisão social do trabalho marca a especialização da técnica e das profissões, da instrumentalidade racional, e de um maior escopo de produção em larga escala (Marx, 1989; Durkheim, 1999; Simmel, 2005; Weber, 1982). Na análise marxista, em termos reducionista, a sociedade capitalista se configura em torno dos imperativos do mercado, as condições necessárias para a sua existência foram: grande concentração de capital nas mãos de poucos e trabalhadores despossuídos. Com efeito, a sociedade capitalista está estruturada no movimento dinâmico das trocas - sob as hastes de uma lógica mercantil. Assim, todos os bens assumem a forma de mercadoria - todos os bens possuem valor, o próprio trabalho humano passa a ser vendido. Nesse contexto, ocorre uma separação entre o trabalhador e os seus instrumentos de trabalho, obrigando-o a vender sua força de trabalho por um salário. No entanto, o mercado não emerge assumindo sua roupagem de opressão e expropriação do ser humano sobre o ser humano. Pelo contrário, o mercado proclama para si o discurso da liberdade e da meritocracia.

A partir dessa base marxista, os críticos de Frankfurt realizam sua crítica justamente em torno do fato de que a liberdade prometida no capitalismo nunca é alcançada e que a promessa do esclarecimento acampada pela revolução francesa e por toda a ideia de progresso vinculada à modernidade nunca se realiza. Adorno e Horkheimer (1947) começam a se questionar a respeito da cientificidade ligada à razão dentro do Iluminismo, uma vez que a tese defendida era que a razão científica era capaz de melhorar o mundo, livre da mistificação e rumo ao progresso moral e a felicidade. Ora, se o iluminismo tornou a humanidade tão desenvolvida sobre as bases do esclarecimento, por quê ainda se produz a barbárie? Por que o esclarecimento não foi capaz de extinguir as desigualdades sociais? Por que não foi capaz de conduzir a humanidade à felicidade, como era proposto?

A ciência manipula e domina a natureza supostamente com o propósito de melhorar a vida humana, assim o indivíduo pode tudo. A crítica feita pelos autores é que esse saber não tem limites e, ainda, encontra-se a serviço da economia burguesa. Nesse sentido, a dominação não permanece somente no campo da natureza, mas domina também o ser humano. Ora, se o homem é superior à natureza, também poderá ser superior ao

próprio homem. Isto posto, a separação entre cultura e natureza é o pressuposto para a dominação. Segundo os autores, a Filosofia nasce para pensar o mundo que não precisa mais dos mitos para ser compreendido. Assim, dois acontecimentos foram necessários para consolidar a dominação: a razão técnica como única capaz de compreender o mundo e o surgimento da propriedade privada. Quando o ser humano passa a se ver em oposição a natureza, o caminho para a dominação está aberto e seus limites são irrestritos. A natureza perde seu poder em detrimento do capitalismo.

Dentro desse contexto, existe uma uniformização da sociedade na constante reprodução da técnica. Nesse mundo desencantado³, os sujeitos também estão coisificados, alienados, vazios, ociosos e apáticos. O mercado subverte os valores e passa a ser o princípio que rege toda a sociedade, os valores são agora do mercado e estes devem ser seguidos como o que é correto e racional. Em síntese, o pensamento se torna mercadoria e a linguagem seu esclarecimento.

A dominação da natureza se converte em uma dominação dos próprios sujeitos, que agora estão submissos à técnica e à razão que prometia liberdade. O indivíduo iluminista, dominador da natureza, transforma-se em objeto dominado pela sua própria reivindicação. Em uma roupagem sofisticada, científica e racional, a barbárie penetra na sociedade e exerce exploração e dominação dos sujeitos. Portanto, o esclarecimento se transfigura na mistificação das massas.

Conhecido por ampliar a Teoria Crítica, Marcuse (1973) também elabora uma crítica à ciência a partir do seu conceito de sociedade unidimensional. A sociedade unidimensional é a sociedade desenvolvida do ponto de vista da técnica, da ciência e da pretensa razão e democracia. Trata-se de uma sociedade que controla por meio de aparatos técnicos e sofisticados toda a existência dos indivíduos. Integra-se a vida pública e privada, reduz e administra as subjetividades humanas, negando toda e qualquer força contrária, de modo que, através da tecnologia, a ideologia dominante penetra e produz formas palatáveis de controle e coesão

3 Adorno e Horkheimer (1947) se utilizam do conceito de desencantamento de Marx Weber (1982), onde o mundo moderno é regido pela burocratização. A racionalidade econômica submete a religiosa, promovendo um mundo esclarecido e sem magia.

social. Essa é a sociedade “sem oposição”, posto que há uma uniformização e padronização dos indivíduos através do consumo, criando falsas necessidades que incute um pensamento dependente e análogo aos interesses das classes dominantes, de modo que, não existe mais um cidadão, mas sim um consumidor. Criam-se indivíduos sem função crítica e aptos à produtividade. No lazer, o indivíduo consome o que é servido pela indústria cultural; no trabalho, trabalha para indústria de bens e serviços. Nesse sentido, a vida é completamente regrada e voltada para a produtividade, transformando o indivíduo em um ser unidimensional.

Furtado (2013) concorda parcialmente com a crítica de Marcuse, mas está de acordo com a sua afirmação acerca de que a ciência projetou a dominação da natureza que permaneceu ligada a uma dominação do homem, para Furtado (2013) a ciência também é uma manifestação da criatividade humana e que sua compreensão só pode ser alçada de acordo com o contexto cultural. Furtado (2013) argumenta que todas as formas de criatividade humana podem ser colocadas a serviço da acumulação, contudo é a ciência que melhor satisfaz esse processo, uma vez que seus resultados são por natureza cumulativos, dando-lhes um lugar de destaque na civilização industrial.

Outra crítica fundamental a escola de Frankfurt que podemos apresentar aqui, é aquela elaborada pelos teóricos dos estudos pós-coloniais. Os estudos críticos pós-coloniais visam entender as opressões contemporâneas como resultados diretos do colonialismo. A análise da modernidade e colonialidade, centrada na intersecção do racismo com o capitalismo (Quijano, 2005), revela que: 1. “a colonialidade é constitutiva da modernidade, não derivativa” (Mignolo, 2005, p. 61); 2. Não há capitalismo sem colonialismo, nem colonialismo sem colonialidade. Temos que um novo sistema de dominação social foi estabelecido com base na ideia da raça, um conceito intelectual que naturaliza as relações entre os dominadores coloniais e os colonizados, justificando-as como naturais. Simultaneamente, surgiu um sistema de exploração social que conectava todas as formas de exploração existentes — como escravidão, servidão, reciprocidade e trabalho assalariado — sob a hegemonia do capitalismo, voltado para a produção de mercadorias destinadas ao mercado mundial. Este sistema econômico integrava diferentes formas de controle e exploração do trabalho, reservando o trabalho assalariado para os brancos, enquanto os “índios” eram submetidos à servidão e pessoas

africanas eram traficadas para as Américas para trabalhar como escravos, classificados coletivamente como “negros”. Isso resultou em uma divisão do trabalho sistemática e racializada em escala global, onde a categoria de “raça” se tornou o principal critério para hierarquizar a população mundial em estratos sociais. Em outras palavras, o projeto de modernidade europeu somente se constituiu com base na exploração de africanos e indígenas (Quijano, 2005; Kerner, 2022).

Nesse sentido, a crítica tecida à escola de Frankfurt reside no fato de que embora a Teoria Crítica tenha a proposta de crítica à barbárie e paute a construção da emancipação social, ignorou totalmente as condições coloniais abusivas. O que se intenta aqui não é destruir ou desconsiderar as contribuições dos críticos de Frankfurt, mas propor um alargamento desta Teoria Crítica, trazendo-a para pensar os aspectos da colonialidade.

Ainda no que tange às compreensões de modernidade e sua construção mitológica, nos antropólogos temos ainda mais fortemente as compreensões de uma busca pelo desenvolvimento, em uma perspectiva cultural evolutiva, por exemplo, para Taylor (1920) todo o globo, estavam passando por estágios evolutivos distintos. Assim, ele estabelece uma escala de evolução/civilização (selvageria, barbárie e civilização), cujas sociedades mais atrasadas iriam percorrer caminhos que já foram percorridos pelas mais avançadas. Nesse sentido, conforme Bueno (2022), o mito da modernidade também envolve a culpabilização do novo “Outro” que é percebido pelo sujeito “ocidental” como bárbaro ou selvagem. Isso se manifesta através de uma justificação que atribui a essa figura a responsabilidade por sua própria condição de vítima.

Santos (2020) também nos apresenta que precisamente no século XX, sociólogos como Talcott Parsons e Merton, antropólogos como Levy-Bruhl, Franz Boas e Herkovics elaboraram um modelo conceitual da sociedade moderna. Eles aplicaram diversas técnicas de pesquisa empírica para avaliar o nível de modernização alcançado por diferentes sociedades específicas. Nesse sentido, a corrente de pensamento desses autores clássicos quer seja na Sociologia, quer seja na Antropologia nos remete a uma ideia de desenvolvimento, a ideia de que a sociedade está evoluindo através de estágios de civilização e complexificação. E mesmos os críticos de Frankfurt que embora tenham críticas a essa promessa que nunca se realiza não foram capazes de assimilar o colonialismo em sua crítica ao capitalismo.

Em resumo, a modernidade é marcada pelo colonialismo e pela colonialidade, sendo estes aspectos constitutivos da mesma, pela especialização do trabalho, complexidade das relações, separação arbitrária entre o homem e o produto de seu trabalho, pela promessa de liberdade de autodeterminação e, finalmente, por um ideal de desenvolvimento que as sociedades e culturas deveriam alcançar. Assim temos que no fim da Segunda Guerra Mundial, a Sociologia voltou-se à compreensão do contexto que se instaurou após a queda do muro de Berlim, ou mesmo o que Habermas (1987) chamou de um esgotamento das energias utópicas e um avanço do capitalismo por todo o globo - a teoria do desenvolvimento tomou as perspectivas de todo o mundo.

Esse contexto histórico é bem explicado por Theodoro dos Santos (2020, p. 1-3), em síntese, o autor aborda que, após a Segunda Guerra Mundial, o declínio das potências imperialistas permitiu o surgimento de novos Estados Nacionais soberanos como China e Índia. A Guerra Fria entre EUA e URSS consolidou a hegemonia americana no Mundo Ocidental, enquanto o Oriente Médio se tornava uma zona de intensa disputa geopolítica. Na América Latina, independente desde o século XIX, havia aspirações por independência econômica e política frente as intervenções estrangeiras. A Conferência Afro-Asiática de Bamdung em 1954 influenciou a criação de instituições como a UNCTAD e o Movimento dos Não-Alinhados, refletindo uma nova ordem global política, econômica e cultural. Esse contexto histórico levou as ciências sociais a questionar interpretações da modernidade como universal, surgindo assim um largo campo teórico denominado de “teoria do desenvolvimento”.

Em linhas gerais, a teoria do desenvolvimento se concentrou em identificar os obstáculos que impediam a inserção completa da modernidade, construindo uma série de instrumentos de intervenção para que cada uma das sociedades em todo o mundo pudessem alcançar este ideal desenvolvimentista. Nesse sentido, o cerne desta teoria é uma compreensão contínua e linear de desenvolvimento, definindo os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento para explicar o processo de desenvolvimento em termos quantitativos de uma contínua escala econômica. Temos que os países avançados, com um pleno desenvolvimento do aparelho produtivo estariam em um estágio superior aos demais, caracterizando-os enquanto países desenvolvidos. Por outro lado, os países menos desenvolvidos estariam em estágios iniciais de progresso, com um sistema produtivo menos desenvolvido devido à sua limitada

industrialização, caracterizando-os como países subdesenvolvidos. Com efeito, o processo de desenvolvimento econômico observado nesses países considerados desenvolvidos poderia ser interpretado como um fenômeno universal, esperado para todas as nações que buscassem criar as condições necessárias para tal avanço. Nesse contexto, o subdesenvolvimento é um estágio anterior ao desenvolvimento. E nesse ínterim, existe um momento de decolagem, em que a economia possui as devidas condições necessárias para garantir um desenvolvimento autossustentado (Marini, 1992).

O desenvolvimento seria alcançado em países que adotassem uma série de valores, atitudes e normas de comportamento que fossem ancorados nos princípios de uma racionalidade econômica moderna, definindo aqui uma dimensão ideológica. O pleno desenvolvimento detinha também um profundo caráter economicista, vinculados a uma busca incessante pela produtividade máxima e pela acumulação de riqueza pelos indivíduos (Santos, 2020). O indivíduo da modernidade é, portanto, o *homo economicus* voltado ideologicamente para o consumo e para a super produtividade.

Destarte, segundo Duarte e Gracioli (2007), o desenvolvimento e o subdesenvolvimento eram vistos como facetas de uma mesma realidade, diferenciando-se no âmbito quantitativo. O que definia um país desenvolvido de um país subdesenvolvido eram uma série de indicadores que colocam as distintas economias em uma escala de evolução, sem considerar os aspectos estruturais que são diretamente responsáveis pelas disparidades sociais. Foi vinculada à perspectiva do desenvolvimento que ao final da década de 1940 surgiu a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe). O objetivo da CEPAL era criar condições institucionais que firmassem o desenvolvimento nestes países através do aparato estatal.

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), baseada na teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico, identificou uma transição nas economias latino-americanas do modelo primário-exportador para um foco no desenvolvimento industrial interno. Isso envolveu políticas públicas de industrialização com intervenção estatal, como o Processo de Substituição de Importações, para superar o subdesenvolvimento e reestruturar a posição dos países na divisão internacional do trabalho. No entanto, nos anos 1960, a teoria do desenvolvimento perdeu influência devido à dificuldade do capitalismo em replicar o sucesso do desenvolvimento nas antigas colônias, mesmo nos países

latino-americanos, com taxas de crescimento econômico impressionantes, enfrentavam limitações significativas devido à sua dependência econômica e política em relação à economia global. O desenvolvimento econômico desses países parecia estar condenado a perpetuar a pobreza e uma distribuição desigual de renda (Duarte; Graciolli, 2007).

Embora a teoria do desenvolvimento buscasse, supostamente, uma pretensa neutralidade, não é muito difícil perceber que a sociedade moderna que se pretendia alcançar, segue sendo a Europeia e nesse contexto do Pós-Segunda Guerra Mundial, também os Estados Unidos da América que se estabelecia como uma potência imperialista. A estruturação de uma sociedade ‘moderna’ nos moldes de vida, de consumo, e de existência era uma necessidade histórica inquestionável, de modo a fomentar políticas públicas que fizessem com que estes países pudessem alcançar este estágio superior de civilização moderna. O que estamos afirmando é que as velhas ideias de um ideal de progresso branco e europeu que fundamentaram a expansão do colonialismo e que ainda reverberam fortemente os aspectos da colonialidade nestes países explorados, seguem sendo os mesmos na teoria do desenvolvimento. Apontamos que a modernidade que fora fundada pelo colonialismo, segue sendo fundamentada pelo mito do desenvolvimento, em que supostamente todas as sociedades poderiam alcançar o pleno desenvolvimento, ignorando totalmente as condições históricas coloniais abusivas atravessadas no passado e que reverberam profundamente na América Latina e Caribe na divisão internacional do trabalho, cujo ideal, conforme apontado pelos frankfurtianos, segue sem nunca se realizar, caracterizando este mito moderno, este mito do desenvolvimento.

Celso Furtado: subdesenvolvimento, mito do desenvolvimento, a dependência cultural e a solução via cultura popular

A própria compreensão de que os padrões de vida destes ditos países desenvolvidos poderiam simplesmente ser amplamente copiados e disseminados por todo o globo parte de premissas falaciosas, conjecturando um mito. É nessa perspectiva que Celso Furtado (1974) aponta os limites da teoria do desenvolvimento: 1. O subdesenvolvimento supostamente

era causado somente por fatores internos destes países acerca das deficiências técnicas de produção e baixa acumulação de capital, desconsiderando as condições históricas da divisão internacional do trabalho; 2. A impraticabilidade de padrões de consumo iguais dada aos recursos finitos da terra e 3. O total desdém aos aspectos culturais e a existência de uma dependência cultural via padrões de consumo.

Com relação às causas do subdesenvolvimento, Celso Furtado (2013) ao fazer um resgate histórico das condições de industrialização e acumulação nos informa que as economias subdesenvolvidas são caracterizadas por uma grande heterogeneidade tecnológica e desigualdades na produtividade do trabalho entre áreas urbanas e rurais. Ele atribui essa situação à Revolução Industrial, um período de aceleração na acumulação de capital e aumento na produtividade do trabalho entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Esse período viu uma expansão significativa do comércio exterior e o surgimento de um sistema de divisão internacional do trabalho, onde as economias periféricas foram integradas para atender às demandas de produtos primários e matérias-primas dos países industrializados. Nas palavras do autor havia uma:

(...) extrema disparidade na difusão do progresso nas técnicas de produção, como o fato de que o novo excedente criado na periferia não se conectava com o processo de formação de capital. Esse excedente era principalmente destinado a financiar a difusão, na periferia, dos novos padrões de consumo que estavam surgindo no centro do sistema econômico mundial em formação. Portanto, as relações entre países cênicos e periféricos, no quadro do sistema global surgido da divisão internacional do trabalho, foram desde o começo bem mais complexas do que se depreende da análise econômica convencional (Furtado, 2013, p. 87).

Nesse sentido, Furtado (2013) argumenta que o subdesenvolvimento é essencialmente um fenômeno estrutural, não é simplesmente um resultado da falta de desenvolvimento interno, mas sim uma consequência da inserção dessas economias na divisão internacional do trabalho, que favoreceu a especialização em atividades de baixo valor agregado

e a exportação de commodities: “os países periféricos foram rapidamente transformados em importadores de novos bens de consumo, fruto do processo de acumulação e do progresso técnico que tinha lugar no centro do sistema” (Furtado, 2013, p. 87).

Além disso, o progresso apontado pela teoria do desenvolvimento não é somente impraticável, mas também funciona como uma ferramenta de controle. Como já dito anteriormente, os recursos naturais são finitos, sendo impossível realizar uma generalização dos padrões de vida: “a criação de valor econômica provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico” (Furtado, 1974, p. 17). Ainda, a presença das corporações transnacionais comprometem a autonomia dos países ditos “subdesenvolvidos” porque limitam suas opções de investimento e condicionam suas capacidades de ação e decisão. E as próprias estratégias de auxílio tecnológico e de investimentos internos, não só perpetuam a concentração de renda nas mãos de poucos - elites locais e estrangeiras, bem como, criam uma nova maneira de dependência, sobretudo, nos países da América Latina e Caribe.

Nesse contexto, a adoção de novos padrões de consumo nos países periféricos foi profundamente desigual, beneficiando uma minoria privilegiada e aumentando as disparidades socioeconômicas. Os frutos do aumento da produtividade não foram distribuídos equitativamente, exacerbando a concentração de renda e consumo entre as elites locais.

Nessa perspectiva, a modernização, que inclui tanto padrões civis quanto militares de consumo, ocorreu sem um correspondente desenvolvimento na acumulação de capital local, intensificando a pressão para expandir o excedente econômico através de exportações ampliadas ou aumento da taxa de exploração. Durante a industrialização inicial, as novas indústrias competiam com a produção artesanal, focando em bens simples para as massas.

Mais tarde, ao tentarem produzir uma variedade de bens consumidos por grupos sociais modernizados, essas indústrias utilizam tecnologia importada não alinhada com o nível local de acumulação de capital, mas sim com as demandas diversificadas desses grupos. Isso ampliou as disparidades sociais e refletiu a dependência cultural dos países periféricos. A organização da classe trabalhadora também influenciou significativamente as disparidades salariais entre setores industriais e de

subsistência, com o excedente apropriado pelos grupos privilegiados refletindo a pressão do processo de modernização. Em síntese, Furtado (2013) explica como a adoção de padrões de consumo dos países centrais pelos países periféricos não somente moldou suas economias, mas gerou desigualdades internas e uma forte dependência econômica e cultural, e a própria supressão da cultura local.

Celso Furtado (1974; 2013), aponta a existência de uma espécie de colonização cultural. Ao trazer à tona as perspectivas marxistas de uma consciência de classe que levaria à emancipação da classe trabalhadora, especificamente o trabalho *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, em que Marx menciona os paysans parcellaires, que apoiaram Luís Bonaparte, observando que, embora não tivessem consciência de classe, constituíam uma classe porque defendiam seu estilo de vida, interesses e cultura em oposição às outras classes sociais, Furtado (idem) argumenta a necessidade da existência de uma autonomia cultural para existência de uma classe: “Ora, nos países capitalistas cêtricos, essa autonomia cultural, no que se refere à classe trabalhadora, foi consideravelmente erodida” (Furtado, 1974, p. 84). Em se tratando dos países periféricos, a colonização cultural tem raízes na cooperação das elites locais, interessadas em manter altas taxas de exploração, e dos grupos internacionais que controlam a economia global a partir do centro do sistema, conforme alude o autor:

Nos países periféricos, o processo de colonização cultural radica originalmente na ação convergente das classes dirigentes locais, interessadas em manter uma elevada taxa de exploração, e dos grupos que, a partir do centro do sistema, controlam a economia internacional e cujo principal interesse é criar e ampliar mercados para o fluxo de novos produtos engendrados pela Revolução Industrial (Furtado, 1974, p. 84-85)

Este processo facilita a introdução de práticas de “intercâmbio desigual”, historicamente caracterizadas pelas relações desequilibradas entre o centro e a periferia do sistema capitalista. Nesse sentido, esse processo de modernização dependente, modela padrões de comportamento, cristalizando um padrão de divisão internacional do trabalho e

realizando a condução de um mimetismo sociocultural e a desvalorização das culturas populares.

A modernização dependente fez que a ruptura da síntese barroca conduzisse a padrões de comportamento imitativos, a um crescente bovarismo, e não a novo processo cultural criativo, à diferença do ocorrido na Europa com a passagem da visão do mundo medieval para o humanismo. O distanciamento entre elite e povo será o traço característico do quadro cultural que emerge nesse período, produzido pela modernização dependente. (...) Na escala de valores desse quadro cultural, a simples visita de uma companhia teatral europeia a uma cidade do país assumia a significação de acontecimento cultural marcante na vida de uma geração. O povo era reduzido a uma referência negativa, símbolo do atraso, atribuindo-se significado nulo à sua herança cultural não europeia e recusando-se valia à sua criatividade artística (Furtado, 2013, p. 232).

Nessa perspectiva, como dito anteriormente, os países do centro exercem certa influência sobre os valores culturais e os padrões de consumo das sociedades periféricas, mediante um sistema estrutural de subordinação cultural, onde um setor moderno avançado adota padrões culturais impostos pelos países desenvolvidos, enquanto um setor marginalizado permanece atrasado em relação aos padrões modernos de desenvolvimento. Assim, a elite social dominante que sonha com a europeia e se beneficia pela disparidade social de acesso a bens de consumo, perpetua essa dinâmica através do controle do poder e do capital, subjugando os estratos sociais mais amplos em prol da manutenção de valores alheios à realidade nacional. Assim, as inovações e criatividade são subordinadas à uma demanda externa econômica que constrói um estilo de vida estrangeiro, a acumulação é realizada por um mimetismo cultural que vem dos países do centro, gerando uma dependência cultural que dificulta qualquer possibilidade de desenvolvimento e emancipação, levando sempre estes países a condição de subdesenvolvimento. Para solucionar o problema da dependência cultural e da condição humana relegada a meros consumidores é preciso que continuemos a contribuir para o

enriquecimento do patrimônio comum da humanidade através da criatividade humana.

Durante muito tempo prevaleceu por toda a parte a tendência a imaginar que o desenvolvimento é a formação de capacidade produtiva. Ora, a experiência tem demonstrado amplamente que o verdadeiro desenvolvimento é principalmente um processo de ativação e canalização de forças sociais, de avanço de capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da inventividade. Portanto, trata-se de um processo social e cultural, e só ancilarmente econômico (Furtado, 1983, p. 148).

A vontade política também tem o papel importante de canalizar forças criativas para a reconstrução das estruturas sociais e redução das tensões geradas pela acumulação, de modo que o Estado é responsável por direcionar um aparato criativo de formas de ações que abram amplas possibilidades e espaços para o desenvolvimento criativo das potencialidades das nossas culturas, como é o caso das culturas populares:

(...) desprezado pelas elites, o povo continua seu processo formativo com considerável autonomia, o que permitirá que as raízes não europeias de sua cultura se consolidem e que sua força criativa se expanda menos inibida, em face da cultura da classe dominante. A diferenciação regional do Brasil deve-se essencialmente à autonomia criativa da cultura de raízes populares (Furtado, 2013 p. 232).

A cultura popular se refere às tradições, costumes, usos e memórias das classes populares (Bosi, 2000). Sendo o ser humano herdeiro de um longo processo cumulativo de experiências e do meio cultural no qual ele foi socializado, este incorpora as experiências das gerações que o antecederam (Laraia, 2020). Dito isso, os fazedores das culturas populares apresentados neste artigo são de raízes históricas afro-brasileiras e afro-indígenas. São trabalhadores(as) que encontraram na cultura popular uma forma de se defenderem das opressões das culturas dominantes, a exemplo da cultura de massas. Nesse sentido, a cultura popular se trata

das concepções de mundo das classes subalternizadas, de modo que as reflexões acerca da cultura popular estão diretamente ligadas às lutas históricas das classes populares em defesa dos seus direitos e territórios. Nesse contexto, dentro de uma perspectiva de luta de classes, a cultura popular não é neutra, é profundamente política.

Destarte, a cultura popular se configura como concepções de mundo, comportamentos e formas de experienciar a realidade social alternativas às classes hegemônicas. Nela é possível conceber uma resistência à indústria cultural e à cultura de massa. A cultura de massa, diferente da cultura popular, não tem raízes na vida cotidiana dos sujeitos, ela produz modas (Bosi, 2000). A Indústria cultural de modo semelhante, relaciona-se ao mercado, através da reprodutibilidade técnica, a cultura é transformada em um produto do mercado, cujo objetivo é a uniformização dos sujeitos por intermédio do consumo, de modo que, não é feita por sujeitos que se nela se reconhecem e encontram pertencimento, é somente industrializada e reproduzida de acordo com os interesses das classes dominantes.

Embora as relações entre cultura de massa e cultura popular sejam muito delicadas, de modo que o capitalismo adentra nos meios de comunicação e tenta reduzir as manifestações populares como folclore para o turismo e seus símbolos sejam espetacularizados (Bosi, 2000; Canclini, 1983), diferentemente do que os teóricos críticos pensavam, a cultura não foi totalmente engolida pela reificação e pela reprodutibilidade técnica, na verdade, temos a cultura popular como uma resistência frente a uniformização da sociedade descrita.

Conforme Gramsci (1995), mesmo que seja fragmentada e sofra com as diversas influências da cultura hegemônica, a cultura popular possui uma visão de mundo própria, tenaz e com capacidade para transformar a realidade social. Assim, a cultura popular por se destoar dessa lógica da racionalidade moderna e capitalista, adquire uma roupagem política de transformação social.

Destacando a dimensão dos cocos de roda, temos que segundo José Aloísio Vilela (1980), a prática é originada do Quilombo dos Palmares, e foi iniciada através dos povos escravizados africanos que catavam e quebravam coco em um ritmo de trabalho específico que possibilitou o surgimento da música. Em concordância com Vilela (1980), Câmara Cascudo (1979) afirma que foram homens e mulheres escravizados que trabalhavam como “quebradores de coco” ou atividade “coqueira” que

deram início ao folguedo, surgindo provavelmente nos batuques do século XVI. Nesse sentido, o coco surge vinculado às vivências materiais destes sujeitos que enquanto trabalhavam criavam versos e rimas relativos ao seu cotidiano. Em outras palavras, a função original dos cocos era ser um canto de trabalho para acompanhar a quebra de cocos, sendo os instrumentos, sobretudo de percussão: pandeiros, bombos e ganzás (Cascudo, 1979). Destarte, compreendemos o coco de roda como uma expressão cultural do nordeste brasileiro, originado especificamente no estado de Alagoas, que carrega aspectos de matriz africana e indígena em suas danças (Silva, 2014). Ainda tendo em vista que a cultura popular se trata da concepção de mundo das classes subalternizadas, suas vivências e lutas, consideramos sua origem como advinda do trabalho, nos termos de Canclini, ao elaborarmos a concepção de culturas como vinculadas às realidades materiais objetivas de seus sujeitos.

O coco de roda apresenta originalidade e tenacidade, construindo identidades contra-hegemônicas. Dito isso, o coco engloba em sua tessitura poesia, música, canto e coreografias típicas de maneira simultânea. Ainda, as características da dança como a umbigada, os instrumentos de percussão, e o canto cujas estrofes são seguidas de refrão são referências culturais africanas, presentes no samba de roda e no jongo (Ayala, 1987). Assim, o coco de roda é construído por grupos que foram marginalizados e estigmatizados. Embora tenha passado por inúmeras transformações, sendo vivenciado de formas distintas dependendo da territorialidade, o coco de roda segue sendo uma maneira de resistência em meio a uma cultura que empreende os imperativos do mercado. Por conseguinte, a cultura popular carrega ritos, crenças, símbolos e signos que representam as classes populares. Ainda, de forte ancestralidade, a cultura popular é resistente às transformações da modernidade, mas sem deixar de ter suas próprias transformações (Aibi, 2004).

Práxis de resistência da cultura popular e a perspectiva furtadiana de desenvolvimento cultural

Segundo Canclini (1983), a cultura é um instrumento voltado para a compreensão, reprodução e transformação do sistema social, através do qual é elaborada e construída a hegemonia de cada classe. Nessa perspectiva, a cultura está diretamente ligada às estruturas materiais,

uma vez que se refere a todas as práticas, coisas e intuições existentes na sociedade. Assim, reproduzir sentidos é necessariamente reproduzir a materialidade. A cultura não é uma abstração espiritual desvinculada das materialidades sociais, trata-se de um processo social de produção, não estando alheia às infraestruturas de produção e reprodução da vida, assim:

Toda produção de significado (filosofia, arte e a própria ciência) é passível de ser explicada em termos de relação com suas determinações sociais. Mas essa explicação não esgota o fenômeno. A cultura não apenas representa a sociedade; cumpre também, dentro das necessidades de produção de sentido, a função de reelaborar as estruturas sociais e imaginar outras novas. Além de representar as relações de produção, contribui para sua reprodução, transformação e para criação de outras relações (Canclini, 1983, p. 29-30).

Para compreender a cultura é preciso compreendê-la como um processo social e material, de modo que as questões relativas à economia não estão separadas da cultura, compondo uma totalidade indissociável. Nesses termos, as culturas populares também surgem a partir das condições materiais de vida e estão profundamente vinculadas a estas, como por exemplo as canções entoadas pelos participantes do coco que estão carregadas do trabalho material e da realidade que vivenciam, portanto, a vivência material do trabalho não se separa das práticas culturais.

As culturas populares (termo que achamos mais adequado do que a cultura popular) se constituem num processo de apropriação desigual dos bens econômicos e culturais de uma nação ou etnia por parte dos seus setores subalternos e pela compreensão, reprodução, e transformação, real e simbólica, das condições gerais e específicas do trabalho e da vida (Canclini, 1983, p. 42).

Nessa ótica os participantes da cultura popular tecem os processos de reprodução, representação e reelaboração simbólica através do compartilhamento das condições gerais materiais, isto é, de produção, circulação e consumo do sistema em que vivem. Nesse entendimento de cultura e economia como processos indissociáveis e imbricados entre si, Celso Furtado (2013) realiza uma importante contribuição para pensarmos cultura no campo do desenvolvimento. No pensamento furtadiano, a cultura ganha uma dimensão de protagonismo.

Ao analisar o prisma histórico-social da sociedade com base nas contribuições marxistas e da escola de Frankfurt, Furtado (2013, p. 224) alude que: “A história da civilização industrial pode ser lida como uma crônica do avanço da técnica, ou seja, da progressiva subordinação de todas as formas de atividade criadora à racionalidade instrumental”, cuja corrida pelo crescimento via essa racionalidade instrumental gera a uniformização e coisificação dos sujeitos. Nesse sentido, capitalismo se caracteriza também por uma dimensão ideológica que molda escolhas e comportamentos dos indivíduos, de modo a subordinar a criatividade humana ao projeto de acumulação (Furtado, 2013) e o ser humano a mera condição de um *homo economicus*.

Na economia capitalista o processo de acumulação marcha sobre dois pés: a inovação, que permite discriminar entre consumidores, e a difusão, que conduz à homogeneização de certas formas de consumo. Ao consumidor cabe um papel essencialmente passivo: a sua racionalidade consiste exatamente em responder “corretamente” a cada estímulo a que é submetido. As inovações apontam para um nível mais alto de gastos, que é a marca distintiva do consumidor privilegiado. Mas o padrão inicialmente restritivo terá de ser superado e difundido, a fim de que o mercado cresça em todas as dimensões (Furtado, 2013, p. 224).

Nesse processo as leis do crescimento tendem a condicionar a criatividade, de modo que a medida em que a criatividade é posta a serviço da acumulação: “os meios tendem a ser vistos como fins, produzindo a ilusão de que todo avanço da “racionalidade” na esfera econômica

contribui para a libertação ou desalienação do homem” (Furtado, 2013, p. 2025). Em concordância com a crítica frankfurtiana à modernidade e ao ideal de progresso, Furtado está nos explicando que a acumulação passa a ser o fim último da realização humana e que esse progresso em nada se traduz em redução de irracionalidade, ao contrário, promove um embotamento cultural. Em outras palavras, a criatividade que deu à luz a civilização e a toda cultura objetiva em que somos expostos, e dela derivamos nossas subjetividades, foi progressivamente canaliza a lógica dos meios, subordinada a uma racionalidade formal que coloca o ser humano como um objeto a ser analisado, condicionado e programado (Furtado, 2013).

Nesse sentido, Furtado (2013) realiza uma contundente crítica às concepções de desenvolvimento reducionistas e restritivas ao ponto de vista meramente econômico, apontando a relevância da cultura, sobretudo, da cultura popular no que tange aos aspectos do desenvolvimento. Em suas análises Celso Furtado levou em consideração os fatores históricos, geográficos, sociais, políticos e culturais, assim em sua concepção cada país têm características singulares, de modo que não existe um modelo econômico perfeito que sirva para atender a todas as sociedades. Nesse sentido, na contramão da objetividade analítica proposta em sua época, Celso Furtado constrói o método histórico-estrutural.

Com efeito, a acumulação e a criatividade não estão dissociadas dos fenômenos do desenvolvimento. Em outras palavras, o escopo da acumulação está entre os impulsos fundamentais que tecem a identificação dos sujeitos no mundo, que por sua vez, está subordinado ao processo de transformação do mundo físico. Dito isso, para Furtado (2013), a cultura tem grande potencial criativo e identitário, principalmente no que se refere às manifestações populares, uma vez que são resistentes a esse modo de vida tecnicista e instrumental. Pautam a sua realidade material de modo dinâmico e multilinear, nessa perspectiva, Celso Furtado (2013) percebeu que a valorização e preservação da cultura popular são de suma importância para que a sociedade brasileira possa atingir pleno e genuíno desenvolvimento independente e criativo, de modo que essa cultura popular é capaz de fortalecer a independência cultural, promovendo a superação dos padrões de consumo e de vida oriundos do capitalismo.

Cultura popular e desenvolvimento: a práxis da economia criativa

Nesta seção abordaremos as práticas da cultura popular local que fomentam a economia criativa e contribuem para o desenvolvimento econômico da localidade na perspectiva furtadiana de desenvolvimento cultural. Compreendemos que a promoção da cultura atua na formação de valores, na construção de identidades e no desenvolvimento de uma sociedade mais solidária, mais humana e mais pertencente. Nas próprias falas dos entrevistados, podemos perceber os valores que são agregados de forma benéfica à própria identidade local.

E na questão turística, o território, junto à sua identidade local, é um produto gerador de valores, que são agregados. Você tem esta fonte de identificação das linguagens artísticas que este território desenvolve historicamente, como a identificação dele, também, é um grande formador de valor. **A economia criativa tem como vetores de formador de valor, o turismo e as identidades locais.** Tem uma parte lá, um relatório que eu estava lendo outro dia, acho que é das Nações Unidas, que fala sobre isso, que **a economia criativa agrega valor quando você consegue transformar aquilo num produto único.** E as culturas locais, que têm esta coisa de construção histórica, de processos sociais, são valores únicos. E elas estão ligadas ao turismo, também. Mas, em muitos locais, isso não é trabalhado. **Para falar a verdade, eu não vejo nenhum lugar onde isso é trabalhado de forma conjunta** (Carlos Boró / Coco Juremado).

Entretanto, esses valores agregados não são visibilizados como parte do desenvolvimento local, tampouco se preocupa em incluir a participação dos próprios agentes da cultura popular na formulação destas políticas. Ou acontece como abordado no subtítulo anterior, os símbolos

são exibidos como meros artefatos mercadológicos e suas histórias não são devidamente contadas.

É este conflito. A classe hegemônica, dominante, as pessoas que comandam a cena econômica e política da cidade sentem essa importância. Elas fazem parte deste processo, mas elas têm medo de que isso tome uma proporção maior. E é lógico que quem está no poder não vai abrir mão desta ordem instituída, porque eles estariam abrindo mão do poder econômico e do poder político. Eles têm que manter isso para manter o ciclo de dominação, de forma bem suavizada (Carlos Boró / Coco Juremado).

No discurso de Boró podemos aprender e aprofundar a situação da disparidade de valor atribuída aos bens culturais abordada por Furtado, ao trazer à tona o colonialismo cultural bem aproveitado por essa elite local, que não se reconhece nos símbolos culturais nacionais, elaborados pelo povo, e também como apontado por Celso Furtado ignora totalmente essa cultura popular, não a enxergando como um potencial de desenvolvimento econômico.

Em Recife eu não vejo a gestão pública participando tanto do turismo, com esse valor agregado da cultura. **Vejo mais nas próprias pessoas, que fazem a cultura. Elas exploram muito bem isso.** Os festeiros, os galpões, os barracões, os locais onde os brinquedos acontecem, lotados de turistas. **Mas não vejo o poder público fazendo disso uma política pública, de vetor econômico** (Carlos Boró / Coco Juremado).

Em outras palavras, são os próprios agentes populares que mantendo as tradições vivas, contribuem no fomento do desenvolvimento econômico local, mesmo que sem o devido apoio do poder público. Outra questão fundamental abordada pela entrevistada Raphaela Ribeiro do Trans Coco, refere-se acerca da necessidade de geração de oportunidades para a cultura popular, observe abaixo:

Através de oportunidades. Se a gente não tem oportunidade, a gente não tem o desenvolvimento econômico. Tem muito espaço aqui que tem sua brincadeira de coco estabelecida. **E por que não se tem um olhar humanizado para que estes espaços não morram? São espaços que trabalham a sustentabilidade, trabalham o fomento da cultura raiz, como o Maracatu de Dona Olga. Tem espaços maravilhosos! Truká, Casebre, Paranhã Puka...** São espaços muito importantes para o município. Porque, independentemente de políticas públicas serem efetivadas ou não, existem. A gente não perde.

Os espaços culturais citados pela entrevistada, são o que nesta pesquisa chamamos de espaços de resistência, cujos locais, tivemos a oportunidade de visitar no decorrer da pesquisa. Nesses lugares, a exemplo do Truká, ocorrem apresentações dos grupos culturais da cidade, também de cantores independentes locais que movimentam a cidade, através do turismo, mas também do público da própria comunidade, fortalecendo assim os laços de interação e sociabilidade. Outro dado relevante, como já citado anteriormente, a vinculação da cultura popular ao trabalho e aqui destacamos o coco de Roda, como uma manifestação que desempenha um papel forte na sustentabilidade e na economia local, como citado ainda pela nossa entrevistada.

Então trazer a sustentabilidade, trabalhar os ODS, que são as coisas com as quais conseguimos trabalhar. **Com o coco, o alimento, o fruto, a gastronomia, o artesanato, as próprias brincadeiras de cultura popular, tudo aquilo que a gente consegue resgatar, e não descartar.** É entender que devemos utilizar tudo aquilo que a natureza nos proporciona. Igarassu é a cidade dos coqueirais. **Do coco nós temos o fruto; do fruto, o artesanato, o empreendimento, a economia.** E na diversidade o Trans Coco, a transgenitalização, a transformação de vida, para onde a gente quer chegar. Então tem toda uma ligação, de transição. De formação do fruto, dos resíduos que sobram para grandes empreendimentos e grandes transformações (Raphaella Ribeiro / Trans Coco).

Nesse sentido, as práticas de resistência dos grupos são incansáveis fomentadoras de um desenvolvimento econômico sustentável e criativo, nos termos de Furtado (2013). Temos ainda, por exemplo, as sambadas quinzenais realizadas pelo Rala coco Maria.

O Rala Coco Maria, podemos dizer, de janeiro a janeiro faz uma sambada que é gratuita. **E esta sambada ajuda na economia local, porque as pessoas vão ali para vender o lanche. Elas não são contempladas pelas barracas da prefeitura, mas elas enxergam ali na sambada uma ajuda para colocar o seu produto, para vender.** Então muita gente liga para saber se vai ter este mês. É uma ajuda que elas têm (Greice / Rala Coco Maria).

Além disso, o grupo promove outras ações de incentivo à cultura popular, bem como esperança a construção de uma história descolonial. Nesse sentido, a entrevistada Greice destaca as poucas referências que o poder público faz das pessoas que formaram o município, isto é, as trajetórias de pessoas negras e indígenas permanecem sendo invisibilizadas, mas a cultura popular é o sopro da esperança na elaboração e ressignificação da história.

O Entre o Coco e a Dança forma novo bailarinos e recicla aqueles que estão parados há muito tempo. **O Coco de Criança, que tem o nome “coco”, mas elas têm contato com vários ritmos da cultura brasileira. Tem os espetáculos de teatro, que são colocados para editais, como “Meu Corpo Sangra, Meu Corpo Chora”, tem o que é de Joel, e a Ópera Negra, que vai ser a primeira de Igarassu, e a segunda do nordeste. A primeira foi na Bahia. Ela trará não só artista negros, porque quando de fala da história do Brasil, tem a miscigenação. Mas vem trazendo aí um resgate de 100 anos da história da nossa cidade. Uma história que você não acha num museu. No Museu de Igarassu são poucas as referências do povo que formou esta cidade.**

No mesmo sentido político, histórico e de um desenvolvimento sustentável e criativo, o grupo realiza há sete anos o FEMIG (Festival Multi Cultural Igarauçu) Nos anos de 2023 e 2022 tivemos a oportunidade de participar do festival que todos os anos traz a discussão de raça e classe em roda de diálogo pública para a comunidade, bem como, traz diversos grupos e artistas da cidade para se apresentarem de forma gratuita para o público, fomentando a cultura popular, o turismo e a economia criativa.

São essas formas de vida e existência de uma imensa criatividade humana presentes na cultura popular que elaboram práticas de resistência ao consumo, ao modismo, a reprodutibilidade técnica que, nesse sentido, são maneiras alternativas de enfrentamento do mito do desenvolvimento, abrindo caminhos para a existência de um desenvolvimento econômico sustentável e criativo que se relaciona com a vivência das comunidades locais.

Considerações finais

Celso Furtado ao investigar a relação entre economia e cultura, destaca como as raízes culturais populares são capazes de impulsionar o desenvolvimento pleno da América Latina, sobretudo do Brasil. Ao desenvolver suas construções teóricas acerca da economia, considera a interação entre os aspectos culturais, geográficos e históricos. Furtado, retira a cultura da margem que fora relegada pelos modelos econômicos vinculado a teoria do desenvolvimento ao evidenciar que a cultura possui um potencial crucial para realizar a construção de novos modelos econômicos mais adaptados às realidades de cada local.

Como vimos, o desenvolvimento é considerado como um processo criativo em que as sociedades utilizam e necessitam desse processo para desenvolver o seu modo de viver, principalmente em meio às dificuldades econômicas, políticas e sociais. Portanto, essa ótica alude que é parte do desenvolvimento a diminuição das desigualdades (sociais e regionais), bem como, a promoção da cidadania e da inclusão social

Assim, as culturas populares, em especial, o coco de roda aqui abordado possui uma importância significativa para o desenvolvimento econômico e fortalecimento da independência cultural, promovendo a superação dos padrões de consumo e de vida oriundos do capitalismo dos

países do centro. Finalmente, este trabalho espera contribuir não só para elucidar a atualidade do pensamento furtadiano, mas também para que as políticas públicas sejam formuladas por um olhar humano e atento à cultura popular.

Referências

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Marx. O Conceito de Esclarecimento. In: _____. A Dialética do Esclarecimento. 1947.

AYALA, Marcos. Cultura popular no Brasil: perspectiva de análise. São Paulo: Ática, 1987.

ABIB, Pedro R.J. **Capoeira Angola: cultura popular e o jogo dos saberes na roda**. 2004. p. 171-176. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Unicamp, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BOSI, Ecléa. **Cultura de Massa e cultura popular**. 10. ed, Petrópolis: Vozes, 2000.

CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CASTRO-GOMEZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 4. e.d. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

SANTOS, Theotonio Dos. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Insular Livros, 2020.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina. In: **Colóquio Internacional Marx e Engels**, 5., 2007, Campinas. Anais do V Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas: UNICAMP, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2024.

FURTADO, Celso. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, Celso. *Essencial*. Apresentação e organização: Rosa Freire d'Aguiar. Prefácio: Carlos Brandão. São Paulo: Penguin Classics: Companhia das Letras, 2013.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HABERMAS, Jürgen. A crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos estudos CEBRAP*, v. 18, 1987.

KERNER, I. Condições pós-coloniais abusivas e as tarefas da Teoria Crítica. *Civitas: Revista De Ciências Sociais*, v. 22, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2022.1.41728>. Acesso em: 29 jun. 2024.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina – Dependência e integração*. São Paulo: Página Aberta Ltda, 1992.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro 1. V. 1. 13. ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SILVA, Cicero Pedroza da. **Coco de roda novo quilombo: saberes da cultura popular e práticas de educação popular na comunidade quilombola de Ipiranga no Conde-PB.** 2014. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SIMMEL, Georg. A Divisão do Trabalho como Causa da Diferenciação da Cultura Subjetiva e Objetiva. In: SOUZA, Jessé; OELZE, Berthold (Orgs.). **Simmel e a Modernidade.** Brasília: Ed. UnB, 2005. p. 41-76.

TYLOR, Edward B. **Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art, and Custom.** Vol. I. London: John Murray, 1920.

VILELA, Aloísio. **O coco de Alagoas: origem, evolução, dança e modalidades.** Museu Théo Brandão, UFAL, 1980.

WEBER, Max. **Política como Vocação.** In: GERTH, H.; MILLS, C.W. (Eds.). Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: LT, 1982.



LIMITES DO DESENVOLVIMENTO

FURTADO E *O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO*: UMA CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO

Ricardo Zimbrão Affonso de Paula¹

João Carlos Souza Marques²

Dionatan Silva Carvalho³

Introdução

O ensaio apresentado se insere na efeméride do quinquagésimo aniversário do livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, escrito por Celso Furtado e publicado em 1974. Composto por quatro ensaios, a obra se baseia em um problema prático observado para além de uma análise tradicional — os impactos socioambientais causados pela sociedade industrial

1 ricardo.zimbrão@ufma.br; <https://orcid.org/0000-0002-3559-2398> ; <http://lattes.cnpq.br/1951164286797046>

2 Economista, Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela UFMA, Diretor Adjunto do Tesouro do Estado do Paraná, Conselheiro Efetivo do CORECON-MA, Presidente do COMDES. Pesquisador do Grupo de Estudos em Economia Regional Aplicada (ERA) e do Grupo de Pesquisa em Política Econômica (GAPE). joao_csm@hotmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-8661-4040> ; <http://lattes.cnpq.br/8192543988419625>

3 Economista, Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela UFMA, especialista em estatística pela UEMA, doutorando em Políticas Públicas pela UFMA, presidente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Economia Regional Aplicada (ERA). dionatan.carvalho@uol.com.br; <https://orcid.org/0009-0001-3145-990>; <http://lattes.cnpq.br/6747245254799959>

capitalista — que ganhou relevância política e científica naquele período, especialmente após a publicação do estudo *Limites do crescimento*, em 1972. Furtado, a partir dessa questão, não se limitou a uma análise tradicional; ele avançou para uma crítica profunda ao conceito de desenvolvimento econômico, particularmente no contexto dos países periféricos.

Desse problema prático e de sua crítica, o autor fez uma *reflexão teórica*, em perspectiva histórico-estrutural das características socioeconômicas dos países periféricos, de modo a contribuir com um novo olhar, para além do que ele chamou de *profecia do colapso*, corolário do estudo *Limites do crescimento*. Ou seja, se o problema dos impactos socioambientais causados pela sociedade industrial capitalista era um fato inquestionável, um problema maior, também causado por essa mesma sociedade era ignorado: o *subdesenvolvimento e a dependência*, como trajetória dos países periféricos.

A partir da crítica ao estudo *Limites do crescimento*, Furtado propõe uma reflexão teórica que transcende o mero colapso ambiental, focando no subdesenvolvimento e na dependência como trajetórias inevitáveis para os países periféricos no contexto do capitalismo global. O autor usa o exemplo brasileiro para evidenciar essa crítica, analisando como o modelo de desenvolvimento industrializado do país, a partir da década de 1950, reflete uma dependência estrutural — técnica e produtiva — do centro capitalista. Furtado conclui que a ciência econômica convencional, pensada e praticada no centro, é incapaz de responder adequadamente aos desafios do desenvolvimento econômico nas periferias, reforçando a necessidade de uma crítica que leve em consideração essas realidades.

Para aprofundar a análise deste livro, optou-se por utilizar a análise do conteúdo acompanhado da perspectiva do discurso como procedimento metodológico, uma abordagem amplamente aplicada por historiadores do pensamento econômico. Assim, a primeira seção do ensaio se concentra na análise de conteúdo no contexto do pensamento econômico furtadiano, subdividido em dois tópicos: a importância de Celso Furtado no pensamento econômico brasileiro e latino-americano, e seu método. As seções seguintes são dedicadas à análise crítica dos três primeiros ensaios do livro. Por fim, a conclusão aborda o conteúdo de *O Mito do Desenvolvimento Econômico* e sua crítica à teoria econômica convencional, reforçando a coerência metodológica e focando na análise de conteúdo como ferramenta central para interpretar a obra

A análise do discurso no pensamento econômico furtadiano

Os historiadores do pensamento econômico, conscientes ou não, aplicam a análise do discurso dos seus sujeitos em obras pesquisadas. Não é diferente nesse ensaio. O que se denomina de *análise do discurso*, é o método que ancora o campo de conhecimento da Linguística e que disciplinas de outras ciências se utilizam para analisar suas respectivas linguagens científicas.

De acordo com a literatura linguística,⁴ a *análise do discurso* possui dois conceitos principais, a saber: *discurso* e *texto*. O primeiro define-se como a *prática social da produção dos textos*; o segundo, o *produto da atividade discursiva*, o objeto empírico, sobre o qual o pesquisador capta sua investigação científica. O corolário da *análise do discurso*, é que *todo discurso é uma construção social*, que reflete uma visão de mundo a que se vincula seus autores e à sociedade em que se inserem. Portanto, todo discurso somente pode ser analisado dentro de um contexto histórico-social.

A História do Pensamento Econômico, entendida como a evolução das ideias e das teorias econômicas ao longo do tempo, seus autores, aspectos metodológicos, suas conexões com a realidade sócio-históricas, como se transformaram ou não em políticas econômicas, sua durabilidade enquanto postulados e suas influências no pensamento social em geral, se vale amplamente da *análise do discurso* para examinar as *ideologias* e os projetos sociais (ou se preferir, de poder) que moldam a comunicação de suas respectivas visões de mundo. O *discurso* serve de conexão entre visão de mundo (teoria) e seu método (o fazer), sendo mediada pela ideologia.

A própria definição de *ideologia* é bastante polêmica. Contudo, entende-se aqui que não se está esgotando o conceito em sua variante

4 Existe uma vasta literatura linguística da análise do discurso. Nesse estudo, consultou-se as seguintes referências: ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1990. GADET, F. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. Um estudo da análise do discurso aplicada à obra de Celso Furtado, consultar: NUNES, G. P. *Formação econômica do Brasil: uma análise do discurso em Celso Furtado*. (Dissertação de Mestrado). São Luís: PPGDSE/UFMA, 2023.

gramsciana: a *ideologia* é uma concepção do mundo que se manifesta em todas as esferas de existência, seja na arte, no direito, na atividade econômica, na ciência (Gramsci, 1981; p. 16).

A análise do discurso que se empreende nesse ensaio, procura examinar como o texto *O Mito do Desenvolvimento Econômico* se insere no pensamento econômico furtadiano, tomando como base o contexto em que foi escrito. De modo específico, procura-se analisar como a ideologia de Celso Furtado se materializa no seu discurso científico e como esse discurso se materializa no seu projeto social.

Celso Furtado no pensamento econômico brasileiro e latino-americano

Guido Mantega afirmou que a publicação de *Formação Econômica do Brasil*, em 1959, marcou um divisor de águas para o pensamento econômico brasileiro, inaugurando o que ele chamou de início de uma Economia Política Brasileira. Segundo Mantega, a produção científica nesse campo disciplinar alcançou maior profundidade e abrangência, com trabalhos que se tornaram mais sistemáticos e abrangentes (Mantega, 1984; p. 11-19). Essa perspectiva é corroborada por Bielschowsky ([1988] 2000, p. 162), que vê a obra como um pilar na consolidação da consciência desenvolvimentista brasileira.

Esses dois autores contribuíram significativamente para a sistematização da disciplina ao articular as ideias econômicas emergentes e os modelos de desenvolvimento propostos nas décadas de 1950 e 1960 (Mantega, 1984) e ao conectar essas correntes de pensamento ao ciclo ideológico predominante no desenvolvimento econômico nacional entre as décadas de 1930 e 1960 (Bielschowsky, 1988). Ambos apontam que a economia política brasileira surgiu de um embate ideológico entre frentes que defendiam projetos político-econômicos antagônicos para o Brasil (Malta, et al., 2011; p. 30).

Foca-se na sistematização feita por Bielschowsky. O autor analisou o período entre 1930 e 1964, justificando essa periodização pelo contexto de início e amadurecimento do nosso processo de industrialização. O conceito-chave que utilizou para classificar aquele período foi o *desenvolvimentismo*. Esse, por sua vez, foi definido por ele, como a *ideologia* de transformação da sociedade brasileira que deu suporte ao projeto econômico

nacional. Tal projeto era composto por quatro objetivos fundamentais, a saber: (a) a industrialização como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; (b) a necessidade do Estado em planejar esse processo; (c) o planejamento voltado para a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e (d) o Estado como executor da expansão, por meio da captação e orientação dos recursos financeiros e promoção dos investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada fosse insuficiente (Bielschowsky, [1988] 2000a; p. 7).

A partir desse marco conceitual ancorado no *ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, o autor analisou como se organizou e se comportou as cinco correntes de pensamento econômico que ele delimitou; quais sejam: o *neoliberalismo*, o *desenvolvimentismo do setor privado*, o *desenvolvimentismo do setor público “não nacionalista”*, o *desenvolvimentismo do setor público “nacionalista”* e a *corrente socialista*. De forma separada, o autor incluiu a obra do economista Ignácio Rangel, já que, tal como afirmou, não conseguiu encaixar aquele autor nas correntes delimitadas.

O *ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, como movimento real da economia brasileira, no período, foi subdividido da seguinte forma: 1930/1945 – as origens do desenvolvimentismo; 1945-1955 – o amadurecimento do desenvolvimentismo, distribuídos cronologicamente em: 1945/1947, 1948/1952 e 1953/1955; e, 1956-1964 – o auge e a crise do desenvolvimentismo, distribuídos em: 1956/1960 e 1961/1964.

Furtado se insere na sistematização de Bielschowsky na corrente *desenvolvimentista do setor público nacionalista*. Sua contribuição para o pensamento econômico brasileiro, segundo o autor, foi refinar e aplicar as teses estruturalistas cepalinas⁵ ao projeto nacionalista dos desenvolvimentistas do setor público. Esses emergiram no contexto das transformações econômicas, a partir de 1930, que introduziram mudanças importantes no quadro das instituições brasileiras, em especial, no período de centralização política do Estado Novo (1937/1945).

Com efeito, três características singularizam o conteúdo político daquela corrente de pensamento econômico (Bielschowsky, [1988]; p. 133-134). A primeira, diz respeito a defesa da liderança do Estado na

5 Em referência ao pensamento originário da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL.

promoção do desenvolvimento econômico. Desde o início, os economistas nacionalistas não dispensavam a contribuição do capital estrangeiro, mas limitava-o aos setores não estratégicos, bem como submetido a controles. A segunda característica, a política econômica fundamentava-se na submissão da política monetária à política de desenvolvimento. Por fim, o compromisso com as reformas sociais. Esse conjunto de fundamentos políticos estão presentes na obra furtadiana, em que o autor refinou ao longo do tempo e que, sem dúvida, foi incorporando nas formulações das próprias teses estruturalistas cepalinas, ao fazer parte da equipe inicial liderada por Raúl Prebisch, entre 1949 e 1953.

As teses estruturalistas, desenvolvidas por Furtado em conjunto com Prebisch,⁶ abordam a divisão internacional do trabalho entre Centro e Periferia e suas implicações para o desenvolvimento econômico dos países periféricos. A primeira tese trata da deterioração dos termos de troca, destacando como a especialização dos países periféricos em exportações de produtos primários, combinada com o avanço técnico nos países centrais, levou a uma disparidade crescente entre países ricos e pobres. A segunda tese refere-se à mudança no padrão de acumulação de capital na periferia, impulsionada pela industrialização espontânea que emergiu como resposta ao protecionismo nos países centrais e à menor demanda por produtos primários. Essa industrialização resultou em um modelo de crescimento voltado para dentro, mas gerou desafios como desemprego, desequilíbrio externo e inflação, conforme descrito na terceira e quarta teses. A quinta tese explora o processo de substituição de importações como uma característica específica da industrialização latino-americana, enquanto a sexta tese sugere o planejamento como um corolário

6 A formulação inicial das teses estruturalistas cepalinas encontra-se em três textos: PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais. (1949). In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000b; volume 1, p. 70-136. CEPAL. Estudo econômico da América Latina. (1949). In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000b; volume 1, pp., 137-178. PREBISCH, R. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000b; volume 1, p. 179-215. Tais teses estão resumidas em: BIELSCHOWSKY. Op. cit. 2000a, p. 15-29. BIELSCHOWSKY. Op. cit. 2000b, p. 24-36.

necessário para lidar com os desequilíbrios estruturais resultantes desse processo (Prebisch [1949], Bielschowsky, 2000b; p. 80-88).

Em cada uma dessas teses, Furtado foi refinando o pensamento cepalino, colocando-o em perspectiva histórica e defendendo como o projeto de desenvolvimento socioeconômico, a partir do planejamento estatal. É possível afirmar que Furtado tenha sido, nos quadros do estruturalismo, o que mais se dedicou a cobrir a análise cepalina com legitimação histórica (Bielschowsky, 2000b; p. 22).

Entretanto, para se compreender a contribuição de Furtado para o pensamento econômico brasileiro e latino-americano, aborda-se, em seguida, o seu método.

O método furtadiano

O método de análise econômica de Celso Furtado, conhecido como método furtadiano, é amplamente reconhecido por sua abordagem histórica e interdisciplinar. De acordo com Bresser-Pereira (2001, 2020), Furtado utilizava a teoria econômica de forma lógico-dedutiva, mas sempre partindo dos fatos históricos, reconhecendo a tendência de repetição desses fatos. Para Furtado, a teoria econômica não era apenas abstrata, mas também profundamente enraizada no contexto histórico, servindo como um guia para entender o desenvolvimento econômico. Ao integrar teoria econômica com a história, Furtado conferiu flexibilidade à sua análise, permitindo-lhe dialogar com outras ciências sociais, especialmente ao explorar as complexas interações entre mudanças econômicas, sociais, institucionais e culturais.

Furtado avançou a Economia Política ao aplicar seu método para analisar o desenvolvimento econômico, tanto de maneira geral (como no caso do capitalismo) quanto de forma particular (como na formação econômica do Brasil). Ele destacou a importância das instituições e da estrutura de classes sociais na formação econômica, sugerindo que o desenvolvimento econômico não pode ser separado de seu contexto histórico e político. Para ele, a acumulação de capital no capitalismo dependia não apenas de fatores econômicos, mas também de políticas estatais e das relações de poder entre classes sociais, refletindo um dinamismo institucional que influenciava diretamente o desenvolvimento.

A obra de Furtado também antecipou ideias que seriam desenvolvidas por autores neoinstitucionalistas, como Bruce R. Scott (2011), ao afirmar que o capitalismo só conseguiu criar condições para a democracia por meio da estabilidade institucional proporcionada pelo Estado-nação. Furtado argumentava que essa estabilidade institucional era crucial para o desenvolvimento, pois permitia que as forças produtivas se expandissem ao eliminar privilégios que limitavam o crescimento econômico. Ele via o Estado como o principal agente na articulação do desenvolvimento, capaz de reformar-se continuamente em resposta às pressões sociais e econômicas, garantindo assim o dinamismo econômico e a adaptação às mudanças.

Por fim, Furtado incorporou a noção de estratégia em seu método, enfatizando o papel do planejamento estatal no desenvolvimento econômico. Ele via o planejamento como uma técnica para elevar a eficiência dos centros de decisão, essencial para evitar que o poder econômico fosse monopolizado por forças políticas retrógradas ou grandes empresas internacionais. Para Furtado, o desenvolvimento era um processo conflituoso e dinâmico, que envolvia escolhas estratégicas e uma constante negociação de poder, refletindo um processo de desenvolvimento-subdesenvolvimento que poderia ser orientado por decisões autônomas e estratégicas do Estado. Assim, o método furtadiano não apenas refinou a teoria estruturalista latino-americana, mas também ofereceu uma visão crítica e pragmática para superar o subdesenvolvimento e a dependência.

O Mito do Desenvolvimento Econômico

*O Mito do Desenvolvimento*⁷ de Celso Furtado é uma obra combativa que, através de quatro ensaios, explora os limites socioambientais da sociedade industrial capitalista, abordando questões centrais como a sustentabilidade e a desigualdade global. A partir da crítica ao estudo *The Limits of Growth* (1972), Furtado destaca a importância do reconhecimento da finitude dos recursos naturais pelos países desenvolvidos, mas argumenta que o estudo falha ao ignorar as profundas desigualdades entre as economias centrais e periféricas. Ele sugere que as previsões de colapso não consideram o papel histórico e político da industrialização,

7 FURTADO, C. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Círculo do Livro S. A., 1974.

especialmente nos países subdesenvolvidos, onde a apropriação e utilização do excedente econômico são fatores-chave para entender o desenvolvimento global.

Furtado utiliza seu método histórico-estruturalista para explicar a origem da assimetria entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, identificando dois processos cruciais no surgimento do subdesenvolvimento: a aceleração da acumulação de capital e a intensificação do comércio internacional. Esses processos consolidaram a divisão internacional do trabalho, favorecendo a concentração de riqueza e poder nas economias centrais, enquanto as periferias permaneceram presas a uma estrutura econômica dependente e subdesenvolvida. O autor mostra como essa dinâmica histórica moldou o padrão de consumo e a industrialização, que se manifestaram de forma desigual e dependente na periferia.

Composto por quatro ensaios, ele parte de um problema real na época em que foi escrito, entre os anos de 1972 e 1974; ou seja, os *limites socioambientais da sociedade industrial capitalista*. Em 1972, foi publicado um estudo assinado por Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jørgen Randers, and William W. Behrens III, financiado pelo Clube de Roma, intitulado *The Limits of Growth*.

O estudo utilizou modelos computacionais para simular a interação entre o homem e o meio ambiente, considerando o crescimento populacional e o esgotamento dos recursos naturais. Concluiu-se que, se o consumo de recursos continuasse nos níveis daquela época, os recursos naturais se esgotariam em menos de 100 anos. Furtado, ao criticar essa análise, destacou a importância de *Limites do Crescimento*, observando que levou os países desenvolvidos a reconhecerem a finitude dos recursos naturais. No entanto, ele argumentou que a previsão de colapso ignorava o caráter predatório da civilização industrial e a desigualdade global. Furtado apontou que o estudo falhou ao não considerar as diferenças históricas e políticas entre as economias desenvolvidas e os países periféricos, ignorando o fenômeno do subdesenvolvimento e, assim, tornando suas conclusões irrelevantes.

Furtado conclui que a hegemonia das grandes empresas e a centralização das decisões econômicas no centro do sistema capitalista agravaram a pressão sobre os recursos naturais, mas de maneira diferente do que sugerido por *The Limits of Growth*. Ele critica a visão catastrofista do estudo, argumentando que ela não leva em conta as complexas interações

entre os processos de acumulação de capital, a evolução estrutural do capitalismo e as realidades socioeconômicas dos países periféricos. Essa análise revela que o verdadeiro desafio do desenvolvimento está na necessidade de superar o modelo de crescimento dependente e criar um sistema global mais equitativo e sustentável.

Com efeito, os problemas ambientais que emergiram com o capitalismo industrial e que, na década de 1970, havia atingido grau de preocupação na sociedade global, só poderia ser estudado e planejado, se levasse em conta o fenômeno do subdesenvolvimento e sua relação com a evolução estrutural do sistema capitalista. Ou seja, o ponto de partida para uma projeção de tendências de longo prazo do processo de crescimento econômico em escala planetária, deveria, segundo Furtado, se fundamentar na observação do comportamento histórico do bloco de economias que lideraram o processo de industrialização, nas quais puderam utilizar os recursos naturais de mais fácil acesso e que lograram o controle de grande parte dos recursos não-renováveis que se encontram em países subdesenvolvidos.

Em suma, o estilo de vida moderno, ancorado no consumo de bens industrializados, que por sua vez, é fruto da acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e que caracteriza as sociedades desenvolvidas, somente se viabilizou, porque na outra ponta, havia força de trabalho barata, recursos naturais baratos e heterogeneidade tecnológica que se reflete na natureza das relações externas, o que por sua vez, caracteriza as economias subdesenvolvidas.

Armado com o arsenal do método histórico-estruturalista, Furtado passou a explicar a origem histórica dessa assimetria entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Ou seja, o fenômeno do *subdesenvolvimento* emergiu na segunda metade do século XIX, cujas transformações econômicas ocorridas foram ordenadas em dois processos, segundo o autor. O primeiro, se relacionou com a aceleração da acumulação de capital. O segundo, a intensificação do comércio internacional. Ambos os processos engendraram aumentos substanciais da produtividade do trabalho, dando origem ao fluxo crescente de excedente que passou a ser utilizado para intensificar a acumulação, de modo a financiar a ampliação e diversificação do consumo privado e público, notadamente, situado nos países líderes do processo de industrialização.

De acordo com Furtado, tal sistema tendeu a concentrar-se geograficamente o processo de acumulação de capital, pelo simples fato de que, em razão das economias externas e das economias de escala de produção, as atividades industriais – às quais correspondia o setor de demanda em mais rápida expansão – tendem a aglomerar-se.

Além disso, Furtado coloca em destaque a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento que vá além da mera reprodução dos padrões de consumo das economias centrais. Ele sugere que as soluções para o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades globais passam pela reformulação das estruturas de poder e pela criação de políticas que promovam a integração social e econômica das populações periféricas em uma economia global mais justa e equilibrada.

Em última análise, a obra de Furtado propõe uma reflexão crítica sobre o papel das grandes corporações e dos Estados na configuração do sistema econômico global, defendendo que a superação do subdesenvolvimento e a preservação ambiental exigem mudanças profundas nas relações de poder e nos padrões de consumo. Ele alerta que, sem essas transformações, qualquer tentativa de prever ou controlar os limites do crescimento será inevitavelmente falha, pois continuará a ignorar as raízes históricas e estruturais das desigualdades globais.

A síntese do pensamento furtadiano, portanto, não é apenas uma análise do passado, mas uma convocação para reimaginar o futuro, onde o desenvolvimento não seja sinônimo de acumulação desenfreada, mas de justiça social e equilíbrio ambiental.

Furtado distingue dois tipos de pressão sobre os recursos. O primeiro refere-se à disponibilidade de terra arável para a agricultura de subsistência, especialmente em países onde grande parte da população vive no limite da subsistência. Embora esse tipo de pressão possa gerar calamidades em áreas específicas, ele tem pouco impacto no funcionamento geral do sistema. Já o segundo tipo de pressão, causado pela elevação do nível de consumo, especialmente nos países do centro, está diretamente vinculado ao processo de desenvolvimento. Aqui, a concentração de renda e o alto nível de consumo aumentam a pressão sobre os recursos não-reprodutíveis, à medida que o crescimento econômico depende da introdução constante de novos produtos finais.

Em síntese, enquanto o primeiro tipo de pressão é localizado e autolimitante, o segundo é cumulativo e afeta o sistema como um todo.

As projeções do estudo *Limites do Crescimento* focam nesse segundo tipo de pressão, mas Furtado critica a hipótese de que os padrões de consumo dos países ricos se generalizariam globalmente. Ele argumenta que essa suposição está em contradição com a realidade do desenvolvimento global, que exclui grandes massas de pessoas nos países periféricos.

Furtado ainda observa que, mesmo o consumo das classes privilegiadas na periferia, embora cumulativo, exerce uma pressão relativamente pequena devido ao baixo nível de renda desses grupos em comparação com a população dos países centrais. A renda per capita dos privilegiados nos países periféricos é cerca de dez vezes menor que a dos países centricos, o que mantém e aprofunda o fosso entre essa minoria privilegiada e a grande maioria da população em seus próprios países.

Foi dentro desse contexto que Furtado refutou os argumentos defendidos pelo estudo *Limites do Crescimento*, pois o *Desenvolvimento Econômico* para os países periféricos não passava (ainda passa?!) de um mito, dado que eles nunca realizariam, de forma ampliada, o padrão de consumo dos países centricos.

Subdesenvolvimento e Dependências: as categorias fundamentais para se entender a periferia do capitalismo

No segundo ensaio do livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, Furtado aprofunda sua crítica ao conceito de desenvolvimento ao introduzir as categorias de *subdesenvolvimento e dependência*. Ele argumenta que o subdesenvolvimento é uma condição estrutural das economias periféricas, caracterizadas por uma heterogeneidade tecnológica e uma dependência estrutural dos centros de decisão econômica globais. Para Furtado, entender o subdesenvolvimento é essencial para criticar o modelo de desenvolvimento econômico que, ao ser exportado para as periferias, perpetua essa condição de dependência.

O *subdesenvolvimento* é caracterizado pelo autor como: *formações sociais assinaladas por grande heterogeneidade tecnológica, marcadas desigualdades na produtividade do trabalho entre áreas rurais e urbanas, uma proporção relativamente estável de população vivendo ao nível de subsistência, crescente desemprego urbano* (Furtado, 1974; p. 77).

Como se observou anteriormente, as raízes do subdesenvolvimento podem ser buscadas na revolução industrial; isto é, para Furtado, as economias desenvolvidas estão intimamente ligadas à forma como o capitalismo industrial cresceu e se difundiu ao longo do século XIX.

A *Revolução Industrial* entendida pelo autor, como a aceleração no processo de acumulação de capital e o aumento na produtividade do trabalho, teve lugar no seio de uma economia comercial em rápida expansão, na qual a atividade de mais rentabilidade, se ancorava no comércio exterior. Segundo Furtado, o efeito combinado do incremento da produtividade nos transportes – redução dos fretes a longa distância – e da inserção no comércio de um fluxo de novos produtos originários da indústria deu origem a um complexo sistema de divisão internacional do trabalho, o qual modificou a utilização dos recursos em escala mundial.

Desse modo, o autor afirmou que a compreensão do subdesenvolvimento passa por identificar os tipos particulares de estruturas socioeconômicas surgidas nas áreas onde o novo sistema de divisão internacional do trabalho permitiu que crescesse o produto líquido mediante simples rearranjos no uso da força de trabalho disponível.

A hipótese central de Furtado para a origem do subdesenvolvimento está nos aumentos de produtividade do trabalho engendrados pela simples realocação de recursos visando a obter vantagens comparativas estáticas no comércio internacional.

Isto é, o progresso técnico e a aceleração no processo de acumulação, liderados pela Inglaterra, ao longo do século XIX, estimulou a produtividade do trabalho, fazendo com que emergisse especializações geográficas, conectadas ao capitalismo industrial. Em tais especializações, segundo o autor, o incremento de produtividade não modificou as tradicionais técnicas de produção, seja observando as regiões especializadas em agricultura tropical; seja os “enclaves”, em regiões especializadas na exportação de matérias primas minerais.

No caso da agricultura, sua inserção no sistema mais amplo de divisão social do trabalho, transformação de uma agricultura de subsistência em agricultura comercial, não significou necessariamente abandonar os métodos tradicionais de produção. Tal transformação se fez através do comércio exterior; e, portanto, os incrementos de produtividade econômica assumiram certas particularidades. Ou seja, a parte do excedente adicional apropriado no mercado interno, consistiu em financiar uma

rápida diversificação dos hábitos de consumo das classes dirigentes, mediante a importação de produtos industrializados. Aqui, para Furtado, encontra-se a característica básica das economias subdesenvolvidas.

Ao longo do século XIX, o capitalismo industrial, sob lideranças inglesa, transformou os países periféricos em importadores de novos bens de consumo, estimulando-os suas economias a se especializarem na produção de produtos primários voltados para a exportação, o que por sua vez, era benéfico para o centro do sistema, já que se valia de recursos baratos que permitiu a reprodução do processo de acumulação.

Sob o ponto de vista dos países periféricos, a adoção de novos padrões de consumo foi extremamente irregular, dado que o excedente era apropriado por uma minoria restrita, cujo tamanho relativo dependia da estrutura agrária, da abundância relativa de terras e de mão de obra, da importância relativa de nacionais e estrangeiros no controle do comércio e das finanças e do grau de autonomia da burocracia estatal.

Furtado analisou que, no geral, os frutos dos aumentos de produtividade revertiam em benefício de uma pequena minoria, razão pela qual a renda disponível para o consumo do grupo privilegiado cresceu de forma substancial. Ademais, salientou o autor, tanto o processo de realocação de recursos produtivos como a formação de capital que a este se ligava eram poucos exigentes em insumos importados; ou seja, o coeficiente de importações dos investimentos ligados às exportações era baixo. Assim, a margem da capacidade para importar, disponível para cobrir compras de bens de consumo no exterior, foi considerável.

Com efeito, as especializações primário-exportadoras dos países periféricos apontavam os próprios limites desse modelo de desenvolvimento; e, portanto, a natureza do *subdesenvolvimento*.

De acordo com Furtado, para captar a natureza do subdesenvolvimento, a partir de suas origens históricas, é necessário articular de forma simultânea o *processo de produção* – entendido esse como realocação de recursos de modo a extrair um excedente adicional e a forma de apropriação desse excedente – e o *processo de circulação* – utilização do excedente vinculado à adoção de novos padrões de consumo copiados de países em que o nível de acumulação era muito mais alto – os quais em conjunto, engendram a *dependência cultural* que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais dos países periféricos.

Em resumo, para o autor, o conhecimento da matriz institucional que determina as relações internas de produção é a chave para a compreensão da forma de apropriação do excedente adicional gerado no comércio exterior; não obstante, a forma de utilização desse excedente, a qual condiciona a reprodução da formação social, seja o reflexo em grande medida do processo de dominação cultural que se manifesta no nível das relações externas de circulação.

No século XX, muitos países subdesenvolvidos passaram por processos de industrialização; mas, para Furtado, isso não acarretou a superação do subdesenvolvimento, apenas o reforçou. Isso porque, naqueles países, o modelo primário-exportador havia chegado no limite.

Isto é, Furtado analisou que, na dinâmica das economias primário-exportadoras, em que se adota padrões de consumo sofisticado – tanto privado como público – sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso técnico, quanto mais amplo as formas de consumo, mais intensa a pressão no sentido de ampliar o excedente. Duas trajetórias conjunturais emergem para que se alcance tal objetivo: de um lado, a própria expansão das exportações; de outro, por meio da taxa de exploração da proporção do excedente do produto líquido.

Acontece que, a pressão no sentido de se adotar sempre novos padrões de consumo vindo dos países do centro, reforça a estrutura das relações internas de produção a assumir a forma que permite maximizar o excedente. No longo prazo, a crise desse modelo é inevitável, pois essas pressões crescentes acabam por atingir o balanço de pagamentos, podendo se manifestar, no nível do país, quando se atinge o ponto de rendimento decrescente na agricultura tradicional de exportação e/ou enfrenta deterioração nos termos intercâmbio.

Certos países, particularmente, na América Latina, as crises estruturais das economias-primário exportadoras, abriu espaço para o engajamento no processo de industrialização. O modelo que emergiu foi denominado de *processo de substituição de importações*, voltados para a produção para o mercado interno aquilo que vinham importando.

De acordo com Furtado, as indústrias que se instalam nos países periféricos concorrem com a produção artesanal e se destinam a produção simples de bens de consumo corrente. Desse modo, elas não possuem vínculos, razão pela qual não chegam a construir o núcleo de um sistema industrial.

Assim, a característica dessa estrutura industrial está na tecnologia incorporada aos equipamentos importados que não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país; e sim, vincula-se ao perfil de demanda do setor modernizado da sociedade. Com efeito, dessa orientação do progresso técnico e da consequente falta de conexão entre ele e o grau de acumulação previamente alcançado, resulta, segundo Furtado, na especificidade do subdesenvolvimento na fase de industrialização.

Na medida em que, a industrialização avança para uma estrutura mais complexa, ela se faz, importando métodos produtivos de intensidade de capital, que somente se moderniza, devido expansão relativa das classes privilegiadas. Isso quer dizer, que não se altera a orientação original. Ao contrário, essa estrutura industrial se reproduz num ambiente em que os salários reais se mantenham próximos ao nível de subsistência, de modo que a taxa de exploração aumente com a produtividade do trabalho.

O que Furtado afirmou é que o processo de industrialização por meio de substituição de importações e sua evolução, apenas recoloca o problema da desigualdade social, na medida em que o comportamento dos grupos que se apropriam do excedente, dado seu caráter de dependência cultural, tende ao agravamento das desigualdades sociais, em função do avanço na acumulação.

Aqui, Furtado estabeleceu a conexão entre *subdesenvolvimento* e *dependência*. Isto é, a reprodução das formas sociais, identificadas como subdesenvolvidas, está ligada a formas de comportamento condicionadas pela dependência.

Portanto, o processo de transplantação de padrões de consumo, a que deu origem a divisão internacional do trabalho imposto pelos países que lideraram a revolução industrial, modelou subsistemas econômicos em que o progresso técnico foi inicialmente assimilado ao nível da demanda de bens de consumo, isto é, mediante a absorção de um fluxo de novos produtos que eram importados antes de serem produzidos localmente. A dependência, emerge como uma situação particular dos países cujos padrões de consumo foram modelados do exterior.

A partir do pós-II Guerra Mundial, os países subdesenvolvidos industrializados caracterizaram-se como um modelo de desenvolvimento associado dependente, devido a penetração das grandes empresas oligopólicas na estrutura industrial desses países. O controle exercido pelas

empresas estrangeiras nessas economias, reforçou o caráter dependente, pois a modernização da estrutura industrial dos países periféricos passou a ser medido pela capacidade de inserção ao fluxo de inovação criada pelo centro do sistema capitalista. Ou seja, o avanço da industrialização dependeu das oportunidades de estabelecimento de empresas subsidiárias das grandes empresas centrais. Países, com grande população e território como o Brasil, foram os que mais se beneficiaram desse modelo de (sub)desenvolvimento, haja vista a não modificação do padrão de concentração de renda.

A passagem anterior resume a contribuição de Furtado à chamada *Teoria da Dependência*. Isto é, em sua perspectiva, havia uma dependência cultural dos países periféricos, em particular de suas classes dominantes, pois elas se modernizaram de modo atreladas aos valores e ideologias do centro capitalista desenvolvido.

A *Teoria da Dependência* emergiu como uma formulação teórica na década de 1960, justamente como uma crítica aos postulados cepalinos; ou seja, na medida em que não se confirmaram as expectativas atribuídas às premissas do *desenvolvimentismo industrialista* defendido pela CEPAL na década de 1950.

Em 1956, Furtado publicou um livro intitulado *A economia dependente* (Furtado, [1956] 1967). Embora seja um conjunto de três ensaios que remete ao livro *Economia brasileira*, publicado dois anos antes, em 1954; sua importância historiográfica se deve aos momentos iniciais da trajetória de seu método histórico de explicação da natureza das formações sociais dos países periféricos. O termo “economia dependente” emerge de duas formas: como decorrência direta do esquema centro-periferia formulado por Raúl Prebisch; e como atividade econômica de natureza tipicamente dependente como era a produção de café no Brasil. Em resumo, o autor, naquelas formulações estava preocupado em estabelecer as conexões entre um tipo de formação social geral das economias periféricas, tomando como um estudo de caso a evolução estrutural da economia brasileira do período colonial até a crise da economia cafeeira.

A categoria *Dependência* que Furtado formulou, principalmente, em *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974) e *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978), se aproxima aos debates inaugurados a

partir da crítica ao pensamento cepalino.⁸ Ou seja, o corolário é que os países geradores de progresso técnico influenciam os valores culturais e os padrões de consumo das sociedades periféricas, na medida em que criam um sistema dualista estrutural – cultural. Isto é, criam-se um setor moderno avançado, que imita padrões culturais impostos pelos países desenvolvidos; e um setor marginalizado, atrasado em relação aos padrões modernos de desenvolvimento. A penetração das técnicas modernas de produção dá origem a um setor possuidor de produtividade elevada e altos salários; e outro rudimentar, com baixos níveis de produtividade e salários de subsistência (Cário, Gomes & Sigáúque, 2019; p. 85).

Em resumo, a interpretação furtadiana da *Dependência*, ficou conhecida como uma *perspectiva culturalista* vis a vis a *interpretação política* de Cardoso & Faletto e a *interpretação marxista revolucionária* de Marini.

O modelo brasileiro de subdesenvolvimento

O modelo brasileiro de subdesenvolvimento faz parte do terceiro ensaio, sendo o estudo de caso por excelência do processo geral da evolução estrutural do capitalismo, no que se refere à sua terceira fase, abordada no primeiro ensaio.

De acordo com Furtado, no Brasil, durante um longo período, os aumentos da renda – produtividade econômica – foram basicamente o resultado de uma simples realocação de recursos visando à maximização de vantagens comparativas estáticas no comércio exterior.

A passagem da agricultura de subsistência para a agricultura comercial não pressupõe uma mudança do modo de produzir tradicional para o moderno. Isso porque, foi gerado pelo comércio exterior, e seu processo de modernização foi horizontal; se aproveitando da concentração de propriedade territorial e abundância da força de trabalho na agricultura de subsistência. Assim, os aumentos de produtividade beneficiaram

8 Os principais expoentes desse debate foram os estudos: CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*. (1969). 3., ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. Os trabalhos de Ruy Mauro Marini, entre 1969 e 1973, cujas sínteses foram reunidas em: MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

principalmente uma minoria. Entretanto, em razão do tamanho da população, essa minoria modernizada foi suficientemente grande para permitir um amplo desenvolvimento urbano e um começo de industrialização.

Foi dentro desse contexto, que o processo de industrialização brasileiro apresenta características muito particulares. Isto é, o mercado para produtos manufaturados se formou por dois grupos completamente distintos. De um lado, consumidores de rendas muito baixas – a maioria da população –; de outro, uma minoria de renda elevada. A cesta de consumo do primeiro grupo era pouco diversificada e com tendência a permanecer sem modificações, pois a taxa de salário real permaneceu estável. As indústrias que produziam esses bens tinham fracos efeitos de encadeamento (*linkages*), de modo que utilizavam matérias primas da agricultura e sua produção era diretamente para o consumo final, e devido a renda baixa, se beneficiavam pouco das economias de escala e externas.

Por outro lado, a cesta de consumo da minoria privilegiada, era bastante diversificada, de modo a estimular um processo de industrialização complexo, que foi se desenvolvendo no país, principalmente, a partir da década de 1950. Isto é, o setor industrial que produzia para a minoria rica, passou a necessitar cada vez mais de capital e tecnologia moderna, que expandiu rapidamente. Assim, o progresso técnico, nessa fase do processo de industrialização, deixou de ser uma questão de compra de um certo tipo de equipamento, passando a depender do acesso às inovações que iam surgindo em grande quantidade nos países centrais do capitalismo.

Furtado afirmou que, no avançar do processo de industrialização brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1950, as filiais das corporações multinacionais passaram a ser protagonista no desenvolvimento econômico brasileiro, justamente, pois se ancoraram no mercado diversificado voltado para a minoria rica.

A partir dessa análise da evolução estrutural da economia brasileira, o autor passou a analisar seu desempenho conjuntural, entre as décadas de 1950 e 1970, de modo a captar o momento de virada para essa nova estrutura industrial.

Furtado formulou a seguinte hipótese: o sistema não tinha capacidade de produzir espontaneamente o perfil de demanda capaz de assegurar uma taxa estável de crescimento, e que o crescimento a longo prazo dependeu de ações exógenas do governo.

Portanto, o que explicava a industrialização brasileira a partir da década de 1950, era o papel autônomo do governo subsidiando o investimento e ampliando a demanda. Claro que para o autor, o quadro geral do processo de industrialização brasileiro, se enquadra no modelo de *substituição de importações*, que vinha se delineando desde a década de 1930.

Assim, criando novos empregos, tal processo ampliou o mercado para bens de consumo popular, mas, dadas as pequenas proporções do mercado para bens de consumo durável, a produção local foi acompanhada de uma tendência ao aumento dos preços relativos, com efeitos negativos sobre a procura.

Tal efeito negativo foi combatido até meados da década de 1950 por ações do governo visando a reduzir os preços dos equipamentos importados, por meio de taxas diferenciais de câmbio, e objetivando também subsidiar investimentos industriais, particularmente em indústrias que produziam sucedâneos de bens importados, principalmente através de empréstimos com taxas de juros negativas.

Os recursos utilizados para executar essa política estava vinculado, em parte, na melhoria nos termos de intercâmbio que ocorreu naquele período. Soma-se a isso, a redução pela metade do custo real de capital fixo ajudou as indústrias produtoras de bens de consumo duráveis a conseguir lucros, mesmo tendo de operar com uma larga margem de capacidade ociosa.

Contudo, na segunda metade da década de 1950, os termos do intercâmbio se deterioraram, de modo que o governo se lançou numa política de endividamento externo que visou o prosseguimento dos subsídios; ao mesmo tempo, em que se engajou numa política de grandes obras públicas, infraestrutura de transporte rodoviário e a construção de Brasília.

Na época em que escrevia o ensaio, Furtado passou a analisar a *nova estratégia* adotada pelo governo, notadamente, os anos do “Milagre”, entre 1968 e 1973. Essa nova estratégia se ancorava em medidas com efeitos diretos sobre a distribuição de renda, com objetivo de produzir demanda que melhor se ajustava aos planos de expansão das grandes empresas internacionais e às expectativas da minoria modernizada.

O autor chamou a atenção para o tripé estrutural da indústria, que se configurou a partir da segunda metade da década de 1950: o Estado controlava as indústrias de bens intermediários, as empresas nacionais,

as indústrias de bens de consumo correntes e as empresas internacionais, as indústrias de bens de capital e consumo duráveis. Esse tripé mantinha de forma complementar a estrutura industrial. Contudo, o dinamismo do sistema era dependente da transmissão do progresso técnico das grandes empresas internacionais, que se tornou o sócio maior do processo de industrialização.

Furtado, desse modo, afirma que tal estrutura não modificava e sim, fomentava a concentração de renda, dado a necessidade de manter uma demanda para os bens de consumo duráveis. Assim, a estratégia do “milagre”, procurou atingir quatro objetivos: (a) fomentar e dirigir o processo de concentração de renda; (b) assegurar um certo nível de transferência de pessoas do setor de subsistência para os setores beneficiados pelo salário mínimo legalmente garantido; (c) controlar o diferencial entre o salário mínimo garantido por lei e o nível de renda no setor de subsistência; e, (d) subsidiar a exportação de bens manufaturados a fim de reduzir a pressão sobre os setores produtores de bens de consumo não-duráveis.

O resultado dessa estratégia, segundo Furtado, foi que o nível de lucro extremamente elevado e o boom dos investimentos industriais, voltados para minoria privilegiada, abriram as portas para uma distribuição de renda que favoreceu os grupos superiores da escala salarial, uma vez que a oferta de quadros profissionais era relativamente inelástica. Uma situação que coincidiu com o declínio do salário-mínimo, engendrando uma concentração da renda não derivada da propriedade.

Mas, para o autor, foi através da política fiscal que o governo perseguiu seu objetivo mais ambicioso de tornar permanente suas estruturas. Ou seja, a criação de variados e generosos “incentivos fiscais” para beneficiar um grupo de pessoas da classe média com rendas mobiliárias.

Em resumo, o “milagre” brasileiro, entre 1968 e 1973, engendrou um novo tipo de capitalismo, segundo Furtado. Isto é, um *capitalismo dependente* da apropriação e utilização dos lucros para gerar certo tipo de gastos de consumo. Isso somente pôde ser obtido através da ação decisiva por parte do Estado para forçar as empresas a abrirem seu capital e a adotarem uma política adequada de distribuição de dividendos. Ademais, o Estado facilitou a acumulação por meio da dívida pública (no caso do Brasil externa), cujo fluxo de juros alimentou o sistema financeiro internacional, mas também, a alta classe média, detentora desses títulos.

Furtado afirmou que nunca uma economia capitalista, como a do Brasil, foi tão dependente do Estado para articular a demanda com a oferta. A característica mais significativa do modelo brasileiro foi sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Portanto, um modelo de *subdesenvolvimento industrializado* submetido aos centros de decisões econômicas das grandes empresas internacionais, conduzido autonomamente por Estado autoritário e ancorado na *dependência cultural* de suas elites.

À guisa de conclusão: a análise furtadiana e sua crítica à teoria econômica convencional

O livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico* faz parte de um conjunto de ensaios inaugurados com *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966) e *A análise do “modelo” brasileiro*, publicado em 1972, nos quais o autor passou a refletir, sem abandonar o método histórico-estruturalista; mas pelo contrário, a aprofundá-lo, sobre os resultados dos processos de industrialização brasileiro e latino-americano em conexão com a estratégia defendida pela CEPAL desde os anos de 1950.

O corolário desses estudos, nos quais incluem *Prefácio à nova economia política* (1976), *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978), *o Brasil pós “milagre”* (1981) e *A nova dependência: dívida externa e monetarismo* (1982), era de que o capitalismo dirigido pelos países centrais e seus oligopólios cada vez mais se constituíam em elementos obstrutivos à superação do subdesenvolvimento e que como resultado, o movimento geral do capitalismo impedia as possibilidades dos países periféricos, em particular, o Brasil, de se desenvolverem de forma endógena.

Em *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, argumentou a possibilidade ainda de se ter uma chance de mudar a matriz institucional em direção ao processo de desenvolvimento. Ou seja, o exercício intelectual tomando como ponto de partida o *problema prático* dos impactos socioambientais causados pela sociedade industrial capitalista, exigia uma *reflexão teórica* que tal modelo só poderia ser superado se tivéssemos a consciência em escala planetária, que deveríamos superar o subdesenvolvimento e a dependência, tomando como evidência empírica a experiência brasileira, entre as décadas de 1950 e 1970. Contudo, a teoria econômica

convencional estaria longe de nos oferecer um método robusto para tal enfrentamento; portanto, a necessidade de reforçar a autocrítica e a consciência de responsabilidade social dos cientistas, em particular, o cientista social (Furtado, 1974; p. 119).

Com efeito, que se empreende nesse ensaio, mostra que em *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, Furtado se coloca no debate com os intelectuais dos países cênicos, em especial, os economistas, como um crítico radical daquelas visões de mundo, apontando os limites de seu respectivo método. É possível identificar, também, como o autor refinou a teoria que ancora seu método, expondo sua crítica de forma velada no que se propugnava na década de 1950, considerando que já não concernia mais nos anos de 1970. Portanto, o projeto social do estruturalismo latino-americano deveria também se adequar à nova realidade do subdesenvolvimento industrializado. Ou seja, haveria que se incorporar em sua análise a discussão sobre a matriz institucional e estrutura de poder da sociedade contemporânea e, principalmente, o papel dos aspectos culturais nas trajetórias nacionais dependentes.

Desse modo, conclui-se que Celso Furtado foi um intelectual revolucionário em seu método científico, um reformador radical, cujas posições políticas, apontavam para um projeto social de superação do subdesenvolvimento; mas que as táticas para essa superação deveriam observar as metamorfoses do sistema capitalista.

Referências

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. [1988]. 4 ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 2000a.

BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000b.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Método e paixão em Celso Furtado. [2001]. In: SOUSA, C.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. **Celso Furtado. A esperança militante**. Volume 1. Campina Grande: EDUEBP, 2020.

BRANDÃO, C. A. Celso Furtado e o processo de desenvolvimento-subdesenvolvido visto da periferia: estruturas, decisões e estratégias. SOUSA,

C.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. **Celso Furtado. A esperança militante.** Volume 1. Campina Grande: EDUEBP, 2020.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica.** (1969). 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CARIO, S. A. F; GOMES, M. G. & SIGAÚQUE, E. S. A teoria da dependência nas perspectivas de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. In: **Revista Catarinense de Economia**, v. 3, nº 2, 2019.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, C. **Uma economia dependente.** [1956]. Rio de Janeiro: MEC, 1967.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.** (1966). 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FURTADO, C. *O Mito do Desenvolvimento Econômico.* São Paulo: Círculo do Livro S. A., 1974.

FURTADO, C. **Prefácio a nova economia política.** (1976). 3. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento. Enfoque interdisciplinar.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1980.

FURTADO, C. **Análise do “modelo” brasileiro.** (1972). 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FURTADO, C. **O Brasil pós “milagre”.** (1981). 8. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

FURTADO, C. **A nova dependência: dívida externa e monetarismo.** (1982). 5. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** (1967). 10ª edição. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2000.

GADET, F. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

GRAMISCI, A. **Concepção dialética da História.** 4. ed., Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1981.

MALTA, M. et. al A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão. In: MALTA, M. (org.). **Ecoss do desenvolvimento. Uma história do pensamento econômico brasileiro.** Brasília/Rio de Janeiro: IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas de Desenvolvimento, 2011.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira.** 2. ed., São Paulo/Petrópolis: Polis/Vozes, 1984.

MANTEGA, G. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. In: SOUSA, C.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. **Celso Furtado. A esperança militante.** Volume 1. Campina Grande: EDUEBP, 2020.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência.** Petrópolis: Vozes, 2000.

NUNES, G. P. **Formação econômica do Brasil: uma análise do discurso em Celso Furtado.** (Dissertação de Mestrado). São Luís: PPGDSE/UFMA, 2023.

ORLANDI, E. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 1990.

SCOTT, B. R. **Capitalism. Its origins and evolution as a system of governance.** New York: Springer, 2011.

O NORDESTE NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO: ENTRE O DIAGNÓSTICO E O MITO DE FURTADO

Hugo Feitosa Gonçalves¹
Francisco do O' de Lima Júnior²

O presente texto propõe uma retomada do processo de industrialização brasileiro até os anos 1990, enfatizando os movimentos que envolvem a denominada “Questão Regional” e o Nordeste neste processo, através de disposições colocadas pelo diagnóstico desta questão e subsequente ação da SUDENE, vis à vis os elementos de constrições suscitados pela obra “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*”

Para tanto o capítulo discute as intenções do diagnóstico presentes na proposição original do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), passando pelas diversas etapas da SUDENE desde sua constituição até seu esvaziamento com a emergência do neoliberalismo, dando destaque a questões como a heterogeneidade que suas ações promoveram, seus limites estruturais de “excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico” conforme aponta “O Mito...”,

1 Professor do Departamento de Administração da UFPI; Graduado em Ciências Econômicas pela UFCG; Mestre pelo PPGDR-UEPB; Doutor pelo PPGCS-UFRN.

2 Professor do Departamento de Economia da URCA, Campus Crato/CE; Docente o PPGERU-URCA e do PLANDITES-UERN, Campus Pau dos Ferros/RN; Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo IE-UNICAMP.

O Nordeste entre o Diagnóstico do GTDN e a Fantasia Desfeita em O Mito

Considerando que não se consegue chegar a uma interpretação das questões socioeconômicas do Nordeste brasileiro próximo do real concreto sem percebermos essa região inserida nas relações de produção³ no Brasil, assim como esse no cenário internacional da divisão do trabalho e apropriação da renda, esse ensaio foi influenciado por um exame contemporizado do “Documento do Grupo de Trabalho Para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)”, “Por Uma Política Nacional de Desenvolvimento Para o Nordeste” (BRASIL, 1959), de “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*” (Furtado, 1996), além da obra de Francisco de Oliveira (1977), “Elegia Para Uma Re(li)gião”. Estas obras fazem uma interpretação da região acerca da crise econômico-social, o diagnóstico do GTDN e a fundação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), movimentos inseridos na economia política brasileira entre os anos de 1950, 1960 e 1970, em uma pretensão de ampliar essa interpretação do ponto de vista histórico.

Tendo como estímulo construir uma concepção sobre o papel da Região Nordeste dentro do processo de industrialização brasileiro, as continuidades e suas rupturas socioeconômicas, partindo da perspectiva da economia política cepalina, segundo Furtado e considerando também contribuições da interpretação marxista de Oliveira (1977), tomamos como objetivo produzir uma releitura das questões estruturais que condicionaram a dinâmica econômica e a questão social do Nordeste entre os anos para além do diagnóstico do GTDN e criação da SUDENE nos anos 1950 - período de eclosão da “Questão Nordeste” - e o esgotamento do processo de industrialização por substituição de importações brasileiro entre finais dos anos 1970 e anos 1980, quando consolidam-se as bases econômicas-políticas para a instauração do neoliberalismo como ideário dos governos brasileiros.

3 Essas percebidas para além da produção econômica, inserindo social, política, dentre outros – como enfatiza Nicos Poulantzas em “Poder Político e Classes Sociais”.

Uma interpretação a partir da Economia Política de “O Mito do Desenvolvimento Econômico”

Em “Uma Política Nacional de Desenvolvimento Para o Nordeste”, o conhecido “Documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)” (BRASIL, 1959), creditado sua produção a Celso Furtado, propõe-se elaborar um diagnóstico estrutural do Nordeste brasileiro, agravado por um cenário de grande seca na região, considerando as relações de produção, de comércio e de distribuição da renda social regional, compreendendo-as a partir da lógica de uma economia aberta, ou seja, um diagnóstico da economia política no Nordeste, em defesa de um projeto de industrialização com uma integração regional, formando uma burguesia regional autônoma.

Como ressalta Bielschowsky (2004), a partir da desilusão do pensamento da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) com a industrialização dos países periféricos a partir de finais dos anos 1950 sem a transformação estrutural das condições de reprodução da vida das massas populacionais desses países, a centralidade do pensamento cepalino entre os anos 1950 e 1970 migra da industrialização dos países periféricos para os problemas econômico-sociais resultantes do processo de industrialização desses, sem descartar a importância do primeiro objeto.

Assim também sintetiza-se as mudanças de centralidade nos objetos iniciais de Furtado ao produzir o “Documento do GTDN”, face ao momento posterior quando traz as reflexões da obra “O Mito ...”. O contexto de transformação na abordagem segue a dialética de sucessões perpassado o processo de industrialização acelerada no Brasil a partir da transferência de bases industriais obsoletas dos países centrais na segunda metade da década de 1950, o primeiro ciclo [tomando a categoria de Serra (1982)], a crise sequencial dos anos 1960, a primeira década de governos militares e do segundo ciclo -, “por fim algo passou, [...] a rocha não é a mesma e é a mesma”, como imputa-se no poema de Pablo Neruda.

Em “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, Furtado (1996) [1974] defende a tese de que o desenvolvimento produtivo e de consumo dos países centrais, devido à própria estrutura de desenvolvimento do capital

nos países subdesenvolvidos, à exploração da grande massa de trabalhadores e dos chamados “recursos naturais”, comandada pelas grandes empresas de matrizes nos países centrais, não pode ser alcançado em nível universal por todos os países.

Apesar de Furtado (1996) centrar esforços nas relações entre as nações, sua tese reforça que o subdesenvolvimento não é homogêneo entre toda a sociedade dos países subdesenvolvidos. Dadas as condições marginais de auxílio aos processos de produção das grandes empresas subsidiárias nas periferias, alguma fração do capital local seria mobilizada para essa função, formando uma minoria privilegiada e reforçando a heterogeneidade econômica e especial na periferia.

Furtado (1996) insere na discussão duas novas questões. A primeira de caráter extremamente inovador para a época, é a emergente discussão sobre as consequências sócio-ambientais do uso predatório dos recursos naturais dos países periféricos como consequência do próprio desenvolvimento industrial, especialmente nos países centrais a partir das relações comerciais. Tal preocupação assumiu protagonismo com a emergência da qualificação de sustentável ao termo desenvolvimento, marcante dos anos 1990 em diante.

A segunda trata do caráter que tomou a industrialização dos países periféricos. Furtado (1996) afirma que esse processo é realizado como miniaturas de sistemas industriais, em que nos países foram instalados uma série de subsidiárias de empresas do centro que reforça o padrão de consumo daquelas sociedades de mais elevados níveis de renda, transferindo tecnologia e equipamentos já amortizados, mobilizando o capital local como suporte e utilizando força de trabalho barata, para produzir e exportar para os centros. A partir da facilitação do acesso ao mercado financeiro internacional, os oligopólios multinacionais, em função da acumulação, diversificaram seus investimentos, formando conglomerados internacionais.

Na periferia, a industrialização reforçaria a heterogeneidade entre uma minoria de privilegiados, condicionados pelo papel auxiliar das burguesias locais às subsidiárias internacionais, e a maioria excluída do processo produtivo dessas e do padrão de consumo do centro. Derivado desse processo, teria emergido conflitos entre a burocracia estatal periférica e dos países centrais, esses exercendo pressões através das instituições e acordos internacionais.

Neste sentido há uma relativa aproximação entre o pensamento furtadiano e as contribuições dos teóricos da dependência ao compreender a categoria “dependência” dos países subdesenvolvidos também como o controle das atividades econômicas fundamentais a partir dos centros de decisões externos a esses países, creditando um maior poder aos burocratas dos países industrializados através das instituições internacionais.

O Nordeste: heterogeneidade e dependência no processo de industrialização brasileiro - notas preliminares

Furtado (1998), em “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*”,⁴ relata que a linha que separa os países desenvolvidos dos não desenvolvidos tendeu a acentuar-se no processo de desenvolvimento do sistema capitalista. Os sistemas de produção dos chamados países periféricos modelaram-se de acordo com as necessidades apresentadas pelos países centrais, inclusive de reorganização da divisão social do trabalho, tendo um papel complementar do sistema econômico mundial, a partir da absorção das bases industriais já amortizadas do centro, mantendo a heterogeneidade produtiva e do consumo ao nível internacional e nacional.

A heterogeneidade produtiva está presente na própria evolução do pensamento econômico clássico: David Ricardo, a partir da interpretação abstrata dedutiva, desconsiderando o processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas, defende a permanência dessa heterogeneidade produtiva na relação entre os países de produtividades desiguais, apresentando o princípio das “vantagens comparativas”, defendendo que cada país deve produzir aquele produto que menos gera custo de produção interna, sendo os países que têm mais dificuldade de produzirem algo a um menor custo do que outro tendo que se adaptar e produzir aquele produto que tenha espaço no mercado internacional e que gere um menor custo de produção internamente. Assim, o livre mercado transferiria o benefício do desenvolvimento da produtividade dos países manufatureiros para os países de produção primária através do dispositivo de preços no mercado concorrencial.

4 Revisamos aqui duas edições de “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*”.

Para os liberais que defendem essa concepção, o Brasil com sua vasta área de terras cultiváveis, de mão de obra abundante, deveria e percorreu até o primeiro terço do século XX as vias de menores resistências, alocando-se no mercado internacional como ofertante de bens primários (principalmente produtos agrícolas para a cesta de reprodução da força de trabalho dos centros), não alocando excedentes na produção dependente de novas tecnologias, setor já dirigido pelos países centrais da dinâmica econômica mundial.

Essa concepção liberal poderia aumentar a satisfação dos países inseridos no comércio internacional a partir do mecanismo de preços, condicionado diretamente em sentido inverso ao aumento da produtividade se a trajetória histórica do capitalismo dos últimos séculos não houvesse apresentado um resultado diferente daquele promulgado por Ricardo: uma variação diferenciada nos preços, a partir da elasticidade relação demanda/renda, e dos custos de produção (a partir da produtividades dos setores) e comercialização entre os produtos dos países centrais e periféricos conforme preconizou os estudos originais de Prebisch (2011). Entre a segunda parte do século XIX e a primeira do século XX, os preços dos produtos dependentes de tecnologia subiram mais do que os produtos primários, gerando um desconforto econômico cada vez maior nos países produtores de bens primários, caso do Brasil em específico, e América Latina em geral (Bielschowsky, 2004; Cardoso, 2018).

Os autores da CEPAL, liderados por Raúl Prebisch, percebem, entre finais dos anos 1940 e início dos anos 1950 – período qual o capital internacional, agora liderado pelos Estados Unidos pós Segunda Guerra Mundial, volta-se para sua reprodução a partir da reconstrução dos mercados europeus e do Japão, estando a América Latina fora desse radar –, que esse processo de transferências da renda dos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos através das trocas comerciais desiguais, forjou a relação centro-periferia.

O que essa discussão contribui para a compreensão do papel do Nordeste no processo de industrialização brasileiro?

Essa relação entre os países produtores de bens dependentes de avanço técnico e os que dependem de matéria prima e mão de obra abundante, a relação dual centro-periferia, apesar de suas particularidades, também é percebida em âmbito interregional, especificamente até meados dos anos 1960, período que abarca a criação da SUDENE e o Golpe

de 1964. No Brasil, a Região Nordeste ocupa o espaço do subdesenvolvimento, sendo designada pela dinâmica de reprodução do capital como região produtora de bens primários, depois absorvedora das bases industriais amortizadas do Centro-Sul, passando a ofertar, de forma não autônoma, bens industriais complementares da produção da região dinâmica.

Outro elemento importante na formação socioeconômica recente do território brasileiro, e mais intensamente do Nordeste, é a relação entre Estado e capital destacada por Fiori (2001). Indo de encontro à concepção do pensamento neoclássico, o autor defende que as ações do Estado em geral seguiram na mesma direção setorial e territorial da expansão do capital, sendo favorecedor das necessidades do capital, mas não sendo a reciprocidade verdadeira, ao menos no território brasileiro. Assim, as regiões mais dinâmicas são retroalimentadas a partir dos recursos públicos.

Na maior parte da história capitalista no Brasil⁵, a burguesia como unidade (interna ou internacional) não aliou seus projetos a nenhum projeto de desenvolvimento socioeconômico nacional de forma homogênea, seja a partir da ótica do nível de especialização da produção ou do consumo.

Neste processo, até o início do século XX, as articulações comerciais inter-regionais eram menores do que as dessas com o exterior do país. Portanto, nesse período não se tinha o debate sobre integração e de desenvolvimento nacional (Araújo, 2001), apesar de, desde a segunda metade do século XIX, ter emergido o processo de “articulação comercial” inter-regional no Brasil que ganha força a partir dos anos 1930, com o processo de industrialização voltada para o mercado interno, como percebe Guimarães Neto (1997) e que Furtado (1997) conceitua de “deslocamento do centro dinâmico” da economia brasileira.

5 Salvo os períodos que o capital internacional não estava interessado em se reproduzir no Brasil (anos 1930 ao início dos anos 1950), de necessidade de atração da classe trabalhadora como classe de apoio, como no período Constitucional do Governo Vargas e da Ditadura Vargas, ou de necessidade para controlar convulsões sociais, como foi a questão do Nordeste em finais da década de 1950 e início dos anos 1960, junto as pressões dos trabalhadores do então Centro-Sul do Brasil.

Para Araújo (2001, p. 72), é na primeira parte do século XX que o Brasil passa gradativamente do posto de país primário-exportador para um país de “base industrial importante” comandado pela dinâmica do mercado interno. É nesse momento de articulação comercial brasileira, consequentemente de reconhecimento de “nação” – de necessidade de expansão do capital, esse concentrado no Centro-Sul, dentro do território brasileiro para acelerar a reprodução da taxa de lucro –, que se percebe enfaticamente as diferenças socioeconômicas inter-regionais, passando a emergir as “questões regionais” brasileiras.

A Eclosão da “Questão Regional” do Nordeste nos Anos 1950

Para Cano (2001), até meados dos anos de 1950, a questão regional do Nordeste brasileiro era contemplada por ações voltadas basicamente para combater a seca a partir do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Na verdade, como ressalta Oliveira (1977), o DNOCS, de atuação majoritária e controlado pela oligarquia agrária do Nordeste, era voltado para a reprodução do capital dos latifundiários da Região, especialmente do semiárido, detentores do poder econômico e político até então, através de construções de barragens dentro das grandes propriedades, de estradas para ligar essas aos centros comerciais, além de, em segundo plano, estudos ecológicos. Somado a esses fatores, o uso dos recursos das políticas para apropriação privada a partir de fraudes, realimentando as relações de produção e apropriação típica de uma acumulação aos moldes primitivos no semiárido nordestino.

No período prévio à eclosão da questão regional do Nordeste, não eram apenas as secas que causavam a depreciação das condições de vida da massa populacional nordestina. A Região, em que o setor externo agroexportador já se encontrava estagnado devido à concorrência internacional e ao atraso na especialização da produção, sofria com o aumento da concorrência da sua produção internamente com a expansão da oferta dos produtos do Centro-Sul no mercado interno; que havia se beneficiado da reforma tributária do Governo Vargas em 1935, que derruba as tarifas de “exportação” inter-regional, invadindo regiões antes mercado

da produção nordestina, penetrando também no mercado do Nordeste, quebrando a estrutura manufatureira dessa última região (Oliveira, 1977; Guimarães Neto, 1997).

Na Zona da Mata, os pequenos proprietários de terras estavam sendo forçados pela conjuntura a venderem suas áreas e migrarem para as periferias das cidades, ou trabalharem para os latifundiários (Araújo, 2001; Cano, 2001), além das diversas formas de relações de produção e apropriação do produto entre latifundiários e produtores diretos de caráter pré-capitalistas ascenderem movimentos organizados de reivindicações pelas terras em que eram produtores diretos, as “Ligas Camponesas” (Oliveira, 1977), em meio a uma conjuntura internacional de revoluções comunistas, como as revoluções chinesa no início da década de 1950 e cubana no final da década.

Nos anos de 1951 e 1952, foram divulgadas as contas nacionais e regionais do Brasil, apresentando as disparidades econômicas inter-regionais. De acordo com os dados, entre os anos de 1919 e 1949 o produto industrial do Centro-Sul, comandado por São Paulo, cresceu quase 50% a mais do que o resto do País (Araújo, 2001).

O desequilíbrio entre as regiões na formação do produto brasileiro estava em tendência de acentuação, impulsionado pela política industrial de substituição de importações tendo como centro dinâmico a indústria sudestina, e vem a agravar-se a partir investimentos do Plano de Metas do Governo Kubitschek (1956-1960) – em infraestrutura e na indústria de bens de consumo duráveis e bens de capital – concentrados na região mais dinâmica, desencadeando pressões sociais e políticas de outras regiões do Brasil, tendo início no Nordeste, requerendo uma maior atenção do Governo Federal (Araújo, 2001; Cano, 2001).

Nos finais dos anos de 1950 e início de 1960, o apoio fiscal e institucional do Estado ao desenvolvimento regional não se limitou apenas à Região Nordeste (Cano, 2001), exemplo foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

No final da década de 1950, quando, com o crescimento das pressões sociais e políticas no Nordeste agravadas por uma grande seca, o então Presidente Juscelino Kubitschek convocou, entre outros, Celso Furtado, vindo do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), para discutir a questão posta na Região.

Furtado, liderando o GTDN, expôs que a política de industrialização vigente na época era favorecedora das desigualdades regionais, pois as indústrias e os incentivos do Estado concentravam-se no Centro-Sul. Ainda afirmou que a seca não era a única causa das dificuldades socioeconômicas nordestinas e que a política hídrica implantada no semiárido, em vez de minimizar as questões socioeconômicas da população local, servia para expandir a pecuária dos grandes latifúndios, atividade dominante na sub-região no período, sem alcançar a produção familiar que constituía a maior parte da população regional. Tal diagnóstico foi central no Documento do GTDN (BRASIL, 1959). Essa análise desagradava o núcleo político mais importante do Nordeste que era beneficiado pela política hídrica do DNOCS (Araújo, 2001; Cano, 2001).

Em “Uma Política de Desenvolvimento Econômico Para o Nordeste”, conhecido como o “Documento do GTDN” (1959), a partir do diagnósticos que percebe, além da escassez de terras aráveis e a inadequações de chuvas, a extrema concentração da renda na região, principalmente na economia açucareira, e duplo fluxo de capitais, onde as exportações do Nordeste serviam para cobrir a transferência de renda dessa região para o Centro-Sul a partir das relações de trocas desiguais interregional e o Governo Federal atuando no Nordeste no sentido inverso a partir de políticas assistencialistas, sem alteração das estruturas produtivas. Já no Centro-Sul, o Governo atuava em função do aumento da produtividade, ampliando as disparidades interregionais (BRASIL, 1959).

O Documento ressaltou ainda que em finais dos anos de 1950, o Nordeste: i) tinha menos de um terço da renda per capita do Centro-Sul, agravado por uma maior concentração da renda na primeira; ii) tinha como principais produtos da pauta de exportação, bens primários, como açúcar, algodão, fumo, cacau, couros e peles; iii) no semiárido, como base produtiva formou-se um complexo pecuário extensivo, a cultura do algodão e uma agricultura de baixo rendimento (BRASIL, 1959).

Assim, o Documento do GTDN (Brasil, 1959) indica como diretriz para o Nordeste o abandono da velha política hidráulica de combate à seca e o desmonte da estrutura fundiária; centrando o plano de ação no desenvolvimento industrial da Zona da Mata/Litoral, na transformação agrícola da faixa úmida em função de atender a demanda dos fatores de produção e reprodução do trabalho nas áreas em processo de industrialização, na transformação progressiva do semiárido, por intermédio do

aumento da produtividade e convívio com a seca, em função de não pressionar o contingente de oferta de mão de obra nos setores urbanos, além do deslocamento da fronteira agrícola para as áreas úmidas do Maranhão em função do fornecimento dos insumos de produção para os setores urbanos e absorção parte da mão de obra que deixava o semiárido.

A partir do estruturalismo dual do pensamento da CEPAL dos anos 1950 - antes do fenômeno da transferência das bases produtivas amortizadas dos países industrializados para a periferia, que antecede esse movimento interregional no Brasil -, o Documento do GTDN propõe uma saída a partir da formação de uma burguesia regional autônoma, de um capitalismo regional integrado, desconsiderando o caráter orgânico de associação entre as frações dominantes do Nordeste, o capital local e o capital em expansão alocado no Centro-Sul, o que acarretou no esgotamento do modelo de desenvolvimento da SUDENE em seus anos iniciais – como destacam Almeida e Araújo (2008).

Após a exposição do estudo realizado por Furtado e outros, foi determinado em janeiro de 1959 o lançamento de Operação Nordeste. O então Presidente da República do Brasil decretou a criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e em abril do mesmo ano mandou para o Congresso o projeto de lei que criaria a SUDENE (Cano, 2001).

O Planejamento Regional Para o Nordeste: a expansão do capital no Brasil e a redefinição da divisão regional do trabalho

Oliveira (1977) percebe o planejamento como uma forma técnica de divisão do trabalho que no modo de produção capitalista é comandado pelos detentores do capital, com o capital improdutivo ordenando o capital produtivo, uma mudança essencial na forma do conflito pelo produto social, com a inserção de novas formas de relação entre o capital e as classes trabalhadoras.

A partir dessa concepção, podemos considerar o planejamento regional como uma forma técnica de divisão regional do trabalho comandado pelo capital dominante em função da transformação estrutural das relações de produção, e, nesse momento histórico (meados do século

XX), nos referimos à grande burguesia industrial presente no Sudeste. Assim, o planejamento de desenvolvimento produtivo do Nordeste não se expressa na materialidade como promotor de setores produtivos autônomos próximos da fronteira tecnológica, qual permanece com o capital nacionalmente dominante, mas dos setores complementares a esse.

O documento produzido por Furtado e outros, que propôs a política de desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste, não foi assinado pelo autor, tendo sido atribuído os créditos da pesquisa ao GTDN, pois o Grupo era composto por membros considerados conservadores. Portanto seria mais fácil ser aceito pelas classe dominantes da Região, fração que constituía a representatividade do Nordeste no Congresso brasileiro. Assim, foi aprovada pelo Congresso em 1959 a criação da SUDENE como instituição coordenadora do Plano de Ação descrito no Documento do GTDN, sendo Furtado nomeado seu Superintendente, apesar das pressões da bancada nordestina do Congresso Federal, encabeçada pelos latifundiários, contra esta nomeação (Cano, 2001).

Com a proposta inicial da SUDENE voltada para enfatizar a produção regional, principalmente da indústria, contrária as políticas tradicionais assistencialistas de sobrevivência às secas no semiárido; a aprovação só foi conseguida graças ao apoio da burguesia industrial de fora da Região, em especial a burguesia do Centro-Sul, a fração mais beneficiada pela atuação da SUDENE (Oliveira, 1977). O autor destaca que a SUDENE é o resultado da exacerbação dos conflitos de classes do período em função da expansão da hegemonia da burguesia do então Centro-Sul.

Para Cano (2001, p. 112), Furtado tentou no período criar, de forma projetada, “relações capitalistas de produção no campo, numa economia mais eficiente e internamente integrada”, o que, de acordo com o autor, não se concretizou, salvo o projeto de industrialização, apesar desse não ter alcançado seus objetivos sociais.

Araújo (2001) relata que um dos objetivos centrais de Furtado com a industrialização do Nordeste seria formar uma indústria comandada por atores locais, voltada para satisfazer a demanda no mercado nordestino e assim instaurar uma burguesia industrial no Nordeste que pudesse confrontar-se com as oligarquias agrárias – objetivo contraditório à materialização das políticas da SUDENE, como percepção de Oliveira (1977).

Nos anos de 1960 ocorreu uma migração do capital industrial de outras regiões, principalmente do Sudeste, para o Nordeste devido aos

incentivos (infra)estruturais e fiscais, mudando assim o fluxo do capital alocado no território brasileiro, mas prejudicando ainda mais as indústrias nativas da região nordestina, salve os industriais do Ceará que financiaram o processo de industrialização do Estado, fortalecendo-se e conseguindo se sobreporem à oligarquia estadual, realizando nessa parte do Nordeste o que foi proposto por Furtado (Araújo, 2001).

Estaria então, formando no âmbito inter-regional a instalação das subsidiárias na periferia regional de grandes empresas de capital já amortizado, reproduzindo a heterogeneidade inter-regional e ampliando a heterogeneidade intra-regional.

A SUDENE torna-se contraditória na relação objetivo-resultado em relação à questão da autonomia da burguesia local, que tornou-se ainda mais dependente a partir de um novo padrão de dependência, agora a dinâmica regional do Nordeste sendo condicionada pelo capital que se expandia do Sudeste, atuando o capital local como complementar a esse.

Como o processo de desenvolvimento da indústria de bens de consumo duráveis e bens de capital no Brasil nos anos de 1950 expressa uma redefinição da divisão internacional do trabalho, a fundação da SUDENE, o seu reordenamento pelos militares, condicionando a exploração dos setores complementares e a migração de capital do Sudeste para o Nordeste marca uma redefinição da divisão regional do trabalho no Brasil sob comando da burguesia industrial do Sudeste.

Almeida e Araújo, (2004), indicam que a SUDENE, paradoxalmente, beneficiou a consumação da dependência econômica do Nordeste em relação à burguesia industrial do Sudeste do Brasil. O Nordeste passa, a partir desse momento, a assumir um novo papel na dinâmica econômica nacional, o de alocador do excedente e complementar da acumulação capitalista da grande burguesia industrial alocada no Sudeste.

Porém, não foi só para o Nordeste que ocorreu o processo de desconcentração industrial graças às ações de incentivos fornecidas pelo Governo Federal da época. Além disso, esse capital que veio para o Nordeste foi seletivo tanto espacialmente como setorialmente, alocando-se das áreas e setores mais dinâmicos (Araújo, 2001).

A partir da SUDENE, a atividade econômica urbana comandada pela indústria, passa a dinamizar a produção nordestina, rompendo com o processo de estagnação econômica, comandada pelos setores rurais antes predominante na Região (Araújo, 2000). Mas, a indústria moderna

implantada nessa área comandada por atores externos, em maior parte a burguesia industrial de São Paulo, não se voltou para o mercado nordestino, ou seja, não estava em função de atender a demanda da massa da classe trabalhadora local, não solucionou a questão da falta de emprego e também não promoveu a desconcentração da renda (Cano, 2001).

No cenário político brasileiro, no ano de 1961 – já na fase inicial da denominada “integração produtiva” no Brasil, de expansão do capital do Sudeste para outras regiões –, após o pedido de renúncia do então Presidente do Brasil, Jânio Quadros, o Vice-Presidente, João Goulart, assume a presidência de República em meio a uma forte instabilidade econômica e política interna. Pressões dos trabalhadores urbanos por melhorias salariais, dos trabalhadores rurais pela posse de terras, da burguesia industrial do Sudeste e das velhas classes dominantes de outras regiões do país contra os avanços dos trabalhadores urbanos e rurais, da burguesia imperialista pela abertura da economia brasileira.

Em dezembro do ano seguinte, o então nomeado Ministro Extraordinário do Planejamento, Celso Furtado, vindo da SUDENE, chefiou a equipe que elaborou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que buscava, no curto prazo, a partir de diretrizes ortodoxas, controlar o processo inflacionário contendo o déficit público com políticas fiscal e monetária contracionistas. No longo prazo, o Plano Trienal caracterizava-se como heterodoxo, buscando implementar novas regras tributárias progressistas, propondo impostos específicos à população com as maiores rendas para financiar as iniciativas do Estado em favor do desenvolvimento nacional, além de outras das chamadas “reformas de base”, entre elas, a de maior tensão, a reforma agrária, que conflitava com os interesses da fração dominante no Nordeste, os latifundiários (Melo *et al.*, 2021; Gremaud *et al.*, 2002; Rego, Marques, 2013; Sarmiento, 2012).

Após ser atacado por setores de oposição e até por governistas, além de não ter obtido apoio externo do Governo estadunidense para o refinanciamento da dívida do Estado brasileiro, o Plano Trienal não obteve condições econômicas e políticas para controlar o processo inflacionário nem para serem executadas as reformas estruturais, sendo a política ortodoxa de curto prazo abandonada pelo Governo Goulart ainda no primeiro semestre de 1963 (Melo *et al.*, 2021; Gremaud *et al.*, 2002; Rego, Marques, 2013).

A proposta das chamadas reformas de base, os reajustes reais do salário mínimo no Governo Goulart, além do aumento das pressões dos movimentos de produtores diretos, seja no campo com as Ligas Camponesas no Nordeste, no Sul com o Governo com Leonel Brizola, seja nas grandes cidade com os movimentos dos trabalhadores industriais, marcam o avanço da classe trabalhadora no conflito de classes.

Oliveira (1977) observa que as Ligas Camponesas no Nordeste ensaiam uma luta de classes que põe em xeque a reprodução do modo de produção capitalista no cenário brasileiro. Esse momento marca o que a literatura chama de “crise do populismo”, onde o pacto entre burguesia industrial, a nova fração burguesa hegemônica, e a velha burguesia agrária desde os anos 1930, começa a ser ameaçado com o aval do Governo Federal (Gremaud *et al.*, 2002).

O Papel da SUDENE dos Militares no Processo de Dependência e da Manutenção da Heterogeneidade no Nordeste

Com o Golpe Militar sobre o Governo Goulart em 1964, a proposta de desenvolvimento regional do GTDN foi arquivada junto com as propostas de concessões estruturais à classe trabalhadora do Governo de Goulart. Oliveira (1977) destaca que o Golpe de 1964 marca o avanço da burguesia monopolista no conflito de classes no Brasil, e Lima Júnior (2014) aponta para o seu completo esvaziamento enquanto instrumento de planejamento para o desenvolvimento regional.

Os governos militares tiveram como objetivo central restaurar o domínio absoluto da burguesia monopolista (industrial, agrária, financeira) e acelerar o desenvolvimento da produção e da produtividade dos setores mais dinâmicos no Brasil sob o discurso de alcançar o nível das grandes economias mundiais, desconsiderando qualquer custo para a classe trabalhadora.

Furtado (1996) suscita que a ideia de desenvolvimento econômico expressada a partir do aumento da produção industrial, imitando de forma minimizada os centros dinâmicos, como objetivo das nações era componente do mito, cuja funcionalidade desviava atenções das tarefas básicas dos governos, como identificar as necessidades fundamentais da

coletividade, das possibilidades do avanço da ciência, para concentrar em objetivos abstratos para a massa da classe trabalhadora, como investimento, exportações e crescimento

Nesse período, a proposta de reforma agrária foi arquivada, a questão fundiária permaneceu praticamente inalterada, o salário-mínimo real (acusado de ser o centro do processo inflacionário, atacado tanto pela ótica da demanda quanto dos custos de produção) sofreu um corte já nos primeiros atos do Governo Castelo Branco (1964-1968) que não se recupera por todo o período do regime militar (1964-1985) (Gremaud *et al.*, 2002; Hermann, 2021; Rego, Marques, 2013; Resende, 1990; Tavares, M., 1978).

A proposta de acelerar o crescimento econômico a qualquer custo foi defendida pelo então Ministro dos governos militares e principal idealizador da política brasileira da época do chamado “milagre econômico brasileiro” (1969-1973), o Ministro da Fazenda (1967-73) e do Planejamento (1979-85). Delfim Netto, resguardou o crescimento econômico brasileiro, de uma média mais de 10% ao ano, acompanhado de um aumento na concentração da renda com uma parábola do bolo, afirmando que a economia precisava primeiro crescer para depois a renda ser dividida. Na época, o Brasil tornava-se a oitava base industrial do mundo à custa de uma grande desigualdade social intra e inter-regional (Araújo, 2000).

Essa mudança nos rumos da política brasileira beneficiou certos grupos nordestinos – principalmente as oligarquias agrárias, ou seja, fortaleceu as relações de produção arcaicas na Região, principalmente no semiárido, sob as mãos dos setores dominantes locais –, dificultando o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste; considerando a questão estrutural da grande concentração de terras e a miséria nas áreas rurais nordestinas, de maior proporção em relação às outras regiões do Brasil (Araújo, 2000; Cano, 2001), que apenas sofre uma leve inflexão nas rearticulações do Governo Geisel (1973-1979) com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (Carneiro, 1990; Ferreira, 2021; Gremaud *et al.*, 2002).

No geral, as reestruturações políticas-institucionais realizadas pelos militares, no primeiro momento, acarretou em uma diminuição dos incentivos fiscais e do crédito antes voltados para o desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas da economia brasileira, em benefício das

regiões do Norte e Nordeste (Cano, 2001). Os recursos públicos seguiam a lógica do capital, silenciando as questões socioeconômicas regionais, voltando, assim como foi na maior parte a história do Brasil até então, a serem alocados nas áreas e setores mais dinâmicos.

Os militares determinaram fortemente mudanças nas diretrizes da SUDENE. Com isso, “trataram de tirar a relativa autonomia e legitimidade que havia sido imputada à Superintendência por ocasião de sua criação e transferiram investimentos para outras atividades econômicas e para outras regiões do País” (Almeida, Araújo, 2004, p. 105).

O Novo Papel do Nordeste na Divisão Regional do Trabalho e o II PND: a fantasia regional desfeita

A partir da segunda metade dos anos 1960, a SUDENE voltou-se centralmente ao financiamento da exploração dos recursos minerais do Nordeste, além de dirigir recursos para a ampliação da infraestrutura regional – basicamente, transporte e energia elétrica –, aumentando a atratividade dessa para o capital vindo de fora da Região.⁶ Nesse período, incentivos fiscais como o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), investimento de empresas estatais, caso da Petrobrás no Estado da Bahia e da Vale do Rio Doce no Estado do Maranhão – no II PND –, créditos de bancos públicos de desenvolvimento e capitais privados locais, nacionais e multinacionais, impulsionaram o crescimento econômico do Nordeste principalmente na década de 1970. Este processo não foi acompanhado de um desenvolvimento social nas mesmas proporções (Araújo, 2000), mantendo o caráter estrutural da não relação direta entre produção e consumo local das regiões subdesenvolvidas.⁷

O novo parque industrial nordestino, que contou com o apoio de incentivos públicos para a sua instalação neste momento, aumentou a

6 Furtado (1996) ressalta o papel do Estado no plano interno em função de reforçar a posição das grandes empresas dentro de cada país - ampliamos aqui também para o âmbito regional: i) reconstruir a infraestrutura; ii) modernizar as instituições; intensificar a capitalização; e iii) fornecer força de trabalho.

7 É nesse cenário que Furtado está inserido ao produzir “O Mito ...”.

integração econômica dessa região com outras, sobretudo com o Sudeste (Araújo, 2000).

Ainda na década de 1970, por meio dos investimentos estatais para explorar aquelas bases de recursos naturais da região, o Governo Federal, conseqüentemente, promoveu uma leve desconcentração industrial alocando investimentos em formação bruta de capital fixo nessa região periférica, expandindo a estrutura produtiva e a produtividade regional, objetivando aumentar a contribuição nordestina na complementação da estrutura de produção industrial instalada no Sudeste (Costa, 2012).

Esse pequeno processo de desconcentração não se fez a partir de um projeto de desenvolvimento regional autônomo, mas sim inserido dentro da lógica de reprodução do capital industrial hegemônico, tanto de raízes no Sudeste, quanto dos monopólios industriais internacionais que passam a adentrar fortemente os seus capitais fixos em meados da década de 1950 sem encontrar barreiras nos governos brasileiros até os dias correntes. Portanto, não voltados para atender as demandas locais, não interessado em um consumo e em um desenvolvimento produtivo regional homogêneo e não comprometido com a preservação ambiental.

Em um momento de inflexão; ao passo que os militares tiraram e realocaram os recursos de financiamento para o desenvolvimento econômico do Norte e Nordeste, enfraquecendo e mudando os rumos da SUDAM e da SUDENE no primeiro momento dos anos de 1960; nos anos de 1970, o processo de disparidades interregionais é relativamente invertido, aumentando o crescimento econômico dessas regiões, concentrado em sub-regiões e setores específicos, a partir dos investimentos realizados pela política industrial do II PND capitaneada por empresas estatais, como a Telebrás e a Petrobras, entre elas estavam algumas com bases de exploração de recursos não renováveis localizadas no Nordeste (Cano, 2001). Nestes segmentos, uma distinção é descrita em o “Mito...”, quando Furtado (1996) destaca autonomia das burocracias estatais da periferia sobre os setores de energias não renováveis, um dos poucos setores que os conglomerados internacionais ainda não tinham penetrados na periferia

Essa política do Governo Geisel de investimento público, sintetizada no II PND, com a intenção exposta de prosseguir com o programa de substituição das importações, manteve relativamente a dinâmica economia brasileira, incluindo o Nordeste ao avançar o seu processo de

industrialização, enfatizando os polos de desenvolvimento econômico e mantendo o dinamismo da produção brasileira em um quadro de crise econômica mundial (Araújo, 2000; Castro, Souza, 1985; Tavares, 2011), face a crise do modelo fordista de reprodução do capital dos países industrializados (Filgueiras, 2007), comandado pelas incertezas a partir do aumento dos déficits comerciais dos Estados Unidos em função da expansão do mercado e das bases produtivas das grandes empresas nacionais no pós segunda guerra mundial.

Devido à ampla disponibilidade dos chamados recursos naturais na Região Nordeste, os investimentos públicos e privados tenderam para os setores de produção energética e extrativa, como foi o caso da ampliação da base produtiva petroquímica estatal que possui instalações no Estado da Bahia. Essa e outras grandes empresas do setor energético foram privilegiadas pelos incentivos do II PND (Almeida; Araújo, 2004).

Segundo Furtado (1984), os recursos financeiros do Governo Federal para o Nordeste no período foram, em grande parte, alocados em investimentos produtivamente não eficientes, destinados a complementar a estrutura industrial presente no Sudeste e no Sul, que tinha a predominância na produção de bens de consumo duráveis, além de adequar o mercado regional à oferta da região central do país.

Os atores dominantes da economia brasileira promoveram a indústria no Nordeste afim de prolongar o desenvolvimento da indústria do Sudeste, ignorando, de certa forma, a cultura de produção da Região. Explica-se, assim, a baixa rentabilidade do capital investido no Nordeste, pois “a nova dependência reside exatamente na subordinação à lógica de uma industrialização que abarca o conjunto do país e é comandada do Centro-Sul” (Furtado, 1984, p. 14), mantendo o Nordeste na posição de subdesenvolvimento, a região arcaica, no processo de desenvolvimento do capital da região moderna.

Guimarães Neto (1997) apontou dois pontos imprescindíveis para compreender o processo de crescimento econômico nordestino nesse segundo período dos governos militares. O primeiro foi a seletividade do capital empreendido, alocado apenas nas áreas e segmentos mais dinâmicos. O segundo foi a industrialização tardia do Nordeste em relação ao Sudeste, colocando a primeira região como apenas uma alternativa para ocupação dos espaços econômicos permitidos pelo capital industrial do Sudeste.

Assim, o Nordeste cumpre seu papel complementar da reprodução do capital industrial monopolista no Brasil, sem considerar as especificidades da estrutura produtiva e da demanda local. Tendo esse processo como característica o aumento da exploração da força de trabalho em relação aos salários reais, a expansão territorial das bases produtivas amortizadas e/ou complementares do Sudeste e o aumento da participação do Estado na promoção do desenvolvimento do capital internamente seriam os aspectos de uma dependência interregional objetivada pelo capital do Sudeste?

Esse processo de redirecionamento dos recursos públicos durante os governos militares tiveram como resultado um crescimento econômico nordestino abaixo da média do Brasil entre os anos de 1960 e 1975. Após o primeiro choque do petróleo em meados dos anos de 1970, enquanto a atividade econômica desacelerou em relação ao período do chamado “milagre econômico”, porém mantendo uma taxa de crescimento por volta de 7% ao ano – em um processo de desenvolvimento em marcha forçada, indo contra a conjuntura econômica internacional recessiva (Castro; Souza, 1985) –, com a política de desconcentração regional dos investimentos públicos em capital fixo do II PND, o PIB do Nordeste passou a crescer em um nível acima da média nacional.

A Manutenção da Heterogeneidade Intra-regional no Nordeste na Fase Final da Industrialização Por Substituição de Importações Brasileira

Como relata Tavares (2011), nos anos da SUDENE sob os militares, os investimentos públicos, basicamente industriais, foram distribuídos na Região, mas as três capitais mais dinâmicas economicamente foram favorecidas com a maior parte dos recursos desde o início (Salvador, Recife e Fortaleza). Portanto, também no âmbito intra-regional, as políticas do militares contribuíram para aumentar a concentração da renda e a desigualdade social.

Junto a esse processo de desconcentração da indústria, e consequentemente da economia, surge à tendência de ampliação das desigualdades socioeconômicas intra-regionais. Mantiveram-se as estruturas tradicionais na zona rural nas áreas de agricultura considerada não competitiva e

ampliou-se a exclusão social no território brasileiro, particularmente na Região Nordeste (Guimarães Neto; Brandão, 2009).

Como menciona Pacheco *apud* Araújo (2000), esse pequeno processo de desconcentração espacial na alocação do capital público - dos anos 1970 - não beneficiou todas as regiões do Nordeste. Na verdade, os novos capitais foram investidos nos setores e áreas mais promissores, as chamadas “ilhas de prosperidade”, contribuindo para o aumento da heterogeneidade socioeconômica inter e intra-regional (Araújo, 2000).

Assim, algumas áreas nordestinas de dinamismo econômico foram formadas ou fortalecidas em coexistência com espaços de estagnação produtiva, essas últimas, mantendo o nível de abstração territorial, ocupavam o espaço a posição periférica na divisão intra-regional do trabalho no Nordeste, fornecendo insumos de produção, de reprodução da força de trabalho e a própria força de trabalho com o processo de migração intra-regional.

Um Projeto de Desenvolvimento Conservador: considerações sobre os governos militares

Cano (2001) ressalta que a perspectiva regional não desaparece por completo nos governos militares, pois foram instituídos programas direcionados regionalmente, como o Programa de Redistribuição de Terras, o Programa de Integração Nacional, o Programa de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, entre outros. Mas esses programas teriam contribuído ainda mais para a concentração das terras, assim como o novo Imposto de Territorial Rural. Ademais, como aponte Lima Júnior (2024), tais programas teriam quase as mesmas fontes de financiamento concebidas para os investimentos regionais ainda nas fases iniciais da SUDENE.

Com a orientação dos militares em também alocar recursos federais para a expansão do setor agrário na Região Nordeste, além dos setores de energia não renovável e outros insumos de produção, as estruturas tradicionais desses setores foram colocadas como “papel de freio sobre as mudanças desejadas pelo planejamento da SUDENE de Celso Furtado” (Amaral Filho, 2010, p. 60).

No cenário econômico brasileiro, a idealização do regime em tornar o Brasil um país central na dinâmica econômica mundial - a qualquer custo social, ambiental e sem planejamento - teve de ser abandonada devido à crise da dívida externa nos anos de 1980, consequentemente, pela crise fiscal do Estado a partir do direcionamento dos recursos desse para remunerar o capital financeiro internacional, além da consequente crise inflacionária, exaurindo durante a primeira metade da década de 1980 os investimentos regionalmente desconcentrados. Porém, os principais investimentos em capital fixo foram mantidos e maturaram até 1985, contribuindo com a extensão do período de dinâmica econômica brasileira, em especial nordestina, junto à retomada da dinâmica internacional em meados da década (Cano, 2001; Castro; Souza, 1985).

Baseada em dados fornecidos pelo IBGE, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), Araújo (2000) mostra que no total da formação do capital fixo, que inclui os investimentos da administração pública e das empresas do Governo Federal, percebeu-se que o Nordeste como região recebedora de recursos passou de 13% no ano de 1970 para 17% em 1985.

Furtado (1984, p. 6) relata que, entre os anos de 1960 e 1970, o desenvolvimento das condições de vida não correspondeu à dinâmica econômica da Região, caracterizando esse processo verificado no Nordeste de “mau-desenvolvimento”. A melhoria na infraestrutura regional, basicamente nos setores de energia e transporte, em áreas específicas, não refletiu no melhoramento substancial da qualidade de vida da maior parte da população, principalmente se tratando dos trabalhadores rurais.

Enfim, o governo militar (1964-1985) focou seus esforços a partir dos recursos públicos e das estatais para a reprodução do grande capital industrial alocado no Brasil, acarretando na concentração ainda maior do produto social brasileiro e aumentando a heterogeneidade social. Porém, o processo de concentração regional do produto brasileiro passa por uma reversão a partir do Governo Geisel e do II PND, reestruturando a divisão regional do trabalho no Brasil, passando o Nordeste a ser um ofertante fontes energéticas não renováveis e insumos de produção para a reprodução do capital industrial do Sudeste, absorvendo bases produtivas amortizadas vindas dessa ultima região, a partir dos benefícios

estatais. Ressaltando que esse redirecionamento se caracteriza por um processo de desconcentração concentrador intra-regionalmente, as “ilhas de prosperidade”.

O projeto desenvolvimentista brasileiro, como em toda América Latina, foi extremamente conservador dos interesses da grande burguesia, autoritário e, conseqüentemente, antissocial. Veiga (2010) e Sachs (2008) recorrem à contribuição de Amartya Sen (2010), contestando a máxima apresentada por Delfim Netto para caracterizar os planos dos militares, em especial do chamado “milagre econômico” brasileiro, alteando que a ideia do bolo a ser repartido não pode ser aceita pela sociedade, porque além de não se realizar na prática, ainda fere os princípios éticos. Para o autor, neste mundo de grandes desigualdades, não se pode esperar que os ricos tornem-se ainda mais ricos para que depois os pobres fiquem um pouco menos pobres.

A tese de Furtado (1996) ressalta exatamente que as estruturas de produção dos países subdesenvolvidos (obsolescência das bases produtivas, o comando externo da dinâmica interna a partir dos interesses das subsidiárias, o papel complementar das burguesias locais, a produção das empresas internacionais, os níveis salariais dados pelos preços de mercado da força de trabalho, e a depredação dos recursos naturais) impedem que esse bolo sacie as necessidades e demandas das massas de trabalhadores em nível amplo nos países periféricos. Além de que a universalização do padrão de consumo dos países centrais levaria a uma depreciação ambiental que acarretaria em um colapso civilizatório. Ressaltamos que atualmente, já na segunda década do século XXI, agora de forma alarmante, a expansão do consumo e da exploração das fontes não renováveis, mesmo sem a universalização desses, provocaram uma depredação ambiental acelerada e irreversível aos padrões de produção e de consumo vigentes, e como ressaltou Furtado (1996), esse processo não foi solucionado pelo progresso tecnológico, que, na verdade, contribuiu para agravá-lo.

A Redemocratização Política e o Exaurimento do Desenvolvimento: algumas notas

A década de 1980 é marcada pela crise da dívida externa brasileira⁸, assim como de outros países da periferia do capitalismo, que desaguou numa crise de balanço de pagamentos, no aumento do patamar do processo de inflação incontrolado pelas políticas ortodoxas na primeira metade da década e mistas na segunda metade, e a crise fiscal do Estado, estabelecendo o fim da industrialização por substituição de importações, da hegemonia dos industriais alocadas inicialmente no Sudeste sobre o Estado brasileiro, além do estancamento das políticas de desenvolvimento econômico no Brasil, e assim da desconcentração regional dos investimentos em capital fixo públicos e privados.

A chamada redemocratização do Estado brasileiro, na segunda metade da década de 1980 e, anos depois, a nova Constituição Federal do Brasil, veio nesse período de crise macro conjuntural brasileira, de diminuição do ritmo de crescimento econômico, processo de inflação acelerado, crise na balança de pagamentos, exaurindo durante os anos de 1980 o financiamento das políticas de desenvolvimento econômico (Almeida; Araújo, 2004).

As medidas implantadas decorrentes da Constituição de 1988, chamada de “Constituição Cidadã”, pelo seu caráter ideal de inclusão social das populações mais vulneráveis e de descentralização político-administrativa, somada ao início das atividades produtivas ainda provocadas pelos investimentos do II PND no Nordeste, além do esgotamento do processo

8 Resultado, no curto prazo, do segundo choque do petróleo, pressionando a balança comercial, devido a dependência perante a importação de petróleo da economia brasileira no período, e a balança de serviços, devido ao crescimento autônomo da dívida externa contraída a partir de juros flutuantes de acordo com o as taxas de juros dos países centrais, além do estancamento do fluxo de capital financeiro para os países endividados da periferia, durante a maior parte da década de 1980. No médio e longo prazo, condicionado pelo processo de dependência, o endividamento da economia brasileira (pública e privada) não resultou em uma transformação da estrutura produtiva interna que condicionasse o país a ter autonomia na produção de produtos tecnológicos e na formação de excedente que condicionasse um setor financeiro autônomo.

de substituição de importações concentrado no Sudeste, é possível admitir a hipótese de que foram esses os elementos dinamizadores da economia regional nordestina para além da média brasileira nos anos de 1980. Porém, esgota-se aí o processo de desenvolvimento econômico regional.

Nos anos de 1990, com o fim do processo de desenvolvimento das forças produtivas induzidas pelo Estado brasileiro, houve uma forte migração do capital público e privado para as regiões mais dinâmicas, especialmente para o Sudeste, revertendo o quadro de desconcentração espacial e setorial da indústria. O ideário neoliberal passa a dominar a agenda política brasileira e a indústria volta a reconcentrar-se nas áreas mais lucrativas de curto prazo, ampliando a guerra fiscal entre os estados para atrair os investimentos privados. A partir daí, as políticas de integração nacional são arquivadas pelo novo modelo de econômico e social, e o capital seguiu a lógica de reprodução, realocando-se nas regiões e áreas mais adaptadas para a acumulação capitalista (Costa, 2012).

De tal forma, “sem direção e coordenação, entregue aos mercados as principais decisões estratégicas, o país viverá experiência de crescente falta de sustentação de sua trajetória de crescimento”. A articulação do espaço brasileiro almejada há décadas – pelos desenvolvimentistas nacionalistas – sofre um retrocesso ainda maior e a homogeneização socioeconômica entre as regiões encontraram-se na época ainda mais distante (Guimarães Neto; Brandão, 2009, p. 23).

O Cenário no Nordeste nas Etapas Finais da Industrialização Brasileira

Em relação aos dados macroeconômicos gerais, entre as décadas de 1960 e 1980, a Região Nordeste apresentou o melhor desempenho em relação a média do PIB do país. Entre 1970 e 1987, a participação da Região na formação do PIB passou de 12,6% para 15,8%. O PIB per capita passou de 45,8% para 54,4% da média brasileira, mantendo-se ainda com cerca de metade da renda média nacional. Os pesos da indústria e da produção terciária seguiram a mesma tendência de crescimento na formação do produto regional (Araújo, 2000).

Apenas o setor agropecuário regional, seguindo a tendência geral do setor no Brasil, diminuiu sua produção, prendendo espaço em relação

à dinâmica setorial nacional, principalmente para o Centro-Oeste. Entre os anos de 1974 e 1980 – entre o primeiro e o segundo choque do petróleo, e com a política de desenvolvimento produtivo regionalmente desconcentrada financiada pelos “petrodólares” –, o crescimento econômico brasileiro perdeu força, porém manteve-se crescendo em níveis satisfatórios em ritmo maior do que no cenário internacional, enquanto no Nordeste esse processo acelerou para além da média brasileira (Araújo, 2000).

Entre os anos de 1975 e 1990, o país aumentou suas exportações por volta de 200% e o Nordeste acompanhou essa trajetória a um passo mais lento, aumentando em 100% no período (Araújo, 2000). Castro (1985) destaca a maturação dos projetos produção de insumos e energia regionalmente desconcentrados como elemento fundamental para essa dinâmica.

Mesmo com o aumento na participação no PIB nacional entre os anos 1970 e 1980, todos os estados da região Nordeste em 1985 possuíam entre um quarto e metade do PIB *per capita* brasileiro, exceto os mais próximos do Sudeste, Bahia e Sergipe, que possuíam entre metade e nove décimos da média nacional. Em 1998, esses últimos estados também estão no grupo que possuíam até metade do PIB *per capita* nacional (Silva; Medina, 1999).

A industrialização nordestina e o aumento na participação no PIB brasileiro no período também não foram suficientes para romper com as estruturas da desigualdade da renda interregional. Em 1991, o Nordeste ainda era a região com maior desigualdade da renda (medido pelo índice de Gini).

Voltando-nos para o cenário intra-regional, cabe destaque ao Estado da Bahia, pois esse acompanhou a mesma variação relativa dos números nacionais, aumentando sua participação no produto exportado pela Região. No ano de 1975, sua economia formava cerca de um terço das exportações nordestinas. Em 1990 esse valor passou a ser a metade do produto exportado pela Região (Araújo, 2000), caracterizando o processo concentrador intra-regional da desconcentração inter-regional dos recursos do II PND.

Em relação à dinâmica econômica intra-regional, de acordo com os dados da SUDENE, no ano de 1980 só a economia baiana movimentava cerca de 40% do PIB regional. Entre os anos de 1970 e 1992, a dinâmica

econômica dos estados da Região Nordeste foi descompassada. Os maiores crescimentos relativos foram alcançados pelos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão, as menores variações foram apresentadas pelos estados da Paraíba e Pernambuco (Araújo, 2000).

Em relação ao PIB per capita, Bahia e Pernambuco apresentaram as menores variações relativas no período. Porém, a Bahia passou de 3,8% para 5,2% na participação na formação do PIB brasileiro entre os anos de 1970 e 1985. Esse desempenho positivo só não foi verificado nos estados da Paraíba, Alagoas e Pernambuco, para os anos 1970 e 1992 (Araújo, 2000).

Assim, só podemos afirmar que o processo de desconcentração da dinâmica econômica, liderada pelo Estado brasileiro, foi concentrador, se concentrando no estado nordestino de maior produtividade, o Estado da Bahia.

Voltando-nos para uma análise socioeconômica – objeto da corrente cepalina no seu segundo momento, a partir dos anos 1960, após a desilusão da industrialização como mitigadora dos males sociais –, Furtado (1981), já no decorrer da quarta parte do século XX, destacou que o Nordeste era a região do país que mostrava nitidamente a precariedade das condições de vida do povo. “Uma política adequada para o Nordeste significa renunciar à ilusão de que essa região é tão-somente um apêndice, algo que pode ser relegado a segundo plano, que pode esperar um amanhã incerto em que, o bolo a distribuir seja maior” (Furtado, 1981, p. 13).

Sobre a questão social, pela escassez estrutural de emprego no Nordeste em relação ao grande número de trabalhadores habitando na Região na segunda parte do século XX, somada a um crescimento assíncrono com as particularidades da região, manteve-se o processo migratório em direção aos grandes centros urbanos, principalmente do Sudeste, que “comportam todo o estrato inferior de nordestino”, que passaram, na maior parte das vezes, a viverem em locais periféricos com precária proteção social (Furtado, 1981, p. 15), ampliando a oferta de força de trabalho, mantendo os baixos níveis salariais dos centros nacionais.

Assim, o Nordeste cumpriu o papel na nova divisão regional do trabalho no Brasil de, entre outros elementos já destacados aqui – como o de ofertante dos fatores de (re)produção do capital –, barateamento do preço da força de trabalho em outras regiões principalmente no Sudeste,

a partir da formação da força de trabalho excedente para a indústria e comércio dessa região, formando o então exército industrial de reserva,⁹ mantendo as disparidades na variação entre taxa de lucro e salário, e assim as desigualdades de renda.

Em resumo, sobre a variação do dinamismo econômico no Nordeste em relação ao Brasil, Araújo, (2000) faz um levantamento entre as décadas de 1960 e 1980. Os números mostram que após o início das ações voltadas para o planejamento regional iniciadas pela SUDENE, além dos projetos do II PND nos anos de 1970, o PIB nordestino apresentou um desempenho próximo à média do Brasil, exceto entre 1967-1973, período do chamado “milagre econômico” brasileiro, quando a média do crescimento do produto no Brasil foi de 11,1%, enquanto a produção nordestina cresceu 6,9%, como mostram os dados a seguir:

Tabela 1 – Taxas de Crescimento do PIB no Brasil e no Nordeste (1960 - 1989)

Períodos	Brasil	Nordeste
1960-70	6,1	6,0
1970-80	8,7	8,7
1980-90	1,6	4,0
1960-66	4,6	5,2
1967-73	11,1	6,9
1974-80	6,7	7,4
1981-83	-1,4	2,9
1984-86	7,8	11,2
1987-89	1,6	2,6
1989-90	-4,0	-2,8

Fonte: Araújo (2000, p. 162)

9 Que se expande para o setor comercial de baixo valor agregado que, inserido na atual fase do capitalismo neoliberal brasileiro, com as contrarreformas trabalhistas, assume hoje um novo caráter de excedente de oferta de mão de obra, o exército de trabalhadores rotativos de reserva.

Comparando as taxas de crescimento entre as décadas ocupadas majoritariamente pela ditadura militar:

- i. os anos entre 1960 e 1966 comportam o Governo Goulart e parte do primeiro governo militar da segunda parte do século XX no Brasil. A nossa hipótese é que a média do crescimento do Nordeste nesse período foi fundamentalmente condicionada pelo aumento real dos salário mínimo no Governo Goulart, ao passo que os dois/três anos iniciais dos militares são marcados pelo início do arroxo salarial e reconcentração regional dos investimentos;
- ii. em toda a década de 1960, período da chamada crise dos governos populistas e dos primeiros anos do regime militar, que diminuiu o valor real do salário mínimo e se esvaziou a prioridade às questões regionais, o PIB brasileiro cresceu em média 6,1%, enquanto o PIB do Nordeste alcançou à média de 6%, ou seja, os números do Nordeste a partir dos militares puxaram a média nacional para baixo;
- iii. na década de 1970, período composto em maior parte pelo início dos investimentos em capital fixo desconcentrado regionalmente a partir das políticas do II PND, as médias nacional e nordestina apresentara o mesmo crescimento de 8,7 pontos percentuais;
- iv. no período marcado pela recessão econômica brasileira e instabilidade macroeconômica, porém de maturação dos investimentos do II PND, os anos de 1980, mostrou o menor crescimento tanto para a economia brasileira quando para a do Nordeste, mas o efeito desacelerador da economia brasileira afetou em menor proporção os dados da produção nordestina que cresceu em média 4%, tendo o produto do Brasil crescido menos de 2%.

Impulsionado principalmente pelos incentivos públicos no segundo momento acima descrito, entre 1967 e 1989 a estrutura produtiva do Nordeste sofre uma variação, em que se alterou a contribuição dos setores na formação do PIB regional. Nos anos extremos do período referido, a agropecuária diminuiu sua participação de 27,4% para 18,9%, caindo ainda mais seu percentual em 1990 quando ocorreu uma forte estiagem que afetou a produção do semiárido, atingindo apenas 12,1% no PIB regional (Araújo, T., 2000).

Diferentemente da agropecuária, a indústria cresceu sua participação de 22,6% para 29,3% e o setor de serviços passou de 49,9% para 58,6% – setor agregado da dinâmica da indústria até a abertura comercial dos anos 1990 –, de acordo com os dados oferecidos pela SUDENE para o período de 1967 a 1989 (Araújo, 2000), caracterizando o aumento da produtividade dos setores urbanos em relação aos rurais, tendo entre seus elementos as ações da SUDENE e do II PND.

Porém, como mostra Oliveira (1977), nesse período se exacerba o novo padrão de dependência da economia do Nordeste sob capital alocado no Sudeste, mantendo intra-regionalmente o caráter desigual do desenvolvimento do capital.

Apesar da dinâmica econômica nordestina apresentada nos dados anteriores, liderada pelos gastos públicos para atender ao mercado sudestino e atrair o capital privado extra-regional, uma das marcas mais importantes do Nordeste continuava sendo a privação humana, tanto em relação à renda, quanto aos outros fatores do chamado desenvolvimento social. Araújo (2000) se utilizando de dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) mostrou que ainda no ano de 1990, mais da metade dos indigentes brasileiros estavam no Nordeste, sendo que por volta de dois terços desses viviam na zona rural e quase 46% viviam no perímetro urbano.

Apesar, do aumento da produtividade no Nordeste, essa região, ao final dos anos de 1980, continuava sendo a periferia da dinâmica econômica brasileira, onde a produção regional não era voltada para atender a demanda local, e sim reproduzir a taxa de lucro da indústria sudestina, caráter da superexploração da força de trabalho,¹⁰ a partir do preço de mercado concorrencial dos salários.

10 “Superexploração da força de trabalho”, categoria do pensamento marxista latino-americano, desenvolvido por Marini (s.d.), como a exploração da força de trabalho sem o pagamento do valor da força de trabalho, ou seja, sem o pagamento do valor necessário para a reprodução desse fator de produção, devido às condições de transferência do excedente para os países dominantes, em função de garantir a taxa de lucro da burguesia local, que não pode ser equacionada a partir das próprias forças internas, condicionando a separação entre a esfera da produção e da circulação, onde o consumo dos trabalhadores não interfere no processo produtivo, que se volta para o mercado externo.

A Hegemonia Neoliberal no Brasil e no Nordeste: dominação financeira, desindustrialização e o arquivamento da questão regional

O Estado, desenvolvimentista e promotor da dinâmica econômica brasileira perde gradualmente suas capacidades nos anos de 1990 – tendo como marco a crise da dívida externa, a crise inflacionária e a fuga de capitais, esses mutuamente interligados, na década anterior. Endividado, o Estado brasileiro passou a ser súdito e favorecedor da acumulação do capital – financeiro rentista-especulativo.¹¹

De acordo com a publicação de Costa (2012), entre outros, a década de 1990 foi marcada pela predominância das políticas neoliberais. O Estado brasileiro deixou de fomentar a estrutura desenvolvimentista econômica das regiões periféricas nacionais, abandonando a proposta de integração nacional, abrindo as fronteiras do mercado brasileiro, prejudicando as indústrias em formação dessas regiões, inclusive as do Nordeste, que promoveu a aceleração do processo de concentração industrial brasileiro e início do processo de desindustrialização.

Votando-se para a questão socioeconômica do Nordeste na década de 1990, Guimarães Neto (1997) percebeu que o crescimento econômico do Nordeste, financiado pelo setor público e pelo capital externo nas décadas anteriores, manteve o dinamismo concentrado apenas em

11 Se inserindo como subordinado no novo caráter de acumulação do capital condicionado pelo capital financeiro, que passa a dominar os regimes de política macroeconômica brasileira e latino-americana a partir das diretrizes do chamado Consenso de Washington. Tal processo é iniciado já em finais do Governo Sarney com a política ortodoxa de combate à inflação, aprofundando-se no Governo Collor (1990-1992) com privatizações, abertura comercial, perpassando pelos Governos Franco (1993-1994) e Cardoso (1995-2022), com o Plano de Ação Imediata (PAI), o aumento da taxa de juros do Plano Real, com a abertura financeira e com o chamado Tripé Macroeconômico, ampliado pelos Governos do Partido dos Trabalhadores, voltando a ser aprofundado a partir do golpe de 2016 com o teto de gastos - reforçado no terceiro Governo Lula - e da contrarreforma trabalhista do Governo Temer (2016-2018), e a contrarreforma da Previdência, a privatização da Eletrobrás, e a entrega oficial da política monetária aos banqueiros a partir da chamada independência do Banco Central no Governo Bolsonaro (2019-2022).

algumas áreas da Região, aumentando a heterogeneidade econômica do espaço nordestino.

O Nordeste perde participação no PIB brasileiro entre 1985 e 1993, de 13,5% para 11,8% respectivamente, recuperando espaço a partir de 1994 até 1998, alcançando 12,6% nesse último ano, mas não retomando a participação de 1985 (Silva e Medina, 1999).

A agropecuária nordestina continua perdendo espaço na produção do PIB do setor para o Centro-Oeste e para o Norte (Silva e Medina) dado o avanço do cultivo da soja por essas últimas regiões, que alcançaria o sudoeste da Região Nordeste na década seguinte (Blanco, et al., 2021).

A indústria e os serviços do Nordeste também perdem espaço na economia brasileira entre meados os anos 1985 e 1993, de 12,1% para 9,4% da indústria, e de 13,6% para 12,9% dos serviços, tendo as curvas uma inflexão a partir de 1994 até 1998, alcançando a indústria uma participação de 11,3% e os serviços 12,7%, porém sem uma recuperação aos níveis de 1985. A dinâmica desses setores volta a concentrar-se no Sudeste durante os anos 1990 (Silva; Medina, 1999).

O crescimento do PIB acima da média nacional das últimas décadas não proporcionaram um aumento relativo às demais regiões do país na renda da população nordestina, sendo agravado na inflexão neoliberal dos anos 1990. O PIB *per capita* de todos os estados do Nordeste não era mais que metade da média nacional em 1998 (Silva e Medina, 1999), e o Índice de Gini subiu de 0,6593 em 1991 para 0,6682 em 2000, continuando como a região de maior desigualdade da renda no Brasil - tendência que se reverte durante os anos 2000 em todo o Brasil (BRASIL, s.d.).

Ente 1997 e 2000, o Nordeste mantinha-se como exportador de *commodities* baseada na exploração ambiental e bens de consumo não duráveis, na sequência: metais, gêneros alimentícios, produtos químicos, produtos de origem vegetal, artigos têxteis, papel, e plástico e borracha; enquanto a pauta de importações é composta em maior peso por (sequencialmente em relação à participação): produtos minerais (transformados) e máquinas, tendo o setor de transporte ganhado peso em finais da década. Durante os anos 1990, a balança comercial do Nordeste com o exterior é deficitária e em processo de ampliação do déficit a partir do final da década (SECEX *apud* Dataviva, s.d.)

No setor rural, houve um aumento da concentração fundiária e, de acordo com o Mapa da Fome, elaborado pelo IPEA (1993), a questão da

miséria socioeconômica nordestina continuava relativamente inalterada, pois 54,57% dos indigentes no total, e dois terços dos indigentes rurais do Brasil ainda estavam no Nordeste, sendo o Estado da Bahia comportando 13,67%, Ceará, 9,58%, Pernambuco, 7,34%, e Maranhão, 7,27% dos indigentes brasileiros, estando apenas Minas Gerais entre esses estados, e São Paulo aparecendo só depois, mesmo comportando a maior parcela da população brasileira por Estado.

No setor rural os dados de indigência por estado são semelhantes, na sequência: Bahia, 16,16%, Ceará, 10,99%, Maranhão, 10,68%, então aparece Minas Gerais, 13,68%, Paraná e Pernambuco na sequência (IPEA, 1993); refletindo o caráter concentrador da dinâmica econômica nos estados de maior produção no Nordeste, podendo também ser ressaltados processo de migração excedente da mão de obra intra-regional das regiões mais atrasadas para esses estados mais dinâmicos, preocupação do Documento do GTDN ainda em finais dos anos 1950.

Apesar da miséria predominando nas áreas rurais nordestinas, a questão fundiária continuava arquivada pelos governantes, contribuindo para a permanência da calamidade social enraizada no campo. Na Zona da Mata, a concentração fundiária continuava crescendo e o cultivo da cana de açúcar ampliava sua predominância. As secas do semiárido agravavam a concentração das terras na sub-região devido à inviabilização dessas nesses períodos, forçando os pequenos produtores a venderem suas propriedades a baixos preços para os grandes latifundiários (Araújo, 2000); restando a esses pequenos produtores a escolha entre a pobreza do campo nordestino, somada à superexploração da força de trabalho, ou a migração para os periferias urbanas do Nordeste e nacionais.

Considerações Finais: limites do processo de industrialização entre o diagnóstico e o Mito de Furtado

As reflexões feitas na presente construção textual reforçam, em âmbito regional, a assertiva de “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*” para o caso brasileiro de que são possíveis sem avanços na industrialização promovendo modernização, sem o abandono das características do atraso (do subdesenvolvimento).

Conforme discutido, no período entre a explosão da “Questão Regional” e a hegemonia neoliberal no Brasil, do auge ao exaurimento do desenvolvimento industrial brasileiro, o Nordeste, devido a uma série de fatores – como o planejamento para desenvolver a produtividade regional, em função de complementar a produção sudestina, além de conter forças populares, de expandir espacialmente o capital da grande burguesia industrial dessa última região a partir exploração dos chamados recursos naturais, dentre outros –, sai do processo de estagnação econômica, passando a acompanhar relativamente o dinamismo nacional sem romper a heterogeneidade intra-regional, caracterizando uma reestruturação da divisão regional do trabalho, em que a produção em expansão não volta-se para atender a demanda da população local, mantendo o caráter da superexploração da força de trabalho na Região.

Compreendemos que o desenvolvimento econômico, a partir da perspectiva de produção industrial e sua produtividade, concentra-se na região (no Estado da Bahia) e nos setores mais dinâmicos. Assim, paradoxalmente, o desenvolvimentismo implantado no Nordeste, uma industrialização tardia de caráter complementar, a partir da coordenação da SUDENE e dos investimentos do II PND, segue a dinâmica do desenvolvimento do capital partir da manutenção da heterogeneidade intra-regional, reproduzindo miniaturas de sistemas industriais sudestinos - como denuncia Furtado (1996) pela lente de observação entre as nações -, onde os setores e áreas atrasados são complementares e fundamentais para manter a dinâmica dos setores e áreas relativamente modernas, a partir da exploração da força de trabalho e do meio ambiente.

Assim, como resultado fundamental da reprodução do capital na formação econômica e social do Brasil, um país subdesenvolvido e dependente, o desenvolvimento social dessa região não acompanhou a sua relativa evolução das bases produtivas na terceira metade do século XX, fase final do processo de industrialização brasileira, sendo a pobreza, a falta de acesso aos serviços públicos – de reprodução da força de trabalho – e a concentração da renda, ainda nos anos 1990 são as marcas mais representativas do Nordeste brasileiro, mantendo inter-regionalmente o caráter de heterogeneidade, subordinação e superexploração da força de trabalho e do “mundo físico”.

Referências

ALMEIDA, José Elesbão de; Araújo, José Bezerra de. Um Modelo Exaurido: A Experiência da SUDENE. **Teoria e Evidência Econômica**. Passo Fundo, v. 12, n. 23, p. 97-128, nov. 2004.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. A “Questão Regional” e a “Questão Nordestina”. In: Tavares, Maria da Conceição. **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001. p. 71-92.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio Sobre o Desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Por Uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 30, 1999.

BLANCO, Letícia de Souza; CARVALHO, FELIPE Teixeira; Santos, João Lucas A. dos; Pereira, Vitor Hugo M.; Deves, DBeatriz Di S. Agronegócio e Suas Repercussões no Matopiba. **Revista Okara: geografia em debate**, n. 15, n. 2, p. 173-190, 2021.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRASIL. Conselho de Desenvolvimento. **Uma Política Nacional de Desenvolvimento Para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

BRASIL. DATASUS. **Índice de Gini da Renda Domiciliar Per Capita - Brasil**. s.d.

CANO, Wilson. Celso Furtado e a Questão Regional no Brasil. In: Tavares, Maria da Conceição. **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 93-120.

CARDOSO, Fernanda. **Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico**. Jundiaí-SP: Paco, 2018.

CARNEIRO, Dionísio D. Crise e Herança. In: Abreu, Marcelo Paiva (org.). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CASTRO, Antônio Barros; SOUZA, Francisco Eduardo Pires. **A Economia em Marcha Forçada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

COSTA, J. M. **Concentração e Desconcentração Industrial**, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.cofecon.org.br/noticias/artigos/16-artigo/2626-artigo-concentracao-e-desconcentracao-industrial-no-brasil>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

FERREIRA, Luciana da S. A Política Econômica do Governo Geisel. In: Araujo, Victor Leonardo de.; Mattos, Fernando Augusto Mansor de. (org.). **A Economia Brasileira: de Getúlio a Dilma – novas interpretações**. 1. ed. São Paulo-Hucitec, 2021.

FILGUEIRAS, Luiz. Padrão de Reprodução do Capital e Capitalismo Dependente no Brasil Atual. **Caderno CRH**. Salvador, v. 31, n. 84, p. 519-534, set./dez., 2018.

FIORI, J. L. A Propósito de Uma “Construção Interrompida”. In: Tavares. Maria da Conceição. **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001. p. 33-58.

FURTADO, Celso Monteiro. **A Fantasia Organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FURTADO, Celso Monteiro. **Formação Econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

FURTADO, Celso Monteiro. Uma Política Nacional Para o Desenvolvimento do Nordeste. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, v. 1,1, p. 12-12, dez. 1981.

FURTADO, Celso Monteiro. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996; 1998.

FURTADO, Celso Monteiro. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 4, n. 4, p. 5-14, jul./set. 1984.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marcos Antonio Sandoval de; Toneto Jr., Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Grupo de Trabalho Para o Desenvolvimento do Nordeste. **Documento do GTDN: uma política nacional de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 387-432, out.-dez., 1997.

GUIMARÃES Neto, Leonardo; BRANDÃO, Carlos Antônio. **A Formação Econômica do Brasil e a Questão Regional**, 2009. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper41.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

GUIMARÃES Neto, Leonardo. Trajetória Econômica de Uma Região Periférica. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p. 37-54, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a03.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

HERMANN, Jennifer. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento. In: Giambiagi, Fábio; Castro, Lavinia Barros; Villela, André Arruda; Hermann, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea: (1945-2015)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. Trad. José R. B. Azevedo. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus: 1989.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar**. Rio de Janeiro, 1993.

LIMA JÚNIOR, Francisco do O'. **SUDENE e forças sociais nordestinas: papel institucional face ao novo marco regulatório de intervenção estatal e de desenvolvimento nos anos 2000**. Fortaleza/CE: RDS Editora, 2014.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da Dependência**. Trad. Marcelo Carcanholo. S. D. [1972].

MELO, Hildete, P., BASTOS, CARLOS, P., ARAUJO, VICTOR L. A Política Macroeconômica e o Reformismo Social. In: Araujo, Victor Leonardo de.; Mattos, Fernando Augusto Mansor de. (org.). **A Economia Brasileira: de Getúlio a Dilma – novas interpretações**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/Ornitórrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para Uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PREBISCH, Raúl. **O Manifesto Latino-Americano: e outros ensaios**. Tradução: Vera Ribeiro; Lisa Stuart e César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. Jandira, SP: Principis, 2024.

REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). **Economia Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RESENDE, André L. Estabilização e Reforma. In: Abreu, Marcelo Paiva (org.). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SARMENTO, C. E. **A Trajetória Política de João Goulart**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plan_o_trienal_e_a_politica_economica>. Acesso em: 29 ago. 2013.

SERRA, José. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Após-Guerra. **Revista de Economia Política**. v. 2/2, n. 6, abr.-jun., 1982.

SILVA, Antônio B. de O. e; Medina, Mérida Herasme. IPEA. **Produto Interno Bruto Por Unidade da Federação - 1985-1998**. s.d.

TAVARES, H. M. Estratégias de Desenvolvimento Regional. Da Grande Indústria ao Arranjo Produtivo Local? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 7, n. 1, p. 50-68, jan-abr/2011.

TAVARES, Maria da C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaio sobre Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XX**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

DO *MITO DO DESENVOLVIMENTO* ÀS TENSÕES NA FRONTEIRA ECOLÓGICA: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE AMBIENTAL E FURTADIANA DO BRASIL RECENTE

Fernando Ustariz¹

Marcia Queiroz²

Introdução

Os anos 1970 marcaram o início de discussões que uniram a economia e a questão ambiental. O grande marco foi a obra intitulada *The Entropy Law and the Economic Process*, publicada em 1971 por Georgescu-Roegen, considerado precursor da economia ecológica. Nesta obra, Georgescu insere a segunda lei da termodinâmica – a chamada lei da entropia – na análise econômica, analisando o processo econômico não como um sistema aberto, considerando apenas os recursos produtivos, mas compreendendo a economia como um sistema fechado e de recursos naturais finitos, que apresentariam a irreversibilidade em sua exploração. Com isso, depreende-se que a economia não se trata de um sistema

1 Mestre e doutorando em Economia Política Mundial (UFABC), martinsustariz@gmail.com.

2 Mestre e doutoranda em Economia Política Mundial (UFABC), marciaqueirozmmq@gmail.com.

dissociado do meio ambiente, pois os fluxos de produção e consumo ocorreriam dentro desse sistema fechado, com recursos naturais limitados.

Posteriormente, foi publicado pelo Clube de Roma o estudo intitulado *The limits to growth* (Meadows et alii, 1972), outra obra que colocou em evidência a questão ecológica associada à análise econômica, elaborado pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). A análise consistiu em uma projeção dinâmica de aspectos como o uso de recursos naturais, a industrialização e o aumento do consumo. A partir de então, ficou evidente que a utilização predatória do meio ambiente para manter os padrões de crescimento da época levaria ao esgotamento do meio físico. Graças a esses estudos, segundo Furtado (1974, p. 15), a temática ambiental foi trazida ao primeiro plano no debate sobre desenvolvimento econômico.

Da mesma forma, *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (Furtado, 1974) também pode ser entendido como uma obra pioneira, pois consiste no primeiro esforço de aproximação sistêmica do autor entre a abordagem histórico-estrutural que desenvolvia e a realidade ambiental que se empunha. Furtado tratou de questões ambientais, em obras anteriores, tais como *Formação Econômica do Brasil* (1959), seus escritos sobre a *Sudene* (2009 [1959]) e nos *Ensaaios sobre a Venezuela* (2008 [1957, 1974]), mas sem incorporar ao cerne da teoria estruturalista. Como argumenta Schincariol (2013, p. 106), a análise realizada por Furtado representou um marco nos estudos sobre desenvolvimento econômico, especialmente para os países periféricos.

Como se trata de um primeiro trabalho de abordagem sistêmica, o grau de incorporação da temática ambiental em *O mito do desenvolvimento* não é pleno, tanto que Furtado continuou a trabalhar tais questões em escritos posteriores. As obras *Prefácio à nova economia política* (1976), *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978) e o artigo *O desenvolvimento do ponto de vista interdisciplinar* (1979) avançam na compreensão de Furtado da problemática ambiental e ecológica. Assim, objetiva-se neste artigo analisar o desenvolvimento brasileiro recente, considerando a atualidade das conceituações examinadas por Furtado, incluindo o crescimento de uma economia periférica e seus desdobramentos envolvendo os recursos naturais. Posto isto, o trabalho está estruturado da seguinte forma. Após esta introdução, segue-se com a discussão teórica, na qual as contribuições de *O mito* ganham importância. Adicionalmente, está

associada ao anexo de *Prefácio à nova economia política*, em que Furtado expressou sua intenção em seguir a agenda ambiental. A terceira seção consiste na análise empírica, e, por fim, como última seção, a conclusão.

Revisitando *O Mito do Desenvolvimento Econômico*

O título do livro “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*” destacou-se à época em que foi lançado, pois, entre outras coisas, tratava-se de um autor cujo trabalho estivera centrado no objetivo dos países mais pobres alcançarem o desenvolvimento. Questioná-lo, portanto, logo no título, chamou atenção do público. Na verdade, porém, a ideia de mito se enquadra como uma teleologia, isto é, numa visão de que o movimento histórico possui algum sentido intrínseco, que rumo, necessariamente, a ele, o que está imbuído de certa lógica. Furtado destaca, de maneira tácita, que esta visão teleológica (ou mitológica) exerce inegável influência sobre cientistas sociais; e, como exemplo, cita célebres pensadores, como Rousseau, Walras e Marx. A passagem a seguir ilustra essa percepção: “A função principal do mito é orientar, num plano intuitivo, a construção daquilo que Schumpeter chamou de *visão* do processo social, sem a qual o trabalho analítico não teria qualquer sentido” (Furtado, 1974, p.13). Em outra passagem, reforça-o: “Assim, os mitos operam como faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social, permitindo-lhe ter uma visão clara de certos problemas e nada ver de outros, ao mesmo tempo em que lhe proporcionam conforto intelectual” (Furtado, 1974, p. 13).

Sendo a teleologia o sentido ou a razão que segue a história, é bastante oportuno o questionamento de Furtado de que o desenvolvimento não seria, tão-somente, uma teleologia que os economistas e cientistas sociais seguem, esperando que possa ser cumprida em algum momento, seguindo o sentido da história. Seguindo este raciocínio, Furtado estabelece uma correlação entre os conceitos de desenvolvimento, enquanto mera universalização do padrão de vida das economias centrais ao resto do planeta, e a ideologia do progresso, do século XVIII, a qual, fundamenta, é marca da ideologia burguesa (Furtado, 1974, p. 14).

O desenvolvimento dos países periféricos, se compreendido em termos de uma dinâmica de maior utilização dos recursos conforme ocorre o processo de acumulação de capital, apresentaria, de acordo com o autor,

duas problemáticas principais: (i) a noção de que a universalização dos padrões de consumo geraria um colapso do sistema em termos de destruição do meio físico, pois conforme o estoque de capital precisasse ser ampliado, haveria maior pressão sobre o uso dos recursos; e (ii) que dificilmente se verificaria esta universalização do consumo, dado que a acumulação de capital periférica se dá de maneira concentrada, que, também, a dinâmica da divisão internacional do trabalho promoveria o aumento de disparidades entre as diversas economias e que, nos países subdesenvolvidos, a acumulação de capital e a utilização do excedente fomentariam maiores níveis de concentração da renda, tornando mais difícil a promoção de um consumo homogêneo. Deste modo, o autor coloca a ideia de que a homogeneização do consumo dos países centrais em escala global seria compreendida como um mito.

Contudo, Furtado nunca deixou de defender uma política autêntica de desenvolvimento. Este ideal, presente em suas obras e na CEPAL, nunca foi concebido como uma fatalidade, quer dizer, que se deixado ao sabor do mercado os países periféricos superariam naturalmente o subdesenvolvimento; de modo que esta transição se dá por políticas ativas. A trajetória de cada economia, para o autor, está delineada por questões sociais, políticas e históricas. Sendo, assim, necessária uma análise estrutural para a superação dos baixos níveis de produção e consumo *per capita*. Neste sentido, o que se insere no livro de 1974 são dificuldades de se transitar tal fenômeno não apenas dentro das esferas política ou econômica, mas também da esfera material. Para tanto, o problema ambiental deveria ser melhor analisado. Sobretudo, inserido em um contexto cultural da orientação do processo produtivo, pois o consumo e o direcionamento das forças produtivas, a fim de supri-lo, desencadeariam uma dinâmica de uso predatório do meio físico, caso essa aproximação dos padrões das economias mais ricas ocorra.

O elemento cultural teria, também, grande influência no que diz respeito à propagação de produtos e padrões de consumo difundidos nos países centrais, os quais refletem a maior acumulação de capital embutidas em si e elevados níveis de renda *per capita*. Esse descolamento entre capacidade produtiva e padrões de consumo importados de economias desenvolvidas faria com que os países periféricos apresentassem um descompasso entre sua estrutura produtiva e seu consumo, que seria ainda agravado pela concentração de renda característica dessas localidades.

A partir deste contexto, expressa-se a importância de abranger aspectos econômicos, sociais, políticos, históricos, culturais e ambientais para o desenvolvimento econômico dos países mais pobres.

Em *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, Furtado trata principalmente de dois aspectos inter-relacionados no que tange a questão ambiental: a acumulação de capital e a pressão sobre os recursos. Isto pois, as discussões de então acerca do desenvolvimento econômico levavam em conta os processos acumulativos, mas pouco se discorria sobre como generalizar os padrões de consumo das economias centrais, considerando os recursos naturais. Ele esclarece que, apesar de possíveis discordâncias na metodologia utilizada no estudo do Clube de Roma e nas suas conclusões, a importância do estudo se deve ao fato de que agora há elementos para se trabalhar com um sistema econômico planetário fechado, ou seja, em que os recursos se encontram limitados, e não respondem indefinidamente à demanda.

Posto que a introdução e a difusão de novos produtos na periferia não ocorrem de maneira homogênea entre sua população, logo, o perfil de demanda destes novos produtos e o seu consumo e não seriam homogêneos numa economia periférica. Isto evidenciaria o que Furtado (1974) destaca como um fator importante para se compreender o processo de acumulação de capital nos países subdesenvolvidos: as forças produtivas precisam ser compreendidas, mas a utilização do excedente e seus aspectos culturais, também precisa ser incorporada à análise. À medida em que cresce o excedente econômico, este acabaria direcionado ao consumo de uma parcela da população que daria maiores níveis de renda e procuraria reproduzir os padrões de consumo difundidos nas economias centrais, o que fomentaria que as forças produtivas nesses países com menores níveis de renda e acumulação de capital seriam dirigidas, em grande parte, ao consumo dessas classes. Em um quadro de inserção subordinada no comércio internacional, o subdesenvolvimento reproduziria cada vez maiores níveis de dependência tecnológica, dado que o padrão de consumo demandaria por níveis de acumulação e um progresso tecnológico característico de países cêntricos.

Para Furtado, a orientação do desenvolvimento capitalista de sua época, que concentra riqueza e é intensivo em recursos, leva a uma crescente disputa por recursos finitos, cuja fronteira da disputa se encontra sob os países periféricos. Em algumas de suas obras como *A hegemonia*

dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina (Furtado, 1973) e *A economia latino-americana* (Furtado, 1986 [1979]), Furtado desenvolve uma agenda de pesquisa do que veio a ser conhecido como empresas multinacionais. A importância da grande empresa multinacional dos países do centro, com destaque às dos Estados Unidos, é evidenciada na industrialização periférica e no seu controle – na verdade, mais na sua orientação e ritmo. Tais questões também aparecem no *Mito*, mas não da mesma maneira. Na obra de 1974 esta questão é estendida ao controle dos recursos naturais não-renováveis dos países subdesenvolvidos pelos desenvolvidos (Furtado, 1976, p. 19), conectando a questão da orientação e do ritmo da industrialização da periferia às projeções de demanda de recursos naturais dos países desenvolvidos para continuar seu processo de desenvolvimento. Ou seja: a acumulação de capital engendrando pressão nos recursos naturais.

O crescimento da acumulação de capital, portanto, geraria custos ecológicos irreversíveis em termos de degradação do meio físico, sendo necessário inserir tais relações nos planos de desenvolvimento, de tal modo que a atividade econômica considere os custos sociais das esferas produtivas e de consumo (Furtado, 1976, p. 69). Por outro lado, parte da teoria econômica considera que o progresso tecnológico sanaria o problema ambiental, seja pela substituição de materiais ou pelo aumento da produtividade. No entanto, Furtado (1974, p. 19) pondera que a própria atividade inovadora igualmente geraria desgaste ambiental.

Seguindo com sua linha argumentativa, Furtado declara que a orientação da acumulação capitalista nos anos 1970 leva a crescentes disparidades dos estilos de vida entre, de um lado, as elites da periferia mais as populações do centro e a vasta maioria da população dos países pobres, de outro – em um processo que eleva as desigualdades de renda nas economias subdesenvolvidas. Isto, pois a periferia do sistema capitalista apresenta uma heterogeneidade estrutural das forças produtivas, em que as empresas pouco produtivas coabitam com transnacionais muito produtivas – estas últimas atuando como difusores das inovações tecnológicas –, levando a diferenças de renda estruturais entre o povo e a elite.

Esta visão é congruente à sua interpretação estruturalista da economia mundial – que se encontra dividida em dois polos, o centro, desenvolvido, e a periferia, subdesenvolvida –, a qual é estendida às questões ambientais. Imbuído dela, tece críticas à hipótese subjacente do estudo

do Clube de Roma, da qual derivaram as projeções do estudo, de que todos os países estariam no caminho do desenvolvimento e, portanto, a extensão do estilo de vida dos países desenvolvidos ao resto da humanidade a levaria ao colapso. Como o processo de substituição de importações – isto é, a industrialização periférica – não estava dirigido a generalizar o consumo dos países centrais à maioria da população dos países periféricos, apenas a uma pequena parcela desta – num processo que se dava através da concentração de renda –, a maioria da população não caminhava para assumir o mesmo padrão de vida dos países ricos (Furtado, 1974, p. 43-44). Portanto, as projeções do estudo do Clube de Roma não estariam corretas, uma vez que o sistema capitalista, como um todo, não caminha rumo à generalização do consumo.

Assim, a incorporação às visões contidas é parcial, o que justifica o tom menos alarmista quanto à iminência de um colapso ambiental derivado da homogeneização dos padrões de vida. Retém-se, então, a denúncia de que há no sistema capitalista global uma orientação de desenvolvimento insustentável, assentada num processo de acumulação crescentemente baseado em recursos naturais finitos, e que este projeto não seria passível de generalização, tornando o desenvolvimento, entendido como repetição do modo de vida do centro, um mito.

Uma discussão possível, dentre as várias que a obra proporciona, entre a acumulação e a pressão por recursos reside em: o consumo de energia por parte da periferia tem sido crescente, porém se mostra distante em termos de impacto no meio ambiente em comparação com os países centrais. Isso denota a orientação concentradora de renda no capitalismo global nos dias de hoje.

A acumulação de capital produziria pressão sobre os recursos naturais não renováveis e, mesmo que num país periférico não sejam disseminados os padrões de vida dos países centrais, é ainda possível que ocorram altos níveis de consumo, contribuindo para o aumento da depleção dos recursos. Neste sentido, um crescimento do consumo poderia ocorrer em meio à disparidade de renda entre países centrais e periféricos. A acumulação de capital na periferia do sistema associa-se, portanto, à orientação do processo de desenvolvimento econômico, relacionada à tentativa de replicar os padrões cênicos, mas causada também pelos efeitos da elevação dos níveis de consumo da população, ainda que o desenvolvimento econômico não seja alcançado. Furtado (1974, p. 68-70)

inicia brevemente esta discussão ao tratar de como a ação humana afeta a utilização dos recursos, a saber, a de tipo malthusiano e a que se relaciona à elevação do consumo. A discussão sobre se o consumo da periferia também pode impactar à depleção do meio físico tem origem aí e está ligada ao segundo tipo.

Como Furtado (1974) destaca, o início do processo de industrialização no Brasil teria gerado um crescimento da renda em vista da sua inserção no mercado internacional pautada no modelo das vantagens comparativas. Mas esse crescimento teria ainda mantido elementos intrínsecos à uma economia subdesenvolvida, como o subemprego, uma parcela significativa da população a níveis mínimos de consumo e disparidades entre a produtividade no campo e das principais cidades. O autor evidencia a dificuldade do país em engendrar um processo de desenvolvimento em função de que não era apenas um fomento ao crescimento da demanda que lideraria o desenvolvimento, mas compreendendo a demanda como um elemento heterogêneo. O período após a Segunda Guerra Mundial seria um exemplo de uma política que procurou acrescer os níveis de consumo das massas, via processo de substituição de importações. Para Furtado (1974), seria necessário, portanto, compreender não apenas os aspectos históricos e sociais da atividade econômica, mas incluir os custos ambientais na produção e no consumo, pois o desenvolvimento econômico não está separado do meio físico e das consequências ambientais que a exploração dos recursos renováveis e não renováveis provocam, na tentativa de replicar os padrões de vida das economias avançadas.

Em obra posterior, *Prefácio à nova economia política* (Furtado, 1976), o autor expande a discussão ambiental, considerando a deterioração dos recursos naturais como um elemento central à compreensão do subdesenvolvimento e, mais ainda, da ação humana. Sobre a obra, cabe mencionar, Furtado havia voltado a lecionar em 1975 no Brasil por um semestre, em plena ditadura militar, a convite da *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo* (PUC-SP), e buscava novamente influenciar os rumos da pesquisa, não somente no âmbito das ciências econômicas, como também nas ciências sociais. Na obra, há plena interpelação entre a economia e as ciências sociais, a qual pode ser exemplificada nessa passagem: “O avanço na direção de uma dinâmica econômica passa por uma compreensão dos processos sociais globais, ou seja, pela construção de um quadro teórico que permita abordar o estudo do conjunto dos processos sociais”

(Furtado, 1976, p. 11). Considerando que a forma com a qual a economia convencional trata problemas de ordem interdisciplinar, ou de longo prazo – como sucede ser o tema ambiental –, em uma passagem anterior, Furtado aponta a insuficiência da abordagem: “Um quarto de século Tateando os labirintos das teorias econômicas [...], convenceu-me sobrejamente da insuficiência do quadro conceitual com que trabalhamos nessa ciência” (Furtado, 1976, p. 9). Portanto, este livro também deve ser analisado sob a perspectiva de que Furtado buscava redirecionar os caminhos e a agenda de pesquisa das ciências econômicas e sociais no Brasil.

Neste sentido, no anexo do primeiro capítulo, cujo título é o mesmo da obra, Furtado apresenta uma “*Tábua de matéria sugerida*” (Furtado, 1976, p. 63-70) para que estudantes e pesquisadores possam dar continuidade à agenda de pesquisa sugerida no livro. A tábua consiste em dez itens, ou temas, por vezes relacionados entre si. O nono item, intitulado “*O avanço da acumulação e as tensões na fronteira ecológica*” (Furtado, 1976, p. 69), contém elementos para uma análise do desenvolvimento material, energético e ecológico; tanto para um país, quanto sobre o desenvolvimento do sistema capitalista de maneira global. Os elementos presentes no anexo evidenciam uma integração à abordagem ambiental, de modo que a obra pode ser considerada o ápice da agenda ambiental de Furtado, no sentido de ser o momento em que o autor mais trabalhou por expandir a relação da economia política à questão ecológica, ainda que se trate de uma agenda não continuada de pesquisa.

Nossa análise empírica, além de trazer os elementos e questionamentos de Furtado em *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, busca concatenar a agenda de Furtado presente na obra anterior ao caso concreto do Brasil no período 2000-2023. Alguns dos elementos destacados a que nos propusemos a abordar são:

O aumento da eficiência como contra-partida de um maior consumo de energia. A irreversibilidade da degradação da energia. Criação de entropia e desorganização dos ecossistemas. Aceleração da acumulação em condições de apropriação privada dos recursos naturais. Socialização dos danos causados no plano ecológico. Comprometimento das opções futuras. Recursos renováveis e não renováveis. [...] Destruição dos solos aráveis e o

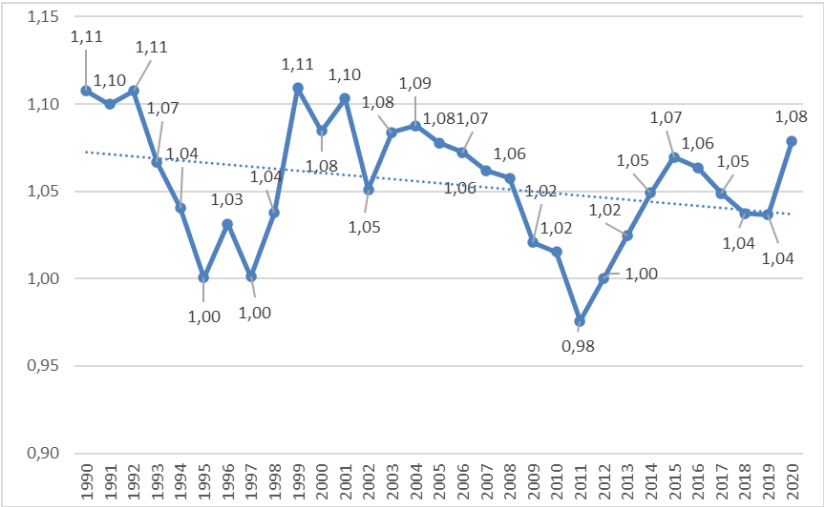
latifundismo-minifundismo. As explorações mineiras predatórias no quadro do sistema da divisão internacional do trabalho (Furtado, 1974, p. 69).

Entendemos, por fim, que uma análise integral destes elementos requer um trabalho empírico e um esforço de reflexão que ultrapasse os limites deste trabalho, de forma que esta deve ser considerada como uma aproximação inicial às reflexões de Furtado, no que concerne ao avanço da acumulação de capital no Brasil e as fronteiras do plano ecológico.

Análise empírica do Brasil recente

Nossa análise se inicia com a evolução da eficiência energética do PIB brasileiro. Esta medida pode ser entendida como uma *proxy* à discussão que Furtado propôs no primeiro tópico de “*O avanço da acumulação e as tensões na fronteira ecológica*”, ou seja, do aumento da eficiência como contrapartida de um maior consumo de energia (Furtado, 1974, p. 69). Destaca-se a seguir.

Gráfico 1 – Eficiência energética (Oferta de energia primária/PIB*) do PIB brasileiro (1990-2020)



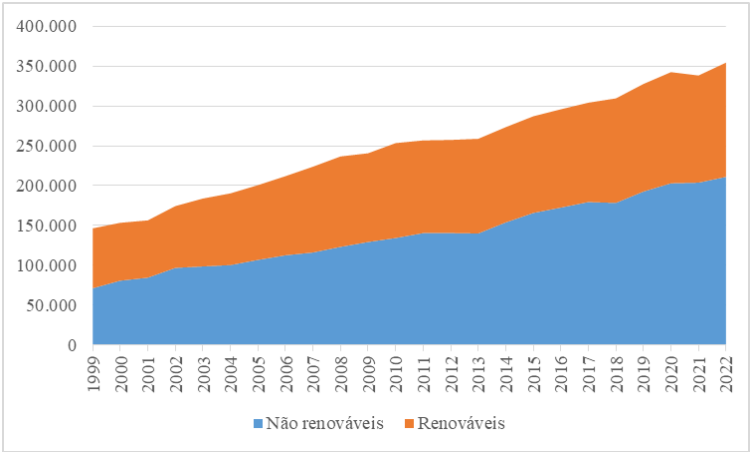
(*): oferta de energia primária em kbep (milhar de barris de petróleo equivalente) por milhão de dólares do PIB a preços constantes a dólares de 2018. Fonte: CepalStat

Como se pode ver do gráfico acima, foi preciso consumir energia equivalente a 1,08 mil barris de petróleo – ou outra fonte de energia com poder calorífico equivalente – para se gerar um milhão de dólares no Brasil em 2020. Ademais, a tendência geral do gráfico é de um leve ganho de eficiência, beirando à estagnação. Se em 1990 foi preciso queimar 1,11 barris de petróleo para se obter um milhão de dólares, após dez anos este número continuou o mesmo, em que pese variações negativas no entrecabo.

Ao final do período, o ganho em termos de eficiência energética do Brasil foi na ordem de trinta barris de petróleo, ou fonte de energia equivalente, para se gerar um milhão de dólares. Isto mostra que o progresso técnico, no sentido de maior eficiência energética, foi muito baixo ao longo de trinta anos. Como a variação do PIB no período foi positiva, isto é, houve crescimento econômico, pode-se intuir que este se deu através de um crescimento extensivo, com baixo progresso tecnológico aplicado em termos agregados. Também, conecta-se com uma oferta de energia cada vez mais suja por parte do Brasil no tempo, o que se traduz num tipo de crescimento, potencialmente, cada vez mais poluente. Entretanto, é preciso ponderar que o gráfico se encontra em dólares, de modo que se o gráfico estivesse em reais poderia apresentar distorções com a variação de câmbio, mas, ainda assim, mostra uma tendência de eficiência energética em comparação a nível global. Tais aspectos contrapõem a ideia de que o progresso tecnológico poderia resolver o avanço da degradação ambiental. De fato, houve inovações mais sustentáveis e a utilização de fontes menos poluentes, no entanto, insere-se também a questão de um maior consumo de energia em função do aumento da produtividade.

Os dados a seguir corroboram que o desenvolvimento brasileiro no período, apesar de levemente mais eficiente em termos energéticos, tem sido cada vez mais poluente no tempo, também em termos energéticos. A partir de um exame da evolução da oferta primária de energia recente é possível verificar que o seu aumento se deu, principalmente, através de um maior crescimento das fontes não renováveis de energia, ainda que as fontes renováveis tenham crescido no período. Apesar da oferta de energia envolver o aumento da utilização de fontes renováveis, é evidenciado que a produção, e, conseqüentemente o consumo brasileiro, tem sido pautado pelo predomínio e até intensificação do uso dos recursos naturais, demonstrando ainda um desenvolvimento econômico bastante entrópico.

Gráfico 2 – Oferta de energia primária brasileira (10³ Tep*) (1999-2022)

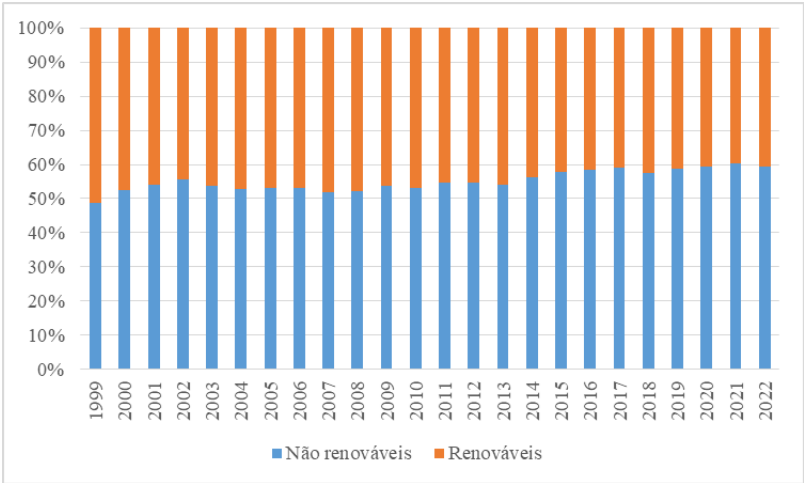


(*): oferta de energia em milhares de toneladas de petróleo equivalente (Tep).

Fonte: EPE, 2024

O gráfico a seguir utiliza os mesmos dados do gráfico 2, mas dispostos em termos proporcionais em relação a cada ano do período. Podemos observar que a tendência no decorrer dos anos foi de aumento em termos de participação dos recursos não renováveis. Isso sugere que as atividades produtivas e distributivas do país, dependentes da oferta de energia, deram-se, principalmente, pela expansão do consumo de fontes ambientais.

Gráfico 3 – Oferta de energia primária brasileira (% ao ano) (1999-2022)



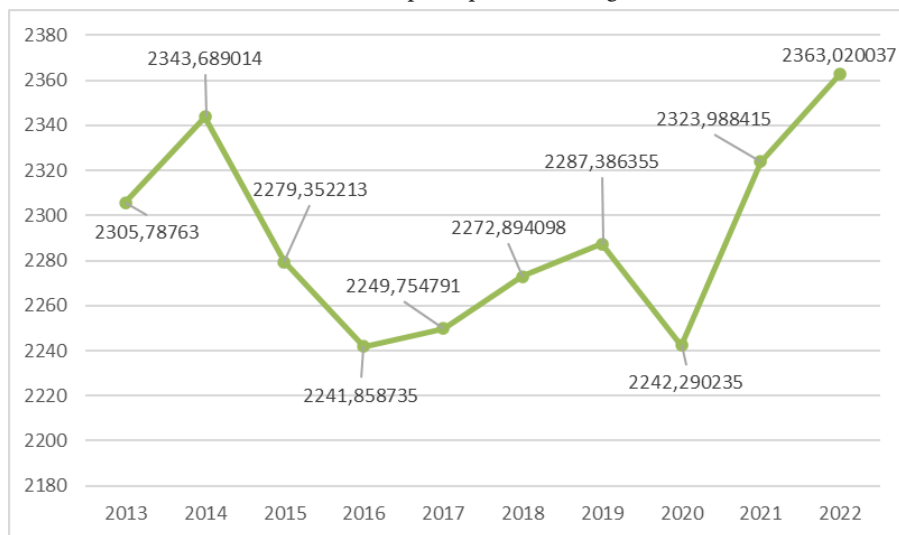
Fonte: EPE, 2024

Como os gráficos 1, 2 e 3 mostram, o crescimento brasileiro tem sido pouco eficiente e crescentemente entrópico no período recente. Isto se concatena à irreversibilidade da degradação de energia, pois se vê que no Brasil há dificuldade de expansão de fontes renováveis no mesmo ritmo, a longo prazo, que as fontes não renováveis. Dessa forma podemos observar que, diferentemente da possibilidade que Furtado (1976, p. 69) intuiu, o aumento da eficiência energética no Brasil não se mostra, no presente momento, como um contraponto a um maior consumo (finito) de energia. Também podemos constatar que, de forma agregada, não há uma transição energética em curso, em que pese o aumento verificado das fontes renováveis de energia.

Em relação ao gráfico 1, cabe mencionar que Schincariol (2013, p. 81) realizou uma medição semelhante para os Estados Unidos por um longo período (1949-2010). Seus resultados mostraram um ganho de eficiência energética muito superior por parte do país norte-americano. Há, contudo, algumas diferenças. O estudo de Schincariol (2013) relacionou o consumo final de energia ao PIB, enquanto no gráfico acima foi utilizada a energia primária. Posto que os Estados Unidos são um importador líquido de energia – ou seja, seu consumo é superior à sua produção interna – e o Brasil um exportador líquido de energia – consome menos energia do que produz – a diferença se mostra convergente à especificidade de cada país.

Também, o gráfico 1 não resguarda relação fixa com momentos econômicos de ascensão ou queda do produto, visto que na crise dos anos 1990 a eficiência energética brasileira caiu, enquanto na de 2008 e 2015 cresceu; além do mais, apesar da crise ter sido bem menos intensa que a segunda, a tendência à eficiência foi bem mais alta. Isto evidencia que não há relação aparente ou constante. Porém, o mesmo não se pode dizer do consumo por habitante.

Gráfico 4 – Consumo médio *per capita* de energia (kWh/habitante)



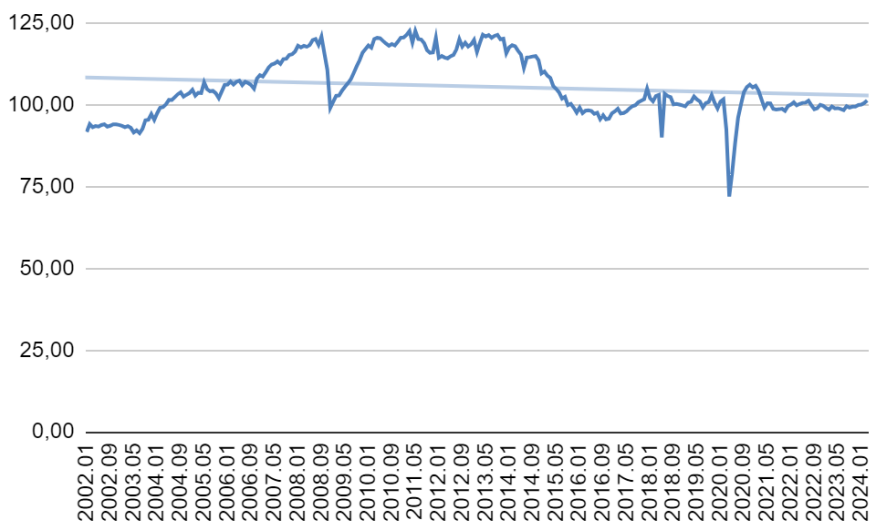
Fonte: EPE, 2023

A partir do gráfico 4 podemos observar que o consumo *per capita* de energia no Brasil vem apresentando uma tendência ascendente, que, dentre outros motivos, denota um crescimento associado a atividades industriais e, mais recentemente, a recuperação pós pandemia. Nota-se, a partir disto, que além da produtividade energética não ter sido significativa, o país tem apresentado este aumento do consumo de energia por habitante, traduzindo-se numa deterioração mais acelerada do uso dos recursos naturais. Um maior consumo de energia por habitante pode refletir, entre diversos motivos, o que Furtado (1974) destaca como um padrão de consumo influenciado culturalmente por países que possuem uma acumulação de capital mais alta, assim como maiores níveis de renda per capita.

Já com relação à acumulação de capital, podemos ver no gráfico 5 que no país há uma tendência à diminuição do *quantum* da indústria de transformação, que se pode traduzir, nesse sentido, como uma menor participação da acumulação produtiva ao longo dos anos. Como Furtado (1974) menciona, o Brasil já apresenta uma trajetória, desde sua formação industrial, com processo de substituição de importações voltado para uma economia que mantém uma participação industrial reduzida se comparada à participação do setor agroexportador, ou mais recentemente, do

crescimento das finanças. Isso se traduz cada vez mais em uma acumulação que mantém tais raízes nos parâmetros do subdesenvolvimento, acompanhado ainda pela utilização predatória dos recursos naturais.

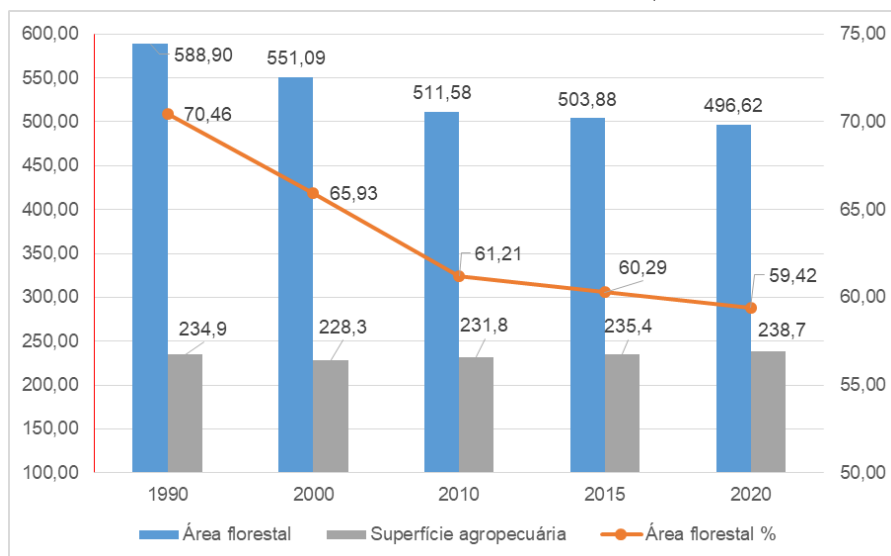
Gráfico 5 – Brasil. Produção industrial. Indústrias de transformação (quantum) 2002 – 2024



Fonte: IPEA. Produção industrial. Indústrias de transformação (quantum). Índice dessazonalizado (média 2022 = 100). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (IBGE/PIM-PF) - PIMPFN12_QIITNNAS12

A continuidade desse *estilo* de desenvolvimento agrava problemas de degradação do estoque de energia – portanto, da criação de entropia – e da desorganização dos ecossistemas. A irreversibilidade da depleção de energia, a criação de entropia e a consequente desorganização dos ecossistemas foram os seguintes temas levantados por Furtado (1974, p. 69) em sua *Tábua de matéria sugerida*, acerca da questão ambiental em *Prefácio à nova economia política*. Tais questões se relacionam ao problema da deflorestação – ainda que esta seja apenas um aspecto do problema. O gráfico seguinte mostra a evolução da superfície florestal brasileira no passado recente em anos selecionados.

Gráfico 6 – Cobertura florestal e superfície agrícola brasileira (milhares de hectares e % do território nacional)



Observação: as barras correspondem ao eixo principal, em milhares de hectares, e a linha ao eixo à direita, em porcentagem do território brasileiro.

Fonte: CepalStat

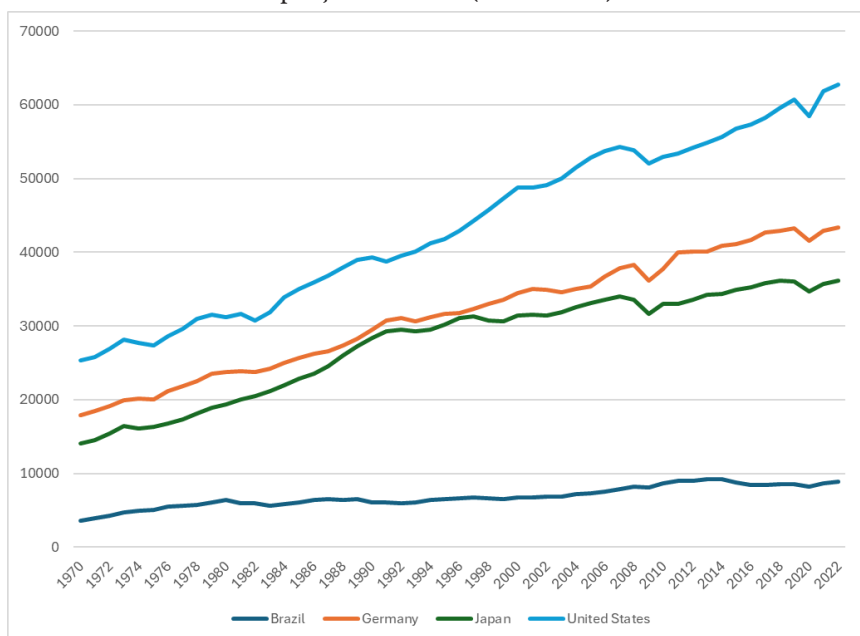
O gráfico 6 permite verificar que a cobertura florestal brasileira caiu mais de 10% ao longo de trinta anos. Isto se relaciona com o aumento da produção agropecuária do país, mas não só. O aumento da superfície agrícola no período não explica toda deflorestação, como se pode ver no gráfico; o notável crescimento da agropecuária brasileira, portanto, explica-se majoritariamente pelo aumento da produtividade, ainda que não apenas por ele. A especulação rural e urbana – esta última relacionada ao crescimento mal planejado das cidades – e o crescimento do setor madeireiro podem representar os principais fatores, o que indica uma perda de biodiversidade para atividades não-produtivas ou muito escassamente produtivas.

Se a produção industrial cai, há crescimento econômico de longo prazo e aumento do consumo médio de energia por habitante, como visto acima, isto indica o crescimento doutra atividade econômica, não industrial, no horizonte. No caso do Brasil, como se sabe, o agropecuário, o madeireiro e o de serviços.

Conjuntamente, o crescimento da renda per capita ao longo dos anos manteve um padrão ascendente, porém com um distanciamento considerável dos níveis de produto que países centrais obtiveram no

mesmo período. O gráfico 7 ilustra o PIB per capita em dólares de algumas economias desenvolvidas, sendo possível notar certa homogeneização entre suas trajetórias de crescimento, ao mesmo tempo em que há um fosso entre elas e a economia brasileira. Isso denota a atualidade na qual Furtado (1974) relata sobre a divergência entre as estruturas produtivas, sociais e econômicas que países desenvolvidos e subdesenvolvidos já apresentavam em meados dos anos 1970.

Gráfico 7 – PIB *per capita* de países selecionados em dólares constantes a preços de 2015 (1970-2022)



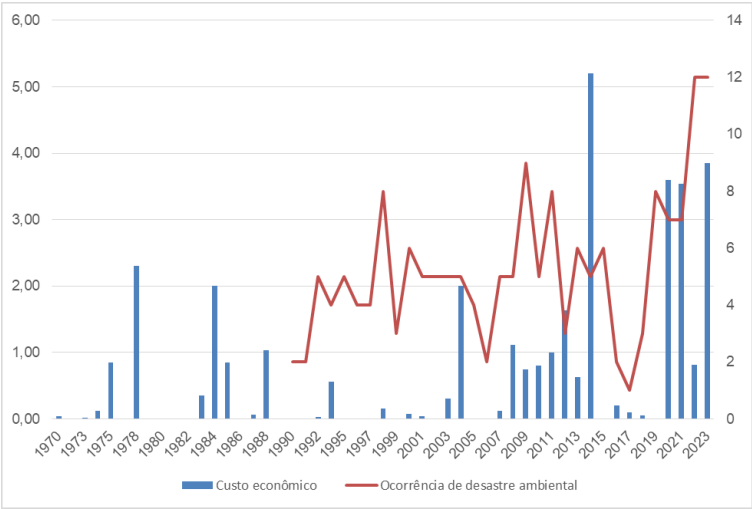
Fonte: Banco Mundial. GDP *per capita* (constant 2015 US\$)

Consequentemente, diferentes níveis de renda implicam diferentes padrões de consumo. O PIB per capita brasileiro não alcançou durante esses anos níveis suficientes para a difusão de um consumo semelhante ao de países desenvolvidos. Mas enquanto economia periférica cresceu os níveis de dependência de recursos naturais, denotando uma dimensão social divergente dos fatores históricos apresentados nos países centrais, nos quais o aumento da pressão sobre os recursos acontecia em meio ao aumento da renda e dos níveis de consumo. De fato, como foi observado pela literatura, os padrões de consumo dos países cêntricos não

seriam alcançáveis, caso contrário, teríamos um colapso ambiental. No entanto, podemos observar um crescimento do uso dos recursos naturais não acompanhado pelo poder de compra das economias desenvolvidas. O Brasil em comparação com um país desenvolvido, como é o caso dos Estados Unidos, apresenta um padrão cumulativo que apesar de crescer a utilização de fontes renováveis, ainda mantém uma oferta de energia bastante poluente. Aqui evidencia-se a problemática de haver uma degradação ambiental crescente em contraste com um nível de produção aquém daqueles obtidos pelos países centrais. Podemos indagar acerca da especificidade do subdesenvolvimento atual em termos de manter o fosso entre países, mas ainda agravar a situação ambiental, inclusive em termos de dependência.

Em meio a isso os custos das mudanças climáticas crescem. Furtado (1974) já estava preocupado com os danos cumulativos causados pelo ser humano no plano ambiental e em como estes poderiam reverberar no resto da sociedade. Isto pode ser visto na passagem “Socialização dos danos causados no plano ecológico” (Furtado, 1974, p. 69), na qual o autor expressa preocupação com o impacto direto do estilo de desenvolvimento na sociedade. O gráfico a seguir mostra o custo econômico derivado dos desastres naturais que estão relacionados às mudanças climáticas.

Gráfico 8 – Ocorrência* e custo econômico** (bilhões de dólares) dos desastres ambientais associado às mudanças climáticas no Brasil (1990-2023; 1970-2023)



(*): eixo secundário, números absolutos. (**): eixo principal, bilhões de dólares. **Fonte:** CepalStat

De fato, pode-se observar um aumento do volume e da frequência dos custos ambientais associados às mudanças climáticas a partir da primeira década do século XXI, bem como o aumento de sua ocorrência a partir da segunda década do mesmo século. A correlação entre número de desastres e seus custos não é perfeita, mesmo utilizando a mesma base de dados; o que indica que o tipo de desastre é determinante sobre seu custo. Assim, o gráfico mostra que os custos dos desastres ambientais associados às mudanças climáticas, fruto deste modelo de desenvolvimento, nos termos de Pinto (2000 [1976]), tendem a crescer no tempo, pesando contra sua sustentabilidade social.

Conclusão

A publicação de “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*” trouxe para o cenário dos países periféricos a problemática sobre o processo de desenvolvimento em meio à ideia de finitude dos recursos naturais e os padrões de consumo seguidos pelos países centrais. De acordo com Furtado, a proposta de desenvolvimento propagandeada era inviável aos países mais pobres devido às suas estruturas produtivas apresentarem baixos níveis de acumulação de capital, dificultando o aumento da renda necessário. Conjuntamente, a concentração de renda não tornaria alcançável para que a população geral consumisse nos mesmos padrões dos países cêntricos, sendo possível apenas para uma parcela. A partir dessa conjuntura, que consideraria os aspectos históricos e sociais das economias latino-americanas, o colapso ambiental previsto pelo estudo do Clube de Roma seria bastante alarmista.

Ao analisar a realidade brasileira a partir destes conceitos, podemos observar que as concepções de Celso Furtado ainda se fazem atuais. Com efeito, a economia do país tem apresentado uma produtividade baixa com relação à eficiência energética, que, associada a uma oferta crescente de energia não renovável, faz com que o padrão de consumo seja bastante poluente, ainda que ele não alcance os níveis de renda per capita de economias centrais. Nesse sentido, a acumulação de capital brasileira tem se assentado majoritariamente em uma produção que não seria suficiente para elevar o padrão de vida da população conforme os padrões dos países desenvolvidos. Ao mesmo tempo, essa acumulação de capital, apesar de apresentar alguns avanços em termos de aumento da oferta de energia

renovável, tem crescido também a utilização de recursos não renováveis, o que se correlaciona com o aumento das áreas de agropecuária em detrimento das áreas de florestas.

Este *estilo* de desenvolvimento não tem elevado o crescimento brasileiro, pelo menos não em relação ao ritmo apresentado pelas economias centrais selecionadas. Mais ainda, observa-se um aumento dos custos econômicos relacionados às mudanças climáticas, cuja tendência, pelos dados, orienta-se no sentido de reforçá-las. Por fim, pode-se notar que a crítica apresentada por Furtado quanto aos problemas relacionados a um padrão de desenvolvimento menos focado no desenvolvimento industrial das necessidades da população, do que na extração de recursos naturais, sobretudo os finitos, também se reverbera quando se trata de analisar sob a ótica ambiental do autor.

Referências

BANCO MUNDIAL. **World Bank Open data**. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/>>. Acesso em 15 de maio de 2024.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **CEPALSTAT**. Disponível: <<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=3&lang=es>>. Acesso em 16 de maio de 2024.

EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Anuário estatístico de energia elétrica 2023**. Rio de Janeiro: EPE, 2023. Disponível: <<https://dashboard.epe.gov.br/apps/anuario-livro/>>. Acesso em 23 de abril de 2024.

EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Balanço Energético Nacional** – séries históricas e matrizes. Disponível: <<https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/BEN-Series-Historicas-Completas>>. Acesso em 7 de maio de 2024.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1974, 117p.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1959], 352p.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987, 187p.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela**: subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008 [1959, 1974], 187p.

FURTADO, Celso. **Prefácio à nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 137p.

FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FURTADO, Celso. **O desenvolvimento do ponto de vista interdisciplinar**. In: D'AGUIAR, Rosa. *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 197-235, 1979.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **The Entropy Law and the Economic Process**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

MEADOWS *et al.* **Limites do crescimento**: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978, 200p.

PINTO, Aníbal. Notas sobre os estilos de desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, v. 2, 2000, p. 609-650, 1976.

SCHINCARIOL, Vitor. **Acumulação de capital e economia ecológica**. São Paulo: LCTE Editora, 2013.

O “MITO” DA DIGNIDADE CAMPONESA: AS PERSPECTIVAS DO ARRENDAMENTO RURAL E A GERAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL

Bárbara Rahíssa Pinheiro de Lima¹
José Irivaldo Alves O. Silva²

Introdução

A reforma agrária no Brasil tem sido uma maneira de estimular a permanência no campo e de mitigar o abismo socioeconômico que separa os trabalhadores rurais dos grandes proprietários de terras, uma vez que procura, por meio do assecuramento da função social da propriedade rural, diminuir as possibilidades de exploração daqueles por estes últimos.

1 Mestre em Ciências Jurídicas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB. Email: risa.barbara@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0169-2198>.

2 Professor da Universidade Federal de Campina Grande. Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UEPB, Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB e Programa em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos. Pesquisador Produtividade CNPq. Email: jose.irivaldo@professor.ufcg.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0022-3090>.

Com a criação de um projeto de assentamento rural, busca-se operar uma transformação social que melhore a qualidade de vida de brasileiros que, historicamente, experimentam situações crônicas de vulnerabilidade e exclusão sociais, quais sejam: os hipossuficientes do campo, que, entre a cruz e espada, se veem reféns de situações laborais indignas no meio agropastoril ou a incerteza cruel do êxodo rural. Uma das formas mais evidentes de aferir o êxito de tal intento, embora possam existir outras, é a observação se houve aumento de renda na realidade da família camponesa em consideração com o passado vivido antes da integração em um assentamento.

Ocorre que a insuficiência de fomentos à permanência digna no campo, faz com que a família não tenha oportunidade de obter o aumento de renda que lhe confira a desejada emancipação, nem garante que haja o suficiente para a própria subsistência. Embora a produção de subsistência promova um certo grau de independência, conforme o modelo econômico de mercado imposto, ela não se mostra suficiente para uma real melhoria da qualidade de vida do núcleo familiar e da comunidade como um todo.

Com a ausência de possibilidade de desenvolvimento tangível, restam aos assentados bem poucas possibilidades de sustento. A descontinuidade de políticas de desenvolvimento para esses projetos durante os anos, a ausência do excedente agrícola, bem como a incerteza sobre o escoamento de produtos, termina por imobilizar o trabalhador economicamente e impossibilitar o desenvolvimento nacional, que tem na reforma agrária, notadamente, nos assentamentos, um importante aliado.

Essa escassez gerada pela omissão dos projetos de governo ao longo dos anos resulta em insegurança no campo e retrocesso indesejável, visto que os objetivos maiores da reforma agrária, sem os estímulos necessários, não são alcançados. A família camponesa, sem condições de se desenvolver e sem um título de domínio, não consegue, por si mesma, também ir em busca desses recursos, e em alguns casos, vê-se atraída a lançar mão de contratos precários e ilegítimos com base na legislação competente, para obter o necessário à sobrevivência. É o que se pode observar com a utilização ilegal do fenômeno do arrendamento da totalidade ou de frações do lote de terra conferido pelo governo.

Recentemente, em razão da necessidade de expansão do projeto nacional de desenvolvimento das energias renováveis, também se cogitou a inclusão dos assentamentos rurais na geração de tais energias, como se

pode perceber através da aprovação do projeto de lei nº 3266, de 2021. As referidas possibilidades merecem ser analisadas acerca de seu real benefício à realidade daqueles que mais precisam, visto que, os impactos ecológicos oriundos da instalação desses parques já são discutidos, bem como a sua relação íntima de apoio aos interesses do grande capital.

A pesquisa em apreço, por meio de revisão bibliográfica, objetiva analisar como a insuficiência de políticas públicas de desenvolvimento para os assentamentos rurais, transforma o sonho da reforma agrária e da emancipação camponesa, em pesadelo para as famílias assentadas, visto que não conseguem alcançar melhoria de vida e aumento de renda. Além disso, o estudo pretende demonstrar como a referida omissão governamental promove situações juridicamente perigosas e coercitivas aos assentados, uma vez que muitos encontram no arrendamento de suas terras a possibilidade de aumentar o ganho financeiro, embora essa prática seja proibida pela legislação pátria no contexto dos projetos de assentamento. Ainda nesse sentido, pretende-se verificar como o apoio a geração de energias renováveis no contexto dos assentamentos pode influenciar o desenvolvimento rural em prol dos assentados e do meio ambiente.

A dignidade dos camponeses assentados como fator de desenvolvimento

A dignidade da pessoa humana, corolário lógico da Constituição de 1988 e orientador principal da elaboração de suas diretrizes, determina que a realização humana é o principal objetivo das políticas de Estado e governo. Nesse sentido, diante da trágica disparidade econômica e social entre os grandes proprietários de terras e os trabalhadores rurais se busca, por meio da política de reforma agrária, reafirmar a dignidade das pessoas que habitam o campo, assentando famílias em lotes de terra que foram desapropriados³ em razão da improdutividade.

Como a criação de assentamento em áreas outrora infrutíferas, também se busca dar impulso ao projeto nacional inaugurado com o

3 A responsabilidade pela desapropriação bem como pelas demais ações no âmbito da reforma agrária fica a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

constitucionalismo de 1988, isto é, a realização da dignidade humana. Nesse contexto também se pode falar em realização da dignidade humana em sua dimensão ecológica na medida que as especificações constitucionais também asseguram a sustentabilidade ambiental no âmbito de tais áreas. O bem-estar socioambiental conferido pela dimensão ecológica da dignidade humana, portanto, se constitui em situação indispensável à segurança e à saúde (Sarlet; Fensterseifer, 2012).

Com a reforma agrária, a Constituição de 1988 assegura a utilização racional, e, portanto, adequada, dos recursos naturais, o bem-estar dos trabalhadores, bem como dos núcleos familiares que compõem a comunidade agrícola em formação. Assim, entende-se que existe o cumprimento da função social da propriedade rural.

Nesse sentido, também é possível perceber que a busca pela concretização do desenvolvimento nacional também encontra na reforma agrária um importante aliado. Ao se ter em vista que o crescimento econômico por si só não afere o real desenvolvimento de uma nação, a instituição de assentamentos rurais, que visem assegurar a permanência digna de uma parcela significativa e até então desassistida pelas políticas de governo, é uma forma de também promover o desenvolvimento almejado.

O conceito de desenvolvimento ao longo dos anos é visto como passível de variadas conotações. No contexto das potências capitalistas do século XX, essa terminologia frequentemente se encaixava no sentido de crescimento econômico, que abarca as ideias, tais como, de inovação, acumulação de capital e produção de novos bens e serviços para disponibilização das sociedades (Souza, 2019).

Sabe-se que, no Brasil, através da Constituição de 1988, que é reconhecida por ser dirigente⁴, o desenvolvimento é observado enquanto resultado de transformação social capaz de produzir melhoria da qualidade de vida. Caso não se observe modificação efetiva nas estruturas sociais capazes de conferir melhoria de vida para a população, em caso de se observar apenas a modernização tecnológica e crescimento econômico, responsável por agravar a concentração de renda e de riqueza, não há experiência de desenvolvimento (Bercovici, 2005).

4 Uma constituição dirigente, programática ou econômica é aquela que estabelece as diretrizes e os princípios que tenham como objetivo proporcionar a melhoria de vida e da economia numa dada sociedade (Bercovici, 1999).

Com isso, fica demonstrada a relevância a democratização fundiária no campo, de modo a redistribuir terras e promover diminuição das desigualdades sociais historicamente impostas. E o desenvolvimento, por sua vez, deve englobar conceitos que possam ir além do crescimento econômico, o que, entretanto, não se pode desprezar (Souza, 2019). Exemplificativamente, quando atendidas as necessidades de dignidade e asseguradas a liberdade, a cidadania, o equilíbrio ecológico, social e econômico, verifica-se o real desenvolvimento nos moldes do Estado democrático constitucional.

Nesse sentido, a compreensão da importância das políticas públicas de fomento e proteção das famílias assentadas, de modo a proporcionar o referido desenvolvimento por meio da realização da dignidade humana e da emancipação camponesa, leva o presente estudo a indagar por que se verificam tão poucas ações em prol de tais realizações. O que se nota, na realidade de assentamentos rurais, é ainda uma profunda escassez que dificulta o cultivo e a produção suficiente para garantir a subsistência e o aumento da renda familiar, o que teria o condão distanciar o trabalhador rural das históricas relações precarizadas de subempregos e trabalho análogo a escravidão⁵, realidades essas ainda presentes na realidade do grande sertão⁶ que, em verdade, é o Brasil.

Uma vez observada a evidência da dignidade humana para o desenvolvimento, que para além do econômico também deve ser social e humano (Souza, 2019), verifica-se a importância das políticas públicas para os assentamentos da reforma agrária. Nesse sentido, os subsídios por meio delas significariam um aporte para a erradicação da pobreza e a

5 Em publicação realizada pela Câmara dos Deputados, constata-se que só no vigésimo ano de 2022, quinhentas pessoas já foram resgatadas de trabalho análogo à escravidão, problema esse que é mais comum de ser verificado no meio rural. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/888596-so-neste-ano-500-pessoas-ja-foram-resgatadas-do-trabalho-analogo-a-escravidao-no-brasil/>> Acesso em: 14 out. 2022.

6 Uma publicação da fundação de amparo à pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP revelou, em 2017, que a área urbanizada do Brasil não ultrapassa o percentual de 1% do território nacional. Mais especificamente, o levantamento mostra que a porcentagem chega a 0,63%, algo em torno de 54.077 quilômetros quadrados, área um pouco maior do que a do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/area-urbana-abrange-menos-de-1-do-territorio-brasileiro/>> Acesso em: 14 out. 2022.

mitigação da precariedade rural, visto que representaria maior segurança para a produção agrícola daqueles que iniciam no contexto da agricultura familiar.

Entretanto, nota-se uma escassez e uma incipiência por parte da aplicação de políticas públicas. É perceptível, no âmbito dos assentamentos de reforma agrária, a falta de dinamismo para o desenvolvimento, a dificuldade de acesso aos programas e recursos governamentais e a convergência dos assentados para os trabalhos precários, ante a dificuldade de produzir na terra, bem como a manutenção da pobreza (Scopinho; Melo, 2017).

Além disso, como o presente trabalho irá discutir em momento oportuno, a insuficiência das políticas públicas em prol do desenvolvimento pode direcionar os assentados a práticas juridicamente ainda problemáticas. A análise do fenômeno do arrendamento no contexto dos projetos de assentamento demonstra ser uma delas.

A deficiência de políticas públicas para os assentamentos como fator de precarização da vida dos beneficiários

Com o surgimento do Estado social, as constituições que desde então o acompanham buscaram “definir fins e objetivos para o Estado e para a sociedade, inclusive determinando a realização de várias políticas públicas.” (Bercovici, 2005, p. 58). Dessa forma, com a constituição dirigente, tem-se para a elaboração das políticas públicas a exigência do fundamento constitucional.

De acordo com o pacto ético fundamente firmado com a Constituição de 1988, as políticas públicas devem ser dirigidas mediante as premissas materiais constitucionais (Bercovici, 2005). O princípio da dignidade humana, por sua vez, e os demais princípios constitucionais que dele decorrem, devem representar o cerne da elaboração das políticas públicas. Para o contexto dos assentamentos da reforma agrária, a dignidade no campo se materializa com o desenvolvimento, mormente aquele proporcionado mediante políticas de emancipação camponesa.

Nesse caso, as políticas públicas devem servir para a formação de uma infraestrutura apta para a produção e comercialização daquilo que o assentamento produz. Uma vez verificada a deficiência em promover o

projeto agrícola, nota-se uma falha na articulação de forças entre os movimentos sociais e os órgãos governamentais e assentados/beneficiários para impulsionar o desenvolvimento.

Situação como essa pode ser observada em significativa quantidade de assentamentos e, ilustrativamente, toma-se por base uma análise em um projeto de assentamento localizado em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo (Scopinho; Melo, 2017).

Entre as políticas públicas mais presentes nos assentamentos na citada região, destacam-se o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Bolsa Família (Scopinho; Melo, 2017). Além disso, no que se refere à construção de cooperativas, salienta-se que, na conjuntura, os conflitos diante da carência de articulação política ocasionam alta rotatividade dos membros e desgaste.

Com relação ao Pronaf, embora se reconheça que os recursos consistem em uma ajuda no processo de concretização do assentamento, as dificuldades pela sua insuficiência tiveram como base a falta de assistência técnica e problemas climáticos como fatores de risco ao desenvolvimento. Ademais, a carência de informações efetivas acerca de como proceder na aplicação dos recursos, o temor pelo endividamento, bem como o emprego de quantias para a obtenção de bens de consumo alheios à produção, são exemplos de situações que levaram ao fracasso na escolha de investimentos que poderiam resultar em retorno econômico satisfatório com o possível triunfo da atividade produtiva agrícola (Scopinho; Melo, 2017).

Com relação ao PAA e ao PNAE, observa-se um declínio das reais intenções desenvolvimentistas a partir do momento em que se atesta uma conflituosa desarticulação entre os órgãos governamentais, com acentuada burocracia, e a ação dos núcleos gestores das cooperativas e os assentados (Scopinho; Melo, 2017). Uma falha de comunicação cumulada com a insuficiência na transmissão de recursos e na sua distribuição assíncrona com o tempo hábil à produção, na visão dos assentados, resulta na estagnação do bom escoamento produtivo, o qual proporciona melhoria de renda e qualidade de vida dos camponeses.

O programa Bolsa Família, por sua vez, era necessário para a obtenção de itens não produzidos no âmbito do assentamento. Alguns dos

beneficiários afirmaram que, sem os devidos esclarecimentos, foram desligados do programa, que representava um horizonte em meio a instabilidade de renda gerada pela dificuldade de produção e comercialização vivenciadas, “(...) uma espécie de porto seguro, onde as famílias poderiam ancorar o barco e evitar que ele afundasse totalmente” (Scopinho; Melo, 2017, p. 8).

A falta de orientação técnica para a produção agrícola e a ausência de consultoria em gestão dos negócios no assentamento, acredita-se, convergiram para o mal emprego dos reduzidos recursos, o que não promoveu mudanças estruturais na realidade de vida dos assentados resultantes de endividamento e baixa possibilidade de cultivo do lote de terra (Scopinho; Melo, 2017).

Por fim, a insuficiência e lentidão com que normalmente são implantadas as políticas públicas e os impasses oriundos da deficiente articulação política para o acesso a elas resulta em dificuldade para estabelecer o desenvolvimento econômico humano e social através do assentamento da reforma agrária (Scopinho; Melo, 2017).

Diante do obstáculo produzido pela citada má implementação, alguns assentados se sentem compelidos a buscar outros modos de garantir a sua subsistência e, porventura, o aumento da renda familiar. Isso se nota pela busca de trabalho e emprego fora do contexto do assentamento (Scopinho; Melo, 2017).

No contexto de luta por sobrevivência no campo, a prática de arrendamento de frações ou da totalidade do lote será analisada adiante. Além disso, com o impulso trazido pela geração de energias renováveis, abre-se um horizonte de obtenção de renda para famílias que dependem do campo. No que se refere a tal possibilidade para os assentamentos da reforma agrária, o projeto de lei nº 3266, de 2021, tem destaque para a abertura das discussões que envolvem a transição energética brasileira que seja inclusiva às referidas localidades. Reforce-se, como se procura demonstrar, a necessidade de cautela na promoção da economia verde, uma vez que essa deve apontar para a justiça social e, portanto, promover o desenvolvimento sustentável, no Brasil.

O arrendamento rural nos assentamentos como meio de suportar a ineficiência das políticas públicas

O conceito de arrendamento rural consiste num instrumento do Direito agrário que visa auxiliar o trabalhador, nesse contexto, o qual por não possuir a propriedade ou a posse de um imóvel rural, recorre a esse meio para poder articular fatores de produção camponesa e obter resultados satisfatórios (Hironaka, 2019). Nessa relação, também se beneficia o proprietário, possuidor ou administrador do imóvel que em troca de uma retribuição, mantém a terra produtiva, realizando a alhures citada função social da propriedade. Essas diretrizes são estabelecidas mediante as normas do Decreto nº 59.566, de 1966. Segundo o art. 3º do citado decreto, tem-se que:

Art 3º Arrendamento rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidades, com o objetivo de nêle ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agro-industrial, extrativa ou mista, mediante, certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da Lei (BRASIL, 1966).

A legislação vigente acerca do arrendamento rural, como se observa, tem o fito de proteger o produtor não proprietário, uma vez que se presume a sua vulnerabilidade social e econômica, visto não possuir o *status* de empresário (Hironaka, 2019).

Em paralelo com este ator social, pode-se analisar a situação do assentado, que não ostenta o título de propriedade, nem mesmo a posse, do imóvel rural concernente ao lote do assentamento que ocupa mediante a autorização do INCRA. Do mesmo modo, o não êxito da implantação de políticas públicas na realidade de muitos assentamentos reduz as possibilidades de subsistência e desenvolvimento na terra.

Com base no que diz a Lei nº 4.504, de 1964, conhecida por Estatuto da Terra, em seu art. 92 e seguintes estabelece também e prediz o modo como devem ocorrer os contratos entre proprietário e aqueles

que queiram exercer atividade econômica no local. O meio que, nesse contexto, oportuniza a realização da atividade agrícola, pecuária, extrativista ou agroindustrial, portanto, é o arrendamento rural.

Ocorre que, segundo as disposições da Lei nº 8.629, de 1993, em seu artigo 21, o assentado não pode, a qualquer título, transmitir o lote a terceiros, pelo prazo mínimo de dez anos após o seu cadastro no INCRA. Isso significa que o assentado não tem direito real sobre o bem imóvel enquanto este não for escriturado, registrado em cartório em conjunto com os dez anos. Por isso, ante a verificação da fraude, uma ação que contrarie as regras do art. 21 configura infração administrativa e crime de estelionato, conforme o art. 171 do Código Penal. Dessa forma, os assentados devem possuir em seu nome a escritura do lote, caso contrário, este ainda pertencerá ao respectivo órgão de regularização fundiária.

Na situação específica do assentado, atualmente pela legislação da reforma agrária resta impossibilitada a adoção de medidas que visem o arrendamento rural por ele enquanto não satisfizer o período acima estipulado. Todavia, como se viu no presente estudo, a problemática referente ao ineficiente fomento das políticas públicas da reforma agrária, tende a fragilizar, até mesmo, a possibilidade de produção para a própria subsistência da família assentada.

O arrendamento rural, embora legislativamente impossibilitado, ocorre mesmo à revelia da lei como forma de superação das dificuldades materiais, oriundas da escassez de recursos que deveriam ser enviados pelo Governo em prol dos investimentos. O arrendamento é, na visão de muitos assentados, o último recurso de que lançam mão (Neto; Cardoso, 2019).

Acerca da sua proibição, como se viu, é contraditória visto que o que se observa em termos de gestão da reforma agrária, parece haver um intencional abandono e ineficácia do Estado brasileiro em relação aos assentamentos. A perpetuação dessa situação inconstitucional, diante daquilo que a Constituição prega enquanto dignidade da pessoa humana, função social da propriedade e regularização da reforma agrária, leva a inferir e existência velada de um projeto em prol da manutenção da desigualdade no campo. A ausência de políticas públicas eficientes para a obtenção de recursos, fortalece o monopólio latifundiário (Neto; Cardoso, 2019).

Caso flexibilizado, o arrendamento rural poderia permitir ao núcleo familiar a exploração do lote de forma a assegurar o aumento da renda, melhoria da qualidade de vida da família, assim buscando atingir um grau mínimo de desenvolvimento e respeitando a função social da propriedade em mantê-la produtiva. Notadamente, esse é um cenário otimista e em consonância com um projeto de desenvolvimento nacional social e ecologicamente justo. Ocorre que, como se verá em breve, o arrendamento rural e a produção de energia renovável sob o controle do grande capital produzem externalidades negativas nas vidas das populações camponesas, tradicionais ou não, inclusive a frustração no auferimento de renda, e escancara uma realidade de apropriação capitalista da terra e dos recursos naturais renováveis (Traldi, 2019), prejudiciais a emancipação social que se procura com a reforma agrária.

A exploração de energias renováveis nos assentamentos: oportunidades e desafios

A geração de energias renováveis, tais como a hidráulica, a eólica e a solar compõem um projeto nacional de transição energética para fontes mais limpas em relação a dependência de fontes energéticas fósseis, não renováveis. Além disso, pode-se inferir a renovação da matriz energética de um país por fontes renováveis contribui para a transformação de um panorama politicamente crítico, causado pelo monopólio de fontes não renováveis, como se observa, por exemplo, no agravamento da crise energética na Europa, em razão do não fornecimento de gás pela Rússia (Steitz; Chestney, 2022).

Em razão de ausência normativa, a regulação da atividade econômica em relação ao ar é constitucionalmente precária, ao contrário daquela direcionada à água. Salvo algumas referências ao espaço aéreo, a Constituição de 1988 pouca atenção atribuiu a uma possível oportunidade de exploração econômica do ar, e fez maior referência ao espaço aéreo em termos de soberania, conferindo ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre a matéria, em seu art. 48 (Traldi, 2019).

O ar e o vento integram o espaço aéreo e, por isso, são propriedade do Estado brasileiro, desde que em seu território, de acordo com a Convenção de Chicago, da qual o Brasil é signatário. Ocorre que, como

mentionado anteriormente, as referidas normas relacionam-se com a soberania do espaço aéreo no que se refere à aviação (Traldi, 2019). Acerca da exploração econômica do ar não existem normas claras no texto constitucional; situação que permite uma maior apropriação com intento capitalista dessa atividade (Traldi, 2019).

À propriedade da terra está incluído o espaço aéreo e, ao contrário do que ocorre com as normas referentes aos potenciais energéticos de natureza hidráulica que pertencem à União, a exploração energética do ar, ante a ausência de legislação clara acerca do tema, direciona esse direito ao proprietário, visto que o Código Civil vigente inclui o espaço aéreo à propriedade da terra (Traldi, 2019).

Em razão da necessidade de se estabelecer atividade empresariais de geração de energia eólica de forma mais célere, o arrendamento rural de propriedades representa um instrumento crucial (Câmara; Maia; Silva; Peixoto, 2023 *apud* Traldi, 2019). Tais contratos são firmados por longos períodos, décadas, possivelmente, o que pode gerar direitos sucessórios e renovação automática (Câmara; Maia; Silva; Peixoto, 2023).

Esse arranjo não atinge somente os grandes proprietários de terra; comunidades modestas, pequenos agricultores, populações tradicionais, quilombolas, também podem ser alvo da expansão da economia verde, mediante arrendamento rural. Visto que há uma confusão no que diz respeito a prestação de informações efetivas para conferir legitimidade aos contratos firmados, a resultante dos arranjos tende a prejudicar economicamente as populações de pequenos proprietários e possuidores, os quais, após instalados os empreendimentos eólicos, também suportam os impactos ambientais produzidos por eles (Câmara; Maia; Silva; Peixoto, 2023).

No contexto dos assentamentos da reforma agrária, foi aprovado o projeto de lei nº 3266, de 2021, de autoria do Senador José Agripino/RN,⁷ para autorizar a exploração sustentável de energias renováveis pelo assentado, de forma complementar ao cultivo agropastoril. A ideia central é incluir as referidas populações no mercado energético e promover justiça social, ao introduzir normas na Lei da Reforma Agrária, Lei 8.629,

7 BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº. Disponível em: <3266/2021 <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2299901>> Acesso em: 15 set. 2023.

de 1993, que permitam esse intuito. Ao que parece, o referido projeto, para questões de geração de energia renovável, permitirá ao assentado celebrar contratos com terceiros ou ele mesmo produzir. No que se refere a energia eólica, visto ser necessária a disposição de vastas áreas de terra para a implantação das torres, é possível que seja forçoso firmar contratos coletivos com os assentados na realização de empreendimentos. Mais uma vez, os contratos de arrendamento rural parecem ser apropriados.

Tal proposta, todavia, precisa ser vista com cautela, uma vez que, do mesmo modo que as demais comunidades de trabalhadores rurais, os assentamentos não estão livres do interesse acumulativo puramente capitalista, que procura se apropriar de forma permanente das propriedades coletivas como a água, o solo, a natureza e o ar (Traldi, 2019). Países como o Brasil, ex-colônias, embora independentes legalmente, ainda concorrem para garantir a expansão capitalista que mais enriquece os países já desenvolvidos, imperialistas.

Isso se dá por meio do monopólio empresarial, do qual o setor energético não escapa (Câmara; Maia; Silva; Peixoto, 2023). Tais indústrias encontram em locais do interior brasileiro, área apropriada para a geração de energia e, em razão da ausência de informações efetivas para a celebração justa de contratos, hipossuficiência dos proprietários e possuidores, os arrendamentos geram maior lucro para os arrendatários, pois a renda obtida com a atividade não entra na base de cálculo para pagamento aos proprietários e possuidores (Câmara; Maia; Silva; Peixoto, 2023).

Resta, portanto, evidente que, para maior segurança no estabelecimento de empreendimentos focados em geração de energia, mormente, a eólica, uma análise cuidadosa dos contratos de arrendamento se torna crucial, seja para resguardar os direitos de ambas as partes, seja para garantir o desenvolvimento sustentável (Câmara; Maia; Silva; Peixoto, 2023). Ademais, a proteção ambiental é uma questão de saúde pública. O ar, é fundamental para a vida, é um bem comum, agente das funções naturais e biológicas e meteorológicas; assim, sua qualidade deve ser preservada. Quando visto como recurso natural, constitui-se num fator que contribui para a acumulação e, possivelmente, para a alteração da dinâmica ecológica local (Traldi, 2019).

Diante do exposto, infere-se a importância de que a geração de energia, notadamente as renováveis em todo o seu processo de exploração se dê de forma a reafirmar um elemento norteador: a justiça energética

(Rodríguez, 2022), em prol do desenvolvimento sustentável e da realização humana. A justiça energética é composta por fatores que envolvem justiça distributiva, justiça procedimental e justiça de reconhecimento. A primeira se refere a equidade na distribuição de recursos e responsabilização pelos impactos oriundos da transição energética; a segunda tem a ver com a tomada de decisões, refere-se a quais papéis os agentes terão que desempenhar e seu nível de influência, nesse sentido a participação plena das comunidades locais na tomada de decisões é fator preponderante na aferição da justiça energética; e, por fim, a terceira, pelo reconhecimento à pluralidade de identidades culturais, com objetivo de incluir ampla participação nos processos, com respeito às minorias e sem lugar à possibilidade de dominação cultural (Rodríguez, 2022).

É possível perceber que a celebração de contratos de arrendamento rurais com as comunidades e assentamentos para a exploração de energias renováveis, como a eólica, principalmente com o apoio do projeto de lei nº 3266, de 2021, para esses últimos, devem ter como elemento norteador a justiça energética acima referenciada.

Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de flexibilização do Estatuto da Terra e a Lei da Reforma Agrária para permitir aos assentados uma maior autonomia para a celebração de contratos de arrendamento, não apenas restringir a exploração de energias renováveis. Isso porque, diante da falha das políticas públicas direcionadas ao longo dos anos ao desenvolvimento do assentamentos e famílias assentadas, da ameaça da apropriação capitalista do campo, no contexto da economia verde, na geração de energias renováveis e da vulnerabilidade jurídica, informacional e material a que estão sujeitos os beneficiários em projetos de assentamento, uma vez permitida a celebração de contratos de arrendamento, não deve haver a restrição para apenas a geração de energias renováveis.

Para tanto, o Estado brasileiro deve direcionar investimentos e políticas eficientes para efetivar a dignidade no campo, a legitimidade dos contratos e o desenvolvimento endógeno sustentável que proporcione o desenvolvimento nacional (Maia, 2023). No contexto agrário, o contrato não deve, pois, ser um instrumento de imobilização de um dos pactuantes, geralmente os hipossuficientes que necessitam de uma justa renda para a sua realização humana. Como visto, assim tem sido as tratativas entre as grandes industriais capitalistas e os habitantes de regiões desassistidas como o semiárido brasileiro, cenário esse favorável

à despossessão,⁸ em prol da acumulação capitalista. Nesse sentido, o proprietário perde o seu exercício em razão da posse obtida pelas empresas exploradoras do território durante anos e com interferência nas gerações que virão, as quais também não poderão dispor, usar ou usufruir social e economicamente a propriedade (Maia, 2023).

Conclusão

Na medida em que o estudo aqui realizado procurou articular termos interdependentes para a consecução da reforma agrária, tais como a função social da propriedade, a dignidade da pessoa humana, a democratização do campo, observa-se que os assentamentos rurais precisam concretizar em suas realidades as formas adequadas para proceder com a emancipação das famílias camponesas. Ademais, com a transição energética, as referidas áreas também se tornam pontos de procura para a instalação de parques de geração de energia no contexto da economia verde. Importante, nesse sentido, que o Estado brasileiro assegure a justiça fundiária, energética e social em prol do respeito e inclusão efetiva dos camponeses no desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, a importância do fomento de políticas públicas para o campo, em especial para os assentamentos, como foi o foco do presente trabalho, é algo que se evidenciou. Iniciativas como o Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar - Pronaf, o Programa de aquisição de alimentos - PAA, o Programa nacional de aquisição de alimentos PNAE e o Bolsa Família, caso fornecessem os incentivos de forma eficiente, poderiam produzir uma transformação apta ao desenvolvimento que se busca obter com a Lei Maior. As três primeiras políticas públicas, caso ofereçam o amparo técnico e os recursos de que necessitam os assentados, em conjunto com a boa gestão e articulação das cooperativas, podem contribuir para a superação do quadro desesperançoso que suportam os assentamentos, ante a erosão de políticas públicas e aumentar a participação deles na agricultura familiar.

8 Mariana Traldi apresenta o termo *acumulação por despossessão* no contexto da implantação de parques eólicos pelas empresas capitalistas que encontram meios de expropriação para promover atividades lucrativas de interesse privado após apossarem-se dessas áreas (Traldi, 2019).

O arrendamento rural para os assentados, como se observou, embora atualmente proibido sem que tenha decorrido o lapso temporal e registro hábeis em favor do assentado, em razão da citada insuficiência das políticas públicas efetivas de desenvolvimento, surge como uma possibilidade paralela aos assentados que não encontram meios de prover a própria subsistência, celebrado de forma precária e à margem da lei. Nesse sentido, uma vez que se reconheça os problemas estruturais a que são expostos os camponeses assentados, é preciso que se reflita acerca da flexibilização do arrendamento rural para os assentados, enquanto permanecerem ineficazes as políticas governamentais.

Além disso, com a superveniência do projeto de lei nº 3266, de 2021, para possibilitar para geração sustentável de energias renováveis nos assentamentos, de modo a autorizar, a geração individual ou a celebração de contratos com terceiros, é possível perceber uma possibilidade de abertura da Lei da Reforma Agrária em diversificar a economia camponesa. É necessário, entretanto que os instrumentos de justiça ambiental, energética e social estejam presentes em todas as tratativas para permitir que a tomada de decisões ocorra de modo equitativo e de forma respeitosa diversidade de culturas ali existentes.

Nesse contexto, devem estar presentes a justiça econômica e a responsabilização pelos impactos ambientais também devem ser verificadas. Assim, diante da autorização legislativa aos assentados, por exemplo, ao arrendamento de terras, não deveria estar restrito apenas para permitir a exploração de recursos naturais na geração de energias renováveis. Isso porque, como já se viu, além de não ser sempre sinônimo de geração limpa de energia, devido a sua apropriação pelo capital, consiste num reforço a despossessão e, portanto, ao monopólio fundiário, responsável pela desigualdade social no campo. Deveria ser facultado ao assentado o arrendamento rural para a modalidade a qual melhor lhe permitisse exercer a posse e propriedade, respeitado o seu direito de escolha.

O estudo também conclui pela necessidade de fomento sério de políticas públicas para os assentamentos, de modo que efetivamente possam se emancipar e obter a própria autonomia. Entretanto, a situação que constitucionalmente se almeja, ainda não se concretizou na maioria dos assentamentos rurais no território brasileiro. Como constatado, a falha por parte do governo em garantir as referidas políticas, leva a se inferir que não deveria haver a proibição ao assentado de acessar o

arrendamento rural por meio de relação contratual legítima, nos moldes estritos da justiça social.

Tal medida, diante das circunstâncias apresentadas, poderia ter o condão de assegurar a função social da propriedade rural, também permitir às famílias assentadas que por ela optem, assegurar a sua subsistência, a qual não foi possível em vista da ausência de políticas públicas, cenário representativo da realidade de parcela significativa dos assentamentos, no Brasil.

Referências

AQUINO NETO, Manoel Ferreira de; CARDOSO, Fernando da Silva. Arrendamentos e Condições de Cidadania em um Assentamento com Finalidade de Reforma Agrária no Agreste de Pernambuco. **CAMPO JURÍDICO**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 52-77, dez. 2019. ISSN 2317-4056. Disponível em: <<http://www.fasb.edu.br/revista/index.php/campojuridico/article/view/282/586>>. Acesso em: 15 out. 2022.

Área urbana abrange menos de 1% do território brasileiro. **Revista Pesquisa FAPESP**, ed. 261, 2017. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/area-urbana-abrange-menos-de-1-do-territorio-brasileiro/>> Acesso em: 14 out. 2022.

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição econômica e desenvolvimento**: uma leitura a partir da constituição de 1988. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

BERCOVICI, Gilberto. A problemática da constituição dirigente: algumas considerações sobre o caso brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, v. 36, n. 142, p. 35-51, abr./jun. 1999. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/474>> Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Só neste ano, 500 pessoas já foram resgatadas do trabalho análogo à escravidão no Brasil. **Agência Câmara de Notícias**, 2022. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/888596-so-neste-ano-500-pessoas-ja-foram-resgatadas-do-trabalho-analogo-a-escravidao-no-brasil/>> Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº. Disponível em: <3266/2021 <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2299901>> Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Estatuto da Terra**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 59. 566, de 14 de novembro de 1966. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59566.htm>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629compilado.htm>. Acesso em: 15 out. 2022.

CÂMARA, Maria Gabriela Phaelante da; MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da; BATISTA, Marcela Peixoto. Por que pesquisar contratos de Arrendamento de terra para energia eólica? In: MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; Batista, Marcela Peixoto; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da; RODRÍGUEZ, Damián Copena. **Problemas jurídicos econômicos e socioambientais da energia eólica no Nordeste brasileiro**. 1. ed. Recife: Editora Universitária – EDUFRPE, 2023, p. 16-28.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Arrendamento rural na jurisprudência do STJ. **Revista do Advogado**, São Paulo, n. 141, p. 115-120, abril de 2019.

MAIA, Joaquim Ferreira Maia. Posse, direito de propriedade e desposseção do campesinato brasileiro nos parques de energia renovável e a alternativa chinesa. In: MAIA, Joaquim Ferreira Maia; Basso, Ana Paula. **Direito e energia renovável**. 1. ed. Campina Grande: Papel da Palavra, 2023, p. 153 – 175.

RODRÍGUEZ, Damián Copena. O Desenvolvimento das Energias Renováveis e a Justiça Energética: um Achegamento ao Debate Existente e à Dinâmica Histórica. In: Maia, Fernando Joaquim Ferreira; BATISTA, Marcela Peixoto; Silva, Tarcísio Augusto Alves da; RODRÍGUEZ, Damián Copena. **Energia Eólica: Contratos, renda da terra e regularização fundiária**. p. 115. Edição do Kindle. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2022.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida; MELO, Thainara Granero de. Ruralidades precárias, políticas públicas e trabalho em assentamentos rurais da região de Ribeirão Preto-SP. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 37, n. 1, p. 7–20, 2017. DOI: 10.37370/raizes.2017.v37.47. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/47>. Acesso em: 15 out. 2022.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental: constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

SOUZA, Paulo Cezar. O desenvolvimento como pressuposto na “natureza humana” : das abordagens didático-metodológicas sobre desenvolvimento à abordagem territorial do desenvolvimento rural. **Revista Campo-Território**, [S. l.], v. 14, n. 32 Abr., 2019. DOI: 10.14393/RCT143209. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/44247>>. Acesso em: 14 out. 2022.

STEITZ, Christoph; CHESTNEY, Nina. Rússia aprofunda crise energética da Europa com nova suspensão de gás. **CNN**, 2022. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/russia-aprofunda-crise-energetica-da-europa-com-nova-suspensao-de-gas/> > Acesso em: 15 set. 2023.

TRALDI, Mariana. **Acumulação por despossessão: a privatização dos ventos para a produção de energia eólica no semiárido brasileiro**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

UTOPIA DO DESENVOLVIMENTO DO RICO MUNICÍPIO POBRE: UMA REFLEXÃO DO CULTIVO DA SOJA EM CAMPOS LINDOS DO TOCANTINS

Nilton Marques de Oliveira¹
Francisco Pereira de Sousa²

Introdução

O Brasil apresenta vastas desigualdades sociais e econômicas. Uma das manifestações mais intrigantes dessa desigualdade é a existência dos chamados *ricos municípios pobres*. Essa expressão paradoxal se refere a cidades ou regiões que, apesar de possuírem abundantes recursos naturais e serem fontes significativas de produtividade e de recursos financeiros, apresentam baixos índices de desenvolvimento humano e

-
- 1 Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UFT. Bolsista de Produtividade da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins. E-mail: niltonmarques@uft.edu.br; <http://lattes.cnpq.br/9714154982299224>; <https://orcid.org/0000-0001-6485-314X>.
 - 2 Servidor Público do Estado do Tocantins. Economia, Mestre em Desenvolvimento Regional pela UFT. Atuação: Análise Regional; Agenda 2030. E-mail: fpspalmas@gmail.com; <https://lattes.cnpq.br/5422981509445406>; <https://orcid.org/0000-0003-3781-8140>

socioeconômico. Este fenômeno revela as complexas dinâmicas econômicas e políticas que impedem a transformação da riqueza em bem-estar para a população local.

Assim, a utopia do desenvolvimento social e econômico de um rico município pobre fez uma discussão crítico-reflexiva sobre o processo do desenvolvimento do município de Campos Lindos (TO), tendo como referência grandes empreendimentos da cultura da soja. Tal análise foi conduzida com base no *Mito do Desenvolvimento Econômico*, de Celso Furtado (1974). Para os autores deste texto, a criação de valor econômico, na maioria das vezes, provoca processos irreversíveis de degradação do mundo físico. No caso de Campos Lindos, estas transformações são perceptíveis nos aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos. Os argumentos utilizados estavam amparados nas promessas dos seus idealizadores de que tal empreendimento traria o desenvolvimento econômico e social para ele como também para sua região.

No entanto, tal modelo de desenvolvimento para Celso Furtado (1974) provoca degradação ambiental, exclusão de povos tradicionais, disputas de terras e conflitos sociais, considerando que o aumento da produtividade e seus resultados evidenciam características centrais da teoria do desenvolvimento. Entretanto, não se deve confundir aumento de produtividade com desenvolvimento socioeconômico, visto que a ocorrência do primeiro não resultaria em imposição de realização do segundo, como verificado nas economias periféricas do sistema capitalista. Tal condição é percebida em Campos Lindos, pois o aumento da produtividade, incrementado pelos investimentos do agronegócio, por meio da cultura da soja, não foi capaz de resolver os problemas das desigualdades sociais, pelo contrário, agravou-os, principalmente pela destituição dos pequenos agricultores da posse de suas terras para dar lugar aos empreendimentos realizados pelos grandes produtores do agronegócio.

Este município é conhecido como a última fronteira agrícola do Brasil, estando localizado na região intermediária de Araguaína, norte do Tocantins. Foi criado em 1989 e instalado em 1º de janeiro de 1993 para se tornar o polo do agronegócio no Estado do Tocantins. De acordo com o Censo do IBGE de 2010, tinha 8.139 habitantes. Já no Censo de 2022, apresentou uma população de 8.653, exibindo uma taxa de crescimento de 6,32%, com uma densidade demográfica de 2,68 km². O município está inserido numa região de grande relevância na produção agroindustrial

local, faz fronteira com Goiatins (TO), Recursolândia (TO) e com o sul do Maranhão, com os municípios de Riachão, Carolina e Balsas (Feitosa, 2023). No início da última década do século XX, era uma região esquecida pelas políticas públicas desenvolvidas pelos governos estadual e federal, mas tinha diversas famílias, comunidades tradicionais e posseiros. Assim, a história do município remete às disputas de poder pela criação do Estado do Tocantins, após a construção de Brasília e a implantação dos planos governamentais de integração da região Amazônica (Cifuentes, 2016).

Portanto, para justificar o investimento da cultura da soja em larga escala em, espalhou-se em todo Tocantins o discurso de que Campos Lindos seria a grande força econômica do agronegócio e um lugar de possibilidades de melhoria de vida e de crescimento financeiro. Entretanto, o que se percebe, nesse território, são conflitos e disputas judiciais e denúncias de trabalho análogo à escravidão. Nesse contexto, este capítulo objetiva fazer uma análise discursiva da utopia do desenvolvimento do rico município pobre, uma reflexão do processo de crescimento do agronegócio, uma vez que o modelo de cultivo da soja nesta região ocasionou diversos efeitos, mas esta investigação se limitou apenas aos impactos socioeconômicos.

O Presente capítulo está estruturado da seguinte forma: introdução; a seguir apresenta breves considerações sobre o Mito do Desenvolvimento em Celso Furtado; na terceira parte faz-se diagnóstico do setor agropecuário do estado do Tocantins; na quarta, analisa aspectos socioeconômicos do município de Campos Lindos-TO, por fim, as considerações finais.

O mito do desenvolvimento de Celso Furtado

Na teoria de desenvolvimento de Celso Furtado (1961), fica evidente a existência de uma teoria do desenvolvimento social abrangendo os encadeamentos da distribuição de renda proveniente do processo de crescimento econômico. Assim, tal distribuição repercute na renda do trabalhador, além de favorecer a influência política na condução de ações econômicas para as condições sociais (Furtado, 1965). Assim, o conceito de desenvolvimento, para Furtado (1965), é constituído por elementos relativos à produção, formas técnicas de trabalho, atendimento

das necessidades humanas, de modo que o entendimento de desenvolvimento de uma sociedade não seja alheio à estrutura social.

Na visão Furtado (1965), um projeto de desenvolvimento social leva em consideração um processo de transformação, que inclui o conjunto da sociedade. Assim, esta estrutura está atrelada a uma conduta racional, que tem o planejamento econômico e social como parte integrante de um processo que visa a conduzir ao desenvolvimento e ao bem-estar social.

O processo de desenvolvimento econômico de determinada região ou países não é algo que possa ser simplesmente copiado. No decorrer da história, percebe-se que inúmeros governantes adotaram fórmulas prontas, baseadas nas experiências de países desenvolvidos e aplicá-las a países subdesenvolvidos, gerando, na maioria dos casos, pouco sucesso. Neste contexto, Celso Furtado acredita que tais teorias advogam que o *standard*³ de consumo da minoria da humanidade, que vive nos países altamente industrializados, é acessível às populações que vivem nos países periféricos (Furtado, 1974).

Assim, Celso Furtado (1974) argumenta que muitos países periféricos e regiões que apresentam crescimento do PIB, não promovem progresso em suas estruturas políticas e sociais, segundo Santos (2000). Essa modalidade de progresso não é apenas impraticável, mas pressupô-lo de forma subjacente funciona como instrumento de controle. Primeiramente, as reservas de recursos naturais são finitas, por consequência, incapazes de sustentar uma ampla generalização desses padrões. Para Celso Furtado (1974), o desenvolvimento econômico, entendido como a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos, é simplesmente irrealizável, tendo em vista que, se toda a população do mundo consumisse como um americano mediano, o planeta não conseguiria produzir recursos naturais para todos. Assim, esse autor entende que o desenvolvimento econômico é um mito que serve de cobertura à dominação dos povos dos países periféricos dentro da nova estrutura do sistema capitalista.

Algo semelhante acontece em Campos Lindos, produtor de *commodities*, porém com fragilidades no tecido social e econômico, o que se percebe é uma evasão de capital e uma concentração de renda nas mãos de poucos privilegiados. Tal cultura tem sido capaz de proporcionar

3 Padrão

aumentos significativos do PIB como também no PIB *Per Capita*, fazendo com que este município em 2021 ocupasse a 7ª posição de maior PIB entre os 139 municípios do Estado do Tocantins. Mas quando são analisados os indicadores sociais, Campos Lindos se situa entre os piores municípios do Tocantins e do Brasil.

Portanto, na visão de Furtado (1974), o processo de desenvolvimento econômico é algo mais do que o crescimento econômico ou a acumulação de capital. Para ele, o desenvolvimento abrange também transformações estruturais que acontecem segundo um determinado sistema de valores e de uma determinada estrutura social. Desenvolvimento, nessa perspectiva, não ocorre de forma automática, mas resulta de decisões tomadas por indivíduos inseridos dentro de certo contexto social, que ocupam posições de força no sistema de determinada coletividade e que pode definir os rumos desse processo.

A seguir tem-se diagnóstico do setor agropecuário do estado do Tocantins, evidenciando como esse setor tem emergido nos municípios, especialmente em Campos Lindos-TO.

Diagnóstico do Setor Agropecuário no Estado do Tocantins

A atividade agropecuária é um dos principais segmentos econômicos do Tocantins, se situando em quase todos os municípios do Estado. Tal fato se intensificou principalmente após a abertura da rodovia Belém-Brasília, dos programas de incentivos fiscais e do fomento à ocupação de terras a preços módicos. As culturas agrícolas comerciais ganharam impulso, o que ocasionou ampliação e ocupação de várias áreas do Estado. Destarte, a agropecuária do estado do Tocantins está em plena expansão, tanto para o mercado interno quanto para o externo, pois o agronegócio tem levado a economia tocaninense a recordes consecutivos de superávits primários, sendo a soja um dos principais produtos, distinguindo-se também a carne bovina, que impulsionam a agropecuária estadual (Feitosa, 2019).

Dessa forma, vale ressaltar que as bases conjunturais para o avanço da agropecuária no estado de Tocantins, de acordo Marques de Oliveira (2018), tiveram sua intensificação nas décadas de 1970 e 1980, quando a região tocaninense foi impelida pela produção de carne bovina, expandiu

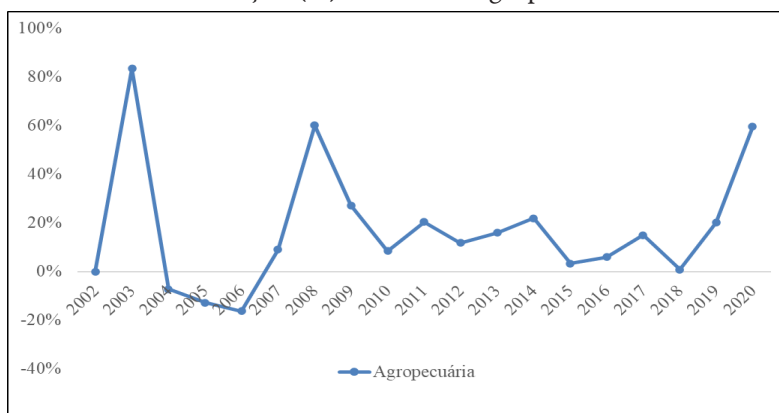
a produção de arroz no Vale do Rio Araguaia e deu início ao plantio da soja. Em razão dessa situação, a região foi contemplada com programas fiscais, incluindo projetos de mineração, frigoríficos, usina de álcool e laticínios. Outro fator marcante no processo de expansão da agropecuária no estado foi a técnica desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de cultivo para as condições climáticas do Cerrado (Silva; Alves, 2021).

Dessa maneira, o agronegócio pôde adentrar as fronteiras tocan-
tenses no início da década de 2000, visando a explorar o cerrado e a desenvolver economicamente a região do Tocantins. Na visão de Santos (2020), existem três frentes de modernização do agronegócio no estado do Tocantins. A primeira foi a dos investimentos privados na região do Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, onde se destaca a produção de arroz e soja. A segunda trata dos investimentos feitos pelo Prodecer III⁴ na cidade de Pedro Afonso, visando a promover políticas de desenvolvimento regional, com a criação de novos projetos agropecuários. E a terceira frente foi a iniciativa privada na região sudeste do estado, possibilitando a ampliação das lavouras de soja no oeste baiano.

O Gráfico 1 mostra o percentual do Valor Adicionado Bruto (VAB), gerado pela agropecuária entre os anos 2002 e 2020. O PIB da agropecuária em 2002/2003 apresentou maior crescimento no período analisado, atingindo 83%. Nos anos seguintes, 2004, 2005 e 2006, houve redução significativa desse PIB, salientada por uma queda de 7,23%, 12,77% e 16,23 %, respectivamente, nesse período. No ano de 2007/2008, o PIB volta a apresentar crescimento e alcança 60,02%.

4 Proceder III, Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados, foi um dos projetos da política nacional de desenvolvimento, voltados diretamente ao desenvolvimento regional do cerrado. Tal programa foi negociado entre os governos do Brasil e do Japão (Santos, 2020).

GRÁFICO 1: Evolução (%) do PIB da Agropecuária do Tocantins



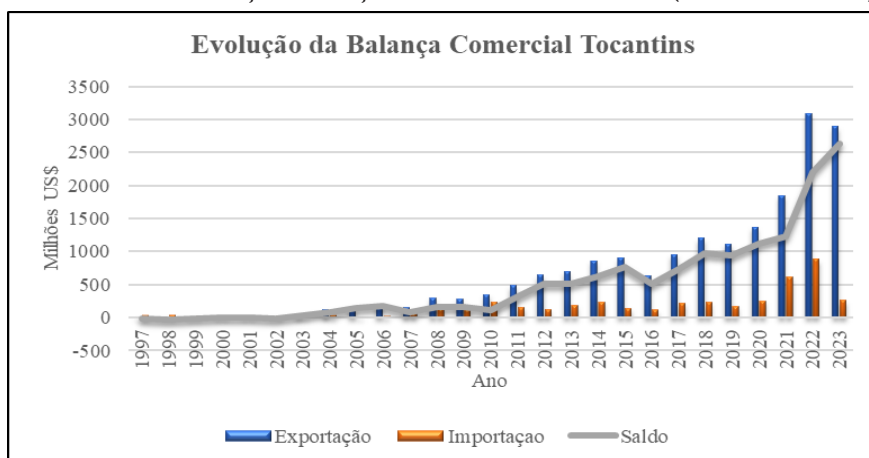
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados das contas regionais do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. São considerados os preços constantes de 2020

Por fim, no ano de 2019/2020, o PIB da agropecuária consegue um crescimento de 59,49%. Entretanto, quando se compara a média do crescimento da primeira década dos anos 2000 com a segunda década, observa-se que a média do crescimento da primeira década alcança 18,96% contra 17,45% da segunda década. Isso indica que o crescimento do início se deve à expansão da agropecuária no Estado do Tocantins, considerando que tal segmento era rudimentar antes dos diversos programas desenvolvidos pelo governo federal e dos investimentos públicos e privados feitos no decorrer do tempo, permitindo, assim, a expansão da fronteira agrícola do Estado. Na segunda década, verifica-se um crescimento com pouca variação, destacando-se os anos de 2018/2019 e 2019/2020, que apresentam crescimento de 20,15% e de 59,49%, respectivamente. Portanto, percebe-se que o setor agropecuário do estado do Tocantins a tem mostrado crescimento significativo. No entanto, tal crescimento não tem sido capaz de reduzir os índices de pobreza e a concentração de renda. Sendo assim, faz-se necessário que o Estado possa garantir uma melhor distribuição de renda, possibilitando que as pessoas sejam atendidas em seus direitos e, com isso, possam ter melhor qualidade de vida nos territórios em que estão inseridas.

Desempenho do Agronegócio do Tocantins no Comércio Exterior

O Setor do agronegócio tem sido, nos últimos anos, o motor do crescimento, fato que vem se refletindo no superávit da balança comercial, que não considera a quantidade de produtos que entram ou saem de um país, mas, sim, os recursos gerados pela transação, tendo sido o Tocantins superavitário nessa área. O Gráfico 2 mostra a evolução dos fluxos de importação, exportação e o saldo comercial do Tocantins, avaliação necessária para discutir a inserção econômica com o restante do mundo.

GRÁFICO 2: Evolução Balança Comercial do Tocantins (Milhões de US\$)



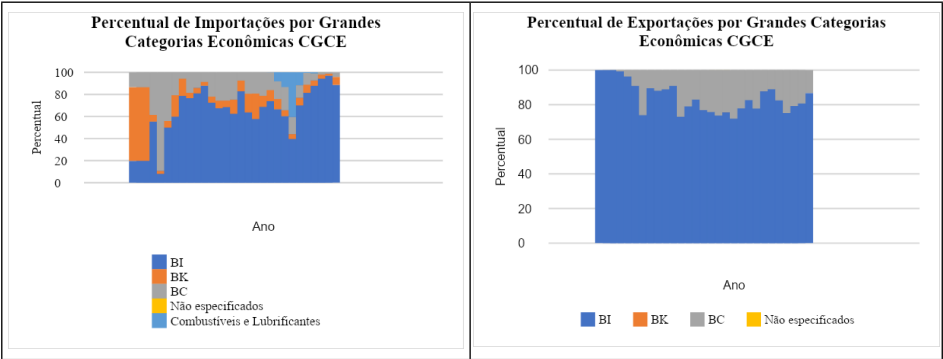
Fonte: Autores, com base em Dados do MDIC (2024)

Desde o início dos anos 2000, tanto as importações quanto as exportações tocantinenses aumentaram continuamente. O fluxo com outros países foi facilitado por fatores estruturais e conjunturais, como a abertura comercial, iniciada na década de 1990, e principalmente pelo aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional.

Desta forma, é necessário verificar a composição da pauta de exportação e importação do estado, sendo as exportações formadas, em sua maioria, por bens intermediários (BI) e de consumo (BC). Por outro lado, as importações apresentam, em sua composição, bens de capital (BK). Neste cenário, tem realce o ano de 2017, que apresentou uma grande

demanda por combustíveis e lubrificantes, destacando-se entre 2015 e 2018(Gráfico 3).

GRÁFICO 3: Balança comercial por fator agregado



Fonte: Autores com base em Dados do MDIC (2024)

Quanto ao comportamento na linha do tempo, a pauta de importação é majoritariamente ocupada por produtos classificados como bens intermediários, padrão construído no decorrer do tempo, considerando que em 1997 prevaleceram os bens de capital (BK), em 1999, os bens. Quanto às exportações, o início da série é exatamente o oposto. Foi no ano de 1997 que os bens intermediários tiveram sua maior participação na pauta. Na verdade, 100% da pauta era composta por esse tipo de bem, diminuindo a partir desse ano, mas sempre superando pelo em menos 73% tudo o que o Tocantins vende.

A China foi o país que recebeu a maioria dos produtos tocaninenses, 61% de tudo o que foi exportado, enquanto a Rússia foi o principal fornecedor insumos, compreendendo 32%. Os principais parceiros comerciais para exportações são a China 56%, Espanha 8%, Tailândia, Holanda, Egito e Turquia cada um correspondendo a 3%, Paquistão e Hong Kong 2%. Já em relação às importações, entre os principais parceiros se situam, Estado Unidos 61%, Rússia e China 12%, Argentina 4%, Egito e Alemanha 2% e Marrocos 1% (MDIC (2024)). Assim, o segmento da agropecuária caracteriza-se como um setor relevante no processo de exportação, contribuindo para um saldo positivo da balança comercial do Tocantins.

A soja correspondeu a 64% do valor total de produtos exportados em 2023, o que a torna o principal produto do comércio exterior.

O segundo produto agrícola foi o milho não moído, compreendendo 15% das exportações. A Produção do arroz, (3º maior produtor nacional) atende o mercado regional e nacional. Só esses itens, *commodities in natura*, constituíram quase 80% das vendas em 2023, com carne bovina fresca refrigerada compondo outros 13%, e farelo de soja, produto minimamente processado, configurando apenas 3,7%. Com relação às importações, ainda que a maioria seja enquadrada como bens intermediários (BI), são produtos manufaturados com maior valor agregado que os vendidos pelo Tocantins, destacando-se adubos e/ou fertilizantes, com 27%.

Os óleos combustíveis, também itens processados, vêm em segundo lugar, ocupando 25% da pauta. Na sequência, vêm os produtos derivados dos resíduos de petróleo, com 17%. Ainda que o valor seja pequeno, é importante destacar os 5% relativos a bens de capital (BK), mesmo que máquinas e equipamentos para distribuição e geração de energia não sejam o tipo de bens que indiquem a estruturação de empreendimentos que gerem uma quantidade significativa de emprego direto (Usinas Hidrelétricas), complementando essa análise, o Tocantins tem se destacado, nacionalmente, na produção de energias limpas (solar) e conta com incentivos governamentais.

Portanto, prioritariamente, o Tocantins participa da economia mundial vendendo seus produtos do agronegócio e comprando produtos manufaturados para manter seu crescimento. Sendo assim, ainda que o crescimento do agronegócio não se reflita distribuição dos benefícios de forma igualitária, o crescimento constante da produção econômica do setor da agropecuária não pode ser correlacionado com um crescimento semelhante na renda dos trabalhadores deste setor, segundo Silva; Luz, (2021, p. 52). É possível afirmar que a inserção do Tocantins na economia do mundo estaria explicada, já que o Tocantins tem vantagens competitivas em relação aos produtos que vende, ficando clara sua aptidão para o agronegócio, justificada por direcionamentos e regionalizações como o MATOPIBA⁵ e o Centro Norte.⁶

5 Resulta de um acrônimo formado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Designa uma região contínua formada pelos quatro estados (Araújo *et al.*, 2022)

6 Marques de Oliveira e Piffer (2017) afirmam que estudos do governo federal embasaram proposta de regionalização. Essa região, chamada de Centro Norte, corresponde ao Sudeste da Amazônia Legal.

No entanto, neste momento de inovação, não é bem assim, porque na atualidade outra variável deve ser considerada para aferir competitividade. Já não são o preço e a qualidade do produto os únicos que contam. Talvez o principal elemento no mundo atual, para analisar a disputa econômica, seja a responsabilidade social, e aqui temos um *link* direto com a agenda ambiental. Sobre a proteção do meio ambiente, há quem diga ser elemento antagônico ao crescimento do agronegócio, assim como há narrativas no sentido da possibilidade de coexistência e desenvolvimento de ambos. De qualquer forma, a inserção do Tocantins na economia mundial passa por essas duas perspectivas, e a venda de serviços ambientais pode ser o ponto determinante na direção que o estado irá seguir.

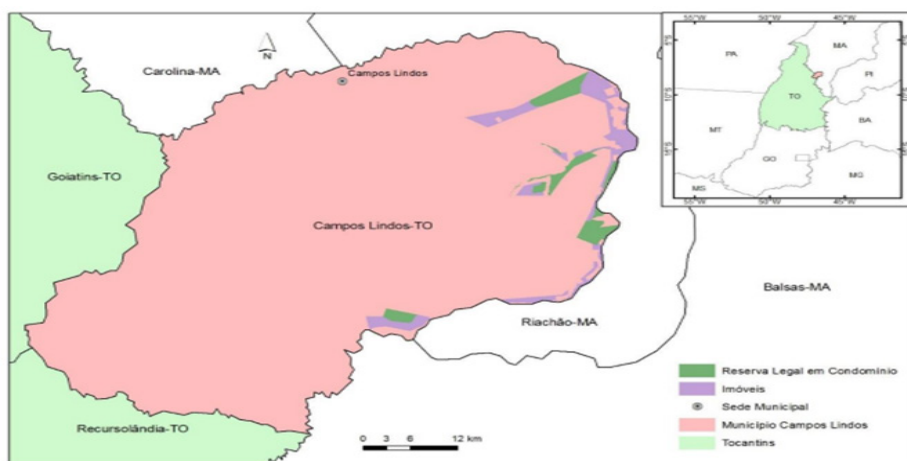
Portanto, constata-se que a soja é a protagonista no quesito exportação e os municípios de Campos Lindos, Porto Nacional, Mateiros, Monte Carmo e Caseara são os principais produtores dessa *commodity*. O arroz também é um dos destaques do Tocantins, e a terceira cultura que se beneficiou deste crescimento, foi o milho, com a vantagem de ser plantado nas entressafras do arroz e da soja. Este cereal cresceu nas últimas duas décadas quase 800% em sua produção, tendo correspondido a 15% das exportações do estado em 2023, ficando atrás somente da carne bovina e da soja.

No entanto, em 2023 o Estado do Tocantins mostrou uma forte dependência da China com relação à balança comercial. O gigante asiático corresponde a 54% das exportações do estado (aproximadamente 777 milhões de dólares), que são principalmente de soja, com 64%; carne bovina, com 24%; e milho, com 15%. Já no lado das importações, observa-se que a quase totalidade das importações tocaninenses é proveniente de produtos da Indústria de Transformação: 25% apenas de óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos e 27% de adubos ou fertilizantes químicos. O principal fornecedor destes produtos para o Tocantins são os Estados Unidos, com 48% de nossas importações, com quem o estado detém uma balança comercial negativa de 119 milhões de dólares.

A Utopia do Desenvolvimento do Rico Município Pobre de Campos Lindos do Tocantins

Na perspectiva de mensurar a representatividade de Campos Lindos, Figura 2, no agronegócio tocantinense, a projeção da produção de grãos nos últimos anos tem mantido a liderança do município no *ranking* do Tocantins. O cultivo da soja e do milho tem propiciado aumento do Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, muito induzido pelo impulso dado pelo Projeto Agrícola Campos Lindos, conhecido também, como Projeto Serra do Centro, criado pelo estado do Tocantins em 1997. A produção de grãos tem favorecido o crescimento econômico de Campos Lindos, colocando-o entre os dez municípios com maiores PIBs do Tocantins em 2021.

FIGURA 2: Localização regional do município de Campos Lindos



Fonte: Silva (2018)

O Projeto Agrícola Campos Lindos foi criado pelo Decreto 438/97, de 08 de maio de 1997. No ato, o então Governador Siqueira Campos declarou de utilidade pública (sob alegação de improdutividade) os 105,6 mil hectares da Fazenda Santa Catarina e decidiu pela sua desapropriação. Este mesmo governador escolheu o lugar para instalação da sede municipal e comandou a elaboração da planta da cidade, em um dos lugares mais promissores do estado, no extremo nordeste, com uma extensão territorial

de 3.240,177 km² (Santos, 2020). Desta forma, Cifuentes (2013) aponta indícios de que a criação do município de Campos Lindos foi pelo interesse das terras da região para implantação do Projeto Agrícola, que se concretizou em ato constitutivo de 1997.

Assim, para desenvolver este projeto, o mandatário determinou que o Instituto de Terras de Tocantins (ITERTINS) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE-TO) adotassem providências administrativas e judiciais. Essa medida deixou famílias de antigos posseiros desterradas e desassistidas (Bittencourt, 2014). Na visão dos autores, todos os procedimentos que levaram à desapropriação, na concepção dos prejudicados, foram classificados como uma farsa para desapropriar terras que teriam caracterizado uma reforma agrária às avessas. Esses procedimentos foram pautados por irregularidades em despacho de juiz, preço irrisório por hectare desapropriado sem a prévia avaliação dos bens e presteza incomum na emissão de posse e confusão fundiária. Desta forma, as 80 famílias de posseiros, e outras 50 na área de influência foram ameaçadas de despejo, mas nomes importantes da política local e nacional e empresários foram os beneficiados com lotes dessa mega desapropriação.

Nesse sentido, percebe-se que o capital financeiro impera sobre as necessidades das populações menos favorecidas. Assim, algumas famílias perderam suas terras em nome de um desenvolvimento que nunca ocorreu em favor da comunidade de Campos Lindos. Por isso a utopia do rico município pobre de Campos Lindos refere-se a um município rico em termos de produtividade agropecuária e crescimento do PIB, porém pobre em qualidade de vida e em todos os indicadores sociais. Por consequência o crescimento do PIB não propiciou um processo de desenvolvimento nesta região, ou seja, os argumentos usados para promover a implantação deste projeto não se concretizaram tendo beneficiado apenas um pequeno grupo de privilegiados. Porém constata-se neste modelo de investimento uma enorme evasão de recursos, o que tem contribuindo para aumento das desigualdades sociais na região de Campos Lindos.

Observa-se que o modelo de desenvolvimento aplicado em Campos Lindos, na concepção de desenvolvimento de Celso Furtado (1965), não ocorreu, pois o que se percebe é um planejamento pautado no crescimento econômico, uma produção em larga escala visando ao lucro, sem considerar os efeitos nocivos na socioeconomia deste município.

Nessa municipalidade as decisões econômicas e sociais são tomadas por um pequeno grupo de capitalistas que pensam cada vez mais em aumentar seu capital. Tudo isso com aval do poder público estadual, que foi o grande incentivador desta modalidade de investimento. Assim, foram deixados de lado os anseios do desenvolvimento da coletividade da sociedade de Campos Lindos e privilegiado o modelo de desenvolvimento defendido pelos grandes produtores do agronegócio. Isto posto, no entendimento de Celso Furtado (1974), a minoria privilegiada que habita regiões e países periféricos tem relativa participação na área política e econômica, prejudicando, assim, a implantação de um processo de desenvolvimento socialmente justo.

Aspectos Socioeconômicos do Município de Campos Lindos

Os indicadores socioeconômicos são instrumentos relevantes para o acompanhamento da realidade e orientação para a formulação de políticas públicas. Nesse contexto, analisar dados sociais e econômicos permite perceber em qual direção a política de desenvolvimento regional caminha no sentido de promover o bem-estar social de determinada região.

Indicadores Sociais

Em relação aos indicadores sociais de Campos Lindos, eles têm revelado situações complexas enfrentadas pela sociedade deste município, principalmente quando se trata de melhoria na qualidade de vida da população e dos indicadores sociais como um todo. Essa situação pode ser percebida quando se analisa o índice do Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) (Tabela 1).

TABELA 1: IDH-M do Município de Campos Lindos

Índices	2000	2010
IDH-M	0,343	0,544
IDH-M Longevidade	0,607	0,738
IDH-M Educação	0,126	0,377
IDH-M Renda	0,527	0,578

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da SEPLAN (2021)

A Tabela 1 mostra que o IDH-M de Campos Lindos no ano de 2000 foi de 0,343, resultado que classifica o IDH-M como muito baixo. Já em 2010 ele apresentou um IDH-M de 0,544, classificado com baixo. Porém, teve uma variação de 58,60% no ano de 2010 em relação a 2000, ficando na 138^o posição do *ranking* entre os 139 municípios do estado Tocantins. Em relação ao Brasil, Campos Lindos ocupou a 5.277^a posição em 2010. Isto posto, fica evidente que a expansão do agronegócio não foi capaz de melhorar os indicadores do IDH-M.

Quando são analisados os rendimentos das famílias, percebe-se a existência de uma situação preocupante em relação à pobreza (Tabela 2).

TABELA 2: Classificação da pobreza em Campos Lindos

Índices	2000	2010
⁷ Extremamente pobres (%)	43,05	31,11
⁸ Vulneráveis à pobreza (%)	80,36	74,47
⁹ Pobres (%)	62,43	51,98

Fonte: Elaborado pelo autor, dados do Atlas (2013)

A Tabela 2 comprova a realidade da pobreza em Campos Lindos no ano de 2000 como também em 2010, havendo necessidade de políticas públicas que possam impactar de forma positiva a qualidade de vida da maioria dos moradores. No entanto, quando se compara 2010 com 2000, o grupo de extrema pobreza apresentou redução de 11,94%. Já o número de vulneráveis à pobreza também mostrou diminuição de 5,89% na comparação entre 2010 e 2000. E em relação ao número de pobres entre 2010 e 2000, ele ficou reduzido em 10,45%, indicando a existência de um processo lento na redução desses indicadores, no entanto, continua sendo um município rico, porém pobre.

A Tabela 3 mostra o Índice de Gini, sendo observada a existência de uma significativa concentração de renda no período analisado. Quando se compara 2010 com 2000, percebe-se que dez anos depois este índice foi reduzido em apenas 0,03%.

7 Até 1/4 do salário mínimo

8 Até 1/2 meio salário mínimo

9 Até 1 salário mínimo

TABELA 3: Índice de Gini em Campos Lindos

Anos	Índice Gini
2000	0,70
2010	0,67

Fonte: Elaborado pelo autor, dados do Atlas (2013) – PNUD

A renda *per capita* de Campos Lindos, Tabela 4, mostra que no ano de 2000, quando comparada com o salário mínimo da época, é superior ao salário mínimo de 2000, vale ressaltar que a concentração de renda é significativa.

TABELA 4: Renda *Per Capita* de Campos Lindos

Anos	Renda <i>Per Capita</i>
2000	211,95
2010	292,64

Fonte: Elaborado pelo autor, dados do Atlas (2013) – PNUD

A Tabela 4 mostra que no ano de 2000 a renda *per capita* era superior ao salário desse mesmo período em 40,36%. No entanto, o índice de Gini dessa época era 0,70, mostrando uma alta concentração de renda. Já em 2010, a renda *per capita* perde força quando comparada com o salário mínimo de 2010, pois tal renda é 42,62% menor que o salário mínimo, comprovando que, dez anos depois, a renda *per capita* deste município reduziu-se de forma significativa frente ao salário mínimo. Tal fato chama atenção de que nesse período grandes investimentos no agronegócio estavam sendo realizados, especialmente na cultura da soja. Porém, tais investimentos não se refletiram na renda *per capita*.

Portanto, fica evidente que grandes investimentos em monocultura, no caso em questão a cultura da soja em larga escala, não produziram os benefícios que poderiam causar melhoria na qualidade de vida e no bem-estar social da sociedade, no entanto o que se percebe é um efeito contrário, ou seja, quanto mais se investia no agronegócio, especialmente na soja, mais os indicadores sociais pioravam, indicando uma realidade excludente que perdura até os dias atuais. A realidade do IDH-M, da classificação de pobres, do índice de Gini e da renda *per capita* em Campos

Lindos é perceptível na visão de Furtado (1965). Na sua teoria do desenvolvimento, o autor defende que um projeto de desenvolvimento quando implantado é necessário que sejam incluídos os aspectos econômicos como também os sociais, sendo que a prioridade foi a produção em larga escala de produtos primários para exportação, sem considerar os efeitos nocivos no aspecto social. Assim, os investimentos realizados pelo agro-negócio não foram capazes de promover um aumento do IDH-M, nem de reduzir o nível de pobreza. Mas como a prioridade foi o aumento da produtividade, esse modelo de investimento ocasionou aumento da renda *per capita*, evasão de recursos e uma concentração de renda nas mãos de poucos privilegiados.

Indicadores Econômicos

A forma de produção de soja em Campos Lindos mantém o modelo de enclave, ou seja, isolado e autossuficiente, sem nenhuma interação com as populações locais, considerando que o modelo de agronegócio desenvolvido foi baseado na expulsão das populações locais de seus territórios. A Tabela 5 mostra as áreas em hectares utilizadas para o plantio de soja e a quantidade produzida em toneladas.

TABELA 5: Produção de soja no município de Campos Lindos (2016-2020)

Ano	Área colhida em hectares	Quant. Produzida em toneladas
2016	66.100	138.636
2017	40.500	135.036
2018	67.000	135.036
2019	69.100	201.000
2020	69.100	201.936

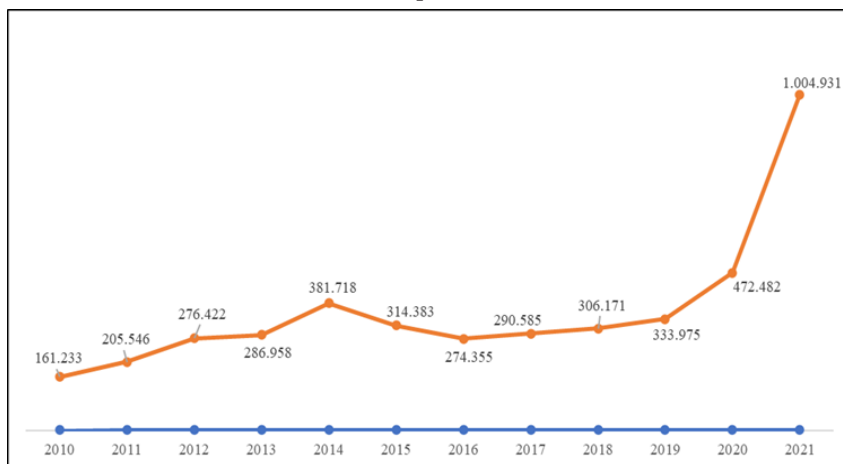
Fonte: Elaborado pelo autor, dados do SEPLAN (2021)

A Tabela 5 apresenta a área colhida em hectares e a quantidade produzida de soja em toneladas. Entre de 2016 e 2020, o crescimento da área utilizada para o plantio de soja aumentou 4,54%, e a produção de soja em

toneladas neste mesmo período cresceu 45,66%. Isso indica que as terras de Campos Lindos e todas as tecnologias empregadas nesta cultura propiciaram aumento da produtividade. Desta forma, obteve o quarto maior crescimento do PIB em 2021 (113%), conduzido pelo aumento do cultivo da soja. Embalado pelo desempenho desta atividade, Campos Lindos se destaca neste segmento produtivo. Em razão deste desempenho, que ocupava a 13ª posição em 2020, alcançou para a 7ª posição em 2021, ganhando 6 posições nos resultados do PIB (SEPLAN, 2021).

Os indicadores econômicos apresentam dados relevantes ao longo do tempo, como se percebe na evolução do PIB municipal (Gráfico 4). Vale lembrar que a cultura da soja é um dos grandes segmentos produtivos responsáveis por esse aumento no decorrer do tempo, mas o que se deve questionar é se este aumento do PIB tem se refletido em melhoria do bem-estar social das pessoas.

GRÁFICO 4: Evolução do PIB de Campos Lindos entre 2010 e 2021 (1.000 R\$)



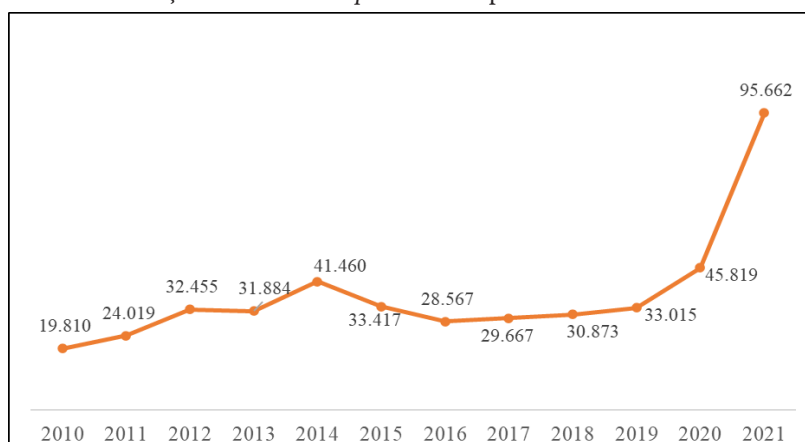
Fonte: Elaborado pelo autor, dados da SEPLAN (2021)

O Gráfico 4 mostra uma evolução significativa em um período de 11 anos. O PIB que em 2010 girava em torno de 161 milhões, no ano 2021 supera a casa de um bilhão, em razão dos grandes investimentos realizados no plantio de larga escala da soja. Tal expansão deste segmento produtivo neste município faz com que ele seja o maior produtor de soja do estado do Tocantins. No período analisado, houve um crescimento de 523% do PIB, mostrando que a soja é uma importante atividade produtiva

para a balança comercial do Estado do Tocantins, por ser a *commodity* mais exportada pelo Tocantins.

Essa evolução significativa do PIB ao longo dos anos também tem se refletido no *PIB per Capita*, Gráfico 5, sendo percebido um aumento expressivo desta variável.

GRÁFICO 5: Evolução do *PIB Per Capita* de Campos Lindos entre 2010 e 2021 (R\$)



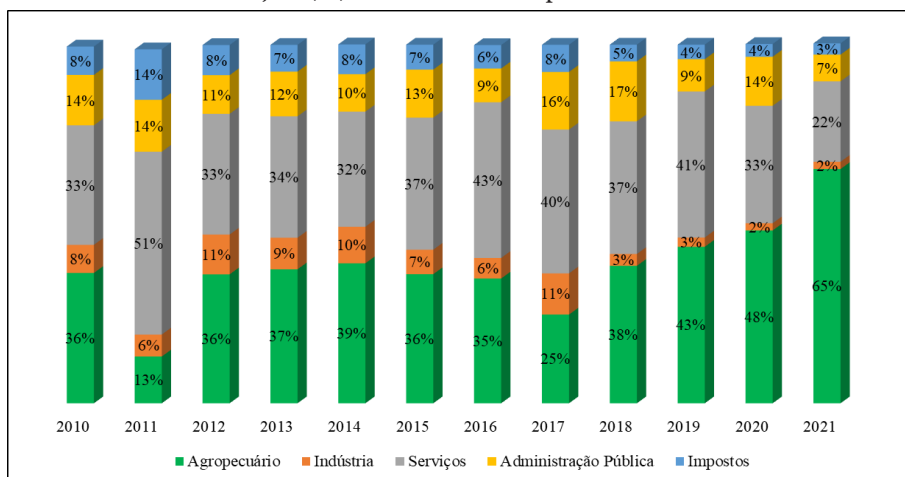
Fonte: Elaborado pelo autor, dados da SEPLAN (2021)

O Gráfico 5 mostra que o *PIB Per Capita*, nos últimos anos, especialmente a partir de 2016, vem apresentando um processo de crescimento contínuo, fato devido, em sua maioria, à cultura da soja, considerando que se trata do principal segmento produtivo deste município. Quando se analisa a evolução entre 2020/2021, tal variação representou um aumento de 109%. No entanto, analisando a evolução de 2010 a 2020, a variação foi de 383%, comprovando a importância da atividade econômica para o crescimento do PIB como também do *PIB Per Capita*. Tais resultados são perceptíveis na visão de Furtado (1974), pois o investimento na produção em larga escala na cultura de exportação consegue promover um aumento significativo no PIB como também no *PIB Per Capita*, mas tais aumentos não foram transferidos para os indicadores sociais de Campos Lindos.

Tendo em vista as atividades econômicas que compõem o PIB municipal o Gráfico 7, mostra que ao longo dos últimos anos o setor agropecuário como também o setor de serviço vem se destacando na economia, entre 2010 e 2016, este setor, apresentou percentual de 51% e

43%, respectivamente, sua maior representatividade no PIB. Porém, nos demais anos este segmento econômico superou mais de 30%. No tocante à agropecuária, os maiores percentuais do Valor Adicionado Bruto (VAB) no município ocorreram nos anos de 2019, 2020 e de 2021, que apresentaram percentuais de 43%, 48% e 65%, respectivamente, indicando que o segmento da agropecuária é o setor mais importante quando se trata de produzir crescimento econômico.

GRÁFICO 7: Evolução (%) do VAB de Campos Lindos entre 2010 e 2021



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da SEPLAN (2021)

Os demais setores, incluindo administração pública, indústria e impostos, são segmentos que nos últimos têm perdido força na formação do PIB municipal. Situação notada principalmente no ano de 2021, quando a administração pública, a indústria e os impostos foram responsáveis por 7%, 2% e 3%, respectivamente. Assim, fica claro que a soma dos segmentos produtivos dos serviços e da agropecuária em 2021 representou 87% no PIB. Quando são analisados os indicadores econômicos, percebe-se que, ao longo do tempo, eles têm apresentado resultados significativos. E o segmento produtivo responsável por essa expansão é a agropecuária, principalmente a cultura da soja, fato que fica evidente na evolução do PIB, do PIB *Per Capita* e do VAB. No entanto, o que não se percebe são os impactos positivos dessa evolução nesta sociedade, dado que este município apresenta um IDH-M baixo e um grande número de pessoas que vivem em extrema pobreza.

Dessa forma, os grandes desafios para os atores sociais, políticos, econômicos e institucionais é reverter o estado de pobreza que afeta sua população em melhorias e acesso aos bens territoriais de forma plena e digna.

Considerações finais

A investigação da utopia do desenvolvimento do rico município pobre desenvolvido em Campos Lindos buscou fazer uma análise crítico-reflexiva em relação à implantação dos grandes investimentos agropecuários, principalmente da cultura da soja, como meio de promover o desenvolvimento regional. Os resultados alcançados apontam que este modelo de cultivo em larga escala promoveu diversos efeitos, porém esta investigação se limitou aos impactos na socioeconomia.

Uma das primeiras consequências sociais com a chegada dos sojicultores foram as mudanças permanentes, repentinas e profundas no sistema de produção local. Assim, os primeiros efeitos deste novo modelo produtivo ocorreram no início da década de 1990, ou seja, os conflitos pela posse das terras, quando os agricultores familiares tomaram ciência de que seriam excluídos do grande projeto. O agravante dessa situação é a participação do Estado do Tocantins, que defende tal situação amparado no discurso de que o desenvolvimento propagado pelo agronegócio promoveria prosperidade e crescimento econômico e criaria melhores condições sociais.

No entanto, o que se percebe é um efeito contrário, tendo em vista que, com a chegada do capital do agronegócio, foi possível perceber que as condições econômicas e sociais da população não foram proporcionais ao crescimento deste setor.

Neste cenário, boa parte dos pequenos agricultores foram expulsos do campo para os centros urbanos, com significativa perda de qualidade de vida social e econômica. Esta situação é percebida na essência do pensamento de Celso Furtado, considerando que esse autor argumenta que a ideia do *Mito do Desenvolvimento Econômico* com base no modelo de expansão da agropecuária destrói e degrada em larga escala o meio ambiente, além de criar a ilusão de que, crescendo a economia, ocorre desenvolvimento. Vale lembrar que os indicadores sociais revelam uma situação

complexa, havendo um percentual de pessoas que se encontram no grupo de extrema pobreza e ou no grupo de vulneráveis à pobreza. Além disso, há significativa concentração de renda e IDH baixo. Essa combinação de fatores tem ocasionado o seguinte questionamento: como pode um município que se situa entre as dez economias do Tocantins ser o penúltimo entre os municípios com os piores indicadores sociais deste estado?

Já os resultados econômicos alcançados pelo agronegócio, especialmente, pela soja, são expressivos. No período de 2010 a 2021, houve um crescimento de 523% do PIB, mostrando ser a cultura da soja uma importante atividade produtiva para a balança comercial do município, como também para estado do Tocantins, dado que a soja é a *commodity* mais exportada pelo Tocantins. Em relação ao VAB, a agropecuária apresentou os maiores percentuais nos anos de 2019, 2020 e 2021, mostrando uma representatividade de 43%, 48% e 65%, respectivamente, no PIB deste município. Já entre 2010 e 2021, na média, essa variação gira em torno de 38%. Assim, este segmento é o setor mais importante quando se trata de produzir crescimento econômico.

Portanto, é importante ressaltar que o progresso e o desenvolvimento implantados pelo modelo de investimento do agronegócio se mostraram falaciosos, posto que essa atividade produtiva ainda não trouxe um desenvolvimento humano equilibrado. Assim sendo, esse processo é contraditório tanto no tempo quanto no espaço, considerando que socialmente reproduz uma sociedade com desigualdade de classes e economicamente permite que algumas pessoas obtenham significativas riquezas gerando uma concentração de renda. Desse modo, a reprodução da atividade econômica do agronegócio de fronteira passa necessariamente por um processo de modernização, mas reproduz antigas práticas de exploração, como o trabalho escravo, a expropriação de terras e a exclusão de pequenos agricultores. No município de Campos Lindos, isso não foi diferente. Desta forma, o fenômeno dos ricos municípios pobres revela a complexidade das dinâmicas econômicas e políticas que moldam o desenvolvimento local. Para transformar a riqueza natural em bem-estar e inclusão social, é necessário um compromisso conjunto entre governo, setor privado e sociedade civil. Assim, com políticas públicas inclusivas e investimentos sustentáveis será possível superar esse paradoxo e garantir um futuro próspero para todos os habitantes desse município.

Referências

ARAÚJO, Wilson Alves de; TEMOTEO, Joelma Abrantes Guedes; ANDRADE, Maristela Oliveira de; TREVISAN, Salvador Dal Pozzo. Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, n. 4, p. 05-18, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/pt>. Acesso em: 10 mai. 2024.

ATLAS BRASIL. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. 1991, 2000 e 2010. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/pla-nilha>. Acesso em: 17 mai. 2024.

BITTENCOURT, Mário. MPF apura favorecimento a políticos em projeto de produção de soja no TO. **UOL Notícias**, 12 fev. 2014. Disponível em: <http://goo.gl/EhIwNp>. Acesso em: 20 mai. 2024.

CIFUENTES, Joaquín E. Manchola. **Agronegócio e acumulação por espoliação: o enclave da soja em Campos Lindos–Tocantins. 2013. 283 f.** 2013. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Sociologia) Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UNB, Brasília. <http://www.realp.unb.br/>. Acesso em: 24 mai. 2024

FEITOSA, Cid, Olivera. Panorama das atividades agropecuárias de exportação do Tocantins: soja e carne. **Geosul**, v. 34, n. 71, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/> . Acesso em 08 abr. 2024.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**, 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965, p. 268.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974, p. 113.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Amazônia Legal em dado**, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?edicao=34299>. Acesso em: 14 abr. 2024.

MARQUES DE OLIVEIRA, Nilton. Transição do Norte de Goiás ao território do Estado do Tocantins. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 7, n. 12, p. 53-82, 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/4890>. Acesso em 15 dez 2023.

MARQUES DE OLIVEIRA, Nilton; PIFFER, Moacir. Conjuntura do desenvolvimento regional dos municípios do Estado do Tocantins. **Drd – Desenvolvimento regional em Debate**, Canoinhas, v. 6, n. 3, p. 32-61, 2016. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2583>, Acesso em: 10 fev. 2023.

MDIC - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. **Balança Comercial Preliminar 2024**. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg_principal_bc/principais_resultados.html. Acesso em: 03 mai. 2024

SILVA, Adrian. **REPÓRTER BRASIL**: Plano de Manejo da Área de Reserva Legal em Condomínio da Associação dos Plantadores do Alto Tocantins (Planalto) - Município De Campos Lindos – Tocantins, 2018. p. 130. disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/>. Acesso em: 04 mai. 2024.

SILVA, Cínthia Santos; ALVES, Lucir Reinaldo. Agropecuária e Desenvolvimento Municipal no Estado do Tocantins. In: Anais do 59º Congresso da SOBER. **Anais...Brasília (DF)**, UnB, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/soberebpc2021/341589-AGROPECUARIA-E-DESENVOLVIMENTO-MUNICIPAL-NO-ESTADO-DO-TOCANTINS>. Acesso em: 20/05/2024.

SANTOS, Roberto de Souza **(Des)envolvimento Regional, Fronteira e o Espaço do Agronegócio no Tocantins**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 15 n. 35, p. 32-61, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5708/570864390002/html>. Acesso em: 05 mai. 2024.

SEPLAN - Secretaria do Planejamento e Orçamento - Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. **Perfil Socioeconômico dos Municípios -Palmas – TO**, 2021. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seplan/perfil-socioeconomico-municipal/>. Acesso em: 19 mai. 2024.

SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da dependência**: Balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ECONOMIA BRASILEIRA NOS 50 ANOS DE *O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO*

Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior¹

Considerações Iniciais

O presente artigo propõe uma análise abrangente da obra de Celso Monteiro Furtado (1920-2004) intitulada “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*”, publicada em 1974. Trata-se de um livro seminal escrito pelo economista brasileiro mais influente de todos os tempos, que desafia e critica as teorias convencionais de desenvolvimento econômico que dominavam o pensamento econômico da época.

O livro “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*”, na edição de bolso pela Editora Paz e Terra, é composto por cinco capítulos distintos: Capítulo 1 – A profecia do colapso; Capítulo 2 – A evolução estrutural do sistema capitalista; Capítulo 3 – As grandes empresas nas novas relações centro-periferia; Capítulo 4 – Opções dos países periféricos; e Capítulo 5 – *O Mito do Desenvolvimento Econômico*.

1 Economista formado pela UFPB, especialista em Gestão de RH na UNINTER, professor de Economia no UNIESP, conselheiro efetivo do CORECON-PB e sócio do Fórum Celso Furtado. E-mail: paulogalvaopr@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5294756311248526>.

Cada capítulo aborda diferentes temas. Esse artigo tem como objetivo principal revisar conceitos divergentes de desenvolvimento econômico, desde as previsões de colapso planetário até a análise das relações econômicas entre países centrais e periféricos, idealizada pelo economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986).

Segundo Prebisch, os países centrais são caracterizados por uma economia industrializada, tecnologicamente avançada e com alta produtividade. Geralmente, dominam o comércio mundial e têm maior controle sobre os fluxos financeiros globais. Exemplos de países centrais incluem os Estados Unidos da América (EUA), Japão, Reino Unido (RU), França, Itália, Canadá, entre outros países cêntricos.

Por outro lado, os países periféricos são geralmente caracterizados por economias agrícolas, dependentes da exportação de *commodities* e produtos primários. Enfrentam dificuldades em competir no mercado global devido à falta de tecnologia avançada, infraestrutura subdesenvolvida e baixa produtividade.

Além disso, os países periféricos tendem a sofrer com a volatilidade dos preços das *commodities*, o que pode afetar drasticamente suas economias. Exemplos de países periféricos incluem o Brasil, Argentina, México, Índia, Turquia, Indonésia, Egito, Nigéria, Marrocos, entre outros países da América Latina, Ásia e África.

Esse artigo destaca as relevantes contribuições de Celso Furtado para entender o relatório *The Limits to Growth* (em português, Os Limites do Crescimento) elaborado pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) nos EUA, sob a liderança de Dennis Meadows e encomendado e apresentado pelo Clube de Roma em 1972.

Cinco décadas após “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, é possível retratar a estagnação econômica na economia brasileira na atualidade e abordar questões cruciais relacionadas ao legado de Celso Furtado, que não concordava com uma sociedade de consumo excessivo, nem tão pouco com a crescente desigualdade econômica no Brasil.

Fundamentação Teórica

Contexto Histórico e Teórico

A obra foi escrita em um período marcado pela disseminação das teorias de desenvolvimento econômico lideradas pelo pensamento anglo-saxão, particularmente as teorias neoclássicas, que enfatizam o papel do crescimento econômico como um objetivo fundamental para alcançar o desenvolvimento econômico. Elas argumentam que o crescimento da produção e da renda é essencial para reduzir a pobreza.

Segundo as teorias neoclássicas, a acumulação de capital é um motor importante do crescimento econômico, incluindo investimentos em infraestrutura, capital físico e capital humano.

As teorias neoclássicas defendem a importância de um mercado livre e competitivo na alocação eficiente de recursos. Elas argumentam que a competição entre empresas leva à inovação, eficiência produtiva e melhorias no padrão de vida.

Além disso, as teorias neoclássicas destacam os benefícios do comércio internacional para o desenvolvimento econômico. Argumentam que o comércio permite que os países se especializem na produção de bens e serviços em que têm vantagens comparativas, aumentando assim o crescimento econômico.

Também enfatizam a importância da estabilidade macroeconômica, como a baixa inflação, equilíbrio fiscal e políticas monetárias prudentes, para sustentar o crescimento econômico a longo prazo. Celso Furtado contesta essas teorias neoclássicas, especialmente em relação à sua aplicabilidade aos países em desenvolvimento como o Brasil:

A literatura sobre desenvolvimento econômico do último quarto do século nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: pelo menos 90% do que aí encontramos se funda na ideia, que se dá por evidente, segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideram a revolução industrial, pode ser universalizado (Furtado, 1998, p. 8).

Ele aponta a influência dos mitos nas ciências sociais, destacando pensadores como Rousseau, Marx, Malthus, Walras, Schumpeter, Quesnay, Leontieff, Weber, Georgescu-Roegen, Rostow e Ricardo.

No presente momento, ressalta-se especialmente o economista romeno Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994) e sua obra seminal *The Entropy Law and the Economic Process* (em português, *A Lei da Entropia e o Processo Econômico*), de 1971, sendo ele um dos precursores da integração entre ecologia e economia:

O que é importante ressaltar da obra de Georgescu é a introdução da ideia de irreversibilidade e de limites na teoria econômica, que decorre da segunda lei da termodinâmica (lei da entropia) em contrapartida à primeira lei da termodinâmica (sobre a transformação da matéria), na qual essa ideia não faz sentido e sobre a qual baseia implicitamente a teoria econômica convencional (May et al., 2003, p. 9).

Embora Georgescu-Roegen não tenha especificamente abordado as mudanças climáticas em sua obra, seus relevantes *insights* têm implicações importantes para compreender esse fenômeno em plena Quarta Revolução Industrial.

A segunda lei da termodinâmica, frequentemente resumida como a lei da entropia, postula que em sistemas fechados, a entropia, uma medida de desordem ou aleatoriedade, tende a aumentar com o tempo. Em termos práticos, isso significa que a energia disponível para fazer trabalho útil está gradualmente se esgotando, pois parte dela se dispersa na forma de calor.

Georgescu-Roegen aplicou essa ideia à economia, argumentando que o uso contínuo de recursos naturais não-renováveis e a produção de resíduos aumentam a entropia do sistema econômico, tornando-o menos eficiente e mais destrutivo ao longo do tempo.

Apesar de Georgescu-Roegen não tenha se concentrado particularmente na mudança do clima em seu livro, sua análise fornece uma base teórica para entender os impactos econômicos e ambientais das atividades humanas. A queima de combustíveis fósseis (petróleo, carvão mineral e gás natural) contribui para o aumento das emissões de gases de

efeito estufa (GEE), que por sua vez causam o aquecimento global e a mudança do clima.

As mudanças climáticas têm uma série de consequências, como o aumento das temperaturas globais, o derretimento das calotas polares, as mudanças nos padrões de precipitação pluviométrica e os eventos climáticos extremos.

A abordagem de Georgescu-Roegen para a economia ecológica enfatiza a necessidade de uma mudança fundamental na maneira como concebemos e operamos na economia capitalista. Em vez de um crescimento econômico baseado na exploração contínua de recursos naturais não-renováveis, ele defende um modelo econômico mais sustentável, que leve em consideração os limites ambientais.

Assim, ainda que Georgescu-Roegen não tenha tratado diretamente das mudanças climáticas na sua relevante obra, suas contribuições para a compreensão da relação entre economia e meio ambiente são fundamentais para abordarmos os desafios enfrentados pela mudança do clima.

As mudanças climáticas são um dos maiores desafios que a humanidade enfrenta atualmente e são amplamente causadas pela atividade humana, especialmente pela emissão de seis GEE, como dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hidrofluorcarbonos (HFCs), perfluorcarbonos (PFCs) e hexaflureto de enxofre (SF₆), resultantes da queima de petróleo, carvão mineral e gás natural, desmatamento e atividades industriais, além de uso de sprays, aerossóis, geladeiras, freezers, bebedouros e ar-condicionados.

Desta forma, a mudança do clima merece uma leitura cuidadosa. Essas mudanças climáticas têm impactos significativos em diversos aspectos da vida humana, como o meio ambiente, a economia, a saúde pública e a segurança alimentar. E os impactos ambientais, sociais e econômicos, incluem o aumento do nível do mar, tempestades mais intensas, ondas de calor, migração forçada de populações vulneráveis e aumento de conflitos por recursos naturais escassos como a água, o recurso natural mais valioso do planeta.

No planeta Terra, dos atuais 8,0 bilhões de habitantes (hab.), são 2,2 bilhões de pessoas não têm acesso à água potável, e esse número tende a aumentar para 2,4 bilhões em 2050, segundo as projeções da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

(UNESCO). A maioria dos 2,2 bilhões de hab., 80% vivem em áreas rurais (UNESCO, 2024) e estão sofrendo com as secas prolongadas.

As secas prolongadas podem causar uma série de impactos adversos, tanto para o meio ambiente quanto para a sociedade. Os principais efeitos das secas prolongadas são a escassez de água, a perda de colheitas e os incêndios florestais.

Reflexões Críticas ao Modelo Dominante

O economista paraibano Celso Furtado argumenta que os modelos de desenvolvimento econômico propostos pelos economistas neoclássicos não são adequados para países em desenvolvimento. Ele destaca que essas teorias ignoram as especificidades históricas, sociais e políticas desses países periféricos, bem como as desigualdades econômicas.

Cinquenta anos depois, a ideia de desenvolvimento econômico universalizado continua sendo um mito, uma vez que as economias periféricas (ou seja, as economias emergentes) não serão desenvolvidas da mesma forma que as economias centrais (ou seja, as economias avançadas).

O Professor Celso Furtado, da Universidade de Sorbonne, faz reflexões críticas sobre as consequências do modelo atual de desenvolvimento econômico e sua relação com a destruição do planeta Terra: “(...) não há dúvida alguma de toda a nossa civilização é predatória, que ela vive de destruir o planeta. Se deixarmos que continuem o atual processo civilizatório, o planeta se destrói” (Furtado, 1998, p. 57).

O ex-ministro do Planejamento e da Cultura, Celso Furtado sugere a necessidade de repensar e reformular os modelos de desenvolvimento econômico, debatendo o aproveitamento de recursos naturais, com seus impactos ambientais, sociais e econômicos, para garantir a sustentabilidade e a preservação do planeta para as gerações atuais e futuras.

Dependência e Subdesenvolvimento

Uma das ideias centrais do livro é a noção de que os países em desenvolvimento estão enraizados em uma estrutura de dependência econômica em relação aos países desenvolvidos. Furtado argumenta que essa dependência cria um ciclo vicioso de subdesenvolvimento, onde os

países periféricos permanecem estagnados em um estado de desigualdade estrutural.

Essa ideia baseia-se na análise das relações econômicas globais, onde os países em desenvolvimento são integrados na economia mundial de uma forma que os torna dependentes dos países desenvolvidos. Existem várias formas de dominação econômica, como o controle sobre os mercados de *commodities*, a imposição de políticas comerciais desfavoráveis, a dívida externa e a transferência de tecnologia obsoleta.

Como resultado dessa dependência, os países em desenvolvimento (ou seja, os países periféricos) se encontram em uma posição de desvantagem estrutural. Eles enfrentam dificuldades de competir em igualdade de condições com os países desenvolvidos (ou seja, os países centrais), o que leva ao crescimento limitado e à persistência das disparidades de renda.

O economista latino-americano Celso Furtado argumenta que essa dependência econômica cria um ciclo vicioso de subdesenvolvimento. Para Furtado, o subdesenvolvimento é um fenômeno histórico singular, onde os países periféricos têm dificuldade em romper com as estruturas que os mantêm em um estado de dependência econômica.

Isso pode resultar em uma perpetuação do subdesenvolvimento ao longo do tempo, a menos que sejam implementadas políticas e estratégias para promover um desenvolvimento mais robusto, equitativo e sustentável.

Para o economista sul-americano Celso Furtado, superar essa dependência econômica requer uma abordagem que leve em consideração as especificidades históricas, sociais e políticas de cada país, além de promover políticas econômicas que promovam a autonomia e a diversificação das economias em desenvolvimento.

Desenvolvimento como Processo Histórico

Ao contrário das visões simplistas de desenvolvimento como crescimento econômico linear, Furtado enfatiza que o desenvolvimento é um processo histórico complexo. Ele destaca a importância de considerar o contexto histórico e as condições específicas de cada país ao formular políticas de desenvolvimento econômico.

Uma das principais ênfases de Furtado é a importância de considerar o contexto histórico. Ele reconhece que não existe uma abordagem única ou universal para o desenvolvimento econômico, pois cada país possui sua própria história, cultura, recursos naturais, estrutura socioeconômica e desafios únicos.

Ao destacar a importância do contexto histórico, Furtado enfatiza que as políticas de desenvolvimento econômico devem levar em conta as experiências passadas de um país, suas instituições, padrões de produção e relações sociais. Implica que não se pode simplesmente aplicar modelos de desenvolvimento que foram bem-sucedidos em países centrais, na época com 800 milhões de hab. e um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 1,5 trilhão, sem considerar as especificidades locais dos países periféricos, na época com 1,7 bilhão de hab. e um PIB de US\$ 855 milhões.

Um bom exemplo de país central é o Canadá, com baixo índice de poluição ambiental e iniciativas voluntárias de desenvolvimento sustentável. “A poderosa organização não-governamental Greenpeace foi uma das pioneiras. Fundada em 1971, no Canadá, a entidade notabilizou-se por organizar duras campanhas contra as multinacionais responsáveis por danos ambientais” (May et al., 2003, p. 180).

O Greenpeace é uma organização ambiental não governamental presente em mais de 55 países, inclusive no Brasil, e com milhões de apoiadores financeiros em todo o mundo. Fundada em 1971 em Vancouver, na província canadense de *British Columbia* (BC), o Greenpeace é conhecido mundialmente por suas campanhas e ativismo focados em questões como mudanças climáticas, desmatamento na Amazônia, proteção da biodiversidade, poluição dos oceanos e proliferação nuclear.

Além disso, Furtado argumenta que o desenvolvimento econômico não deve ser visto apenas em termos de crescimento do PIB, mas também em relação a outras dimensões, como distribuição de renda, acesso a serviços básicos, qualidade de vida, preservação ambiental e participação democrática.

Alternativas ao Modelo Dominante

Furtado propõe alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento econômico, destacando a necessidade de políticas econômicas que promovam a autonomia e a diversificação das economias dos países em desenvolvimento. Ele defende a industrialização como um meio de alcançar o desenvolvimento sustentável, um termo ainda não usado por ele nem pelos economistas da sua época.

Segundo o economista nordestino Celso Furtado (1998, p. 88):

(...) o custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana.

Para Furtado, a industrialização desempenha um papel fundamental na transformação econômica e social dos países periféricos (na época chamados de Terceiro Mundo). Ele argumenta que o desenvolvimento industrial permite uma maior diversificação da economia, reduzindo assim a dependência de um pequeno número de produtos primários. Torna a economia mais resiliente a choques externos oriundos dos países cêntricos (na época denominados de Primeiro Mundo) e proporciona uma base mais sólida para o crescimento econômico.

De acordo com Furtado (1998, p. 84):

O fundo do problema é simples: o nível de renda da população dos países cêntricos é, em média, cerca de dez vezes mais elevado do que o da população dos países periféricos. Portanto, a minoria que nestes países reproduz as formas de vida dos países cêntricos deve dispor de uma renda cerca de dez vezes maior do que a renda per capita do próprio país. Mais precisamente: a parcela máxima da população do país periférico em questão que pode ter acesso às formas de vida dos países cêntricos é de 10%.

Além disso, Furtado enfatiza que a industrialização pode ajudar a promover o desenvolvimento de capacidades tecnológicas e inovação, criando assim um ambiente mais propício para o crescimento econômico. Ele vê a industrialização não apenas como um meio de gerar riqueza, mas também para a criação de empregos.

No entanto, Furtado não defende uma abordagem de industrialização cega. Ele reconhece a importância de políticas que garantam que a industrialização seja realizada de forma sustentável e inclusiva, levando em consideração os impactos sociais e ambientais. Ele destaca a necessidade de políticas que promovam a equidade na distribuição dos benefícios do crescimento industrial e protejam o meio ambiente contra danos irreversíveis.

Assim, ao propor a industrialização como um meio de alcançar o desenvolvimento, Furtado está articulando uma visão abrangente do desenvolvimento econômico que busca destacar a impossibilidade de garantir que o desenvolvimento do país central seja o mesmo do país periférico.

Conforme o autor Celso Furtado (1998, p. 88-89):

(...) a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formar o atual centro do sistema capitalista.

Portanto, ao adotar uma perspectiva mais ampla e contextualizada do desenvolvimento econômico, podemos trabalhar em direção a um futuro mais próspero, justo e sustentável para todas as pessoas no Brasil.

Por que ignorar na medição do PIB o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não-renováveis?

Reflexões Críticas sobre o PIB

Dois anos depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada entre os dias 5 a 16 de junho de 1972, em Estocolmo, a capital da Suécia, Celso Furtado lançou a obra “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*”.

O lema da Conferência de Estocolmo, “Uma Só Terra”, foi responsável pela busca do desenvolvimento sustentável globalmente. “As raízes da expressão estão associadas ao Ecodesenvolvimento, cunhado em 1972 por Maurice Strong, então secretário-geral da I Conferência, em Estocolmo” (Magalhães Júnior, 2010, p. 77). E o canadense Maurice Strong (1929-2015) dedicou sua vida a proteção ao meio ambiente e a disseminar as práticas sustentáveis ao redor do mundo.

Esta seção aborda de forma clara e abrangente a importância de considerar os custos ambientais na medição do PIB. Ignorar o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não-renováveis na medição do PIB tem sido objeto de críticas por várias razões importantes.

O Brasil é um país repleto de riquezas naturais, abrigando cinco biomas distintos (Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e Pantanal). O país optou pelo transporte rodoviário na logística de bens de consumo duráveis e não duráveis entre suas cinco regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Esses biomas abrigam uma vasta variedade de flora, fauna e recursos naturais essenciais para o equilíbrio ambiental e o sustento das populações locais.

A opção pelo transporte rodoviário na logística de bens de consumo foi imposta por multinacionais dos setores automobilístico e petrolífero. Embora o Brasil dependa fortemente desse modal para o transporte de mercadorias entre suas diferentes regiões, isso se deve principalmente à sua vasta extensão territorial.

Com mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, o Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial e o maior país da

América Latina. O transporte rodoviário é considerado o meio mais flexível e acessível para conectar áreas remotas do país, dada a sua dimensão continental.

O Brasil possui uma extensa malha rodoviária em comparação com outros modais de transporte, como ferrovias e hidrovias. Embora tenha havido investimentos em infraestrutura de transporte nos últimos anos, muitas regiões ainda dependem principalmente das rodovias para o transporte de mercadorias.

O transporte rodoviário oferece maior flexibilidade e rapidez na entrega de mercadorias, especialmente em distâncias curtas e médias. Sendo importante para transportar produtos perecíveis e de alto valor agregado.

No entanto, essa dependência do transporte rodoviário também apresenta desafios, como congestionamentos, custos elevados de manutenção de rodovias, importação de petróleo e seus derivados, além de impactos ambientais, como emissões de poluentes e desmatamento.

Existe um crescente reconhecimento da necessidade de diversificar os modais de transporte no Brasil, investindo em ferrovias e hidrovias, a fim de reduzir custos, aumentar a eficiência logística e mitigar os impactos negativos sobre o meio ambiente.

Omissões do Impacto Ambiental

Tradicionalmente, o PIB não leva em consideração os custos ambientais associados à exploração e degradação dos recursos naturais não-renováveis. Isso significa que a atividade econômica pode parecer mais positiva do que realmente é, já que não reflete o esgotamento desses recursos e os danos ambientais associados.

Essa omissão dos custos ambientais pode distorcer a avaliação da atividade econômica. Por exemplo, uma economia que está crescendo devido à extração intensiva de recursos naturais pode registrar um aumento no PIB, mas esse crescimento pode estar associado ao esgotamento de recursos finitos e à degradação ambiental, sem levar em conta os custos futuros dessas ações.

Além disso, a não inclusão dos custos ambientais no cálculo do PIB pode levar a decisões econômicas inadequadas, pois não reflete os

verdadeiros custos de produção e consumo, resultando em uma alocação ineficiente de recursos e políticas econômicas que não consideram a sustentabilidade ambiental.

Portanto, muitos economistas argumentam que é necessário desenvolver medidas alternativas ao PIB que levem em conta os impactos ambientais da atividade econômica, como o Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) ou o Produto Interno Verde (PIV). Essas medidas procuram integrar considerações ambientais e sociais na avaliação do progresso econômico e bem-estar humano, oferecendo uma visão mais abrangente e equilibrada do desenvolvimento.

O IDS visa avaliar o progresso de um país em direção à sustentabilidade, levando em consideração uma variedade de indicadores econômicos, sociais e ambientais para fornecer uma visão mais abrangente do desenvolvimento de uma nação. Esses indicadores podem incluir dados sobre qualidade de vida, acesso à educação e saúde, emissões de GEE, entre outros. O IDS é usado para monitorar e comparar o desempenho dos países em termos de sustentabilidade.

O PIV tenta ajustar o PIB tradicional considerando os impactos ambientais da atividade econômica. Em vez de simplesmente medir o valor monetário de todos os bens e serviços produzidos em um país, o PIV considera os custos ambientais associados a essa produção, como a poluição do ar e da água e a degradação do solo. O PIV é uma tentativa de fornecer uma visão mais holística do desempenho econômico de um país, levando em conta a sustentabilidade ambiental.

Desconsiderações do Esgotamento de Recursos não-renováveis

Ao não incluir os custos ambientais, o PIB não leva em conta o fato de que a extração e o uso intensivo de recursos não-renováveis podem levar ao seu esgotamento, resultando em sérias consequências econômicas no longo prazo, como as interrupções na cadeia de suprimentos e o aumento dos preços dos produtos.

A extração intensiva de recursos não-renováveis, como minerais e combustíveis fósseis, sem considerar sua capacidade de regeneração, pode levar ao esgotamento desses recursos, provocando em escassez no fornecimento desses recursos no futuro, afetando negativamente setores

dependentes, como a indústria petroquímica e o transporte de cargas e de passageiros.

A escassez de recursos não-renováveis pode levar a um aumento nos preços desses produtos, já que a demanda continua a crescer, enquanto a oferta diminui. Resulta em redução do poder de compra dos consumidores, provocando a estagnação, a recessão ou a depressão econômica.

Além do esgotamento de recursos, a extração e o uso intensivo de recursos não-renováveis estão associados a impactos ambientais adversos, como poluição do ar e da água e mudanças climáticas. Esses impactos podem ter custos adicionais para a sociedade, como altos custos de saúde pública e elevados custos de mitigação.

Portanto, é crucial considerar os custos ambientais associados à extração e uso de recursos não-renováveis ao avaliar o impacto econômico da atividade econômica, ajudando a promover uma gestão mais sustentável dos recursos naturais e garantir a resiliência da economia a longo prazo para promover a recuperação ou a prosperidade econômica.

Externalidades Negativas não Consideradas

A destruição dos recursos naturais acarreta impactos negativos para a sociedade capitalista, incluindo a poluição do ar e da água e mudanças climáticas. No entanto, esses impactos não são considerados no cálculo do PIB, apesar de representarem custos reais para a sociedade em termos de qualidade de vida.

Segundo Celso Furtado (1998, p. 11):

(...) a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso.

As atividades de extração de recursos naturais, bem como as operações industriais e de transporte frequentemente resultam na emissão de poluentes que contaminam o ar e a água, contribuindo para problemas de

saúde, e prejudicando a qualidade dos recursos hídricos disponíveis para consumo humano.

Além disso, a queima de combustíveis fósseis, o desmatamento e outras atividades industriais que emitem GEE contribuem para o aquecimento global e as mudanças climáticas. Esses fenômenos climáticos extremos, como secas, tempestades, ciclones e inundações, têm impactos diretos na segurança alimentar.

Essas externalidades negativas representam custos reais para a sociedade em termos de qualidade de vida, mas não são capturados no PIB, que se concentra na atividade econômica medida pelo valor monetário dos bens e serviços produzidos pelos três setores da economia.

Sustentabilidade a Longo Prazo

Ao não levar em conta os custos ambientais, o PIB não fornece uma visão abrangente da sustentabilidade econômica. Uma economia que está crescendo apenas à custa da degradação ambiental pode enfrentar consequências sérias no futuro, como a escassez de recursos e os danos irreversíveis ao meio ambiente.

Isso pode afetar negativamente setores dependentes desses recursos, como a indústria, a agropecuária e a produção de energia, resultando em interrupções na cadeia de suprimentos e aumento dos custos de produção.

O crescimento econômico não sustentável está associado à degradação do meio ambiente, como a poluição do ar e da água, o desmatamento e a erosão do solo. Essa degradação pode comprometer a capacidade dos ecossistemas de fornecer serviços vitais, como purificação do ar e da água e regulação do clima.

A degradação ambiental pode ter sérios impactos na saúde humana, como doenças respiratórias, problemas de saúde mental, doenças transmitidas por insetos tendo a água como meio de procriação (malária, febre amarela, dengue, chikungunya, zika e filariose) e contaminação de alimentos. Resulta em custos adicionais para o sistema de saúde e reduz a qualidade de vida das pessoas.

O crescimento econômico baseado na queima de combustíveis fósseis contribui para as mudanças climáticas, que por sua vez têm uma

série de impactos negativos. Portanto, é essencial que as políticas econômicas levem em consideração os custos ambientais e busquem promover um desenvolvimento sustentável.

É fundamental equilibrar o crescimento econômico com a proteção do meio ambiente e o bem-estar humano a longo prazo. Requer uma abordagem integrada que reconheça a interdependência entre a economia, o meio ambiente e a sociedade, e que promova práticas econômicas que respeitem os limites do planeta Terra.

O desenvolvimento sustentável busca promover práticas econômicas que respeitem os limites do planeta Terra, levando em consideração fatores como a capacidade de regeneração dos recursos naturais, a mitigação das mudanças climáticas, a proteção da biodiversidade e a promoção da justiça social.

Para alcançar esse equilíbrio, são necessárias políticas e estratégias que incentivem a eficiência no uso de recursos naturais, a adoção de energias renováveis (energia solar, energia eólica e energia da biomassa), a redução da poluição, o investimento em tecnologias limpas e sustentáveis, a promoção do consumo consciente e a proteção dos direitos humanos e das comunidades vulneráveis.

Além disso, é importante que haja uma participação ativa do setor privado e dos governos na promoção de práticas sustentáveis e na implementação de políticas que garantam uma qualidade de vida para as gerações atuais e futuras.

Necessidade de Métricas Alternativas

Para abordar essas lacunas, têm sido propostas diversas métricas alternativas, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado em 1990, que tenta integrar dados econômicos, sociais e educacionais na avaliação do bem-estar humano.

Ignorar o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não-renováveis na medição do PIB pode levar a uma visão distorcida do verdadeiro impacto da atividade econômica sobre o meio ambiente e a sociedade. Essa é uma das razões pelas quais muitos defensores propõem uma revisão do conceito de crescimento econômico para incluir considerações mais amplas de bem-estar social.

O IDH é um índice que incorpora três dimensões principais do desenvolvimento humano: (i) Saúde: Representada pela expectativa de vida ao nascer; (ii) Educação: Representada pela média de anos de escolaridade e pela expectativa de anos de escolaridade, respectivamente; e (iii) Padrão de Vida: Representado pela renda nacional bruta (RNB) per capita ajustada em dólares internacionais (\$) pela paridade do poder de compra (PPC).

Os parâmetros mínimo e máximo de cada indicador no mundo na atualidade são: De 1,3 e 14,3 anos na média de anos de escolaridade; De 5,6 e 20,0 anos na expectativa de anos de escolaridade; De 53,0 e 84,8 anos na esperança de vida ao nascer; e de 691 e \$ 146.673 PPC na RNB per capita (PNUD, 2024, p. 274-277). Esses quatro indicadores refletem o aspecto econômico, mas também aspectos sociais e educacionais, que são igualmente importantes para a qualidade de vida.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil é classificado como um país de IDH alto, com IDH de 0,760 em 2022 e ocupa a 89º lugar entre 193 países, devido aos seguintes indicadores: (i) média de anos de escolaridade (8,3 anos); (ii) expectativa de anos de escolaridade (15,6 anos); (iii) esperança de vida ao nascer (73,4 anos); e (iv) RNB per capita com \$ 14.616 PPC (PNUD, 2024, p. 275).

Ao integrar essas dimensões, o IDH oferece uma visão mais abrangente do desenvolvimento humano do que o PIB nominal, o PIB PPC ou o PIB per capita, permitindo uma avaliação mais precisa do bem-estar das populações e das disparidades socioeconômicas entre países. Portanto, o IDH e outras métricas alternativas (como IDS e PIV) desempenham um papel importante ao fornecer uma visão mais holística do desenvolvimento, permitindo que os formuladores de políticas avaliem o progresso econômico em um contexto mais amplo de bem-estar humano.

Economia Brasileira Estagnada nos 50 Anos de “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*”

O Pensamento Econômico de Celso Furtado

Cinquenta anos após a publicação da obra, é possível constatar que o economista brasileiro Celso Furtado criticou as teorias neoclássicas de desenvolvimento econômico, que negligenciavam as especificidades dos países em desenvolvimento como o Brasil, bem como os desafios ambientais associados ao crescimento ilimitado. Furtado não advogou pelo decrescimento econômico nem tão pouco pelo crescimento zero.

É importante ressaltar que Celso Furtado é reconhecido como um dos principais intérpretes do Brasil, pertence à terceira geração, é progressista, com horror ao marxismo. Ele foi um grande defensor do planejamento democrático como uma ferramenta indispensável para promover um novo modelo de desenvolvimento econômico, no qual todos os setores da sociedade participem.

Independentemente de Celso Furtado tenha sido crítico ao marxismo-leninismo, não se pode negar que sua obra de 1974 reflete uma preocupação profunda com as desigualdades sociais nos países periféricos como o Brasil:

A evolução do sistema capitalista, no último quarto de século, caracterizou-se por um processo de homogeneização e integração do centro, um distanciamento crescente entre o centro e a periferia e uma ampliação considerável do fosso que, dentro da periferia, separa uma minoria privilegiada e as grandes massas da população (Furtado, 1998, p. 45).

Duas das principais críticas de Furtado ao leninismo estão relacionadas à abordagem em relação ao planejamento econômico e ao papel do Estado na economia. Enquanto o leninismo defende um controle centralizado e autoritário da economia pelo Estado, Furtado era mais inclinado a uma visão democrática e participativa do planejamento econômico,

buscando formas de envolver as famílias, as empresas e os Governos na formulação de políticas públicas.

Além disso, o pensador Furtado também discordava da ênfase do marxismo-leninismo na luta de classes como motor da história e da revolução proletária como meio de transformação social. Sua abordagem ao desenvolvimento tendia a ser mais pragmática e voltada para soluções específicas para os desafios enfrentados pelos países periféricos, sem necessariamente adotar uma perspectiva revolucionária.

O Pensamento Econômico de Georgescu-Roegen

O economista romeno Georgescu-Roegen criticou os economistas liberais neoclássicos por defenderem o crescimento econômico sem limites, e desenvolveu uma teoria oposta e extremamente ousada para a época. Ele defendeu uma abordagem mais equilibrada que reconhece os limites físicos do planeta e argumentou que a economia deve operar dentro desses limites para garantir sua sustentabilidade.

A ideia de decrescimento econômico é associada principalmente a uma corrente de pensamento dentro da economia ecológica, liderada por economistas como Serge Latouche, Herman Daly e Georgescu-Roegen. Eles sugerem uma redução deliberada do PIB e da atividade econômica em geral, com o objetivo de alcançar a prosperidade sem depender do crescimento econômico infinito.

O decrescimento econômico questiona a ideia de crescimento contínuo como medida de progresso, argumentando que o crescimento ilimitado é insustentável em um planeta finito com recursos limitados. Em vez disso, propõe uma reorganização radical da economia para priorizar a qualidade de vida e a preservação ambiental.

Embora o decrescimento econômico seja frequentemente associado a movimentos ambientalistas, é importante observar que é debatido por uma variedade de acadêmicos, ativistas e pensadores que compartilham preocupações ambientais.

PIB Estagnado no Segundo Semestre de 2023 e no Primeiro Trimestre de 2024

A estagnação econômica refere-se a um longo período sem crescimento do PIB. A economia brasileira está estagnada e há um contingente crescente de consumidores sem dinheiro para comprar bens e serviços de consumo.

O economista pombalense Celso Furtado publicou “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*” um ano depois de ocorrer o Primeiro Choque do Petróleo, em 1973, que foi um dos grandes responsáveis pelo fim do “milagre econômico” no Brasil. Entre 1968 e 1973, a economia brasileira cresceu em média de 11,2% ao ano. No ano de 1974, a taxa de crescimento do PIB foi de 9,0% (IBGE).

De acordo com o IBGE, o PIB brasileiro registrou 0% tanto no terceiro trimestre (julho, agosto e setembro) quanto no quarto trimestre (outubro, novembro e dezembro) do ano de 2023. Logo, o PIB está estagnado.

O Brasil é a nona maior economia do mundo, com um PIB nominal de US\$ 2,17 trilhões, a frente do Canadá, com PIB de US\$ 2,11 trilhões em 2023 (G1 ECONOMIA, 2024). Todavia, o Brasil enfrentou uma profunda estagnação econômica entre julho e dezembro de 2023.

No primeiro trimestre de 2024 a economia brasileira avançou apenas 0,1%, segundo as projeções econômicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE). O FGV IBRE desenvolve estudos socioeconômicos, pesquisas, análise de diversos indicadores baseados no levantamento de dados econômicos, financeiros e empresariais (FGV IBRE, 2024). Logo, a economia brasileira está parada.

Conforme apontado por May et al. (2003, p. 6):

(...) num contexto de controvérsia sobre as relações entre crescimento econômico e meio ambiente, exacerbada principalmente pela publicação do relatório do Clube de Roma que pregava o crescimento zero como forma de evitar a catástrofe ambiental.

O Clube de Roma é uma organização não governamental composta por empresários, economistas, cientistas, políticos e membros da sociedade civil. Em seu relatório de 1972, o Clube de Roma alertou para a finitude dos recursos naturais em uma economia de crescimento infinito, destacando que, se a humanidade continuar a consumir os recursos naturais sem limites, eles se esgotarão em menos de 100 anos.

Reflexões Críticas sobre Preocupações Socioeconômicas e Ambientais no Brasil

A estagnação econômica no Brasil, com mais de 203 milhões de hab., o sétimo mais populoso do mundo, o torna uma preocupação relevante, e vários fatores econômicos, sociais, ambientais e políticos podem contribuir para essa falta de crescimento econômico. Os principais fatores que historicamente têm impactado a economia brasileira podem desencadear volatilidade nos mercados e afetar a confiança dos investidores, consumidores e empresários, levando à estagnação.

A estagnação econômica pode ter efeitos negativos significativos sobre a qualidade de vida das pessoas, resultando em uma diminuição do padrão de vida, aumento da pobreza e da desigualdade, bem como instabilidade social. Portanto, é geralmente considerada uma situação indesejável e os governos frequentemente buscam políticas para superá-la e promover o crescimento econômico robusto.

A disparidade de renda pode limitar o crescimento econômico do país, reduzindo o poder de compra da maioria da população, o que afeta o consumo e o investimento. Além disso, a elevada dívida pública do governo pode restringir seus gastos governamentais com investimentos em infraestrutura e programas sociais, impactando negativamente o crescimento econômico.

A economia brasileira é vulnerável a choques externos, como flutuações nos preços das *commodities*. O Brasil é o maior exportador mundial de soja, café, açúcar, milho, carne bovina, carne de frango, celulose e suco de laranja concentrado e congelado. Essas *commodities* estão sujeitas a flutuações nos preços no mercado internacional, o que afeta significativamente o PIB e as exportações brasileiras.

Recentemente, observamos através das mídias sociais uma nova explosão de casos de dengue no Brasil. Segundo o Centro de Operação de Emergências (COE), do Ministério da Saúde (MS), pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), o país já atingiu mais de 2,3 milhões de casos de dengue e foram confirmados 831 óbitos pela doença entre janeiro e março de 2024.

O Brasil tem experimentado um aumento na ocorrência de eventos climáticos extremos, como enchentes, tempestades, ciclones e secas prolongadas. Eventos climáticos como *El Niño* e *La Niña* têm impactos significativos na produção agropecuária brasileira, com alterações nos padrões de chuva, aumento da temperatura, prejudicando safras e colocando em risco a segurança alimentar.

Conforme apontado pelos autores May et al. (2003, p. 23):

Em última instância, a decisão sobre o quanto se irá pagar pela redução das emissões dependerá da solidariedade das gerações presentes, concentradas nos países afluentes, em relação às gerações futuras e às populações dos países pobres.

O Brasil é signatário do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas e tem compromissos de redução de emissões de GEE. O Acordo de Paris é um tratado internacional sobre mudança climática que foi adotado em dezembro de 2015 durante a 21ª Conferência das Partes (COP21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada em Paris, na França.

É importante ressaltar que o Acordo de Paris entrou em vigor em 4 de novembro de 2016 e tem como principal objetivo limitar o aumento da temperatura global no século XXI a menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais, e buscar esforços para limitar o aumento a 1,5°C. Para alcançar esse objetivo, os países signatários, como o Brasil e o Canadá, se comprometeram a reduzir suas emissões de GEE e a tomar medidas para adaptar aos impactos da mudança do clima.

Considerações Finais

Concluindo, “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*” teve um impacto duradouro no campo da economia do desenvolvimento, desafiando as concepções tradicionais e influenciando uma geração de pensadores críticos. Sua análise profunda sobre as questões de subdesenvolvimento e dependência ainda ressoa nas discussões contemporâneas sobre desenvolvimento econômico na atualidade.

Em síntese, “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*” é uma obra cinquentenária que questiona os pressupostos do pensamento econômico convencional e oferece uma análise crítica e alternativas ao paradigma dominante de desenvolvimento econômico. A obra de Celso Furtado continua sendo uma leitura essencial para aqueles interessados nas questões de desenvolvimento econômico.

Cinquenta anos se passaram desde a publicação da obra, e o Brasil nos últimos meses tem crescimento econômico nulo, 72,0 milhões de inadimplentes (SERASA, 2024), 8,5 milhões de desempregados (IBGE, 2024), sinais preocupantes da saúde econômica do país que sugerem a possibilidade de uma nova recessão econômica.

Meio século depois, Celso Furtado nos lembra que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno simples ou linear, mas sim um processo complexo e histórico que requer uma análise cuidadosa das condições específicas de cada país. Ao reconhecer essa complexidade, podemos desenvolver políticas mais inclusivas.

Para superar o subdesenvolvimento, o Brasil precisará implementar reformas estruturais profundas, promover um ambiente mais favorável aos negócios, investir em educação de qualidade, e criar inovação tecnológica.

É crucial enfatizar o legado de Celso Furtado, especialmente durante as comemorações alusivas aos 20 anos de seu falecimento, pois suas ideias podem fornecer *insights* valiosos para superar os desafios socioeconômicos e ambientais do emergente Brasil.

Referências

COE. **Indicadores de Dengue 2024**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/arboviroses/informe-semanal/informe-semanal-no-07-coe>. Acesso em: 30 mar. 2024.

FGV IBRE. **Economia avança apenas 0,1% no 1º trimestre de 2024**. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/noticias/economia-avanca-apenas-01-no-1a-trimestre-de-2024#:~:text=O%20Monitor%20do%20PIB-FGV,4%2C1%25%20em%20fevereiro>. Acesso em: 07 abr. 2024.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

G1 ECONOMIA. **Brasil volta ao grupo das 10 maiores economias do mundo com resultado do PIB de 2023**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/03/01/brasil-volta-ao-grupo-das-10-maiores-economias-do-mundo-com-resultado-do-pib-de-2023.ghtml>. Acesso em: 08 abr. 2024.

IBGE. **Painel de Indicadores**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>. Acesso em: 30 mar. 2024.

MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Pereira. **Indicadores ambientais e recursos hídricos: realidade e perspectivas para o Brasil a partir da experiência francesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; DA VINHA, Valéria. **Economia do meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PNUD. **Human Development Report 2023/2024**. Disponível em: file:///C:/Users/Ykalo/Downloads/hdr2023-24reporten_1.pdf. Acesso em: 31 mar. 2024.

SERASA. **Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas no Brasil: Fevereiro-2024**. Disponível em: <https://cdn.builder.io/o/assets%2Fb212bb18f00a40869a6cd42f77cbeefc%2F-280ce573953c43a18c32a18556029a3f?alt=media&token=d2eba876-afab-40ad-a051-854f60694501&apiKey=b212bb18f00a40869a-6cd42f77cbeefc>. Acesso em: 07 abr. 2024.

*O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO*¹

Antonio Barros de Castro²

Introdução

Em *O Mito do Desenvolvimento Econômico* estão presentes algumas das teses que percorrem toda a obra de Celso Furtado, como, por exemplo, a de que o subdesenvolvimento deve ser entendido como um fenômeno histórico singular. A caracterização das economias subdesenvolvidas *par contraste* com as centrais continua sendo seu procedimento analítico básico. Acredito, porém, que não obstante esses elementos de continuidade, existem importantes inovações na mais recente obra de Furtado. É para elas que procuro chamar a atenção nesta resenha.

1 *In Memoriam*. Primeira resenha crítica sobre “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*” publicada no Brasil, na Revista **Pesquisa e Planejamento Econômico**, do IPEA, V 4(3), p. 739-752, em dezembro de 1974, poucos meses depois do lançamento do livro de Celso Furtado.

2 Doutor em economia pela Unicamp, com a tese “Engenhos de Açúcar no Brasil Colonial” em 1977, Barros de Castro também foi professor e pesquisador da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), das Nações Unidas, entre 1962 e 1973. Presidente do BNDES durante a gestão de Itamar Franco na presidência da República. Em 2007 foi convidado pelo atual presidente do banco Luciano Coutinho para assumir o cargo de assessor sênior do BNDES para formulação de estratégias para o banco e para o governo brasileiro. Faleceu em 11 de agosto de 2011.

Fundamentalmente, a recente preocupação de Furtado é caracterizar a evolução do capitalismo no pós-guerra e reinterpretar a questão do subdesenvolvimento. Aqui, tais preocupações são inicialmente sumariadas e, a seguir, analisadas criticamente.³ Antes, porém, cabe um esclarecimento sobre o título da obra em exame.

As verdadeiras razões que explicam por que o desenvolvimento é um mito devem ser buscadas no segundo ensaio, “núcleo teórico de todos os demais” (p. 11), onde o autor reconstrói sua teoria do subdesenvolvimento. Para os espíritos mais positivos e para o público em geral, existe, porém, uma explicação anterior, mais simples e de maior impacto. O desenvolvimento é também um mito, por razões de ordem física: é impossível estender os padrões de consumo dos povos hoje desenvolvidos ao resto da humanidade, porque isso é incompatível com as disponibilidades de recursos do que Boulding chamou de *Nave Espacial Terra*. Em suma, só agora nos damos conta (nós os passageiros de segunda classe) que não há bilhetes de primeira classe para todos os seres humanos, sendo “o desenvolvimento econômico simplesmente irrealizável” (p. 75). Essa linha de raciocínio está imbuída do espírito do Clube de Roma.⁴

É evidente, porém, que o autor não compartilha fundamentalmente da visão catastrofista daquela equipe. Nem no referente ao crescimento populacional nem no que toca às barreiras físicas ao crescimento (esgotamento) de recursos e poluição insuportável, já que a aceitação desse fato levaria a prever o estancamento (ou a catástrofe) das próprias economias centrais.⁵

3 O breve artigo final sobre o economista e a análise econômica não serão aqui comentados.

4 Esta e outras implicações dos inventários de recursos terrestres, muito em moda nos Estados Unidos, são discutidas por Rober Heilbranner: “Ecological Armageddon”, in *The New York Review of Books* (abril, 1970).

5 As curvas em “S” de *The Limits to Growth* e o tamanho de suas economias indicam que a Europa e o Japão seriam os grandes consumidores marginais de recursos naturais nos próximos decênios. Os Estados Unidos já se encontram próximos à “saturação” do consumo *Per capita*. Obviamente, e a este bloco de países que corresponde, fundamentalmente, o consumo predatório de recursos, o qual, mantidas as tendências observadas (em 1970), levaria ao dilema do estancamento ou ao colapso. Ver especialmente os Capítulos III e V, in *Limits to Growth*, Dennis L. Meadows *et alii*. (A Potomac Associates Books, N. Y., 1972).

Deixemos, pois, de lado as páginas que derivam de *Limits to Growth*; elas parecem ser um mero expediente de que se vale o autor para chamar a atenção sobre o que é realmente relevante: a ilusão do desenvolvimento. O desenvolvimento seria efetivamente um mito porque, dentre os países subdesenvolvidos, “dezenove em vinte” (p. 74) são excluídos dos benefícios do crescimento, e “essa parcela não parece elevar-se de forma significativa com a industrialização” (p. 72). E isso não por razões físicas: a explicação deve ser buscada na natureza do fenômeno do “subdesenvolvimento”. Antes de ter em conta a nova concepção de Furtado de subdesenvolvimento, cabe, no entanto, apresentar sua caracterização do “quadro estrutural” e das tendências recentes do capitalismo.

O “centro” como espaço econômico unificado, crescentemente controlado pelas grandes empresas

Verificou-se no pós-guerra o transplante da “forma oligopólica de coordenação de decisões” (p. 30) do âmbito das nações (e especialmente dos Estados Unidos) para a esfera internacional. Nesse terreno, mais que em qualquer outro, “a grande empresa leva vantagem” (p. 33). Com efeito, o novo cenário além de permitir novas economias de escala dá margem a um desenvolvimento sem precedentes da capacidade da grande empresa para organizar mercados, administrar preços e distribuir recursos financeiros. Consequentemente, as grandes empresas tornaram-se no pós-guerra o verdadeiro elemento motor no plano internacional” (p. 55). A importância disto pode ser vista levando em conta que “a estabilidade e a expansão dessas economias (centrais) dependem fundamentalmente das transações internacionais” (p. 35).

Ao dinamismo da economia central soma-se um movimento de “homogeneização” através do qual os países menos ricos crescem mais rapidamente, tendendo todos a um patamar comum de riqueza (p. 39). À medida que se eleva a produtividade, crescem também os salários, não havendo no centro problemas de distribuição de renda (p. 100). Por outro lado, a ausência total de referências a elevação do coeficiente capital/produto no centro, que contrasta com suas repetidas alusões ao problema nas economias periféricas, leva a crer que a estrutura e a dinâmica do capitalismo central permitem evitar esse tipo de problema.

Os problemas não parecem, enfim, residir no plano econômico. A estrutura oligopólica sobre a qual essa economia se assenta constitui “um poderoso instrumento de expansão econômica” (p. 30), e as dificuldades parecem antes provir da superestrutura política presentemente em crise. A essa superestrutura cabe “promover a ideologia de integração, “arbitrar conflitos regionais”, “velar pela integridade das fronteiras” e “entender-se com o adversário” (p. 59). O término da guerra fria colocou, no entanto, em questão o exercício dessa tutela até então, direta ou indiretamente, exercida pelos Estados Unidos. A própria evolução da política interna norte-americana parece indicar uma redução da capacidade do governo de exercer certas funções no plano internacional (p. 43). Nessas condições é perfeitamente possível que a referida superestrutura seja reconstituída “em bases mais internacionais” (p. 43).

Não há, porém, garantias de que os esforços nessa direção sejam efetivamente bem sucedidos, podendo surgir soluções nacionais discrepantes. A posição do autor é, no entanto, clara: a economia internacional não pode ser fragmentada e os Estados nacionais devem se acomodar à nova ordem sob pena de “perder em grande parte as vantagens que significa integrar o centro do sistema capitalista” (p. 39).

Admitamos coma Galbraith,⁶ Marris, Furtado e muitos outros, que a grande empresa constitui uma forma superior de estruturação do capital.⁷ Não resta dúvida, por outro lado, que as diferentes modalidades de gigantes modernos vêm assumindo o controle das transações internacionais. Cabe, no entanto, perguntar: é válido caracterizar a “evolução estrutural do capitalismo” a partir desses elementos? E mais concretamente: é possível derivar daí as atuais tendências do sistema?

A Inglaterra é, depois dos Estados Unidos, o país sede do maior número de grandes empresas. Além disso, a penetração do capitalismo norte-americano na Inglaterra foi maior que em qualquer outro país

6 J. K. Galbraith, *The New Industrial State* (New York, New American Lib., 1967). O autor ressalta os mesmos atributos da grande empresa, procurando caracterizar a nova etapa do capitalismo a partir do comportamento típico da moderna corporação.

7 Para uma análise crítica do desempenho da grande empresa (especialmente a norte-americana) ver S. Hymer e R. Rowthorn, “Multinational Corporations and International Oligopoly”. *The Non American Challenge*, in C. Kindleberger, *The International Corporations* (The MIT Press, 1970).

central (excetuando o Canadá).⁸ Sabemos, no entanto, que a economia britânica rastejou durante todo o pós-guerra, o que aliás é um prolongamento (melhorado) das ocorrências nos anos 20,⁹ cujas raízes parecem encontrar-se na “Grande Depressão” do fim do século XIX.

Observemos por um momento um setor de grande importância na expansão europeia do pós-guerra: a indústria automobilística. Essa indústria teve um comportamento medíocre na Inglaterra e apresentou acentuado dinamismo na Alemanha: uma elevada fração da indústria nos dois países é, contudo, propriedade das *mesmas* empresas norte-americanas.¹⁰

Essas e outras observações parecem sugerir que o grande ciclo expansivo do pós-guerra deve ser entendido a partir de outros elementos. A compreensão dos “milagres”, como da “enfermidade” britânica” ou da “maturidade precoce” italiana, exige que se tenham em conta as condições do mercado de trabalho europeu no pós-guerra, que se estudem as relações entre investimento e progresso técnico e se examinem as políticas econômicas dos diferentes Estados nacionais. São também esses fatores que permitirão entender e contrastar o renascimento espetacular do capitalismo em nações profundamente atingidas pela II Grande Guerra com a medíocre *performance* da economia norte-americana (mormente nos anos 50).

A febre de teses e estudos empíricos centrados sobre empresas multinacionais faz lembrar o impacto provocado pelo estudo pioneiro de Berle e Means,¹¹ quando foi oficialmente reconhecido o peso, já então dominante, da grande empresa norte-americana. Aparentemente, estavam lançadas as bases para uma nova interpretação da sociedade norte-americana. Isso foi aliás tentado (e com grande alarde) por James

8 Ver Hymer e Rowthorn, *op. cit.*, p. 73-79.

9 N. Kaldor, “Conflicts in National Economics Objectives”, in *The Economic Journal* (March 1971).

10 A observação é tomada de N. Kaldor, que se pergunta como é possível que a produtividade da indústria automobilística inglesa tenha crescido a 2,7% ao ano enquanto a alemã crescia a 7%, sendo “grandes segmentos da indústria automobilística em ambos os países controlados pelas mesmas firmas americanas.” Ver *Causes of the Slow Rate of Economic Growth of the United Kingdom* (Cambridge, 1966), p. 13.

11 A. A. Berle Junior e Gardner C. Means, *The Modern Corporation and Private Property* (New York: The MacMillan Co., 1947).

Burnham dez anos depois. A efetiva reinterpretação do capitalismo viria, no entanto, de Keynes e de Kalecki, sendo que o primeiro se permitiu ignorar totalmente o fenômeno da grande empresa ao refazer em profundidade a Teoria Econômica de sua época.

O tamanho e a forma de agir das empresas não permitem, em suma, caracterizar a dinâmica capitalista quer por períodos, quer por nações. Em fins do século XIX como no pós-guerra, em auges como em depressões, nos Estados Unidos como no Japão, percentagens crescentes de vendas tendem a ser concentradas em número relativamente reduzido de empresas.¹² Por outro lado, as formas de ação da grande empresa tampouco constituem um terreno firme para a caracterização de etapas na evolução do capitalismo; entre outras razões, porque as grandes empresas têm uma grande capacidade de adaptação ao meio-ambiente, sendo seu comportamento fortemente afetado pelas circunstâncias com que se defrontam.¹³

O intenso ciclo expansivo registrado no capitalismo central durante o pós-guerra não nos parece, em suma, explicável a partir do avanço e das metamorfoses da grande empresa. Além disto, no período que agora se inicia, as grandes empresas deverão conquistar novas “economias de escala”, promover o “intercâmbio tecnológico” e realizar “movimentos de capitais”; mas não se reproduzirão as mesmas “elevadas taxas de crescimento” (associadas por Furtado ao anterior) (p. 55). O quadro apresentado por Furtado é, na realidade, o de uma “Idade de Ouro” promovida pelas grandes empresas. Essa idealização não corresponde a evolução do pós-guerra e dificulta a compreensão da crise atual do capitalismo.

12 James Burnham, *The Managerial Revolution* (N. York, John Day Company, 1941).

13 Obviamente não estamos afirmando que este seja um movimento constante e uniforme. Se tomarmos, por exemplo, certas indústrias “maduras” como a automobilística, a de alumínio, a de petróleo (produção e refino) e a de papel observa-se (para o capitalismo como um todo) um movimento de relativa “desconcentração” no pós-guerra. Ver R. Vernon, “Competition Policy Towards Multinational Corporations”, in *American Economic Review* (Maio de 1974, p. 278-279).

O subdesenvolvimento e o consumo das elites

Não é fácil formar uma ideia clara do “núcleo teórico” (p. II) a que Furtado se refere na Introdução e que está contido no segundo capítulo de seu livro.¹⁴ As ideias principais - dispersas e apresentadas sob diferentes prismas ao longo do ensaio - aparecem, no entanto, de forma concisa nas páginas 92 e 93 do ensaio. Sigamos o autor, tendo sempre presente que o texto se refere, genericamente, aos países integrantes da “periferia”.

“A divisão internacional do trabalho ... deu origem a um excedente, o qual permitiu as classes dirigentes ... ter acesso a padrões diversificados de consumo” (p. 92-93). Esse excedente não derivou da introdução de novas técnicas e sim da “realocação de recursos visando a obter vantagens comparativas estáticas no comércio internacional” (p. 78). “Em consequência, os países periféricos puderam elevar a taxa de exploração sem que houvesse redução na taxa de salário real” (p. 93) ... “Dessa forma, surgiu nos países periféricos um perfil de demanda caracterizado por marcada descontinuidade” (p. 93).

“A partir de certo momento ... o setor exportador entrou na fase de rendimentos decrescentes (p. 93). Era chegada a hora de “produzir para o mercado interno aquilo que se vinha importando” (p. 81). A construção de sistemas industriais em “miniatura” enfrenta, no entanto, graves problemas: “pequenez do mercado, falta de economias externas” (p. 89) e a necessidade de empregar “técnicas cada vez mais sofisticadas”, requerendo “dotações crescentes de capital” (p. 88). Finalmente, o “custo crescente da tecnologia” facilita a “penetração das grandes empresas de ação internacional” (p. 94), elevando “os custos em divisas estrangeiras da produção ligada ao próprio mercado interno” (p. 92).

Os argumentos anteriores parecem amplamente suficientes para se concluir (como em meados dos anos 60)¹⁵ pela tendência a estagnação. Mas, não é possível seguir adiante desde que:

14 O que, aliás, é realizado repetidas vezes em *O Mito do Desenvolvimento Econômico*.

15 Ver *Subdesenvolvimento e Estagnação na A. Latina* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966). Em *O Mito ...*, Furtado volta a referir-se à hipótese da estagnação e indica três saídas: a brasileira, a do tipo Hong-Kong e a chinesa (p. 92). Naturalmente, o texto só desenvolve as características do “Modelo Brasileiro”.

- i. i) “as classes que se apropriam do excedente” sejam capazes de elevar a taxa de exploração” (p. 88);”¹⁶
- ii. ii) as subsidiárias das grandes empresas internacionais assegurem ao país periférico o “acesso ao fluxo de inovação que está brotando no centro” (p. 88). Este último fator é decisivo, pois o processo ficaria em questão “caso o fluxo de inovações técnicas devesse ser pago a preços de mercado” (p. 89). Mas isso não se dá, dado que para a grande empresa “esta tecnologia está praticamente amortizada” (p. 89). Resta apenas perguntar: e os “crescentes custos em divisas estrangeiras”? Aqui de novo a solução provem da “extraordinária flexibilidade” (p. 92) da empresa estrangeira. Através delas os “países periféricos vão-se capacitando a pagar com mão-de-obra barata os seus crescentes custos de produção em moeda estrangeira” (p. 92).

Em suma, desde que continue a aumentar a taxa de exploração e cresça a participação da empresa estrangeira, a minoria pode continuar a seguir de perto o *dernier cri* do consumo central (p. 94). Aí está a verdadeira razão porque o desenvolvimento é um mito (para a maioria) e a explicação do processo “que amplia o fosso entre o centro” e a periferia (p. 68-69). A esse processo não cabe o nome de “desenvolvimento”; o que há na periferia é apenas “modernização” (p. 81).

Cabe adicionar um par de características a esse quadro sumário. A crescente escassez de recursos naturais e a descoberta das reservas de mão-de-obra por companhias internacionais parece oferecer certas vantagens à periferia (p. 64-66). De fato, porém, não é de esperar grandes mudanças. Os recursos naturais realmente relevantes estão concentrados em áreas escassamente povoadas e, portanto, as “modificações no conjunto da periferia serão pouco perceptíveis” (p. 65). Quanto à disponibilidade de mão-de-obra barata surge a possibilidade da exportação de trabalho, sendo a taxa de salário o preço da exportação” (p. 66). Talvez fosse mesmo passível forçar a alta desses salários para elevar a receita de divisas. Nem isso, porém, levaria longe: daí resultaria o surgimento de

16 O fato de que a crescente relação produto-capital – tão realçada pela tese estagnacionista – não comprima necessariamente os lucros, desde que se eleve a taxa de exploração, havia sido apontada por M. C. Tavares e J. Serra em “Além da Estagnação”, Ver M. C. Tavares, *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro* (Rio de Janeiro: Zahar, 1972).

uma nova aristocracia operária e como “o grau de acumulação alcançado na economia (periférica) não permite generalizar essa taxa de salário, o fundo do problema do subdesenvolvimento não se modificaria” (p. 68).

O leitor familiarizado com a obra de Furtado terá observado que essas suas recentes proposições são em boa medida novas. Dentre os aspectos presentemente realçados por Furtado, detenhamo-nos, inicialmente, sobre o significado da “minoría”, presente desde os primórdios do subdesenvolvimento e que “não parece elevar-se significativamente com a industrialização” (p. 72).¹⁷ Furtado, ao que tudo indica, não se dá conta de que ao atribuir a essa parcela (digamos 10% da população) uma renda similar a (média) do centro, e ao resto da população o nível de subsistência, estão *determinados* os seguintes aspectos:

- a renda de cada país periférico, que, suposto um certo nível de subsistência, será obtida pela soma de duas parcelas, 10% da população com renda equivalente a média nos países centrais e 90% da população ao nível de subsistência;
- o crescimento dessa renda, que será uma resultante do crescimento da renda *per capita* no centro e da população no país subdesenvolvido;
- finalmente, o crescimento da renda *per capita* no país periférico, o qual, paradoxalmente, não dependeria do crescimento populacional aí verificado.¹⁸

17 Criticaremos aqui unicamente as implicações da rígida estrutura de consumo postulada por Furtado. Uma crítica mais profunda deveria discutir o próprio conceito de “minoría” e seu papel na evolução do capitalismo periférico.

18 As proposições acima derivam das próprias sugestões de Furtado e podem ser evidenciadas pelo seguinte desdobramento: Chamemos Y^p e Y^c , respectivamente, a renda bruta e a *Per capita* no país periférico; Y^e e Y^c no centro; P a população e S o nível de subsistência. A renda de um país periférico seria: $Y^p = 0,1 P Y^c + 0,9 P S$. A renda *Per capita*: $Y^p = 0,1 Y^c + 0,9 S$. Seu crescimento (mantido constante o nível de subsistência) seria:

$$\Delta Y^p = 0,1 \Delta Y^c, \text{ donde } \frac{\Delta Y^p}{Y^p} = \frac{0,1 \Delta Y^c}{0,1 Y^c + 0,9 S} \text{ dividindo } 0,1 Y^c:$$

$$\frac{\Delta Y^p}{Y^p} = \frac{1}{1 + 0,9 S} \cdot \frac{\Delta Y^c}{Y^c}$$

$$\text{chamemos } \frac{1}{1 + \frac{0,9 S}{Y^c}} \text{ de } \lambda.$$

O apego de Furtado a hipótese da minoria leva, assim, a uma série de determinações altamente inconvenientes. Face a elas a transmissão do progresso técnico pela grande empresa, sobre o qual repousa “o dinamismo do sistema” (p. 105), perde muita autonomia e poder explicativo. Por outro lado, seu modelo fica aparentemente sobredeterminado, dado que o potencial de crescimento da economia (que parece estabelecer sua trajetória de longo prazo) obtido (basicamente) a partir dos recursos reais disponíveis (p. 105).

Vejamos, agora, a questão dos salários.

É bem sabido que Furtado, neste como em outros trabalhos recentes, supõe que os salários da maioria permaneçam ao nível de subsistência. Isso tem levado diferentes autores a atribuir um caráter “clássico” à análise de Furtado.¹⁹ Em *O Mito...*, masque nas demais obras, torna-se, no entanto, patente que não é a oferta ilimitada de mão-de-obra que explica a permanência dos salários ao nível de subsistência. Esse fenômeno deve ser entendido (segundo Furtado) a partir da estrutura e dinâmica da *demanda* da minoria: “O fator básico que governa a distribuição da renda e, portanto, os preços relativos e a taxa de salário real” ... “parece ser a pressão gerada pelo processo de modernização que busca “reproduzir as formas de consumo em permanente mutação, dos países cênicos” (p. 82). Em suma, e a sucção de recursos imposta pela permanente renovação do consumo da minoria que exige o aumento da taxa de exploração, (p. 88) impedindo, segundo o autor, a elevação dos salários. Observa-se, por

O fator λ determina o crescimento da renda per capita no país subdesenvolvido, uma vez conhecido o crescimento da renda no capitalismo central. Digamos que a relação entre o salário no centro e o da periferia (semelhante ao nível de subsistência) seja de 10 por 1 (sugestão de Furtado, p. 66). Consequentemente, a renda *per capita* crescerá aqui, aproximadamente, a metade do que cresce lá

$$(\lambda = \frac{1}{1 + 0,9} \cong \frac{1}{2}) .$$

Este, como se vê, independe da expansão demográfica, quer no centro quer na periferia.

- 19 Ver Pedro Malan e John Wells, “Furtado, Celso - Análise do Modelo Brasileiro”, *Resenha Bibliográfica*, in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 2, n. 02 (dezembro de 1972, p. 443;), e E. Bacha, “Sobre a Dinâmica do Crescimento da Economia Industrial Subdesenvolvida”, in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 3, n. 04, (dezembro de 1973, p. 937).

fim, que esse tipo de explicação (pela estrutura da demanda) não implica negar a ocorrência de desemprego ou subemprego. Haveria sobras de mão-de-obra porque os processos produtivos modernos, que absorvem todo o “capital” disponível, são altamente poupadores de trabalho.

É evidente que o raciocínio de Furtado supõe a rigidez das técnicas produtivas no setor moderno - hipótese plausível se se tem conta, entre outros elementos, o peso das empresas estrangeiras no setor. Admitida essa premissa, a argumentação de Furtado pode ser atacada em dois planos.

O “capital” ali está presente como um ente abstrato, não condicionado pelo contexto. Na realidade, porém, o “capital” engloba matérias-primas, peças e equipamentos, cuja produção progressivamente se transfere para o plano interno. À medida que isto ocorre, vai-se tornando cada vez mais ilusório dissociar o “capital” do custo local do trabalho e da margem interna de lucros. De fato, à medida que a produção se interioriza, o custo e a produtividade do trabalho exercerão crescente influência sobre a determinação dos preços e sobre a própria avaliação do “capital”.²⁰

Vista numa perspectiva mais ampla, a determinação dos salários a partir do mercado de produtos está, a nosso ver, inevitavelmente comprometida com o esquema walrasiano de formação dos preços dos “serviços dos fatores”, a partir do mercado de bens finais (tido em conta por Wicksell, retomado e aprofundado pelos modernos cambridgeanos).²¹

Por outro lado, ao analisar os salários, Furtado refere-se unicamente ao que se passa com a produção de bens modernos que não são consumidos pelos trabalhadores. Ora, a determinação dos salários reais só pode ser estudada a partir das condições em que opera o setor produtor de mantimentos e manufaturados de consumo popular.²² Neste setor, a produtividade e os salários estão profundamente vinculados. Já no setor que

20 Evidentemente, não estamos com isto negando a margem de arbítrio de que dispõem as estruturas não competitivas sobre a determinação das margens de lucro.

21 Knut Wicksell, *Lectures on Political Economics* (London: Routledge e Kegan Paul Ltda.), V. 1, p. 98-99.

22 É a partir de exame das condições do setor produtor de *wage-goods* que se deve entender, por exemplo, as marcantes diferenças salariais existentes entre Argentina e México. Não obstante, ambos os países contam com minorias com padrões europeus de consumo.

produz para a minoria, a evolução da produtividade não responde nem repercute (diretamente) sobre os salários, constituindo um sério desafio teórico para a explicação do comportamento dos preços e dos lucros (bem como o desdobramento destes em consumo de luxo e acumulação).

O que acabamos de dizer tende a deslocar a análise para os salários, a produtividade e os lucros. Isso, ao que parece, constitui um erro para Furtado, já que “no estudo do subdesenvolvimento não tem fundamento antepor a análise ao nível da produção” (p. 80). Há que fundar a análise no imperativo supremo: o atendimento do consumo da classe dirigente. O “consumismo” dessa camada não reflete o comportamento das empresas e, sim, a “dependência cultural” em que se encontram. Face a essas proposições cabe apenas dizer que se as relações por entre salários, produtividade, preços e lucros não contam, se tudo se adapta a “regra de ouro” do consumo da elite, a economia a que se refere Furtado não é capitalista. Trata-se de uma sociedade desprovida de dinâmica interna, onde uma maioria trabalhadora e pobre sustenta uma minoria consumidora.²³

Uma palavra final sobre o caso brasileiro.

A economia brasileira presta-se, segundo Furtado, para mostrar que “um país pode avançar no processo de industrialização sem abandonar suas principais características de subdesenvolvimento” (p. 95); serve, também, para mostrar como a política econômica pode ajudar a criar o “perfil de demanda” que maximiza “a transferência de progresso técnico” (p. 106), provocando o crescimento acelerado do PIB.

Essas proposições são basicamente coerentes com o “núcleo teórico” proposto no segundo ensaio,²⁴ restando saber em que medida tem a ver com o realmente ocorrido na economia brasileira no pós-guerra. Por outro lado, trazem à tona aspectos relevantes do desenvolvimento recente da economia brasileira: o agravamento das desigualdades sociais e o avanço das empresas estrangeiras. As (poucas) relações destacadas

23 Este é também o quadro que H. G. Wells apresenta em *A Máquina do Tempo*. No singelo país a que chega o viajante existem apenas “Elois”, reduzidos a uma “bela futilidade”, e “Morloks”, seus “servos mecânicos. Ver H. G. Wells, *The Time Machine*, 2.a ed. (New York: Berkeley. 1960).

24 Não se pode dizer o mesmo do “potencial de crescimento” . . . “de cerca de 6% ao ano”, o qual é determinado pela disponibilidade de recursos (“recursos naturais”, “população” e “nível médio de vida” alcançado) e deveria ser atingido em anos “normais”.

por Furtado não permitem, porém, caracterizar o padrão de desenvolvimento brasileiro. Em particular, a “estratégia” concentradora atribuída ao governo não é convincente. O fenômeno da concentração da renda, no período após 64, não pode ser dissociado do combate à inflação e da súbita mudança na relação de forças entre trabalhadores e empresas. A hipótese de uma “estratégia” concentradora produz, aliás, uma falsa ideia da relação entre o governo e a economia. A política econômica não tem a clarividência nem o alcance exigido pela implementação de uma tal política de rendas.

A relação positiva entre concentração da renda pessoal e aceleração do crescimento, que vem sendo enfatizada por Furtado, omite um fato fundamental: no caso brasileiro, pelo menos, ela foi verificada num período de *reativação* da economia e em condições de marcada subutilização da capacidade instalada no setor produtor de bens duráveis.

Observemos, por fim, que as hipóteses de Furtado não permitem entender o *boom* de investimentos recentemente observado (referido pelo autor a página 108). Isto porque em *O Mito ...*, (p. 104), como, também, na *Análise do Modelo Brasileiro*, postula-se a estabilidade da relação investimento-renda, cabendo as variações da relação ao produto-capital a explicação das mudanças da taxa de crescimento.

O desenvolvimento, a nosso ver, só constitui um “mito” quando concebido como um caminho que leva à “Idade de Ouro”. Mítica, em suma, e a imagem de um capitalismo sem problemas de distribuição, de técnica e de acumulação. O vigoroso processo de expansão capitalista verificado em várias economias “subdesenvolvidas” e, pelo contrário, uma realidade imprevista e contundente. Para a sua compreensão, Furtado contribuiu enormemente em trabalhos anteriores.

QUEM CRESCE E QUEM PAGA¹

Celso Furtado

Só as minorias ricas dos países pobres conseguiriam elevar seus níveis de consumo para os do “American way of life”. Onda fracassa o esquema de um mundo controlado pelas grandes empresas?

O estudo preparado por cientistas do M.I.T. (Massachusetts Institute of Technology) para o chamado Clube de Roma², sobre as consequências a longo prazo da expansão da economia mundial tem sido objeto de ampla controvérsia. Não são claros os objetivos das instituições que financiaram o estudo. É possível e mesmo provável que se empenham

-
- 1 **Nota dos organizadores:** O texto que aqui reproduzimos na íntegra é considerado a primeira versão da obra que estamos discutindo nesta coletânea: “O mito do Desenvolvimento Econômico”. Foi publicado em dezembro de 1972 no jornal semanal “Opinião”, editado no Rio de Janeiro (número 5, página 10, semana de 4-7), pouco depois da publicação de “Os limites do Crescimento Econômico”, encomendado a pesquisadores do M.I.T, pelo chamado Clube de Roma. Todas as edições de “Opinião”, que circulou entre 1972 e 1977, estão digitalizadas e disponível para acesso público gratuito na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional. Endereço eletrônico para consulta ao jornal: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=123307&pesq=&pagfis=101>
- 2 Organismo formado recentemente, financiado por empresas e instituições internacionais, que se propõem encontrar soluções para os problemas econômicos, sociais, ecológicos, etc. em escala mundial, a partir do estudo das projeções desses problemas no futuro.

numa campanha mundial de controle do crescimento populacional que não distingue entre países com mais de 300 habitantes por km² e países com menos de 10 habitantes por km². Tampouco se deve excluir a hipótese de que se teve em vista acumular argumentos que justifiquem submeter a política econômica dos países do Terceiro Mundo a uma ordenação que não seria de natureza distinta da que se impõe ao sistema monetário internacional: os países ricos, com muitos interesses a defender, decidem o que é fundamental e os demais se adaptam.

Um mundo só

Com esse estudo (“Os limites do crescimento econômico”), pela primeira vez, temos diante de nós um estudo - de interesse para os países pobres e dependentes - do comportamento da economia mundial em seu conjunto. Até ao presente, os economistas se haviam limitado a estudar a estrutura e o funcionamento de subsistemas, isto é, de economias nacionais ou regionais. Assim, nos últimos vinte anos, os americanos realizaram vários estudos sobre as tendências da economia dos Estados Unidos, particularmente no que respeita à demanda futura de recursos naturais. O que caracteriza esses estudos é a hipótese implícita de que o mundo fora dos Estados Unidos é ilimitado. O problema se limitaria a saber até que ponto o país dependerá de recursos vindos de fora, sendo pequena a preocupação com os limites da oferta externa. A conclusão tem sido sempre a mesma: a economia norte-americana dependerá, de forma crescente, de recursos naturais obtidos fora do país. Assim, dados recentes publicados pelo Ministério do Interior do governo dos Estados Unidos indicam que, dos 13 principais produtos minerais requeridos para o funcionamento da economia do país, todos menos um (fosfatos) serão importados no ano dois mil. Já em 1985 nove dos referidos produtos serão importados, quando em 1970 apenas 5 dependiam principalmente de importações. Um produto como o cobre, em relação ao qual os Estados Unidos eram autossuficientes em 1970, no ano dois mil dependerá de importações em 56 por cento. A situação do enxofre é idêntica. Se passarmos para os combustíveis encontraremos tendência similar, pois de importador marginal de petróleo o país passará a depender principalmente de petróleo importado. O valor das importações desse combustível passará, segundo essas

previsões, de oito bilhões de dólares, em 1970, para 31 bilhões em 1985 e 64 bilhões quinze anos depois.

O estudo do Clube de Roma não se preocupa diretamente com o problema da crescente utilização pela economia norte-americana dos recursos naturais dos países do Terceiro Mundo e muito menos das consequências para estes países desse processo. A atenção dos autores esteve concentrada na seguinte questão: que acontecerá se todos os países persistem no propósito de continuar crescendo? A consequência seria uma tal pressão sobre os recursos e um tão elevado grau de poluição do meio (ou, alternativamente, um custo tão grande de controle da poluição) que o sistema tenderia inexoravelmente para um colapso antes de que se alcance a metade do próximo século. Cabe acrescentar que, dada a estrutura do sistema, grande parte do que vai acontecer no futuro já foi decidido no passado ou está implícito nas decisões de hoje. Assim, a poluição que teremos que combater no futuro reflete, em grande parte, os efeitos de decisões tomadas em anos passados.

Desorganização do mundo físico

Todos os elementos do estudo são conhecidos. A novidade está em que, pela primeira vez e graças a excepcionais recursos de computação, foi possível fechar o sistema em escala planetária. A hipótese de um mundo exterior ilimitado, implícita nos modelos anteriores, foi abandonada. A consequência desse passo é dramática: o homem é forçado a reconhecer um fato elementar com o qual ele nunca quis confrontar-se, que é a evidência de que todo processo econômico engendra no mundo físico desorganização, cria entropia. Assim, toda atividade produtiva humana se traduz em degradação de energia, ou seja, em transformação de energia disponível em energia livre. Descobrir novas fontes de energia significa quase sempre ampliar a dimensão desse processo. Com respeito aos metais a situação não é muito distinta: os custos da exploração e recuperação tendem a ser crescentes.

A pergunta que se formula a respeito do estudo é simples: que acontecerá se os altos níveis de consumo de recursos já alcançados na Europa Ocidental se generalizarem em escala planetária? E a resposta dada pelo modelo é brutal: o sistema entrará em colapso. A tendência do leitor congenitamente otimista, criado neste mundo de alucinante progresso, é

retorquir: essas previsões sempre foram feitas e maior número de vezes foram desacreditadas, pois elas não levam em conta o progresso técnico. Ora, esse argumento é inconsistente, pois nunca antes se havia fechado o sistema. O progresso técnico continuará a sua marcha e poderá mesmo intensificar o seu ritmo. O que ele não pode é evitar que a ação produtiva de valor tenha um efeito desorganizador sobre o mundo físico. Evidentemente o homem pode recuperar os solos erosionados, mas os fertilizantes utilizados para esse fim requerem muita energia para serem produzidos.

Colapso ou pobreza?

O modelo tal qual foi construído é inobjektável. Ocorre, entretanto, que ele foi concebido para responder a certas perguntas, e essas perguntas foram orientadas de maneira algo peculiar. Não podemos deixar de pensar que por trás delas está a seguinte preocupação: a pressão atual sobre os recursos naturais é grande e crescente; se as enormes massas do Terceiro Mundo nos imitam, estaremos todos perdidos. A situação é tanto mais séria quanto a possibilidade de encontrar alívio no controle do crescimento demográfico é mínima, pois a atual estrutura de idades da população do Terceiro Mundo somente poderá modificar-se lentamente. O número de pessoas na idade em que é máximo o coeficiente de reprodução se manterá elevado por muito tempo, e em muitos países continuará aumentando. Sendo assim, o efeito de um possível declínio na fecundidade não poderá ser significativo nos próximos decênios, isto é, na fase crítica do processo. Antes que as populações do Terceiro Mundo alcancem o atual nível de vida da Europa Ocidental, o sistema entraria necessariamente em colapso. Que fazer para evitar esse colapso? Induzir os pobres a se conformarem com sua pobreza? Os autores do estudo não chegam a essa conclusão de forma explícita. Creio mesmo que a repudiariam num plano moral. Mas isso não impede que tal conclusão venha a transformar-se numa ideia-força e chegue a condicionar a política de organizações internacionais e de poderosos governos. Como toda ideia-força ela de ordinário não se apresentaria abertamente, assumindo em cada situação a roupagem que convém às circunstâncias. Mais importante ainda: a mensagem implícita em tal conclusão pode encobrir o desejo de justificar um processo em curso, isto é, pode possuir um caráter essencialmente ideológico.

Por exemplo: quando se advoga que o caminho mais rápido para obter o crescimento econômico no Brasil consiste em permitir que as empresas multinacionais tenham plena liberdade de ação - ou seja, produzam entre nós a cesta de bens que estão produzindo nos países ricos, que é a forma como podem maximizar seus lucros e seu crescimento nos países ricos, que é a forma como podem maximizar seus lucros e seu crescimento em escala internacional -, se está implicitamente admitindo que seria possível para nós adotar os padrões de consumo dos países ricos. As pessoas que advogam essa tese nem sempre têm consciência (e nisto são ajudadas pelo papel de tranquilizante das consciências que tem a ideologia) de que ela implica em condenar definitivamente a exclusão dos benefícios do crescimento econômico a grande massa da população do país. O problema é elementar: como imaginar que os padrões de consumo dos países ricos (o fluxo permanente de novos produtos que forra nesses países) podem ser transplantados para um país com renda de cinco a dez vezes menor? Tal transplante somente é possível se se logra concentrar brutalmente a renda, isto é, se os frutos do crescimento econômico são canalizados em benefício de uma minoria. A ideologia do desenvolvimento como um fim em si mesmo consegue encobrir esses aspectos do problema e tranquilizar as consciências.

As estruturas sociais

Ao admitir como hipótese de trabalho a elevação das condições de vida das populações do Terceiro Mundo ao nível atual da Europa Ocidental, os estudiosos do M.I.T. formularam um falso problema e abriram a porta a conclusões irrealistas. Trabalhar com médias nacionais neste caso é ignorar as estruturas sociais e desconhecer a natureza do processo de crescimento econômico em curso na maioria dos países do Terceiro Mundo. Como ignorar, por exemplo, que na quase totalidade desses países uma parte da população desfruta atualmente de nível de vida igual ou superior à média dos países ricos? Para reproduzir em duas gerações os padrões de vida da Europa Ocidental seria necessário que essa parte da população dos países pobres (os 5 por cento mais ricos do Brasil, por exemplo) tivesse a sua renda congelada durante vários decênios, e que os recursos disponíveis para capitalização fossem orientados para elevar o nível de vida da massa da população.

A correta formulação do problema seria a seguinte: para que o atual sistema industrial sob controle das empresas multinacionais não entre em colapso em duas ou três gerações é necessário que o crescimento econômico continue a beneficiar apenas uma pequena minoria da população do Terceiro Mundo, isto é, que se mantenham as tendências atuais. Ou, se preferimos uma outra formulação: o *american way of life* não é generalizável ao conjunto da humanidade, mesmo a níveis de consumo muito inferiores ao já alcançado pela população dos Estados Unidos; o custo desse estilo de vida em termos de recursos não reprodutíveis é de tal ordem que todo esforço no sentido de generalizá-lo em escala planetária engendraria necessariamente um colapso da civilização de base industriais.

Com efeito, para que os ricos dos países pobres tenham o seu nível de vida congelado e vejam aumentar a cada dia a distância com respeito aos padrões de vida dos países ricos (os quais se admite continuarão sua marcha para a frente), seria necessário que se modificassem as estruturas sociais nos países pobres, e, nesta hipótese o mais provável é que ocorresse um declínio do nível de vida dos ricos e não o congelamento dos altos níveis atuais. Em síntese: as projeções do referido estudo não traduzem tendências e sim uma situação irreal. Mais ainda: qualquer que seja a taxa de crescimento dos países ricos, a dependência destes com respeito aos recursos naturais dos países do Terceiro Mundo será crescente, conforme temos no caso dos Estados Unidos. Ora, na grande maioria dos casos tais recursos estão sob o controle de empresas de países ricos. Sendo assim, um aumento considerável do consumo dos mesmos nos países do Terceiro Mundo ter-se-ia que traduzir em elevação dos seus preços relativos, ou seja, dos lucros das empresas que os exploram, provocando uma transferência de recursos financeiros em benefício dos países ricos. Imaginar a atuação inversa - controle dos recursos naturais pelos países do Terceiro Mundo e o encarecimento relativo dos mesmos para os países ricos - seria postular uma modificação fundamental no sistema atual, no qual as grandes empresas dos países ricos detêm a técnica, os recursos financeiros e controlam os grandes mercados.

Uma tal modificação não pode ser concebida fora de um contexto mais amplo e este aspecto do problema não foi levado em conta. Em resumidas contas: as tendências das atuais não levam a economia industrial controlada pelas empresas multinacionais a um colapso. Levam, sim, ao agravamento das desigualdades entre países ricos e pobres, e, dentro

destes últimos a uma distância cada vez maior entre as condições de vida das minorias privilegiadas, que reproduzem os padrões de consumo dos países ricos e a massa da população.

O mito do desenvolvimento

Como M. Joudain, que fazia sem o saber, os estudiosos do M.I.T, sem se perceberem do fato, fizeram uma descoberta da maior importância: posto que o estilo de vida dos países ricos não é generalizável, desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado na maioria dos países do Terceiro Mundo, isto é, como um esforço para parecer-se aos países que lideraram a revolução industrial, é um simples mito. Mais ainda: se por milagre deixasse de ser um mito, vale dizer, se por um passe de mágica as massas do Terceiro Mundo aparecessem um dia vivendo com o enorme esbanjamento de recursos praticado atualmente nos países ricos, o mundo entraria em colapso. É difícil, portanto, escapar à conclusão: continuemos a falar de desenvolvimento, mas não tenhamos a pretensão de fazer dele algo mais do que um mito.

Pode-se afirmar que o sistema atual não tende para um colapso nos prazos referidos pelos estudiosos do M.I.T. E, ao mesmo tempo, reconhecer que os seus custos (em termos de recursos não reprodutíveis) continuarão crescendo. Não há razão visível para que as populações dos países ricos e as minorias ricas dos países pobres interrompam sua marcha para a frente na busca de padrões sempre mais altos de consumo. O processo de destruição de recursos naturais – recursos de solos, de águas, de florestas, de minérios, de combustíveis, etc. – tenderá deslocar-se para a periferia do mundo rico, ou seja, para os países subdesenvolvidos: mas nem por isso esse processo será menos intenso e menos irreversível. Do ponto de vista das massas que habitam os países do Terceiro Mundo, isso significa que as possibilidades de encontrar um outro caminho, em que os homens possam conviver entre si e com o meio físico de forma menos destruidora, tenderão a reduzir-se. Como não compreender que necessitamos de uma crítica global do processo de industrialização que atualmente se realiza em escala planetária principalmente sob o controle das empresas multinacionais? Para os povos do Terceiro Mundo, o problema é de risco de supressão das chances que lhes restam de escapar da miséria. E não exatamente a aproximação do dia do Juízo Final.

Sobre o livro

Projeto Gráfico e Editoração Leonardo Araújo

Capa Arão de Azevedo

Normatização Antônio de Brito Freire

Formato 17 x 24 cm

Mancha Gráfica 12,5 x 19,5 cm

Tipologias utilizadas Iowan Old Style 11 pt

COAUTORES DESTA COLETÂNEA

Antonio Carlos Filgueira Galvão
Antonio Castro (*In Memoriam*)
Bárbara Rahíssa Pinheiro de Lima
Carlos Brandão
Carlos Mallorquin
Carlos Pinkusfeld Bastos
César Bolaño
Celso Furtado (*In memoriam*)
Clério Plein
Clóvis Cavalcanti
Dionatan Silva Carvalho
Eduardo Ernesto Filippi
Fernanda Graziella Cardoso
Fernando Ustariz
Francisco do O' de Lima Júnior
Francisco Pereira de Sousa
Hugo Feitosa Gonçalves
Isaías Albertin de Moraes
Ignacio Tomás Trucco

João Carlos Souza Marques
João Moraes de Sousa
José Eustáquio Diniz Alves
José Irivaldo Alves O. Silva
Juliana Rodrigues de Senna
Lara Sousa Matos
Marcia Queiroz
Markus Erwin Bose
Nadia Estefania Flores
Natasha Hevelyn Oliveira da Silva
Nilton Marques de Oliveira
Paulo Cesar O. Diniz
Paulo Francisco M. Galvão Júnior
Pedro Luís Cavalcante da Cunha
Ricardo Zimbrão Affonso de Paula
Rômulo Carvalho Cristaldo
Rosa Freire d'Aguiar
Yamila Micaela Bevilacqua

APOIADORES:

